CORRESPONDÊNCIAS DIVERSAS/REFERENTE AOS MESES DE NOVEMBRO/DEZEMBRO DE 2000.

Jornal da Câmara

PORTE PAGO
DR-BSB
ISR 47-331/86

DEVOLUÇÃO GARANTIDA
PRT - 47-840/92

CÂMARA MUNICIPAL
Rua Rota dos Emigrantes,425
Caixa Postal – 94
HOLAMBRA I - SP
13825-000

Brasília - Quinta-feira, 30 de nov DOS DEPUTADOS Ano 2 - Nº 444

Previdência complementar: garantida isonomia de alíquotas

O plenário deu início ontem à votação dos destaques apresentados ao Projeto de Lei Complementar (PLP) 9/99, do Executivo, que institui o regime de previdência complementar do servidor público. Com o apoio de todos os partidos, foi aprovado, por 298 votos contra apenas 1, destaque do PMDB que garante a isonomia das alíquotas de contribuição. Isto é, as alíquotas pagas pelos atuais servidores, que não aderirem ao novo regime, guardarão isonomia com aquelas pagas pelos servidores vinculados ao novo regime – todos os que ingressarem no serviço público após a vigência da lei, bem como os atuais servidores que venham a optar pelo novo regime.

Outro destaque do PMDB aprovado foi o que torna explícita a garantia da aposentadoria integral para os atuais servidores que não aderirem ao novo regime. Também sobre esse ponto houve consenso, e a aprovação foi por 288 votos contra 3, além de uma abstenção. Foi rejeitado, no entanto, por 261 votos contra 140, o destaque do PT que pretendia retirar do texto a íntegra do artigo 4, que trata das disposições relativas aos contratos entre as entidades privadas de previdência e os servidores participantes. Com a rejeição do destaque, foi mantido o texto, segundo o qual a previdência complementar vai utilizar, exclusivamente, a modalidade de chamada de "contribuição definida". Mas esse ponto ainda não ficou totalmente definido, porque há outros destaques a respeito, ainda pendentes de votação.

Foi também rejeitado, por 183 votos contra 171, e duas abstenções, o destaque do PFL que pretendia dispensar a necessidade da opção expressa, por escrito, dos futuros servidores pelo novo regime complementar. Quando estava sendo votado o quinto destaque, as lideranças governistas decidiram entrar em obstrução e a sessão acabou derrubada.

O presidente Michel Temer convocou sessão para a manhã de hoje, com o objetivo de concluir a votação dos destaques – são 13, ao todo -, bem como de votar o PL 1.615/99, do Executivo, que cria a Agência Nacional de Transportes.



O Plenário iniciou ontem a votação do PLP sobre o regime de previdência complementar

Ornelas critica isenções para grandes empresas

O ministro da Previdência, Waldeck Ornelas, afirmou ontem, durante audiência pública realizada pela Comissão Mista do Orçamento, que a prioridade a partir de agora será equacionar a previdência do setor público e as isenções dadas a variados setores. Segundo ele, com a reforma da previdência da iniciativa privada e o combate à sonegação, o déficit, que foi estimado em R$ 10 bilhões para o próximo ano, está estabilizado. Sobre o problema das isenções fiscais, o ministro criticou a inclusão de grandes empresas como entidades filantrópicas, que acabam se beneficiando da isenção fornecida às pequenas. Durante a audiência, vários parlamentares se pronunciaram sobre a importância do combate à sonegação. ***Página 3***

Comissão aprova Estatuto da Cidade

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação aprovou ontem substitutivo do deputado Inaldo Leitão (PSDB-PB) ao projeto de lei que cria o Estatuto da Cidade. O projeto estabelece as diretrizes gerais da Política Urbana, definindo os instrumentos a serem utilizados principalmente pelo poder público municipal. O parecer aprovado define política urbana, garantia do direito à cidade, urbanismo e direito urbanístico. Entre as propostas acatadas pelo relator, uma delas instituiu o IPTU Progressivo, que combate a especulação imobiliária, no caso de terrenos ociosos. ***Página 7***

Colégio de Líderes prioriza votação de projetos para viabilizar reajuste do mínimo

O Colégio de Líderes decidiu incluir na pauta de votação de hoje o projeto que reduz a elisão fiscal e o que regulamenta a quebra do sigilo bancário para efeito de fiscalização da Receita Federal. As duas propostas foram apontadas pelo presidente da Câmara, Michel Temer, como fundamentais para permitir um aumento mais expressivo para o salário mínimo. Está também prevista a votação do projeto que cria o Fundo de Combate à Pobreza.

A retomada das votações na Câmara foi possível depois de um acordo de lideranças, na terça-feira, que garantiu a votação do projeto de lei que cria a previdência complementar para os servidores públicos. Ontem, as negociações do presidente da Câmara com o Colégio de Líderes prosseguiram, permitindo a votação de alguns destaques ao projeto. Hoje, as votações dos destaques restantes prosseguem, e também a do projeto de criação da Agência Nacional de Transporte. Faz parte do acordo o compromisso do Poder Executivo de retirar o pedido de urgência de outros dois projetos de lei para os quais ainda não existe consenso para votação e que estão obstruindo a pauta de trabalho da Câmara.

Michel Temer convocou nova reunião do Colégio de Líderes para, hoje às 9:30h, para estabelecer as normas de procedimentos para as votações do dia e também a pauta de trabalhos a ser cumprida até o dia 15 de dezembro, quando a Câmara deverá entrar em recesso.

Opinião

Fernando Ferro analisa a crise energética e Jorge Antônio defende seguro contra riscos elétricos ***Página 6***

Plenário

Inocêncio apóia novo mínimo mas rejeita corte das emendas parlamentares

O líder do PFL, deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE), reiterou a posição favorável do partido em relação à fixação do salário mínimo de R$ 180, mesmo que, para isso, tenha que concordar com algumas condições do governo. A única condição que antecipou não aceitar é o corte de todas as emendas dos parlamentares ao Orçamento da União, as quais, para ele, são os instrumentos dos deputados para melhorar a qualidade de vida nos municípios.

Ele garantiu não se tratar da inviabilização do novo salário mínimo, como têm insinuado alguns, mas de assegurar o direito dos mais de cinco mil municípios brasileiros, tentando, ao mesmo tempo, beneficiar os trabalhadores com um salário mais justo.

"A bancada do PFL tem defendido o aumento do salário mínimo como fonte fundamental da melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e o orçamento dispõe de *n* fontes que poderiam subsidiá-lo. Se disserem que, para reajustar o mínimo, será necessária a quebra do sigilo fiscal a fim de reduzir a sonegação e aumentar a arrecadação, diremos sim. Se for necessário taxar as grandes fortunas, diremos sim. Se quiserem tributar as empresas ditas 'filantrópicas', também diremos sim. Portanto, se o governo quer as fontes, elas existem. Só não podemos concordar com o corte das emendas parlamentares, pois elas funcionam como instrumento de organização política do país, elas fortalecem a Federação e promovem o desenvolvimento dos municípios", sustentou Inocêncio Oliveira, ressalvando o fato que é das emendas que se constrói escolas, ginásios, postos de saúde, equipa-se hospitais, adquire-se ambulâncias e restaura-se o patrimônio público. Tudo acompanhado de perto pelo povo e pelo tribunais de contas da União e pelos tribunais regionais que estão atentos às ações do Congresso.

"Não estou defendendo esta prerrogativa parlamentar por ser candidato à presidência da Casa, mas por entender que nosso dever é defender os interesses do povo. E, portanto, não sou favorável à inviabilização do nosso instrumento de trabalho. Temos que legislar não para as minorias, mas para o país inteiro", declarou o líder do PFL.

Militares rejeitam proposta salarial do governo, diz Bolsonaro

Os militares brasileiros *querem que o presidente Fernando Henrique Cardoso* desista de enviar ao Congresso a medida provisória que traçará uma nova política salarial para os militares. A informação é do deputado Jair Bolsonaro (PPB-RJ), ao falar sobre a medida que, entre outras coisas, prevê um reajuste parcelado em quatro vezes de 7,5%. "Considerando que haverá um aumento de 6% para a Previdência, os salários líquidos de janeiro serão inferiores aos de dezembro", frisou o parlamentar. Segundo ele, oficiais da Marinha, Exército e Aeronáutica esperam que, no lugar da MP, o presidente amplie o prazo da comissão especial que está estudando a reformulação da política salarial dos militares, dando um pequeno reajuste em janeiro. Além do reajuste parcelado, os militares estão descontentes com vários itens da proposta do governo, como o congelamento da gratificação por tempo de serviço e a diminuição das gratificações especiais.

Pedro Chaves e Vivaldo reforçam aumento do salário mínimo

O deputado Pedro Chaves (PMDB-GO) se manifestou *satisfeito com o desfecho em torno do salário mínimo*, informando que muitas reuniões foram realizadas, e que havia um interesse geral de que o mínimo passasse para R$ 180, porém faltavam as fontes. "O Congresso Nacional trabalhando em conjunto com o Poder Executivo, conseguiu chegar ao nosso principal objetivo, que é a elevação do salário mínimo para R$ 180", salientou. Na opinião do deputado, este valor do salário mínimo ainda é insuficiente para que uma família possa suprir seus gastos no decorrer do mês, porém, disse que este valor representa um grande avanço com relação à proposta inicial do Executivo, que elevaria o salário mínimo para menos de R$ 160. Pedro Chaves insistiu que a meta principal dos parlamentares é que o salário mínimo atinja o valor de US$ 100, o que hoje representaria cerca de R$ 200.

O deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ) declarou que não admite que o governo trate a discussão do salário mínimo como questão orçamentária. "Agora, salário mínimo é questão de receita e despesa, e não mais tema constitucional", ironizou o parlamentar, ao alertar que a Constituição determina que o mínimo seja suficiente para suprir com dignidade as necessidades de um trabalhador e de sua família.

Barbosa acha que o governo está "brincando com o trabalhador", quando tenta passar para os estados a responsabilidade pelo piso salarial, como aconteceu no início deste ano ou ao tratar o tema na discussão do Orçamento. "Salário mínimo é questão de justiça social, de distribuição de renda", disse o parlamentar.

Câmara não está paralisada, diz Virgílio

O deputado Virgílio Guimarães (PT-MG) protestou contra as afirmações veiculadas pela imprensa de que a Câmara dos Deputados estaria paralisada. Ele afirmou que a Casa está enfrentando duas das principais lutas políticas em defesa dos interesses do país – a definição do salário mínimo e a votação do Orçamento 2001. "A Casa trabalha e sobretudo reflete os interesses variados políticos, econômicos e sociais legítimos, alguns outros nem tanto que se manifestam no Brasil", ressaltou. Em sua opinião, a discussão do salário mínimo avançou, mas ainda está longe do ideal. "Vamos continuar lutando por um salário mais digno", garantiu.

Paulo Delgado lembra centenário de Murilo Mendes

O centenário de nascimento do escritor Murilo Mendes, a ser comemorado no próximo ano, foi lembrado, em plenário, pelo deputado Paulo Delgado (PT-MG).

Nascido na cidade mineira de Juiz de Fora, em 13 de maio de 1901, Murilo Mendes tornou-se, ao lado de Carlos Drummond de Andrade, João Guimarães Rosa e Pedro Nava, um dos expoentes da literatura brasileira e mundial, disse o deputado Paulo Delgado, ao informar que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos lançará um selo comemorativo para homenageá-lo.

O deputado acrescentou que entre os eventos comemorativos do centenário de nascimento de Murilo Mendes, haverá uma inovação nos prêmios literários, que será concedido pela Casa Murilo Mendes, da Universidade Federal de Juiz de Fora, que estará aberta a *todos os países que integram a Comunidade dos* Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Fazendo um relato da vida de Murilo Mendes, o deputado mineiro destacou o valioso acervo de artes plásticas, documental e bibliográfico doado pela viúva do poeta, Maria da Saudade Cortesão Mendes, à Universidade Federal de Juiz de Fora. Segundo ele, lá foi criado o Centro de Estudos Murilo Mendes da Universidade Federal de Juiz de Fora, com o objetivo de preservar, estudar e divulgar sua vida e obra. "Devemos ratificar que esse Centro de Cultura possui o maior acervo de arte moderna do estado de Minas Gerais, com cerca de 300 obras, como também livros raros de 1ª edição e ainda livros com anotações, às margens, escritas pelo próprio Murilo Mendes, o que lhe aumenta o valor, compondo uma biblioteca com três mil títulos, apresentando em alguns dedicatórias de escritores e amigos como João Cabral de Mello Neto, Jorge Lima e outros", informou o deputado, lembrando que todo esse acervo cultural está à disposição do povo brasileiro: "Vocês não podem deixar de conhecê-lo melhor", concluiu.

Comissão

Ornelas diz que Congresso decidirá fim de isenções

Depois de garantir que o déficit da previdência é passado, o ministro Waldeck Ornelas afirmou, em audiência pública à Comissão Mista de Orçamento, que sua atual tarefa é equacionar a previdência do setor público e as isenções dadas a variados setores. O ministro afirmou que, com a reforma da previdência da iniciativa privada e o combate à sonegação, o déficit, que foi estimado em R$ 10 bilhões para o próximo ano, está estabilizado. Segundo o ministro, a atenção agora está voltada para a previdência do setor público - que está sendo debatida na Câmara com o PLP 9/99, aprovado na última terça-feira - e o grande número de beneficiados nas contas subsidiadas pela Previdência. Nesses subsídios, em que os beneficiados têm direito à isenção de pagamento da cota patronal previdenciária, estão incluídos os segurados especiais (trabalhadores rurais), as empresas enquadradas no Simples, as entidades filantrópicas, os trabalhadores domésticos e os clubes de futebol profissional. "Para acabar com algumas injustiças é que decidimos encaminhar anualmente ao Congresso a lista de beneficiados pelas isenções. Os parlamentares, ao aprovarem o Orçamento, decidirão sobre o gasto público e a distribuição de renda no país", disse Ornelas.

Clubes de Futebol

Das contas subsidiadas, que totalizam mais de R$ 8 bilhões em renúncias ao cofre da previdência, quase o mesmo valor do déficit previsto para 2001, o ministro criticou a inclusão de grandes empresas como entidades filantrópicas, que acabam se beneficiando da isenção fornecida às pequenas. Atualmente, das 6 mil entidades, 200 representam mais de 50% de R$ 1,9 bilhão não recolhido.

Ornelas foi veemente em sua posição contrária à inclusão dos clubes de futebol nas contas subsidiadas, explicando que a injustiça ainda é maior, já que 86% do total de recursos ficam nos clubes do eixo Rio – São Paulo, favorecendo a Região Sudeste. E pediu para que os mais de R$ 2 bilhões perdidos por conta do Simples sejam retirados de uma outra fonte para o apoio às micro e pequenas empresas, e não do "seguro do trabalhador".

Lelo



Ministro Waldeck Ornelas (E) e o deputado Alberto Goldman, presidente da Comissão Mista de Orçamento

"Precisamos diminuir o número de beneficiados nas contas subsidiadas pela Previdência. Temos que avançar e construir uma solução capaz de suprir esses subsídios apenas para os de aspecto social importante. É separar o joio do trigo", avaliou Ornelas, ressaltando também o trabalho realizado pelo ministério para diminuir a dívida ativa e acabar com a corrupção. "Antes a Previdência era uma caixa preta. Com o governo Fernando Henrique, as contas foram escancaradas e ninguém poderá dizer que recursos previdenciários foram desviados", desafiou.

Parlamentares reforçam importância do combate à sonegação

Questionado pelo deputado Adolfo Marinho (PSDB-CE) sobre as medidas utilizadas para combate à sonegação, o ministro Ornelas destacou as modificações no Código Penal que entraram em vigor no mês passado. Ele citou como exemplo de uma medida de extrema importância a tipificação de crimes por computador, o que, em sua opinião, deverá proteger todos os sistemas do serviço público e evitar fraudes. Sobre as 570 mil ações existentes na justiça para cobrança de sonegadores e mais de R$ 73 bilhões a serem recuperados na dívida ativa, Ornelas explicou que uma das ações é a de agregar os processos por empresa e não por notificação. "Essa visão de conjunto deverá simplificar o processo e descongestionar a Justiça", avaliou.

O deputado Giovanni Queiroz (PDT-PA) criticou a dificuldade do ministério em arrecadar a dívida ativa e sugeriu ao ministro que encaminhe ao Congresso sugestões para que os vícios processuais sejam corrigidos. "É incompetência do governo federal não poder arrecadar esse dinheiro dos devedores", assegurou Queiroz. O ministro explicou que já está tramitando na Câmara proposta que modifica o Código de Processo Penal e Civil. "Mas nada impede que se faça uma lei de rito sumário para cobrar essas dívidas, alguma coisa especial para os processos de renúncia fiscal", indicou Ornelas.

O deputado Sérgio Miranda (PCdoB-MG) discordou da declaração de que as contas do ministério são transparentes a partir deste governo e perguntou ao ministro sobre o número pequeno de 150 auditores-fiscais a serem contratados por concurso nos próximos dias. "O Ministério da Previdência é responsável por 1/3 da arrecadação federal. Vocês consideram esse número suficiente?", questionou Miranda.

A situação das universidades privadas subsidiadas pela previdência foi a preocupação do deputado Osvaldo Biolchi (PMDB-RS), que pediu ao ministro para que haja cuidado e critérios na análise das instituições que permanecerão sem contribuir com as cotas patronais. "Muitas universidades, mesmo com essa vantagem, já estão quebradas e mais de 50% dos estudantes brasileiros, inadimplentes", refletiu Biolchi, analisando o impacto com um possível fim do subsídio e um conseqüente aumento das mensalidades.

Plenário

José Carlos Elias cobra atenção para questão social

Ao destacar o compromisso que os parlamentares brasileiros tem com a Nação no exame da peça orçamentária para o próximo ano, o deputado José Carlos Elias (PTB-ES) cobrou uma atenção maior para as questões sociais, para que os indicadores dos organismos mundiais demonstrem nos próximos anos a atenção que o governo brasileiro vem dispensando ao seu povo.

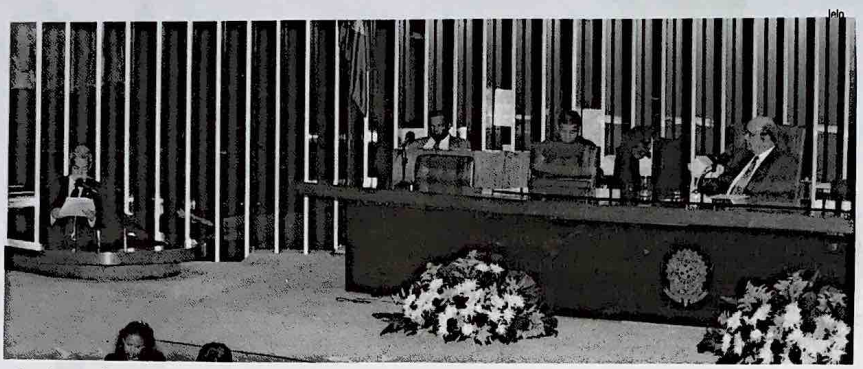
Segundo ele, o exame e revisão em processo pelo Legislativo, da proposta orçamentária oriunda do Executivo, formulada em bases sólidas, permitirá o correto direcionamento das ações governamentais no sentido de promover o bem-estar da maioria da população brasileira. "Com isso, serão seguramente ampliadas as notáveis melhoras que já têm sido obtidas pelo atual governo no desempenho dos indicadores sociais, tornando nosso país respeitado perante a comunidade internacional e atrativo para a realização de investimentos externos, que são grandes geradores de empregos e multiplicadores do processo de desenvolvimento econômico", afirmou o deputado.

Ele afirmou ainda que, em um país como o Brasil, de dimensões continentais e com grandes desafios a serem enfrentados, somente um processo democrático de debate e aprovação dos orçamentos públicos pode ser o instrumento correto para trazer um planejamento governamental responsável e eficaz.

Sessão Solene

Deputados homenageiam centenário de nascimento de Milton Campos

O centenário de nascimento do ex-deputado, ex-senador e ex-governador de Minas Gerais, Milton Campos, foi comemorado ontem, na Câmara dos Deputados, durante sessão solene requerida pelo deputado Bonifácio de Andrada (PSDB-MG). Para o parlamentar, "falar de Milton Campos nos aproxima de um dos momentos mais expressivos e cívicos da história", pois, em sua opinião, foi ele "uma das figuras mais insignes não só de Minas Gerais mas do próprio país".



Os deputados lembraram a participação de Milton Campos em momentos importantes da política nacional

Em seu pronunciamento, Bonifácio de Andrada fez um retrospecto da vida pública de Milton Campos, desde o momento, em que, ainda jovem, recém-formado na faculdade de direito, começou a participar dos movimentos políticos de sua região. Já na década de 30, o deputado lembrou que Campos era "um jovem revolucionário" ao lado da Aliança Liberal, para em seguida eleger-se deputado estadual, resistindo contra a ditadura do Estado Novo e defendendo a liberdade.

"No processo de redemocratização do país, em 1945, Milton Campos foi eleito deputado federal constituinte e, em seguida, assumiu o governo de Minas Gerais, auxiliado por uma plêiade integrada, dentre outros nomes ilustres, por Tancredo Neves e Pedro Aleixo", destacou o parlamentar, lembrando que, depois de deixar o governo de Minas, Campos foi senador e candidato a vice-presidente da República nas chapas de Juarez Távora e Jânio Quadros. Já depois de instaurado o governo militar, em 1964, Milton Campos assumiu o Ministério da Justiça, cargo que ocupou por pouco tempo, pois, conforme ressaltou Bonifácio de Andrada, divergia de seu temperamento e de suas vocações políticas.

Na avaliação de Andrada, a vida de Milton Campos é uma existência em que a dialética está presente em todo o desenrolar dos dias e sua permanência terrena, pois, conforme esclareceu, ao longo de sua trajetória, há momentos de grande alegria em que ele julga que o país vai ao encontro de seus ideais, seguido de pessimismo, ao perceber que os objetivos não são alcançados.

Plenário lembra atuação na Constituinte de 1946 e no governo de MG

Pela liderança de seu partido, o deputado Ibrahim Abi-ackel (PPB-MG) ressaltou que Milton Campos foi integrante do grupo político e talvez o mais ilustre de que se tem idéia, devendo-lhe o Brasil os mais relevantes serviços. Segundo ele, Campos e Carlos Lacerda faziam o contraponto da Constituinte de 1946, mas, apesar de todas as diferenças, tinham dois pontos de convergência: "foram excelentes governadores e amaram tanto o Brasil a ponto de a ele devotarem sua vida".

Para **Lincoln Portela (PSL-MG)**, quatro palavras nortearam a vida de Milton Campos: princípio, promessa, problema e poder, destacando, todavia que, para Campos, o poder não era um fim em si mesmo, mas o interesse em ser útil. "A mineiridade e o estilo de vida de Milton Campos, nascido em Ponte Nova, foram fundamentais para fazer dele o que foi ao longo de toda sua vida: honesto, justo, íntegro e agradável", disse.

Falando em nome do PSDB, **Eduardo Barbosa (MG)** declarou que a Câmara é testemunha da atuação de Milton Campos, com uma dimensão e grandeza como em nenhum outro cenário. "Foi aqui que seu idealismo teve mais condições de convivência", enfatizou, lembrando que Milton Campos também foi excelente jornalista, advogado, professor e escritor. "Ele era sobretudo um político, na mais nobre acepção da palavra", disse, descrevendo o advogado mineiro, nascido em 1900, cujo humor era tido como alegre e refinado.

"Um intelectual na ação administrativa". Foi este o aspecto da vida pública de Milton Campos, destacado por **Eliseu Resende (MG)**, que falou em nome do PFL. Citando momentos da vida pública do político que marcaram a sua trajetória administrativa, Resende lembrou que, enquanto o presidente da Ordem dos Advogados de Minas Gerais, Campos foi um dos signatários do *Manifesto Mineiro*, em defesa de princípios democráticos. "Eleito governador de Minas Gerais em 1947, Milton Campos procurou compor seu secretariado com nomes sugestivos, como Pedro Aleixo, José de Magalhães Pinto e José de Baeta Viana", disse, citando o plano de recuperação econômica e de eletrificação, feitos pelo então governador. Segundo o deputado, o binômio "energia e transporte", usado pelo governo sucessor, de Juscelino Kubitschek, foi um legado da administração de Campos.

Glycon Terra Pinto (MG), pelo PMDB, enfatizou a importância dos 40 anos de vida pública de Milton Campos e ressaltou o testemunho de retidão, integridade, ética e moral do político que agora completaria 100 anos. "Ele jamais aplicou métodos políticos usados para favorecer o patrimônio dos partidos, seguindo fiel aos seus princípios e desprezando a pompa do poder e as manobras eleitoreiras", afirmou, lembrando que Campos recusou o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal três vezes: "a primeira por declarar-se impedido, uma vez que a vaga havia sido criada por ele próprio; a segunda porque se sentia obrigado a cumprir o compromisso de candidatar-se ao Senado Federal; e, finalmente, a terceira por considera-se já em idade avançada".

Pelo PT, **Virgílio Guimarães (MG)** elogiou a posição de liberal militante e a coerência nas idéias de Milton Campos. "Tenho ideologia de esquerda militante, que é diferente da liberal, mas que possui algumas identidades", explicou, acrescentando ser preciso "reconhecer a coerência liberal e jurídica de Milton Campos e a maneira com que deixou o primeiro governo autoritário". Ele ressaltou a atitude de Campos, enquanto governador de Minas, de construir as condições para a retomada do crescimento do estado. "Ele soube aproveitar coisas do governo anterior, de João Pinheiro, não usando da política da 'terra arrasada'", afirmou.

Plenário

Fim do programa de cesta básica continua repercutindo no plenário

O deputado Gastão Vieira (PMDB-MA) destacou matéria veiculada pela *Folha de S. Paulo* sobre o fim do programa de cestas básicas, administrado pelo Ministério da Agricultura, através da Conab. Da matéria, o deputado registra declarações atribuídas ao presidente Fernando Henrique de que o programa, pelo seu caráter assistencialista, não poderia ter continuidade e também de uma pesquisadora do Ipea nessa mesma direção. A matéria ainda destaca a afirmação de uma retirante do Ceará, dizendo que a única possibilidade que ela tem de ter um alimento durante o dia para sua família é através do programa de cesta. Comparando as declarações, o deputado perguntou se eles, com exceção da última, têm uma idéia dos bolsões de miséria existentes no país, como no Maranhão. "Será que eles sabem que essas pessoas dispõem, para o seu próprio alimento, somente da cesta básica?" indagou.



Deputado Gastão Vieira — *Deputado Fernando Coruja*

Gastão Vieira afirmou que, ao longo do tempo em que o governo "vem matando o programa por inanição, diminuindo a qualidade do produto e atrasando a remessa de recursos", seus reflexos vêm sendo sentidos junto às populações mais carentes, e que dele dependem para sua própria sobrevivência. "É preciso, em certos momentos, ser absolutamente assistencialista porque essas pessoas jamais serão beneficiárias do programa de globalização, de ajuste fiscal e de um processo de desenvolvimento que este país possa ter", afirmou.

Também o deputado Fernando Coruja (PDT-SC) defendeu a continuidade do Programa de Cestas Básicas, afirmando que enquanto o governo não cumpre as "prometidas" mudanças estruturais, visando uma melhor distribuição de renda e de condições de sobrevivência para a população pobre do país, o melhor que se pode fazer é manter o programa de cesta básica. Lembrando que o programa foi criado pelo ex-presidente Itamar Franco em 1993, o deputado ressaltou que encerrá-lo seria o mesmo que decretar mais migração para o Sul-Sudeste ou até mesmo a morte para alguns brasileiros do Nordeste. Fernando Coruja ressaltou que neste seis anos do governo FHC, ao invés de implantar as mudanças estruturais, o governo vem desestruturando os setores sociais do país, desviando seus recursos para o pagamento do serviço das dívidas. "É necessário que o governo tenha maior consideração para com o povo brasileiro e mantenha o programa de cesta básica que, apesar de não ser o ideal, é o melhor paliativo que temos no momento", afirmou.

Benassi quer acabar com privilégio das pensões especiais

O deputado André Benassi (PSDB-SP) defendeu o fim dos privilégios que oneram o tesouro, citando como exemplo a pensão especial paga a dependentes de ministros de tribunais superiores, do Tribunal de Contas da União e de juízes federais, bem como de militares. "São exemplos de situações que, às suas épocas, tinham razão de ser, mas que hoje não mais justificam sua manutenção", disse. Em sua avaliação, esse tipo de privilégio precisa ser reexaminado pelo Congresso, para que sejam corrigidas as distorções ainda existentes na forma de remuneração das diferentes categorias de servidores públicos, bem como daqueles valores pagos a título de proventos a determinadas pensões e aposentadorias. "No momento em que o governo está tentando acertar as contas públicas, esse tipo de privilégio precisa ser eliminado, para que o país conquiste o desejado estágio de desenvolvimento sustentado", afirmou.

Experiência do programa *Volta aos estudos* é relatada em livro

A deputada Esther Grossi (PT-RS) anunciou a publicação do livro *Volta aos Estudos*, sobre a alfabetização de 127 funcionários terceirizados do Senado e da Câmara, enfatizando a importância deste método de ensino que ensina adultos a ler e escrever, sem evasão, em apenas três meses. Ela comparou o programa, que troca os alfabetizadores voluntários por professores titulados, com o *Alfabetização Solidária* - o programa oficial do governo - no qual menos de 25% saem lendo e escrevendo em menos de cinco meses. Estes índices fizeram com que o próprio Ministério da Educação afirmasse tratar-se de um programa apenas de sensibilização. "O principal é que saibamos ensinar aos alunos e ensinar não é memorizar informações, mas, como fizeram os professores que trabalham no *Volta aos Estudos*, é colocar problemas para que os alunos resolvam", destacou a parlamentar. O problema principal para aqueles que aprendem a ler, segundo Esther Grossi, é o de como juntar as letras para formar sílabas, as sílabas para formar palavras, as palavras para formar as frases e estas para formar o texto.

Esther Grossi lançou, ontem em Goiânia, o livro *A Coragem de Mudar em Educação*, que relata a experiência do período em que exerceu o cargo de secretária de Educação da prefeitura de Porto Alegre, no primeiro mandato do PT e considerado pelo Unicef como exemplo de trabalho sério e consequente para mudar o triste perfil da educação fundamental brasileira.

Dr. Hélio estranha cadastramento de pobres pelo governo federal

O deputado Dr. Hélio (PDT-SP) estranhou notícia veiculada pela imprensa anunciando que o governo federal fará um cadastramento de pobres para o projeto Portal do Alvorada, a ser lançado em janeiro próximo. O parlamentar lamentou que o Brasil venha se notabilizando pelo aumento nos índices de pobreza, como demonstrou os últimos dados do Plano das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), ocupando hoje o 21º lugar, estando atrás de vários países da América do Sul, como Chile, Uruguai, Venezuela e outros como Cuba, México e Trinidad Tobago. "Significa que a concentração de renda é um dos principais fatores desta pobreza absoluta", ressaltou. Além de esclarecimentos que pretende solicitar ao Ministério da Previdência e da Assistência Social, o deputado afirmou que também vai propor à Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara que convide a secretária da Ação Social, Wanda Angel, para que venha explicar de forma clara quais são os objetivos do cadastramento dos pobres. O parlamentar disse ainda que, se necessário for, vai promover junto ao Judiciário a garantia de privacidade da população carente do país.

Presidente do Incra no Piauí

A visita do presidente do Incra, Francisco Orlando Costa Muniz, a assentamentos na cidade de São João do Piauí (PI) foi comemorada pelo deputado Paes Landim (PFL-PI), destacando a presença das terras mais férteis do estado naquela região, o que propiciaria grandes retornos com o desenvolvimento da agricultura. Segundo o parlamentar, Costa Muniz visitou o assentamento Marrecas, passou ao largo do assentamento do Saco e não pôde ir ao assentamento Eugênio por falta de estradas. Dentre as principais reivindicações dos assentados da região estão a construção de escolas e postos de saúde, distribuição de kits de irrigação, extensão da rede de energia elétrica por um quilômetro e poço tubular com vazão de 180 mil litros de água por hora no assentamento Capim Grosso. "Estou certo de que, ainda, no corrente ano, o presidente Orlando Muniz haverá de fazer investimentos em São João, a fim de que em outra oportunidade possa ver a colheita dos frutos de sua viagem, uma vez que temos o maior e um dos melhores lençóis freáticos do Nordeste, uma compensação para que os assentamentos sejam verdadeiras usinas de produção", ressaltou.

Setor Elétrico

Energia e dependência

*Fernando Ferro

Participando em Bruxelas, no Parlamento Europeu, de um seminário, com parlamentares europeus e latino-americanos, representantes de órgãos técnicos de empresas de eletricidade e gás, estatais e privadas, pudemos sentir as preocupações do "velho" continente sobre o desdobramento da crise energética, que se anuncia, pela elevação do preço do petróleo, pelas limitações de ordem ambiental como a emissão de poluentes na atmosfera, que já não ameaçam apenas a economia de diversos países, e sim, a própria vida no planeta.

A Europa vive com uma crescente dependência energética que exige a importação de 40% do carvão, 80% de gás e 90% de petróleo nas próximas duas décadas, num contexto onde as fontes energéticas de origem fóssil terão crescente restrições ambientais. Alguns países como a Dinamarca ampliam continuamente a taxação pela poluição ambiental, ao tempo que incentivam a pesquisa e instalação de fontes alternativas renováveis como as turbinas eólicas além de intensos programas de conservação de energia e eficiência energética. A Dinamarca, com estas iniciativas, conseguiu reduzir a emissão de poluentes na atmosfera e tem atendido os protocolos internacionais que limitam as taxas de emissão como as definidas em Quioto, no Japão.

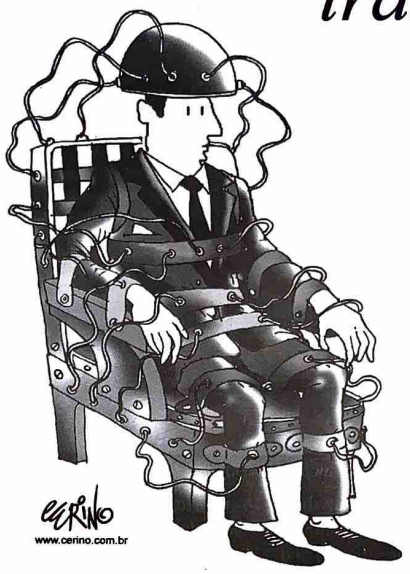
Preocupante é sem dúvida a posição dos EUA que se recusam sistematicamente a assinar estes protocolos, sendo hoje a nação responsável pelos mais graves procedimentos poluidores da face da terra. Os americanos são os maiores criminosos ambientais, valendo-se do seu poderio econômico e militar, exercem *in totum* a máxima do: "faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço!" nas políticas ambientais.

Neste quadro a América Latina passa a ser cobiçada como espaço em disputa frente a disponibilidade energética de países como o México, Venezuela, Argentina e crescimento da capacidade petrolífera do Brasil, isto sem falar nas possibilidades de fontes alternativas renováveis que o nosso continente dispõe, em recursos hídricos e biomassa. O Brasil por exemplo tem inventariado 100 mil MW, quase o dobro de sua atual potência instalada de origem hidroelétrica.

É neste cenário que vemos com preocupação os governos latino-americanos se desfazerem do controle destas fontes energéticas estratégicas para o futuro da humanidade, através de processos apressados e irresponsáveis de privatização e transferência, de controle de nossos recursos naturais e biodiversidade. Falta grandeza e visão política ao governo FHC, falta *projeto de nação diante de um cenário tão crítico como este que se monta num mundo de interesses tão vorazes do ponto de vista econômico, geográfico, político e militar.*

Por isto a conformação da comunidade européia é na verdade uma luta desesperada para integrar interesses comuns de ordens diversas na geopolítica do globo, enquanto isso, nós, latino-americanos, patinamos desarticulados na nova (des) ordem mundial. É preciso despertar a necessidade de integração ambiental, caso contrário seremos presas fáceis da ALCA sob objetivos norte americanos ou até mesmo para o continente europeu. A propósito, é lamentável ver-se que um encontro recente como a cúpula de Brasília, reunindo os presidentes sul-americanos, revelou o desinteresse do FHC em promover uma política de integração continental, ao não aceitar a proposta dos presidentes Lagos (Chile) e Chávez (Venezuela) em colocar na agenda daquela reunião o debate sobre a coesão política sul-americana. Na verdade o governo FHC prefere uma integração subalterna aos interesses dos EUA no caso da criação da ALCA. Países como o Brasil, Venezuela e Argentina deveriam promover um amplo debate sobre nossa integração regional, não apenas no campo econômico, mas também cultural, político e geográfico redesenhando um novo mapa, com o qual já tinham pensado por exemplo homens como Simon Bolívar e outros visionários do século passado que sonharam com uma América Latina unida. Creio que esta é uma das lições políticas tiradas deste encontro no coração do continente europeu, que nos deu lições de caminhos que podemos e devemos trilhar para não sucumbir no processo de transformações que nos tentam impor através da "globalização".

*Fernando Ferro *é deputado federal pelo PT/PE*



Maior transparência

*Antônio Jorge

Sou a favor do seguro contra riscos e danos elétricos desde que quando de sua implantação haja transparência da concessionária para com o consumidor, com a aceitação prévia do mesmo e que os benefícios oferecidos não sejam os mesmos já garantidos por lei que regula o setor.

No Brasil, uma empresa - a Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL - é a primeira a fazer esse tipo de seguro, oferecendo, em troca, alguns benefícios, como pagamento dos produtos avariados por consumidores que utilizam a voltagem errada, além de assistência domiciliar de chaveiro, eletricista e encanador, entre outros.

Porém, o método adotado por ela, com o qual não concordo, de encaminhar no primeiro momento duas contas parecidas, sendo uma delas com o valor do referido seguro, que é opcional, confunde os consumidores.

Assim, se o consumidor pagar a conta que inclui o citado seguro, ele será considerado, automaticamente, um dos contratantes. No meu entender, esses benefícios oferecidos pela CPFL são apenas subprodutos.

Além do mais é obrigação das concessionárias de energia elétrica ressarcir os consumidores por prejuízos causados na queima de aparelhos em blecautes e falhas de distribuição, conforme legislação em vigor.

Ora, sabemos que a maioria da população não está preparada para observar "pequenos detalhes" como é o caso em pauta. Assim, desavisadamente quitam a conta que contém o valor do tal seguro e a partir da próxima cobrança ele virá na própria conta de energia.

Neste caso, sou contra por entender que o código de defesa do consumidor foi ferido e também houve má fé.

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL - já recebeu várias críticas sobre tal problema, portanto, espero que ela tente corrigir os erros oriundos desse posicionamento, pois o único prejudicado,como sempre, é o próprio consumidor.

*Antônio Jorge *é deputado federal pelo PTB/TO*

Jornal da Câmara — Anexo I, 15º andar, sala 605 — Fone: (0xx61) 318-5089/99 — Fax: (0xx61) 318-2196
Disque Câmara 0800 619619
Rádio Câmara FM 96,9 MHz
TV Câmara - canal 14 - Net/DF — canal 28 - Sky
www.agencia.camara.gov.br
Mídias Alternativas — Internet/Intranet — midias@camara.gov.br
Jornal da Câmara na internet: www.camara.gov.br / E-mail: jornal@camara.gov.br

Mesa da Câmara dos Deputados

Presidente: Michel Temer
1º Vice-Presidente: Heráclito Fortes
2º Vice-Presidente: Severino Cavalcanti
1º Secretário: Ubiratan Aguiar
2º Secretário: Nelson Trad
3º Secretário: Jaques Wagner
4º Secretário: Efraim Morais
Suplentes: Giovanni Queiroz, Luciano Castro
Zé Gomes da Rocha, Gonzaga Patriota
Diretor-Geral:Adelmar Silveira Sabino
Secretário-Geral da Mesa: Mozart Vianna de Paiva

SECOM - Secretaria de Comunicação Social

Diretor: Ronaldo Paixão
(061) 318-5085 / Fax: (061) 318-2108
Divulgação: Sonia Costa
(061) 318-5085
Relações Públicas: Osvaldo Vaz Morgado
(061) 318-5092
Rádio Câmara: Vladimir Almeida
(061) 318-8310
TV Câmara: Sérgio Chacon
(061) 318-5080
Agência Câmara: Ademir Malavazi
(061) 318-8473
Mídias Alternativas:Arnolfo Carvalho
(061) 318-7420

Jornal da Câmara

Diretora: Amneres Pereira
(061) 318-5098/99 - Fax: (061) 318-2196
Editora-Chefe: Marina Carvalho
Editores: Marcondes Sampaio,
Luís Cláudio Pinheiro, Oscar Telles,
Vera Ramos, Vânia Alves, Roberto Seabra, Luís Renato
Diagramadores: Antônio Alves Ferreira Júnior,
José Alberto de Almeida Filho, André Cerino, José Antonio Filho
Ilustrações: André Cerino
Revisoras: Isolda Marinho, Heloísa Lira, Malva Beatrice
Fotografia: J.Batista, Salu Parente, Sônia Baiocchi,
Eltom Bomfim, Benedita Passos, Lelo
Impressão: Imprensa Nacional
Presidência da República

AGENDA

Programação da TV Câmara

Horário Quinta 30/11

7:30 Palestra: Mergulho no inconsciente
8:30 Tradição Ocidental (08) A Era Helenística
9:00 Brasil em Debate
9:30 Comissão ou Plenário
12:30 Série: O Maravilhoso Mundo da Arqueologia "A Colonização Grega da Sicília Oriental"
13:00 Arte Brasileira: Os Colecionadores - Lucien Filkenstein
14:00 Plenário ao Vivo
18:30 Memória Política: Célio Borja
19:30 Série: O Maravilhoso Mundo da Arqueologia "A Colonização Grega da Sicília Oriental"
20:00 Arte Brasileira: Os Colecionadores - Lucien Filkenstein
21:00 Tradição Ocidental (08) A Era Helenística
21:30 Jornal da Câmara
22:00 Brasil em Debate
22:30 LINK: Conteúdo da televisão brasileira
23:30 Reapresentação de Sessão Plenária ou de Comissão
1:00 Jornal da Câmara
1:30 Tradição Ocidental (08) A Era Helenística
2:00 Brasil em Debate:
2:30 Palestra: Mergulho no inconsciente
3:30 Série: O Maravilhoso Mundo da Arqueologia "A Colonização Grega da Sicília Oriental"
4:00 Arte Brasileira: Os Colecionadores - Lucien Filkenstein
5:00 Reapresentação de Sessão Plenária ou de Comissão

Agenda da Câmara

QUINTA-FEIRA, 30.11.00
PLENÁRIO
Hora: 9:00 Pauta: Apreciação do PL 350/99, que dispõe sobre a forma e a apresentação dos símbolos nacionais e do PL 1.858/91, que modifica a redação do artigo 22 da Lei 3.999/61, que altera o salário mínimo dos médicos e cirurgiões-dentistas.
Hora: 16:00 Pauta: Sessão Solene em homenagem aos jornais *O Mossoroense e Diário de Natal.*

COMISSÕES
CCJR
Hora: 10:00 Local: Plenário 1, Anexo II
Pauta: Apreciação de proposições.
Seguridade Social
Hora: 10:00 Local: Plenário 7, Anexo II
Pauta: Reunião ordinária para apreciação de proposições.
Defesa do Consumidor
Hora: 10:00 Local: Plenário 8, Anexo II
Pauta: Audiência pública para discutir os anteprojetos de Lei que cria a ANC – Agência Nacional de Defesa do Consumidor e da concorrência e o que altera e acrescenta dispositivos as leis 8.078/90 e 8.884/94. Presença de representantes dos ministérios da Justiça e da Fazenda.
CPIs
CBF/Nike
Hora: 9:30 Local: Plenário 13, Anexo II
Pauta: Audiência pública com o membro da delegação da seleção brasileira de futebol na Copa de 1998, Fábio Koff e do membro da delegação da seleção brasileira de futebol na Copa de 1998, Américo Faria Júnior.
Narcotráfico
Hora: 10:00 Local: Plenário 11, Anexo II
Pauta: Discussão do relatório final.
ESPECIAL
Hora: 10:00 Local: Salão Negro
Pauta: Celebração de Ato Ecumênico do *Projeto Trauma.* Presença de representantes da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia.

Comissões

CCJ aprova Estatuto da Cidade

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação aprovou ontem substitutivo do deputado Inaldo Leitão (PSDB-PB) ao Projeto de Lei 5.788/1990, estabelecendo as diretrizes gerais da Política Urbana. Também conhecido como Estatuto da Cidade, o projeto regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição da República, definindo princípios e objetivos, diretrizes de ação e instrumentos de gestão urbana a serem utilizadas principalmente pelo poder público municipal.



Deputados Inaldo Leitão (E) e Ronaldo César Coelho, presidente da CCJR

O parecer aprovado define política urbana, garantia do direito à cidade, urbanismo e direito urbanístico. Enumera os objetos da política urbana, entre eles, o direito dos agentes coletivos à cidade, a distribuição social dos serviços públicos e equipamentos urbanos, a ordenação da ocupação, do uso e da expansão do território urbano e a função social da propriedade. Estabelece também os requisitos para o cumprimento da função social da propriedade imobiliária urbana, vinculando-o ao atendimento das exigências do Plano Diretor, além de dispor sobre os casos de abuso do direito e da função social da propriedade, entre eles, a retenção especulativa do solo urbano.

Além de definir políticas setoriais, como a ordenação do território, o controle do uso do solo, a participação comunitária e o desfavelamento, o projeto enumera os instrumentos de política de desenvolvimento urbano, dispondo sobre o parcelamento, a edificação e a utilização compulsórios, o direito de preempção, o direito de superfície e o usucapião especial coletivo, dentre outros. Prevê ainda punição aos prefeitos que não cumprirem a lei, inclusive com a pena de cassação de *mandato. Caso não haja recursos* para votação em plenário, o projeto volta para apreciação do Senado.

Principais itens acatados pelo relator:

■ IPTU Progessivo – combate a especulação imobiliária, nos casos de terrenos ociosos. Em cinco anos, o especulador terá pago o valor do terreno só de imposto.

■ Direito de Preferência dos Municípios – quando a prefeitura considerar o imóvel área de interesse para projetos, terá prioridade de compra, se o terreno fizer parte dos planos para construção de vias ou prédios públicos.

■ Possibilidade de Usucapião Urbano – as áreas urbanas com mais de 250 metros quadrados, ocupadas por população de baixa renda para sua moradia por cinco anos ininterruptamente e sem oposição, onde a alta densidade não permita a identificação dos terrenos ocupados por cada possuidor, são susceptíveis de serem usucapiadas coletivamente, desde que os possuidores não sejam proprietários de outro imóvel urbano ou rural.

■ Novo Plano Diretor – todo município com mais de 20 mil habitantes será obrigado a fazer o Plano Diretor, que regulamenta as medidas do Estatuto.

■ Consentimento da Vizinhança – os empreendimentos terão que passar pelo Estudo de Impacto da Vizinhança. A exemplo do Estudo de Impacto Ambiental, a licença dos vizinhos será obrigatória. Os técnicos terão que ouvir os moradores dos arredores do terreno para onde há planos de construção sobre os benefícios e malefícios da nova obra.

Comissões

Procon municipal ampliaria proteção do consumidor

O aumento e a disseminação, por todo o país, do Programa de Defesa do Consumidor (Procons) em nível municipal são a solução para fazer chegar aos cidadãos as normas previstas na Lei 8.078/90, o Código de Defesa do Consumidor, garantindo assim sua aplicabilidade. É o que concluíram os participantes dos debates ocorridos na manhã de ontem durante o 1º painel do seminário *Sistema Nacional de Defesa do Consumidor – Avaliação e Perspectivas,* promovido pela Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, no Auditório Nereu Ramos.



Lelo

Deputado Salatiel Carvalho, entre Joaci Góes e Sônia Carvalho

Durante o evento, realizado para debater o SNDC em função dos dez anos de promulgação do Código, a constatação de que apenas 600 municípios brasileiros – cerca de 10% do total, conforme assegurou o presidente da Comissão, Salatiel Carvalho (PMDB-PE) – dispõem de Procons causou polêmica e despertou acusações de discriminação aos cidadãos que não têm acesso a este serviço. Para o deputado Celso Russomanno (PPB-SP), a criação dos Procons municipais só ocorrerá quando houver uma lei federal que obrigue a isto. "Se não for assim, vamos continuar patinando. Os prefeitos têm medo de criar os procons porque isto pode lhes gerar problemas políticos e retirar-lhes o apoio financeiro nas campanhas. Essa é que é a grande verdade", afirmou o parlamentar, lembrando que nem mesmo a capital paulista, o maior município do país, dispõe de Procon.

Canais

Na abertura do seminário, o primeiro-secretário da Câmara, Ubiratan Aguiar (PSDB-CE), que representou o presidente Michel Temer, reconheceu que houve avanços com a implementação do Código de Defesa do Consumidor, mas que ainda haveria muito o que fazer para ampliar seu acesso pela população. "Cabe a este seminário encontrar caminhos para dar aplicabilidade às leis e fazer com que ela se torne mais conhecida, e que o Ministério Público seja dotado de meios eficazes para fazer cumpri-la", afirmou.

O deputado Salatiel Carvalho concordou que a aplicabilidade da lei – que está entre as mais modernas do mundo – ainda é precária, porque não há canais suficientes para o consumidor levar suas queixas. Ele destacou a importância de aperfeiçoar o sistema no Brasil atual, onde a privatização de diversos serviços públicos modificou seu funcionamento e determinou um novo tipo de relação com o consumidor. "Nem sempre os novos donos têm uma visão clara da cidadania dos consumidores", avaliou. Também participou da mesa de abertura o ex-deputado Joaci Góes, que foi relator do projeto que deu origem ao Código de Defesa do Consumidor, no final dos anos 80. Ao recordar a trajetória da matéria no Legislativo, Góes afirmou que o texto de seu substitutivo foi aprovado sem uma emenda sequer, nas duas casas, e que sofreu pressões no cargo para excluir do Código algumas categorias.

Projeto compensa redução de quota do FPM

A Comissão de Constituição, Justiça e de Redação aprovou o Projeto de Lei Complementar 116/2000, do Senado Federal, com relatoria do deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), que tem a finalidade de reduzir o impacto negativo da redução das quotas no Fundo de Participação dos Municípios (FPM) nos municípios que tiveram perda de população registrada pelo Censo de 1991.

Na mesma sessão, foi aprovado o Projeto de Lei 841/95, do deputado Vic Pires Franco (PFL-PA), que institui multa a ser aplicada à empresa de transporte aéreo em caso de emissão de bilhete de passagem em número superior à capacidade da aeronave destacada para o respectivo trecho de viagem. Do deputado Jaques Wagner (PT-BA) foi aprovado o Projeto de Lei 3.388/97, que torna obrigatória a construção de muro de proteção contínuo nas pontes, viadutos e curvas perigosas nas rodovias federais em todo o território nacional, prevendo ainda que as proteções não contínuas existentes deverão ser substituídas pelo muro previsto, dentro de, no máximo, cinco anos.

Fundo pode capitalizar prefeituras

O coordenador-executivo do Programa Estadual de Defesa do Consumidor do Rio Grande do Sul, Ben-Hur Rava, confirmou a resistência dos prefeitos em instituir os Procons locais, salientada pelo deputado Russomanno. Segundo ele, há um temor dos prefeitos em multar eventuais empresários infratores que sejam seus amigos e criar uma indisposição política.

Entre outras sugestões para viabilizar a municipalização, Rava lembrou que os municípios podem encaminhar a decisão sobre punições ao Procon estadual. Em resposta à argumentação de que as prefeituras não disporiam de verbas para instalar o Procon, Rava disse que é possível criar um fundo específico, ou ainda um consórcio entre municípios pobres para a construção de uma instituição de uso comum de seus habitantes, evitando o deslocamento a centros distantes. Ele também sugeriu o uso de fiscais de secretarias municipais nos trabalhos de fiscalização dos direitos do consumidor, resolvendo, com criatividade, a falta de mão-de-obra específica.

"Temos de pôr em prática uma lei de primeiro mundo num país de terceiro", queixou-se o coordenador-geral do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor de João Pessoa, o Procon da capital paraibana, Odon Cavalcanti Sobrinho. Entre as diversas dificuldades que teve para instalar Procons municipais no estado, quando chefiou o Procon paraibano, Sobrinho também salientou o medo dos prefeitos em perder o apoio dos comerciantes locais. Ele informou que dos 35 Procons municipais abertos na Paraíba, apenas o que está sob sua coordenação permanece em atividade. O coordenador defendeu a necessidade de "tirar do papel e pôr em prática" a Política Nacional de Defesa do Consumidor.

Amplitude do acesso é polêmica

Roberto Freitas Filho, diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça (DPDC), órgão coordenador da política governamental nesta área, assegurou que 85% da população tem acesso aos Procons, uma vez que estes 10% de municípios cobertos pelos programas concentrariam a maior parte dos habitantes do país. Ele fez um diagnóstico acerca do Sistema Nacional, no qual considerou que houve uma "capilarização" do sistema, acompanhado de um "reconhecimento da sociedade" ao trabalho dos Procons. Freitas elogiou a diversidade de agentes envolvidos no SNDC e as repercussões obtidas no Judiciário ao longo dos dez anos de vigência do Código, que teria se tornado "mais sensível" às questões ligadas ao consumo.

O presidente da ONG Instituto Brasileiro de Política e Defesa do Consumidor (Brasilcom), João Batista de Almeida, duvidou do percentual de 85% apresentado pelo diretor do DPDC. "A metade da população está sem assistência nesta área. Cinco mil municípios não têm Procon. A falta de acesso aos Procons é um estímulo à fraude do mau fornecedor", avaliou. Ele considera que nestes 10 anos não houve evolução nem na oferta de procons no município, que permaneceu estacionada em 10%, nem no crescimento das entidades civis de defesa do consumidor. "Não há vontade política de instalar os Procons municipais, não há política de governo para amparar as entidades nem estimular a criação de novas", denunciou.

Almeida também criticou a criação da Agência Nacional de Defesa do Consumidor, que, segundo ele, esvaziará o Fundo de Defesa dos Direitos Difusos, responsável pelos recursos destinados às entidades civis e aos Procons, inviabilizando sua existência. A criação da Agência também foi tratada com "temor" pelo representante paraibano, Odon Cavalcanti Sobrinho.

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL — ANO VI – Nº 1.211 – BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 30 DE NOVEMBRO DE 2000



Luxemburgo

Luxemburgo depõe na CPI do Futebol

PÁGINA 9

Plenário vota hoje política para a coleta de sangue

PÁGINA 9



Milton Campos

Milton Campos é homenageado no centenário

PÁGINA 9

Combate à sonegação renderá R$ 6 bilhões, estima comitê

Previsão de receita, originária de três projetos de combate à sonegação que tramitam na Câmara dos Deputados, será apresentada ao plenário da Comissão de Orçamento, hoje, às 10h, em forma de adendo ao relatório parcial de arrecadação



CAS acolheu requerimento de Osmar Dias para ouvir o ministro da Educação

Três projetos de combate à sonegação que tramitam na Câmara dos Deputados e que financiarão parte do aumento do salário mínimo para R$ 180 renderão ao Tesouro R$ 6 bilhões no próximo ano. A previsão foi feita pelo comitê de receitas da Comissão Mista de Orçamento, reunido ontem à noite.

PÁGINA 5

CAS ouvirá ministro sobre o repasse de verbas do Fundef aos municípios

PÁGINA 6

ACM AFIRMA QUE EMENDAS DE PARLAMENTARES SERÃO PRESERVADAS

O presidente do Senado disse ontem que o acordo sobre o salário mínimo está mantido e preserva as emendas dos parlamentares. Vários senadores se manifestaram em Plenário sobre o aumento do piso salarial.

PÁGINAS 2 E 11

Gros prevê na CAE maior atuação regional do BNDES

PÁGINA 7



Francisco Gros *(ao lado de Suassuna)* disse que o BNDES tem papel limitado na diminuição das desigualdades regionais



Comissão de Educação, presidida por Freitas Neto *(centro)*, aprecia mudanças na Lei de Entorpecentes

Especialistas pedem mais atenção a drogas legais

Em audiência pública na Comissão de Educação, especialistas lembram que álcool, tabaco e outras drogas lícitas são as mais usadas pelos adolescentes. Debate encaminha alterações na Lei de Entorpecentes.

PÁGINA 7

PLENÁRIO ACEITA INDICAÇÕES PARA STJ E DEFENSORIA

PÁGINA 3

CARDOSO EXPLICA TRABALHO DA ABIN À COMISSÃO MISTA

PÁGINA 3

CCJ muda regras das relações entre Estado e fundos de pensão

Relatório do senador José Fogaça incorporou os termos de acordo definido entre os integrantes da comissão e foi aprovado por unanimidade.

PÁGINA 4

PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES
004083
CÂMARA MUNICIPAL
13825-000 HOLAMBRA - SP

ACM: mínimo preservará emendas parlamentares

Segundo presidente do Senado, as medidas que o Congresso aprovará para combater a sonegação fiscal permitirão gerar os recursos necessários ao aumento do salário mínimo, sem necessidade de excluir as emendas de deputados e senadores

O presidente do Senado Federal, Antonio Carlos Magalhães, disse ontem que o acordo entre governo e Congresso para fixar o salário mínimo em R$ 180 será mantido, e não afetará as emendas de iniciativa dos parlamentares ao Orçamento Geral da União, que, segundo ele, serão financiadas por outras fontes de recursos.

– O acordo será cumprido, até porque, no decorrer do tempo, não haverá prejuízo para as emendas dos parlamentares – observou.

Antonio Carlos observou que o relator-geral da Comissão Mista de Orçamento, senador Amir Lando, já declarou que essas emendas poderão ser supridas pelo acréscimo de arrecadação proveniente do combate à sonegação fiscal. O senador afirmou que está satisfeito com a solução encontrada para o reajuste do mínimo, e lembrou que o valor de R$ 180 foi proposto inicialmente pelo Congresso.

– Essa foi uma decisão do Congresso, à qual o presidente cedeu, levando em conta os argumentos dos parlamentares e dos trabalhadores do Brasil – ressaltou.



Antonio Carlos destacou o papel desempenhado pelo Congresso na elevação do salário mínimo

CARTAS

Nesta seção, o *Jornal do Senado* publica cartas, faxes e *e-mails* enviados pelos leitores.

Endereço:
Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal, Sala 2006
Brasília - DF - 70165-920

E-mail: jornal@senado.gov.br

Fax: (61) 311-3137 ou (61) 311-3333

0800 612211 – *Voz do Cidadão*

Base de dados para estudos políticos

Gostaria de receber com regularidade o periódico da Câmara Alta do país. Sou um estudioso da Ciência Política, e a mim muito interessa adquirir tais exemplares, que constituem importante base de informações e dados.

Faço faculdade de Direito no Ceará e recomendo sempre aos colegas esse veículo do Senado.

Edmilson Barbosa Francelino Filho
Fortaleza (CE)

Informação para biblioteca municipal

Solicito a inclusão do meu nome e dados pessoais no cadastro, para receber por via postal o *Jornal do Senado*.

Pela sua importância, as informações nele contidas serão de valiosa importância para a biblioteca municipal da cidade, pela qual sou responsável.

Gildásio Rodrigues da Silva Júnior
Bom Jesus da Lapa (BA)

Transparência e imparcialidade

Sou aluno do 2º colegial noturno da Escola Pública Estadual "Irmã Arminda Sbrissio", e escrevo-lhes para parabenizá-los pelo trabalho excelente que esse jornal vem fazendo.

Tudo com muita transparência, sem rodeios e nem "puxar a sardinha" para um senador ou para outro.

Wander Custodio Florencio
Bauru (SP)

Quem realmente trabalha pelo país

Venho por meio desta cumprimentar não somente este jornal, do qual sou assinante e por meio do qual fico por dentro dos assuntos e dos senadores que realmente trabalham em prol do nosso país, mas também cumprimentar a TV Senado pelo programa *Quem tem medo da música clássica?* Simplesmente, fantástico!

Waldir Gomes Correa
Uberlândia (MG)

RESULTADO DA ORDEM DO DIA

QUARTA-FEIRA, 29 DE NOVEMBRO DE 2000

1 Projeto de Lei do Senado nº 591, de 1999-Complementar (senador Freitas Neto). Altera a composição do conselho a que se refere a Lei Complementar nº 66, de 17 de junho de 1991. Parecer nº 1.066/2000-CCJ, relator: senador Edison Lobão, favorável com as emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta. Aprovado o projeto. Votaram: Sim: 63 Não: 0 Abst.: 0 Total: 63. Aprovadas as emendas nºs 1 e 2-CCJ. Votaram: Sim: 58 Não: 0 Abst.: 3 Total: 61. À Câmara dos Deputados.

2 Parecer nº 1.146, de 2000 – MSF nº 208/2000 (nº 1.437/2000, na origem). Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a Mensagem nº 208, de 2000 (nº 1.437/2000, na origem), de 28 de novembro último, pela qual o presidente da República submete à deliberação do Senado o nome da senhora Anne Elisabeth Nunes de Oliveira para exercer o cargo de defensor público geral da União, com mandato de dois anos. Parecer nº 1.146/2000-CCJ, relator: senador José Fogaça. Aprovado. Votaram: Sim: 61 Não: 1 Abst.: 2 Total: 64. Será feita a devida comunicação ao senhor presidente da República.

3 Parecer nº 1.147, de 2000 – MSF nº 237/2000 (nº 1.718/2000, na origem). Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a Mensagem nº 237, de 2000 (nº 1.718/2000, na origem), de 28 de novembro último, pela qual o presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do senhor Sebastião de Oliveira Castro Filho para compor o Superior Tribunal de Justiça na vaga de desembargador. Parecer nº 1.147/2000-CCJ, relator: senador Iris Rezende. Aprovado. Votaram: Sim: 63 Não: 1 Abst.: 2 Total: 66. Será feita a devida comunicação ao senhor presidente da República.

4 Projeto de Decreto Legislativo nº 89, de 2000 (nº 225/99, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que outorga a permissão à Rádio Interativa Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Aguaí, estado de São Paulo. Parecer nº 860/2000-CE, relator: senador Romeu Tuma, favorável. Aprovado. À promulgação.

5 Projeto de Decreto Legislativo nº 165, de 2000 (nº 323/99, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Belo Horizonte Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais. Parecer nº 1.056/2000-CE, relator: senador Francelino Pereira, favorável, com abstenção do senador Geraldo Cândido. Aprovado. À promulgação.

6 Projeto de Decreto Legislativo nº 166, de 2000 (nº 276/99, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que outorga a concessão à MR Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Urbano Santos, estado do Maranhão. Parecer nº 1.031/2000-CE, relator: senador Edison Lobão, favorável, com voto contrário do senador Lauro Campos. Aprovado. À promulgação.

7 Projeto de Decreto Legislativo nº 217, de 2000 (nº 447/99, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que autoriza a Associação de Comunicação, Cultura e Desporto do município de Elesbão Veloso a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Elesbão Veloso, estado do Piauí. Parecer nº 1.109/2000-CE, relator: senador Freitas Neto, favorável. Aprovado. À promulgação.

8 Requerimento nº 567, de 2000 (senador Jefferson Peres e outros srs. senadores). Requerem, nos termos dos arts. 50 da Constituição federal e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, seja convocado o sr. ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República para prestar, perante o Plenário desta Casa, esclarecimentos sobre operações da Agência Brasileira de Inteligência (Abin). Lido e aprovado o Requerimento nº 595/2000, do senador Jefferson Péres, solicitando o adiamento da votação do RQS nº 567, de 2000, para o dia 5/12/2000. O RQS nº 567/2000 constará da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária da próxima terça-feira, dia 5/12/2000. Lido o Requerimento nº 594/2000, do senador José Roberto Arruda, solicitando que a convocação do ministro-chefe do Gabinete da Segurança Institucional da Presidência da República seja transferida para o âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. À publicação.

Fonte: Secretaria-Geral da Mesa

AGENDA

QUINTA-FEIRA, 30 DE NOVEMBRO DE 2000

Presidente
Antonio Carlos Magalhães

11h – Preside sessão deliberativa ordinária

PLENÁRIO

10h – Sessão deliberativa ordinária
Hora do Expediente: será destinada a comemorar o centenário de nascimento de Milton Campos.
Pauta: PLC nº 1/99, regulamenta o parágrafo 4º do art. 199 da Constituição federal, relativo à coleta, processamento, estocagem, distribuição e aplicação do sangue, seus componentes e derivados; estabelece o ordenamento institucional indispensável à execução adequada dessas atividades; e PDL nº 168/2000, aprova o ato que outorga permissão à MR Radiodifusão para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Vitória do Mearim (MA).

COMISSÕES

9h – CPI do Futebol
Pauta: depoimento do treinador Wanderley Luxemburgo. *Ala Senador Nilo Coelho – Sala 2*
10h – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Pauta: votação de créditos suplementares. *Plenário nº 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados*
14h – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
Pauta: depoimento do ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, general Alberto Mendes Cardoso, para prestar esclarecimentos sobre operações da Agência Brasileira de Inteligência (Abin). *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 5*

PREVISÃO PLENÁRIO

Sexta-feira
9h – Sessão não deliberativa

Brasil 500
SENADO FEDERAL

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL
Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho - Lomas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327
Editor-Chefe: Edson de Almeida
Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Morais e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Raque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

13832-000 HORTOLÂNDIA
PRESIDENTE DA CÂMARA DE DEPUTADOS

Comissão mista ouve hoje o general Cardoso

Plenário aprova requerimento do senador José Roberto Arruda para que ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional compareça ao colegiado, que tem a finalidade de controlar atividades de inteligência do governo

O Senado aprovou requerimento do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) para que o general Alberto Cardoso, ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, seja ouvido hoje, às 14h, na Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI).

O que estava previsto para ser votado era um requerimento do senador Jefferson Péres (PDT-AM) para que o general esclarecesse em Plenário as operações da Agência Brasileira de Inteligência. O próprio Jefferson Péres, contudo, concordou com o adiamento da decisão sobre seu requerimento. Ficou decidido que ele será votado na próxima terça-feira.



O Plenário ainda deverá votar outro requerimento, na terça-feira, para que o general compareça à Comissão de Justiça do Senado

Na ocasião, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse que houve uma confusão desnecessária em torno do assunto. Ele informou que o general lhe comunicara seu desejo de comparecer ao Senado o mais breve possível, esperando uma convocação para falar na Comissão de Educação.

No dia da instalação da CCAI, prosseguiu o presidente do Senado, decidiu-se que o general deveria primeiro apresentar-se à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Antonio Carlos Magalhães afirmou ter-se surpreendido agora com o requerimento de Arruda para que o general seja ouvido na Comissão de Controle das Atividades de Inteligência. E reconheceu que o Plenário era soberano para tomar essa decisão.

Antes de entrar num acordo para que seu requerimento seja votado terça-feira, o senador Jefferson Péres argumentou que a ida do general à CCAI é uma providência de rotina, que a comissão pode tomar à hora que quiser. O comparecimento do general ao Plenário, pedido em seu requerimento, visa esclarecer, perante a sociedade brasileira, fatos noticiados pela imprensa sobre as atividades da Abin.

INFORMAÇÕES

O senador José Roberto Arruda argumentou, contudo, que, logo que a CCAI foi instalada, o general Alberto Cardoso o procurou manifestando seu desejo de comparecer o mais cedo possível à comissão, no propósito de colocar à disposição dos senadores todas as informações e responder a todos os questionamentos.

No mesmo debate, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) argumentou que a CCAI é absolutamente inconstitucional, porque não pode substituir o conjunto dos senadores e dos partidos na sua pluralidade. "Essa comissão não resistiria a uma medida judicial", disse ele, lastimando que o exemplo se multiplique em outros legislativos, onde tenta-se fazer minorias eventuais substituir a voz do Parlamento.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) considerou da maior relevância que todos os senadores ouçam o general Alberto Cardoso. Em sua opinião, trata-se de questão de interesse de todo o Plenário e, se o depoente avaliar que algumas informações só possam ser concedidas em sessão reservada, não haverá dificuldade em tornar a sessão secreta. Concordando com Suplicy, Heloísa Helena (PT-AL) observou, contudo, que ninguém no Plenário é ingênuo para imaginar que a Casa vai arrancar informações relevantes do general Alberto Cardoso.

Acolhidas indicações para Defensoria Pública e STJ

Em votações secretas, o Plenário do Senado aprovou ontem duas indicações do presidente da República para ocupar postos públicos. Por 61 votos a favor, nenhum contra e duas abstenções, foi aprovado o nome de Anne Elisabeth Nunes de Oliveira para o cargo de defensora pública geral da União, com mandato de dois anos. O senador José Fogaça (PMDB-RS) foi relator da mensagem na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).



Fogaça deu parecer favorável, na CCJ, à indicação da defensora pública geral

Foi também aprovado o nome de Sebastião de Oliveira Castro Filho para o cargo de ministro do Superior Tribunal de Justiça. O senador Iris Rezende (PMDB-GO) deu parecer favorável à indicação na CCJ. Nessa votação, foram registrados 63 votos a favor, um contra e duas abstenções. As duas decisões serão agora comunicadas ao presidente da República.

Municípios do Nordeste terão um representante no conselho da Sudene

Os municípios do Nordeste terão um representante no Conselho Deliberativo da Sudene. Decisão nesse sentido foi aprovada ontem pelo Plenário do Senado, ao votar projeto do senador Freitas Neto (PFL-PI). O projeto vai agora à deliberação da Câmara.

Na justificação do projeto, Freitas Neto argumenta que o conselho da Sudene precisa contar com uma entidade municipal de credibilidade e representatividade, que congregue a maioria dos municípios da região. Seu projeto disciplina a escolha desse representante, de forma a garantir que ele efetivamente traga ao conselho o pensamento dos prefeitos nordestinos.

Conforme o parlamentar, é nos municípios que se fazem os investimentos e que se conduzem os trabalhos organizados pela Sudene, cabendo-lhes, portanto, voz ativa nas decisões do conselho. Relator do projeto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o senador Edison Lobão (PFL-MA) apresentou duas emendas de redação, também aprovadas pelo Plenário.

Na discussão da matéria, Freitas Neto explicou que o conselho da Sudene hoje é constituído pelo superintendente da instituição, o presidente do Banco do Nordeste, governadores da região, representantes de seis ministérios, um representante das classes produtoras e outro das classes trabalhadoras. Já os municípios, que são diretamente afetados pelas decisões, estão injustificadamente fora do conselho.

Freitas Neto reconheceu que, na época da criação do conselho, os municípios não dispunham de uma entidade que os representasse, mas agora existe a União Municipalista do Nordeste. Mesmo assim, o senador entendeu que o projeto não devia nominar a entidade que integrará o conselho.

No mesmo debate, o senador Hugo Napoleão (PFL-PI) elogiou a conveniência do projeto, dizendo que os municípios são a célula-mãe da Federação. Ele definiu a inclusão dos municípios no conselho como uma medida democrática e considerou importante ajudar a Sudene, e não combatê-la ou esvaziá-la.



Edison Lobão, relator do projeto na CCJ, apresentou duas emendas de redação, também aprovadas

Aprovadas concessões de quatro emissoras de rádio

O Senado aprovou ontem decretos legislativos outorgando e renovando permissões e concessões para a exploração de serviço de radiodifusão. Foi outorgada permissão à Rádio Interativa, de Aguaí (SP); renovada a permissão da Rádio Belo Horizonte, de Belo Horizonte (MG); outorgada concessão à MR Radiodifusão, de Urbano Santos (MA); e autorizada a execução de serviço de radiodifusão pela Associação de Comunicação, Cultura e Desporto, de Elesbão Veloso (PI). As matérias agora vão a promulgação.

CCJ regula relação entre Estado e fundos de pensão

O parecer aprovado pelos integrantes da comissão, de autoria do senador José Fogaça, condiciona a realização de novos investimentos por parte das entidades de previdência à concordância de suas patrocinadoras

Com base em relatório do senador José Fogaça (PMDB-RS), os senadores da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovaram ontem modificações no projeto de lei que define o relacionamento entre o poder público, empresas estatais e fundos de pensão. Fogaça acatou, com alterações, duas emendas apresentadas pela senadora Heloísa Helena (PT-AL) e uma emenda de José Roberto Arruda (PSDB-DF) que definem a paridade entre patrocinadores e assistidos no conselho deliberativo e restringem o controle ou participação em acordo de acionistas de empresas.

Diante de acordo incorporado ao relatório de Fogaça, José Eduardo Dutra (PT-SE) retirou voto em separado que havia apresentado pedindo a rejeição da emenda de Arruda, que, em sua redação original, vedava a possibilidade de os fundos de pensão controlarem, por meio da compra de ações, sociedades anônimas.

– Diversos blocos de acionistas já foram formados. Seria negativo retroceder nessa situação – afirmou José Fogaça.

Ele acrescentou que sua proposta condiciona novos investimentos de fundos de pensão em empresas à concordância da patrocinadora do fundo.

Segundo Fogaça, os fundos de pensão que têm planos de benefícios definidos devem ter maior participação de suas patrocinadoras, pois, em caso de déficit, os fundos não se mantêm autonomamente, necessitando de aportes para cobrir débitos. Dessa forma, como parte do acordo que contou com a participação do ministro da Previdência e Assistência Social, Waldeck Ornélas, o relator reintegrou ao projeto dispositivo que garante ao governo voto de qualidade no conselho deliberativo dos fundos de pensão.

Diante dessas explicações, Roberto Requião (PMDB-PR) e Jefferson Péres (PDT-AM), que haviam se manifestado contra a emenda original de Arruda, apoiaram o relatório de Fogaça, que foi aprovado por unanimidade.

– Já estava convencido da inconveniência da emenda do senador Arruda. Não faz sentido que fundos de pensão, que obedecem ao regime de capitalização, fiquem impedidos de ser acionistas majoritários de empresas. Nesse caso, os fundos só poderiam aportar recursos e correr o risco de verem a poupança dos participantes evaporar por gestão temerária – criticou Jefferson.

Com as alterações incluídas no projeto, a proposta terá de voltar à Câmara para apreciação das modificações introduzidas pelo Senado.

DOAÇÃO

Na mesma reunião, os integrantes da CCJ também aprovaram parecer do senador Bernardo Cabral (PFL-AM) favorável ao projeto de lei da Câmara que autoriza o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a doar imóvel ao município do Recife. No terreno do INSS, foi criado, em 1985, o Parque da Jaqueira, de acordo com contrato de comodato que expira no próximo dia 31 de dezembro.

Segundo o parecer de Bernardo Cabral, o parque já faz parte do cotidiano dos habitantes da cidade, oferecendo à população atividades de lazer e noções sobre a importância da preservação da natureza. A matéria, de autoria do governo federal, segue para apreciação do Plenário.



O texto acolhido pelos senadores permite aos fundos de pensão ter o controle acionário de sociedades anônimas

Bens submersos ou afundados poderão ser explorados

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) também aprovou ontem projeto de lei que autoriza brasileiros e estrangeiros a explorar bens submersos ou afundados no mar territorial brasileiro. O relatório favorável é do senador José Eduardo Dutra (PT-SE), e o projeto estabelece que quem fizer o resgate terá direito a recebimento de até 40% do valor do bem retirado do fundo do mar.

Os bens de valor histórico, artístico ou arqueológico ficarão em poder da União. O projeto ainda será votado no Plenário. A legislação atual permite que somente empresas brasileiras explorem os navios submersos. Para o autor da proposta, ex-deputado Fábio Feldman, "apesar de aparentemente garantir ao Brasil a propriedade desses bens, na verdade, a lei prestou um desserviço, pois desestimulou a pesquisa e, por outro lado, incentivou a pirataria".

Os membros da CCJ aprovaram ainda o projeto que cria cargos no Tribunal Regional do Trabalho de Goiás, com relatório do senador Iris Rezende (PMDB-GO). Iris rejeitou emenda de plenário do senador Bello Parga (PFL-MA) que determinava que o dinheiro necessário ao preenchimento dos cargos saísse da própria dotação orçamentária do TRT.



José Eduardo Dutra relatou a matéria favoravelmente

Segundo o relator, o projeto não aumenta as despesas do erário, já que a criação de cargos efetivos será acompanhada da dispensa dos servidores requisitados em outros órgãos pelo TRT. Assim, em vez de aumentar gastos, o relator informou que a proposta traria R$ 84,67 mil por ano de economia.

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) não concordou. Para ele, haverá aumento de despesa porque os servidores devolvidos aos órgãos de origem passarão a ser remunerados em sua antiga repartição. Iris respondeu que a maior parte dos servidores que hoje atuam no TRT vêm de municípios e do estado. O projeto foi aprovado sem emendas para que não retornasse à Câmara, onde tramita desde 1994.

Na reunião de ontem, José Fogaça (PMDB-RS), relator do projeto que cria contribuição para financiar o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa, pediu maior prazo para finalizar o parecer. Segundo ele, a matéria prevê aumento de impostos, o que não é visto com bons olhos pelas empresas que compram tecnologia do exterior e pagam *royalties*, que seriam afetadas pelo projeto.

O líder do governo, José Roberto Arruda (PSDB-DF), concordou com o pedido de adiamento e anunciou que o Palácio do Planalto irá promover reunião na manhã de hoje com técnicos do governo para discutir a proposta, que é de autoria do Executivo e já foi aprovada pela Câmara dos Deputados.

União pode ser autorizada a criar guarda nacional para proteger bens

Os senadores da CCJ aprovaram emenda apresentada em Plenário pelo senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) que inclui na proposta de emenda constitucional sobre as guardas municipais a criação de guarda nacional com a finalidade de proteger os bens, serviços e instalações da União.



É de Arruda a emenda que cria a Guarda Nacional

Segundo a justificação da emenda, a guarda nacional permitirá que a Polícia Federal e as Forças Armadas exerçam com exclusividade suas funções típicas: a Polícia Federal, a de polícia judiciária da União; e as Forças Armadas, a defesa da pátria e garantia dos poderes constitucionais. O relator da matéria foi Jefferson Péres (PDT-AM), em substituição a Iris Rezende (PMDB-GO). A matéria será apreciada pelo Plenário do Senado.

A CCJ aprovou ainda parecer favorável a projeto de Geraldo Cândido (PT-RJ) que autoriza o Executivo a instituir medidas de apoio a seus servidores que sejam pais ou responsáveis por portadores de deficiência. O relator foi Lúcio Alcântara (PSDB-CE). A matéria segue para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde terá decisão terminativa – que equivale à do Senado como um todo, a não ser que seja apresentado recurso para apreciação pelo Plenário.

Definidas regras para fixar taxas de cartórios

Outro parecer aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) é favorável ao projeto de lei do Poder Executivo que determina a fixação das taxas e emolumentos dos cartórios de notas e registros pelos estados e o Distrito Federal. A proposta da nova legislação, já aprovada na Câmara dos Deputados, visa regulamentar o artigo 236 da Constituição federal e ainda será votada no plenário do Senado Federal. O relator da matéria é o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE).

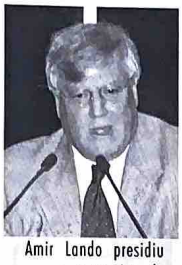
De acordo com o projeto, o valor a ser fixado deverá corresponder ao efetivo custo e à adequada e suficiente remuneração dos serviços prestados, sempre levando em conta a natureza pública e o caráter social dos serviços notariais e de registro. As normas valem para os cartórios de notas, registro civil, registro de imóveis e de títulos e documentos, entre eles os cartórios judiciais.

A lei prevê que os estados e o Distrito Federal estabelecerão forma de compensação para as certidões de nascimento e outros serviços que, por obrigação legal, devem ser gratuitos para o público em geral. O texto dá prazo de 90 dias para que as tabelas sejam revistas e se adaptem à nova lei.

Foi rejeitada emenda do senador Romeu Tuma (PFL-SP) que abria exceção para a cobrança de taxas ou acréscimos sobre os emolumentos para financiar um Fundo de Reaparelhamento e Modernização ou para o custeio do regime próprio de servidores dos cartórios.

Comitê calcula em R$ 6 bi esforço contra a sonegação

Nova estimativa de receita será apresentada ao plenário da Comissão de Orçamento, hoje, às 10h, em forma de adendo ao relatório parcial



Amir Lando presidiu a reunião do comitê de receitas

Reunido ontem à noite, o comitê de receitas da Comissão Mista de Orçamento concluiu que os três projetos de combate à sonegação, em tramitação na Câmara e que financiarão parte do aumento do salário mínimo para R$ 180, renderão ao Tesouro R$ 6 bilhões no próximo ano. A estimativa de receita será apresentada ao plenário da Comissão, hoje, às 10h, em forma de adendo ao relatório parcial de arrecadação.

Presidido pelo relator-geral do Orçamento 2001, senador Amir Lando (PMDB-RO), o comitê resolveu utilizar da seguinte forma esta receita adicional: R$ 1,2 bilhão para financiar parte do aumento do salário mínimo, R$ 800 milhões para bancar emendas individuais dos parlamentares e R$ 4 bilhões para emendas coletivas (apresentadas por bancadas e comissões) e para uso do relator-geral.

O comitê decidiu não apresentar agora qualquer reestimativa de arrecadação da CPMF e da Contribuição Financeira para a Seguridade Social (Cofins), à espera de novos dados sobre o comportamento das receitas federais. Há poucos meses foram feitas mudanças na cobrança dessas duas contribuições e ainda não há segurança sobre os novos níveis de arrecadação. O comitê também não indicará agora de onde sairá R$ 1,4 bilhão para substituir a previsão do Executivo de cobrança da contribuição previdenciária dos inativos federais – os líderes rejeitaram a proposta do Palácio do Planalto de votar ainda neste ano a taxação dos inativos.

A Comissão de Orçamento apreciará hoje de manhã, além da nova previsão de receitas, dezenas de pedidos de créditos suplementares feitos pelo presidente da República. A comissão chegou a se reunir ontem para esta votação, mas o PT decidiu continuar obstruindo os trabalhos até que fique "bem claro se os partidos da base governista votarão ou não os projetos contra a sonegação", conforme o deputado João Cóser (PT-ES).

Amir Lando insiste na importância dos projetos

O relator-geral do Orçamento 2001, senador Amir Lando, afirmou ontem que, sem a aprovação dos três projetos destinados a combater a sonegação, "não haverá salário mínimo de R$ 180". Ele minimizou a reação de alguns líderes contra o item do acordo firmado pela relatoria com o Executivo que prevê o uso de todo o dinheiro das emendas parlamentares no pagamento do salário mínimo.

– O acordo foi tratado com os líderes partidários. Eles sabiam e concordaram com a alternativa. Não acredito que, sob o argumento de que não abrem mão de suas emendas, os deputados e senadores se recusem a votar os projetos de combate à sonegação. Não acertei nada sem o consentimentos dos líderes – disse Amir Lando.

O acordo firmado na noite de terça-feira entre o Palácio do Planalto, o relator-geral do Orçamento 2001 e a liderança do governo no Congresso prevê que serão destinados ao salário mínimo recursos de três fontes: R$ 1,6 bilhão das verbas antes direcionadas às emendas parlamentares, corte de R$ 300 milhões no custeio da máquina administrativa e R$ 1,2 bilhão de receita a ser proporcionada pelos projetos anti-sonegação. Se a arrecadação superar o R$ 1,2 bilhão, os recursos serão usados nas emendas do Congresso. Os economistas do Congresso acreditam que os projetos vão aumentar a arrecadação em até R$ 9 bilhões ao ano.



A Comissão de Orçamento deverá receber até o dia 14 de dezembro o relatório geral sobre o Orçamento, preparado por Amir Lando

Orçamento terá que ser votado até o dia 15

A Comissão Mista de Orçamento terá de votar o projeto do Orçamento para 2001 até dia 15 de dezembro, mesmo com o atraso ocorrido por conta da discussão das fontes de financiamento do salário mínimo. A manutenção do prazo final foi decidida ontem durante reunião do presidente da comissão com o relator-geral e os dez relatores setoriais.

Foram feitas apenas duas modificações no cronograma. Os sub-relatores ganharam 12 dias para apresentar seus pareceres sobre as diversas emendas apresentadas pelos parlamentares e agora o trabalho deverá estar concluído até dia 6 de dezembro – o prazo anterior esgotou-se no último fim de semana. Já o relator-geral, senador Amir Lando (PMDB-RO), ganhou apenas três dias para apresentar seu trabalho final ao plenário da Comissão – será no dia 14.

O presidente da comissão, deputado Alberto Goldman (PSDB-SP), acredita que, apesar dos prazos reduzidos, o Congresso tem condições de votar o Orçamento ainda neste ano. Ele lembrou que o atraso na votação, *como ocorreu nos últimos anos, irá prejudicar "as milhares de obras em andamento no país", pois a partir de 2001 o Executivo só pode liberar dinheiro em janeiro e fevereiro para pagamento de pessoal, previdência, juros e amortizações da dívida pública. Não se podem liberar mais "duodécimos" do orçamento para obras ou custeio da máquina pública.*

Acordo do mínimo é marco histórico, afirma Ornélas

O ministro da Previdência e Assistência Social, Waldeck Ornélas, classificou ontem como um "marco histórico" o acordo firmado entre lideranças partidárias e o governo para elevar o valor do salário mínimo a R$ 180, a partir de abril do ano que vem. Ele afirmou ainda que o aumento não terá impacto sobre as contas da Previdência, uma vez que suas fontes de financiamento estão definidas.

– Pela primeira vez na história deste país, discute-se o novo valor do salário mínimo no momento oportuno, que é o da discussão do Orçamento – afirmou Ornélas na abertura de uma audiência pública sobre o tema promovida pela Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional.

Segundo números apresentados pelo ministro, deverão ser pagos em média, no ano que vem, 19,9 milhões de benefícios. Desse total, 12,8 milhões terão valor igual ao do salário mínimo. Ele procurou deixar claro, no entanto, que apenas 35% deles – 4,6 milhões de benefícios – serão propriamente previdenciários, ou seja, resultado de contribuições feitas até o momento da aposentadoria pelos segurados.



Ornélas (E), ao lado de Goldman, fala na Comissão de Orçamento

– O problema do salário mínimo não é previdenciário, mas fiscal – reiterou Ornélas. Depois da aprovação do fator previdenciário, explicou, o déficit do setor se estabilizou e deverá limitar-se, em 2020, a 0,84% do Produto Interno Bruto (PIB). O peso do aumento do salário mínimo, disse o ministro, recairia, portanto, sobre benefícios assistenciais ou subsidiados.

Dos 12,8 milhões de benefícios de valor igual ao mínimo, 1,2 milhão refere-se à aplicação da Lei Orgânica da Assistência Social (Loas) e sete milhões aos benefícios subsidiados. Por meio da Loas, são beneficiados idosos acima de 67 anos sem renda e os portadores de deficiência com renda *per capita* familiar inferior a um quarto do salário mínimo. Os benefícios subsidiados atingem principalmente os segurados especiais, como os trabalhadores rurais. "O déficit decorre de subsídios e tem de ser coberto com recursos de contribuições sociais", defendeu Ornélas.

O ministro detalhou para os parlamentares os setores beneficiados pelos R$ 8,3 bilhões em renúncias previdenciárias. Os segurados especiais contam com R$ 3,2 bilhões e as empresas filiadas ao Simples com R$ 2,2 bilhões. As entidades filantrópicas, ressaltou Ornélas, têm isenções de R$ 1,9 bilhão e muitas vezes ofereciam assistência social apenas aparente. "Existem 200 grandes empresas que exploram serviços de saúde e educação, representam 50% da renúncia previdenciária e montam creches escondidas nas favelas para dizerem que prestam assistência", condenou.

Durante o debate na comissão, o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) questionou o real impacto sobre as contas públicas decorrente do aumento do salário mínimo, uma vez que o novo valor também contribuiria para o aquecimento da economia. O ministro respondeu que os cálculos feitos pelo governo quando ainda se discutia o tamanho do reajuste já levavam em conta o seu resultado líquido nas contas públicas, ou seja, o aumento das despesas deduzido do aumento da arrecadação. O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) pediu esclarecimentos sobre a forma de cobrança de contribuições do setor rural.

CAS aprova mudança nos hospitais universitários

Instituições poderão atender pacientes que se disponham a pagar ou tenham cobertura de planos de saúde. Objetivo do projeto, que tramita em caráter terminativo, é permitir a captação de recursos provenientes de internações

Os hospitais universitários e de ensino poderão atender pacientes que se disponham a pagar pela assistência prestada ou que se encontrem cobertos por planos de saúde. O pagamento será na mesma base do Sistema Único de Saúde, com diferenciação apenas no padrão de hotelaria. A decisão foi tomada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), ao aprovar parecer favorável do senador Geraldo Althoff (PFL-SC) ao projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que permite aos hospitais universitários, na prática, captar recursos provenientes de internações hospitalares.

A matéria voltará a ser examinada na próxima semana em turno suplementar, mas tem decisão terminativa na CAS. O senador Tião Viana (PT-AC) anunciou que apresentará emenda à proposição.

Para o presidente da CAS, senador Osmar Dias (PSDB-PR), o projeto "é de alto alcance social", razão pela qual, adiantou, fará o possível para que seja votado antes do recesso parlamentar. A seu ver, as populações mais humildes, com a aprovação do projeto, teriam maior oportunidade de atendimento médico-hospitalar. Em contrapartida, os hospitais universitários passariam a ter novos recursos, a serem aplicados na manutenção das unidades e na melhoria das condições de atendimento.



Althoff deu parecer favorável ao projeto que muda o atendimento nos hospitais universitários

Na mesma reunião, a CAS resolveu ouvir o Conselho Federal de Medicina a respeito do projeto do senador Edison Lobão (PFL-MA) que estende de 30 dias para dois anos o prazo de penas disciplinares aplicadas aos médicos por falta cometida no exercício da profissão. A audiência foi pedida pelo senador Geraldo Althoff.

TRANSGÊNICOS

O projeto da senadora licenciada Marina Silva (PT-AC) que proíbe, por cinco anos, o plantio e comercialização de alimentos geneticamente modificados, teve sua votação adiada pela Comissão de Assuntos Sociais. O motivo do adiamento foi que o relator, senador Lúcio Alcântara, resolveu aprofundar a análise da matéria e ouvir entidades e especialistas no assunto.

O senador Júlio Eduardo (PV-AC) pediu vista do projeto do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) que concede incentivos fiscais aos proprietários rurais que preservarem permanentemente as reservas florestais legais. O valor anual das deduções, de acordo com o projeto, não poderá ser superior a 20% do Imposto de Renda devido. A matéria deve entrar em pauta na próxima reunião da CAS.

A votação do projeto que cria reserva do Fundo de Participação dos Estados (FPE) para os estados que mantenham unidades de conservação da natureza e terras indígenas demarcadas em seus territórios também foi adiada, em virtude de pedido de vista do senador Moreira Mendes (PFL-RO).



Osmar (*entre Arlindo Porto e Heloísa Helena*) pediu que seja ouvido o ministro Paulo Renato

Senadores querem ouvir ministro sobre repasse dos recursos do Fundef

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem requerimento do presidente do colegiado, senador Osmar Dias (PSDB-PR), convidando o ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, e o presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), Neovaldo Pontes de Azevedo, para prestarem esclarecimentos sobre os critérios adotados para o repasse aos municípios dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).

Osmar Dias informou que em recente encontro com prefeitos de municípios paranaenses ouviu deles a reclamação de que o Paraná estaria retendo até 100% dos recursos do Fundef. O senador lembrou que a partir da criação desse fundo, em janeiro de 1998, o ensino fundamental teria assegurado, por força do disposto no Artigo 212 da Constituição federal, a transferência de recursos. Essa transferência seria feita da União para os estados e municípios, com base no número de alunos.

Apesar de assegurar seu voto em favor do requerimento, o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) observou que a origem do problema é mais profunda. A maneira adequada de combatê-la seria a reforma tributária, disse ele. Para o senador, o Brasil continua constrangido por uma excessiva centralização econômica e financeira, herança dos colonizadores portugueses.

– E não vai ser agora que vamos resolver isso, porque eu sei que a reforma tributária já foi amaciada através de acordos paralelos entre a União, os estados e municípios, para garantir que os recursos continuem em mãos do governo federal – observou.

O presidente da CAS informou ao senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) que a secretaria da comissão está tentando marcar para a próxima semana uma audiência pública com o ministro da Saúde, José Serra. O ministro deverá prestar informações aos senadores sobre a volta de doenças infecciosas como a dengue e o cólera, entre outras, conforme requerimento de Mozarildo, aprovado há três meses.

Osmar Dias comunicou ainda a transferência, de ontem para o próximo dia cinco de dezembro, da audiência pública sobre os critérios utilizados para a escolha dos municípios que foram contemplados pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Indicada pelo ministro-chefe da Casa Civil, Pedro Parente, para prestar os esclarecimentos aos senadores, a secretária da instituição, Vanda Engel, não pôde comparecer por motivo de viagem, como esclareceu ofício enviado à presidência da CAS.

Doadores de sangue poderão ter isenção de taxa em concurso público

A Comissão de Assuntos Sociais aprovou ontem, em caráter terminativo, projeto de lei que isenta os doadores de sangue, por três meses após cada doação, do pagamento de taxa de inscrição em concursos públicos. O projeto é do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). Seriam beneficiados apenas os doadores de sangue coletado por banco mantido pelo poder público.

Para conseguir o benefício, os interessados deverão comprovar a doação através de atestado oficial fornecido pelo banco de sangue. Para evitar que o mesmo atestado seja usado como comprovante de doação em mais de uma inscrição, o projeto estabelece que o responsável pelos procedimentos de inscrição deverá reter o documento.

Foi aprovado também projeto de lei da ex-senadora Luzia Toledo (PSDB-ES) que torna obrigatória a existência de acomodações separadas para fumantes e não-fumantes em hotéis. Segundo a proposta, os hotéis e estabelecimentos similares destinados à locação, por dia ou temporada, ficam obrigados a reservar metade de suas instalações para a acomodação de não-fumantes. A reserva deverá ser feita preferencialmente por andares ou pisos.



Lúcio Alcântara é autor do projeto que beneficia os doadores em bancos de sangue públicos

A Comissão de Assuntos Sociais rejeitou o projeto de lei que institui estágio obrigatório remunerado como condição para a concessão do diploma de médico e a autorização para exercício profissional da medicina. O parecer contrário, aprovado pela comissão, é do senador Juvêncio da Fonseca (PFL-MS).

Por sua vez, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) pediu vista do projeto que regulamenta o trabalho rural. O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) também pediu vista do projeto de lei que torna obrigatória a inserção nas embalagens de roupas íntimas de orientações impressas sobre a importância de exames preventivos de câncer de mama, colo de útero e de próstata.

Especialistas sugerem maior atenção contra drogas legais

Em debate na Comissão de Educação, técnicos lembram que drogas lícitas, como álcool e tabaco, são as mais consumidas pelos adolescentes

A prevenção ao uso de drogas deve abordar, além dos efeitos negativos para a saúde, o ganho em qualidade de vida que a abstinência traz. A opinião foi expressa pela educadora Maria José Ciqueira durante audiência pública realizada na Comissão de Educação (CE) para debater projeto que altera a Lei de Entorpecentes.

"O adolescente recebe sanções mas tem pouco espaço para expandir suas potencialidades", afirmou, defendendo que a prevenção abranja também as drogas lícitas. Segundo a educadora, as drogas mais usadas pelos adolescentes são o álcool, o tabaco, os solventes e os ansiolíticos, todas lícitas. O senador Artur da Távola (PSDB-RJ), autor do substitutivo ao projeto do deputado Elias Murad (PTB-MG) que trata do tema, disse que definir a forma de tratar as drogas legais e tipificar os crimes foram as duas principais dificuldades que enfrentou para elaborar o relatório.



Paulo Teixeira, Tânia Monteiro, o senador Freitas Neto, Mathias Flack, Maria José Ciqueira e Ney Teles, durante a audiência pública na CE

O coordenador do Programa Nacional de Doenças Transmissíveis e Aids do Ministério da Saúde, Paulo Teixeira, pediu que a nova lei regulamente a atuação dos agentes de saúde que distribuem seringas para usuários de drogas, como era previsto no texto original. Ele frisou que os países que adotam políticas de redução de danos à saúde de usuários de drogas injetáveis, como a Austrália, registram uma incidência de casos de Aids bem menor que a registrada nas demais nações.

A assessora da Secretaria Nacional Anti-Drogas (Senad) Tânia Maria Monteiro disse que a prevenção ao uso de drogas é uma ação de saúde pública. O advogado Luiz Mathias Flack, ex-presidente do Conselho Nacional de Entorpecentes, destacou que a ênfase repressiva precisa ser voltada contra o traficante. O advogado e professor Ney Moura Teles fez várias sugestões quanto ao texto do substitutivo. Uma delas é considerar crime a associação de duas ou mais pessoas com o intuito de traficar drogas ilícitas, mesmo antes que a comercialização tenha se efetivado. Também considerou eticamente inaceitável a possibilidade de infiltração de policiais nas quadrilhas, como prevê o substitutivo de Távola.

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) defendeu a diminuição de pena de criminosos que colaborem com a Justiça, mecanismo também previsto no substitutivo. O senador Ricardo Santos (PSDB-ES) destacou a importância de programas de prevenção contra as drogas lícitas.

Gros: BNDES amplia esforço para reduzir desigualdades regionais

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Francisco Gros, disse ontem na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) que a instituição tem papel limitado na diminuição das desigualdades regionais, principalmente ao utilizar recursos do próprio banco. Mas, respondendo a perguntas feitas pelos senadores Jefferson Péres (PDT-AM) e José Eduardo Dutra (PT-SE), ele afirmou que a atuação da instituição nesse campo irá crescer com o chamado Programa dos Eixos.

O programa prevê a aplicação de recursos do Orçamento da União, associados a recursos privados, no valor total de R$ 186 bilhões entre 2000 e 2007. Serão priorizadas as áreas mais pobres do país, especialmente nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

– Infelizmente, as desigualdades regionais não vão acabar da noite para o dia – ponderou Gros, que discutiu os planos do banco na CAE em razão de requerimento apresentado por Jefferson Péres.

Dutra considerou "perdida" a última década, uma vez que os investimentos do BNDES nas três regiões ficaram na média de 24% das aplicações totais do banco, percentual que equivale à participação do Norte, Nordeste e Centro-Oeste na produção nacional. O senador sergipano cobrou maior dinamismo do BNDES na busca de investimentos, mas Gros argumentou que o banco depende da existência de projetos aos quais possa dar apoio, não podendo "criá-los do nada".

O presidente do BNDES prometeu fazer esforços no sentido de aumentar a eficiência da relação entre o banco e seus agentes financeiros, de tal modo que os empreendedores não sofram com a falta ou demora na aplicação dos recursos por instituições repassadoras (o Banco do Brasil é a mais importante). O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) foi um dos que relataram casos em que o dinheiro ofertado pelo BNDES custou a sair por falta de entendimento entre o BNDES e o BB.

Gros também falou sobre como o banco irá atuar no financiamento a compradores de empresas em privatização, atendendo a indagações de vários senadores. Entre eles, Ney Suassuna (PMDB-PB), presidente da CAE, e Pedro Simon (PMDB-RS). Gros defendeu o modelo de financiamento a compradores utilizado na privatização da Telebrás, já que o Brasil enfrentava crise de credibilidade e precisava vender as empresas. No momento, considera desnecessário esse tipo de financiamento e fora das prioridades do BNDES.

Eduardo Suplicy (PT-SP) e Paulo Hartung (PPS-ES) pediram explicações sobre os investimentos sociais do banco. Gros respondeu que, no orçamento da instituição para o qüinqüênio 2000/2005, no valor de R$ 30 bilhões, está previsto um aumento de aplicações em projetos sociais de 4,4% para 16,7%, até o final do período.

O presidente do BNDES observou que a oferta desses R$ 30 bilhões levará as empresas a captarem recursos complementares em outras instituições, elevando o volume de recursos disponíveis para projetos financiados pelo banco. Desse total, R$ 5,5 bilhões (contra R$ 2,8 bilhões em 1999) deverão ser emprestados a projetos de micro, pequenas e médias empresas.

Pedro Piva (PSDB-SP) defendeu a aplicação pesada em grandes corporações como forma de dinamizar a economia. Já o senador Edison Lobão (PFL-MA) sugeriu que se evite a concentração das aplicações do dinheiro em determinados setores. Ele lembrou que há alguns anos os investimentos do BNDES no pólo petroquímico de Camaçari eram superiores a todo o investimento do banco no Nordeste.

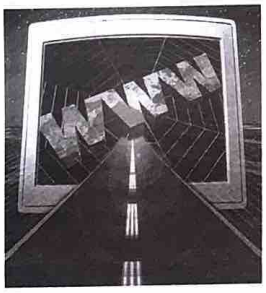


Gros e o senador Ney Suassuna: segundo o presidente do BNDES, "as desigualdades regionais não vão acabar da noite para o dia"

Preocupação com privacidade domina discussão sobre Internet

A privacidade dos usuários da rede mundial de computadores, a Internet, foi a principal preocupação demonstrada pelos participantes de audiência pública realizada ontem pela Comissão de Educação (CE). Os convidados contribuíram com informações para o projeto de lei que busca regulamentar o acesso a informações e o uso da Internet. O relator da matéria é o senador Álvaro Dias (PSDB-PR).

No debate, foram abordados diversos aspectos relacionados com a regulamentação de um ambiente naturalmente anárquico e que cresce numa velocidade enorme. Pontos como o tempo de arquivamento de dados e a competência constitucional da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) para regulamentar a Internet foram questionados pelos palestrantes. Eles também apontaram as dificuldades diante da diversidade tecnológica e dos acessos internacionais e públicos.



O diretor da Divisão de Sistemas Legislativos do Prodasen, João de Holanda, alertou para o direito do usuário de saber que informações são registradas a seu respeito, pois empresas já estão, ilicitamente, coletando informações dos usuários para conhecer suas necessidades de consumo. Segundo ele, o projeto de lei abre a possibilidade de disciplinar essa prática.

O coordenador-geral do Laboratório de Sistemas Integráveis da USP, João Antônio Zuffo, mostrou que a ficção científica já foi ultrapassada pela realidade. Segundo ele, já existe hoje a possibilidade de se criarem clones eletrônicos com *softwares* que interagem com o usuário e assumem sua personalidade, seu perfil psicológico, podendo até conversar com outras pessoas e tomar decisões pelo usuário. "É preciso tomar muito cuidado para evitar a criação de um Grande Irmão e o totalitarismo", alertou.

A senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) disse que o projeto tem um espírito positivo e reconheceu a necessidade de aperfeiçoá-lo. Também defendeu a necessidade de um certo controle sobre a Internet, para garantir maior transparência em determinados momentos, como numa investigação de uma CPI.

Participaram ainda da audiência o presidente da Associação Brasileira dos Provedores de Internet (Abranet), Roque Abdo, e o diretor da Consultoria do Prodasen, Francisco José Fiúza Lima.

Maguito Vilela faz apelo por paz no Oriente Médio

No Dia Internacional de Solidariedade ao Povo Palestino, senador cobra esforço da comunidade internacional para pôr fim às hostilidades



João Alberto sugere investimentos principalmente na educação para reduzir a violência

João Alberto defende ação efetiva contra a violência

O senador João Alberto (PMDB-MA) defendeu uma "ação pública decisiva e severa", principalmente com investimentos na educação, como forma de diminuir os índices de violência, sobretudo entre os jovens. Dados parciais do Censo 2000 liberados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que a violência está matando cada vez mais jovens entre 15 e 24 anos de idade.

Na avaliação do senador, várias são as causas que estimulam o crescimento da violência. A desagregação da família, a falta de uma política de governo voltada para a infância, a urbanização rápida, o desemprego, o consumismo e a ausência do Estado, manifestada na crise das instituições públicas, foram alguns dos motivos citados por João Alberto.

– A violência é também fruto da cultura. A sociedade brasileira forjou-se na violência. Índios contra índios. Portugueses contra índios e índios contra portugueses. Violência nos engenhos de açúcar, nos cafezais, nas senzalas, nas fazendas, nos lares que praticaram e praticam as surras, na mídia que se compraz com o surpreendente e sensacional. A violência da corrupção e da captura dos recursos públicos. Violência que gera e violência que embota a sensibilidade e acostuma à morbidez – analisou.

João Alberto lembrou que o aumento da violência tem multiplicado as manifestações públicas pela paz, inclusive com a participação de entidades internacionais. Ele destacou a Caminhada pela Paz realizada no dia 12 de novembro, no Rio de Janeiro, patrocinada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) e pelo governo do estado do Rio de Janeiro.

No Dia Internacional de Solidariedade ao Povo Palestino, comemorado ontem, o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) manifestou sua solidariedade tanto aos palestinos como aos judeus. Ele defendeu maior participação do Brasil e da comunidade internacional para pôr fim às hostilidades entre as duas nações, afirmando que "a interferência externa é fundamental para que a paz prevaleça na região".

Maguito Vilela lembrou que a data marca a histórica decisão das Nações Unidas, em 1947, de criar dois Estados na Palestina, um árabe e um judeu, na tentativa de consolidar um tratado que previsse a coexistência pacífica entre os dois povos.

A realidade, contudo, lamentou o senador, é totalmente oposta aos propósitos das Nações Unidas, com o aprofundamento da crise entre palestinos e judeus. Ele lembrou que nos dois últimos meses os conflitos armados diários resultaram na morte de 250 pessoas e milhares de feridos, entre os quais dezenas de crianças com menos de dez anos de idade.



Maguito declara solidariedade a palestinos e judeus e pede trabalho pela paz

– O mundo deve trabalhar no sentido de construir a paz no Oriente Médio. É inconcebível que, nos dias de hoje, dois povos evoluídos, como israelenses e palestinos, possam viver em permanente conflito, com as populações dos dois lados continuamente intranqüilas, acuadas, sem saber se estarão vivas no dia de amanhã – frisou o senador.

Maguito Vilela disse que os gestos de violência devem dar lugar a um imediato cessar-fogo, ponto de partida para a retomada do diálogo com base nas resoluções da ONU. "Só dessa forma, com respeito aos direitos dos dois povos, que devem ser assegurados de maneira igualitária, será possível pensar na construção de uma paz duradoura" – acentuou.

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) solidarizou-se com Maguito, perguntando por que, se no Brasil palestinos e judeus trabalham e convivem pacificamente, não podem fazer o mesmo no Oriente Médio.

Maguito Vilela registrou ainda a indicação de Sebastião Castro Filho para ministro do Superior Tribunal de Justiça. Ele informou que Castro Filho é o primeiro desembargador de Goiás indicado para o cargo e ressaltou que saberá desempenhar com honra suas novas funções.

Juvêncio da Fonseca critica reforma administrativa em Mato Grosso do Sul

O senador Juvêncio da Fonseca (PFL-MS) criticou ontem a reforma administrativa que o governador de Mato Grosso do Sul, José Orcírio dos Santos, o Zeca do PT, está promovendo no estado. Conforme o parlamentar, apesar de a reforma ser necessária e importante, ela baseia-se em fatos "que não são verdadeiros".

O governo do estado, relatou o senador, anuncia junto com a reforma um programa de ajuste financeiro rigoroso, "principalmente para um governante do PT", o que mereceu elogios do presidente Fernando Henrique Cardoso. Mas Juvêncio avalia que a reforma não espelha a verdade, porque vem acompanhada de "uma farra de contratações estapafúrdias", apesar de o estado já vir registrando déficit fiscal. O resultado, continuou o senador, é que as empresas públicas começaram a inchar com a nomeação para cargos comissionados.

– O que se viu no começo da administração de José Orcírio foi o nepotismo desvairado praticado pelo governador, que hoje é de conhecimento nacional – criticou.

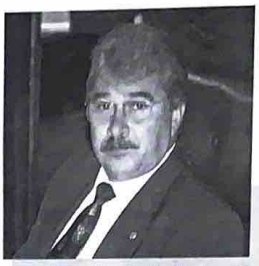
O senador disse que em 1998 o quadro de pessoal do estado era de 49 mil funcionários. Depois da posse do atual governador, o número teria subido para 56 mil. Além disso, acrescentou, há hoje a ameaça de greve dos funcionários, que estão com os salários atrasados, a Assembléia Legislativa não recebe o repasse orçamentário e os fornecedores não estão sendo pagos.

Uma prova do despreparo do governador, de acordo com Juvêncio da Fonseca, é que o orçamento enviado pelo governo à Assembléia não contempla a reforma administrativa. "O governo estadual descobriu que o projeto de orçamento está errado, está desatualizado e não se ajusta à reforma administrativa", acentuou.



Juvêncio diz que a reforma é necessária, mas baseia-se em fatos "que não são verdadeiros"

Em aparte, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) defendeu Zeca do PT, afirmando que parlamentares de oposição ao governador, que agora criticam a iniciativa de promover a reforma administrativa, foram unanimemente favoráveis à "verdadeira asfixia" que o governo federal promoveu contra os estados, com as sucessivas reformas aprovadas pelo Congresso.



Patrocínio: Brasil não deve ser gerador de empregos nos países que importam os produtos nacionais

Patrocínio quer melhores condições para a exportação

O déficit comercial brasileiro, de cerca de 4% do Produto Interno Bruto (PIB), e o aumento da competição no mercado internacional levaram o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) a defender melhores condições para as exportações nacionais, único caminho, a seu ver, para assegurar o equilíbrio do balanço de pagamentos.

Para tanto, ele considera que governo e empresários devem trabalhar no sentido de garantir menos impostos, investimento em infra-estrutura de transportes, melhores condições de financiamento, modernização de métodos e processos e, principalmente, produtos com maior valor agregado, para que o Brasil não continue sendo gerador de empregos nos países que importam os produtos nacionais.

Os dados referentes à exportação de couro são reveladores, observou Patrocínio. Do total de couro exportado em 1999, mais de 71% foram de couro em estágios primários, 14,7% de couro semiacabado e 13,6% de couro acabado. Países como a Itália, por exemplo, importam 95% em couro de baixo valor agregado e 2% de couro acabado. É por isso que, na opinião do senador, os exportadores têm razão ao considerar que "o efeito mais visível da política tributária brasileira na exportação da cadeia coureiro-calçadista é a ampliação da exportação de produtos de menor valor agregado em detrimento dos de maior valor agregado".

No esforço pelo fortalecimento das exportações, cabe ao governo, segundo Patrocínio, a formulação de uma política de médio e longo prazos que amplie a base exportadora, fomente nichos de mercado em que o Brasil pode ter vantagens competitivas e, principalmente, implante uma política de agregação tecnológica aos produtos nacionais.



Ex-governador de Minas, Milton Campos foi um dos fundadores da UDN

Plenário homenageia o ex-senador Milton Campos

Por solicitação do senador Francelino Pereira (PFL-MG), a Hora do Expediente da sessão de hoje será destinada à comemoração do centenário de nascimento do político mineiro Milton Campos. O requerimento, assinado também por outros senadores, foi aprovado em plenário em 23 de março deste ano.

Para o representante de Minas Gerais no Senado, o liberal e democrata Milton Campos "foi figura de grande destaque dentre os maiores políticos mineiros de projeção nacional no século 20". Em sua justificação, Francelino Pereira afirmou também que o ex-senador foi um firme defensor do estado de direito "e hábil praticante da difícil arte do meio termo da política".

O parlamentar ressaltou que Milton Campos encerrou sua vida política no Senado, terminando seu mandato no início de 1971. Ex-governador de Minas, Milton Campos apoiou a Revolução de 30, opôs-se ao Estado Novo de Getúlio Vargas e foi um dos fundadores da União Democrática Nacional (UDN).

Francelino Pereira recordou ainda, em sua justificação, a campanha civilista de Rui Barbosa, que teve grande impacto na formação do caráter de Milton Campos, cujos 100 anos de nascimento são agora comemorados. O senador também chamou a atenção para a participação de Milton Campos em fatos marcantes da vida nacional, como a introdução do parlamentarismo e os debates sobre a reforma agrária e a legislação eleitoral.

Já estão inscritos para falar na sessão de homenagem os senadores Arlindo Porto (PTB-MG), José Alencar (PMDB-MG), Carlos Bezerra (PMDB-MT), Leomar Quintanilha (PPB-TO), Jefferson Péres (PDT-AM) e Pedro Simon (PMDB-RS).

Normas para política nacional de sangue serão apreciadas

O Senado vota hoje projeto que regulamenta a coleta, processamento, estocagem, distribuição e aplicação do sangue, seus componentes e derivados. A proposta estabelece o ordenamento institucional para a execução dessas atividades. Devem ser mantidos os termos do texto já aprovado pela Câmara.

O texto regulamenta o artigo 199 da Constituição, ao fixar diretrizes para caracterizar a área de atuação, direção, gestão e financiamento da atividade hemoterápica no país. Segundo o relator da matéria na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), senador Geraldo Althoff (PFL-SC), o novo ordenamento institui uma política nacional de sangue, cujos objetivos são a garantia de auto-suficiência e a harmonização das ações do poder público.

Tramitando na Câmara desde maio de 1991, o texto chegou ao Senado em janeiro do ano passado, tendo sido nesse período examinado e aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Se aprovado pelo Plenário sem modificações, o projeto não precisará retornar à Casa de origem, indo diretamente à sanção do presidente da República.

Luxemburgo será ouvido hoje pela CPI do Futebol

O treinador é acusado de sonegar impostos, incorrer em falsidade ideológica e tirar proveito financeiro da venda de jogadores

O ex-técnico da seleção brasileira de futebol Wanderley Luxemburgo deporá hoje, a partir das 9h, na comissão parlamentar de inquérito do Senado que está investigando irregularidades no futebol. Entre outros assuntos, ele deve se pronunciar a respeito das denúncias de que teria incorrido em falsidade ideológica, sonegado impostos e tirado proveito financeiro da venda de jogadores.

Os senadores pretendem comparar as explicações de Luxemburgo com os dados referentes à sua movimentação bancária, já enviados à CPI pelo Banco Central. O treinador, que também teve seu sigilo fiscal quebrado, deve falar ainda a respeito da reportagem dos jornalistas Cláudio Neves e Wilson de Carvalho, publicada no *Jornal dos Sports* do dia 19 de novembro. Segundo a publicação, o jogador Macula afirmou que Luxemburgo teria recebido comissão relativa à sua transferência do Juventude (RS) para o Palmeiras (SP).



Álvaro Dias é o presidente da CPI do Futebol que realiza audiência com Luxemburgo a partir das 9h

A CPI solicitou ao Banco Central que envie todas as informações referentes às contas CC5 pertencentes a Wanderley Luxemburgo. Também foi quebrado o sigilo bancário e fiscal da empresa Luxemburgo Veículos. A CPI do Futebol, presidida por Álvaro Dias (PSDB-PR), requereu ainda ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras todas as informações que o órgão dispõe sobre o treinador.

Também foi quebrado o sigilo telefônico das linhas celulares e fixas registradas em nome de Renata Alves, a estudante de Direito que fez várias acusações contra o treinador, e daquelas instaladas no endereço que ela disse ter utilizado no período em que mantinha relacionamento com o treinador. Em seu depoimento à CPI, Renata afirmou que Luxemburgo realizava ligações telefônicas para tratar de transações e negócios relacionados ao futebol.

CPI do Roubo de Cargas voltará a se reunir em São Paulo na próxima semana

Em reunião administrativa realizada ontem, a comissão parlamentar mista de inquérito que investiga o roubo de cargas em todo o país decidiu fazer mais uma visita a São Paulo (SP) nos dias 7 e 8 de dezembro. O objetivo é fazer a acareação de 14 policiais do Departamento de Crimes contra o Patrimônio (Depatri), acusados pelo detento Sálvio Barbosa Vilar de comandar quadrilha que atua no desvio de cargas. De acordo com o senador Romeu Tuma (PFL-SP), presidente da CPI, "há fortes indícios de que Sálvio não estava mentindo".



Romeu Tuma, presidente da CPI, anunciou que serão acareados 14 policiais de São Paulo, acusados de participação no desvio de cargas

A comissão aprovou ainda a quebra de sigilo bancário, telefônico e fiscal de 29 pessoas e empresas, em decorrência do depoimento do diretor do Depatri, Godofredo Bittencourt, ouvido durante visita a São Paulo na semana passada, e das acusações do detendo Sálvio. A comissão decidiu também pedir a juízes das cidades pernambucanas de Bezerros, Gravatá e Vitória de Santo Antão mandados de busca e apreensão de armas, veículos e cargas em diversas fazendas da região indicadas por Sálvio.



O senador disse que vai insistir junto ao presidente do Banco Central, Armínio Fraga, para que a mesma equipe de funcionários que colaborou com as investigações da CPI do Narcotráfico, realizada pela Câmara dos Deputados, contribua com as investigações. Ele quer também a colaboração da Receita Federal.

Tuma revelou que a CPI deve acompanhar *in loco* o trabalho de fiscalização em postos da Polícia Rodoviária Federal para identificar possíveis falhas no sistema. Além disso, será organizado um cronograma de visitas da CPI, que serão recomeçadas no próximo ano. O roteiro incluirá pelo menos 12 cidades, como Campinas (SP), Imperatriz (MA), São Luís (MA), Campo Grande (MS), Salvador (BA), Belo Horizonte (MG), Porto Alegre (RS) e Foz do Iguaçu (PR).

A CPI divulgou balanço parcial do trabalho realizado este ano. Segundo os dados apresentados, foram ouvidos, em 11 audiências públicas, 40 depoentes, entre policiais, empresários, caminhoneiros e detentos. Dezenas de denúncias, recebidas pela CPI, estão sendo apuradas. Foi anunciada ainda a formação de um grupo de trabalho, composto por vinte assessores ligados ao Senado, Tribunal de Contas da União, Banco Central, Receita Federal e Polícia Federal.

Boaventura destaca expansão de igrejas evangélicas

Ele diz que, na região metropolitana de Goiânia, o número de templos evangélicos é mais que o dobro do total de igrejas católicas e que já chega perto de 20 milhões o número de brasileiros fiéis a religiões protestantes



Segundo Boaventura, a Assembléia de Deus é a Igreja que possui mais templos em Goiás

O senador Albino Boaventura (PMDB-GO) analisou o crescimento das igrejas evangélicas em Goiás, citando reportagem do jornal *O Popular*, de Goiânia. De acordo com a historiadora Maria Tereza Canesim, da Universidade Católica de Goiás, o número de templos evangélicos na região metropolitana de Goiânia chega a 1.300, mais que o dobro das igrejas católicas, que não somam 600, citou o senador.

Ele também mencionou trabalho do pesquisador Lourenço Kraft, que estima a população evangélica no Brasil em cerca de 20 milhões de pessoas. Observou que, mantida a taxa atual de crescimento desse grupo, de quase 6% ao ano, é possível prever que, em tempo relativamente curto, metade da população brasileira será composta de evangélicos.

A reportagem destaca ainda, segundo o senador, que os evangélicos estão presentes hoje em todos os estratos da sociedade goiana. Boaventura informou que a Assembléia de Deus é a Igreja que mais templos possui em Goiás, congregando o maior número de fiéis no estado.



Ademir Andrade: "O governo compromete esse que deveria ser um grande instrumento de política social"

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO

HOJE

6h30 – *Cidadania* – Sen. Júlio Eduardo e a dra. Hitomi Miura, presidente da Sociedade de Ginecologia e Obstetrícia, falam sobre a maternidade segura e a saúde reprodutiva
7h30 – *Entrevista* – Sen. Paulo Hartung fala sobre a modernização da máquina pública
8h – *Jornal do Senado*
8h30 – TV Escola – Crônicas da Terra – Vento
9h – CPI do Futebol (vivo)
10h – Sessão Plenária (vivo)
14h – *Entrevista* – Sen. Paulo Hartung fala sobre a modernização da máquina pública
14h30 – Sessão Plenária (reapresentação)
Logo após – Comissão de Educação (gravado)
19h30 – *Especial* – Miltom Campos
20h30 – *Entrevista* – Sen. Paulo Hartung fala sobre a modernização da máquina pública
21h – *Jornal do Senado*
21h30 – CPI do Futebol (gravado)
Logo após – Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h – *Agenda Senado*
Em seguida – Música e informação
9h – CPI do Futebol (vivo)
10h – Sessão Plenária do Senado (vivo)
Em seguida – Música e informação
14h30 – CPI do Futebol (reprise)
Em seguida – Música e informação
19h – *A Voz do Brasil*
Em seguida – Música e informação
20h30 – Senado em Linha Direta – Edição Nordeste
Em seguida – Música e informação
21h – *Senado em Linha Direta – Edição Norte/Centro-Oeste*
Em seguida – Música e informação
21h30 – *Senado em Linha Direta – Edição Sul/Sudeste*
Em seguida – Música e informação
0h – Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida – Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações técnicas para recepção do sinal da TV Senado

Net: operadora local informa o número do canal
DirecTV: canal 163
Sky Net: canal 30
Tecsat: canal 17
Internet: www.senado.gov.br
Antena Parabólica – Sistema Digital:
- Satélite: B1
- Transponder: 1 BE (Banda Extendida)
- Polarização: Vertical
- Freqüência: 3.644,4 MHz
- Freqüência (Banda - L): 1.505,75 MHz
- Antena: 3,6 m
- PID: Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG-2 DVB
- Symbol Rate: 3,2143Ms/s
- FEC: ¾

Antena Parabólica – Sistema Analógico:
- Satélite - B1
- Transponder - 11 A-2 (canal 8)
- Polarização: Horizontal
- Freqüência – 4.130 MHz

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:
- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:
- Freqüência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC,1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

Alcântara elogia ministro por realização do Exame Nacional do Ensino Médio

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) elogiou ontem o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Ele cumprimentou o ministro da Educação, Paulo Renato, e toda a equipe do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) pela iniciativa, que qualificou como "eminentemente inovadora". Segundo o senador, avanços significativos foram conquistados já no segundo ano de implantação do Enem, com a cooperação dos principais agentes do sistema de ensino.

Alcântara ressaltou que, por ser um instrumento de aferição das competências e habilidades desenvolvidas pelos alunos ao longo dos 11 anos de educação básica, o Enem é uma importante referência para discutir as deficiências que esse nível de ensino apresenta, e, conseqüentemente, sobre as mudanças que se fazem necessárias.

Hoje, acrescentou, o grande desafio do sistema educacional brasileiro é melhorar a qualidade do ensino. Diante disso, observou, mecanismos de avaliação como o Enem são de fundamental importância, devido ao seu caráter interdisciplinar e por ser uma avaliação centrada nas competências e habilidades esperadas do aluno, ao final da educação básica. No ano passado, informou, o Enem teve a participação de 347 mil inscritos e a adesão de 100 instituições de ensino superior.

Apesar de ter sido uma das primeiras propostas idealizadas e anunciadas pelo ministro Paulo Renato, logo após ser escolhido para o cargo, lembrou Lúcio Alcântara, o Enem só foi implantado há dois anos devido ao longo processo de maturação exigido para a concepção do exame.

– Ao longo desse processo, o MEC buscou conhecer as experiências de outros países, dialogou amplamente com os sistemas de ensino e aprofundou o debate com especialistas em avaliação vinculados às universidades e centros de pesquisa de todo o país – disse o senador.

Ademir cobra manutenção de recursos para educação

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) criticou os cortes feitos pelo governo no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) no Orçamento de 2001. Segundo ele, pelos cálculos preliminares, o valor mínimo gasto por aluno deverá ficar em torno de R$ 353, contrariando o mínimo, definido em lei, de R$ 541 para cada aluno de 2ª à 4ª série e de R$ 568,93 para aquele de 5ª à 8ª série.

Segundo Ademir, tal redução é uma das causas da queda na qualidade de ensino verificada na avaliação do sistema educacional brasileiro, recentemente divulgada pelo MEC. A avaliação revelou que a qualidade da educação oferecida para os alunos de 1° e 2° graus "despencou em relação a 1997 e está ainda pior do que em 1995".

– Mantendo o valor mínimo em patamares mais baixos, o governo compromete esse que deveria ser um grande instrumento de política social e de redução das desigualdades, e isso certamente explica, em parte, a queda na qualidade do ensino – finalizou o senador.

A VOZ do CIDADÃO



VOCÊ LIGADO NO SENADO FEDERAL

A *Voz do Cidadão* é um canal de comunicação gratuito entre você e o Senado Federal

Participe !

0800 612211

www.senado.gov.br - *e-mail:* cidadao@senado.gov.br

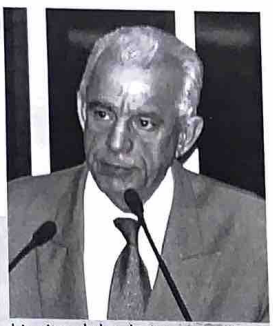
Subsecretaria de Projetos Especiais - NC&M

Iris critica corte nos gastos sociais

"Tirar esses recursos do povo mais pobre é como condená-lo a uma situação insustentável", diz senador, referindo-se ao anúncio do governo de que haverá corte no Orçamento do ano que vem

A definição do salário mínimo em R$ 180 representa uma conquista importante, mas os cortes nos gastos sociais, anunciados pelo governo federal no Orçamento de 2001, causam preocupação. A afirmação é do senador Iris Rezende (PMDB-GO), que ressaltou a importância desses recursos, "que garantem a sobrevida daqueles que nada têm".

– Tirar esses recursos do povo mais pobre é como condená-lo a uma situação insustentável – disse, lembrando que cerca de 32 milhões de pessoas enfrentam o problema da fome no país.



Iris citou dados do Ipea segundo os quais 21,3 milhões de brasileiros vivem em estado de indigência

Segundo Iris, números atualizados do Ipea apontam a existência de cerca de 21,3 milhões de brasileiros vivendo em estado de indigência. Ele prosseguiu:

– O Brasil é um dos países mais injustos do mundo, já que com sua renda *per capita* deveria ter apenas 10% de população pobre, mas possui cerca de 30%.

Para mudar essa situação, o senador defendeu que o país invista mais na modernização da infra-estrutura para poder ampliar o mercado interno e dinamizar a produção.

Iris também manifestou apoio ao acordo entre as lideranças e o governo para garantir o salário mínimo de R$ 180, inclusive com o corte das emendas parlamentares ao Orçamento. Sobre o assunto, o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) condenou a concentração de recursos no Executivo, enquanto os municípios passam por privações. Os dois senadores enfatizaram a urgência da votação da reforma tributária para alterar esse quadro de dependência em relação ao poder central.



Moreira atribui reportagem ao interesse em cancelar investimentos programados para a Amazônia

Moreira contesta previsões feitas por *Veja* para a região amazônica

As previsões negativas para a Amazônia feitas recentemente pela revista *Veja*, com base em informações do cientista William Laurence, do Smithsonian Institute, e do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), foram repudiadas ontem pelo senador Moreira Mendes (PFL-RO). Para ele, o objetivo da revista é paralisar os investimentos do governo federal na região.

– Não posso admitir a hipótese de cancelamento desses investimentos, pois a região tem 19 milhões de habitantes que dependem da ação do governo para ter alternativas de sobrevivência. Ao contrário do que prevê a reportagem, a suspensão dos investimentos, sim, poderá significar maior pressão sobre a floresta, por falta de outras alternativas econômicas – afirmou.

Moreira disse que a reportagem dá um destaque especial e tendencioso à atuação da atividade madeireira, afirmando que os madeireiros retiram a madeira e depois partem para uma área nova, deixando a terra arrasada. Ele obsrvou que a imprensa considera o madeireiro, erroneamente, como o grande responsável pela devastação das florestas, "o verdadeiro bicho-papão que come criancinhas".

Ernandes Amorim (PPB-RO) afirmou que os interesses internacionais é que impedem o desenvolvimento da Amazônia, questão que, no seu entender, deve ser melhor analisada pelo Congresso. Defendeu também a exploração da floresta e manifestou apoio aos madeireiros. Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) disse que notícias como a de *Veja* não servem aos interesses do país e da Amazônia e destacou a importância de hidrovias e da ampliação da malha rodoviária na região.

Roberto Freire elogia fim das emendas de parlamentares

O senador Roberto Freire (PPS-PE) defendeu o acordo fechado entre o governo federal e as lideranças do Congresso para usar os recursos que seriam destinados às emendas individuais dos parlamentares no custeio do aumento do salário mínimo para R$ 180. Ele também considerou racional o fato de o reajuste do mínimo estar sendo discutido no momento da elaboração do Orçamento e não apenas em 1º de maio, data em que tradicionalmente começa a ser pago, como ocorreu nos anos anteriores.



Freire: "Essas emendas significam clientelismo e financiamento mascarado de campanhas"

O fim das emendas individuais dos parlamentares, segundo ele, vem sendo defendido por Ciro Gomes, desde a campanha presidencial de 1998. Freire criticou a reação de deputados do PFL contra o acordo. "Essas emendas significam clientelismo, fisiologismo, reprodução das elites e financiamento mascarado de campanhas", afirmou.

Freire acrescentou que, do ponto de vista político, elas representam a dispersão e pulverização de recursos e não se materializam em investimentos geradores de emprego, renda e crescimento econômico. Ele opinou que a extinção das emendas é uma forma de o Congresso mostrar à sociedade que pode aumentar o valor do mínimo buscando uma fonte de financiamento que não cria problemas fiscais.

Outro assunto abordado pelo senador foi um pronunciamento feito na Câmara por um parlamentar nordestino, classificando o fim das cestas básicas como um atentado e uma agressão à dignidade do povo daquela região. "O fim da distribuição de cestas básicas é uma medida interessante, desde que seja discutido e seja oferecida uma alternativa em substituição", disse Freire. Ele sugeriu ao governo federal que, ao extinguir as cestas básicas, faça um cadastramento das famílias beneficiadas e passe a enviar o valor monetário correspondente pelos Correios. "Para que essas famílias possam fazer suas opções de compra e consumo", completou.

Sugeriu ainda que as famílias que passariam a receber o dinheiro fossem vinculadas a trabalhos comunitários ou a programas de renda mínima nos moldes do bolsa-escola, para aqueles que tivessem filhos em idade escolar. "Dessa forma eles não necessitariam de esmolas, porque o que os nordestinos precisam é da dignidade do emprego e da renda", defendeu.

Amorim reprova alternativa anunciada para elevar mínimo

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) criticou o acordo feito entre as lideranças do Congresso e o governo para utilizar os recursos que seriam destinados às emendas pessoais dos parlamentares para custear parte do aumento do salário mínimo para R$ 180. Ele se disse decepcionado com a decisão e considerou a proposta "demagógica".

– O dinheiro da emenda não é do senador ou do deputado, mas de quem o elegeu – afirmou.



Amorim: corte das emendas individuais de parlamentares é uma medida "demagógica"

Para o senador, os parlamentares devem uma satisfação ao seu eleitorado, e as emendas individuais "servem para financiar projetos de desenvolvimento, para a criação de escolas e de casas de recuperação de drogados, saneamento de igarapés e outras iniciativas que beneficiam a população". Ele acrescentou que o governo federal não tem condições de saber as reais necessidades das pequenas comunidades do interior do país.

Ernandes Amorim também abordou sua vitória na disputa pela prefeitura de Ariquemes (RO), salientando que se afastará do Senado a partir de 31 de dezembro. Ele comentou que, depois de ter passado seis anos no Congresso, voltará ao seu município com mais experiência, o que permitirá fazer uma administração eficiente, cumprindo todas as determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal.

"Já fui prefeito de Ariquemes, e depois de minha saída o município entrou em uma fase de falência total pelas péssimas administrações que passaram por lá", disse. Quando reassumir a prefeitura, anunciou o senador, pautará sua gestão no respeito ao erário público e na aplicação decente dos recursos.

A respeito de denúncias de irregularidades contra homens públicos que por vezes chegam ao Senado, Amorim afirmou que falta ao Congresso um ouvidor responsável por tomar providências quanto às acusações feitas pelos parlamentares. Ele citou o caso do senador Gilvam Borges (PMDB-AP), que, na sessão de terça-feira, acusou o governador do Amapá, João Capiberibe, de ter cometido várias irregularidades. "Nenhuma atitude foi tomada, como nada foi feito quando eu denunciei o ex-governador do meu estado Valdir Raupp de corrupção", exemplificou.

Saturnino faz apelo contra esvaziamento da Finep

O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) fez ontem apelo ao ministro da Ciência e Tecnologia, Ronaldo Sardenberg, para que a secretaria executiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) continue sendo exercida pela Finep (Financiadora de Estudos e Projetos). Ele também solicitou que o ministro receba os representantes da associação de funcionários da Finep.



Saturnino manifestou preocupação com a notícia de que a secretaria executiva do FNDCT sairá da Finep

Segundo o senador, "ninguém sabe ao certo" a origem da proposta, mas estaria crescendo a notícia e a preocupação sobre a mudança devido ao esvaziamento que seria provocado com a transferência das atribuições da Finep para o ministério.

Designada como secretaria executiva do FNDCT em 1971 e confirmada em 1996, a Finep, segundo Saturnino, tem desempenhado a função com reconhecida eficiência. Num momento em que, conforme disse, tanto se fala em racionalização da máquina estatal brasileira, "a transferência de funções representaria um desperdício", dado o conhecimento acumulado pela Finep.

Outro argumento do senador é que a instituição, sediada na cidade do Rio de Janeiro, está em "interação permanente" com a maioria dos órgãos do sistema de ciência e tecnologia no país. Ele citou como integrantes desse pólo de pesquisa a Coordenação de Pós-Graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Coppe), as universidades do Estado do Rio de Janeiro e do Norte Fluminense, a Fiocruz, o Instituto Universitário de Pesquisas e Estudos do Rio de Janeiro, o Instituto Nacional de Propriedade Industrial, o Laboratório Nacional de Computação Científica e o Centro de Pesquisa da Petrobras.

Jucá destaca iniciativa para atrair investimento estrangeiro

A tarefa caberá à Investe Brasil, resultado da parceria entre dez ministérios e 43 entidades empresariais de diversos setores

A criação de uma agência para atrair investimentos estrangeiros para o país foi destacada pelo senador Romero Jucá (PSDB-RR). Segundo o senador, o empreendimento resultou de iniciativa da União por meio de dez ministérios e 43 entidades empresariais de vários setores econômicos. Trata-se da Rede Brasileira de Promoção de Investimentos, denominada Investe Brasil, que começa a funcionar em janeiro.

O senador disse que o Brasil captou US$ 30 milhões em 1999 e que a meta da Investe Brasil é ampliar significativamente esse montante através do fornecimento de informações sobre oportunidades de negócios, legislação tributária e linhas de financiamentos.

O senador cumprimentou as confederações e federações empresariais que se uniram em torno da Investe Brasil, ressaltando a importância do papel desempenhado pelo ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, coordenador dos trabalhos que culminaram na criação da rede. Jucá pediu a transcrição integral, nos Anais da Casa, do discurso proferido pelo ministro na solenidade de assinatura do protocolo de criação da entidade.



Romero Jucá informou que a rede começa a funcionar em janeiro do próximo ano

Governo deve priorizar áreas sociais, diz Hartung

O senador Paulo Hartung (PPS-ES) disse ontem que o governo mostrou-se em 2000 acomodado com a conquista que representou a estabilidade da moeda, deixando de investir em setores importantes. Para ele, o governo deve priorizar políticas públicas nas áreas de saúde e educação, combatendo o desemprego e a violência urbana. Na avaliação de Hartung, os resultados das eleições municipais deixaram claro que a moeda estável é uma conquista da qual o povo não quer abrir mão, mas que isso não é suficiente.

– O Executivo precisa enxergar as prioridades do país e adotar uma nova geração de reformas, agora mais ligadas à microeconomia, dando ênfase à Lei das Sociedades Anônimas, à reforma tributária e a decisões que reduzam o custo do dinheiro e promovam uma política industrial, diminuindo a dependência de bens intermediários que oneram a balança comercial – disse.

O governo, sugeriu o senador, deve aproveitar o próximo ano, em que não haverá eleições, para dar ao país uma agenda de compromisso com o desenvolvimento interno, que estanque a decadência da qualidade de vida da população e dinamize a construção civil, setor que mais gera empregos. Hartung lembrou que o Brasil vai fechar o ano com 8% a 9% da População Economicamente Ativa (PEA) desempregada.



Para Hartung, "o Executivo deve adotar uma nova geração de reformas"

Outra medida importante, apontou, é a aprovação de uma reforma tributária que limite "a sanha arrecadadora da equipe econômica", que incluiu, nos últimos dois anos, dois milhões de trabalhadores isentos entre os contribuintes do Imposto de Renda.

Lauro Campos aconselha FHC a doar fazenda ao Movimento dos Sem Terra

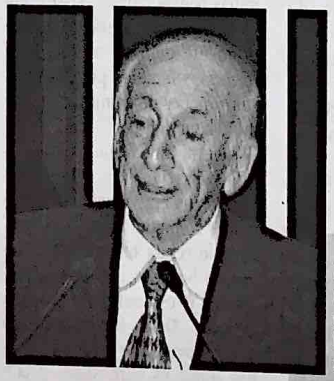
O senador Lauro Campos (PT-DF) mostrou ontem, em Plenário, a escritura dos 400 hectares de terras, herdados de seu pai e situados no distrito de Serra Bonita, município de Buritis (MG), que estão sendo doados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A área, disse, deve ser transformada em assentamento. Ele também aconselhou o presidente Fernando Henrique Cardoso a seguir seu "modesto exemplo".

As terras de Lauro Campos são vizinhas à fazenda Córrego da Ponte, da família do presidente, localizada igualmente em Buritis. "O presidente já está velho, com quase 70 anos. É chegada a hora de parar de colecionar terras e dinheiro", disse Lauro Campos. Lembrando que durante muitos anos ele e Fernando Henrique pensavam como marxistas – e salientando que continua pensando da mesma maneira –, o senador aconselhou o presidente a se lembrar das palavras de Karl Marx, que chamava dinheiro de excremento.

Para Lauro Campos, o MST é o único movimento social no Brasil que não perdeu conteúdo ideológico, "mantendo sua compostura e integridade", merecendo por isso trabalhar suas terras.

– Fiquei indignado quando o ministro do Supremo Tribunal Federal considerou as terras de FHC como "símbolo da pátria", para justificar o envio de tropas federais para protegê-las da invasão do MST. Agora, o presidente tem essa oportunidade de se redimir, seguindo o meu modesto exemplo de doar terras ao movimento.

O senador afirmou que sua vida está ficando difícil desde que tomou a decisão. Ele queixou-se do assédio da imprensa, que envia "focas e *paparazzi*" para fotografar a sua casa, em Brasília. "É uma pena que gênios da imprensa como Mauro Santayana tenham que conviver dentro da mesma categoria profissional de fotógrafos vagabundos da revista *Veja* mafiosa, enviados para azucrinar a vida das pessoas", concluiu Lauro Campos.



Lauro Campos mostrou ao Plenário a escritura dos 400 hectares que está doando ao MST

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Antonio Carlos Magalhães, Geraldo Melo, Carlos Patrocínio, Edison Lobão e Henrique Loyola

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL — ANO VI – Nº 1.210 – BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 29 DE NOVEMBRO DE 2000

Plenário decide se convoca o general Cardoso

Se convocado, o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional deverá explicar as operações da Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

PÁGINA 7

CAS analisa a proibição de transgênicos por cinco anos

PÁGINA 7

Francisco Gros fala na CAE sobre Plano Qüinqüenal

PÁGINA 7



Líderes acertaram salário mínimo de R$ 180 e as fontes de recursos para que a Previdência possa pagar aos segurados

Salário mínimo será de R$ 180 a partir de abril

Em reuniões com líderes partidários e, mais tarde, com membros do governo, o relator-geral do Orçamento 2001, senador Amir Lando, obteve a concordância para um salário mínimo de R$ 180, com vigência a partir de 1º de abril. Se preciso, toda a verba antes destinada às emendas dos parlamentares será usada para bancar o aumento do mínimo

PÁGINA 4

APROVADAS NORMAS QUE BENEFICIAM DEFICIENTE FÍSICO

O Plenário aprovou ontem projeto que estabelece normas gerais para facilitar o acesso dos portadores de deficiência a bens e serviços coletivos. Também recebeu o voto favorável dos senadores projeto que regulamenta o trabalho do menor aprendiz, que não poderá ter jornada superior a seis horas diárias.

PÁGINA 5

Nova Lei de Informática passa na CAE e segue para o Plenário

PÁGINA 3



Acordo parcial permitiu a aprovação do projeto da informática na CAE

CCJ aceita indicações para o STJ e a Defensoria Pública da União

Nomes escolhidos pelo presidente da República e aprovados na comissão ainda serão submetidos ao Plenário.

PÁGINA 6



Os indicados – Anne Elizabeth e Sebastião Castro Filho – ao lado dos senadores José Agripino e Ramez Tebet

CE acolhe criação da Universidade do Legislativo Brasileiro

PÁGINA 10

PRESIDENTE DA CAMARA DE VEREADORES
004084
CAMARA MUNICIPAL
13825-000 HOLAMBRA - SP

Antonio Carlos concorda com taxação de grandes fortunas

A medida garantiria mais uma fonte de recursos para assegurar o aumento do salário mínimo dos atuais R$ 151 para R$ 180

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse na manhã de ontem que concorda com a taxação das grandes fortunas como alternativa de fonte para garantir o aumento do salário mínimo dos atuais R$ 151 para R$ 180.

Embora reconhecendo que a medida não tenha sido eficaz em outros países, o senador afirmou que não vai se opor à taxação, caso seja aprovada, para reforçar o erário público.

A tributação de grandes fortunas é objeto de 18 matérias que tramitam no Senado e na Câmara dos Deputados.

Uma das propostas, de 1989, foi elaborada pelo então senador Fernando Henrique Cardoso, hoje presidente da República.

A principal crítica feita pelos opositores da taxação das grandes fortunas é que a taxação provoca a transferência de recursos e riquezas para outros países.



Antonio Carlos Magalhães considera que a taxação não foi eficaz em outros países, mas reforçaria o erário

ACM discute com Márcio Braga e Álvaro Dias corrupção no futebol

Antonio Carlos Magalhães, presidente do Senado, recebeu ontem o ex-deputado federal e atual candidato à presidência do Flamengo Márcio Braga e o presidente da CPI *do Futebol, senador Álvaro Dias (PSDB-PR). Vários assuntos foram* discutidos, entre eles a corrupção no futebol, a participação do capital estrangeiro nessa atividade esportiva e o papel da Confederação Brasileira de Futebol (CBF).

Antes da audiência com o presidente do Senado, Márcio Braga reuniu-se com Álvaro Dias. O ex-deputado responsabilizou a CBF pela maioria dos problemas que o futebol brasileiro enfrenta atualmente. Márcio denunciou também "o balcão de negócios feito pela atual administração do Flamengo". Ao final da reunião, o presidente da CPI comentou que o encontro com o dirigente proporcionou subsídios para a parte propositiva da comissão parlamentar de inquérito que investiga irregularidades no futebol brasileiro.

Márcio Braga sugeriu que a CPI realize investigação mais apurada sobre a influência do capital estrangeiro no futebol. Ele criticou que no Brasil a "marca futebol" esteja sendo entregue a empresas de outros países, provocando a desnacionalização do esporte. "Espero que a CPI proponha uma lei que discipline a presença do capital estrangeiro no esporte nacional", afirmou.

Álvaro Dias explicou que a comissão está investigando a existência, ou não, de corrupção no futebol brasileiro e se a atividade esportiva está sendo administrada com incompetência e desonestidade. "Temos que ver se o futebol, como patrimônio cultural, está sendo administrado a serviço do país ou de poucos beneficiados", disse o senador. Ele acrescentou que a comissão parlamentar de inquérito vai propor uma legislação capaz de organizar o futebol e penalizar os responsáveis pelas infrações cometidas.



Antonio Carlos Magalhães também debateu com Álvaro Dias *(centro)* e Márcio Braga a participação do capital estrangeiro no futebol

AGENDA

QUARTA-FEIRA, 29 DE NOVEMBRO DE 2000

Brasil 500 — SENADO FEDERAL

Presidente
Antonio Carlos Magalhães
15h30 – Preside sessão deliberativa ordinária

PLENÁRIO

14h30 – Sessão deliberativa ordinária
Pauta: PDL nº 89/2000, aprova o ato que outorga permissão à Rádio Interativa para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Aguaí (SP); PDL nº 165/2000, aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Belo Horizonte para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Belo Horizonte (MG); e Requerimento nº 567/2000, do senador Jefferson Péres e outros, solicitando seja convocado o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República para prestar, perante o Plenário da Casa, esclarecimentos sobre operações da Abin.

COMISSÕES

9h – Comissão de Assuntos Sociais
Pauta: PLC nº 88/2000, que dispõe sobre a obrigatoriedade de inserção nas embalagens de roupas íntimas de orientações impressas sobre a importância de exames preventivos de câncer de mama, colo de útero e próstato; PLS nº 53/2000, que cria reserva do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) para as unidades da Federação que abrigarem em seus territórios unidades de conservação da natureza e terras indígenas demarcadas; PLS nº 216/99, que proíbe, por cinco anos, o plantio e a comercialização de alimentos contendo organismo geneticamente modificado (OGM) ou derivados de OGM; PLS nº 171/2000, que dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais para a recomposição de áreas de preservação permanente; PLS nº 449/99, altera o art. 43 da Lei nº 8.080/90 (Lei Orgânica da Saúde); e PLS nº 11/2000, altera o inciso I do art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 9*

9h30 – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Pauta: audiência pública com a presença do ministro da Previdência e Assistência Social, Waldeck Ornélas, para prestar esclarecimentos acerca do Orçamento 2001. *Plenário nº 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados*

10h – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: emendas de plenário nºs 1, 2 e 3 ao PLC nº 1/2000, que dispõe sobre a relação entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas de suas respectivas entidades fechadas de previdência complementar; PLS nº 27/99, altera os artigos 338, 340, 342 e 344 da Lei nº 3.071/16 – Código Civil, referentes à investigação de paternidade; PLS nº 112/2000, acrescenta artigo à Lei nº 9.504/97, que estabelece hipóteses de cassação de registro de candidatura ou de perda de mandato; e PLS nº 170/2000, altera dispositivo da Lei nº 7116/83, para tornar gratuita a emissão de carteira de identidade no caso que menciona. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 3*

10h – Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: exposição dos membros do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, sobre o desempenho de suas atividades, em decorrência da aprovação do Requerimento nº 28/2000-CAE, de autoria do senador Pedro Simon.

17h – exposição de Francisco Gross, presidente do BNDES, acerca do novo plano estratégico do BNDES, em decorrência da aprovação do Requerimento nº 38/2000-CAE, de autoria do senador Jefferson Péres. Ala Senador Alexandre Costa – Sala 19

10h – Comissão de Educação
Pauta: audiência pública para instrução do PLC nº 105/96, que dispõe sobre a prevenção, tratamento, fiscalização, controle e repressão do tráfico ilícito e do uso indevido de entorpecentes, com a presença do ministro-chefe do gabinete de Segurança Institucional, general Alberto Cardoso; do advogado e professor do Uniceub, Ney Moura Teles; do advogado e ex-presidente do Conselho Federal de Entorpecentes (RS), Luiz Mathias Flack; do coordenador do Programa Nacional de Doenças Transmissíveis do Ministério da Saúde, Paulo Teixeira; e do educadora com projetos de combate às drogas (SP), Maria José Gaveira. *Após a Ordem do Dia*
Pauta: audiência pública com a finalidade de instruir o PLS nº 151/2000, que dispõe sobre o acesso a informações na Internet, com a presença do presidente da Associação Brasileira dos Provedores de Internet (Abranet), Raque Abdo; do coordenador-geral do Laboratório de Sistemas Integráveis da USP (SP), João Antônio Zuffo; do diretor da Consultoria do Prodasen, Francisco José Fiúza Lima; e diretor da Divisão de Sistemas Legislativos do Prodasen, João de Holanda. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 15*

10h – CPI de Roubo de Cargas
Pauta: avaliação dos trabalhos durante o corrente ano, elaboração de sugestões para o calendário 2001 e votação de requerimento. *Ala Nilo Coelho – Sala 2*

ESPECIAL

12h – Cultura ao Meio-Dia
Filme: *O judeu*, de Jom Tob Azulay. *Auditório Petrônio Portella*

PREVISÃO PLENÁRIO

Quinta-feira
10h – Sessão deliberativa ordinária
Hora do Expediente: será destinada a comemorar o centenário de nascimento de Milton Campos.
Pauta: PLC nº 1/99, regulamenta o parágrafo 4º do art. 199 da Constituição federal, relativo à coleta, processamento, estocagem, distribuição e aplicação do sangue, seus componentes e derivados; estabelece o ordenamento institucional indispensável à execução adequada dessas atividades; e PDL nº 168/2000, aprova o ato que outorga permissão à MR Radiodifusão para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Vitória do Mearim (MA).

Sexta-feira
9h – Sessão não deliberativa

COMISSÃO

Quinta-feira
9h – CPI do Futebol
Pauta: depoimento do treinador Wanderley Luxemburgo. *Ala Senador Nilo Coelho – Sala 2*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL
Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327
Editor-Chefe: Edson de Almeida
Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvia Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miguéas Dantas de Morais e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



Ney Suassuna *(no destaque)* acolheu em seu relatório, aprovado pela CAE, emenda que incluiu os equipamentos médico-hospitalares entre os beneficiados pela nova lei

Acordo garante aprovação da Lei de Informática na CAE

Alterações, que ainda dependem do Plenário do Senado, prevêem *novas regras para incentivos no Norte, Nordeste e Centro-Oeste*

Após longa discussão, os senadores da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) estabeleceram um acordo parcial e aprovaram parecer favorável à nova Lei de Informática. O relator da matéria, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), aceitou emendas que havia preliminarmente rejeitado. Isso não impediu que outros parlamentares apresentassem destaque para votação em separado das emendas que não foram, ao final, incluídas no parecer do relator. Uma delas foi aprovada. A proposta ainda será votada pelo Plenário do Senado.

O relator acolheu duas emendas apresentadas pelo senador Paulo Souto (PFL-BA). A primeira impede a concessão dos benefícios fiscais para os estados cujas empresas, entre 1996 e 1999, tenham sido agraciadas com mais da metade da renúncia fiscal decorrente.

– Vamos falar português claro: esta emenda limita incentivos a São Paulo, para redirecioná-los aos outros estados brasileiros – afirmou o líder do governo, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), que pediu a inclusão, no relatório, das emendas de Souto.

A segunda emenda de Paulo Souto incluída no relatório de Suassuna estende os benefícios para os bens de informática e automação produzidos nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste até 31 de dezembro de 2003. Após esta data, os benefícios transformam-se em redução do Imposto sobre Produtos Industrializados, de 95% em 2004, 90% em 2005 e 85% de 2006 a 2009, quando será extinto.

Após o acordo parcial, ocorrido durante a reunião da comissão, Suassuna acolheu também a emenda da senadora Heloísa Helena (PT-AL) que inclui entre os integrantes do Comitê Gestor do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico um representante de entidade sindical de âmbito nacional dos trabalhadores do setor de informática.

O senador incluiu também duas emendas do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) que permitem a inclusão, entre os bens e mercadorias que terão direito aos benefícios da nova lei, os equipamentos médico-hospitalares. As duas outras emendas aceitas por Suassuna ampliam as regiões beneficiadas com os incentivos. As propostas, apresentadas pelo senador Ricardo Santos (PSDB-ES), alteram o critério geográfico que contempla as regiões Norte e Nordeste pelo critério geopolítico, incluindo nas regiões beneficiadas municípios mineiros e capixabas que integram a área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

DESTAQUE

Os senadores pelo Amazonas pediram destaque para votação de emendas que excluem telefones celulares e monitores de vídeo da lista de produtos que serão considerados bens de informática e sujeitos aos benefícios. Na votação em separado, foram rejeitadas. Também não foram aprovadas as emendas que preservavam os benefícios exclusivos da Zona Franca de Manaus.

Os celulares e monitores de TV foram excluídos do rol de bens de informática no parecer aprovado pela Comissão de Educação (CE), mas reincorporados no parecer de Suassuna. Na votação da emenda, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) pediu verificação nominal, mas a alteração do texto foi rejeitada por 13 votos contra 7.

A única emenda aprovada em votação em separado foi apresentada pelo senador José Eduardo Dutra. Ela prevê que as empresas, para fazerem jus ao benefício fiscal, deverão implantar sistema de qualidade e programa de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa.

Proposta gerou prolongado debate entre os senadores

Durante o debate sobre a nova Lei de Informática, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) protestou contra a limitação, por uma lei ordinária, dos benefícios da Zona Franca de Manaus (ZFM), que estão previstos na Constituição.

Cabral também criticou a prorrogação da lei por um ano, feita por meio de uma portaria ministerial. De acordo com o parlamentar, a vigência da Lei de Informática acabou em 29 de outubro de 1998. Os principais beneficiados, segundo o senador, foram multinacionais: a Solectra (segundo maior fabricante de componentes eletrônicos no mundo), a IBM e a GNK.

– Não podemos aceitar este raciocínio de que se pode implodir o Poder Legislativo – afirmou Cabral.

Já o senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) afirmou que a nova Lei de Informática tem de ser a favor do país e da sociedade brasileira, "e não para atender a interesses de grupos mancomunados com autoridades ministeriais". Para Mestrinho, o país "não pode continuar a ser sangrado, a ser espoliado". Ele lembrou que a indústria de informática não cumpriu importantes pontos da lei anterior, como a concessão de participação nos resultados aos trabalhadores e investimentos em pesquisa.

– O que se quer é acabar com o único modelo de desenvolvimento que deu certo neste país, que é a Zona Franca de Manaus – disse.

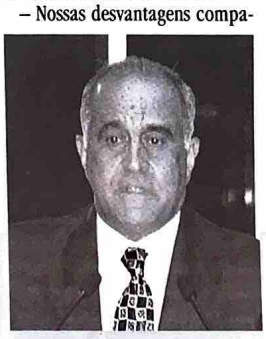
O senador Jefferson Péres (PDT-AM) lembrou que a preservação de 98% das florestas virgens em seu estado se deve, em grande parte, à criação do parque industrial de Manaus. Ele informou que apenas automóveis, armas e munições, bebidas alcoólicas, fumo e perfume não têm benefícios na Zona Franca. Mesmo assim, nem todas as indústrias lá se instalaram.

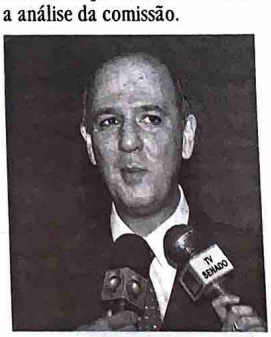
– Nossas desvantagens comparativas são tão grandes que, apesar dos incentivos, é preferível fabricar em outros estados – afirmou o parlamentar. Para ele, se o projeto para a nova Lei de Informática for aprovado, a ZFM será esvaziada rapidamente.

O líder do governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB-DF), lembrou que o balanço de pagamentos tem saldo negativo de US$ 5,6 bilhões no item relativo a componentes eletroeletrônicos. Para ele, a aprovação da lei, além de atrair novos investimentos, aumentará a produção nacional e, conseqüentemente, diminuirá os gastos com importação dos componentes. Segundo Arruda, caso a lei não seja aprovada, as indústrias do Distrito Federal e do sul de Minas fecharão suas portas.

O senador Pedro Piva (PSDB-SP), por sua vez, afirmou que sempre foi um defensor do acordo para a nova Lei de Informática, tendo por várias vezes procurado conversar com os senadores Bernardo Cabral e Jefferson Péres, ainda na legislatura anterior. Para o senador Paulo Souto (PFL-BA), a nova lei é contraditória, *já que concentra ainda mais o setor industrial. Já Roberto Saturnino (PSB-RJ) – único a votar contra o parecer – disse que a nova lei tira a soberania do país, em favor do mercado financeiro internacional.*

O presidente da CAE e relator da matéria, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), lamentou artigo publicado no jornal *O Estado de S. Paulo* que acusa a comissão de protelar a votação da nova lei. Suassuna – que, durante a votação do projeto, passou a presidência da comissão para seu vice, senador Bello Parga (PFL-MA) – lembrou que o projeto está em tramitação há dois anos e há apenas dois meses sob a análise da comissão.





Paulo Souto teve duas emendas acolhidas pelo relator. José Roberto Arruda observou que o item relativo a componentes eletroeletrônicos tem um saldo negativo de US$ 5,6 bilhões no balanço de pagamentos

CRE aprova o envio de ajuda ao Timor Leste

Pela decisão dos integrantes da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, peritos eleitorais e um contingente desarmado de militares ficarão à disposição da missão da Organização das Nações Unidas sediada naquele país



Os membros da comissão também aprovaram ontem seis acordos internacionais

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem o envio de um contingente de militares, todos desarmados, e peritos eleitorais para ficarem à disposição de Missão das Nações Unidas no Timor Leste (Unamet).

Já o parecer do senador Pedro Piva (PSDB-SP) sobre os projetos de lei que impõem controle sobre a fabricação, o depósito, o trânsito e o porte de arma de fogo não foi votado por falta de número regimental mínimo de senadores. A votação de matéria tem caráter terminativo.

A CRE também aprovou acordos internacionais que regulam serviços aéreos entre o Brasil e a Suíça; de cooperação entre as academias diplomáticas do Brasil e do México; sobre a responsabilidade civil de acidentes de trânsito e arbitragem comercial entre os países do Mercosul; sobre o exercício de atividades remuneradas por parte de dependentes do pessoal diplomático, firmado com a Guiana; sobre o cumprimento de sentenças penais no exterior; e de cooperação cultural entre o Brasil e o Zimbábue.

Acordo entre líderes e governo garante aumento do mínimo para R$ 180 em abril

Os líderes dos partidos que apóiam o governo e os das oposições decidiram ontem à noite, em reunião com o relator-geral do Orçamento 2001, senador Amir Lando (PMDB-RO), e as lideranças do governo no Congresso, votar projeto elevando o salário mínimo para R$ 180, no próximo ano. A posição *foi definida no início da reunião, antes mesmo da garantia dada pelo* relator de que apresentará nesta semana adendo ao seu relatório preliminar apontando as fontes de financiamento do novo mínimo.

No adendo, Lando indicará como fontes de financiamento do mínimo o corte de recursos destinados ao custeio da máquina pública, o uso das verbas destinadas às emendas parlamentares e a arrecadação a ser propiciada pela aprovação de projetos de combate à sonegação. No total, serão mais de R$ 2,8 bilhões – no entender dos economistas do Congresso, valor suficiente para bancar o novo mínimo.

No início da noite, Lando foi ao Palácio do Planalto, para se reunir com os ministros Pedro Parente, da Casa Civil, e Aloísio Nunes Ferreira, secretário-geral da Presidência, além do líder do governo no Congresso, deputado Arthur Virgílio (PSDB-AM), e o deputado Ricardo Barros (PTB-PR), líder do governo na Comissão Mista de Orçamento. Ele ouviu que o governo não concordava que o Congresso viesse a usar recursos para investimentos, como Lando havia proposto à tarde, para bancar o aumento do mínimo.

Foi então acertado que toda a verba de R$ 1,6 bilhão da reserva de contingência do Orçamento 2001, antes destinada às emendas dos parlamentares, seria usada para bancar o aumento. Assim, as emendas dos congressistas ficarão condicionadas à arrecadação a ser propiciada por *projetos de combate à sonegação fiscal. Outra decisão: o novo salário mínimo entrará em vigor* em 1º de abril, e não 1º de maio.

Em encontro à tarde entre os líderes partidários, Arthur Virgílio havia aberto a reunião apresentando uma contraproposta do governo, que permitiria elevar o mínimo para R$ 176,50, usando praticamente as mesmas três fontes de recursos propostas pelo relator. Insistiu ainda que o Congresso deveria votar a emenda constitucional, em tramitação, que institui a contribuição previdenciária dos inativos do serviço público, mas ouviu a mesma argumentação da semana passada – a falta de tempo para esta votação.



Reunião entre os líderes: se necessário, parlamentares vão abrir mão das emendas para viabilizar o aumento

Os líderes da base governista e das oposições ponderaram que existia uma diferença de apenas R$ 3,50 entre a proposta do Congresso e a do Executivo e não havia sentido insistir em R$ 176,50. O relator-geral propôs então o corte de R$ 500 milhões nos investimentos federais para o próximo ano, o que redirecionaria à Previdência Social os R$ 2,8 bilhões para que ela garanta o pagamento do mínimo de R$ 180 a 12,3 milhões de aposentados. À noite, o Palácio do Planalto não concordou com o uso de dinheiro dos investimentos no mínimo.

– Se os projetos de combate à sonegação e à elisão fiscal não renderem pelo menos R$ 1,7 bilhão, o governo está autorizado a cortar dinheiro das emendas dos parlamentares – afirmou várias vezes Amir Lando, para quem os projetos de combate à sonegação devem aumentar a arrecadação no mínimo em R$ 3,4 bilhões no próximo ano.

No final, os líderes dos partidos governistas acertaram com os representantes do governo a desobstrução da pauta de votações da Câmara, para que entrem os projetos contra a sonegação. Dos quatro projetos com urgência constitucional, só ficaria um, o que regulamenta a previdência complementar dos funcionários públicos. No início da noite, a Câmara aprovou este projeto.

DE ONDE DEVE SAIR DINHEIRO PARA FINANCIAR O SALÁRIO MÍNIMO DE R$ 180

FONTES	QUANTO RENDERÁ	DO QUE DEPENDE
Uso da verba do Orçamento destinada às emendas parlamentares (reserva de contingência)	R$ 1,6 bilhão	Os líderes da base governista devem se manifestar sobre o assunto. Eles haviam concordado que apenas metade da verba fosse para o mínimo
Aprovação de projeto de lei complementar que permite à Receita ter acesso à movimentação bancária de suspeitos de sonegação	R$ 9 bilhões, conforme estudo dos economistas do Congresso. O relator usará R$ 1,2 bilhão para o salário mínimo. As emendas dos parlamentares ficarão condicionadas à arrecadação que superar R$ 1,2 bilhão	Passou pelo Senado e, na Câmara, recebeu substitutivo que o modifica bastante. Se aprovada a mudança, o projeto voltará ao Senado
Aprovação de projeto que permite à Receita usar dados de recolhimento da CPMF	O projeto complementa a proposta acima. Chegou à Câmara dia 16 e terá de ser votado também no Senado	Não deve alterar a previsão de receitas adicionais
Aprovação de projeto que pune o uso abusivo de brechas da lei para redução de IR a pagar (elisão fiscal)	Tanto o Executivo quanto os economistas do Congresso acham difícil fazer o cálculo	Já tem parecer favorável na Câmara. Se aprovada, a proposta seguirá depois para o Senado

Novo projeto contra sonegação

Um novo projeto, enviado neste mês pelo governo ao Congresso, pode ajudar a criar as fontes de arrecadação necessárias ao aumento do salário mínimo. Ele autoriza a Receita Federal a usar informações sobre o pagamento da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) para investigar pessoas e empresas que movimentam altas quantias sem declarálas no Imposto de Renda.

O projeto, que deve ser apreciado em regime de urgência a pedido do Executivo, soma-se a dois outros já levados em conta no cálculo das receitas necessárias ao aumento do mínimo. São os que prevêem o combate à elisão fiscal e a flexibilização do sigilo bancário, para combater a sonegação. Pelos cálculos do governo, eles poderão render R$ 1,2 bilhão aos cofres públicos. Somente para o salário mínimo, o relator do projeto de Orçamento, senador Amir Lando (PMDB-RO), prevê a utilização de R$ 1,7 bilhão proveniente dessa fonte.

Não houve avanço, porém, com a proposta de cobrança de contribuição dos inativos do serviço público. Os próprios líderes da base governista reconhecem a dificuldade em aprová-la, embora a medida seja defendida pelo governo. "Não seria realista pensar em sua aprovação neste ano", afirmou o líder do PSDB na Câmara, Aécio Neves (MG). Mas a base governista não abandonou a idéia.

.Tanto que o líder do governo no Congresso, deputado Arthur Virgílio (PSDB-AM), chegou a sugerir aos demais líderes uma mudança no texto inicial, que isentasse os inativos que ganham menos e cobrando mais de quem ganha mais. Os líderes partidários ficaram de estudar o assunto.

Deficiente pode ter acesso facilitado a bens coletivos

Com a aprovação do Senado, vai à sanção do presidente da República projeto de lei que determina a supressão de barreiras impeditivas da livre movimentação dos portadores de deficiências físicas nas vias e nos espaços públicos

O Plenário do Senado aprovou ontem projeto de lei, de autoria do Executivo, que beneficia pessoas portadoras de deficiência, estabelecendo normas gerais que tratam do acesso a bens e serviços coletivos. A proposta, que vai à sanção presidencial, trata da supressão de barreiras nas vias e espaços públicos e estabelece critérios básicos para o mobiliário urbano, a construção e a reforma de edifícios e os meios de transporte e de comunicação. A proposta prevê também a criação do Programa Nacional de Acessibilidade.

Em seu parecer, o relator da matéria na CAS, senador Geraldo Cândido (PT-RJ), observa que um dos aspectos mais importantes do projeto é a promoção de campanhas educativas para enfocar as dificuldades enfrentadas pelos portadores de deficiência. Na discussão do projeto ontem à tarde, o senador fez um apelo pela aprovação, uma vez que no próximo dia 3 de dezembro comemora-se o Dia Nacional do Deficiente Físico. Geraldo Cândido lembrou que a Organização Mundial da Saúde estima que no Brasil existem 15 milhões de portadores de deficiência.

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), relator da matéria na CCJ, acentuou a importância de que as estruturas dos governos estaduais e as prefeituras se preparem para efetuar as modificações necessárias determinadas na lei. "Caso contrário", frisou, "ela se tornará inócua". A senadora Heloísa Helena (PT-AL) fez um apelo para que os gabinetes dos senadores disponibilizem uma cota de impressão de material em braile, destinado aos deficientes visuais. O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), autor de algumas emendas ao projeto, disse que se pode avaliar o grau de civilidade de uma nação pela garantia dada aos direitos dos deficientes.



No Plenário, os senadores destacaram a importância do projeto para os 15 milhões de deficientes no Brasil

O senador Tião Viana (PT-AC) lembrou requerimento de sua autoria, já deferido pela Mesa no mês de março, solicitando estudo para que as instalações do Congresso sejam adequadas ao livre tráfego dos portadores de deficiência.

– Espero que nós possamos dar o exemplo de solidariedade. Faço um apelo ao presidente do Senado, senador Antonio Carlos Magalhães, para que antes que se encerre o seu mandato, esta Casa esteja ajustada para acolher os portadores de deficiência física. O Congresso Nacional pode dar esse passo de vanguarda e ajustar a sua arquitetura a essa minoria – afirmou o senador.

Senado aprova regulamentação do trabalho de menor aprendiz

Menores entre 14 e 16 anos só poderão trabalhar na condição de aprendiz. O menor receberá o chamado salário mínimo/hora e terá jornada de trabalho de, no máximo, seis horas diárias, não podendo haver prorrogação ou compensação de jornada. Projeto de autoria do Poder Executivo com essas determinações, adaptando a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) às normas constitucionais, foi aprovado ontem pelo Senado Federal. A matéria, que teve como relator na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) o senador Moreira Mendes (PFL-RO), já havia sido aprovada pela Câmara dos Deputados e agora vai à sanção presidencial.



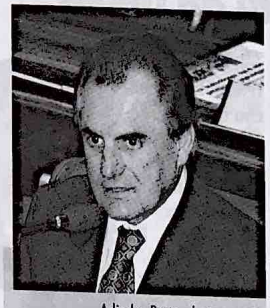
Moreira Mendes deu parecer favorável à proposta na CAS

O projeto determina que, antes dos 16 anos, o menor fica proibido de trabalhar, mas poderá freqüentar programas de aprendizagem e cursos de formação técnico-profissional após os 14 anos. Ao completar 18 anos, o contrato de aprendizagem fica automaticamente extinto. Poderá ser suspenso antes disso, caso o aprendiz apresente desempenho insuficiente, inadaptação ao aprendizado, falta disciplinar grave ou ausência injustificada à escola que implique perda do ano letivo.

A lei cria um contrato de trabalho especial, de aprendizagem, a ser registrado na carteira de trabalho, em que o empregador se compromete a assegurar ao menor formação técnico-profissional. Os locais que empreguem menores terão obrigatoriamente horários e locais que permitam sua freqüência à escola, caso o aprendiz não tenha concluído o ensino fundamental. Os menores deverão freqüentar os cursos dos serviços nacionais de aprendizagem, espalhados por todo o país. Nos municípios em que esse serviço não existir, os aprendizes terão direito de utilizar as escolas técnicas de educação e entidades sem fins lucrativos que tenham por objetivo a educação profissional e a assistência ao adolescente.

Proposta facilita inserção de jovens no mercado, diz relator

Durante a discussão do projeto de lei que limita aos menores entre 14 e 16 anos o trabalho na condição de aprendiz, o senador Moreira Mendes disse que a principal inovação da proposta é a permissão para que escolas técnicas e entidades educacionais sem fins lucrativos formem mão-de-obra. Pela legislação atual só o Serviço Nacional de Aprendizagem pode fazê-lo. "O projeto potencializa a inserção de jovens no mercado de trabalho", disse o senador, que foi relator da matéria na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).



Arlindo Porto destacou a importância do projeto para proibir a exploração do trabalho infantil

Moreira Mendes lembrou ainda que o contrato de trabalho de aprendizagem, instituído no texto aprovado pelos senadores, respeita toda a legislação trabalhista, mesmo determinando uma redução na contribuição para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, que cai de 8% para 2%. O senador Arlindo Porto (PTB-MG) destacou a importância de proibir a exploração do trabalho infantil e considerou favorável que o jovem possa buscar o aprendizado no trabalho.

O senador José Jorge (PFL-PE) observou que a legislação permitirá ao aluno estar ao mesmo tempo na escola e no trabalho, garantindo maior integração na sua formação profissional. O senador Artur da Távola (PSDB-RJ) posicionou-se favoravelmente à proibição do trabalho de menores e classificou a criação da figura do aprendiz uma solução intermediária entre a proibição total e a liberação de trabalho nessa faixa etária.

Aprovadas concessões de emissoras de rádio

O Senado aprovou ontem decretos legislativos renovando e outorgando concessões e permissões às seguintes emissoras: Fundação Bom Jesus de Rádio e Televisão, de Pindamonhangaba (SP); Fundação Dom Bosco, de Campo Grande (MS); Rádio Globo Eldorado, do Rio de Janeiro (RJ); e Associação Comunitária de Rádio, de São João do Piauí (PI). As matérias foram aprovadas com abstenção dos senadores do Partido dos Trabalhadores e vão à promulgação.

CCJ aceita indicação de novo ministro para o STJ

Desembargador Sebastião de Oliveira Castro Filho, integrante do Tribunal de Justiça de Goiás, ainda terá seu nome submetido ao Plenário. Conforme o relator, Iris Rezende, o indicado é "uma criatura exemplar"

Os senadores da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovaram, em votação secreta, parecer favorável à indicação do desembargador Sebastião de Oliveira Castro Filho para ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Integrante do Tribunal de Justiça de Goiás e indicado pelo presidente da República, Castro Filho depende ainda da aprovação do Plenário do Senado. O parecer recebeu 12 votos favoráveis e apenas um contrário.



Castro Filho pode ser o primeiro representante do Centro-Oeste no STJ

Em sua exposição, Castro Filho declarou-se honrado com a indicação feita pelo presidente da República, com o apoio do Tribunal de Justiça de Goiás e dos ministros do STJ. O desembargador, que é mineiro e tem 30 anos de serviços prestados à magistratura de Goiás, agradeceu a Deus pela indicação. Caso aprovado, ele será o primeiro juiz em exercício em um estado do Centro-Oeste a exercer o cargo de ministro no STJ.

– A luz do Espírito Santo não há de nos faltar neste momento, nem nos nossos próximos passos. Aprovada a indicação, pretendo chegar ao STJ com a consciência de ter vindo de um estado e de uma região que nunca contaram com representante no STJ. Fato que, além de orgulhar, traz a consciência da grande responsabilidade que representa – afirmou.

Castro Filho alertou para o fato de os tribunais estarem "abarrotados por uma pletora de processos", o que leva a Justiça a ficar desacreditada junto à opinião pública, pela demora da prestação jurisdicional. Para ele, o número de ações ajuizadas no STJ e no Supremo Tribunal Federal (STF) "é algo de assustar" e, a continuar, a situação pode levar ao estrangulamento do Judiciário no país.



Senadores da CCJ votaram duas indicações feitas pelo presidente da República

Relator da indicação de Castro Filho, o senador Iris Rezende (PMDB-GO) ressaltou o fato de o presidente Fernando Henrique Cardoso ter destinado ao Centro-Oeste a vaga aberta no STJ, que deve ser ocupada por um desembargador de Tribunal de Justiça, já que a região não tem representantes no STJ, STF, Superior Tribunal Militar e Tribunal Superior do Trabalho. Iris destacou ainda que Castro Filho foi indicado por unanimidade pelo TJGO para o cargo, e que obteve o apoio da maioria dos ministros do STJ para ocupar a primeira posição na lista tríplice encaminhada ao presidente da República.

– Conheço com profundidade a sua vida familiar, de cidadão, de juiz. O desembargador é, na verdade, uma criatura exemplar, que serve de referência, que chega a esta posição sem máculas em sua carreira – disse Iris, ao afirmar que sua relatoria deve ser entendida como uma homenagem do estado de Goiás ao desembargador.

Como relator, Iris afirmou que Castro Filho será referência no tribunal "pela competência, determinação, capacidade de trabalho e vontade de servir à magistratura, ao Poder Judiciário e a seu país". Ele agradeceu ao presidente da CCJ, senador José Agripino (PFL-RN), por ter convocado reunião extraordinária e, assim, permitir que haja tempo hábil para a posse dos indicados até o final do ano. Caso tenha seu nome aprovado pelo Plenário, Castro Filho irá ocupar a vaga aberta pela aposentadoria do *ministro Eduardo Andrade Ribeiro de Oliveira.*

Comissão aprova mulher para chefiar a Defensoria Pública Geral da União

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) também aprovou a indicação de Anne Elisabeth Nunes de Oliveira para chefiar a Defensoria Pública Geral da União. Na ocasião, ela reclamou do número reduzido de defensores públicos da União para exercer, segundo a Constituição de 1988, a função de prestar assistência jurisdicional aos que não têm condições de contratar advogados.

Apesar das dificuldades, Anne Elizabeth informou que o concurso público para contratação de 82 defensores públicos deve ser concluído em breve e que há possibilidade de realização de convênios com as universidades para que estagiários trabalhem na Defensoria.

– Hoje o Legislativo conhece a importância da Defensoria Pública para fortalecimento da democracia, ao possibilitar o acesso dos menos favorecidos à cidadania – afirmou.

Como relator da indicação, o senador José Fogaça (PMDB-RS) destacou que Anne Elizabeth integra a carreira da Defensoria e há mais de três anos ocupa a Subdefensoria. Ele indagou sobre a assinatura de convênios entre a Defensoria da União e as defensorias estaduais para prestar assistência junto aos recém-criados juizados especiais federais, o que, no seu entender, "multiplicará a demanda de maneira incalculável".



Anne Elisabeth Oliveira é indicada para chefiar a Defensoria Geral da União

Anne Elizabeth comentou que não há restrições para firmar convênios, mas as defensorias dos estados, mesmo as mais bem estruturadas, não têm condições de assumir essa obrigação, que é da União. Para ela, a medida mais eficiente e até mesmo econômica seria a contratação de maior número de defensores públicos da União.

Agripino pede convênios que garantam atendimento

O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, José Agripino (PFL-RN), cobrou de Anne Elisabeth Nunes de Oliveira a assinatura de convênios entre a União e as defensorias estaduais, tão logo assuma o cargo de defensora pública geral da União. Para o senador, a maioria da população não tem condição de pagar um advogado, cabendo ao Estado prestar assistência jurídica e extrajudicial gratuita e integral aos mais necessitados.

José Agripino fez a cobrança depois de a comissão aprovar o nome de Anne Elizabeth para o cargo de defensora pública da União. Na exposição de motivos, Anne Elisabeth garantiu que realizará os convênios. Para José Agripino, "o espírito público e a cidadania devem estar em primeiro lugar para quem ocupar a função".

O senador Iris Rezende (PMDB-GO) comunga com o pensamento do presidente da CCJ. Mas entende que a indicada deve lutar para que a Defensoria Pública da União seja, de fato, um verdadeiro instrumento de defesa e de valorização do cidadão, principalmente dos mais necessitados.

Iris Rezende acha que a Defensoria ainda não está devidamente estruturada para prestar serviços ao cidadão, nos moldes previstos pela Constituição de 1988. Por isso entende que, ao ocupar o cargo, que ainda necessita de aprovação pelo Plenário do Senado, Anne Elisabeth deve "realizar o sonho", ou seja, dotar o órgão de todos os instrumentos necessários em benefício da população brasileira.

– Também compete ao Legislativo e ao Executivo dotarem a Defensoria Pública de todos os mecanismos para que, na prática, cumpra a sua função social. Afinal de contas, esse órgão vem sendo injustiçado, apesar da sua importância perante a estrutura de poder – disse Iris.

Os senadores Ramez Tebet (PMDB-MS), Pedro Simon (PMDB-RS), Maguito Vilela (PMDB-GO) e Edison Lobão (PFL-MA) enalteceram a aprovação do nome de Anne Elisabeth para exercer o cargo de defensora pública geral da União. Eles também destacaram a aprovação do nome do desembargador Sebastião de Oliveira Castro Filho para o cargo de ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Maguito Vilela disse que Castro Filho foi, durante anos, juiz da cidade goiana de Jataí, e que durante esse período conquistou respeito de toda a população. "Ele vai dignificar e honrar o STJ e a Justiça brasileira como um todo", sentenciou. Ramez Tebet disse que o presidente Fernando Henrique acertou nas duas indicações. Mas também cobrou o fortalecimento das defensorias públicas estaduais, de modo a atender aos mais necessitados.



José Agripino: maioria não pode pagar advogado

Para José Agripino, o desembargador Castro Filho "deixa a impressão de ser um homem qualificado para exercer o cargo de ministro do STJ".

Senado decide se convoca general Cardoso para esclarecer denúncias contra a Abin

O Plenário também deve votar hoje alterações propostas no Conselho Deliberativo da Sudene e projetos de decreto legislativo para a renovação da concessão de quatro emissoras de rádio

O Senado decide hoje se convoca o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, general Alberto Cardoso, para prestar ao Plenário esclarecimentos sobre as operações da Agência Brasileira de Inteligência (Abin). De autoria do senador Jefferson Péres (PDT-AM), o requerimento decorre de matéria publicada pela revista *Veja* sobre o envolvimento de agentes da agência em operações estranhas às suas finalidades institucionais.

Jefferson diz que a revista documenta que a Abin vem servindo a interesses obscuros dos atuais detentores do poder, "o que traz à memória dolorosas lembranças do tempo em que o famigerado SNI funcionava como mola mestra de um sistema repressivo e de violação dos direitos humanos".

O Plenário também deve votar hoje projeto do senador Freitas Neto (PFL-PI) que inclui os municípios nordestinos entre os integrantes do Conselho Deliberativo da Sudene. Ele argumenta que é nos municípios que se fazem os investimentos e que se conduzem os trabalhos organizados pela Sudene, "cabendo-lhes portanto voz ativa nas decisões atribuídas ao Conselho". Freitas Neto deseja que as reuniões do conselho da Sudene contem com uma entidade municipal de credibilidade e representatividade, que congregue a maioria dos municípios da região. Seu projeto disciplina a escolha desse representante.

Na mesma sessão, serão votados os decretos legislativos destinados a renovar a concessão de funcionamento das seguintes emissoras: Rádio Interativa, de Aguaí (SP); Rádio Belo Horizonte (MG); MR Radiodifusão, de Urbano Santos (MA); e Associação de Comunicação, Cultura e Desporto, de Elesbão Veloso (PI).



Para Jefferson, as matérias de *Veja* trazem à memória os tempos do "famigerado SNI"

CAS avalia a proibição de transgênicos

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) analisa hoje projeto da senadora Marina Silva (PT-AC), relatado favoravelmente por Lúcio Alcântara (PSDB-CE), que proíbe por cinco anos o plantio e a comercialização no país de alimentos geneticamente modificados.



Marina: reserva para estados que preservam

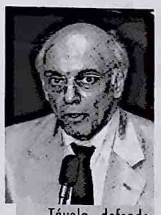
Alcântara destaca os riscos para os ecossistemas e a saúde humana do consumo dos produtos conhecidos como transgênicos. Também é de Marina projeto que cria reserva do Fundo de Participação dos Estados (FPE) para estados que mantenham unidades de conservação da natureza e terras indígenas demarcadas em seus territórios. O parecer do relator, Juvêncio da Fonseca (PFL-MS), também é pela aprovação.

A pauta da CAS prevê a discussão de 15 projetos. Entre eles, proposta de Lúcio Alcântara que isenta os doadores de sangue do pagamento de taxa de inscrição em concursos públicos.

Ministro fala à CE sobre Lei de Entorpecentes

O ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Alberto Cardoso, participa hoje de audiência pública na Comissão de Educação (CE) para discutir detalhes do projeto que altera a Lei de Entorpecentes.

O relatório do senador Artur da Távola (PSDB-RJ) preconiza a necessidade de tratamento médico para o usuário de drogas, evitando a punição de caráter criminal. Já o produtor, o traficante e o vendedor de drogas ilícitas devem, de acordo com o texto do relator, cumprir pelo menos o primeiro terço das penas sob regime fechado.



Távola defende tratamento médico para os usuários

A audiência pública, que será realizada por requerimento da senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), contará também com a participação do ex-ministro do Superior Tribunal de Justiça Luiz Vicente Cernicchiaro, que está redigindo a nova versão do Código Penal; do ex-presidente do Conselho Federal de Entorpecentes Luiz Mathias Flack; e do médico sanitarista e coordenador do Programa Nacional de Doenças Transmissíveis e Aids, Paulo Teixeira.

CCJ vota regras para casos de investigação de paternidade

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) vota hoje projeto, do senador Bernardo Cabral (PFL-AM), que inclui no Código Civil a possibilidade de apresentação de provas científicas nos casos relacionados com investigação de paternidade. A proposta beneficia inclusive quem já perdeu ações dessa natureza e não contava à época com recursos como os testes de DNA. No caso, o interessado poderá entrar na Justiça com um pedido de revisão do processo.

Na justificação da proposta, o senador compara essa revisão com os casos das ações de alimentos, quando uma das partes pede que seja atualizada decisão, em função de alterações econômicas individuais. A decisão judicial na investigação de paternidade será considerada irreversível apenas quando for baseada na apresentação de provas científicas, no caso, o teste de DNA.

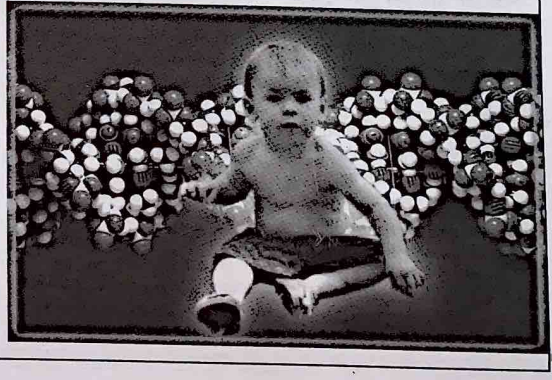
A proposta também inova quando permite que a mulher ou o filho cuja paternidade está sendo questionada possam tomar a iniciativa de propor ação judicial para resolver a questão. Pela lei atual, somente aos homens é garantido esse direito. Cabral diz que o seu objetivo é quebrar o "tabu que consiste no fato de as pessoas interessadas em esclarecer a própria filiação se verem impedidas de solucionar tal problema".

Além disso, enfatiza o senador, "a mulher é uma das pessoas interessadas na questão, devendo-se permitir que produza a prova que desejar". Somente a mera confissão extrajudicial continua não sendo admitida como prova. Cabral esclarece que, mesmo nos casos confirmados de adultério da mulher, apenas a prova científica poderá ser apresentada no questionamento da paternidade.

O projeto também pretende adequar o texto do Código Civil às demandas da sociedade moderna, quando estabelece como tendo paternidade presumida os filhos nascidos por inseminação artificial condicionada à prévia autorização do marido ou companheiro. A presunção significa que a lei reconhece a relação de paternidade até que seja apresentada prova em contrário. A matéria será apreciada em caráter terminativo.

A CCJ examina também substitutivo ao projeto de lei de autoria do senador Moreira Mendes (PFL-RO) que torna inelegíveis por três pleitos os candidatos cuja prestação de contas relativa à campanha eleitoral tenha sido rejeitada. O projeto original acrescenta artigos à Lei 9.504 prevendo nova hipótese de inelegibilidade. O relator, senador Amir Lando (PMDB-RO), entende que a matéria deve ser tratada em lei complementar e propõe a manutenção dos termos do projeto, mas em modificação à Lei Complementar 64.

Outras dez matérias estão na pauta de votação da CCJ. Entre elas, proposta de emenda constitucional (PEC), de autoria do senador Romeu Tuma (PFL-SP), que trata da constituição de guardas municipais; projeto de lei aprovado na Câmara dos Deputados dispondo sobre a relação entre o Estado e os fundos de pensão a ele vinculados; e projeto de lei, do senador Ramez Tebet (PMDB-MS), que torna gratuita a emissão da primeira carteira de identidade.



Presidente do BNDES discute Plano Qüinqüenal

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Francisco Gros, vai debater a partir das 17h de hoje, com os senadores que integram a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o novo Plano Estratégico Qüinqüenal da instituição. A audiência pública foi requerida pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM).

Os senadores querem informações, principalmente, sobre a política estratégica do BNDES para os próximos anos, principalmente com relação às exportações, o apoio às pequenas e médias empresas, a modernização do setor produtivo e o desenvolvimento regional e privatização.

Ainda hoje, na parte da manhã, a CAE receberá diretores do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Eles vão expor as atividades do órgão, que é vinculado ao Ministério da Justiça. A reunião está marcada para as 10h. O requerimento de convocação é do senador Pedro Simon (PMDB-RS).

Cabral vê ameaça à Zona Franca de Manaus

Senador critica o resultado da votação da nova Lei de Informática na CAE. Ele considera o texto aprovado contrário à Constituição e adianta que, se for mantido pelo Plenário, recorrerá ao Supremo Tribunal Federal

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) criticou o resultado da votação da nova Lei de Informática na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), por entender que a classificação de monitores de vídeo e de telefones celulares como bens de informática e, portanto, passíveis de receber incentivos fiscais quando fabricados em qualquer estado da Federação, compromete a sobrevivência da Zona Franca de Manaus.

Cabral alertou que, se a proposta não puder ser modificada na votação em Plenário, ele baterá às portas do Supremo Tribunal Federal. "É clara a Constituição, ao afirmar que incentivos fiscais serão usados para combater desigualdades regionais, como acontece em relação à Zona Franca de Manaus. Portanto, não devem favorecer grandes empresas globalizadas como IBM e Solectra, sediadas nos estados desenvolvidos", disse.

O senador ressaltou que não defende exclusividade de tratamento para a Zona Franca de Manaus, sendo favorável à extensão desses *incentivos fiscais a empresas com sede em regiões pobres do Brasil como o Norte, o Nordeste e o Centro Oeste.* "Mas é evidente que não queremos perder competitividade em setores já instalados", afirmou.

Cabral argumentou, ainda, que os nove anos de expressivos benefícios fiscais concedidos a gigantes empresas multinacionais não conseguiram implantar, no Brasil, um parque produtor de componentes eletrônicos, semicondutores, partes e peças. Como resultado, o déficit na balança comercial do setor eletrônico foi, em 1999, de US$ 6,7 bilhões. Somente a importação de componentes eletrônicos, em 1999, somou US$ 9,8 bilhões, garantiu.



Bernardo Cabral: incentivos não devem favorecer grandes empresas globalizadas

O senador pelo Amazonas afirmou que a ampliação da política de concessão de incentivos fiscais a empresas globalizadas controladas *por capital externo, com sede nos estados mais desenvolvidos do país, além de desrespeitar a Constituição,* não atende aos interesses brasileiros. "Acredito haver, até, possibilidade de que essas empresas venham a remeter divisas para o exterior", concluiu.

Alcântara sugere cautela no exame do financiamento público de campanhas

O financiamento público de campanhas precisa ser analisado com cautela e cuidado. O alerta foi feito ontem pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), ao lamentar as notícias de que o governo federal pretende suspender o programa de distribuição de cestas básicas para a faixa mais pobre da população. Segundo ele, essa decisão pode até ter uma explicação técnica mas, do ponto de vista humano, não vai encontrar nenhum respaldo. O senador disse que prefere aguardar para ver se o programa será realmente suspenso e, caso isso ocorra, que alternativas serão implementadas.

Segundo Lúcio Alcântara, o único motivo que ainda o faz "olhar com alguma simpatia" para a proposta de financiamento público de campanhas é o fato de que partidos pequenos teriam um mínimo de recursos para participar das eleições. Ele observou que R$ 760 milhões a cada dois anos representam muito dinheiro para o Brasil, que já destina R$ 50 milhões para o Fundo Partidário e repassou, em 1998, R$ 83 milhões para as emissoras de rádio e TV, como ressarcimento pelo tempo utilizado no horário eleitoral.

Alcântara revelou ter feito um cálculo, com base nos 372 mil candidatos a vereador e prefeito nas recentes eleições. Segundo ele, cada candidato teria direito a R$ 2 mil reais. "É preciso fazer contas e ver onde queremos chegar", afirmou. O senador sugeriu o estabelecimento de um piso mínimo que garanta recursos aos partidos que não têm condição de captar recursos junto à iniciativa privada.

Ramez Tebet (PMDB-MS) lembrou que, dos R$ 100 milhões previstos para o programa das cestas básicas em 2000, o governo liberou apenas R$ 38 milhões. "Se formos distribuir R$ 760 milhões entre todos, vai redundar numa cesta básica para cada candidato", calculou. O financiamento público de campanhas, para Tebet, é "no mínimo, inoportuno", pois os indicadores sociais não possibilitam explicar esse financiamento à opinião pública.

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) admitiu que a idéia do financiamento é sedutora, mas está sendo ignorado o poder de influência das redes de TV, de rádio e de jornais em favor de determinados candidatos, "o que não é quantificável em moeda". Requião afirmou que os parlamentares estão raciocinando em cima de uma situação de pânico e acrescentou que é "estúpida" a idéia de um Estado neoliberal, com uma economia capitalista, querer fazer campanha eleitoral socialista e franciscana. Ele concordou com a sugestão de se garantir *um piso mínimo de recursos.*



Lúcio Alcântara propõe um piso que garanta recursos aos pequenos partidos

Um debate longo, com tempo para maturação, e um plebiscito seriam o ideal para o senador Roberto Saturnino (PSB-RJ). Ele acredita que o povo deve decidir se quer ou não a democracia no Brasil. "Se quiser a democracia, tem que estar disposto a financiá-la. A democracia não pode estar à mercê de financiamentos interessados", alertou.

ACM quer inquérito para apurar corrupção na Sudam

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) disse ontem que o governo não deve se limitar a demitir os responsáveis por irregularidades na Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Ele pediu a abertura de inquérito para que o país possa ser ressarcido de possíveis prejuízos decorrentes de desvios na instituição.

Em continuidade a pronunciamento feito na segunda-feira, quando pediu providências do presidente da República em relação às denúncias, o presidente do Senado disse ter tomado conhecimento de que o secretário-geral do Ministério de Integração Nacional, Maurício Vasconcelos, e o superintendente da Sudam, Hélio de Almeida, teriam sido afastados dos seus cargos.

– É pouco – afirmou, defendendo ainda o afastamento dos demais diretores da Sudam.

Segundo Antonio Carlos, o senador Jader Barbalho lançou nota à imprensa em que teria dito que a diretoria da Sudam é competente, "dando seu aval àqueles por ele indicados".

Insistindo na necessidade de um inquérito para submeter corruptos e corruptores às medidas penais cabíveis, Antonio Carlos disse não ter dúvidas de que, "provado que um senador participou de atos de improbidade na Sudam", o Senado dará licença para a instauração de processo contra ele.

– Temos que dar licença para processar senadores que maculam o Congresso Nacional. Este é dos que maculam. As acusações são sérias e envolvem um senador que é presidente de um partido – insistiu. Ele convidou os demais senadores a selarem um pacto: "Quando estiver em jogo minha honestidade, ponho em jogo também meu mandato. Quem não tiver vida decente que renuncie a seu mandato".

Antonio Carlos também agradeceu ao ministro do Desenvolvimento Nacional, Fernando Bezerra, pelo afastamento dos dois funcionários, mas reiterou que "o assunto não acaba com isso". O senador apelou ao presidente da República para que o assunto não seja dado como acabado e insistiu na necessidade de "apurar quem ganhava dinheiro da Sudam, quem nomeou superintendentes e ainda hoje os coloca como honestos".

Jader Barbalho divulga nota sobre denúncias

O senador Jader Barbalho (PMDB-PA) divulgou ontem a seguinte nota a respeito de denúncias de corrupção na Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia:

"1 – Sobre as denúncias em torno de projetos que tramitam na Sudam, entendo que todos os fatos devam ser apurados para que não pairem dúvidas sobre a instituição e seus servidores, constituída por um corpo técnico e administrativo competente e dedicado.

"2 – Com relação a matéria 'preparada pela assessoria de ACM', evidentemente constitui mais uma leviandade e cortina de fumaça levantada para esconder, dentre tantas denúncias de corrupção, o Processo 95.0100045-1/Inquérito Policial nº 2-1759/94, tramitando na Justiça Federal de São Paulo, que apura fraude cambial, sonegação fiscal e contas no exterior, com desvio de valores na ordem de US$ 500 milhões, no qual são investigados sócios e familiares do presidente do Senado.

"3 – As denúncias envolvendo o secretário particular Rubens Galerani em 'negócios' com a administração do Senado Federal e o envolvimento em outros escândalos domésticos com dinheiro público, divulgados pela imprensa no último final de semana, certamente ampliaram o destempero e o desequilíbrio do senador."

JADER BARBALHO
Senador

Pimenta da Veiga será ouvido sobre a situação da Rede TV!

Na Comissão de Educação, ministro e diretores da emissora falarão dos compromissos assumidos pelos compradores da Rede Manchete



Geraldo Cândido foi o autor do requerimento aprovado pela CE

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem requerimento convocando o ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, o procurador da República André de Carvalho Ramos e diretores da Rede TV! para que prestem esclarecimentos sobre a renovação da concessão da emissora, que obteve a transferência da concessão da extinta TV Manchete, e dos acordos trabalhistas assumidos por seus atuais controladores. Também serão ouvidos representantes dos funcionários da emissora. O requerimento foi apresentado pelo senador Geraldo Cândido (PT-RJ).

Os senadores entendem que, diante do descumprimento do compromisso firmado pela Rede TV!, que não teria bancado as dívidas trabalhistas da extinta TV Manchete, é necessário esclarecer e contornar essa situação antes que a concessão da emissora seja renovada pelo Senado. O presidente do Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal, Edgard Tavares, acompanhou a votação do requerimento. Segundo ele, cerca de 1.400 funcionários da antiga TV Manchete "nunca receberam aquilo que lhes asseguram seus direitos trabalhistas". Ele disse que a audiência pública proposta pelos senadores deixa os funcionários mais confiantes quanto a um desfecho favorável.

Cândido protesta por atraso no envio de informações

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) cobrou ontem em Plenário resposta a requerimento de informações encaminhado ao ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, no dia 25 de outubro último. No documento, Cândido perguntou ao ministro sobre os termos da transferência dos direitos de radiodifusão de sons e imagens da TV Manchete para a TV Ômega nas cidades do Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife, Fortaleza e São Paulo.

Com base na Constituição federal, Cândido pediu, por meio de questão de ordem, o enquadramento de Pimenta da Veiga em crime de responsabilidade, já que o ministro não teria atendido ao requerimento no prazo de 30 dias. O presidente da sessão e vice-presidente do Senado, Geraldo Melo (PSDB-RN), esclareceu que a resposta do ministro deu entrada na Mesa do Senado na última segunda-feira e seria encaminhada a Geraldo Cândido.

RÁDIOS

Na mesma reunião, a CE aprovou nove projetos de decreto legislativo outorgando ou renovando permissão para as seguintes rádios ou entidades: Associação Cultural Comunitária Cerqueirense, em Cerqueira César (SP); Associação Vale do Araguaia de Desenvolvimento Artístico Cultural, em São Miguel do Araguaia (GO); Fundação Cultural Educacional Melodia de Cataguases, em Cataguases (MG); Associação Beneficente e Cultural Comunitária de Carmo do Paranaíba, na cidade do mesmo nome (MG); Fundação Francisco Cambraia, em Itapecerica (MG); Rádio Inconfidência, de Belo Horizonte (MG); Rádio Montes Claros, em Montes Claros (MG); Rádio Guarani, de Belo Horizonte (MG); e Fundação Educativa de Rádio e Televisão Ouro Preto, em Ouro Preto (MG). Os projetos agorão irão ao Plenário.

CPI discute calendário para o próximo ano



Romeu Tuma quer chegar aos receptadores das cargas roubadas

A comissão mista parlamentar de inquérito que investiga o roubo de cargas em todo o país realiza, a partir das 10h de hoje, reunião de avaliação. A CPI, que tem prazo de encerramento previsto para dezembro do ano que vem, também discutirá sugestões para o calendário de 2001. É a primeira reunião da comissão depois das audiências públicas realizadas em São Paulo, estado em que ocorre pelo menos a metade dos desvios de cargas registrados no Brasil.

Na capital paulista, a CPI ouviu depoimentos de presidiários, policiais, empresários do setor de transportes, de seguradoras e também caminhoneiros.

Segundo o senador Romeu Tuma (PFL-SP), presidente da comissão, o objetivo das audiências foi tentar chegar aos receptadores de cargas roubadas, responsáveis por colocar esses produtos no mercado consumidor. Conforme dados fornecidos por associações de transportadoras, os prejuízos causados pelo desvio de cargas chega, anualmente, a cerca de R$ 500 milhões no país.



Suplicy acusa multinacional de práticas desleais de comércio

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) denunciou ontem, no Plenário, a empresa multinacional Becton Dickson pela prática de *dumping* e *underselling*, a venda de produtos abaixo do custo para lesar o concorrente.

Segundo Suplicy, a empresa brasileira Labnew, com 100% de capital nacional e sede em Campinas (SP), que fabrica produtos para laboratório e coleta de sangue a vácuo, estaria sendo prejudicada pela Becton.

– Enquanto o governo brasileiro abre, cada vez mais, o mercado para empresas transnacionais, o Cade, que deveria proteger as empresas brasileiras da concorrência predatória, faz exatamente o contrário – disse, acusando o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) de inoperância.

Suplicy revelou que as práticas comerciais da multinacional são reconhecidamente ilegais, e que, em 1993, a Secretaria de Direito Econômico (SDE) levou o problema ao Cade. Como a Becton apresentou o "compromisso de cessação", evitando assim o julgamento do processo em que era acusada, ficou desobrigada de qualquer punição.

Em 1998, no entanto, ainda segundo o senador, o Departamento de Defesa Comercial (Decom), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, abriu novas investigações e concluiu que a Becton persiste na prática de dumping. Suplicy salientou que os dirigentes da empresa norte-americana estão sendo processados por crime contra a ordem econômica.

– O processo está em vias de ser arquivado, sem que o plenário do Cade se manifeste acerca do descumprimento do compromisso de cessação – afirmou, apontando ainda para a aprovação, pelo Cade, sem qualquer restrição, dos negócios realizados pela Greiner Labortechnic, multinacional austríaca que teria auxiliado a Becton na prática de *underselling*.



Para Suplicy, o Cade não cumpre a função de coibir a concorrência predatória

CAE discutirá acordo com FMI e fragilidades da Serasa

Cinco requerimentos para realização de audiências públicas foram aprovados ontem pela Comissão de Assuntos Econômicas (CAE). Três deles são relacionados com reportagem veiculada na TV Bandeirantes sobre a Serasa, empresa que presta serviço de proteção ao crédito. Os outros dois requerimentos pedem debates sobre o acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o programa de construção de casas populares.

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) pediu que prestem depoimento à comissão os advogados paranaenses Edson Galdino Vilela de Souza e Edilson Galdino Vilela de Souza, que denunciaram a manipulação de cadastros pessoais envolvendo a empresa. Segundo o senador, até os dados do presidente Fernando Henrique Cardoso foram exibidos na reportagem, comprovando a fragilidade do sistema.



Eduardo Siqueira Campos teme uso irregular de cadastros

Em outro requerimento, Eduardo Siqueira Campos pede também o depoimento do presidente da Serasa, Elson Aníbal de Lucca. Já o senador Pedro Simon (PMDB-RS) solicitou a vinda dos diretores de Fiscalização e Normas e de Organização do Sistema Financeiro do Banco Central, Tereza Grossi e Sérgio da Silva Alves, para falar sobre o assunto levantado pela reportagem.

A CAE também aprovou o pedido do senador Lauro Campos (PT-DF) para debater o acordo entre o Brasil e o FMI, firmado em dezembro de 1998. Estarão presentes representantes do Ministério da Fazenda, do Banco Central, do Fundo Monetário, da Central Única dos Trabalhadores (CUT), da Força Sindical e do MST.

O presidente da CAE, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), foi outro a pedir uma audiência pública, para que seja discutido o programa de construção de casas populares, que, segundo ele, está sendo implantado em todo o Brasil. Ele sugeriu que, além dos presidentes dos sindicatos de construtores estaduais, seja convidado o diretor da área habitacional da Caixa Econômica Federal.

RESULTADO DA ORDEM DO DIA

TERÇA-FEIRA, 28 DE NOVEMBRO DE 2000

1 Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 1999 (nº 4.767/98, na Casa de origem). Presidente da República. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências. Pareceres sob nºs. 192/2000-CD, 1º pronunciamento (sobre o projeto), relator: senador Lucio Alcântara, favorável; 1.127/2000-CD, 2º pronunciamento (sobre as emendas nºs 4 e 7-Plen), relator: senador Lucio Alcântara, pela rejeição; 193/2000-CAS, 1º pronunciamento (sobre o projeto), relatora: senadora Geraldo Cândido, favorável, com as emendas nºs 1 a 3-CAS, que apresenta, ressalvando sem voto o senador Ernandes Amorim e abstenção do senador Maguito Vilela; e 1.128/2000-CAS, 2º pronunciamento (sobre as emendas nºs 4 a 7-Plen), relator: senador Geraldo Cândido, pela rejeição. Aprovada o projeto e as emendas nºs 1 a 3-CAS, da redação; rejeitadas as emendas nºs 4 a 7-Plen. À sanção.

2 Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 2000 (nº 2.845/2000, na Casa de origem). Presidente da República. Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – Consolidação das Leis do Trabalho (proibição de trabalho do menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz). Parecer nº 1.129/2000-CAS, relator: senador Moreira Mendes, favorável, com o Emenda nº 1-CAS, de redação, que apresenta. Aprovado o projeto e a Emenda nº 1-CAS, de redação. À sanção.

3 Projeto de Decreto Legislativo nº 88, de 2000 (nº 224/99, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Boa Jesus de Rádio e Televisão para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Pindamonhangaba, estado de São Paulo. Parecer nº 783/2000-CE, relator: senador Romeu Tuma, favorável, com abstenção do senador Geraldo Cândido. Aprovada. À promulgação.

4 Projeto de Decreto Legislativo nº 118, de 2000 (nº 306/99, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Boa Nova para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Campo Grande, estado de Mato Grosso do Sul. Parecer nº 868/2000-CE, relator: senador Lúdio Coelho, favorável. Aprovada. À promulgação.

5 Projeto de Decreto Legislativo nº 163, de 2000 (nº 321/99, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Globo Eldorado Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro. Parecer nº 984/2000-CE, relator: senador Hugo Napoleão, favorável, com abstenção do senador Geraldo Cândido. Aprovado. À promulgação.

6 Projeto de Decreto Legislativo nº 216, de 2000 (nº 445/99, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Rádio de São João do Piauí a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João do Piauí, estado do Piauí. Parecer nº 1.108/2000-CE, relator: senador Freitas Neto, favorável. Aprovado. À promulgação.

Fonte: Secretaria-Geral da Mesa

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO

HOJE

9h – Saúde/Uesp – Vacinas: as suas vantagens – parte 2
10h30 – Cidadania – Sen. Romeu Tuma e Vereadores Wagnhilton, Diretora do Depto. Penitenciário Nacional, *falam sobre a realidade do sistema penitenciário*
Em seguida – Música e informação
17h30 – Entrevista – Sen. Henrique Loyola fala sobre as alterações nos processos de inventários
18h – *Jornal do Senado*
18h30 – *TV Escola* – Ciências da Terra – Câmbrio
19h – *Cores do Brasil* – Folclore goiano
19h30 – Entrevista – Sen. Roberto Freire fala sobre as pensões especiais
20h – Comissão de Assuntos Econômicos (ovo)
Logo após – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (gravado)
14h30 – Sessão Plenária (ovo)
Logo após – Comissão de Relações Exteriores (ovo)
21h – *Jornal do Senado*
21h30 – Comissão de Educação (gravado)
Logo após – Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

9h – Agenda Senado
Em seguida – Música e informação
19h – Comissão de Assuntos Sociais
Em seguida – Música e informação
14h30 – Sessão Plenária do Senado (vivo)
Em seguida – Música e informação
19h – *A Voz do Brasil*
Em seguida – Música e informação
20h30 – *Senado em Linha Direta – Edição Nordeste*
Em seguida – Música e informação
21h – *Senado em Linha Direta – Edição Norte/Centro-Oeste*
Em seguida – Música e informação
21h30 – *Senado em Linha Direta – Edição Sul/Sudeste*
Em seguida – Música e informação
0h – Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida – Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações técnicas para recepção do sinal da TV Senado

Net, operadora local informa o número do canal
DirecTV: canal 163
Sky Net: canal 30
Tecsat: canal 17
Internet: www.senado.gov.br

Antena Parabólica – Sistema Digital:
- Satélite: B1
- Transponder: 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Freqüência: 3.644,4 MHz
- Freqüência (Banda - L): 1.505,75 MHz
- Antena: 3,6 m
- PID Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG-2 DVB
- Symbol Rate: 3,2143Ms/s
- FEC: ¾

Antena Parabólica – Sistema Analógico:
- Satélite - B1
- Transponder - 11 A-2 (canal 8)
- Polarização: Horizontal
- Freqüência – 4.130 MHz

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:
- Antena parabólica tipo TVRO (telado) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBH DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:
- Freqüência de recepção: Banda L1.465,600 MHz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC,1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

Comissão de Educação aprova a Universidade do Legislativo

UniLegis se constitui num efetivo projeto de democratização do ensino, segundo Antonio Carlos Magalhães, primeiro signatário da proposta

A Comissão de Educação aprovou ontem projeto de resolução proposto pela Mesa do Senado que cria a Universidade do Legislativo Brasileiro. O senador José Fogaça (PMDB-RS) apresentou parecer favorável à matéria, que agora vai ao Plenário.

Fogaça disse que a UniLegis, a ser criada no âmbito do Senado, estará voltada para a geração, o desenvolvimento, a transmissão e a aplicação de conhecimentos, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão. A instituição, salientou o senador, deverá ser flexível o bastante para promover cursos, ciclos de estudos e de debates, conferências e simpósios, além do desenvolvimento de linhas de investigação científica, sem fazer uso de dispendiosa máquina administrativa e funcional.

Para Fogaça, a Universidade do Legislativo Brasileiro reflete o processo de modernização no Senado. Ele destacou a participação do senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) como um dos realizadores da proposta, e parabenizou o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, pela iniciativa.



Na reunião da Comissão de Educação, o relator, José Fogaça, disse que a proposta reflete o processo de modernização no Senado

O trabalho da UniLegis será feito por meio de diversos tipos de cursos, a partir de um currículo multidisciplinar que deve abranger áreas como processo legislativo, técnica legislativa, orçamento público, políticas públicas e gestão governamental, ciência política, ciência social, direito, língua portuguesa.

Segundo o projeto de resolução, a instituição utilizará o sistema de "universidade aberta" por meio do ensino a distância, um dos principais propósitos da iniciativa. Mas o ensino em sala de aula também fará parte das atividades da UniLegis, que pretende oferecer cursos em nível de graduação e pós-graduação (*stricto* e *lato sensu*) em diferentes áreas e níveis, programas e cursos de extensão, fóruns, debates, seminários, congressos e conferências.

– A Universidade do Legislativo Brasileiro se constitui num efetivo projeto de democratização do ensino – afirma a justificação do projeto, que tem como primeiro signatário o presidente do Senado e da Comissão Diretora, Antonio Carlos Magalhães.

OBJETIVOS DA UNILEGIS*

- Contribuir para a construção de uma sociedade justa e formação de cidadãos
- Colaborar no processo de integração e de modernização dos parlamentos brasileiros, nas esferas federal, estadual e municipal
- Estimular o intercâmbio com legislativos estrangeiros, visando à troca de experiências e ao mútuo aperfeiçoamento
- Formar, especializar e desenvolver, de forma continuada, recursos humanos que atuem nos três níveis do Poder Legislativo, mediante a oferta de cursos de graduação, pós-graduação, extensão e seqüenciais, em distintos níveis, na modalidade de cursos regulares e a distância
- Estimular o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas voltadas para o aprimoramento institucional, as políticas públicas e o desenvolvimento da nação brasileira
- Atuar, no âmbito de sua competência, junto à sociedade, no sentido de informar e esclarecer a respeito do papel do Legislativo e das instituições do Estado na vida nacional
- Formar e treinar lideranças

* Segundo o texto do Projeto de Resolução nº 77, de 2000.

Milton Campos é tema de documentário na TV

A vida do político mineiro Milton Campos é o tema do documentário que a TV Senado exibe amanhã, às 19h30. O especial *Milton Campos, a política como vocação* relembra a trajetória do mineiro de Ponte Nova, nascido há 100 anos, desde a década de 1920, quando inicia a carreira de advogado, passando por diversos cargos, como o de governador de Minas Gerais, senador e ministro de Estado.

Como pano de fundo do programa, um apanhado da história recente do país – Milton Campos foi participante ativo de episódios que vão da Revolução de 30 ao movimento militar de 1964. O programa será reapresentado no sábado, às 12h, e domingo, às 20h30.

Hartung quer votar já correção da tabela do IRPF

Invocando o papel histórico do Parlamento de conter os abusos de tributação do governo, ele solicitou à Mesa do Senado que coloque em votação no Plenário o projeto que atualiza a tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física

O senador Paulo Hartung (PPS-ES) apresentou requerimento à Mesa do Senado, para imediata inclusão na pauta de votações do Plenário, do projeto de sua autoria que corrige a tabela e as deduções do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF). Ele argumentou que o projeto está na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) desde o mês de junho, quando o Regimento prevê prazo máximo de 30 dias para sua discussão e votação.

Segundo Hartung, a tabela do IRPF permanece inalterada há seis anos, o que resulta em um aumento crescente dos níveis de tributação, penalizando especialmente os que ganham menos. "Os trabalhadores lutam para recuperar, timidamente, seu nível de poder aquisitivo e, em conseqüência, caem em alíquotas maiores de cobrança de Imposto de Renda. Isso é abuso do governo, é confisco do salário do trabalhador", afirmou.

Ele citou dados do Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Unafisco) estimando em 37,5% a defasagem da tabela de Imposto de Renda, se as atuais alíquotas forem mantidas para o próximo ano. Hartung considerou a situação injusta e fez um apelo à Mesa e aos partidos políticos para a imediata aprovação de seu projeto. "Historicamente, o Parlamento foi criado para conter abusos de tributação do governo", lembrou.

Hartung apresentou números apurados pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC mostrando que, entre 1998 e 2000, o número de trabalhadores que pagam Imposto de Renda na fonte aumentou em 64,3%, em função do congelamento da tabela, associado à pequena recuperação das perdas salariais. "O Sindicato garante não se tratar de aumento real de salário, mas de alguma compensação de inflação passada", concluiu o parlamentar.



Segundo Paulo Hartung, o congelamento da tabela "é confisco do salário do trabalhador"

Requião alerta que montadoras podem estar sonegando imposto

As montadoras de automóveis podem estar pagando Imposto de Importação sobre apenas 25% do preço FOB (livres de taxas) de carros montados. O alerta foi feito ontem pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR).

A prática, segundo ele, atingiria uns 2 milhões de automóveis, "o que poderia significar uma soma de cerca de R$ 45 bilhões" de perda para os cofres do país, mais do que suficiente, conforme ressaltou, para cobrir os gastos da Previdência Social com um aumento do salário mínimo para R$ 180.



Segundo Requião, as perdas podem chegar perto de R$ 45 bilhões

Requião disse que teve acesso a documentos das montadoras em que elas estabelecem o preço FOB de importação de veículos montados. Ele comparou o documento com o registro dos preços FOB de todos os produtos norte-americanos exportados. A comparação permitiu que o senador concluísse que as montadoras declaram um valor que é bem menor que a metade do valor FOB de importação. Como a atual legislação determina o pagamento de 34% de Imposto de Importação sobre metade do preço FOB, as montadoras estariam de fato pagando sobre 25% do preço FOB.

– Os automóveis que chegam montados ao Brasil estão tendo uma incidência de imposto sobre apenas 25% do valor – reiterou, afirmando que está buscando mais informações sobre o assunto.

Requião chamou ainda a atenção da imprensa brasileira, que, segundo ele, "parece não ter se incomodado nem um pouco" com a denúncia, já feita em pronunciamento anterior. Nos meios de comunicação, afirmou, "não há investigação em curso, mas no que se refere ao meu trabalho, estou aprofundando as informações".

Gilvam pede apoio ao governo federal e à Justiça para resolver crise no Amapá

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) pediu ao governo federal e ao Poder Judiciário ajuda para solucionar o que chamou de "crise institucional e administrativa" que o governador do Amapá, João Capiberibe (PSB), estaria provocando. Segundo Gilvam, Capiberibe está ameaçando a democracia ao desrespeitar as decisões da Justiça estadual e denunciar à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Narcotráfico deputados estaduais considerados inocentes pelo senador.

Conforme Gilvam, Capiberibe estaria tomando essas atitudes sob o efeito de cocaína. Citando em seu discurso as acusações de que o governador está envolvido com o narcotráfico, o senador disse que Capiberibe estava "drogado" quando em solenidade pública recente atacou o Judiciário estadual.

– Capiberibe é um cheirador de coca e promove em sua residência orgias com o alto escalão do governo – afirmou Gilvam.

O senador explicou que um dos objetivos do seu discurso era desagravar os deputados estaduais Jorge Salomão, Rosemiro Rocha e Paulo José, cujos nomes foram denunciados por Capiberibe à CPI do Narcotráfico em funcionamento na Câmara dos Deputados.



Gilvam Borges fez várias acusações contra o governador do Amapá

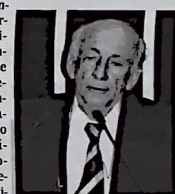
O governador teria coagido pessoas a testemunhar contra os parlamentares.

Capiberibe estaria também estimulando a corrupção e levando o estado ao caos administrativo. Em conseqüência, 800 empresas teriam deixado o Amapá e desempregado milhares de pessoas.

– O governador do Amapá é um ditador irresponsável, está fazendo ele mesmo as leis, e tenta colocar o Judiciário de joelhos – disse Gilvam, que prometeu retornar à tribuna do Senado com documentos que provam suas acusações.

Lauro cita discursos de Fernando Henrique para criticar o governo

Em discurso feito ontem, o senador Lauro Campos (PT-DF) voltou a atacar o presidente Fernando Henrique Cardoso pela condução da política econômica do país. Tendo em mãos o *livro A Outra Face do Presidente*, uma coletânea de pronunciamentos do então senador Fernando Henrique, Lauro Campos o acusou de ceder aos interesses dos banqueiros internacionais e do Fundo Monetário Internacional (FMI), implementando políticas diametralmente opostas às que defendia antes de chegar ao poder.



Lauro Campos lembrou que FHC era contra o arrocho salarial quando foi senador

Lauro Campos leu vários trechos de discursos de Fernando Henrique, em que repudiava o arrocho salarial e as diretrizes econômicas impostas pelo FMI, chegando a propor o calote da dívida externa.

Enfatizando as palavras de FHC – "o ponto de ruptura está à vista; devemos dizer ao FMI que não podemos e não vamos pagar a dívida" –, Lauro Campos lembrou que, em 1983, o então senador Fernando Henrique considerava a dívida impossível de ser paga, mas, como governante, foi mais subserviente do que todos os outros.

Lauro Campos ironizou o fato de, há 17 anos, Fernando Henrique orgulhar-se, em um de seus discursos, ter votado *contra o Decreto-Lei 2.024, que dava aos salários uma reposição de apenas 80% da inflação*.

– Agora, é o contrário: ele deve 80% de reposição salarial, e acha isso muito normal – afirmou Lauro Campos, alertando também contra a tentativa de perpetuar a política econômica, aprovando-se a independência do Banco Central e do Banco do Brasil.

Ainda citando o então senador Fernando Henrique Cardoso, que em um de seus discursos combatia a corrupção e os crimes do colarinho branco, Lauro Campos lembrou as denúncias de que o presidente comprou votos de deputados por US$ 200 mil para garantir a reeleição. Defendeu, ainda, a proposta da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), de um salário mínimo de mil reais.

Tebet defende socorro às famílias carentes

Preocupado com o anúncio da decisão do governo de suspender o programa de distribuição de cestas básicas em 1.350 municípios, senador cobra das autoridades uma alternativa que garanta a sobrevivência dos mais pobres



Ramez Tebet: indignado com o corte sem qualquer programa em substituição

Ao comentar notícias publicadas na imprensa sobre a suspensão, pelo governo federal, da distribuição de cestas básicas às pessoas carentes, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) manifestou sua preocupação e defendeu a criação de um programa alternativo que socorra as famílias dependentes desse tipo de ajuda para sobreviver. Ele disse que a medida atingirá brasileiros de 1.350 municípios, que poderão perder o benefício pela falta de recursos orçamentários.

"O anúncio do corte das cestas básicas é feito depois de ter constado no programa Avança Brasil como uma das prioridades nacionais", lembrou Ramez Tebet. Mesmo reconhecendo o caráter assistencialista da distribuição de alimentos, o senador destacou que ela existe para que brasileiros não morram de fome. "Fiquei mesmo indignado quando li sobre o corte sem que o governo apresentasse qualquer programa em substituição", afirmou.

Na opinião do senador, o governo somente poderá deixar de manter programas de assistência aos mais carentes quando resolver investir no interior. Ele salientou que por meio do trabalho no campo as famílias tirarão seu próprio sustento. "Para que isso aconteça, temos instrumentos previstos na Constituição, como os fundos constitucionais para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste."

Ramez Tebet apelou ao presidente Fernando Henrique Cardoso no sentido de que, se o Congresso não tiver tempo hábil para votar o projeto de conversão da medida provisória que trata dos fundos constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, o governo reedite a MP baixando os juros cobrados para os financiamentos destes fundos. A sugestão de Tebet é que os juros não ultrapassem 9%. "Com juros compatíveis, nunca mais vamos ler nos jornais notícias sobre distribuição de cestas básicas, quanto mais sobre seus cortes", disse Ramez Tebet.

Corte aumenta sofrimento de milhões, diz Maguito



Maguito vê o Executivo "surdo" diante dos pleitos do Congresso

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) criticou a decisão do governo de cortar a distribuição de cestas básicas para famílias carentes. "É mais uma medida equivocada, tomada ao bel-prazer de burocratas de gabinete que parecem não conhecer o país que governam." Maguito disse que a decisão "vai aumentar a fome e o sofrimento de milhões de famílias em todo o país".

Na avaliação do senador, as medidas do governo cortando investimentos no setor social já se tornaram rotineiras, mesmo diante dos protestos do Senado, da Câmara dos Deputados e de outras instituições. "Mas chega um ponto em que a gente cansa. Falamos, reivindicamos e o governo continua insensível", afirmou. Ele disse que o Executivo parece uma entidade surda quando os pleitos são originários do povo ou do Congresso.

Um texto do jornalista Clóvis Rossi, publicado ontem no jornal *Folha de S. Paulo*, foi lido pelo senador para demonstrar seu descontentamento com a decisão do governo. Segundo o articulista, o importante para o governo Fernando Henrique Cardoso não é que as pessoas sobrevivam, mas que a pobreza diminua e a economia cresça. Segundo o artigo, depois que pessoas morrerem ou sofrerem danos irreversíveis por desnutrição, de nada adiantará uma mudança de estrutura que dispense o assistencialismo.

Para Clóvis Rossi, seria melhor se o governo fosse menos generoso com os que não precisam de cestas básicas. Maguito avaliou que os recursos destinados às cestas básicas não farão falta ao governo se o programa não for interrompido. Ele lembrou que não faltou dinheiro ao Executivo para custear a obra do fórum trabalhista do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, nem para socorrer os bancos Marka e FonteCindam.

Em aparte, o senador Luiz Pontes (PSDB-CE) sugeriu que senadores se organizem para ir ao presidente Fernando Henrique Cardoso dizer que não aceitam corte no programa de distribuição de cestas básicas enquanto não for tomada uma medida para solucionar o problema da fome e da miséria.

Americana divulga capacitação de civis para a área de defesa



Margaret Daly Hayes com o senador Pedro Piva na Comissão de Relações Exteriores

A diretora do Centro de Estudos Hemisféricos de Defesa, em Washington, Margaret Daly Hayes, esteve ontem no Senado para divulgar junto aos senadores da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) um programa de capacitação de civis para a área de defesa, oferecido pelo centro. O curso é dirigido a civis que atuem na área de defesa nas esferas de governo (Executivo e Legislativo), universidades, jornalismo e organizações não-governamentais.

O Centro de Estudos Hemisféricos de Defesa foi criado em resposta a uma necessidade detectada na primeira reunião de ministros de Defesa, realizada em julho de 1995, em Williamsburg, Virgínia. O centro é ligado à National Defense University e atende a demandas dos países das três Américas, em forma de cooperação internacional com programas específicos para a área de defesa e de acordo com as necessidades de cada país.

Fogaça insiste em apoio do governo ao cinema nacional



Fogaça fez um balanço das atividades da subcomissão que presidiu

O presidente da Subcomissão do Cinema Brasileiro, senador José Fogaça (PMDB-RS), anunciou ontem o fim dos trabalhos, afirmando que a ação do governo permanece imprescindível para garantir a produção cinematográfica no Brasil. Ele observou, no entanto, que "o governo erra ao se restringir a apoiar a produção, pois os investimentos em distribuição, divulgação e exibição dos filmes são igualmente importantes".

Fogaça informou que o relator da subcomissão, senador Francelino Pereira (PFL-MG), apresentará seu relatório na próxima terça-feira com as conclusões do trabalho. A subcomissão ouviu todos os setores envolvidos com a produção cinematográfica, como arte e indústria. Segundo Fogaça, o cinema mostrou-se uma das artes mais arraigadas no espírito do brasileiro, fato que levou os integrantes da subcomissão a defenderem o apoio e a ampliação dos incentivos da Lei do Audiovisual.

Para o senador, o desmonte da produção cinematográfica no Brasil, levado adiante durante o governo Collor, ainda não pôde ser totalmente revertido. "Mas já estamos com uma produção de 23 filmes por ano, cifra que não é desprezível." Ele manifestou sua preocupação, no entanto, com o fato de o país contar hoje com 1.500 salas de projeção cinematográfica, contra 3.500 na década de 70.

Ademir destaca impacto do mínimo na economia



Ademir aponta efeito multiplicador do aumento do mínimo

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) afirmou que o reajuste de 20% do salário mínimo, mesmo sendo inferior ao necessário, vai injetar mais recursos na economia, "que poderão ter um poder multiplicador formidável". Em pronunciamento realizado antes do anúncio do acordo sobre o novo valor do salário mínimo (*veja matéria na página 4*), Ademir argumentou que qualquer incremento de renda fomenta o consumo ou a poupança, o que acaba impulsionando o crescimento, elevando a arrecadação e ampliando a ação social do Estado.

Para o senador, a atualização do salário mínimo é um desafio necessário à redução do distanciamento social entre setores da população brasileira. Ademir salientou que, com o salário mínimo de R$ 180, 2,75 milhões de brasileiros – o equivalente a 6% da população – sairão da linha da pobreza, com um impacto significativo para cerca de 7 milhões de crianças e para milhões de idosos que recebem benefícios da Previdência Social.

O senador citou o Pará como exemplo dos efeitos do aumento do mínimo. Segundo estimativa do IBGE, quase um quarto da população economicamente ativa recebe até um salário mínimo, o que representa mais de 350 mil trabalhadores com atividades concentradas na indústria e nos serviços.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Antonio Carlos Magalhães, Geraldo Melo, Nabor Júnior, Jonas Pinheiro, Pedro Piva e Henrique Loyola

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL — ANO VI – Nº 1.209 – BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 28 DE NOVEMBRO DE 2000

Líderes e Comissão de Orçamento tentam garantir hoje aumento do salário mínimo

Em reunião com o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e o relator da proposta orçamentária, Amir Lando, parlamentares devem definir de onde sairão os recursos para que a Previdência possa pagar o piso salarial de R$ 180

Líderes partidários no Congresso e integrantes da Comissão Mista de Orçamento reúnem-se hoje com o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e o relator da proposta orçamentária, Amir Lando. Eles querem definir a votação de dois projetos contra a sonegação e a elisão fiscal apontados como principais fontes de recursos para assegurar o aumento do salário mínimo. Lando também se reúne com o ministro do Planejamento, Martus Tavares, e a comissão pode ouvir o ministro da Previdência, Waldeck Ornélas.

PÁGINAS 2 E 3



Floresta Amazônica e Semi-árido são temas de debate no Senado

A preservação da Amazônia e a seca no Nordeste foram debatidas ontem em Plenário. Gilberto Mestrinho defendeu a cobrança de taxa dos países emissores de gases poluentes. O dinheiro seria usado em benefício da floresta. Já Maria do Carmo cobrou do governo ações permanentes contra a estiagem que periodicamente atinge o Semi-árido.

PÁGINAS 7 E 8



A preservação da Floresta Amazônica (*foto maior*) depende da redução da emissão de gases pelos países ricos, disse Mestrinho. Para Maria do Carmo, os problemas do Semi-árido são conseqüência do descaso

PLENÁRIO

Normas para trabalho de aprendiz estão na pauta

PÁGINA 4

CAE

Comissão pode votar nova Lei de Informática

PÁGINA 3

CRE

Porte de arma de fogo volta a ser debatido

PÁGINA 5

CCJ

Desembargador indicado para STJ terá sabatina

PÁGINA 4



ACM cobra ações contra corrupção na Sudam

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (*foto*), cobrou do governo federal providências a respeito das denúncias de corrupção na Sudam. De posse de documentos apontando irregularidades, o senador defendeu a criação de CPI para investigar o órgão.

PÁGINA 8

PRESIDENTE DA CAMARA DE VEREADORES
004085
CAMARA MUNICIPAL
13825-000 HOLAMBRA - SP



Antonio Carlos Magalhães disse que mantém sua intenção de não votar o Orçamento antes de uma decisão sobre o salário mínimo

Reunião da Comissão de Orçamento pode definir hoje aumento do mínimo

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, afirmou ontem de manhã que uma nova reunião dos integrantes da Comissão Mista de Orçamento, que será realizada hoje à tarde, deverá definir as fontes alternativas para elevar o salário mínimo dos atuais R$ 151 para R$ 180.

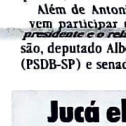
Além de Antonio Carlos, devem participar do encontro o presidente e o relator da comissão, deputado Alberto Goldman (PSDB-SP) e senador Amir Lando (PMDB-RO), respectivamente, e ainda os líderes dos partidos nas duas Casas legislativas.

Antonio Carlos disse que mantém sua intenção de não colocar o Orçamento da União para 2001 em votação no Congresso enquanto a questão do mínimo não for definida. Ele disse ainda que a Câmara deverá desobstruir a pauta para decidir sobre o assunto.

— Acho que poderia até já ter sido desbloqueada essa pauta – opinou o senador.

Jucá elogia ação preventiva de incêndios em Roraima

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) elogiou o anúncio pelo Ministério do Meio Ambiente de medidas preventivas ante a possibilidade de incêndios em Roraima. Há cerca de dois anos e meio, observou, o estado passou por situação de extrema dificuldade com um incêndio que devorou grande parte do território estadual, atingindo inúmeras propriedades de pequenos produtores rurais.



Jucá lembrou incêndio há dois anos e meio

No último fim de semana, registrou Jucá, o ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, esteve em Roraima e procurou definir, em encontros com prefeitos e produtores do estado, as ações a serem adotadas. Na visita, o ministro assinou convênio para o aparelhamento das brigadas estaduais contra incêndios. Outros projetos serão desenvolvidos na área de conscientização ambiental, disse Jucá.

AGENDA

TERÇA-FEIRA, 28 DE NOVEMBRO DE 2000

Presidente
Antonio Carlos Magalhães

15h30 – Presde sessão deliberativa ordinária

PLENÁRIO

14h30 – Sessão deliberativa ordinária
Pauta: PLC nº 34/99, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida; PLC nº 74/2000, altera dispositivos do Decreto-Lei nº 5 452/43 (Consolidação das Leis do Trabalho), que proíba o trabalho do menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz; PDLs nº 88/2000, nº 118/2000, nº 163/2000 e nº 216/2000, que tratam de concessões de emissoras de rádio.

COMISSÕES

10h – Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: PRS nº 49/99, altera o Lim nº 8 248/91, o Lim nº 8 387/91 e o Decreto-Lei nº 288/67, dispondo sobre a capacitação e competitividade do setor de tecnologia de informação; PRSs nºs 75 e 78, de 2000, que alteram a Resolução nº 78/98, do Senado, para suspender, pelo período de 12 meses, o pagamento de serviços de dívidas dos estados de Alagoas e de Pernambuco junto à União; e PRS nº 79/2000, altera a Resolução nº 78/98, do Senado, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização. *Ala Senador Alexandre Costa – sala 19*

10h – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: Mensagem nº 208/2000, que submete à apreciação do Senado a escolha do nome de Anne Elizabeth Nunes de Oliveira, para exercer o cargo de defensor público-geral da União, com mandato de dois anos, e Mensagem nº 237/2000, que submete à apreciação do Senado o nome de Sebastião de Oliveira Castro Filho para compor o Superior Tribunal de Justiça. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 3*

11h30 – Comissão de Educação
Pauta: PLC nº 77/2000, cria no âmbito do Senado, a Universidade do Legislativo Brasileiro; PLC nº 52/99, que institui normas gerais relativas à atividade de peão-de-rodeio, equiparando-o ao atleta profissional, Requerimento s/n°, do senador Geraldo Cândido e outros, solicitando sejam convidados o ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, o procurador da República André da Carvalho Ramos, os representantes da Rede TV, Fábio Saboya e Amilcare Dallevo Jr., e o representante dos funcionários da emissora, Nilton Martins, para prestarem esclarecimentos acerca da renovação da concessão da Rede Unimar a fim de apurarem irregularidades apontadas pelos contribuintes. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 15*

14h30 – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Pauta: audiência pública com a presença do ministro da Previdência e Assistência Social, Waldeck Ornélas, para prestar esclarecimentos acerca do Orçamento 2001.

18h – Pauta: apreciação da proposta de alteração do parecer preliminar e de outras matérias em tramitação. Plenário nº 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados

17h30 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
Pauta: diversas matérias, entre as quais PDLs nº 40/2000, que aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos Regulares, celebrado entre os governos do Brasil e da Suíça, PDL nº 124/2000, que aprova o texto do acordo de cooperação entre os academias diplomáticas do Brasil e do Mexico, e PDL nº 131/2000, que aprova o texto do Protocolo de São Luís sobre a Responsabilidade Emergente de Acidentes de Trânsito entre os Estados Partes do Mercosul. *Ala Senador Alexandre Costa – sala 5*

PREVISÃO
PLENÁRIO

Quarta-feira
14h30 – Sessão deliberativa ordinária
Pauta: diversas matérias, entre as quais PLS nº 591/99, que altera a composição do conselho e cria o cargo de vice-presidente; e Requerimento nº 667/2000, do senador Jefferson Péres e outros, solicitando seja convocado o ministro-chefe da Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, para prestar, perante o Plenário do Caso, esclarecimentos sobre operações da Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

Quinta-feira
10h – Sessão deliberativa ordinária
Hora do Expediente será destinada a comemorar o centenário de nascimento de Milton

Brasil 500
SENADO FEDERAL

Campos.
Pauta: PLC nº 1/99, regulamenta o parágrafo 4º do art. 199 da Constituição federal, relativo à coleta, processamento, estocagem, distribuição e aplicação do sangue, seus componentes e derivados, estabelece o ordenamento institucional indispensável à execução adequada dessas atividades, e PDL nº 168/2000, aprova o ato que outorga permissão à MR Radiodifusão para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vitória do Mearim (MA)

Sexta- feira
9h – Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Quarta-feira
9h – Comissão de Assuntos Sociais
Pauta: diversas matérias, entre as quais PLC nº 88/2000, que dispõe sobre a obrigatoriedade de inserção nas embalagens de coupos íntimos de orientações impressas sobre a importância de exames preventivos de câncer de mama, colo de útero e de próstata; PLS nº 53/2000, que cria reserva do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE), para as unidades da federação que desmembram, em seus territórios, unidades de conservação da natureza e terras indígenas demarcadas, PLS nº 216/99, que proíbe, por cinco anos, o plantio e a comercialização de alimentos contendo organismo geneticamente modificado (OGM) ou seus derivados, em todo o território nacional; PLS nº 75/2000, altera o Lei nº 5.889/73, que estatui normas reguladoras do trabalho rural; e PLS nº 202/2000, que isenta os doadores de sangue do pagamento de taxa de inscrição em concursos públicos.

Após a Ordem do Dia:
Pauta: audiência pública com a finalidade de explicar e debater os critérios para definição dos municípios contemplados com o Programa 1DH-14 (Índice de Desenvolvimento Humano), atendendo o requerimento do senador Sebastião Rocha, com a presença do ministro-chefe da Casa Civil, Pedro Parente; do secretário Nacional de Assistência Social, Vanda Engel, e do representante no Brasil do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 9*

10h – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: diversas matérias, entre as quais emendas de Plenário ao PLC nº 1/2000, que dispõe sobre a relação entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas de suas respectivas entidades fechadas de previdência complementar; PLS nº 313/99, que autoriza o Poder Executivo a adotar medidas de apoio aos servidores responsáveis por portadores de deficiências físicas, sensoriais ou mentais, e PLS nº 170/2000, altera dispositivos da Lei nº 7.116/83, que torna obrigatório o registro de carteiras de identidade no âmbito dos órgãos da administração direta, indireta e fundacional. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 3*

10h – Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: exposição dos membros do Conselho Administrativo da Defesa Econômica sobre o desempenho de suas atividades, em decorrência da aprovação do Requerimento nº 28/2000-CAE, de autoria do senador Pedro Simon

17h – exposição de Francisco Gross, presidente do BNDES, acerca do novo plano estratégico do BNDES, em decorrência da aprovação do Requerimento nº 38/2000-CAE, de autoria do senador Jefferson Péres. Ala Senador Alexandre Costa – Sala 19

10h – Comissão de Educação
Pauta: audiência pública para instrução do PLC nº 105/96, que dispõe sobre a prevenção, o tratamento, a fiscalização, o controle e a repressão do tráfico ilícito e do uso indevido de entorpecentes e drogas afins, com a presença do ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Alberto Mendes Cardoso; do advogado e professor da Unicauch, Ney Mauro Teles, do advogado e ex-presidente do Conselho Federal de Entorpecentes (RS), Luiz Mathias Flock; do coordenador do Programa Nacional de Doenças Transmissíveis do Ministério da Saúde, Paulo Teixeira; e do educadora com projetos de combate a drogas (SP), Maria José Gqueira.

Após Ordem do Dia:
Pauta: audiência pública com a finalidade de instruir o PLS nº 151/2000, que dispõe sobre o acesso a informações na Internet, com a presença do presidente da Associação Brasileiro dos Provedores de Internet (Abronet), Roque Abdo; do coordenador-geral do Laboratório de Sistemas Integráveis da USP (SP), João Antônio Zuffo, do diretor do Consultoria do Prodesen, Francisco José Frizza Lima, e diretor do Divisão de Sistemas Legislativos do Prodesen, João de Holanda. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 15*

10h – CPI de Roubo de Cargas
Pauta: avaliação dos trabalhos durante o corrente ano, elaboração de sugestões para o Calendário 2001 e votação de requerimento. *Ala Nilo Coelho – Sala 2*

Quinta-feira
9h – CPI do Futebol
Pauta: depoimento do treinador Wanderley Luxemburgo. *Ala Senador Nilo Coelho – Sala 2*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL
Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3227
Editor-Chefe: Edson de Almeida
Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Morais e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirila Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pelo equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Ministro da Previdência analisa com parlamentares o reajuste do mínimo

Waldeck Ornélas deve participar hoje de audiência promovida pela Comissão de Orçamento. Previsão é de que o impacto do aumento salarial nas contas do ministério chegue a R$ 2,8 bilhões

O reajuste do valor do salário mínimo deverá ser o tema principal da audiência pública marcada para hoje pela Comissão Mista de Orçamento, com a presença do ministro da Previdência e Assistência Social, Waldeck Ornélas. A comissão está empenhada em buscar fontes de receita capazes de custear o aumento de R$ 2,8 bilhões nas despesas da Previdência, caso o mínimo venha a ser estabelecido em R$ 180 a partir de 1º de maio de 2001.

Atualmente, 12,3 milhões de aposentados recebem da Previdência Social benefício de valor equivalente a um salário mínimo. A definição do novo valor do salário terá, por isso, impacto direto sobre as despesas do ministério no próximo ano. O projeto de Orçamento da União para 2001 toma por base o valor de R$ 159 para o mínimo. Ornélas debaterá com os parlamentares da comissão a possibilidade de se elevar o valor para R$ 180.

Na quarta-feira passada, o comitê de receitas da Comissão Mista de Orçamento decidiu propor às lideranças partidárias a destinação de metade da verba reservada às emendas de parlamentares no projeto de Orçamento – fixada em R$ 1,6 bilhão – para o aumento do salário mínimo. Além disso, o comitê concordou com uma sugestão do Poder Executivo de cortar R$ 300 milhões nas verbas de custeio no próximo ano. Mais R$ 1,7 bilhão seria adicionado a esse cálculo pela aprovação de dois projetos que tramitam na Câmara destinados a combater a sonegação de impostos e a elisão fiscal. As três medidas somadas seriam capazes de render aos cofres públicos os R$ 2,8 bilhões necessários para o custeio do novo salário mínimo.



Comissão Mista de Orçamento faz audiência e aguarda decisão dos líderes sobre projetos

Líderes decidem como votar projetos contra sonegação

Líderes de partidos políticos no Senado e na Câmara reúnem-se hoje, com a presença do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, para decidir como e quando serão votados os projetos contra a sonegação destinados a financiar o aumento do salário mínimo para R$ 180 em 1º de maio do próximo ano. São duas propostas, mas a pauta de votação da Câmara está paralisada porque o Executivo insiste que, antes, sejam votados quatro projetos, inclusive um que regulamenta a previdência complementar dos funcionários públicos.

A reunião está marcada para as 15h e estará presente o relator-geral do Orçamento 2001, senador Amir Lando (PMDB-RO), que apontou os projetos anti-sonegação como fonte para bancar o mínimo, rejeitando a proposta do governo de instituir a cobrança previdenciária dos inativos, por falta de tempo para sua votação – o assunto é polêmico e já chegou a ser derrubado em outras votações. Na quinta-feira, os líderes apoiaram o relator-geral em sua decisão de descartar a taxação dos inativos.

Antes da reunião dos líderes, ao meio-dia, Amir Lando terá um novo encontro com o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, para saber se o governo tem alguma contraproposta às alternativas da Comissão Mista de Orçamento para o financiamento do salário mínimo. Conforme notícia dos jornais, o Executivo insistirá que o Congresso vote a emenda dos inativos, mesmo que o dinheiro não seja destinado ao salário mínimo.

A decisão sobre as fontes do salário mínimo vem atrasando a discussão e a votação do projeto de Orçamento 2001. Primeiro, as oposições na Comissão Mista de Orçamento decidiram obstruir qualquer votação, até que se resolva o financiamento do mínimo. Depois, o próprio relator-geral propôs a paralisação dos trabalhos dos dez sub-relatores, pois não tinha condições de dizer com quanto eles contarão para bancar as emendas dos parlamentares sem que haja antes definição para as fontes do mínimo.

Além da paralisação do projeto para aprovação, os governistas que apóiam o governo têm encontrado dificuldades na Comissão de Orçamento para votar até mesmo créditos suplementares para o Executivo. Nos últimos dias, chegaram ao Congresso mais de 80 pedidos de créditos suplementares e a comissão só conseguiu votar dois deles, por causa da obstrução das oposições.

Apostando que os líderes resolvam hoje o problema da votação dos projetos que financiarão parte do aumento do salário mínimo, o presidente da comissão marcou reunião para mais tarde, às 18h. O objetivo é votar um adendo ao relatório parcial de Amir Lando sobre as fontes do novo salário mínimo, um novo cronograma de tramitação do projeto orçamentário e parte dos créditos suplementares.

AS PROPOSTAS DO RELATOR PARA FINANCIAR O SALÁRIO MÍNIMO DE R$ 180

FONTES	QUANTO RENDERÁ	DO QUE DEPENDE
Uso de metade da verba do Orçamento destinada às emendas parlamentares	R$ 800 milhões	Já conta com apoio dos líderes dos partidos da base governista
Corte de 1% nos gastos de custeio previsto no Orçamento 2001	R$ 300 milhões	Já tem apoio do comitê de receitas da Comissão Mista de Orçamento
Aprovação de projeto que permite à Receita ter acesso à movimentação bancária de suspeitos de sonegação	R$ 9 bilhões, conforme estudo dos economistas do Congresso. O relator quer usar R$ 1,7 bilhão para o salário mínimo. O Executivo acha que o projeto só dará R$ 1,2 bilhão	Passou pelo Senado e, na Câmara, recebeu substitutivo que o modifica bastante. Se aprovada a mudança, o projeto voltará ao Senado
Aprovação de projeto que pune o uso abusivo de brechas da lei para redução de IR a pagar (elisão fiscal)	Tanto o Executivo quanto os economistas do Congresso acham difícil fazer o cálculo	Já tem parecer na Câmara. Se aprovada, a proposta seguirá depois para o Senado



Ney Suassuna é relator do projeto da informática, que está na pauta da CAE

CAE examina a nova Lei de Informática

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deve votar hoje o projeto que institui a nova Lei de Informática. O projeto, de iniciativa do Executivo, faz várias alterações na atual legislação e estabelece, entre outras coisas, novos critérios de benefícios fiscais para a indústria de informática nos próximos nove anos. A reunião está marcada para as 10h.

O relator da matéria, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), que também preside a CAE, é favorável ao projeto original, mas defende a inclusão de monitores de vídeo, atualmente excluídos, entre os chamados bens de informática, ao contrário do que decidiu a Comissão de Educação.

A Comissão de Assuntos Econômicos também vai examinar, na mesma reunião, o projeto de resolução que suspende por um ano o pagamento das dívidas, junto à União, dos estados de Pernambuco e de Alagoas. O objetivo é garantir aos dois estados mais recursos para combater os estragos provocados pelas últimas enchentes. O projeto é do senador Roberto Freire (PPS-PE).

A CAE vota ainda, preliminarmente, requerimento do senador Jefferson Péres (PDT-AM) que pede o exame, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), do projeto de resolução que permite a antecipação da receita de *royalties* de estados produtores de petróleo. A proposta condiciona a antecipação de *royalties* à aplicação em fundos de previdência dos servidores públicos ou na amortização de dívidas com a União. Jefferson Péres apresentou o requerimento porque tem dúvidas sobre a possibilidade de que se mude um mesmo item de uma resolução do Senado na mesma legislatura.

CCJ sabatina desembargador indicado para vaga no STJ



Iris Rezende deu parecer favorável à indicação de Castro Filho para o STJ

Em reunião marcada para hoje, às 10h, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) analisa a indicação do desembargador Sebastião de Oliveira Castro Filho para ocupar o cargo de ministro no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Depois de sabatinar o indicado, os senadores da comissão decidem se aprovam o relatório do senador Iris Rezende (PMDB-GO), favorável à indicação, em votação secreta. Caso seja aprovado, o nome do desembargador será submetido ao Plenário.

Castro Filho foi indicado para ocupar vaga destinada a desembargador aberta pela aposentadoria do ministro Eduardo Andrade Ribeiro de Oliveira. Mineiro, ele desenvolveu sua carreira profissional em Goiás, onde atua no Tribunal de Justiça (TJ). Caso seu nome seja aprovado pelo Senado, Castro Filho, segundo o STJ, deve atuar junto à Segunda Turma, especializada em direito público.

DEFENSORIA

Além de Castro Filho, os senadores devem sabatinar na reunião Anne Elisabeth Nunes de Oliveira, indicada para exercer o cargo de defensor público-geral da União por dois anos. Criada pela Lei Complementar nº 80, de 1994, a Defensoria Pública é parte da função jurisdicional da União, encarregada de prestar assistência jurídica judicial e extrajudicial, integral e gratuita, aos necessitados que não têm condições de arcar com as despesas de um advogado.

O defensor público-geral preside o Conselho Superior da Defensoria Pública e atua junto ao Supremo Tribunal Federal (STF). Anne Elisabeth Oliveira foi escolhida pelo presidente entre integrantes da carreira de defensor público maiores de 35 anos. O senador José Fogaça (PMDB-RS) é o relator da indicação e o seu relatório também será submetido a votação secreta. Aprovado na CCJ, o parecer segue para apreciação do Plenário.

Senado vota regulamentação do trabalho de menor aprendiz

Projeto a ser apreciado hoje pelo Plenário regulamenta a Constituição, assegura direito ao salário mínimo/hora e fixa a jornada diária



O Senado vota hoje projeto do Executivo que regulamenta texto constitucional proibindo o menor de 16 anos de trabalhar, salvo na condição de aprendiz. De acordo com o texto, o menor terá direito ao chamado salário mínimo/hora com jornada de trabalho não superior a seis horas diárias, sendo vedada a prorrogação e a compensação da jornada. O projeto adapta a atual legislação às determinações constitucionais.

Já aprovada pela Câmara, a matéria determina que o menor de idade poderá freqüentar programas de aprendizagem e cursos de formação técnico-profissional a partir dos 14 anos. De acordo com o texto, a extinção do contrato de aprendizagem ocorrerá quando o aluno completar 18 anos, tiver desempenho insuficiente ou inadaptação para o aprendizado, ou apresentar falta disciplinar grave ou ausência injustificada à escola que implique perda do ano letivo.

Os menores deverão freqüentar os cursos dos serviços nacionais de aprendizagem, espalhados por todo o país. Nos municípios em que esse tipo de serviço não existir, os aprendizes terão direito de utilizar as escolas técnicas de educação e entidades sem fins lucrativos que tenham por objetivo a educação profissional e a assistência ao adolescente.

Também aguarda votação projeto estabelecendo normas gerais e critérios básicos para a acessibilidade de deficientes físicos, mediante a supressão de barreiras e obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação.

De iniciativa do governo e já votado na Câmara, o projeto dispõe que o planejamento e a urbanização das vias públicas, dos parques e demais espaços de uso público, assim como dos mobiliários urbanos, deverão ser adaptados, no sentido de promover a mais ampla acessibilidade aos portadores de deficiência ou com mobilidade reduzida.

O texto também estabelece que os banheiros de uso público deverão ser acessíveis e dispor, pelo menos, de um sanitário e um lavatório que atendam às especificações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Dispõe também que, em todas as áreas de estacionamento em espaços públicos, deverão ser reservadas vagas para pessoas portadoras de deficiência.

Na mesma sessão, o Senado vota decretos legislativos destinados a renovar a concessão de funcionamento da Fundação Bom Jesus de Rádio e Televisão, de Pindamonhangaba (SP); Fundação Dom Bosco, de Campo Grande (MS); Rádio Globo Eldorado, do Rio de Janeiro (RJ); e da Associação Comunitária de Rádio, de São João do Piauí (PI).

Eduardo Siqueira Campos quer esclarecer atuação da Serasa



Eduardo já recebeu mais de 200 *e-mails* sobre problemas com o Serasa

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) pediu que a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprove na reunião de hoje requerimento convocando Elcio Anibal de Lucca, presidente da Serasa, que mantém um serviço de cadastro de devedores dos bancos privados, e o advogado Edson Galdino Vilela de Souza, que vem fazendo denúncias de inscrições irregulares no sistema. O senador disse ter recebido mais de 200 *e-mails* sobre o tema, a maioria com denúncias de inscrições irregulares.

– É preciso regularizar essa situação injusta, violadora dos direitos do cidadão – disse. Eduardo quer, além da retirada gratuita do nome injustamente colocado no cadastro, que sejam respeitadas as liminares nesse sentido e que os responsáveis pelo serviço esclareçam a forma como as inscrições são realizadas.

Para comprovar a fragilidade do sistema, o advogado Edson Galdino Vilela de Souza inseriu na Serasa, com registro em cartório, o nome do presidente Fernando Henrique Cardoso e de senadores e deputados. O presidente foi registrado como devedor de R$ 200, não pagos no prazo.

Eduardo Siqueira Campos reconheceu a importância do serviço para proteger o comércio e bancos dos maus pagadores, mas defendeu a apuração das denúncias. O senador pretende saber do Banco Central se há algum monitoramento sobre a entidade. Ele informou que da Serasa é uma entidade civil, fundada pela Federação Brasileira das Associações de Bancos (Febraban). Estima-se que haja 40 milhões de brasileiros inscritos da Serasa, com 1 milhão de inscrições mensais.

CE poderá discutir transferência da Manchete para a Rede TV!

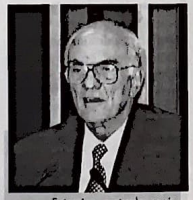
O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) apresentou requerimento de convocação do ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, do procurador da República André de Carvalho Ramos e dos diretores da Rede TV! para que expliquem a transferência da concessão de televisão da antiga TV Manchete para a TV Ômega. O requerimento será votado na reunião da Comissão de Educação (CE) prevista para hoje, às 11h30.

Os representantes da Rede TV! citados no requerimento são Fábio Saboya e Amilcare Dallevo Júnior. O senador pretende ouvir também o representante dos funcionários da emissora, Nilton Martins. Além da transferência de concessão, os senadores querem esclarecimentos sobre os acordos trabalhistas da emissora.

Outro item da pauta é o projeto de resolução da Mesa do Senado que cria a Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis), que tem parecer favorável do relator, senador José Fogaça (PMDB-RS). Pela proposta, o Senado criará uma instituição de ensino superior, pesquisa e extensão destinada à formação e ao aperfeiçoamento dos servidores do Legislativo.

Com 13 itens, a pauta da CE também inclui projeto de lei da Câmara dos Deputados que equipara a atividade de peão-boiadeiro à de atleta profissional. O parecer do senador Romeu Tuma (PFL-SP) é favorável ao projeto.

Além desses, ainda serão discutidos e votados dez projetos de decreto legislativo que tratam da concessão ou renovação de emissoras de rádio em vários estados.



Saturnino pretende ouvir Pimenta da Veiga, procurador e representante da Rede TV!

CRE retoma debate sobre o porte de armas de fogo

Em reunião marcada para as 17h30, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional também deve votar vários acordos internacionais

Projetos que restringem o porte de armas de fogo voltam a ser debatidos pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) a partir das 17h30 de hoje. Os projetos já foram examinados na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), tendo recebido substitutivo do senador Renan Calheiros (PMDB-AL). Na CRE, as matérias dependem da aprovação de parecer do senador Pedro Piva (PSDB-SP), que busca um acordo sobre qual deverá ser o alcance da proibição do porte de armas.

A CRE também votará seis projetos que tratam de acordos, protocolos e convenções internacionais assinados pelo governo brasileiro, tais como o acordo sobre serviços aéreos regulares firmado com a Suíça, o acordo de cooperação diplomática com o México, o protocolo entre os integrantes do Mercosul sobre responsabilidade civil em acidentes de trânsito e o envio de um contingente de peritos eleitorais, oficiais militares e policiais militares para ficarem à disposição da ONU no Timor Leste.



Pedro Piva está em busca de um acordo em torno do alcance da proibição do porte de armas

Senado recebe da CBF contratos de publicidade e outros documentos

A comissão parlamentar de inquérito do Senado que está investigando o futebol brasileiro recebeu no final da semana passada várias caixas enviadas pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF), contendo documentos solicitados pela CPI. Os mais importantes, na avaliação do presidente Álvaro Dias (PSDB-PR), são os registros dos atletas, os contratos de transmissão de jogos e os acordos de publicidade com a Traffic e a Coca-Cola.



O material também trata de registro de atletas e acordos para transmissão de jogos

Sobre o depoimento do ex-treinador da Seleção Brasileira Wanderley Luxemburgo, marcado para as 9h da próxima quinta-feira, o senador Álvaro Dias esclareceu que o treinador terá as declarações que prestar aos membros da CPI confrontadas com as informações concedidas pela estudante de Direito Renata Alves e os documentos já de posse da comissão, referentes à quebra do seu sigilo bancário.

Já chegaram à CPI do Futebol vários documentos bancários e imobiliários com os registros de cartórios de imóveis. Entre as acusações feitas contra Wanderley Luxemburgo, estão as denúncias de que ele teria cometido falsidade ideológica, sonegado impostos e recebido comissão pela venda de jogadores.

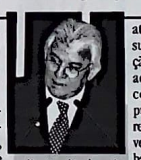
O técnico deverá se pronunciar a respeito de reportagem dos jornalistas Cláudio Neves e Wilson de Carvalho, publicada no *Jornal dos Sports* no dia 19 de novembro. Conforme a reportagem, o jogador Macula afirmou que na sua transferência do Juventude (RS) para o Palmeiras (SP) o treinador teria recebido algum tipo de comissão.

Moreira critica IBGE por condução do Censo 2000

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) lamentou ontem o atraso na finalização do Censo 2000, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Segundo ele, o levantamento não foi concluído porque 4,75% da população brasileira – sobretudo a residente na região Norte, em locais de difícil acesso – ainda não foi recenseada, e a coleta de dados é feita de forma "atabalhoada, sem que se possa confiar nos resultados que dela advirão".

Moreira afirmou que os estados do Norte têm sido sistematicamente prejudicados em todas as pesquisas feitas no Brasil, "tanto que os últimos levantamentos por amostragem domiciliar não incluem a população rural de Rondônia, Roraima, Acre, Amazonas e Pará. Ele citou o caso de Machadinho d'Oeste (RO), que, segundo dados do IBGE de 1996, teria 28.949 habitantes. Mas, explicou o senador, o prefeito da cidade, Neodi Carlos de Oliveira, diz que só entre 1998 e 1999 foram assentadas 20.600 pessoas, indicando uma distorção nos dados.

– A preocupação do prefeito é justa e razoável. Se a população contada pelo IBGE não se aproximar do número verdadeiro, o município será prejudicado, posto que vai ter de atender toda sua população, recenseada ou não, com ações públicas, sem receber do governo as verbas a que tem direito – disse Moreira.



Moreira Mendes pôs em dúvida dados divulgados pelo IBGE

Ele refutou informação da revista *Veja* de que ele, o deputado Oscar Andrade (PFL-RO) e o prefeito de Machadinho d'Oeste teriam ido ao IBGE para "arrumar um jeitinho de aumentar a população" do município. "Nunca estive na sede do instituto, assim como não assinei documento nenhum pedindo a recontagem populacional", frisou.

Fujimori caiu por enfrentar multinacionais, diz Fogaça

Interesses contrariados das multinacionais Shell e Mobil Oil levaram à queda o presidente da República do Peru, Alberto Fujimori. A hipótese foi levantada pelo senador José Fogaça (PMDB-RS). Segundo ele, as empresas obtiveram, em março de 1996, um contrato de concessão, por 40 anos, para exploração de gás natural do campo de Camisea, a segunda maior jazida da América Latina. O contrato foi assinado pelo próprio Fujimori, que o classificou como o "contrato do século".

Fogaça explicou que as duas empresas formaram um consórcio e o contrato estabelecia o investimento de US$ 3,5 bilhões em 15 anos. "As quantidades envolvidas são espantosas, são gigantescas. O campo de Camisea abriga 13 trilhões de pés cúbicos de gás natural e 600 milhões de barris de petróleo", assinalou.

Segundo o senador, o problema teria começado quando as empresas já haviam investido US$ 250 milhões e preparavam-se para iniciar a segunda fase do projeto, com a construção de um gasoduto até Lima. Nesse momento, explicou, exigiram a aplicação de uma administração vertical, pela qual teriam o controle completo, não apenas sobre a exploração do gás, mas também sobre o transporte, a distribuição e os direitos de exportação da produção excedente, além do estabelecimento de determinadas tarifas.



Fogaça: nacionalismo, e não corrupção, foi o que derrubou Fujimori

Fogaça disse que Fujimori teve um "lampejo e resolveu sair da direita e posicionar-se na esquerda", rejeitando as exigências das empresas. As empresas, continuou, ameaçaram deixar o país e os embaixadores do Reino Unido e dos Estados Unidos, países sedes da Shell e da Mobil Oil, remiram-se com Fujimori para intervir em nome delas, não obtendo êxito. Fujimori abriu licitação, prosseguiu Fogaça, e o novo contrato foi ganho por um consórcio formado pela empresa argentina Pluspetrol, a coreana SK e a americana Hunt. O senador acredita que as empresas e os governos contrariados tramaram para desestabilizar o governo de Fujimori. "O ditador não cai pela corrupção. Cai por um gesto de autoritarismo", afirmou José Fogaça.

Independência do BC pode tornar país ingovernável, afirma Lauro



Lauro usa argumentos de FHC senador para criticar o presidente

O senador Lauro Campos (PT-DF) acredita que o país pode ser atirado na ingovernabilidade caso o governo consiga aprovar a proposta de independência do Banco Central (BC). A conseqüência, avalia ele, seria a independência da política econômica. Lauro disse que as forças políticas que hoje detêm o poder já consideram seriamente a hipótese de perder as próximas eleições presidenciais e já prepararam sua "retirada". Isso justificaria a tentativa de "engessar" o próximo presidente da República, impedindo-o de mudar os dirigentes do BC e do Banco do Brasil.

– A nação exige que o atual governo limite suas ações ao seu período de mandato, deixando ao futuro governo a responsabilidade de escolher o que é melhor para o país – afirmou, citando discurso feito pelo próprio FHC quando senador.

Tendo em mãos o livro *A Outra* *Face do Presidente*, coletânea de discursos do então senador, organizada por B. Calheiros Bonfim, Lauro leu também o trecho em que Fernando Henrique criticava a obsessão do governo em combater a inflação. "Não podemos ter como obsessão o nível de inflação, mas o pleno emprego e a capacidade de levar esperança à população mais pobre", citou.

Leu também trechos do livro *As Idéias e seu Lugar*, em que Fernando Henrique declara ser impossível manter o equilíbrio orçamentário e ao mesmo tempo pagar a dívida externa, descartando a política econômica proposta pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). O senador manifestou alívio pela queda do presidente peruano Alberto Fujimori. Para ele, isso teria desencorajado a ambição de Fernando Henrique, que estaria aspirando a uma nova reeleição.

Futura ministra apóia PEC sobre efeito vinculante

Ellen Gracie Northfleet visitou o gabinete do senador Ronaldo Cunha Lima, autor da proposta, para manifestar sua posição. Matéria já foi aprovada no Senado e por uma comissão da Câmara dos Deputados

Proposta de emenda constitucional do senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), 1º secretário do Senado, que amplia o efeito vinculante para decisões tomadas pelo Supremo Tribunal Federal, recebeu o apoio, na semana passada, da juíza Ellen Gracie Northfleet, que visitou o gabinete do senador para manifestar sua posição. O assunto é um dos temas que compõem a reforma do Judiciário, em tramitação nas duas Casas legislativas.

Ellen Northfleet, que será a primeira mulher a integrar o STF, declarou ser favorável à proposta durante sabatina na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que avaliou sua indicação para o cargo. Para ela, a ampliação do efeito vinculante também para as decisões de mérito poderá realmente desobstruir os trabalhos do Supremo. Atualmente, a decisão de efeito vinculante é prevista na Constituição apenas para os julgamentos do STF sobre a constitucionalidade das matérias.

– Considero o grande número de processos que chegam ao Supremo uma deformação do sistema – afirmou a juíza. Segundo dados levantados por Ronaldo, o Supremo brasileiro é sobrecarregado e recebe cerca de 25 mil processos por ano. A Suprema Corte dos Estados Unidos, exemplificou o senador, julga no máximo 500 causas por ano.

A PEC de Ronaldo Cunha Lima, apresentada em 1995, foi aprovada pelo Senado e também pela Comissão de Constituição e Justiça e de Redação da Câmara dos Deputados, aguardando apreciação do Plenário daquela Casa. No Senado, a proposta passou pela CCJ, sob a relatoria do senador Jefferson Péres (PDT-AM), e foi objeto de debate em seis audiências públicas. Delas participaram os ministros Sepúlveda Pertence e Celso de Mello, ambos do STF, o procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, o ministro Evandro Lins e Silva e juristas da Ordem dos Advogados do Brasil e da Associação de Magistrados Brasileiros. Os primeiros manifestaram-se favoravelmente à idéia, enquanto os representantes dos advogados e magistrados registraram o temor que os juízes das instâncias inferiores têm de perder seu poder de decisão diante da imposição da súmula vinculante.



Ellen Northfleet: efeito vinculante pode acelerar trabalho do STF

A proposta, que recebeu 57 votos favoráveis no Plenário do Senado, prevê que os julgamentos do Supremo somente terão efeito vinculante caso dois terços dos membros do tribunal assim decidirem. Ronaldo argumenta que o efeito vinculante, além de desafogar o Supremo – dados mostram que 85% dos processos anualmente encaminhados ao STF *são repetitivos –, poderá harmonizar as decisões judiciais que envolvem as questões de constitucionalidade e facilitar o acesso dos interessados ao Judiciário.*

Entre as principais críticas que a medida enfrenta destacam-se o alegado risco à independência do juiz – visto que ele, em princípio, deverá submeter-se às decisões da corte máxima – e o engessamento da jurisprudência.

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO

HOJE

5h30 – Cores do Brasil – Manaus
6h – Saúde/Unip – História de um zoólogo – parte 2
6h30 – Colombina – Sen. Ramez Tebet e Rosângela Maciel Bueno, diretora do Departamento Penitenciário Nacional, falam sobre a realidade do sistema penitenciário.
7h30 – Fisiotrapia – Sen. Henrique Loyola fala sobre [illegible]
8h – Jornal do Senado
8h30 – TV Escola – Crônicas da Terra – Cérebro
9h – CPI do Futebol (vivo)
Logo após – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (vivo)
Logo após – Comissão de Educação (gravado)
14h30 – Sessão Plenária (vivo)
Logo após – Comissão de Assuntos Econômicos (gravado)
21h – Jornal do Senado
21h30 – Comissão de Relações Exteriores (gravado)
Logo após – Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

6h – Agenda Senado
Em seguida – Música e informação
10h – Comissão de Assuntos Econômicos
Em seguida – Música e informação
14h30 – Sessão Plenária do Senado (vivo)
Em seguida – Música e informação
19h – A Voz do Brasil
Em seguida – Música e informação
20h30 – Senado em Linha Direta – Edição Nordeste
Em seguida – Música e informação
21h – Senado em Linha Direta – Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida – Música e informação
21h30 – Senado em Linha Direta – Edição Sul/Sudeste
Em seguida – Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações técnicas para recepção do sinal da TV Senado

Net operadora local informa o número do canal
DirecTV: canal 163
Sky Net: canal 30
Tecsat: canal 17
Internet: www.senado.gov.br
Antena Parabólica – Sistema Digital
- Satélite: B1
- Transponder: 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Freqüência: 3.644,4 MHz
- Freqüência (Banda - L): 1 505,75 MHz
- Antena: 3,6 m
- PID Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio Digital MPEG-2 DVB
- Symbol Rate: 3,2143Ms/s
- FEC: ¾

Antena Parabólica – Sistema Analógico
- Satélite - B1
- Transponder - 11 A-2 (canal B)
- Polarização: Horizontal
- Freqüência – 4 130 MHz

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:
- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:
- Freqüência de recepção: Banda L 1.465,600 MHz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (DX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC,1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7



Ronaldo Cunha Lima é autor da PEC já aprovada pelo Senado e em tramitação na Câmara

Mecanismo estabelecido pela Constituição pode ser ampliado

Efeito vinculante é o mecanismo, previsto pela Constituição em seu artigo 102, pelo qual todos os órgãos do Poder Judiciário e os de administração pública direta e indireta da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios deverão adotar as decisões do Supremo Tribunal Federal em suas ações. Tenta-se agora que esse instrumento não seja utilizado apenas para as decisões do STF quanto à constitucionalidade ou não das matérias, mas também para as deliberações de mérito que o tribunal tenha proferido.

Efeito e súmula vinculante querem dizer, praticamente, a mesma coisa. A súmula é o resumo da decisão do STF que vai produzir o efeito, ou seja, a deliberação sobre determinado assunto. O efeito vinculante de uma decisão pode ser modificado ou retirado em caso de modernização da legislação.

A VOZ do CIDADÃO

VOCÊ LIGADO NO SENADO FEDERAL



Participe! Não custa nada para você, vale muito para o país.

Ligue! 0800 612211

www.senado.gov.br - e-mail: cidadao@senado.gov.br

Subsecretaria de Projetos Especiais – NCAM



Para Renan Calheiros, o lei pode ser instrumento eficaz de combate ao narcotráfico

Calheiros quer regulamentação da lei sobre aeronaves hostis

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) cobrou ontem a regulamentação da lei que permite o abate de aeronaves hostis em território aéreo brasileiro. Diante da escalada da violência no país, disse, é injustificável que a lei, sancionada em março de 1998, não esteja ainda em vigor, uma vez que representaria eficaz instrumento de combate ao narcotráfico e ao contrabando de armas, fatores que contribuem para o aumento da violência.

Calheiros apresentou projeto definindo as condições em que uma aeronave pode ser considerada hostil e abatida: não possuir plano de vôo autorizado; ter decolado de pista clandestina; estar com marcas falsas de matrícula ou nacionalidade; e não cumprir as determinações emanadas das autoridades aéreas, como responder a indagações ou recusar-se a pousar.

O senador lamentou que a regulamentação não tenha sido incluída entre as medidas anunciadas no Plano de Combate à Violência, nem "ressuscitada" por ocasião da discussão do Plano Colômbia, programa que vem sendo elaborado pelos Estados Unidos para combater o narcotráfico no país vizinho. "Não podemos aceitar que o Brasil continue a ser corredor indulgente para aeronaves sem identificação ou autorização do governo", afirmou.

Em aparte, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) aplaudiu a iniciativa e cobrou providências do governo, por considerar a lei um elemento importante na segurança da Amazônia. Também em aparte, o senador Moreira Mendes (PFL-RO) afirmou que, se aeronaves do tráfico e do contrabando não forem abatidas, em breve o crime organizado poderá migrar para o Brasil. Para o senador Ramez Tebet (PMDB-MS), é urgente defender o território nacional.

Maria do Carmo cobra ações permanentes contra a seca

Apesar da proximidade do novo milênio, o governo não foi ainda capaz de adotar soluções que resolvam as conseqüências da estiagem, disse



Maria do Carmo: "Por que nossos sertanejos continuam a ser tratados como sub-raça?"

A chegada da seca no sertão sergipano levou a senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) a questionar por que, na entrada do novo milênio, o governo não adota uma solução permanente para o problema no semi-árido nordestino. Ela cobrou uma "firme decisão política" em relação à seca, semelhante às providências adotadas no oeste norte-americano, Índia, China e Israel, entre outros países.

Segundo disse, com a posse de "um intelectual idealista" como presidente, voltou a esperança de que as teses de combate às desigualdades prevaleceriam. Os nordestinos, afirmou, ressabiados pelas decepções de tantas promessas descumpridas, perguntavam se o novo presidente seria um verdadeiro líder, "que planeja para as próximas gerações ou seria apenas um político menor, que se preocupa tão-só mente com as eleições seguintes".

Para Maria do Carmo, é triste e frustrante, mas necessário, constatar que pouco mudou no Nordeste no que diz respeito à seca, comparativamente ao que ocorria há cem anos. Continuam faltando políticas permanentes, apesar de, em 1907, Euclides da Cunha ter insistido que a seca nordestina seria "o único fato de toda a nossa vida nacional ao qual se possa aplicar o princípio da precisão". E continuam, acrescentou a senadora, as medidas paliativas e humilhantes das "vergonhosas e inúteis escolas das frentes de emergência".

– Por que nossos sertanejos continuam a ser tratados como uma subraça? – questionou.

Para a senadora, é tão grave o descaso federal em relação aos sertanejos que poucos se dão conta do "verdadeiro genocídio" decorrente da seca. "Recentes pesquisas dão conta de que nos últimos 150 anos as secas foram responsáveis no mínimo pela morte de três milhões de nordestinos", disse. O número não abarca os retirantes que morreram nos seringais da Amazônia, lembrou.



Álvaro aponta o crescimento do mercado informal como uma das causas da exclusão

Previdência atende cada vez menos, alerta Álvaro

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) fez ontem um alerta em Plenário sobre o aumento do número de trabalhadores fora do sistema previdenciário. Segundo afirmou, dados divulgados recentemente pelo INSS indicam que 38,7 milhões de trabalhadores estão sem cobertura da Previdência Social.

– É uma catástrofe, uma chaga social, que, se não assistida urgentemente, tende a se agravar.

As causas da exclusão, explicou Álvaro Dias, estão na falta de informação, nas dificuldades burocráticas, no crescimento do mercado informal e na escassez de empregos com carteira assinada. Ele acrescentou que essa "legião de trabalhadores desassistidos" é formada, em sua maioria, por pessoas pobres.

Na avaliação do senador, esse quadro acarretará grande problema social, sobretudo quando os trabalhadores chegarem à idade da aposentadoria. De acordo com Álvaro Dias, "ao ver esgotada sua energia, sua vitalidade, milhões deles vão descobrir que não terão condições de provar o mínimo de 10 anos de contribuição ao INSS". Conseqüentemente, não terão o direito à aposentadoria.

– Isso aponta para uma situação presente dramática e para um futuro trágico. O gigantesco contingente desprotegido terá de recorrer a uma das seguintes soluções: poupança própria acumulada, sorte de poucos; apoio da família, o que é apenas uma possibilidade; previdência privada, privilégio daqueles que recebem bons salários; ou esquemas assistenciais precários, afirmou.

Álvaro sugeriu a criação de mutirão, envolvendo o poder público e a sociedade, contra o problema. Ele propôe o engajamento de sindicatos, prefeituras, empresas e organizações assistenciais e profissionais para ampliar o número de trabalhadores no sistema previdenciário.

Heloísa Helena faz apelo para garantir convocação do general Alberto Cardoso

Às vésperas de o Plenário votar requerimento de convocação do general Alberto Cardoso, chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) apelou à bancada governista para que não impeça o seu comparecimento ao Senado. Segundo o requerimento, assinado pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM), Alberto Cardoso deve explicar a atuação da Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

Heloísa Helena observou que o próprio general já deu declarações informando que deseja vir ao Senado. "Se ele já disse que está pronto para vir, espero que não caiba à bancada do governo ser omissa e cúmplice diante das bandalheiras que são colocadas perante a opinião pública", afirmou. Ela disse estar ansiosa para saber o que faz a Abin, inclusive porque "a agência deve estar municiando o Ministério Público de informações importantes para a abertura de processos".



Heloísa: as atividades da Abin devem ser de conhecimento do Senado

Por esse motivo, acrescentou, as atividades da Abin devem ser de conhecimento dos senadores. "Precisamos saber de tudo isso para cumprir com nossas obrigações constitucionais", afirmou, acrescentando que, "infelizmente, o Congresso tem-se omitido de uma forma vergonhosa".

Paulo Hartung aplaude reeleição do presidente da OAB no Espírito Santo



Hartung ressaltou o trabalho de Agesandro da Costa Pereira em favor dos direitos humanos

A reeleição para o quinto mandato consecutivo, com 63% dos votos, do presidente da seccional do Espírito Santo da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Agesandro da Costa Pereira, foi aplaudida pelo senador Paulo Hartung (PPS-ES). Ele afirmou que a justiça e a cidadania no estado ganham muito com a permanência no cargo de um "incansável defensor dos direitos humanos e do cidadão".

Hartung manifestou a preocupação de políticos e outros cidadãos do Espírito Santo com as constantes ameaças que Agesandro vem recebendo em represália às suas ações contrárias ao crime organizado no estado, o que levou o Ministério da Justiça a determinar que a Polícia Federal garanta a sua segurança.

Segundo o senador, a passagem de Agesandro pela OAB-ES tem sido marcada, ao longo de quase dez anos, pelo resguardo das instituições, pela luta em prol do Estado democrático de direito, em defesa da cidadania e do aperfeiçoamento institucional.

O presidente da seccional da OAB, disse o senador, está indicado para receber o Prêmio Nacional de Direitos Humanos por seu trabalho à frente do Fórum de Combate à Violência e à Impunidade, em que se revelou "um incansável combatente ao crime organizado no Espírito Santo".

ACM cobra medidas contra irregularidades na Sudam

Senador pede providências ao presidente Fernando Henrique Cardoso e propõe comissão parlamentar de inquérito para investigar o assunto



Segundo Antonio Carlos, "o governo precisa mostrar que está vivo"

O presidente do Senado Federal, senador Antonio Carlos Magalhães, pediu ontem da tribuna da Casa providências ao presidente da República a respeito das denúncias de corrupção na Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).

Com base em reportagem do jornalista Josias de Souza, publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo*, o senador já havia feito um pronunciamento no último dia 20, solicitando esclarecimento a respeito do assunto ao ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra. Ele voltou ao tema depois que o mesmo jornal publicou novas denúncias no domingo sobre irregularidades na Sudam. A matéria constará dos *Anais da Casa, por pedido formulado pelo senador.*

De acordo com a reportagem, a empresa Usimar Componentes Automotivos conseguiu obter da Sudam, em apenas quatro meses de existência, a aprovação de um projeto que, segundo a matéria, retirou dos cofres públicos R$ 690 milhões em dois anos.

O senador disse ter documentos apontando uma série de empresas irregulares envolvidas com a Sudam e revelou ter sido procurado por um empresário que disse não suportar mais ter de pagar propina para receber financiamento.

Antonio Carlos afirmou que a Sudam "é hoje o maior covil de ladrões do Brasil", e defendeu a instalação de uma CPI para investigar o órgão e ouvir as pessoas denunciadas. Ele perguntou como o governo pode argumentar que não tem dinheiro para pagar um salário mínimo de R$ 180, se bastaria punir a corrupção da Sudam para obter esses recursos. "O governo precisa mostrar que está vivo", disse o parlamentar ao cobrar a investigação das denúncias.

O senador isentou o ministro Fernando Bezerra, mas culpou toda a máquina do ministério e da Sudam pelas irregularidades. Ele disse ter informado ao ministro que faria um pronunciamento sobre o assunto. Antonio Carlos garantiu que não vai desistir da cruzada pela moralidade e colocou o seu mandato à disposição, caso não consiga provar as acusações.

– Chegou o momento em que o silêncio do governo passa a ser a conivência, que é danosa à nação brasileira. Tenho certeza que o presidente não tem conhecimento da extensão desse fato. De hoje em diante, não pode ignorar mais. Nem ele, nem o ministro – disse o senador, acrescentando que estará "sempre alerta para defender a honestidade e a seriedade da vida pública brasileira".

Mestrinho quer tributar países que emitem gases poluentes



Mestrinho: os nações ricas devem financiar a conservação de florestas

O senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) propôs ontem a cobrança de uma taxa ou imposto dos países responsáveis pela emissão de gases poluentes, para usar na preservação de florestas e no reflorestamento de áreas que absorveriam esses gases. "Somente os cerrados e o pampa gaúcho retiram 2 milhões de toneladas de gás carbônico da atmosfera", explicou.

Ele criticou os diagnósticos de ambientalistas que apontam as queimadas na Amazônia como causadoras do aquecimento global. "Não têm nenhum fundamento científico", afirmou. As queimadas, disse, são realizadas em todo o mundo e, somadas, correspondem a um percentual mínimo na emissão de gás carbônico quando comparado às emissões de automóveis e das indústrias de países ricos.

O maior problema, para ele, é a recusa das nações ricas em diminuir a emissão de gases. "Sempre teremos posição contrária quando os países ricos defenderem o meio ambiente às nossas custas. Se querem que mantenhamos as florestas como sumidouros de gás carbônico, que nos paguem", defendeu.

Bernardo Cabral (PFL-AM) lembrou o "fiasco" do encontro realizado em Haia para discutir o aquecimento global, em razão da recusa dos Estados Unidos em cumprir os acordos subscritos na Conferência Rio-92 e na reunião de Kyoto, em 1997. Conforme Cabral, 98% da Amazônia permanece intacta. "Protestos como o de Mestrinho são necessários, uma vez que a mídia publica notícias inverídicas sobre a região", disse.

Jefferson Péres (PDT-AM) afirmou que, apesar das previsões catastrofistas, seria muito bom para a humanidade que os países ricos começassem a reduzir a emissão de poluentes. Para ele, será difícil os países desenvolvidos aceitarem a cobrança de um imposto. "Não podemos embarcar cegamente nessas previsões apocalípticas, nem achar que tudo o que os ambientalistas prevêem para o mundo está incorreto", ponderou.

Para Cabral, autarquia "está tomada pela corrupção"

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) voltou a defender ontem a garantia de incentivos fiscais à Zona Franca de Manaus, à qual atribui em grande parte o desenvolvimento do Norte do país. Também apoiou o discurso do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, que denunciou um esquema de corrupção que teria desviado R$ 690 milhões da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Cabral sugeriu a entrega imediata ao Ministério Público dos documentos que comprovam o desvio de verbas.

– Não é bom que o mundo tome conhecimento que um órgão que cuida do desenvolvimento da Amazônia esteja tomado pela corrupção. O presidente da República tem a obrigação de tomar as providências administrativas, já que as providências penais não são de sua competência – disse.

Bernardo Cabral enfatizou que nenhum dos senadores amazonenses tem qualquer participação em indicações ou projetos aprovados pelo órgão.

O senador insistiu ainda na necessidade de manter a Zona Franca de Manaus e aprovar a nova Lei de Informática nos moldes previstos pela Constituição federal, garantindo incentivos fiscais até 2013. Para Cabral, que mencionou a "batalha" travada na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) em torno do tema, a preservação da floresta é decorrente da criação da Zona Franca.



Cabral voltou a defender a garantia de incentivos à Zona Franca de Manaus

Ele elogiou o livro *L'Amazonie et la Mondialisation* (*A Amazônia e a Mundialização*), do professor de Relações Internacionais da Universidade de Brasília Argemiro Procópio. "É um ensaio de ecologia política", afirmou, requerendo o envio de ofício, pelo Senado, em louvor ao trabalho.

Em aparte, o senador Antonio Carlos Magalhães agradeceu a manifestação de Cabral pela punição dos culpados pelo desvio de verbas na Sudam.

Jefferson Péres (PDT-AM) elogiou o discurso de Cabral e criticou a miopia da classe política, que, a seu ver, não tem dado a importância devida à Amazônia e à Zona Franca.

José Jorge (PFL-PE), relator da Lei de Informática na CCJ, defendeu a união das bancadas do Nordeste, Centro-Oeste e Norte por mais incentivos para estas regiões. Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) protestou contra a discriminação sofrida pela região Norte e elogiou o professor Argemiro Procópio, a quem considera "um acadêmico não contaminado pelos mitos disseminados acerca da região".

Jefferson critica falta de correção da tabela de IR



Jefferson: Congresso não pode ficar "impassível a esse abuso do Executivo"

Ao criticar o governo por não atualizar há seis anos a tabela do Imposto de Renda (IR), o senador Jefferson Péres (PDT-AM) qualificou tal estratégia como uma forma indireta de aumentar o tributo. Ele lamentou que o Congresso assista "impassível e impotente a esse abuso do Executivo".

Jefferson ressaltou que a não atualização das faixas de isenção do IR tem alto custo para os assalariados, sobretudo os servidores públicos, "que são duplamente lesados, com o congelamento dos salários e a não correção da tabela". Ele informou que juízes de 1º grau têm concedido liminares pela correção, mas elas vêm sendo cassadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF), sem apreciação do mérito. "Duvido muito que o Judiciário considere constitucional o aumento indireto do IR", comentou.

Ele citou o projeto do senador Paulo Hartung (PPS-ES) que atualiza a tabela mas expressou dúvidas quanto à sua constitucionalidade, já que a matéria, por ser tributária, deve ser de iniciativa do Executivo. Jefferson disse que analisará a possibilidade de legislar sobre a matéria por meio de projeto de resolução ou emenda à Constituição. "O que não podemos é assistir de braços cruzados ao governo aumentar impostos sem o Congresso nada fazer."

Jefferson também se disse espantado pelo fato de o presidente da República não ter determinado a apuração das irregularidades na Sudam. E manifestou sua disposição de assinar requerimento para instalar CPI para investigar a Sudam.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Geraldo Melo, Nabor Júnior, Álvaro Dias, Bello Parga, Lauro Campos, Moreira Mendes e Paulo Hartung

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL — ANO VI – Nº 1.208 – BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 27 DE NOVEMBRO DE 2000

Banalização da violência preocupa senadores

A partir de pronunciamento de Bernardo Cabral, que protestou contra "a rotina da morte pela morte", diversos senadores manifestaram em Plenário preocupação com o crescimento da criminalidade.

PÁGINA 4



CPI do Roubo de Cargas tenta chegar aos receptadores

PÁGINA 7

CPI, presidida por Romeu Tuma, fez audiências públicas em São Paulo, onde ocorre metade dos roubos de cargas

Plenário votará prazo de filiação partidária e o financiamento público de campanhas

Por recurso de 11 senadores, os projetos que tratam do financiamento público de campanhas eleitorais e do novo prazo de filiação partidária serão apreciados pelo Plenário, em vez de seguirem *imediatamente para a Câmara*

PÁGINA 3

Agenda da Semana

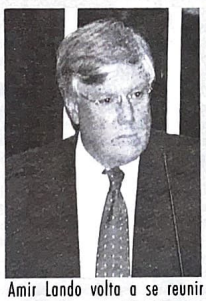
CPI do FUTEBOL



Luxemburgo prestará depoimento na quinta

Luxemburgo fala sobre denúncias de ex-secretária

PÁGINA 7



Amir Lando volta a se reunir com ministro do Planejamento para tratar do salário mínimo

CRE retoma debate sobre restrições a porte de armas

Os integrantes da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) retomam amanhã, às 17h30, a discussão dos projetos de lei que restringem a fabricação, o trânsito, o depósito e o porte de arma de fogo. O debate do tema causou muita polêmica, levando a comissão a adiar a deliberação sobre a matéria, na tentativa de buscar um consenso entre os senadores.



Pedro Piva relata a matéria na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

PÁGINA 4

CAE aprecia Lei de Informática e promove duas audiências

A Comissão de Assuntos Econômicos fará três reuniões esta semana. Serão duas audiências – com integrantes do Cade e com o presidente do BNDES – e a reunião ordinária, que tem um tema polêmico: a nova Lei de Informática.

PÁGINA 5

CAS examina proibição de transgênicos por cinco anos



Alcântara é relator do projeto que proíbe plantio de transgênicos

PÁGINA 2

Recursos para o mínimo devem ser definidos esta semana

Relator-geral tem novas reuniões para tentar acertar até amanhã as fontes de recursos que bancarão o aumento do salário mínimo.

PÁGINA 5

General Alberto Cardoso poderá ser ouvido a respeito de atividades da Abin

PÁGINA 3

PRESIDENTE DA CAMARA DE VEREADORES
004083
CAMARA MUNICIPAL
13825-000 HOLAMBRA - SP

CAS avalia veto aos transgênicos

Projeto proíbe o plantio e a comercialização desses alimentos por um prazo de cinco anos

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAS) analisa em reunião marcada para as 9h de quarta-feira o projeto da senadora Marina Silva (PT-AC) que proíbe, por cinco anos, o plantio e a comercialização no país de alimentos geneticamente modificados. O relator, Lúcio Alcântara (PSDB), tem parecer favorável.

Alcântara também relata projeto de Ribamar Fiquene (PFL-MA) que isenta os doadores de sangue do pagamento de taxa de inscrição em concursos públicos. A proposta tramita terminativamente na CAS e o relatório sugere a aprovação.

Entre os 15 itens da pauta, a CAS deve analisar relatório de Henrique Loyola (PMDB-SC) favorável a projeto da Câmara que determina que as embalagens de roupas íntimas tragam orientações sobre a importância de exames preventivos de câncer de mama, de colo de útero e de próstata.

Outro item a ser examinado é o projeto de Marina Silva que estabelece reserva do Fundo de Participação dos Estados (FPE) para os estados que mantenham unidades de conservação da natureza e terras indígenas demarcadas em seus territórios. O relator, Juvêncio da Fonseca (PFL-MS), é pela aprovação.

Os membros da CAS, presidida pelo senador Osmar Dias (PSDB-PR), devem examinar ainda relatório de Ribamar Fiquene sobre projeto de lei da ex-senadora Luiza Toledo, que determina que hotéis reservem quartos exclusivos para fumantes e não-fumantes.



A CAS também analisará proposta que reserva recursos do FPE para os estados que mantenham unidades de conservação

Senadores discutirão critérios adotados pelo Projeto Alvorada

Em audiência pública na quarta, após a Ordem do Dia, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) discutirá os critérios para definir os municípios contemplados pelo Programa IDH-14. O programa beneficiava municípios dos 14 estados com os piores indicadores sociais, de acordo com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) divulgado pela ONU.

A não inclusão de municípios carentes em outros estados da Federação provocou protestos. O governo, então, alterou o programa, rebatizado de Projeto Alvorada, incluindo cidades em quase todos os estados. São previstas ações nas áreas de educação, nutrição e saúde.

Pelo requerimento do senador Sebastião Rocha (PDT-AP), o ministro da Casa Civil, Pedro Parente, e a secretária nacional de Assistência Social, Vanda Engel, estarão entre os participantes do debate.

PLENÁRIO

14h30 – Sessão não deliberativa

PREVISÃO PLENÁRIO

Terça-feira
14h30 – Sessão deliberativa ordinária
Pauta: PLC nº 34/99, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida; PLC nº 74/2000, altera dispositivos da Decreto-Lei nº 5.452/43 (Consolidação das Leis do Trabalho), que proíbe o trabalho do menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz; PDL nº 88/2000, aprova o ato que autoriza permissão à Fundação Bom Jesus de Rádio e Televisão para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pindamonhangaba (SP); PDL nº 118/2000, aprova o ato que autoriza permissão à Fundação Dom Bosco para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade Campo Grande (MS); PDL nº 163/2000, aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Globo Eldorado para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade do Rio de Janeiro (RJ) e PDL nº 216/2000, aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Rádio de São João do Piauí a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João do Piauí (PI)

Quarta-feira
14h30 – Sessão deliberativa ordinária
Pauta: PDL nº 89/2000, aprova o ato que outorga a permissão à Rádio Interativa para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Aguaí (SP); PDL nº 165/2000, aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Boa Horizonte para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belo Horizonte (MG); PDL nº 217/2000, aprova o ato que autoriza a Associação de Comunicação, Cultura e Desporto do Município de Elesbão Veloso a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Elesbão Veloso (PI); votação nominal do PLS nº 591/99, que altera a composição do conselho a que se refere a Lei Complementar nº 66/91; e Requerimento nº 567/2000, do senador Jefferson Péres e outros, solicitando seja convocado o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, para prestar, perante o plenário da Casa, esclarecimentos sobre operações da Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

Quinta-feira
10h – Sessão deliberativa ordinária
Hora do Expediente: será destinada a comemorar o centenário de nascimento de Milton Campos.
Pauta: PLC nº 1/99, regulamenta o parágrafo 4º do art. 199 da Constituição Federal, relativo à coleta, processamento, estocagem, distribuição e aplicação do sangue, seus componentes e derivados, estabelece o ordenamento institucional indispensável à execução adequada dessas atividades.

Santo - Feira
9h – Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Terça-feira
10h – Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: PRS nº 49/99, altera o Lei nº 8.248/91, o Lei nº 8.387/91, e o Decreto-Lei nº 288/67, dispondo sobre a capacitação e competitividade do setor de tecnologia de informação; PRS nº 75 e 78, de 2000, que alteram o Resolução nº 78/98, do Senado, para suspender, pelo período de 12 meses, o pagamento de serviços de dívidas dos estados de Alagoas e de Pernambuco junto à União; e PRS nº 79/2000, altera o Resolução nº 78/98, do Senado, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização. *Ala Senador Alexandre Costa – sala 19*
10h – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: Mensagem nº 208/2000, que submete à apreciação do Senado a escolha do nome de Anne Elisabeth Nunes de Oliveira, para exercer o cargo de defensor público-geral da União, com mandato de dois anos; e Mensagem nº 237/2000, que submete a apreciação do Senado o nome de Sebastião de Oliveira Castro Filho, para compor o Superior Tribunal de Justiça. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 3*
11h30 – Comissão de Educação
Pauta: PL nº 77/2000, cria no âmbito do Senado, a Universidade do Legislativo Brasileiro; PLC nº 52/99, que institui normas gerais relativas à atividade de peão de rodeio, equiparando-a ao atleta profissional; Requerimento s/nº, de senador Geraldo Cândido e outros, solicitando sejam convidados o ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, o procurador da República André de Carvalho Ramos, os representantes da Rede TV, Fábio Saboya e Amilcare Dallevo Jr., e o representante das funcionárias da emissora, Nilton Martins, para prestarem esclarecimentos acerca da renovação da concessão da Rede Ômega e dos acordos trabalhistas assumidos pelos controladores; e PDIs aprovando atos de renovação, de concessão e de outorga de permissão para a exploração de serviço de radiodifusão sonora. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 15*
14h30 – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Pauta: audiência pública com a presença do ministro da Previdência e Assistência Social, Waldeck Ornelas, para prestar esclarecimentos acerca do Orçamento 2001.
18h – Pauta: apreciação da proposta de alteração do parecer preliminar e de outras matérias em tramitação. Plenário nº 2 do Anexo II do Senador Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados
17h30 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
Pauta: PDLs nº 40/2000, que aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos Regulares, celebrado entre os governos do Brasil e da Suíça; PDL nº 124/2000, que aprova o texto do acordo de cooperação entre os academias diplomáticas do Brasil e do México; PDL nº 131/2000, que aprova o texto do Protocolo de São Luiz sobre a Responsabilidade Emergente de Acidentes de Trânsito entre os Estados Partes do Mercosul; PDL nº 140/2000, que aprova o texto do acordo entre os governos do Brasil e da Guiana sobre o exercício de atividades remuneradas por parte de dependentes do pessoal diplomático, consular, administrativo e técnico; PDL nº 180/2000, que aprova o texto do Acordo sobre Arbitragem Comercial Internacional do Mercosul; PDL nº 182/2000, que aprova o envio de um contingente de peritos eleitorais, oficiais militares de ligação e policiais militares, todos desarmados, os quais ficarão à disposição da Missão das Nações Unidas na Timor Leste; PDL nº 183/2000, que aprova o texto da Convenção Interamericana sobre o Cumprimento de Sentenças Penais no Exterior; PDL nº 184/2000, que aprova o texto do acordo de cooperação cultural entre os governos do Brasil e do Zimbábue; e PLS nº 792/99 (tramitação conjunta com os PLSs nºs 386 e 614, de 1999), que dispõe sobre o fabrico, depósito, trânsito, e porte de arma de fogo. *Ala Senador Alexandre Costa – sala 5*

Quarta-feira
9h – Comissão de Assuntos Sociais
Pauta: PLC nº 88/2000, que dispõe sobre a obrigatoriedade de inserção nas embalagens de roupas íntimas de orientações impressas sobre a importância de exames preventivos de câncer de mama, colo de útero e de próstata; PLS nº 53/2000, que cria reserva do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE), para os unidades da federação que abrangem, em seus territórios, unidades de conservação da natureza e terras indígenas demarcadas; PLS nº 10/2000, que dispõe sobre a existência de acomodações separadas para fumantes e não fumantes em estabelecimentos hoteleiros; PLS nº 319/99, acrescenta dispositivo à Lei nº 3.268/57, que dispõe sobre os conselhos de medicina; PLS nº 216/99, que prorroga, por cinco anos, o plantio e a comercialização de alimentos contendo organismo geneticamente modificado (OGM) ou derivados de OGM, em todo o território nacional; PLS nº 75/2000, altera o Lei nº 5.889/73, que estatui normas reguladoras do trabalho rural; PLS nº 50/2000, acrescenta dispositivo ao artigo 3º da Lei nº 8.650/93, que dispõe sobre as relações do trabalho do treinador profissional de futebol, o fim de permitir ao jogador de futebol o exercício da profissão nas condições que especifica; PLS nº 124/2000, que institui estágio obrigatório remunerado como condição para a concessão do diploma de médico e o exercício profissional da medicina; PLS nº 273/99, dá nova redação aos incisos XIV e XXI, do artigo 6º da Lei nº 7.713/98; PLS nº 202/2000, que isenta os doadores de sangue do pagamento da taxa de inscrição em concursos públicos; PLS nº 183/2000, altera o art. 164 da Constituição das Leis do Trabalho para dispor sobre a nova composição das comissões internas de prevenção de acidentes (Cipas); PLS nº 171/2000, que dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais para a recomposição de áreas de preservação permanente e da reserva florestal legal; PLSs nºs 391, 399 e 630, de 1999, altera os arts. 21 e 232 da Lei nº 7.565/86 (Código Brasileiro de Aeronáutica); altera os arts. 21 e 232 da Lei nº 7.565/86 (Código Brasileiro de Aeronáutica), e o parágrafo 2º do artigo da Lei nº 9.294/96, altera o Lei nº 7.565/86, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica; no sentido de que os beneficios decorrentes da aquisição de passagens aéreas com recursos orçamentários sejam revertidos para a administração pública; PLS nº 449/99, altera o art. 43 da Lei nº 8.080/90 (Lei Orgânica da Saúde), possibilitando aos hospitais universitários captar recursos provenientes de internações hospitalares; e PLS nº 117/2000, altera o inciso I do art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 9*
10h – Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: exposição dos membros do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, sobre o desempenho de suas atividades, em decorrência da aprovação do Requerimento nº 258/2000-CAE, de autoria do senador Romeu Tuma.
17h – exposição de Francisco Gross, presidente do BNDES, acerca do novo plano estratégico do BNDES, em decorrência da aprovação do Requerimento nº 38/2000-CAE, de autoria do senador Jefferson Peres. Ala Senador Alexandre Costa – Sala 19
Após a Ordem do Dia – Comissão de Assuntos Sociais
Pauta: audiência pública com a finalidade de explicar e debater os critérios para definição dos municípios contemplados com o Programa IDH-14 (Índice de Desenvolvimento Humano), atendendo o requerimento do senador Sebastião Rocha, com a presença do ministro chefe da Casa Civil, Pedro Parente; da secretária Nacional de Assistência Social, Vanda Engel, e do representante no Brasil do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 9*

Quinta-feira
9h – CPI do Futebol
Pauta: depoimento do treinador Wanderley Luxemburgo. *Ala Senador Nilo Coelho – Sala 7*

ESPECIAL

Quarta-feira
12h – Cultura no Meio-Dia
Filme: *O padeiro*, da Jom Tob Azulay. *Auditório Petrônio Portella*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL
Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor do Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José da Conma Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327
Editor-Chefe: Edson de Almeida
Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Morais e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Raque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirila Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas do Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Plenário examinará propostas de reforma política

Onze parlamentares apresentaram recurso para que sejam apreciados pelo conjunto dos senadores os projetos que instituem o financiamento público de campanhas e alteram o prazo de filiação partidária. Se receberem emendas, eles voltarão à CCJ

Os projetos que prevêem o financiamento público de campanhas eleitorais e o fortalecimento da fidelidade partidária, aprovados em caráter terminativo pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), serão apreciados pelo Plenário. Recurso nesse sentido foi apresentado sexta-feira por 11 senadores. Os projetos poderão ainda voltar à CCJ, se receberem emendas antes da votação em plenário.

Durante as três horas de discussão na comissão das duas propostas que integram a reforma política, na última quarta-feira, vários senadores adiantaram que assinariam recurso para a votação das matérias em plenário, por causa da complexidade dos temas. Se o recurso não fosse apresentado, os dois projetos – que tramitam em caráter terminativo – teriam sido enviados diretamente à Câmara.

O projeto que estabelece o financiamento exclusivamente público de campanhas eleitorais foi aprovado por unanimidade – 13 votos a zero – pela CCJ. O texto aprovado veda a partido e candidato receberem "direta ou indiretamente doação em dinheiro ou estimável em dinheiro", proveniente de pessoa física ou jurídica.

Nos anos eleitorais, segundo o projeto, as dotações orçamentárias para o fundo partidário levarão em conta a quantia de R$ 7 por cada eleitor alistado pela Justiça Eleitoral. Do montante arrecadado, 1% será encaminhado em parcelas iguais a todos os partidos e 99% serão destinados aos partidos de forma proporcional, conforme o tamanho de suas bancadas.



É de Sérgio Machado o projeto que prevê o financiamento público de campanha eleitoral

No cálculo da proporcionalidade, será levada em conta a filiação dos candidatos eleitos no momento do pleito. Com isso, procura-se evitar que as mudanças de partidos após as eleições tenham influência sobre a distribuição dos recursos públicos entre as agremiações. O projeto proíbe o pagamento de multas eleitorais com recursos do financiamento público.

Por 13 votos a dois, a CCJ também acolheu parecer favorável ao projeto do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) que se destina a estimular a fidelidade partidária. Pela proposta, o candidato a cargo eletivo que já tenha pertencido a outro partido deverá estar filiado por pelo menos quatro anos à agremiação à qual pertence para concorrer às eleições. Se houver mudança de partido após a eleição, o candidato não poderá participar do pleito seguinte.

O projeto aprovado mantém em um ano o prazo de filiação partidária dos candidatos que nunca tenham pertencido a outro partido. Exclui ainda do prazo mínimo de quatro anos de filiação os candidatos que saíram de seus partidos em caso de fusão de legendas ou para participar, como fundadores, de novo partido político.

Comissão vota indicações para a Defensoria Pública da União e o STJ

Em sessão extraordinária convocada para amanhã, às 10h, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) apreciará o nome da advogada Anne Elisabeth Nunes de Oliveira, indicada pelo presidente da República para ocupar o cargo de defensora pública-geral da União, com mandato de dois anos. Atualmente ela exerce a Subdefensoria Pública-Geral da União. O parecer sobre a indicação será feito pelo senador José Fogaça (PMDB-RS).

A CCJ examinará também a indicação de Sebastião de Oliveira Castro Filho para o Superior Tribunal de Justiça, na vaga destinada aos desembargadores dos estados e do Distrito Federal. O senador Iris Rezende (PMDB-GO) foi designado como relator.

CE poderá convidar ministro, empresa e servidores para debater crise na Rede TV!

A Comissão de Educação (CE) reúne-se amanhã, às 11h30, para analisar pauta de 15 itens. Um deles é o requerimento apresentado por vários senadores solicitando que sejam convidados o ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, o procurador da República, André de Carvalho Ramos, os representantes da Rede TV!, Fábio Saboya e Amilcare Dallevo Júnior, e o representante dos funcionários da emissora, Nilton Martins, para prestar esclarecimentos sobre a renovação da concessão da Rede Ômega e dos acordos trabalhistas assumidos pelos atuais controladores.

Outro item da pauta é a análise do parecer do relator, senador José Fogaça (PMDB-RS), favorável ao projeto de resolução de autoria da Mesa do Senado que cria a Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis). Pela proposta, o Senado passará a sediar uma instituição de ensino superior, pesquisa e extensão destinada à formação e ao aperfeiçoamento dos servidores do Legislativo.

O projeto de resolução determina que a Unilegis priorizará o sistema de universidade aberta por meio de ensino a distância, mas também manterá atividades em sala de aula. Deverão ser oferecidos cursos de graduação e pós-graduação em diferentes áreas e níveis, além de programas e cursos de extensão, fóruns, debates, seminários, congressos e conferências.

O parecer do relator, senador Romeu Tuma (PFL-SP), favorável ao projeto da Câmara que equipara a atividade de peão-de-rodeio à de atleta profissional, também deverá ser apreciado pela Comissão de Educação. A matéria já foi aprovada na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Os demais itens da pauta da CE dizem respeito à renovação de concessões e permissões de emissoras de rádio



Freitas Neto é o presidente da CE, que também deve discutir amanhã a criação da Unilegis

Senado decide se convoca o general Cardoso para esclarecer ação da Abin

O Senado deve decidir quarta-feira se convoca o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, general Alberto Cardoso, para prestar esclarecimentos sobre operações da Agência Brasileira de Inteligência (Abin). De autoria do senador Jefferson Péres (PDT-AM), o requerimento decorre das denúncias da revista *Veja* de que agentes da Abin teriam investigado a vida de membros da oposição ao governo.



Jefferson Péres quer saber se a Abin investigou mesmo opositores do governo federal

Na justificativa do requerimento, os senadores dizem que a revista documenta que a Abin vem servindo a interesses obscuros dos atuais detentores do poder, "o que traz à memória lembranças do tempo em que o famigerado SNI funcionava como mola-mestra de um sistema repressivo e de violação dos direitos humanos, a serviço da perpetuação do regime autoritário".

Na terça, o Senado deve deliberar sobre projeto que fixa critérios básicos para permitir o deslocamento de deficientes físicos, mediante a supressão de barreiras e obstáculos em espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação. De iniciativa do governo e já votado na Câmara, o projeto dispõe que o planejamento e a urbanização das vias e demais espaços de uso público deverão ser adaptados para facilitar o acesso dos portadores de deficiência ou de pessoas com mobilidade reduzida.

O Plenário deve votar também projeto que proíbe o menor de 16 anos de trabalhar, salvo na condição de aprendiz. Conforme o texto, o menor teria direito ao chamado salário mínimo-hora, com jornada de trabalho não superior a seis horas diárias. Já aprovado pela Câmara, o projeto determina que, a partir dos 14 anos, o menor poderá freqüentar programas de aprendizagem e cursos de formação técnico-profissional. A extinção do contrato de aprendizagem ocorrerá quando o aluno completar 18 anos, demonstrar desempenho insuficiente ou inadaptação para o aprendizado e incorrer em falta disciplinar grave ou ausência injustificada à escola.

Quinta-feira, os senadores dedicarão a Hora do Expediente a uma homenagem ao político mineiro Milton Campos, pelo centenário de seu nascimento. A homenagem foi pedida pelo senador Francelino Pereira (PFL-MG). Já estão inscritos para falar Arlindo Porto (PTB-MG), José Alencar (PMDB-MG), Carlos Bezerra (PMDB-MT), Leomar Quintanilha (PPB-TO), Jefferson Péres e Pedro Simon (PMDB-RS).

Também nesta semana, serão votados os decretos legislativos renovando a concessão de funcionamento de sete emissoras de rádio, localizadas em São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, no Mato Grosso do Sul e no Piauí.

Cabral repudia a banalização da violência

Senador lembra que a segurança pública é dever do Estado, mas também de toda a sociedade, e adverte: "Essa responsabilidade passa a ser nossa quando nos omitimos e adotamos apenas uma atitude contemplativa"

O cenário de banalização da violência e crise na segurança pública no Brasil preocupa o senador Bernardo Cabral (PFL-AM), que protestou em Plenário, na sexta-feira, contra a rotina da "morte pela morte". Segundo Cabral, a atenção dos marginais se desviou do produto do roubo para a prática do homicídio. "Só quem perdeu um parente para a violência pode falar sobre o assunto com conhecimento de causa", afirmou o senador, que teve um irmão assassinado aos 27 anos.



Para Cabral, "quem se acocora diante da violência é tão culpado quanto os que militam no crime"

Embora seja costume creditar atos de violência à fome ou ao desemprego, Bernardo Cabral disse que suas raízes estão na realidade de profunda injustiça social. Ele recorreu à Constituição federal para lembrar que a segurança pública é dever do Estado, mas também responsabilidade de toda a sociedade.

"Essa responsabilidade passa a ser nossa quando nos omitimos e adotamos apenas uma atitude contemplativa", declarou.

A situação se agrava, na opinião de Cabral, quando a população passa a desacreditar nas autoridades e instituições que deveriam zelar pela seriedade nas áreas de segurança e justiça. A partir daí, o senador constata um duro golpe contra a eficiência no combate à criminalidade, o que leva a sociedade a conviver com a violência como se fosse uma coisa natural.

"Quem se acocora diante da violência é tão culpado quanto aqueles que militam no crime", desabafou Cabral. A liderança do Brasil no *ranking* mundial de violência e insegurança inviabiliza, de acordo com o senador, quaisquer tentativas de desenvolvimento econômico e superação de injustiças sociais. O potencial turístico de áreas como o litoral nordestino, a Floresta Amazônica e o Pantanal mato-grossensse, por exemplo, estaria perdendo a atratividade pela ameaça ao direito de ir e vir dos turistas.

Plenário manifesta preocupação com a criminalidade

A discussão sobre o crescimento da criminalidade e da insegu*rança no país, levantada pelo senador Bernardo Cabral, também* envolveu os senadores Carlos Wilson (PPS-PE), Tião Viana (PT-AC), Leomar Quintanilha (PPB-TO) e Heloísa Helena (PT-AL). Além de criticar a ausência de resultados do Plano Nacional de Segurança Pública anunciado pela Presidência da República, Carlos Wilson afirmou que os baixos salários pagos a policiais civis e militares contribuem para agravar a crise na segurança.

Tião Viana acredita que a sociedade está diante de uma guerra civil não declarada ou reconhecida pelo governo. "O Brasil precisa rever esse tema, prioritário na agenda nacional, e construir resultados mais eficazes", cobrou Tião Viana, às voltas com ameaças de morte dirigidas a seu irmão, Jorge Viana, governador do Acre.

Leomar Quintanilha declarou-se preocupado com a escalada de violência no país, que comparou à situação vivida pela Colômbia, dominada pelo narcotráfico e pela guerrilha. "Se essa onda de violência continuar, o Brasil corre o risco de ficar refém do crime", alertou. O senador pepebista comentou a mudança da ótica da criminalidade: "No passado, o ladrão se contentava em levar o objeto desejado, hoje desconta as injustiças sociais sofridas maltratando e assassinando inocentes", disse.

Ao prestar solidariedade a Tião Viana e compartilhar de algumas preocupações de Bernardo Cabral, Heloísa Helena apontou a pobreza e a miserabilidade como elementos importantes para impulsionar a violência no Brasil. "Tratar a questão da criminalidade sem mexer com a questão social é ser injusto com a realidade do país, onde milhares de pessoas foram jogadas na marginalidade e se tornaram instrumento do crime organizado", disse.

CRE volta a debater projetos de restrição às armas de fogo

Em reunião amanhã, a partir da 17h30, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) volta a debater o parecer do senador Pedro Piva (PSDB-SP) sobre projetos de lei que restringem o fabrico, o depósito, o trânsito e o porte de arma de fogo no Brasil. Os projetos têm sido objeto de grande polêmica e a apreciação do parecer de Piva foi adiada diversas vezes, na tentativa de se obter um consenso sobre a matéria.

A CRE também votará seis projetos que tratam de acordos, protocolos e convenções internacionais assinados pelo governo brasileiro, como o acordo sobre serviços aéreos regulares firmado com a Suíça, o acordo de cooperação diplomática com o México, o protocolo entre os integrantes do Mercosul sobre responsabilidade civil em acidentes de trânsito, e o envio de um contingente de peritos eleitorais, oficiais militares e policiais militares para ficarem à disposição da ONU no Timor Leste.



Pedro Piva é relator dos projetos sobre armas de fogo, que retornam à pauta da CRE



Tião Viana critica a institucionalização da violência física contra as mulheres afegãs

Tião Viana denuncia "guerra santa" contra mulheres no Afeganistão

O senador Tião Viana (PT-AC) denunciou na sexta-feira a "violenta e ignominiosa" discriminação imposta ao sexo feminino pela *milícia fundamentalista* islâmica talibã, que detém o poder no Afeganistão desde 1996. O senador disse que as informações sobre o problema estão disponíveis na Internet, além de serem divulgadas pela imprensa em todo mundo.

Tião Viana lembrou que o governo Fernando Henrique assinou o Decreto nº 3.267, no ano passado, contra o regime afegão e a favor da resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas. A ONU, através da resolução, decidiu bloquear os bens dos talibãs no exterior e proibiu o trânsito de aviões do país em qualquer lugar do mundo.

O senador protestou contra a "guerra santa" dirigida ao sexo feminino pelos islâmicos do talibã. Até a tomada de poder pelo grupo, as mulheres gozavam de relativa liberdade para trabalhar, vestir-se, dirigir e aparecer em público sozinhas, disse o senador. No entanto, após a instalação da *sharia*, código muçulmano tradicional de leis, o quadro mudou radicalmente.

"Banidas do mercado de trabalho, privadas do direito de ir e vir, do direito à educação, à saúde, ao lazer e à justiça, as mulheres e as meninas foram destituídas de todos os direitos humanos básicos, além de serem obrigadas a vestir o *buraqa*, uma vestimenta que as cobre dos pés à cabeça, inclusive o rosto" – afirmou Viana.

Outro aspecto destacado por Tião Viana foi a violência física institucionalizada contra as mulheres no Afeganistão. Elas podem ser legalmente espancadas, privada ou publicamente, por razões disciplinares, pelos motivos mais reles, como, por exemplo, o ruído dos seus sapatos ao andar, por não estar adequadamente vestidas, por falar com estranhos, pela elevação da voz ao falar ou por andar na ruas sem um *mahram* (pai, irmão ou marido).

Apesar de afirmar que seu objetivo é estabelecer o "mais puro estado islâmico do mundo", o governo afegão é acusado pelos EUA e pela ONU de manter ligações com o tráfico de drogas e de abrigar o terrorista saudita Osama Bin Landen.

Tião Viana também citou dados da ONU, segundo os quais o Afeganistão responde atualmente por 75% da produção mundial de ópio. Além disso, observou, o Órgão Internacional de Fiscalização de Estupefacientes (Oice), que trata do consumo de drogas no mundo, acusa, em seu relatório, o regime islâmico talibã do Afeganistão de "desinteresse em acabar com o cultivo de ópio, uma vez que continua arrecadando impostos pela produção e pela elaboração de heroína".

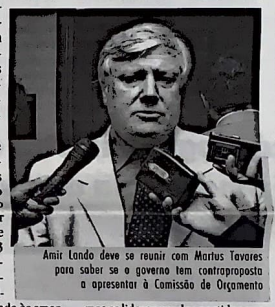
Relator quer definir logo os recursos para reajustar salário

Depois de encontro com o ministro do Planejamento, Amir Lando participa amanhã à tarde de reunião na Comissão de Orçamento

O relator-geral do Orçamento 2001, senador Amir Lando (PMDB-RO), quer resolver nesta semana todos os problemas que estão atrasando a tramitação do projeto orçamentário, especialmente as fontes de financiamento do reajuste do salário mínimo para até R$ 180, a partir de 1º de maio próximo. Amanhã, o relator deverá se encontrar novamente com o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, para saber se o governo tem alguma contraproposta às alternativas apresentadas pelo comitê de receitas da Comissão Mista de Orçamento.

O comitê propôs, e representantes das lideranças dos partidos da base do governo concordaram, que o dinheiro para bancar a Previdência (que paga o mínimo a 12,3 milhões de aposentados) saia de três fontes: uso de R$ 800 milhões da verba destinada às emendas parlamentares ao Orçamento, corte de R$ 300 milhões no custeio da máquina pública e arrecadação adicional de R$ 1,7 bilhão a ser propiciada por dois projetos de combate à sonegação fiscal. As três alternativas somam R$ 2,8 bilhões, valor considerado suficiente pelos economistas do Congresso para pagar o novo mínimo a partir de maio de 2001.

O Executivo sugeriu que parte dos recursos viessem da cobrança de contribuição previdenciária dos inativos do serviço público, mas as lideranças dos partidos que apóiam o governo no Congresso discordaram da proposta. Argumentaram que não há tempo para votação da emenda constitucional sobre os inativos.



Amir Lando deve se reunir com Martus Tavares para saber se o governo tem contraproposta a apresentar à Comissão de Orçamento

Os líderes da base governista voltam a se reunir, também amanhã, com os líderes do governo na Câmara e no Congresso, quando do acertarão detalhes para desobstrução da pauta da Câmara – há cinco projetos com urgência constitucional. Com isso, será possível votar os projetos de combate à sonegação. O governo insiste que, antes, sejam votados os projetos com urgência, entre eles a regulamentação da previdência complementar para os funcionários públicos.

Prevendo que até a tarde de amanhã o relator-geral já tenha a palavra final sobre o salário mínimo, o presidente da Comissão Mista de Orçamento, deputado Alberto Goldman (PSDB-SP), convocou reunião dos deputados e senadores, às 18h, para votar as mudanças que deverão ser feitas no *relatório preliminar de Amir Lando a fim de incluir os gastos com* o novo mínimo. Na mesma reunião, serão apreciados 38 pedidos de créditos suplementares do governo. Mais cedo, às 14h30, comparecerá à comissão o ministro da Previdência, Waldeck Ornélas, que falará sobre as receitas e os gastos previdenciários em 2001.

Receita mostra razões para mudar sigilo bancário

Quatro setores da economia do país possuem milhares de empresas suspeitas de elevada sonegação fiscal, conforme estatísticas encaminhadas ao relator-geral do Orçamento 2001, senador Amir Lando (PMDB-RO), pela Secretaria da Receita Federal. Elas chegaram a movimentar nos bancos cinco vezes o valor de seu faturamento, quando a média nacional é de 1,8 vez. Os dados, obtidos por meio do recolhimento de CPMF, justificam a aprovação do projeto que permite à Receita ter acesso às movimentações financeiras de empresas suspeitas, o que poderá gerar até R$ 9 bilhões de impostos por ano, conforme o relator.

Empresas dos setores de prestação de serviços pessoais, como as de segurança, são apontadas pela Receita como as mais suspeitas de sonegação de Imposto de Renda. No ano passado, 22.309 dessas empresas tiveram um faturamento de R$ 1,53 bilhão, mas movimentaram nos bancos exatamente R$ 9,09 bilhões, ou seja, 5,9 vezes mais do que faturaram. O setor imobiliário, composto de 32.997 companhias, teve receitas de R$ 6,4 bilhões, mas seu movimento bancário chegou a R$ 25,9 bilhões.

De 2,08 milhões de empresas, 464.363 (22,3%) nada declararam sobre suas movimentações, apesar de terem depositado R$ 162 bilhões. As pessoas físicas também são suspeitas e 210 mil delas chegaram a movimentar nos bancos R$ 90,6 bilhões, mas foram omissas nas declarações de renda. Apenas 508 pessoas aplicaram no sistema financeiro R$ 31,4 bilhões, mas nada mencionaram nas declarações.

O projeto defendido pela Receita, de autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), já foi aprovado pelo Senado e está pronto para votação na Câmara. Porém o texto recebeu um substitutivo do deputado Ney Lopes (PFL-RN) alterando substancialmente seu conteúdo. O substitutivo não permite que a Receita Federal possa iniciar uma investigação com base nas informações de recolhimento de CPMF enviadas pelos bancos ao Tesouro Nacional. E mais: a Receita não poderá ter acesso às movimentações bancárias dos suspeitos, exceto se autorizada por um juiz, que terá 72 horas para sua manifestação. Para pedir ao juiz a quebra do sigilo, no entanto, a Receita precisaria usar os dados da CPMF.

O senador Lúcio Alcântara diz que o substitutivo praticamente anula a intenção do projeto original e espera que, quando a proposta voltar ao Senado, seja restabelecido o texto inicial.



Freire é autor de proposta sobre dívida de PE e AL que também está na pauta da CAE

CAE examina nova Lei de Informática e faz duas audiências esta semana

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) realiza três reuniões esta semana. Na reunião ordinária de amanhã pela manhã, examina a proposta da nova Lei de Informática, os projetos que suspendem, por um ano, o pagamento das dívidas dos estados de Pernambuco e Alagoas, e o que permite a antecipação de receitas de *royalties* por um período superior ao mandato do titular do Poder Executivo.

As outras reuniões, extraordinárias, serão audiências públicas. Na manhã de quarta-feira, os integran*tes da CAE ouvem um relatório dos membros do Conselho Administrativo* de Defesa Econômica (Cade) – órgão vinculado ao Ministério da Justiça – sobre o desempenho de suas atividades. O requerimento para essa exposição foi apresentado pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS). O Cade é presidido pelo advogado João Grandino Rosas e composto pelos conselheiros Mércio Felsky, João Bosco Leopoldino, Hebe Romano, Thompson Almeida Andrade, Celso Fernandes Campilongo e Afonso Arinos de Melo Franco Neto.

Depois da sessão vespertina do Plenário na quarta-feira, a CAE volta a se reunir para nova audiência pública, desta vez com o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Francisco Gros. A audiência atende requerimento do senador Jefferson Péres (PDT-AM), e Gros deverá apresentar o novo plano estratégico da instituição.

Na reunião ordinária de amanhã, a CAE terá de votar, preliminarmente, o requerimento do senador Jefferson Péres pedindo o exame, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, do projeto que permite a antecipação da receita de *royalties*. O senador tem dúvidas se um mesmo item de uma resolução do Senado pode ser alterado duas vezes na mesma legislatura. A proposição condiciona a antecipação à sua aplicação em fundos de previdência de servidores públicos ou na amortização de dívidas com a União. O projeto, de autoria do senador Ricardo Santos (PSDB-ES), tem parecer favorável do relator, senador Osmar Dias (PSDB-PR).

Já o projeto de resolução que suspende o pagamento das dívidas de Pernambuco e Alagoas, apre*sentado pelo senador Roberto Freire (PPS-PE), tem voto favorá*vel do relator, senador José Eduardo Dutra (PT-SE). O relator considerou prejudicado o projeto de lei apresentado pela comissão temporária que avaliou as enchentes naqueles estados, e que trata desse mesmo assunto.

O item mais polêmico, no entanto, é o projeto de lei que estabelece benefícios fiscais para o setor de informática nos próximos nove anos. Apresentado pelo deputado Jair Bolsonaro, o projeto tem parecer favorável do relator na CAE, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), também presidente da comissão. Em seu relatório, ele incorporou como bens de informática monitores de vídeo e telefones celulares, cujos benefícios tinham sido retirados na Comissão de Educação.

O projeto enfrenta resistências de senadores pelo Amazonas, Bahia e São Paulo. Para debater o assunto, já foram realizadas audiências públicas com o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel; o secretário-executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Benjamim Sicsú; o secretário-executivo do Ministério da Ciência e Tecnologia, Carlos Pacheco; e o vice-governador do Amazonas, Samuel Assayag Hanan.

Especialista explica cuidados contra doenças da visão

Médico Osvaldo Travassos diz, em entrevista à TV Senado, que o exame oftalmológico anual de rotina é a melhor arma para prevenir problemas. Primeira consulta deve ocorrer na idade pré-escolar, entre três e cinco anos



Osvaldo Travassos participou do programa Entrevista Especial, apresentado pelo jornalista Fernando Cesar Mesquita

Em entrevista à TV Senado que foi ao ar neste fim de semana, o médico Osvaldo Travassos explicou por que o exame oftalmológico anual de rotina ainda é a melhor arma para prevenir as doenças da visão. É recomendável, segundo o oftalmologista, a realização do primeiro exame na idade pré-escolar, entre três e cinco anos. Os aparelhos hoje em uso nos consultórios detectam defeitos como miopia, hipermetropia e estrabismo sem necessidade de que o paciente saiba ler, possibilitando o diagnóstico em crianças. No exame anual, é obrigatória a tomada da pressão intra-ocular, única forma de evitar o glaucoma, que, não tratado, pode levar à cegueira.

O especialista insistiu em uma recomendação comum, mas de grande utilidade: só tocar os olhos de mãos limpas, para evitar as infecções. As mulheres devem ter extremo cuidado com a aplicação de cosméticos, e a boa iluminação é recomendação para todos. Quanto aos óculos escuros, o oftalmologista advertiu para a necessidade de que as lentes tenham filtros de raios ultravioletas, caso contrário os danos podem ser sérios.

No programa, o especialista apresentou algumas de suas invenções, como a que elimina o ofuscamento dos faróis dos automóveis, acabando com uma fonte de acidentes nas estradas e de danos à visão dos motoristas. O sistema inventado por Travassos permitiria aos veículos usar sempre a luz alta, já que ela não ofuscaria os olhos. O pesquisador não quis passar sua descoberta a particulares, pois acredita que o correto seria sua incorporação aos equipamentos de segurança obrigatórios, por decisão governamental.

Travassos também inventou um sistema de exame de baixo custo para detectar a ambliopia, que pode ser aplicado nas escolas pelas próprias professoras. Essa é uma das doenças da visão que podem ser revertidas se o diagnóstico acontecer ainda na infância.

O programa *Entrevista Especial* tem apresentação do jornalista Fernando Cesar Mesquita.

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO

HOJE

6h30 – Entrevista – Senador Roberto Freire fala sobre os pensões especiais
7h – Comissão de Relações Exteriores (gravado)
11h – Entrevista – Osvaldo Travassos, de Medicina, oftalmologista
12h – Entrevista – Senador Roberto Freire fala sobre os pensões especiais
13h30 – Jornal do Senado
14h30 – Debate – Senador Pedro Simon e o professor da USP, José Pastore, falam sobre o combate à pobreza
16h30 – Sessão Plenária (ao vivo)
18h30 – Entrevista – Marco Antônio Villa, historiador, fala do livro Vida e Morte no Sertão
19h – Caras do Brasil – Maranhão
19h30 – Debate – Senador Pedro Simon e o professor da USP, José Pastore, falam sobre o combate à pobreza
20h30 – Entrevista – Senador Roberto Freire fala sobre os pensões especiais
21h – Jornal do Senado
21h30 – Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h – Agenda Senado
Em seguida – Música e informação
14h30 – Sessão Plenária do Senado (ao vivo)
Em seguida – Música e informação
19h – A Voz do Brasil
Em seguida – Música e informação
20h30 – Senado em Linha Direta – Edição Nordeste
Em seguida – Música e informação
21h – Senado em Linha Direta – Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida – Música e informação
21h30 – Senado em Linha Direta – Edição Sul/Sudeste
Em seguida – Música e informação
0h – Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida – Música e informação

À programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações técnicas para recepção do sinal da TV Senado

Net: operadora local informa o número do canal
DirecTV: canal 163
Sky Net: canal 30
Tecsat: canal 17
Internet: www.senado.gov.br

Antena Parabólica – Sistema Digital:
- Satélite: B1
- Transponder: 1 BE (Banda Extendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência: 3.644,4 MHz
- Frequência (Banda – L): 1.505,75 MHz
- Antena: 3,6 m
- PID: Vídeo 1110 / Áudio 1211 / PCR 1110

Receptor de Vídeo/Áudio Digital MPEG-2 DVB
- Symbol Rate: 3,2143Ms/s
- FEC: 3/4

Antena Parabólica – Sistema Analógico:
- Satélite: B1
- Transponder: 11 A-2 (canal 8)
- Polarização: Horizontal
- Frequência: 4.130 MHz

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:
- Antena parabólica tipo TVRO (inteira) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN ORO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:
- Freqüência de recepção: Banda L 1.465,600 MHz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC,1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

Romero Jucá elogia ministro e prevê a criação de uma escola de qualidade



Para Jucá, escola será "capaz de responder efetivamente às reais aspirações dos jovens e da sociedade"

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) destacou ontem a atuação do ministro da Educação, Paulo Renato Souza, pelas mudanças significativas que vem empreendendo no ensino. Conforme o senador, o trabalho do ministro já permite divisar um novo ensino médio, que, dentro de alguns anos, propiciará a criação de uma escola de qualidade, "capaz de responder efetivamente às reais aspirações e necessidades dos jovens e da sociedade".

Romero Jucá citou como exemplo o recente lançamento, pelo ministério, da publicação *O novo ensino médio – A revolução do conhecimento chega às escolas brasileiras*. Segundo ele, o livro contém os três eixos fundamentais para uma nova educação, baseada no estímulo à vontade de aprender e no desenvolvimento do espírito crítico e na capacidade de resolver problemas. Ele explicou que a publicação é fruto de "um imenso diálogo nacional" entre atores que formam a rede brasileira de ensino médio, e reforça a idéia de participação da família, das instituições e de toda a sociedade na formação dos jovens.

O senador ressaltou que o ensino médio assume um papel fundamental para o encaminhamento profissional dos jovens, que precisam, além de receber a formação elementar proporcionada pelo ensino fundamental, preparar o seu futuro profissional, seja para estudos técnicos ou para o acesso ao nível superior.

– Da concepção à implementação, essa reforma no ensino médio apresenta-se como uma iniciativa verdadeiramente inovadora, porque privilegia, no processo de ensino-aprendizagem, a compreensão contextualizada em lugar da conhecida "decoreba", de mera repetição de fórmulas, e facilita ao educando a real possibilidade de utilizar no cotidiano os ensinamentos que recebe na escola – afirmou o parlamentar.

No novo papel que começam a assumir, as escolas não receberão um currículo pronto, com conteúdo e disciplinas fixos, explicou Jucá. Ao contrário, em articulação com os conselhos estaduais de Educação, os centros de ensino, atendendo às peculiaridades regionais, vão desenvolver seus próprios currículos.

O senador classificou as mudanças implementadas pelo Ministério da Educação nos últimos seis anos como "necessárias e oportunas", e destacou que vêm ocorrendo "dentro de um dinâmico e inteligente processo de diálogo social, culminando, agora, num novo ensino médio".

Wanderley Luxemburgo depõe quinta-feira na CPI do Futebol

O ex-técnico da Seleção Brasileira Wanderley Luxemburgo vai depor quinta-feira, a partir das 9h, na CPI do Senado que investiga o futebol brasileiro. Entre outros assuntos, ele deverá se pronunciar a respeito das denúncias de que teria cometido falsidade ideológica, sonegado impostos e tirado proveito da venda de jogadores.

Os senadores pretendem comparar as explicações de Luxemburgo com os seus dados bancários, já enviados pelo Banco Central (BC). O técnico, que também teve seu sigilo fiscal quebrado, deve falar ainda da reportagem dos jornalistas Cláudio Neves e Wilson de Carvalho, publicada no *Jornal dos Sports* do último dia 19, segundo a qual o jogador Macula afirmou que o treinador recebeu comissão pela transferência do atleta do Juventude (RS) para o Palmeiras (SP).

Além da quebra dos sigilos bancário e fiscal de Luxemburgo, a CPI pediu ao BC todas as informações referentes às contas CC-5 pertencentes ao treinador. Também foi quebrado o sigilo bancário e fiscal da empresa Luxemburgo Veículos. A comissão requereu ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras todos os dados que o órgão dispõe sobre o treinador.

Também foi quebrado o sigilo telefônico dos telefones registrados em nome de Renata Alves – a estudante de Direito que fez várias acusações contra o treinador – e os instalados no endereço que ela diz ter usado enquanto mantinha relacionamento com ele. Em seu depoimento à CPI, Renata afirmou que Luxemburgo dava telefonemas para tratar de transações e negócios relacionados com o futebol.

Também foram quebrados os sigilos telefônicos das linhas instaladas no endereço, onde, segundo Renata Alves, ficava a "embaixada", local em que Luxemburgo teria se reunido com pessoas ligadas ao futebol e realizado negociatas de diversas espécies. Aos cartórios de notas do Rio de Janeiro, Paraná e São Paulo, a CPI solicitou levantamento sobre a existência de procurações em que Luxemburgo ou Renata figurem como outorgantes ou outorgados.



Romeu Tuma, presidente da CPI: objetivo é chegar aos receptadores de cargas roubadas, que introduzem os produtos no mercado

Caminhoneiros são ouvidos pela CPI do Roubo de Cargas

A Comissão Mista Parlamentar de Inquérito que investiga o roubo de cargas em todo o país ouviu sexta-feira, na Assembléia Legislativa de São Paulo, o depoimento dos caminhoneiros Wagner Jadir da Silva e Maurício Meneghetti. Há denúncias de que os dois teriam participado de furto de cargas, mas eles negaram a acusação.

O objetivo atual das investigações, segundo o senador Romeu Tuma (PFL-SP), presidente da CPI, é chegar aos receptadores de cargas roubadas. "As quadrilhas de roubo de cargas estão sendo presas; o que não está se alcançando são os receptadores, que têm legalidade para comercialização e introduzem produtos roubados no mercado", afirmou ele.



Os presidiários Jorge Méres e Sálvio Barbosa Vilar – que também cooperam com a CPI do Narcotráfico, da Câmara – ajudaram a CPI a traçar um roteiro de investigações para chegar aos receptadores. A CPI já realizou audiências públicas no Maranhão e na Paraíba.

Conforme as associações de transportadoras, os prejuízos causados pelo roubo de cargas chegam, no Brasil, a R$ 500 milhões por ano.

Nabor sugere afastamento dos candidatos à reeleição

Pela proposta, o presidente, governadores e prefeitos devem deixar o cargo seis meses antes do pleito se quiserem disputar um novo mandato



Nabor: as regras válidas nas últimas eleições "comprometem a legitimidade" do processo eleitoral

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) apresentou, na última sexta-feira, proposta de emenda constitucional (PEC) que exige o afastamento do presidente da República, dos governadores e prefeitos dos seus respectivos cargos até seis meses antes da eleição, caso desejem concorrer à reeleição ou a qualquer cargo eletivo.

Ao justificar a proposição em plenário, o senador alegou que a não exigência de desincompatibilização para a disputa dos cargos de chefia do Executivo, no caso da reeleição, afronta princípio de isonomia previsto na Constituição federal e privilegia o candidato que já se encontra no cargo. Ele argumenta que isto acontece "na medida em que facilita o uso da máquina administrativa em favor de sua candidatura, em detrimento de outros candidatos".

– Tais privilégios comprometem a legitimidade de que se deve revestir o processo eleitoral, contrapondo-se, ainda, ao enunciado contido na Constituição, segundo o qual a administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos poderes da União, estados, Distrito Federal e dos municípios, obedecerá o princípio da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade – salientou o parlamentar.

Nabor Júnior afirmou ser hoje contrário ao princípio da reeleição, apesar de ter votado a favor do instituto quando da sua aprovação pelo Congresso Nacional. Ele acrescenta que, se fosse possível aprovar uma iniciativa do gênero, apresentaria uma emenda acabando com a reeleição, mas reconhece ser politicamente inviável nesse momento.

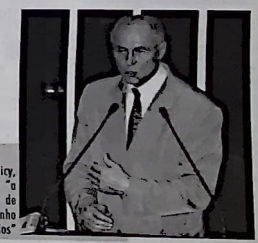
O senador lembrou que quando foi governador do Acre, entre os anos de 1983 e 1987, foi obrigado a afastar-se do mandato de chefe do Executivo estadual seis meses antes da eleição, uma vez que havia optado por concorrer ao Senado. Ele pediu ainda o apoio do Congresso para uma rápida tramitação da PEC apresentada, de maneira a viabilizar sua implantação já para as eleições de 2002.

Em aparte, o senador Carlos Wilson (PPS-PE) manifestou-se contra a reeleição, e disse que apoiará a iniciativa de Nabor Júnior, observando que ela será em parte moralizadora. Já a senadora Heloísa Helena (PT-AL) saudou a proposta do senador acreano, enfatizando também ser contra o instituto da reeleição.

Suplicy propõe que eleitor diga qual partido deve ser beneficiado com recursos públicos

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) pretende delegar aos eleitores a decisão a respeito da distribuição, entre os partidos políticos, dos recursos orçamentários da União destinados ao financiamento público das campanhas eleitorais. Projeto apresentado pelo senador prevê a realização de uma consulta popular nesse sentido, no primeiro trimestre dos anos em que se realizarem eleições.

"Atualmente, os partidos políticos dividem proporcionalmente às suas bancadas na Câmara dos Deputados os recursos do Fundo Partidário", observa Suplicy na justificação de sua proposta. "Este projeto visa dar aos eleitores a possibilidade de julgar o desempenho dos partidos antes da eleição", explica.



Para Eduardo Suplicy, o eleitor deve ter "a possibilidade de julgar o desempenho dos partidos"

De acordo com o projeto, os recursos do fundo serão distribuídos aos diretórios nacionais dos partidos políticos com representação na Câmara dos Deputados, de acordo com o resultado da consulta popular. Nos anos em que se realizarem eleições, estabelece ainda a proposta, será proibido o recebimento de doações de pessoas físicas e jurídicas.

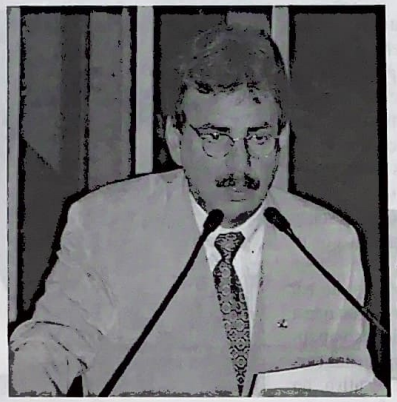
Ademir Andrade cobra uma "autêntica reforma agrária"

Somente a distribuição equânime de terras, crédito e infra-estrutura poderá acabar com os conflitos agrários no país, disse o senador

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) voltou a cobrar do governo federal ações concretas para que seja feita "uma autêntica reforma agrária" no país. Segundo disse, somente com uma política agrária séria, incluindo distribuição equânime de terras, crédito e infra-estrutura básica, como estradas vicinais e auxílio técnico ao agricultor, o Brasil poderá acabar com os conflitos agrários.

Ademir Andrade afirmou ainda que a situação do campo leva aos confrontos e aos brutais assassinatos de camponeses e líderes agrários, como o que ocorreu recentemente com o ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rondon do Pará, José Dutra da Costa.

– Dezin, como era mais conhecido, foi sumariamente executado por dois pistoleiros nas proximidades de sua residência. O crime revoltou toda a sociedade paraense, que clama por justiça – disse Ademir, que culpa o governo federal pelo crime.



Ademir lembrou o recente assassinato, em Rondon do Pará, do sindicalista José Dutra da Costa

O senador afirmou que o sindicalista assassinado sempre lutou pelos agricultores de Rondon do Pará, e que a morte dele já vinha sendo anunciada havia meses. E indagou: "Até quando nossos companheiros trabalhadores rurais terão que pagar com a própria vida o preço da luta por um pedaço de chão para poder plantar e criar seus filhos?"

Quintanilha quer interligar o rio Tocantins ao São Francisco

O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) defendeu sexta-feira a interligação das bacias dos rios São Francisco e Tocantins. Seria a única maneira, disse, de viabilizar o projeto de transposição das águas do São Francisco, que "os nordestinos reivindicam" para acabar com os problemas de água da região. "Pior do que morrer de sede, é morrer de sede no escuro", disse o senador.

Quintanilha cita estudo do professor João Suassuna mostrando que o aproveitamento hidrelétrico do São Francisco ficará comprometido se a transposição das águas for feita sem aumentar a vazão do rio. A solução, afirmou, seria o aporte de águas do Tocantins, e até do rio Parnaíba. Ele admite, no entanto, que um projeto mais amplo terá custos bem maiores.

Para Quintanilha, o projeto é tão importante que não pode ser tratado como questão regional, devendo ser considerada uma nova estratégia de desenvolvimento do país. Os interesses nacionais, acrescentou, não podem resumir-se em salvar o sistema financeiro ou garantir a capacidade de competição do Sul e Sudeste e seus pólos de produção. "Há necessidade de que se comece a pensar no Brasil na plenitude de suas potencialidades."



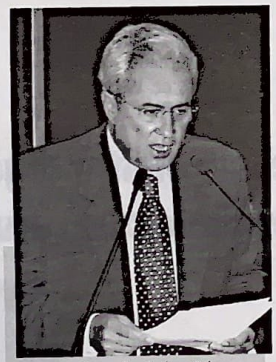
Quintanilha: o São Francisco ficará comprometido se suas águas forem transpostas sem a interligação

Segundo o senador, é mais relevante considerar o peso dos resultados do que o valor do custo quanto se trata de um projeto de tal magnitude e alcance. "Há excesso de capitais especulativos apodrecendo nas economias mundial e nacional. Portanto, esse é um momento histórico que se oferece ao Brasil para redirecioná-los e torná-los produtivos", concluiu Quintanilha.

Carlos Wilson protesta contra intenção do governo de importar álcool combustível

O senador Carlos Wilson (PPS-PE) protestou sexta-feira em Plenário contra a possível decisão do governo federal de importar álcool combustível. A medida ocorreria sob o pretexto de combater a escassez do produto no mercado interno, frente à expectativa de queda de 20% na safra 2000/2001 da região Centro-Sul. Carlos Wilson descartou a possibilidade de escassez, anunciando que os produtores nordestinos estimam um excedente de produção de 250 milhões a 300 milhões de litros de álcool, suficientes para suprir o abastecimento do país.

– Não faz sentido que um país com dificuldades em sua balança comercial compre um produto nativo cujo estoque disponível é mais do que suficiente para cobrir suas necessidades – afirmou. Além de racionalizar a oferta nacional do combustível sem afetar as contas externas brasileiras, a aquisição do excedente do produto nordestino, segundo Carlos Wilson, concorreria para a defesa dos interesses do consumidor, a redução das desigualdades regionais e sociais e a garantia de quase um milhão de empregos gerados pelo setor sucroalcooleiro.



Segundo Carlos Wilson, o excedente da produção nordestina pode evitar a falta do produto

Ao absorver o álcool excedente do Nordeste, a União também ajudaria a fortalecer, na avaliação do senador, o projeto Frota Verde. Com o aval do Conselho Interministerial do Açúcar e do Álcool, o programa prevê a ampliação da frota de veículos movidos a álcool no país, o aumento para 24% no percentual de adição do álcool anidro à gasolina e a provável adição de 3% do produto nos veículos a diesel. Para Carlos Wilson, a retomada do programa do álcool é estratégica do ponto de vista econômico e ambiental, dada a natureza menos poluente do produto.

Carlos Wilson também defendeu a participação do Ministério das Relações Exteriores no conselho, a fim de inserir a questão do álcool no contexto da globalização, e a criação de uma agência reguladora específica para o setor. Com a exclusão do combustível da jurisdição da Agência Nacional do Petróleo (ANP), além da desregulamentação do setor e da liberação do preço do álcool anidro, é fundamental criar um instrumento que zele pelos interesses do consumidor, imponha padrões de qualidade na produção e formule regras para regular o mercado, disse o parlamentar.

Bezerra sugere revisão de MP para incluir agrônomos do Incra

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) voltou a pedir a revisão da medida provisória que reestrutura diversas carreiras da administração federal, para que seja incluída a de engenheiro agrônomo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Ele já havia feito o apelo ao ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, sob o argumento de que os agrônomos do Ministério da Agricultura e Abastecimento estão contemplados na MP.

Carlos Bezerra ressaltou a importância da categoria para o sucesso dos projetos de reforma agrária no país. "O engenheiro agrônomo do Incra é o profissional condutor, delineador e catalisador dessa medida, participando das programações operacionais anuais, fiscalizando e avaliando os imóveis rurais, entre outras funções", justifica o senador. Ele também salientou as dificuldades encontradas por esse profissional em virtude da falta de infra-estrutura do órgão e da vasta extensão e da diversidade de recursos naturais do território brasileiro.



Carlos Bezerra ressaltou a importância dos profissionais para o sucesso da reforma agrária

Para agravar o quadro, disse o senador, tem havido considerável diminuição nos quadros do pessoal do Incra. "Não é justo que funcionários que executam tarefas voltadas a programas sociais sejam esquecidos pelo governo e não consigam fazer parte do novo modelo de gestão estabelecido este ano."

A sessão de sexta-feira do Senado Federal foi presidida pelos senadores Nabor Júnior e Henrique Loyola

Jornal da Câmara

PORTE PAGO
DR-BSB
ISR 47-331/86

PRT - 47-840/92

Brasília - Segunda-feira, 27 de novembro de 2000 | CÂMARA DOS DEPUTADOS | Ano 2 - Nº 441

CÂMARA MUNICIPAL
Rua Rota dos Emigrantes,425
Caixa Postal – 94
HOLAMBRA I - SP
13825-000

Deputados cobram do governo melhoria dos índices sociais

Os deputados Marcos Cintra (PL-SP), Pedro Eugênio (PPS-PE) e Themístocles Sampaio (PMDB-PI) pronunciaram-se em plenário, na última sexta-feira, para cobrar do governo medidas urgentes para melhorar os indicadores sociais do país, através da aprovação no Congresso da reforma tributária, de medidas para geração de empregos e melhor distribuição de renda. Marcos Cintra criticou a forma como o governo vem conduzindo a questão do reajuste do salário mínimo, reagindo à proposta de aumento de imposto como fonte de receita para resolver o impasse. Para ele, "o mais importante no momento é que se faça a reforma tributária, como um meio [illegible] tes de recursos financeiros, inclusive com o combate sistemático à sonegação de impostos".

Já Pedro Eugênio propôs um amplo debate sobre mecanismos de geração de emprego que, ao mesmo tempo, sejam capazes de criar, para a população, uma ampla oferta de bens e serviços de natureza essencial. Ele advertiu que para se reverter o nível crescente de desemprego no país é necessário que o ritmo de crescimento da produção de bens e serviços seja associado a um crescimento vigoroso e sustentado da economia. O deputado pernambucano cobrou do governo apoio efetivo à agricultura de base familiar, à pequena e média unidade produtiva urbana, ao transporte coletivo, à habitação popular, ao saneamento básico e à urbanização das cidades brasileiras.

Themístocles Sampaio, por sua vez, advertiu para estudo do Ipea que, mesmo levando em conta o fato de os rendimentos dos brasileiros mais pobres terem dobrado entre 1993 e 1995, demonstra que isso foi insuficiente, na prática, para mudar as péssimas condições de distribuição da renda brasileira. Ele citou o Nordeste e, em especial, o seu estado, o Piauí, que apresenta os mais baixos índices de condição de vida do país, na frente apenas de Alagoas. Ao reconhecer as conquistas do governo obtidas com o Plano Real, o parlamentar disse acreditar ser possível aliar a queda da inflação ao crescimento econômico e à valorização da classe trabalhadora, desde que se exporte mais e se valorize os micros e pequenos empresários que são, em seu conjunto, os maiores empregadores do país. ***Páginas 2, 4 e 5***



O presidente da Câmara, Michel Temer, recebeu, na semana passada, um grupo de desportistas de renome internacional, integrantes da comunidade Atletas de Cristo. Entre os visitantes, estavam o ex-corredor de fórmula I, Alex Dias Ribeiro, o ex-goleiro da seleção brasileira e candidato à prefeitura de Belo Horizonte, João Leite, e ex-campeões mundiais em diversas modalidade. Depois do encontro, os desportistas participaram de homenagem prestada à comunidade, em sessão proposta pelo deputado Euler Morais (PMDB-GO). O grupo, criado no Brasil para reunir os atletas evangélicos, existe hoje em mais de 50 países. ***Página 7***

Conferência define princípios para políticas públicas de educação, cultura e desporto

O presidente da Comissão de Educação, deputado Pedro Wilson (PT-GO), encerrou, na sexta-feira, a 1ª Conferencia Nacional de Educação, Cultura e Desporto, apresentando à Nação o documento *Carta de Brasília*, contendo dez propostas gerais de encaminhamento das políticas públicas, aprovadas por unanimidade pelos participantes do evento para as áreas de educação, cultura e desporto. "Estas propostas de políticas públicas e de alteração da legislação, são os grandes desafios postos para mudar o Brasil no Século XXI", afirmou o deputado.



Deputado Pedro Wilson (c) encerra os trabalhos aplaudido por participantes

A Conferência contou com a participação dos ministros interino da Educação, Luciano Patrício; da Cultura, Francisco Weffort; e do Esporte e Turismo, Carlos Melles, de parlamentares e de representantes da sociedade civil ligadas ao setor.

O documento propõe as seguintes medidas:

- universalização da educação básica, nela incluída a erradicação do analfabetismo;
- melhoria da qualidade da educação, garantindo em todos os níveis e modalidades, os saberes e as aprendizagens requeridas na sociedade moderna;
- aumento dos recursos para a educação, considerando todos os níveis e modalidades de ensino;
- democratização dos instrumentos de gestão e controle social da educação;
- valorização dos profissionais da educação através de políticas que promovam a formação, a carreira, os salários e as condições de trabalho;
- consideração da cultura como política de Estado e fator fundamental para o desenvolvimento social e econômico e a construção da cidadania;
- democratização dos espaços e dos acessos à pratica desportiva e aos demais interesses sócio-culturais do lazer;
- ampliação de investimentos nas políticas de prática desportiva, aberta à riqueza dos universos cultural e lúdico brasileiro e de qualificação profissional;
- afirmação de políticas públicas para a educação, a cultura e o desporto que valorizem a nossa diversidade e sejam efetivamente comprometidas com o desenvolvimento de uma sociedade inclusiva;
- aprovação do Plano Nacional de Educação, considerando os interesses da sociedade e propiciando espaços de interlocução com a comunidade educacional.

Plenário

Marcos Cintra condena criação de imposto para aumento do mínimo



Deputado Marcos Cintra

O aumento de imposto como fonte de receita para financiamento do mínimo foi condenado pelo deputado Marcos Cintra (PL-SP), que criticou a forma como o governo vem conduzindo a questão, buscando na elevação tributária os mecanismos para o seu aumento.

O parlamentar disse lamentar que a discussão do novo salário mínimo esteja emperrada e atada à busca de recursos orçamentários no aumento de impostos, sem que o governo priorize suas metas e olhe o conjunto do problema da arrecadação como um todo.

Para ele, o mais importante no momento é que se faça a reforma tributária, como um meio eficiente e capaz de se encontrar fontes de recursos financeiros, inclusive com o combate sistemático à sonegação de impostos. "Não resta dúvida de que esta busca de fontes de recursos que vem sendo apontada pelo governo é apenas um pretexto e uma grande justificativa para que o Estado não assuma a sua responsabilidade e jogue esta para o Congresso Nacional", observou, alertando ainda que as ameaças do governo de criação de novos tributos ou a elevação das alíquotas dos tributos já existentes para a elevação do valor do salário mínimo para R$ 180 é um caminho que não tem condições de ser trilhado, uma vez que a sociedade brasileira não vai aceitar aumento da carga tributária que já sofreu uma elevação de 50% nos últimos dez anos.

Marcos Cintra citou dados da Receita Federal que comprovam a sonegação de impostos no país, com constatação, através da CPMF, de que no ano passado cerca de 300 pessoas físicas movimentaram entre R$ 5 milhões e R$ 10 milhões cada uma e se declararam isentas no Imposto de Renda, enquanto 129 com a mesma movimentação sequer declararam. "O mesmo acontece com as pessoas jurídicas, uma vez que ficou constatado, pela Receita, que 45 empresas movimentaram mais de R$ 100 milhões cada uma no ano passado e, ao mesmo tempo, declararam o imposto pelo Sistema Simples, uma característica das micro e pequenas empresas e ainda que 24 empresas declaradas inativas perante o fisco também tiveram a mesma movimentação em 1999", observou.

Depois de ainda fazer uma comparação entre a carga tributária do Brasil e dos Estados Unidos, Marcos Cintra assegurou que, dentre as 50 maiores empresas do Brasil, 50% delas não pagaram Imposto de Renda, o que mostra a necessidade urgente de uma reforma tributária e o fortalecimento dos mecanismos de fiscalização, capazes de ajustar fontes de recursos permanentes para a plena valorização do salário mínimo no Brasil.

Presidência

Apoio à Conferência Mundial contra o racismo



O presidente da Câmara, deputado Michel Temer, recebeu, em seu gabinete, o coordenador-geral do Escritório Nacional Zumbi dos Palmares, Sérgio Martins, e o secretário nacional para Assuntos Externos da Comunidade Bahá'i do Brasil, Iradj Roberto Eghrari. Eles solicitaram apoio para uma participação efetiva da Câmara na Conferência Mundial contra o racismo, discriminação racial, xenofobia e formas correlatas de intolerância, que será realizada na África do Sul, em agosto de 2001, em evento promovido pela ONU.

Martins e Eghrari informaram que, já no próximo mês, será realizada a Pré-conferência das Américas, no Chile, com o objetivo de formular propostas regionais que serão levadas à Conferência Mundial. "É importante que o Congresso Nacional dê sua contribuição na Conferência, especialmente nas questões de discriminação racial, já que o Brasil é o país de maior população negra, em números absolutos, do continente americano", afirmou Eghrari.

O deputado Paulo Paim informou que está sendo instalada a comissão especial que vai estudar o estatuto da igualdade racial. Michel Temer aprovou a formação de uma delegação de parlamentares membros dessa comissão para participar das conferências.

Deputados reforçam posição por um mínimo de R$ 180

O deputado Nelson Pellegrino (PT-BA), depois de registrar a marcha dos trabalhadores que vieram a Brasília para pressionar o governo e o Congresso Nacional para fixação de um salário mínimo de R$ 180, reafirmou a posição do Partido dos Trabalhadores em defesa de um salário mínimo mais justo. Mesmo reconhecendo que a distribuição de renda no país não se altera da noite para o dia, Pellegrino afirmou que o aumento, ainda que o mínimo, representará uma revolução na distribuição de renda no país, principalmente na parte de baixo da pirâmide. Ele lembrou que FHC, logo após assumir a presidência da República, pretendia fixar o mínimo em R$ 65 e a Câmara aprovou um salário de R$ 120, que foi vetado pelo governo e acabou sendo fixado em R$ 100. "A elevação operou na base da pirâmide uma distribuição de renda que foi seguida por um aquecimento na economia, inclusive no aumento de emprego", acrescentou.

Walter Pinheiro (PT-BA) reforçou o entendimento do PT em torno do mínimo e associou a votação do orçamento a uma definição sobre o reajuste. "Não podemos negligenciar essa questão, até porque a sociedade brasileira está na expectativa de um salário de R$ 180", disse, acrescentando que o Orçamento da União está "recheado" de generosidades para pagamento da dívida, enquanto o governo insiste em dizer que o Congresso precisa indicar os R$ 3,4 bilhões para a receita. "Ora, dois dos projetos que tramitam nesta Casa que, de certa forma, trabalham na direção do combate à sonegação, poderiam estar na Ordem do Dia se a intransigência do governo fosse superada e se, retiradas as urgências constitucionais, votássemos os projetos, criando condições para se operar mecanismos de busca de receita", esclareceu o parlamentar.

Dr. Rosinha (PT-PR), por sua vez, destacou ser possível resolver o caso do mínimo combatendo a sonegação, o desvio de recursos e as licitações superfaturadas, ao culpar o governo pela indefinição do valor do reajuste. "É possível, através do Ministério da Previdência, garantir não só a aposentadoria de R$ 180, mas até mais, desde que se acabe com a corrupção e a administração incompetente e desde que a prioridade seja o cidadão humilde", afirmou o parlamentar.

Agnaldo Muniz (PPS-RO) registrou sua preocupação com o índice alarmante de desemprego no país e solicitou ao governo federal que reavalie a aplicação dos recursos que poderiam ser utilizados em benefício do povo brasileiro. "O investimento deve ser na produção e geração de novos empregos", garantiu Muniz, que citou como exemplo de desperdício o aluguel de um prédio na Alemanha pelo Itamaraty para servir de embaixada.

Comissões

Seminário discute desafios para educação e cultura

Elton Bonfim



Deputado Professor Luizinho

Os grande desafio da Educação e da Cultura, no novo século, é, respectivamente, financiamento e fortalecimento e garantia da identidade do povo brasileiro. Esta foi a conclusão das mesas-redondas sobre o tema, realizadas no segundo dia do Seminário Nacional de Educação, Cultura e Desporto, na manhã da última quinta-feira. "No caso da educação, o ideal é que dobrássemos os investimentos, passando de R$ 500 anuais por aluno para R$ 1.200", afirmou o professor da Universidade de São Paulo (USP), José Marcelino de Rezende Pinto, palestrante da mesa coordenada pelo deputado Professor Luizinho (PT-SP).

Segundo Marcelino, o Brasil gasta apenas 4,2% do PIB (Produto Interno Bruto) em educação. Para melhorar a situação do país, todos os debatedores concluíram que é preciso aumentar os recursos para que o Brasil se aproxime de países como os Estados Unidos e a Inglaterra, que investem 7% do PIB.

O deputado Walter Pinheiro (PT-BA) lembrou a afirmação do ex-governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque, de com apenas 1% da arrecadação de todo o país, o equivalente a R$ 3 bilhões, o governo federal conseguiria manter todas as crianças na escola. Ele acha que o seminário é uma ótima oportunidade para discutir os problemas de recursos, uma vez que acontece em meio ao debate sobre o Orçamento de 2001.

O professor da USP também acusou o governo federal de descumprir as regras de investimento em educação, de sonegar recursos, o que, no caso do Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério), chegaria a R$ 5 milhões. "É hipocrisia o ministro da Educação (Paulo Renato Souza) criticar prefeituras pobres que não conseguem cumprir as determinações do Fundef, enquanto o próprio governo federal descumpre as regras", criticou.

Outro problema levantado pela mesa-redonda estaria na legislação, apesar de ser considerada generosa. Os debatedores acreditam que os recursos vinculados, em âmbito estadual e municipal, são insuficientes para a educação pública. "A própria distribuição dos recursos revela significativas desigualdades por todo o país", afirmou o representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), João Monlevade. Na opinião do professor, a saída estaria na participação efetiva e competente de todos os setores da sociedade, que poderiam fazer valer as leis já razoavelmente avançadas. Ele considera importante a participação efetiva de professores, pais e alunos em todo o processo, pois acha que a lei não tem validade se não for praticada.

As propostas apresentadas para cobrir o buraco financeiro da educação passam pelo deslocamento de recursos das contribuições sociais para a área, pelo rigor nas fiscalizações, a fim de evitar a sonegação, pela melhora na distribuição de renda e pelo financiamento da educação com o déficit público, a exemplo do que foi feito com outros projetos governamentais, como o pró-álcool.

Internet ameaça raízes culturais



Elton Bonfim

Deputada Marisa Serrano

Na mesa-redonda sobre os desafios para a Cultura, presidida pela deputada Marisa Serrano (PSDB-MS), a deputada ressaltou que o Congresso e o Poder Executivo têm obrigação de garantir as raízes brasileiras e preservar a cultura de cada região. Apesar disso, na opinião de Marisa, é quase impossível proteger a cultura nacional da influência estrangeira: "Isso só seria possível se pudéssemos desligar a televisão e evitar a transmissão de programas norte-americanos nas casas brasileiras", advertiu.

A receita, de acordo com a escritora Rose Marie Muraro, está no investimento na cultura brasileira, por instituições governamentais, a exemplo do que vem sendo feito com o cinema. A escritora, que está lançando o livro *Textos da Fogueira*, elogiou as recentes produções cinematográficas brasileiras – como em *Eu, Tu, Eles* de Andrucha Waddington, e o *Auto da Compadecida*, de Guel Arraes – e chamou atenção para o fato de que toda invasão cultural é precedida de outra econômica. "E os Estados Unidos já invadiram o país economicamente", alertou.

O membro do comitê *Caminhos da Paz* e doutor em Letras pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, professor Carlos Sepúlveda, destacou os desafios que colocarão em prova a preservação da cultura brasileira: a "internetização da cultura", que colocaria em perigo o resgate da memória das pessoas, o "desprestígio da complexidade" e os chamados "buracos negros". Ele acha que, "na medida em que os conteúdos complexos são recusados, suas implicações são reduzidas e a consequência pode ser a ignorância". *No seu epicentro, o caráter efêmero da cultura é devastador em uma sociedade como a brasileira, segundo ele, sem fortes raízes culturais nas suas tradições e sem um sistema sólido de transmissão cultural.*

Educação Física volta ao currículo escolar

O ministro do Esporte e Turismo, Carlos Melles, afirmou, em mesa-redonda na semana passada, durante a 1ª Conferência Nacional de Educação, Cultura e Desporto, que a política de esporte a ser implementada no próximo ano pelo governo federal deverá priorizar a volta da educação física nos currículos escolares. Ele disse considerar a prática desportiva fundamental para a educação dos jovens, prevendo que a realização da conferência deverá servir de subsídio para a formulação da política de esporte do governo federal, até então indefinida.

Coordenador do painel *O Desporto Educativo*, o deputado Paulo Mourão (PSDB-TO) destacou "o vasto potencial pedagógico e de estímulo à cidadania representado pelo desporto educativo" e elogiou os esforços do governo Fernando Henrique Cardoso no sentido de priorizar a educação física como parte indissociável do processo educativo. Ele destacou que, nesta nova fase inaugurada pelo governo FHC, o desporto educativo é entendido como a prática esportiva desenvolvida no sistema de ensino, com o objetivo de formar para o exercício da cidadania e a prática do lazer, considerados dois aspectos básicos: os princípios da cooperação, co-educação, participação e lúdico estão presentes; e a seletividade e a hipercompetitividade são evitadas.

Já sob o aspecto do esporte competitivo, o presidente do Comitê Olímpico Brasileiro, Carlos Arthur Nuzman, afirmou que são necessárias legislação e ações que tornem menos penoso o início da



Deputado Paulo Mourão

carreira dos jovens atletas brasileiros. Ele acha que a grande modernização esperada para o esporte brasileiro passa por alguns pressupostos, como a cidadania, com o esporte visto como suporte para a formação da juventude, e a competição de alto rendimento, em que os atletas podem mostrar seus talentos ou mesmo representar o país em competições internacionais.

Na opinião de Nuzman, a Conferência tem o mérito de trazer ao debate uma série de idéias e ações que vão estruturar o esporte no país, "Daqui sairão propostas importantes que podem diminuir as dificuldades que os atletas enfrentam no início da carreira", avaliou o ex-atleta, acrescentando que é importante oferecer condições de treinamento e desenvolvimento a todos os jovens que não têm acesso aos clubes e escolinhas.

Tanto o ministro quanto o atleta Laers Grael apontaram a falta de reconhecimento do esporte como elemento fundamental da educação básica como um dos graves problemas a serem discutidos no seminário. Melles acha que o evento permite a formulação de uma política de esportes do governo.

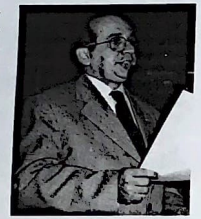
Homenagem

A atleta Ádria Santos, maior medalhista brasileira na paraolimpíadas de Sidney, foi uma das escolhidas pelos membros da Comissão de Educação, Cultura e Desporto , para ter sua fotografia afixada na parede do plenário 10 da Câmara dos Deputados, onde a comissão se reúne. A fotografia da atleta ficará junto às de outros desportistas brasileiros, conhecidos internacionalmente, como Pelé e Ayrton Senna. Ádria que compareceu à homenagem, disse que se sente lisonjeada com a honraria, mas que espera que a homenagem se transforme em ação em defesa do esporte paraolímpico.

Plenário

José Antonio pede apuração de denúncias de sobras de campanha

O deputado José Antonio Almeida (PSB-MA) condenou a tática do governo de "abafar" a apuração das denúncias de existência de um "caixa dois" na campanha do presidente Fernando Henrique Cardoso à reeleição, referindo-se a denúncias publicadas pelo jornal *Folha de S. Paulo*, apontando R$ 10 milhões em doações não declaradas ao Tribunal Superior Eleitoral. "Isso estava demonstrado em planilhas eletrônicas, indicando empresas, pessoas físicas, entidades de classe, empresas estrangeiras, concessionárias de serviços públicos, entre outros, como doadores de quantias ali identificadas", disse o deputado. Registrando ter o governo transferido a responsabilidade da prestação de contas ao então coordenador da campanha, o ex-ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, o deputado lembrou que, de acordo com a lei em vigor, o candidato é o único responsável pela veracidade das informações financeiras e contábeis de sua campanha. "Essa prestação de contas, inclusive, é assinada pelo candidato", acrescentou.



Deputado José Antonio Almeida

José Antonio acusou os aliados do governo de tentarem criar uma "jurisprudência da fraude", conforme definição do líder petista Aloizio Mercadante (PT-SP), e condenou a estratégia de defesa de que "todos têm caixa dois". "A oposição não teme a investigação", completou, acrescentando que os deputados oposicionistas propõem uma CPI sobre o tema abrangendo as campanhas políticas no âmbito do Executivo federal e estadual e no do Legislativo federal.

Euripedes critica governo de Rondônia

O deputado Eurípedes Miranda (PDT-RO), pela liderança do PDT, criticou o governo de Rondônia pelo descaso com que trata as questões de relevância como a saúde pública, lembrando que no estado, além do surto de dengue hemorrágica, quatro pessoas também morreram vitimadas pela raiva. "O estado de Rondônia, em apenas dois anos, teve quatro secretários de saúde, o que dá uma idéia do caos em que se encontra o setor, sem hospitais e recursos humanos para o setor, uma vez que o governo só pensa nas privatizações e na terceirização dos serviços de saúde, de forma a beneficiar aqueles que desejam ganhar dinheiro nas costas dos mais humildes e do povo mais sofrido do estado", denunciou.

Biolchi registra pontos do programa de Simon à Presidência da República

O deputado Osvaldo Biolchi (PMDB-RS) registrou o lançamento oficial da pré-candidatura do senador Pedro Simon (RS) à Presidência da República, ocorrida em Joinville, Santa Catarina, em 15 de novembro último, destacando a recepção da militância partidária como um marco na vida do seu partido, o PMDB. "Pedro Simon foi aclamado por aproximadamente três mil militantes vindos de todo o país, numa mobilização e demonstração de unidade não vistas desde os tempos do saudoso Ulysses Guimarães, morto em outubro de 1993", ressaltou. Segundo ele, compareceram ao ato as principais lideranças nacionais do partido, como o presidente do PMDB, senador Jáder Barbalho, o presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, os ministros dos Transportes, Eliseu Padilha, e da Integração, Fernando Bezerra, além de Ovídio de Angelis, do Desenvolvimento Urbano, numa demonstração inequívoca do comprometimento público dessas lideranças com a candidatura do senador Pedro Simon.

Osvaldo Biolchi destacou também que, com seu discurso emocionado e voltado para as questões sociais, cujo lema é "dar pão a quem tem fome e justiça a quem tem pão", Pedro Simon empolgou a todos os presentes, colocando também como suas principais bandeiras o desenvolvimento e o combate à miséria. Ele salientou também que o programa de governo de Pedro Simon, com a elaboração de um projeto de inclusão social que combata a fome dos quase 40 milhões de brasileiros que se encontra nessa situação, busca também combater o desemprego, incentivar a agricultura, reformar o modelo educacional, praticar uma revolução na área da saúde e criar um Banco do Povo, de incentivo aos pequenos empresários, além de encarar os graves problemas da habitação, estimulando um mutirão de construção de casas populares de baixo custo, dentre outros.

Themístocles Sampaio cobra distribuição de renda mais justa

O deputado Themístocles Sampaio (PMDB-PI) registrou estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) sobre pobreza e desigualdade no Brasil, mostrando que a distribuição de renda continua absurdamente desigual. Segundo os técnicos do IPEA, mesmo levando em conta o fato de os rendimentos dos brasileiros mais pobres terem dobrado entre 1993 e 1995, isso foi insuficiente, na prática, para mudar o chamado "coeficiente de Gini", que é usado para medir a distribuição da riqueza em um país. Em 1999, de acordo com o deputado, a Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio, realizada pelo IBGE, demonstrou que o coeficiente de Gini para o Brasil correspondia a 0,56, em uma escala que vai de 0 a 1 e quanto mais próximo de 1 for esse coeficiente, mais desigual é a distribuição de renda em determinado país ou região.



Deputado Themístocles Sampaio

Analisando a situação do nordeste como um todo, Themístocles Sampaio apontou o seu estado, o Piauí, entre os que apresentam os mais baixos índices de condição de vida do país, na frente apenas de Alagoas. Disse ainda que os índices de condições de vida relativos à habitação são extremamente precários em estados como Amapá, Amazonas, Maranhão, Alagoas e Piauí. Em relação a nível de renda, o do Piauí também é a mais baixa do Brasil, seguida de perto por alguns estados do Norte e do Nordeste que também registram quadros, a seu ver, desanimadores quanto aos aspectos como taxa de mortalidade infantil e da educação. "Toda essa realidade demonstra que o Norte, o Nordeste e, em especial, o meu Piauí, merecem maior atenção por parte do governo federal, no sentido de se investir na criação de empregos e na melhoria de condições de moradia, saúde, educação e segurança de sua população", frisou.

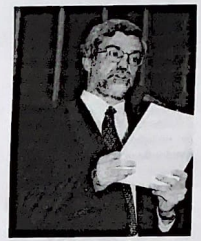
Depois de analisar outros fatores que contribuem para as desigualdades no país como a saúde, os transportes, a agricultura e a habitação, Themístocles Sampaio disse reconhecer que o governo federal foi um vencedor no Plano Real, nas políticas externas, na inflação, na defesa das fronteiras nacionais, na moralização das privatizações, entre outros empreendimentos de sucesso, mas precisa ser alertado para o fato de que na área social e nos setores de trabalho e renda, o Brasil ainda tem muito que melhorar e corrigir.

"Acreditamos que é possível aliar a queda da inflação ao crescimento econômico e à valorização da classe trabalhadora, desde que se exporte mais e se valorize os micros e pequenos empresários,que são, em seu conjunto, os maiores empregadores do país", ressaltou.

Plenário

Pedro Eugênio defende debate nacional sobre mecanismos de geração de emprego

O deputado Pedro Eugênio (PPS-PE) defendeu um amplo debate nacional sobre mecanismos de geração de emprego que, ao mesmo tempo, sejam capazes de criar, para a população, uma ampla oferta de bens e serviços de natureza essencial. "Não se trata de enfatizar quantitativamente este ou aquele programa. Trata-se, isto sim, de estabelecer um novo padrão de investimento público para o país que seja indutor do investimento privado, capaz de, por sua natureza, a um só tempo, ampliar o mercado interno, distribuir renda e gerar novos empregos", ressaltou o parlamentar.



Deputado Pedro Eugênio

Para o parlamentar, trata-se de uma questão alarmante que requer atenção imediata, não apenas do Poder Público em seus diversos níveis, mas de toda a sociedade. Em sua avaliação, para que o nível de desemprego pudesse inverter o movimento ascendente verificado nesta década, seria necessário que o ritmo de crescimento da produção de bens e serviços fosse associado a um crescimento vigoroso e sustentado da economia, o que não vem ocorrendo.

Apoio efetivo à agricultura de base familiar, à pequena e média unidade produtiva urbana, ao transporte coletivo, à habitação popular, ao saneamento básico, à urbanização das cidades brasileiras, foi um dos pontos defendidos por Pedro Eugênio, por entender serem essas áreas que representam fronteiras amplas, pouco exploradas, que oferecem no país, espaço ao investimento público de natureza redistributiva. Todavia, admitindo que esse processo demanda tempo, o parlamentar sugeriu um elenco de ações imediatas que, em sua opinião, podem e devem ser implementadas no curto prazo e que, entende, concorrerão para diminuir o desemprego e melhorar a distribuição de renda: *desoneração da folha de salários das empresas, política de recuperação do salário mínimo e redução da jornada de trabalho.*

Quanto à desoneração da folha de salário, o parlamentar pediu apoio ao Projeto de Emenda Constitucional de sua autoria que propõe a eliminação de tributos incidentes sobre a folha de salários. A proposição pretende suprimir a alínea *a* do inciso I do art. 195 da Constituição Federal, de tal sorte que as empresas não mais contribuam para a Seguridade Social com base na sua folha de pagamentos. Segundo o deputado, a adoção desta medida se justifica na medida em que os altos percentuais de contribuições sociais incidentes sobre a folha de pagamentos têm desestimulado a contratação formal de trabalhadores pelas empresas.

Salário mínimo

Em relação ao salário mínimo, o parlamentar informou que, em nome do Partido Popular Socialista, deu entrada, no último dia 14, a um projeto de lei fixando o valor em R$ 201, a partir de 1º de maio de 2001. "Este projeto de lei faz parte de uma política de recuperação do salário mínimo proposta pelo PPS", informou. Segundo Pedro Eugênio, o valor mínimo do conjunto de itens listado no art. 7º, inciso IV da Constituição Federal apurado pelo Dieese a preços de setembro/2000, o chamado "salário mínimo necessário", é igual a R$ 1.003,67. Este valor supera o do atual salário mínimo legal em R$ 852,67, cerca de 564%. "Evidentemente, a economia nacional não suportaria aumento desta magnitude no salário mínimo. Desta forma, sua proposta é que a diferença que separa o mínimo oficial do mínimo necessário seja vencida ao longo de dez anos.

Para que esse aumento seja possível, Pedro Eugênio propôs as seguintes fontes de financiamento: utilização dos recursos previstos para financiamento do Fundo de Combate à Pobreza; mudança da base de cálculo da contribuição patronal ao INSS; superávit primário e ajuste no valor das despesas de investimentos e receita das Contribuições para o Sistema "S".

Bez propõe ampla discussão da reforma do Sistema Financeiro

Na qualidade de relator-geral da comissão especial criada para tratar da reforma do Sistema Financeiro, o deputado Edinho Bez (PMDB-SC) agradeceu o apoio que tem recebido dos membros da Casa e do governo federal para a elaboração do relatório oficial. O parlamentar informou ser autor de um requerimento, já aprovado, para que sejam realizadas reuniões da comissão fora de Brasília, a fim de dar oportunidade a todos os segmentos do sistema financeiro de serem ouvidos. Como resultado do seu requerimento, Edinho Bez informou que nos próximos dias 29 e 30 será realizada no Rio de Janeiro uma reunião que contará com a participação do ministro da Fazenda, Pedro Malan, e de todos os setores que envolvem o Sistema Financeiro Nacional. Disse ainda que o presidente do Banco Central, Armínio Fraga, participará do encerramento do evento. Todo o material produzido no Rio de Janeiro, de acordo com o parlamentar, será estudado pela comissão com a finalidade de elaborar, no próximo ano, o documento final da reforma.

Marchezan destaca conclusões de seminário

O deputado Nelson Marchezan (PSDB-RS) destacou os resultados do Seminário Nacional sobre Renda Mínima Vinculada à Educação, lembrando que o programa tem por objetivo socorrer as famílias carentes através de uma renda, desde que estas coloquem as crianças na escola. As conclusões do evento, *de acordo com o parlamentar, recomendam, entre outras questões, que o programa Renda Mínima/ Bolsa Escola seja de longo prazo, com garantia de continuidade, expansão nas metas e ampliação dos recursos.* Além da universalização, foi proposta a articulação do programa com as demais políticas sociais, especialmente as de educação e nutrição, habitação, reforma agrária e assistência técnica aos produtores rurais, bem como com os de iniciativa municipal, estadual e federal de diferentes setores.

Um dos exemplos citados por Marchezan sobre os milhares de programas deste tipo que existem no país refere-se ao da Fundação Banco do Brasil que, conforme explicou, dedica, de segunda a sexta-feira, suas instalações para que as crianças, pela manhã e à tarde, em um turno diferente daquele em que freqüentam a escola, recebam ali uma alimentação e ajuda nas tarefas escolares, *pratiquem esporte e, depois de um lanche, voltem para casa.*

O seminário teve 852 participantes, conforme o parlamentar, vindos de todos os recantos do país, entre prefeitos, vereadores, secretários de estado e municípios. Contou com a participação e o patrocínio da Unesco, além do apoio do ministro da Educação, Paulo Renato, e da professora Sônia, que dirige o Programa de Renda Mínima do ministério. "Tivemos ainda a intensa colaboração da Fundação e do Banco do Brasil, que patrocinaram algumas despesas, e desta Casa, pelo apoio que deu ao evento", registrou.

Vanessa critica isenção de imposto ao banco Santander

A deputada Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) disse que considera um fato grave a isenção concedida pelo governo federal ao banco espanhol Santander, que deixará de recolher aos cofres públicos R$ 5,7 bilhões de imposto de renda. "Como é que o governo coloca a leilão o Banespa por um preço de R$ 1,8 bilhão e ainda faz um alarde na mídia dizendo que houve um ágio superior a R$ 5 bilhões, se depois concede essa isenção neste valor"?, indagou a parlamentar.

A deputada chamou a atenção para o grau de desconhecimento da população que, na sua opinião, está sendo manipulada pelo governo. "O povo imagina que o presidente Fernando Henrique Cardoso esteja preocupado em encontrar fontes para reajustar o salário mínimo, quando, na verdade, ele está entregando o nosso patrimônio, construído a décadas, para grupos estrangeiros", ressaltou.

Waldir Pires (PT-BA), por sua vez, criticou a venda do Banespa ao banco Santander por entender que o governo brasileiro subfaturou o valor do banco brasileiro. Na visão do parlamentar, investiu-se ostensivo esforço para viabilizar a privatização e, conseqüentemente, para facilitar a transferência do patrimônio nacional ao controle das instituições financeiras internacionais.

"É lamentável o que vem ocorrendo no Brasil nesses últimos dez anos: essa despatrimonialização, essa perda de confiança e de astral da população e do governo brasileiro. Essa entrega do destino nacional e essa capitulação a um conceito de globalização, absolutamente contrário, nocivo, inconveniente aos interesses da humanidade. O Banespa, jóia mais cara do patrimônio brasileiro, é perdido. São Paulo perde, o Brasil perde, o povo brasileiro perde", protestou o parlamentar.

Plenário

João Caldas propõe Agência para combustíveis

O deputado João Caldas (PL-AL) fez um apelo ao presidente Fernando Henrique Cardoso para que seja priorizada a política energética no país e criada a Agência Nacional de Combustíveis Renováveis. Segundo o parlamentar, essa agência, além de acabar com o problema dos combustíveis – que atualmente apresentam qualidade duvidosa e são reajustados trimestralmente - poderia tornar o Brasil um país exportador de álcool. "O presidente e os ministros deveriam realizar uma semana de esforço concentrado para acabar com essa crise nos combustíveis e implementar uma política energética", sugeriu.

O deputado criticou os discursos de autoridades do Executivo que só falam do Proálcool, mas não fazem nada para reimplantar o programa. E lamentou que a CPI dos combustíveis ainda não tenha sido instalada na Câmara, o que, em sua opinião, seria um trabalho efetivo para evitar o "rombo no bolso dos brasileiros".

"O que falta para instalar a CPI e a agência?", questionou o parlamentar, defendendo a retomada do programa de produção do álcool. Para Caldas, os brasileiros pagam hoje o preço do descaso do governo com o proálcool, implantado a partir da década de 70 e aceito em todo o país.

"É lastimável que três décadas depois da primeira crise do petróleo, o único país do mundo que encontrou uma forma alternativa de substituir a gasolina por outro combustível venha a sofrer novamente as conseqüências de um problema que já tinha sido equacionado e resolvido tão bem", lamentou.

O parlamentar explicou que o álcool, além de ser uma fonte renovável de energia, quando queimado não produz os danos ambientais provocados pela queima dos derivados de petróleo. E ressaltou a preocupação mundial com o acúmulo de dióxido e monóxido de carbono na biosfera, em busca de um novo modelo de desenvolvimento, o chamado desenvolvimento sustentável. O Brasil, nesse caso, teria uma característica singular para a obtenção de energia através de recursos renováveis devido ao seu excepcional potencial de geração de energia pela biomassa e recursos hídricos.

Sônia Baicchi



Deputado João Caldas

"E esta condição privilegiada de nosso país vem sendo negligenciada nos últimos anos, enquanto o povo paga pela falta de visão e omissão de seus governantes. Se a produção de veículos a álcool estivesse sendo mantida em 25% do total de veículos, seguramente já estaríamos na condição de exportadores de derivados de petróleo, em vez de importadores", concluiu Caldas.

Importação

João Caldas protestou ainda contra a importação de álcool a taxas reduzidas para abastecer o mercado interno, conforme noticiado pelo jornal *Gazeta Mercantil*. Ele pediu ao governo que reveja a medida, tendo em vista que gera déficit na balança comercial desnecessariamente, porque há estoques no Nordeste. "Não entendo. Temos mais de 300 milhões de litros no Nordeste. Há excedentes, os tanques estão abarrotados. É só dispor navios ou caminhões para transportar o álcool para o Centro-Sul", afirmou. Ele crê que as autoridades brasileiras têm conhecimento disso, mas não tomam atitudes por motivos inconfessáveis. "Há interesses por trás disso, que são nocivos aos interesses da nação", acusou, questionando a ausência de iniciativas governamentais para a reativação do Proálcool.

Iédio Rosa quer rigor da Anatel

O deputado Iédio Rosa (PMDB-RJ) pediu à Anatel mais rigor na fiscalização das empresas de telecomunicações. Ele argumenta que as obrigações contratuais não estão sendo cumpridas, como ocorre na Região dos Lagos, no Rio de Janeiro, onde os prazos para instalação de novas linhas não estão sendo respeitados.

Ele lembrou que a legislação determina que todas as localidades com mais de 600 habitantes devem estar atendidas com pelo menos um telefone público até dezembro de 2001 e o prazo para instalação até 2002 deve ser de, no máximo, três semanas. E estes números, segundo Iédio Rosa, devem ser reduzidos gradualmente até 2005. "A Anatel, via vigilância permanente, deve cumprir suas obrigações como agência reguladora dos serviços telefônicos do país", afirmou.

Clementino Coelho pede apoio para empresa nacional em privatização

O deputado Clementino Coelho (PPS-PE) pediu ao ministro do Desenvolvimento, Alcides Tápias, e ao presidente do BNDES, Francisco Gros, que não cometam os mesmos erros das outras privatizações no leilão da Companhia Petroquímica do Nordeste (Copene), que será realizado no dia 14 de dezembro.

De acordo com o parlamentar, não podem se repetir os problemas de planejamento ocorridos em privatizações como a Vale do Rio Doce ou das Telecomunicações, nas quais o próprio governo federal reconheceu a má condução do processo. "Não podemos continuar com essa desnacionalização descabida no setor produtivo nacional. O governo precisa criar condições para que esse setor não continue na mão de multinacionais", disse.

Clementino salientou então a importância do grupo nordestino Odebrecht, conhecido como a maior empresa brasileira no setor da petroquímica. "Temos que ter um grupo assim, forte, para combater as multinacionais que querem invadir o setor. Não existe um país forte sem um setor produtivo forte", garantiu o deputado.

O parlamentar interpelou os responsáveis pelo BNDES pelo possível tratamento diferenciado que estaria sendo dispensado a um grupo paulista participante do leilão e criticou a atuação das multinacionais do setor que querem, de acordo com o deputado, arrebanhar o espaço sorrateiramente. "Não podemos permitir que eles invadam um setor tão essencial. Temos que criar oportunidades para que a Odebrecht possa ser nossa multinacional brasileira", disse Coelho.

Jornal da Câmara – Anexo I, 1º andar, sala 06 – Fones: (0xx61) 318-5979/99 – Fax: (0xx61) 318-2196 – Disque Câmara 0800 619619 – Rádio Câmara FM 96,9 MHz – TV Câmara - canal 14 -Net/DF canal 28 -Sky – www.agencia.camara.gov.br – Mídias Alternativas internet/Intranet midias@camara.gov.br

Jornal da Câmara na internet: www.camara.gov.br / E-mail: jornal@camara.gov.br

Mesa da Câmara dos Deputados

Presidente: Michel Temer
1º Vice-Presidente: Heráclito Fortes
2º Vice-Presidente: Severino Cavalcanti
1º Secretário: Ubiratan Aguiar
2º Secretário: Nelson Trad
3º Secretário: Jaques Wagner
4º Secretário: Efraim Morais
Suplentes: Giovanni Queiroz, Luciano Castro, Zé Gomes da Rocha, Gonzaga Patriota
Diretor-Geral: Adelmar Silveira Sabino
Secretário-Geral da Mesa: Mozart Vianna de Paiva

SECOM - Secretaria de Comunicação Social
Diretor: Ronaldo Paixão (061) 318-5085 / Fax: (061) 318-2108
Divulgação: Sonia Costa (061) 318-5085
Relações Públicas: Osvaldo Vaz Morgado (061) 318-5092
Rádio Câmara: Vladimir Almeida (061) 318-8310
TV Câmara: Sérgio Chacon (061) 318-5080
Agência Câmara: Ademir Malavazi (061) 318-8473
Mídias Alternativas: Arnolfo Carvalho (061) 318-7420

Jornal da Câmara
Diretora: Amneres Pereira (061) 318-5098/99 - Fax: (061) 318-2196
Editora-Chefe: Marina Carvalho
Editores: Marcondes Sampaio, Luís Cláudio Pinheiro, Oscar Telles, Vera Ramos, Vânia Alves, Roberto Seabra, Luís Renato
Diagramadores: Antônio Alves Ferreira Júnior, José Alberto de Almeida Filho, André Cerino, José Antonio Filho
Ilustrações: André Cerino
Revisoras: Isolda Marinho, Heloísa Lira, Malva Beatrice
Fotografia: J.Batista, Salu Parente, Sônia Baiocchi, Eltom Bomfim, Benedita Passos, Leio
Impressão: Imprensa Nacional – Presidência da República

AGENDA
Agenda da Câmara

PREVISÃO DA SEMANA

SEGUNDA-FEIRA, 27.11.00
CPI
Narcotráfico
Hora: 18:00 Local: Plenário 11, Anexo II
Pauta: Discussão do relatório final.
TERÇA-FEIRA, 28.11.00
PLENÁRIO
Hora: 10:00 Pauta: Sessão solene em homenagem a passagem dos *50 Anos do Diário Região, de São José do Rio Preto, estado de São Paulo.*
COMISSÕES
CCJR
Hora: 16:00 Local: Plenário 1, Anexo II
Pauta: Apreciação do PL 2.087/99, da deputada Luiza Erundina (PSB-SP), que dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de brinquedotecas nos hospitais da rede pública.
Mista de Orçamento
Hora: 18:00 Local: Plenário 2, Anexo II
Pauta: 8ª Reunião Ordinária.
COMISSÃO ESPECIAL
Acumulação de Emprego Público
Hora: 15:00 Local: Plenário 15, Anexo II
Pauta: Audiência pública com o secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Luiz Carlos Capella.
CPI
[illegible] na Amazônia
Hora: 14:30 Local: Plenário 12, Anexo II
Pauta: Audiência pública com a advogada, Naira Ribeiro Soares.
QUARTA-FEIRA, 29.11.00
PLENÁRIO
Hora: 10:00 Pauta: Sessão solene em homenagem a *Milton Campos, pelo centenário do seu nascimento.*
COMISSÕES
Direitos Humanos
Hora: 9:00 Local: Auditório do Espaço Cultural
Pauta: Encontro Parlamentar de Direitos Humanos do Mercosul.
Defesa do Consumidor
Hora: 9:00 Local: Nereu Ramos, Anexo II
Pauta: Seminário Sistema Nacional de Defesa do Consumidor – Avaliação e Perspectivas. Presença de membros do ministério da Justiça, do ministério Público Federal, Ongs.
CCJR
Hora: 10:00 Local: Plenário 1, Anexo II
Pauta: Apreciação do PL 3.729/97, do deputado Osvaldo Coelho (PFL-PE), que dispõe sobre as condições exigíveis para a identificação do couro e das matérias-primas sucedâneas, utilizados na confecção de calçados e artefatos.
Ciência e Tecnologia
Hora: 10:00 Local: Plenário 13, Anexo II
Pauta: Audiência pública para debater as atividades da Monsanto na Bahia e a questão dos transgênicos. Presença do secretário da Fazenda da Bahia, Albérico Mascarenhas.
Finanças e Tributação
Hora: 10:00 Local: Plenário 4, Anexo II
Pauta: Apreciação do PL 2.954/97, do deputado Ênio Bacci (PDT-RS), que regulamenta o pagamento pelas empresas das mensalidades escolares de seus funcionários.
Trabalho
Hora: 10:00 Local: Plenário 12, Anexo II
Pauta: Apreciação do PL 2.295/00, do Senado, que dispõe sobre a jornada de trabalho dos Enfermeiro, Técnicos e Auxiliares de Enfermagem.
Relações Exteriores
Hora: 10:00 Local: Plenário 3, Anexo II
Pauta: Apreciação do PL 39/00 do deputado Paulo Rocha (PT-PA), que dispõe sobre a atividade do Profissional em Segurança Privada.
Viação e Transportes
Hora: 10:00 Local: Plenário 11, Anexo II
Pauta: Apreciação do PL 3.282/00, do deputado De Velasco (PSL-SP), que altera a Lei 9.503/97, de forma a proibir o uso de produtos fumígenos ao volante de veículo automotor ou quando houver criança a bordo do mesmo veículo.
Desenvolvimento Urbano
Hora: 10:00 Local: Plenário 14, Anexo II
Pauta: Apreciação do PLC 82/99, do deputado Paulo Feijó (PSDB-RJ), que dispõe sobre a criação do Fundo de Recuperação Econômica das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Norte, do estado do Rio de Janeiro.
COMISSÕES ESPECIAIS
Aplicação do Código de Trânsito
Hora: 14:30 Local: Plenário 7, Anexo II
Pauta: Apresentação de Quadro Demonstrativo da Participação na Campanha de Educação e Segurança no Trânsito por estados e municípios.
Segurança Pública
Hora: 14:30 Local: Plenário 8, Anexo II
Pauta: Discussão do parecer do relator.
Comércio Eletrônico
Hora: 14:30 Local: Plenário 5, Anexo II
Pauta: Reunião para deliberação de requerimentos.
Asbesto/Amianto
Hora: 14:30 Local: Plenário 4, Anexo II
Pauta: Audiência pública com o diretor- presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Gonzalo Neto.
Transposição do Rio São Francisco
Hora: 14:30 Local: Plenário 3, Anexo II
Pauta: Discussão do relatório do deputado Marcondes Gadelha.
Acumulação de Emprego Público
Hora: 15:00 Local: Plenário 15, Anexo II
Pauta: Apresentação e apreciação do parecer do relator, deputado José Teles.

Plenário

Atletas de Cristo são homenageados pela Câmara

A evangelização de atletas e torcedores por meio do esporte, fazendo com que o comportamento dentro de campo e das quadras e fora delas divulgue o Evangelho, é um dos principais méritos dos *Atletas de Cristo*, destacou o deputado Euler Morais (PMDB-GO), autor do requerimento de homenagem.

O deputado afirmou que, para ele, a homenagem tem ainda um significado mais especial, já que o jogador Baltazar, "o artilheiro de Deus", um dos fundadores do movimento, é seu irmão. "O grupo começou pequeno, com a distribuição de exemplares da Bíblia aos companheiros e adversários. As resistências e o preconceito não demoraram a surgir, mas os resultados demonstraram que a ação de Deus desconhece limites", relatou.



Deputado Euler Morais

Formado também pelos goleiros *João Leite e Ailton, o apoiador Jânio e a ex-jogadora de vôlei, Eliana Aleixo*, o pequeno grupo surgiu em 1978 e se consolidou em 1981, com preocupação de ser referência para jovens profissionais nas áreas pessoal, familiar e cristã. O método alcançou, segundo o deputado, pessoas que dificilmente seriam convertidas por outros modos tradicionais de evangelização.

"São esses atletas que homenageamos nesta tarde como um reconhecimento ao trabalho pioneiro que desenvolveram na divulgação do Evangelho e cuja experiência inspirou outras iniciativas. Esta Casa mesmo viveu história semelhante. A política, assim como o futebol, estava excluída das atividades recomendadas aos cristãos evangélicos, mas isso mudou", observou.

O movimento é dirigido atualmente por Alex Dias Ribeiro, ex-piloto de Fórmula 1, e tem ligações com o International Sports Coalition (ISC), entidade que congrega ministérios esportivos ao redor do mundo. No Brasil, os atletas de Cristo são quase sete mil, divididos em mais de 125 grupos locais, possuem página na internet e um jornal com tiragem superior a 35 mil exemplares. Para Euler Morais, "os resultados nas vidas dos atletas se multiplicaram, restaurando casamentos, libertando profissionais de vícios e criando uma nova geração de desportistas, respeitados por sua capacidade técnica e também por suas qualidades pessoais".

Também discursaram na sessão solene os deputados ***Dr. Heleno*** **(PSDB-RJ),** ***Chico Sardelli*** **(PFL-SP),** ***Jorge Pinheiro*** **(PMDB-DF),** ***Gilmar Machado*** **(PT-MG),** ***Silas Câmara*** **(PTB-AM),** ***Lincoln Portela*** **(PSL-MG) e** ***Agnaldo Muniz*** **(PPS-RO).**

B. Sá atribui mau desempenho escolar a desvio de verba

Falando pela liderança de seu partido, o deputado B. Sá (PSDB-PI) acusou o governo federal de querer "tapar o sol com a peneira", ao afirmar que a má avaliação obtida pelo ensino primário, sobretudo nas disciplinas português e matemática, deve-se ao grande ingresso, nos últimos anos, de crianças provenientes das camadas sociais mais baixas. "É uma explicação por demais simplória", afirmou.

B. Sá lamentou o desvio de recursos do Fundef verificado em 30% dos municípios brasileiros, sendo que, destes, 80% localizados no Nordeste, sobretudo em seu estado. "Nas últimas eleições tive a oportunidade de assistir ao depoimento de professores, alunos e pais de crianças. Todos afirmaram que não há a menor condição de estudo nas escolas", afirmou. B. Sá acrescentou ainda que, em muitos municípios, não há sequer merenda escolar e os salários dos professores, muitas vezes, não passam de R$ 80.

Na avaliação do parlamentar, a Lei do Fundef, assim como a do SUS, é importantíssima, mas sua aplicação traz problemas, já que não é respeitada a determinação de que sejam instituídos conselhos municipais de educação e saúde. Para ele, o que existe é uma "prefeiturização", processo no qual é o chefe do Executivo municipal quem decide sobre a aplicação dos recursos.

Em sua opinião, todavia, a falência desses sistemas pode ser revertida, "desde que o governo tenha uma ação efetiva e não se restrinja a aguardar os resultados de auditorias que não levam a resultados concretos, sobretudo pela divergência dos julgamentos das diversas instâncias judiciais".

Eber Silva aplaude Fundo de Segurança

O deputado Eber Silva (PDT-RJ) parabenizou o governo federal pelo esforço para combater a violência com a criação do Fundo Nacional de Segurança Pública. De acordo com o deputado, os recursos já começaram a ser pagos e o fundo destina, até 2002, R$ 500 milhões por ano, para auxiliar os estados no combate ao crime.

Ele chamou a atenção para o fato de o governo de seu estado, em seus dois anos de gestão, ter destinado cerca de R$ 5 milhões ao mês em investimentos na área de segurança pública. Ao todo, foram R$ 120 milhões gastos em novas viaturas, armamentos, equipamentos e aumento de efetivo. "Quero defender que o fundo do Ministério da Justiça para a segurança pública possa servir para a melhoria salarial, principalmente dos policiais federais e rodoviários", declarou.

Comissões

Auditor diz em audiência que "todos perdem com cooperativas de mão-de-obra"

As comissões de Agricultura e de Trabalho realizaram reunião de audiência pública, na semana passada, para debater a legalidade e as ações do Ministério Público do Trabalho em relação às cooperativas de trabalho. Diversas delas que lidam com mão-de-obra estão sendo investigadas pelo Ministério Público sob a acusação de transgredirem direitos trabalhistas e fraudarem os princípios cooperativistas ao fornecerem serviços terceirizados sob a aparência de cooperativismo. Na ocasião, o auditor-fiscal do Ministério do Trabalho, Marcelo Campos, sustentou que as cooperativas de trabalho do segmento de mão-de-obra (existem ainda as de serviços e de produção) têm sido usadas como instrumento para diminuição de custos na relação empregatícia pelo setor empresarial. Segundo ele, isto caracteriza uma distorção dos princípios cooperativistas, que estabelecem, neste modelo, o controle dos meios de produção pelos trabalhadores, que participam diretamente das decisões e dos lucros.



Representante do Ministério do Trabalho apontou distorçoes nos princípios cooperativistas

Campos afirmou que a fiscalização tem seguido as determinações da Consolidação das Leis do Trabalho ao averiguar denúncias de fraude neste tipo de cooperativa. "Independentemente da forma como se relaciona o acordo de trabalho e da denominação que se dê, se ficar caracterizada relação de emprego, ela será considerada como tal", advertiu.

O auditor salientou ainda que as cooperativas fraudulentas têm promovido a demissão da mão-de-obra efetiva e qualificada nos tomadores de seus serviços, substituindo-a por outra mais barata e precária em qualificação. "Todos perdem com as cooperativas de mão-de-obra: o Estado, que deixa de arrecadar, o país, que se expõe à acusação de *dumping* trabalhista no exterior, os trabalhadores, os empresários – que têm perdido na justiça, porque a relação vem sendo reconhecida como empregatícia – e o setor cooperativista, que tem sua imagem enlameada", afirmou. Após lembrar que o combate às cooperativas fraudulentas é do interesse de toda a sociedade, Campos elogiou o projeto de lei do deputado Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), hoje em trâmite no Senado, que regulamenta o setor cooperativista.

O deputado Silas Brasileiro (PMDB-MG), um dos autores do requerimento para realização da audiência, ressaltou que o encontro era um "momento de esclarecimento de informações", entre as autoridades e as cooperativas que promovem "um relacionamento mais justo entre capital e trabalho". Ele avaliou que a audiência trará "resultados positivos" ao setor, que congrega 6,5 milhões de pessoas em seis mil cooperativas – duas mil delas na área de trabalho e as demais nos segmentos de saúde, educação, crédito, agropecuária e outros.

Procuradores apontam vários casos de fraude

O procurador regional do Trabalho de São Paulo, André Cremonesi, revelou que há um inquérito civil instaurado pelo Ministério Público para avaliar as denúncias contra as cooperativas, e que a procuradoria tem sido alvo de "ataques" por levar a investigação adiante. Segundo ele, há casos de fraude em adesão voluntária, votação em assembléia, distribuição de sobras líquidas e indícios de "subordinação", características incompatíveis com o cooperativismo.

Já o procurador regional do Ministério Público do Trabalho em Minas Gerais, Anemar Amaral, considera que as cooperativas de trabalho autênticas restringem-se apenas às que oferecem serviços ou produtos. "Não se pode dizer o mesmo das de mão-de-obra. É um sistema de terceirização desumano, que causa inúmeros prejuízos aos trabalhadores", afirmou, acrescentando que, dentre os casos que analisou em seu estado, não encontrou nenhum que se caracterizasse como "legítimo e regular". Amaral denunciou a ocorrência de contratação deste tipo de cooperativa no serviço público, o que considerou "uma burla à Constituição", que exige concurso público para ocupação de cargos.

"As cooperativas de trabalho são o tema mais controverso hoje nas relações de trabalho", avaliou Marcelo Ladeira, assessor jurídico do Sindicato dos Metarlúrgicos do ABC. Ele lembrou que as cooperativas surgiram em momentos de crise social e econômica em diversos países, e que no Brasil vive-se hoje "a chaga nacional" do desemprego. Ladeira destacou que as cooperativas de mão-de-obra vendem a própria força de trabalho, e não um produto ou serviço, o que as aproxima "perigosamente" da área do Direito do Trabalho. Por isso, advertiu para a necessidade de se ter cuidado ao defender sua permanência sob o pretexto de que seriam geradoras de emprego, porque este emprego pode ser precário, sem renda nem garantias de sobrevivência digna. "Substituir o emprego com benefícios pelo trabalho sem garantias é dar um tiro no pé", afirmou o advogado, que defende as "cooperativas genuínas".

Defesa

Dejandir Dalpasquale, presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), entidade máxima de representação destes grupos, defendeu o segmento. Ele lembrou que é necessário separar as cooperativas de mão-de-obra sérias das "fantasmas". "As cooperativas ilegais ou fraudulentas não são apoiadas pela OCB. Não aceitamos nem aprovamos esta prática. Mas também não podemos aceitar que todas sejam jogadas no mesmo saco. É preciso haver uma distinção", disse ele, acusando o governo de não cumprir a legislação.

Dalpasquale revelou que, pela Lei 5.764/71, o associado é dono da cooperativa e não seu empregado, e que o destino da receita da entidade é definido pelos cooperados em assembléia, assim como os benefícios trabalhistas. Segundo o presidente da OCB, os cooperados recolhem para a Previdência como autônomos e que a relação entre ele e a cooperativa não é tributável. Dalpasquale acusou o Ministério do Trabalho de cometer "absurdos" contra as cooperativas de mão-de-obra, com "ameaças estapafúrdias". Ele sugeriu que, para coibir as ilegalidades, o poder público exija que as cooperativas se registrem em sua organização.

Marcos de Jesus defende mesma remuneração para homem e mulher

O deputado Marcos de Jesus (PSDB-PE) defendeu campanhas de conscientização da classe empresarial para dar à mulher a atenção que merece no mercado de trabalho. O parlamentar lembrou que, em 1995, o rendimento pago às mulheres representava 62,6% da renda percebida pelos homens e, após quatro anos, a média foi de 69,1%, segundo Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) do IBGE. "Esse dado não seria só o retrato da injustiça e da triste realidade brasileira, perversa, mas serve também para demonstrar o atraso de alguns setores de uma sociedade, ou setores dela que não reconhecem a mulher, o seu devido valor", ressaltou. Segundo o deputado, cada vez mais as mulheres assumem a posição de chefes de família, sustentando com o seu trabalho os filhos, os pais e até mesmo os maridos, já que muitos estão desempregados e acumulando uma dupla jornada de trabalho, a de casa e a do trabalho. "As mulheres vêm cada vez mais ocupando espaços onde os homens têm mais dificuldades nos diversos setores da produção. Por que então pagar menos?", questionou. Para ilustrar como a mulher vem assumindo funções cada vez mais importantes ao longo da história, Marcos de Jesus destacou os nomes da enfermeira Ana Nery e Geralda Farias, viúva do senador pernambucano Antônio Farias, que se destaca na ação social, além, de personalidades da política como Golda Meyr (Israel), Indirah Gandi (Índia) e da nova ministra do STF, Ellen Gracie.

"Mais do que as simples comemorações no seu dia internacional, devemos lutar para reduzir a discriminação, melhorar as condições de trabalho, igualar as oportunidades e implementar a remuneração justa e eqüitativa pelo mesmo serviço", disse.

JORNAL DO SENADO

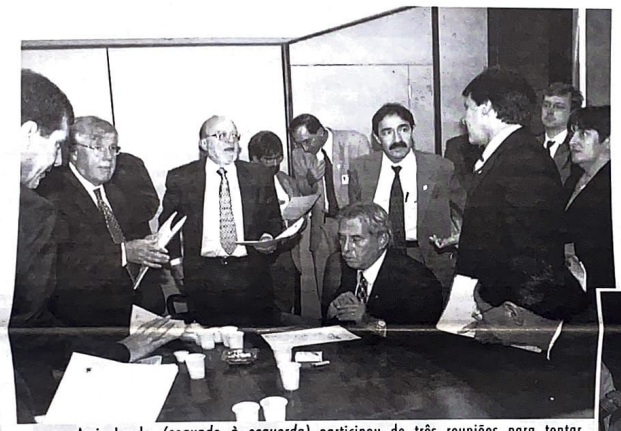
ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL — ANO VI – Nº 1.207 – BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 24 DE NOVEMBRO DE 2000

Relator obtém apoio para financiar mínimo com projetos contra sonegação

Em reuniões com Amir Lando, líderes partidários rejeitam a cobrança de contribuição de inativos como fonte de recursos para permitir o aumento do piso salarial. Eles preferem aprovar projetos que combatam os sonegadores e a elisão fiscal

O relator-geral do Orçamento 2001, senador Amir Lando, obteve dos líderes de partidos governistas na Câmara apoio para que os recursos necessários ao aumento do salário mínimo saiam de dois projetos de combate aos sonegadores e à elisão fiscal – uso de brechas legais para redução do imposto a pagar. Ficou acertado também o uso de verbas de emendas parlamentares e o corte no custeio da máquina pública. Os líderes decidiram não aceitar a proposta do Executivo de cobrar a contribuição previdenciária dos servidores inativos.

PÁGINA 4

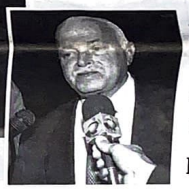


Amir Lando *(segundo à esquerda)* participou de três reuniões para tentar definir fontes de recursos que garantam o aumento do salário mínimo

Exame de Aids em gestantes pode ser obrigatório

A Comissão de Assuntos Sociais aprovou projeto do senador Tião Viana que obriga as redes pública e privada de saúde a realizar em gestantes exames que detectem o vírus da Aids e outras doenças.

PÁGINA 8



Antonio Carlos insiste em piso salarial de R$ 180

PÁGINA 2

SENADO APROVA PLEBISCITO SOBRE CRIAÇÃO DO ESTADO DO TAPAJÓS



Para Jader Barbalho, a região do Tapajós necessita de maior presença do poder público



Ademir Andrade: novo estado só se houver consenso



Luiz Otávio é contrário à divisão do Pará

PÁGINA 3

Lampreia será convocado para explicar as relações do Brasil com o Peru

PÁGINA 5

Plenário presta homenagem ao ex-senador Guido Mondin

PÁGINA 7

CPI do FUTEBOL

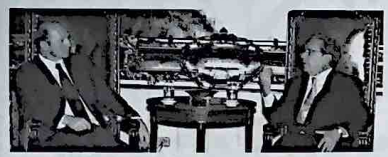
Venda superfaturada de jogadores pode esconder lavagem de dinheiro

PÁGINA 4

Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), Adrienne Senna, depôs ontem à CPI do Futebol



PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES
004082
CÂMARA MUNICIPAL
13825-000 HOLAMBRA - SP



Melo recebe presidente do Parlamento da Polônia

O primeiro-vice-presidente do Senado, Geraldo Melo, recebeu ontem, no Salão Nobre, o presidente do Parlamento da República da Polônia (*foto*), Maciej Plazynski, que veio em missão oficial. Na pauta de conversações, o aumento do comércio entre os dois países e a renegociação da dívida polonesa com o Brasil, que chega a quase US$ 4 bilhões.

Segundo Melo, a presença de Plazynski no Brasil é um passo importante para incrementar o comércio bilateral, que chega a US$ 500 milhões anuais.

Antonio Carlos insiste em salário mínimo de R$ 180

"Quem arranja dinheiro para conceder um salário de R$ 173 arranja para R$ 180", afirmou ontem o presidente do Senado



Antonio Carlos não quis comentar o proposta do governo de tributar os aposentados

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, afirmou na manhã de ontem que continuará defendendo a elevação do salário mínimo dos atuais R$ 151 para R$ 180. A declaração do presidente do Senado foi feita a partir de notícias veiculadas pela imprensa segundo as quais o governo pretende propor um salário mínimo de R$ 173.

– Quem arranja dinheiro para conceder um salário de R$ 173 arranja para R$ 180 – disse.

Perguntado também sobre a intenção do governo Fernando Henrique de cobrar contribuição previdenciária dos servidores aposentados com vistas a reforçar o caixa público para aumentar o valor do mínimo, Antonio Carlos não quis comentar o assunto.

SEXTA-FEIRA, 24 DE NOVEMBRO DE 2000

AGENDA

Presidente
Antonio Carlos Magalhães

PLENÁRIO

9h – Sessão não deliberativa

PREVISÃO PLENÁRIO

Brasil 500

SENADO FEDERAL

Segunda-feira
14h30 – Sessão não deliberativa
Terça-feira
14h30 – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PLC nº 34/99, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida; PLC nº 74/2000, altera dispositivos do Decreto-Lei nº 5.452/43 (Consolidação das Leis do Trabalho), que proíbe o trabalho do menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz; PDL nº 88/2000, aprova o ato que outorga permissão à Fundação Bom Jesus de Rádio e Televisão para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Pindamonhangaba (SP); PDL nº 118/2000, aprova o ato que outorga permissão à Fundação Dom Bosco para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade Campo Grande (MS); PDL nº 163/2000, aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Globo Eldorado para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade do Rio de Janeiro (RJ); e PDL nº 216/2000, aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária da Rádio de São João do Piauí a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João do Piauí (PI).

Quarta-feira
14h30 – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PDL nº 89/2000, aprova o ato que outorga a permissão à Rádio Interativa para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Aguaí (SP); PDL nº 165/2000, aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Bela Horizonte para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüências modulada na cidade de Belo Horizonte (MG); PDL nº 217/2000, aprova o ato que autoriza a Associação de Comunicação, Cultura e Desporto do Município de Elesbão Veloso a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Elesbão Veloso (PI); votação nominal do PLS nº 591/99, que altera a composição do conselho a que se refere a Lei Complementar nº 66/91; o Requerimento nº 567/2000, do senador Jefferson Péres e outros senadores, solicitando seja convocado o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, Gen. Alberto Cardoso, para prestar, perante o plenário desta Casa, esclarecimentos sobre operações da Agência Brasileira de Inteligência (Abin)

Quinta-feira
10h – Sessão deliberativa ordinária

Hora do Expediente: será destinada a comemorar o centenário de nascimento de Milton Campos.

Pauta: PLC nº 1/99, regulamenta o parágrafo 4º do art. 199 da Constituição Federal, *relativo à coleta, processamento, estocagem, distribuição e aplicação do sangue, seus componentes e derivados*, estabelece o ordenamento institucional indispensável à execução adequada dessas atividades.

Sexta- feira
9h – Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Terça-feira
10h – Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: PEC nº 49/99, altera o Lei nº 8.248/91, e a Lei nº 8.387/91, e o Decreto-Lei nº 288/67, dispondo sobre a capacitação e competitividade do setor de tecnologia de informação; PECs nºs 75 e 78, de 2000, que alteram a Resolução nº 78/98, do Senado, para suspender, pelo período de 12 meses, o pagamento de serviços de dívidas dos estados de Alagoas e de Pernambuco junto à União; e PRS nº 79/2000, altera a Resolução nº 78/98, do Senado, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização. *Ala Senador Alexandre Costa – sala 19*

10h – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Mensagem nº 208/2000, que submete à apreciação do Senado a escolha do nome de Anne Elisabeth Nunes de Oliveira, para exercer o cargo de defensor público-geral da União, com mandato de dois anos; e Mensagem nº 237/2000, que submete à apreciação do Senado o nome de Sabastião de Oliveira Castro Filho, para compor o Superior Tribunal de Justiça. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 3*

17h30 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: PDLs nº 40/2000, que aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos Regulares, celebrado entre os governos do Brasil e da Suíça; PDL nº 124/2000, que aprova o texto do acordo de cooperação entre as academias diplomáticas do Brasil e do México; PDL nº 131/2000, que aprova o texto do Protocolo de São Luiz sobre a Responsabilidade Emergente de Acidentes de Trânsito entre os Estados Partes do Mercosul; PDL nº 140/2000, que aprova o texto do acordo entre os governos do Brasil e de Guiana sobre o exercício de atividades remuneradas por parte de dependentes do pessoal diplomático, consular, administrativo e técnico; PDL nº 180/2000, que aprova o texto do Acordo sobre Arbitragem Comercial Internacional do Mercosul; PDL nº 182/2000, que aprova o envio de um contingente de peritos eleitorais, oficiais militares de ligação e policiais militares, todos desarmados, aos quais ficarão à disposição da Missão das Nações Unidas no Timor Leste; PDL nº 183/2000, que aprova o texto da Convenção Interamericana sobre o Cumprimento de Sentenças Penais no Exterior; e PDL nº 184/2000, que aprova o texto do acordo de cooperação cultural entre os governos do Brasil e do Zimbabue. *Ala Senador Alexandre Costa – sala 5*

Quarta-feira
9h – Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: PLC nº 88/2000, que dispõe sobre a obrigatoriedade de inserção nas embalagens de roupas íntimas de orientações impressas sobre a importância do asseio, preventivos de câncer de mama, cabo de útero e de próstata; PLS nº 53/2000, que cria reserva do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE), para os unidades da federação que abrigarem, em seus territórios, unidades de conservação da natureza e terras indígenas demarcadas; PLS nº 10/2000, que dispõe sobre a existência de acomodações separadas para fumantes e não fumantes em estabelecimentos hoteleiros; PLS nº 319/99, acrescenta dispositivo à Lei nº 3.268/57, que dispõe sobre os conselhos de medicina; PLS nº 216/99, que proíbe, por cinco anos, o plantio e a comercialização de alimentos contendo organismo geneticamente modificado (OGM) ou derivados de OGM, em todo o território nacional; PLS nº 75/2000, altera o Lei nº 5.889/73, que estatui normas reguladoras do trabalho rural; PLS nº 50/2000, acrescenta dispositivo ao artigo 3º da Lei nº 8.650/93, que dispõe sobre as relações de trabalho do treinador profissional de futebol, o fim de permitir ao jogador de futebol o exercício da profissão nas condições que especifica; PLS nº 124/2000, que institui estágio obrigatório remunerado como condição para a concessão do diploma de médico e o exercício profissional da medicina; PLS nº 273/99, da nova redação aos incisos XIV e XII, do artigo 6º da Lei nº 7.713/98; PLS nº 202/2000, que isenta os doadores de sangue do pagamento de taxa de inscrição em concursos públicos; PLS nº 183/2000, altera o art. 164 da Constituição das Leis do Trabalho para dispor sobre a nova composição das comissões internas de prevenção de acidentes (Cipas); PLS nº 171/2000, que dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais para a recomposição de áreas de preservação permanente e do reserva florestal legal; PLSs nºs 391, 399 e 630, de 1999, altera os arts. 21 e 232 da Lei nº 7.565/86 (Código Brasileiro de Aeronáutica); altera os arts. 21 e 232 da Lei nº 7.565/86 (Código Brasileiro de Aeronáutica), e o parágrafo 2º do artigo da Lei nº 9.294/96; altera o Lei nº 7.565/86, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, no sentido de que os benefícios decorrentes da aquisição de passagens aéreas com recursos orçamentários sejam revertidos para a administração pública; PLS nº 449/99, altera o art. 43 da Lei nº 8.080/90 (Lei Orgânica da Saúde), possibilitando aos hospitais universitários captar recursos provenientes de internações hospitalares; e PLS nº 11/2000, altera o inciso I do art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 9*

10h – Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: exposição dos membros do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, sobre o desempenho de suas atividades, em decorrência da aprovação do Requerimento nº 28/2000-CAE, de autoria do senador Pedro Simon.

17h – exposição de Francisco Gross, presidente do BNDES, acerca do novo plano estratégico do banco, em decorrência da aprovação do Requerimento nº 38/2000-CAE, de autoria do senador Jefferson Péres. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 19*

Após Ordem do Dia – Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: audiência pública com a finalidade de explicar e debater os critérios para definição dos municípios contemplados com o Programa IDH-14 (Índice de Desenvolvimento Humano), atendendo a requerimento do senador Sebastião Rocha, com a presença do ministro -chefe da Casa Civil, Pedro Parente; do secretário Nacional de Assistência Social, Vanda Engel; e do representante no Brasil do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 9*

Quinta-feira
9h – CPI do Futebol

Pauta: depoimento do treinador Wanderley Luxemburgo. *Ala Senador Nilo Coelho – Sala 2*

ESPECIAL

Quarta-feira
12h – Cultura ao Meio-Dia

Filme: *O Justiça*; de Jom Tob Azulay. *Auditório Petrônio Portella*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Eurídice Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinta

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor do Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327
Editor-Chefe: Edson de Almeida
Editores: Djalba Lima, Eduarda Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Morais
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirila Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pelo equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

13852-PRESIDENTE DA CAMARA DE DEPUTADOS
CAMARA DEPUTADOS
0004085
PRESIDENTE DA CAMARA DE DEPUTADOS

Aprovado plebiscito sobre criação do estado do Tapajós

Projeto de Mozarildo Cavalcanti vai à Câmara. De acordo com o texto, nova unidade da Federação seria composta por 22 municípios do oeste paraense. Emenda que admitia a transformação da região em território foi rejeitada

O Plenário do Senado aprovou ontem projeto de decreto legislativo do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), que convoca plebiscito no Pará para decidir sobre a criação do estado do Tapajós. A proposta segue para apreciação da Câmara dos Deputados.

O novo estado, de acordo com a proposta de Mozarildo, seria composto por 22 municípios do oeste paraense, incluindo Santarém. Ao justificar sua proposta, o senador argumenta que "a grande área territorial impede a atuação do aparelho estatal e condena as populações mais distantes a toda espécie de carências".

A pedido de Mozarildo, foi rejeitada emenda apresentada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) que incluía, entre as possibilidades do plebiscito, a transformação da região do Tapajós em território federal. O projeto determina a realização do plebiscito seis meses após a promulgação do decreto legislativo.

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) alertou para o fato de que, se não houver um consenso de todas as forças políticas do estado, a criação do Tapajós "é absolutamente impossível". Segundo ele, a Constituição de 1988 e a legislação que regulamentou o assunto estabeleceram muitas dificuldades para a criação de um novo estado.

Ademir lembrou que anteriormente o plebiscito era realizado apenas na área que pretendia ser desmembrada, mas hoje deve envolver todos os eleitores do estado a ser dividido. Além disso, a legislação exige que a Assembléia Legislativa aprove a divisão e, então, lei complementar seja aprovada pela maioria absoluta dos deputados federais e dos senadores, em votação nominal.

– Se o projeto for aprovado na Câmara e o plebiscito realizado sem um debate nacional, baseado em argumentos técnicos, o estado do Tapajós será derrotado, pois o governador Almir Gabriel é contrário à sua criação. O governador tem maioria na Assembléia Legislativa e crítica de maneira acintosa a vontade do povo do Tapajós e do povo do sul do Pará, que quer criar o estado de Carajás – disse, ao pedir que a população do oeste paraense pressione o governador para que ele aceite a discussão.

Para o senador Jader Barbalho (PMDB-PA), o projeto de Mozarildo proporciona ao Senado a possibilidade de discutir a política econômica e o desenvolvimento regional, temas que não vêm sendo enfrentados pelo governo. A região do Tapajós, disse Jader, tem "imensa potencialidade econômica" e necessita de mais investimentos e maior presença do poder público.

Como ex-governador, ele afirmou que a satisfação das demandas do oeste do Pará sempre representou grande desafio para o governo, pela distância de Belém. Assim, considera justo *"o sentimento de aparição política que permeia a população do Tapajós"*.

Favorável ao plebiscito, mas contrário à divisão do estado, o senador Luiz Otávio (sem partido-PA) anunciou que iria fornecer a Ademir dados publicados na imprensa sobre a arrecadação de tributos e a população dos municípios que integrariam o estado do Tapajós.

– Só aceito meu estado por inteiro. Estamos aqui representando o estado por inteiro – declarou.



Plenário acolheu a proposta de realização de plebiscito seis meses após a promulgação do decreto legislativo

Arruda pede estudo da redivisão territorial do país

Durante a discussão do projeto, o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) pediu a instalação da subcomissão da CCJ que irá estudar a redivisão territorial do país, notadamente das regiões Centro-Oeste e Norte, como estratégia de desenvolvimento. Para ele, "nenhuma política de desenvolvimento regional no Brasil foi mais positiva que a divisão dos estados". A subcomissão, proposta por Arruda, foi aprovada em setembro. A proposta foi defendida pelo senador Sérgio Machado (PSDB-CE).



Subcomissão proposta por Arruda estudará redivisão territorial

Observando as experiências de Mato Grosso do Sul e do Tocantins, o senador Roberto Freire (PPS-PE) afirmou que os novos estados cresceram, mas os estados divididos não diminuíram. Acrescentou que a criação do estado pode ser uma oportunidade para que "a Amazônia seja ocupada pela inteligência brasileira, com uma intervenção concreta do governo federal".

– Na Constituinte, Tapajós foi apontado como um estado de total viabilidade, talvez até mais que o Tocantins – disse Freire.

Nascido no Pará, o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) acredita que o novo estado representará uma melhor ocupação da Amazônia, com espaço para o desenvolvimento econômico, social e cultural. Como morador de antigo território, ele disse conhecer as vantagens de a população ser assistida por um estado com todas as instituições instaladas e presença constante em todo o território. O senador anunciou que irá propor plebiscito para criação do território de Oiapoque no norte do Amapá, região importante do ponto de vista estratégico.

O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) deu seu testemunho sobre a criação do Tocantins, segundo ele, "a divisão que deu certo", com elevação dos padrões sociais. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) considera importante que seja conferida ao povo do Pará a decisão final sobre o desmembramento do estado.

CCJ reexaminará proposta de urna eletrônica mais segura

Requerimento do senador Roberto Requião (PMDB-PR), aprovado ontem em Plenário, fez com que o projeto de lei estabelecendo mecanismos para ampliar a segurança e a fiscalização do voto eletrônico – também aprovado pelos senadores – seja novamente examinado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A proposta de Requião foi tema de audiência pública em Plenário, realizada em junho passado, com a presença do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, dos ministros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Maurício Corrêa e Nelson Jobim, além de técnicos envolvidos na implantação do sistema eletrônico de votação. Requião quer que, paralelamente à contagem dos votos por meio eletrônico, seja conferido o resultado do pleito a partir dos votos registrados nas urnas.

Na sessão, o Senado também aprovou quatro projetos de decreto legislativo que aprovam atos de outorga e renovação de concessão para funcionamento das seguintes emissoras de rádio: Sistema Jornal de Rádio, de Piracicaba (SP); Rádio Cultura Venda Nova, de Ibatiba (ES); Brasil Amazônia Comunicação Empreendimentos de Radiodifusão (PA); e Fundação Donatile Costa, de Pedro Avelino (RN).



Roberto Requião defende mais garantias na votação eletrônica

RESULTADO DA ORDEM DO DIA

QUINTA-FEIRA, 23 DE NOVEMBRO DE 2000

1 Projeto de Decreto Legislativo nº 265, de 1999 (nº 151/99, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que renova o concessão do Sistema Jornal de Rádio Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Piracicaba, Estado de São Paulo. Parecer nº 275/2000-CE, Relator: Senador Bello Parga, favorável, com alteração do senador Geraldo Cândido. Aprovado. À promulgação.

2 Projeto de Decreto Legislativo nº 72, de 2000 (nº 203/99, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Cultura Vecchio Novo FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Ibatiba, Estado do Espírito Santo. Parecer nº 975/2000-CE, Relator: Senador Gerson Camata, favorável. Aprovado. À promulgação.

3 Projeto de Decreto Legislativo nº 107, de 2000 (nº 293/99, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que outorga permissão à Brasil Amazônia Comunicação e Empreendimentos Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Redenção (PA) Parecer nº 786/2000-CE, Relator: Senador Luiz Otávio, favorável, com alteração do senador Geraldo Cândido. Aprovado. À promulgação.

4 Projeto de Decreto Legislativo nº 142, de 2000 (nº 423/2000, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Donatile Costa para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Pedro Avelino, estado do Rio Grande do Norte. Parecer nº 1.091/2000-CE, Relator: Senador Agnelo Alves, favorável, com alteração do senador Geraldo Cândido. Aprovado. À promulgação.

5 Projeto de Decreto Legislativo nº 19, de 1999. Senador Mozarildo Cavalcanti. Convoca plebiscito sobre a criação do estado do Tapajós. Parecer nº 951/2000-CCJ, Relator: Senador Ronaldo Cunha Lima, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta, com voto contrário do senador José Eduardo Dutra e abstenção do senador Lúcio Alcântara. Aprovado o projeto. Aprovada a Emenda 1-CCJ. Rejeitada a Emenda nº 2-CCJ, destacada. À Câmara dos Deputados.

6 Requerimento nº 434, de 2000. Senador Roberto Requião. Solicita, nos termos regimentais, o encaminho, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, do Projeto de Lei do Senado nº 194, de 1999. Aprovado. O Projeto de Lei do Senado nº 194, de 1999, retorna à CCJ, para nova exame.

7 Requerimento nº 505, de 2000. Senador Eduardo Suplicy. Solicita a convocação do ministro de Estado das Relações Exteriores, senhor Luiz Felipe Lampreia, para prestar, perante o Plenário desta Casa, esclarecimentos sobre as razões que levaram o governo brasileiro a articular a suspensão da visita pública ao Panamá pelo o Sr. Vinicius Montesinos, principal assessor do presidente do Peru, Sr. Alberto Fujimori. Parecer da CRE favorável, Relator: Senador José Sarney. Aprovado. A presidência tornará as providências necessárias, para o comparecimento da deliberação do Plenário.

Fonte: Secretaria-Geral da Mesa

Líderes vetam cobrança de inativos para financiar mínimo

Partidos da base governista preferem votar projetos de combate aos sonegadores e à elisão fiscal. Também serviriam como fontes para o aumento do piso salarial metade da verba das emendas parlamentares e um corte de despesas

Em reuniões com o relator-geral do Orçamento 2001, senador Amir Lando (PMDB-RO), os líderes que apóiam o governo na Câmara decidiram ontem não aceitar a proposta do Executivo de colocar a cobrança previdenciária dos inativos federais como fonte de financiamento do reajuste do salário mínimo, dos atuais R$ 151 para R$ 180, no próximo ano. O relator obteve apoio dos partidos na Comissão Mista de Orçamento para que os recursos do mínimo saiam de dois projetos de combate aos sonegadores e à elisão fiscal (uso abusivo de brechas legais para redução de imposto a pagar), do uso das verbas de emendas de parlamentares e de corte no custeio da máquina pública.

A decisão da base governista, que contou também com o apoio do PT, foi o resultado de duas longas reuniões realizadas ontem pelo relator-geral com líderes na Comissão de Orçamento e com o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares.

Em uma terceira reunião, já no final do dia, com quase todas as lideranças dos partidos que apóiam o governo na Câmara, os deputados Arnaldo Madeira (PSDB-SP) e Arthur Virgílio (PSDB-AM), líderes do governo na Câmara e no Congresso, foram informados da posição dos parlamentares.

– Os líderes da base do governo disseram que não se pode garantir o aumento do salário mínimo com a cobrança de previdência dos inativos – informou Arthur Virgílio.

Arnaldo Madeira acrescentou que o líder do PPB na Câmara, deputado Odelmo Leão (MG), disse que seu partido está disposto a votar os projetos de combate à sonegação e à elisão fiscal, menos a taxação dos inativos. O projeto contra sonegação dá à Receita acesso às movimentações financeiras de suspeitos de sonegação fiscal.

Em todas as reuniões, o relator-geral do Orçamento, Amir Lando, sustentou que "não há tempo hábil para que seja votada uma emenda constitucional envolvendo um assunto tão polêmico". Ele manteve as fontes de financiamento do salário mínimo decididas pelo comitê de receitas da Comissão de Orçamento na quarta-feira: uso de metade da verba destinada às emendas dos parlamentares ao Orçamento 2001 (R$ 800 milhões), corte de R$ 300 milhões proposto pelo Executivo, e arrecadação de R$ 1,7 bilhão a ser propiciada pelos projetos anti-sonegação. No total, são R$ 2,8 bilhões, no seu entender suficientes para elevar o mínimo a R$ 180 no dia 1º de maio de 2001.



Amir Lando *(segundo a partir da esquerda)*: um dia de reuniões para definir as fontes que garantiriam o aumento do salário mínimo

Na primeira reunião do dia, pela manhã, com líderes de partidos na Comissão de Orçamento, já ficara descartado o uso de dinheiro dos inativos. À tarde, acompanhado de deputados do comitê de receitas e do presidente da Comissão Mista de Orçamento, deputado Alberto Goldman (PSDB-SP), Amir Lando foi ao Ministério do Planejamento para uma reunião com o ministro Martus Tavares. O ministro insistiu na cobrança dos inativos e admitiu que o Congresso use até R$ 1,2 bilhão por conta dos projetos contra sonegação e anti-elisão.

O relator-geral deixou com o ministro a proposta da Comissão de Orçamento e nova reunião foi marcada para o meio-dia de terça-feira. No mesmo dia, à tarde, os líderes da base governista terão novo encontro com os líderes do governo na Câmara e no Congresso. Na reunião de ontem com o ministro do Planejamento, os parlamentares da Comissão de Orçamento propuseram que, se a arrecadação com os projetos contra sonegação não elevarem as receitas federais em pelo menos R$ 1,7 bilhão no próximo ano, o governo pode fazer cortes nos projetos que receberem verbas de emendas dos parlamentares.

Passes superfaturados podem ser indício de lavagem de dinheiro

A venda de jogadores de futebol com preços superfaturados e as grandes somas destinadas a patrocínios de clubes ou eventos esportivos podem ser casos de lavagem de dinheiro. A afirmação é da presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) do Ministério da Fazenda, procuradora Adrienne Giannetti Senna, que prestou depoimento ontem à CPI do Futebol do Senado.

Adrienne Senna admitiu, entretanto, que desde que o Coaf foi criado, em 1998, o órgão nunca recebeu qualquer denúncia ou informação oficial sobre lavagem de dinheiro, contra jogadores, empresários ou dirigentes de clubes de futebol. O conselho, segundo informou, funciona como uma espécie de órgão de inteligência federal para detectar, principalmente, crimes desse tipo.

Mas, para a presidente do Coaf, com o desenrolar dos trabalhos das duas CPIs em funcionamento no Congresso Nacional, o órgão que preside poderá passar a receber denúncias. A procuradora concordou com o relator da CPI, senador Geraldo Althoff (PFL-SC), que acha possível lavar dinheiro através da compra e venda de jogadores.



Adrienne *(ao lado de Álvaro Dias)* prevê que, com o funcionamento das CPIs no Congresso, o Coaf poderá passar a receber denúncias

Segundo Althoff, o negócio funcionaria da seguinte maneira: enquanto o passe de um jogador é fixado, oficialmente, junto à Confederação Brasileira de Futebol (CBF), em R$ 35 milhões, o atleta é vendido por apenas R$ 5 milhões. "A diferença, ou seja, R$ 30 milhões, para onde vai? Será que esse dinheiro é lavado?", indagou o relator da CPI.

Geraldo Althoff entende que o Coaf é de fundamental importância para que a "caixa-preta" do futebol brasileiro seja aberta. Por isso, anunciou que vai pedir ao Banco Central que repasse ao órgão todas as informações já acumuladas pela CPI. As informações também incluem as atividades dos bingos. Em troca, o senador pediu à procuradora Adrienne Senna que auxilie a CPI com informações e dados colhidos no exterior, principalmente sobre as vendas milionárias de jogadores brasileiros.

Coaf investiga operações de bingos

Adrienne Senna informou que o Coaf trabalha em conjunto com outras 53 unidades de inteligência similares, espalhadas por vários países. Acrescentou, entretanto, que todas as informações ficam sob sigilo até a conclusão do processo. Mas adiantou que, atualmente, o órgão investiga mais de perto 11 pessoas que movimentam grandes quantias. Há fortes indícios, segundo a procuradora, de que estejam praticando crime de lavagem de dinheiro. No total, o Coaf tem em mãos 1.248 operações suspeitas.

O presidente da CPI, senador Álvaro Dias (PSDB-PR), quis saber se das 11 pessoas investigadas pelo Coaf existia alguma ligada ao futebol. A procuradora reiterou que as investigações ainda não tinham sido concluídas, mas revelou que elas estão envolvidas com bingos e movimentam grande quantidade de dinheiro.

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) cobrou das autoridades brasileiras maior controle sobre os bingos. Segundo ele, há mais de mil bingos funcionando no país, a maioria de forma irregular. Adrienne Senna concordou e informou que o Coaf só tem registro de 125.

O presidente da CPI, senador Álvaro Dias, cobrou do governo mais combate à lavagem do dinheiro. Segundo ele, ainda é tímida a repressão ao crime organizado no Brasil.



Althoff levantou a possibilidade de que vendas de passes estejam servindo para lavar dinheiro

Mesa apóia moção de solidariedade a José Alencar

O documento classifica de falsas acusações a denúncia, publicada pela revista *Veja*, de que a Coteminas, empresa do senador, teria contribuído para um suposto caixa dois da campanha à reeleição do presidente Fernando Henrique

A Mesa do Senado decidiu apoiar, e publicar na íntegra, a moção de solidariedade ao senador José Alencar (PMDB-MG), em desagravo pelas denúncias publicadas pela revista *Veja* na edição do dia 22 último. A quase totalidade dos senadores apoiaram a moção. Segundo a revista, a Coteminas, empresa do senador, teria contribuído para um suposto caixa dois da campanha à reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso.

O senador Juvêncio da Fonseca (PFL-MS) leu, em Plenário, a moção que repudia "o teor das acusações falsas publicadas na *Veja*, a respeito do senador José Alencar e de sua empresa Companhia de Tecidos Norte de Minas (Coteminas)".

Conforme o documento, homens públicos "estão sempre sujeitos a ataques infundados sobre suas atividades, pelo denuncismo irresponsável de pessoas ou de órgãos de imprensa que não apuram as informações com o devido rigor". A moção ressalta que as denúncias representam "aleivosias a respeito de um cidadão que tem pautado sua conduta pela seriedade na direção de seus negócios privados e pela ética na sua vida pública que, embora iniciada recentemente, só honra e dignifica o Senado Federal".



Juvêncio da Fonseca leu em Plenário a moção, que afirma a seriedade da conduta de Alencar

Alencar agradeceu a iniciativa, mas afirmou não pode abrir mão de sua proposta de instalar uma comissão parlamentar de inquérito para investigar sua vida pessoal e empresarial à frente da Coteminas. "Tenho necessidade pessoal de que sejam apuradas, cabalmente, essas denúncias. Somente através de uma CPI poderei dar uma resposta que me lavará a alma. Já obtive 22 assinaturas, das 27 que são necessárias para a instalação da comissão, e tenho certeza de que, em breve, conseguirei as que faltam."

Lampreia vai ser convocado para explicar relações com Peru

O Senado aprovou ontem a convocação do ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, para explicar as relações entre o Brasil e o Peru. O depoimento será dado à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.



Eduardo Suplicy é autor do requerimento de convocação

O requerimento, de autoria do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), solicitava que o depoimento ocorresse no Plenário do Senado, especificamente sobre as suspeitas de que o governo brasileiro tenha participado da articulação política para garantir asilo político a Waldomiro Montesinos, assessor direto do ex-presidente do Peru, Alberto Fujimori.

Ao ser votado na comissão, o requerimento foi modificado, após acordo de lideranças, para que o depoimento acontecesse no próprio colegiado, e não no Plenário, com uma pauta mais abrangente para incluir as relações políticas e econômicas entre o dois países.

Cândido quer tornar obrigatório medidor de impulso telefônico

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) apresentou projeto, encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que torna obrigatória a instalação de medidores residenciais de impulsos telefônicos. Ele considera que os aparelhos garantirão aos usuários maior controle das próprias despesas.



Cândido quer maior transparência na aferição do consumo

O uso do medidor, afirma o senador na justificação da proposta, permitirá maior transparência no resultado da aferição do consumo individual, "reduzindo os riscos de cobranças abusivas". Cândido lembra que já existem medidores domésticos de água e energia elétrica, com o mesmo objetivo de evitar cobranças indevidas. De acordo com o projeto, a instalação e manutenção dos medidores serão de responsabilidade das concessionárias de serviços telefônicos.

Osmar Dias defende uso do FGTS para pagar cirurgia

O trabalhador poderá utilizar o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para pagamento de cirurgias caso seja aprovado projeto de lei de autoria do senador Osmar Dias (PSDB-PR) que está tramitando na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa. De acordo com a proposta, o benefício é extensivo aos parentes de primeiro grau do titular da conta, mas ficam excluídas as cirurgias com finalidade estética e experimentais.

– Estamos propondo a utilização do FGTS para pagamento de cirurgias porque julgamos que a saúde do trabalhador e de sua família é um dos seus maiores bens e deve ser preservada a qualquer custo – afirmou.

Segundo o senador, a Constituição universalizou o acesso aos serviços de saúde pública, mas o Sistema Único de Saúde (SUS) nem sempre cumpre os seus objetivos e obriga o trabalhador a esperar em longas filas de espera para realizar cirurgias.

– Entendemos que, enquanto o Estado não tem condições de proporcionar um atendimento satisfatório à saúde do trabalhador, ele pode recorrer a outros meios para satisfazer as necessidades básicas de saúde.



Hugo Napoleão: proposta benefício famílias que não conseguem vagas no ensino público

Napoleão propõe dedução de despesas com educação de 1º grau

O senador Hugo Napoleão (PFL-PI) pretende tornar totalmente dedutíveis do Imposto de Renda as despesas com a educação de primeiro grau. Ele apresentou projeto, encaminhado à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que prevê a possibilidade de dedução do valor integral das despesas com estabelecimentos de ensino fundamental, uniformes, material didático e transporte escolar.

Na justificação da proposta, o senador observa que, embora o Estado seja obrigado pela Constituição a oferecer ensino gratuito de primeiro grau, *muitas vezes as famílias de classe média* acabam pagando pela educação fundamental de seus filhos. Com isso, afirma o autor do projeto, aumentam as despesas dos assalariados, pequenos empresários, servidores públicos e profissionais liberais.

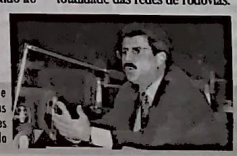
– Essa ponderável parcela da população não encontra na rede pública de ensino a oferta de vagas para a educação de primeiro grau em número suficiente à demanda e no nível adequado de qualidade almejada – afirma Napoleão na justificativa da proposta. Além da dedução integral das despesas com a educação fundamental, o senador propõe a manutenção da atual isenção de *R$ 1.700 com despesas com educação pré-escolar, segundo e terceiro graus e cursos de especialização ou profissionalizantes.*

Romero Jucá elogia programa de concessão de rodovias federais

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) elogiou o programa governamental de concessão de rodovias federais. Citando o Relatório Anual de Acompanhamento das Concessões, divulgado pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), ele disse que há ampla aceitação por parte dos usuários dos serviços. Jucá informou que, em cinco rodovias pesquisadas, mais de 80% dos usuários que eram favoráveis à redução de tarifas optaram pelo pagamento do preço fixado, a fim de que os atendimentos médico e mecânico continuassem disponíveis.

Ainda de acordo com o relatório, concluída a implantação dos programas de concessões, o tráfego rodoviário estará submetido ao pagamento de pedágio em aproximadamente 15.500 quilômetros de rodovias federais e em 7.500 quilômetros de estradas estaduais. Para o senador, trata-se de um dos maiores programas do tipo em todo o mundo. O parlamentar informou que restarão ainda, dependentes de manutenção pelo poder público, cerca de 110 mil quilômetros de rodovias pavimentadas e 125 mil não-pavimentadas, entre federais e estaduais.

Apesar dos avanços, o senador afirmou que o problema do financiamento do setor rodoviário continua dependendo de solução efetiva, já que a extensão total dos programas de concessão em andamento não alcança a décima parte da totalidade das redes de rodovias.



Romero Jucá lembrou que o programa para as rodovias é um dos maiores de todo o mundo

Oftalmologista divulga novas técnicas na TV

O médico oftalmologista Osvaldo Travassos de Medeiros, pioneiro na aplicação de inovações tecnológicas à prática da medicina, fala sobre suas últimas invenções ao jornalista Fernando Cesar Mesquita no programa *Entrevista Especial*, que a TV Senado leva ao ar sábado e domingo, às 11h e às 23h.

Serviço mostra o que sai de cada senador na mídia

Quem visita a página do Senado na Internet (www.senado.gov.br) pode conferir o serviço "Senadores na Mídia". Por meio dele, o usuário tem acesso a um banco de dados, atualizado diariamente logo no início da manhã, contendo todas as notícias sobre os senadores publicadas nos principais jornais de circulação nacional. O serviço também pode ser disponibilizado diretamente do *site* do senador, em uma versão que contém somente notícias a seu respeito.

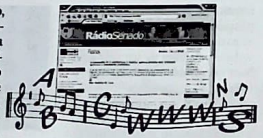
Pesquisa realizada nos gabinetes do Senado revela que o serviço tem uma avaliação muito positiva. Ouve-se também uma sugestão: a inclusão, no clipping diário, do noticiário dos jornais regionais. Para tanto, a Secretaria de Comunicação Social desenvolveu programa que permite ao gabinete, em Brasília ou no estado de origem do parlamentar, atualizar o banco de dados com as notícias dos jornais de seu estado. Assim, além de notícias dos jornais de circulação nacional, selecionadas por equipe da Secretaria de Comunicação, os gabinetes que assim o desejarem poderão acrescentar ao acervo as notícias publicadas em jornais regionais do seu estado.

RETIFICAÇÃO

Direferentemente do que o *Jornal do Senado* publicou na edição de ontem, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) preside o Instituto Teotônio Vilela e não a Fundação Teotônio Vilela. A matéria foi publicada na página 10 e divulgava o lançamento do livro *Vida e Morte no Sertão – História das Secas no Nordeste nos séculos XIX e XX*, patrocinado pelo Instituto. A informação incorreta também foi veiculada pela *Agência de Notícias do Senado na quarta-feira.*

Rádio Senado está com novo "site"

As cinco páginas disponíveis na Internet oferecem acesso ao noticiário e aos programas especiais da emissora, além de resumos semanais das notícias, em inglês e espanhol



Já pode ser acessado, desde a última terça-feira, o novo *site* da Rádio Senado FM. Inteiramente reformulado em termos gráficos, ele ficou mais funcional. Agora, depois de acessar a rádio ao vivo, o internauta pode continuar a ouvi-la, sem parar de navegar.

Dividido em cinco páginas, o *site* tem outras novidades: o Manual de Redação e parte da legislação em vigor sobre o serviço de radiodifusão no Brasil.

Foram mantidos os serviços anteriores, como o acesso aos noticiários e programas especiais produzidos pela emissora, os *flashes* sobre as atividades do Senado e os resumos semanais das notícias, em inglês e em espanhol. Há, também, instruções sobre como sintonizar a emissora por meio de antena parabólica e como retransmitir a programação da emissora usando os recursos da Internet.

O endereço também é novo: www.senado.gov.br/radio.

"IMPROVISO"

O francês St. Germain, que mistura música eletrônica com *jazze blues*, é uma das atrações deste final de semana no programa *Improviso – Jazz Sem Fronteiras*, da Rádio Senado FM. St. Germain é o codinome do músico Ludovic Navarre. Sua música usa recursos eletrônicos somados ao som dos instrumentos tradicionais, resultando em trabalho moderno e de qualidade excepcional, sucesso tanto entre apreciadores de seus *hits* mais dançantes como dos fãs do bom instrumental.

Outro destaque do programa é o paulista Luiz Tatit, que está lançando o segundo disco solo, *Meio*. Tatit foi o líder e principal compositor do grupo Rumo, importante representante do movimento que ficou conhecido como a Vanguarda Paulista nos anos 80.

Improviso – Jazz Sem Fronteiras tem produção e apresentação de Flavio de Mattos e Vinicius Becker. O programa vai ao ar sábado, às 20h, e é reapresentado no domingo, às 23h30, pela Rádio Senado FM 91,7.

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO

HOJE

6h – *Saúde Unip* – A Besiga
6h30 – *Cidadania* – Senadora Emília Fernandes e a presidenta do *Jornal Persona*, Maria Lúcia Pizolante, falam das mulheres no século XXI
7h30 – *Entrevista* – Marco Antônio Villa, historiador, fala do livro *Vida e Morte no Sertão*
8h – *Jornal do Senado*
8h30 – *TV Escola* – *Educação Ambiental* – Poluição do ar e da água
9h – Sessão Plenária (ao vivo)
Logo após – Comissão de Constituição Justiça e Cidadania (gravado)
14h30 – Sessão Plenária (reapresentação)
16h30 – *Quem tem medo da música clássica?* – Orquestra Sinfônica Juvenil da Venezuela
19h45 – *Cidadania* – Senador Geraldo Cândido e o deputado federal Paulo Paim falam sobre o Dia Nacional da Consciência Negra
20h30 – *Entrevista* – Marco Antônio Villa, historiador, fala do livro *Vida e Morte no Sertão*
21h – *Jornal do Senado*
21h30 – *Canal Médico* – Anestesia
22h30 – *Teatro Arthur Azevedo* – "Vô Imbolá", com Zeca Baleiro
0h – *Redescoberta do Cinema Nacional* – "Fogo Morto", de Marcos Farias
Logo após: TV Escola – Educação Ambiental – Explosão demográfica

SÁBADO

1h – *Cidadania* – Senadora Emília Fernandes e a presidente do *Jornal Persona*, Maria Lúcia Pizolante, falam das mulheres no século XXI
2h – *Saúde Unip* – A próstata – parte 1
2h30 – *Jornal do Senado*
2h40 – *Especial* – Gustavo Capanema
3h– *Cores do Brasil* – Folclore do Maranhão
3h30 – *Entrevista* – Senador Carlos Bezerra fala sobre a reforma agrária e a agricultura familiar
4h – *Saúde Unip* – A próstata – parte 1
4h30 – *Jornal do Senado*
4h40 – *Especial* – Gustavo Capanema
5h – *Canal Médico* – Proteus aula 03
6h – *TV Escola* – Educação Ambiental – Explosão demográfica
6h30 – *Agenda Econômica* – Márcio Pochmann, professor da Unicamp, fala sobre o desemprego
7h30 – *Entrevista* – Senador José Fogaça fala sobre as eleições norte-americanas
8h – *Jornal do Senado*
8h10 – *Especial* – Gustavo Capanema
8h30 – *TV Escola* – Educação Ambiental – Crescimento urbano
9h – *ABD no Ar* – Critérios para avaliação de Projetos Culturais
9h30 – *De Coração* – Trombose venosa profunda
10h – *Quem tem medo da música clássica?* Beethoven – *A Heróica*
11h – Entrevista – Osvaldo Travassos de Medeiros, oftalmologista
12h – *Jornal do Senado*
12h10 – *Especial* – Gustavo Capanema
12h30 – *Entrevista* – Senador João Eduardo fala sobre astrotivismo e desmatamento
13h – *TV Escola* – Educação Ambiental – Energia
13h30 – *Agenda Econômica* – Márcio Pochmann, professor do Unicamp, fala sobre o desemprego
14h30 – *Espaço Cultural* – Sebastião Topaios e Gilson Peranzetta
16h – *Saúde Unip* – A próstata – parte 1
16h30 – *Entrevista Especial* – Juiza Ellen Northfleet, primeira mulher indicada para o Supremo Tribunal Federal
17h – *Revista Brasília* – nº 16
18h – *Quem tem medo da música clássica?* Beethoven – *A Heróica*
19h – *Ilaê Brasileira* – Mara Maurão
19h30 – *Canal Médico* – Asma Brônquica
20h30 – *Entrevista* – Marco Antônio Villa, historiador, fala do livro *Vida e Morte no Sertão*
21h – *Jornal do Senado*
21h10 – *Especial* – Gustavo Capanema
21h30 – *Teatro Arthur Azevedo* – Rita Ribeiro
23h – *Entrevista* – Osvaldo Travassos de Medeiros, oftalmologista
0h – Radioscoberta do Cinema Nacional – "Fogo Morto", de Marcos Farias

DOMINGO

1h – *Cidadania* – Senadora Emília Fernandes e a presidente do *Jornal Persona*, Maria Lúcia Pizolante, falam das mulheres no século XXI
2h – *Saúde Unip* – A Próstata – parte 2
2h30 – *Jornal do Senado*
2h40 – *Especial* – Gustavo Capanema
3h – *Cores do Brasil* – Manaus
3h30 – *Entrevista* – Marco Antônio Villa, historiador, fala do livro *Vida e Morte no Sertão*
4h – *Saúde Unip* – A Próstata – parte 2
4h30 – *Jornal do Senado*
4h40 – *Especial* – Gustavo Capanema
5h – *Cores do Brasil* – Pernambuco
5h30 – *Saúde Unip* – A Próstata – parte 2
6h – *TV Escola* – Educação Ambiental – Energia
6h30 – *Cidadania* – Senador Geraldo Cândido e o deputado federal Paulo Paim falam sobre o Dia Nacional da Consciência Negra
7h30 – *Entrevista* – Juiza Ellen Northfleet, primeira mulher indicada para o Supremo Tribunal Federal
8h – *Jornal do Senado*
8h10 – *Especial* – Gustavo Capanema
8h30 – *TV Escola* – Educação Ambiental – Escolo e desertificação
9h – *Ilaê Brasileira* – Mara Maurão
9h30 – *De Coração* – Trombose venosa profunda
10h – *Quem tem medo da música clássica?* Beethoven – *A Heróica*
11h – Entrevista – Osvaldo Travassos de Medeiros, oftalmologista
12h – *Canal Médico* – Asma Brônquica
13h – *TV Escola* – Educação Ambiental – Poluição do ar e da água
13h30 – *Cidadania* – Senadora Emília Fernandes e a presidente do *Jornal Persona*, Maria Lúcia Pizolante, falam das mulheres no século XXI
14h30 – *Espaço Cultural* – Sebastião Topaios e Gilson Peranzetta
16h – *Saúde Unip* – A Próstata – parte 2
16h30 – *Entrevista* – Senador José Fogaça fala sobre as eleições norte-americanas
17h – *Revista Brasília* – nº 16
18h – *Quem tem medo da música clássica?* Beethoven – *A Heróica*
19h – *ABD no Ar* – Critérios para avaliação de Projetos Culturais
19h30 – *Agenda Econômica* – Márcio Pochmann, professor do Unicamp, fala sobre o desemprego
21h – *Jornal do Senado*
21h10 – *Especial* – Gustavo Capanema
21h30 – *Teatro Arthur Azevedo* – Rita Ribeiro
23h – *Entrevista* – Osvaldo Travassos de Medeiros, oftalmologista
0h – *Revista Brasília* – nº 16

RÁDIO SENADO

HOJE

0h – *Agenda Senado*
Em seguida – Música e informação
9h – Sessão Plenária do Senado (vivo)
Em seguida – Música e informação
14h30 – Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida – Música e informação
19h – *A Voz do Brasil*
Em seguida – Música e informação
20h30 – *Senado em Linha Direta – Edição Nordeste*
Em seguida – Música e informação
21h – *Senado em Linha Direta – Edição Norte/Centro-Oeste*
Em seguida – Música e informação
21h30 – *Senado em Linha Direta – Edição Sul/Sudeste*
Em seguida – Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Freqüência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Video/Áudio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:

- Antena parabólica tipo TVRO (telado) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

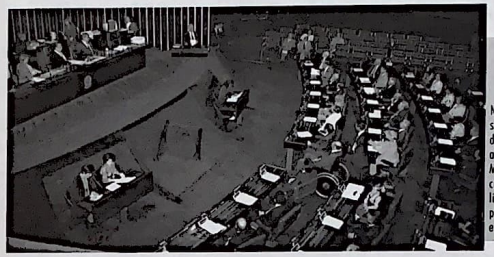
- Freqüência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC,1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

Plenário homenageia o ex-senador Guido Mondin

O Plenário do Senado homenageou ontem o ex-senador, deputado, artista plástico e ministro e presidente do Tribunal de Contas da União (TCU) Guido Mondin, que morreu em março deste ano. A sessão contou com a presença da filha de Guido Mondin, Talita Mondin Leivas, e de outros parentes e amigos. Também acompanharam a homenagem o deputado federal Sinval Guazzelli (PMDB-RS) e o ministro do TCU Adhemar Ghisi.



Os senadores gaúchos do PMDB, Pedro Simon e José Fogaça, ocuparam a tribuna e destacaram a multiplicidade de talentos e habilidades que, frisaram eles, caracterizou a personalidade de Guido Mondin. Na presidência dos trabalhos, o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) também recordou a importância de Mondin na transferência do Senado do Rio de Janeiro para Brasília e sua atuação como "ilustre membro da Mesa da Casa".



No sessão, os senadores destacaram a atuação de Mondin em áreas como a literatura, a pintura e a economia

Pedro Simon destaca a credibilidade

Ao homenagear o ex-senador Guido Mondin, que morreu em maio aos 88 anos, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) elogiou a versatilidade de seu conterrâneo. "Relembramos hoje não apenas a longa dedicação de Guido Mondin à política, mas também à arte, à cultura, ao esporte, ao sindicalismo, chegando no fim da vida a ministro do TCU", disse Simon.

Ele recordou a trajetória política de Mondin, que aderiu à Ação Integralista Brasileira na década de 30. Com a redemocratização do país, em 1946, filiou-se ao Partido de Representação Popular (PRP), pelo qual foi eleito deputado estadual (1951), deputado federal (1956) e senador pelo Rio Grande do Sul (1958). No Senado, permaneceu de 1959 a 1975, tendo se filiado à Arena, em 1966, com a extinção dos partidos políticos pelo regime militar.



Segundo Simon, Mondim manteve a dignidade durante o regime militar

Apesar de filiado ao partido de apoio ao regime militar, Simon credita a Mondin o mérito de jamais ter atacado ou hostilizado os antigos membros do PTB. "Homem de grande credibilidade, conservou sua alma indelével e sua dignidade em meio ao chamuscos do período militar", afirmou, comentando a disposição do homenageado de sempre ajudar aos perseguidos pela ditadura.

Em aparte a Simon, José Roberto Arruda (PSDB-DF), lembrou que Mondin foi um apaixonado por Brasília, cidade na qual continuou a residir mesmo depois de aposentado do TCU, em 1982.

José Fogaça ressalta a versatilidade incomum

O senador José Fogaça (PMDB-RS) disse que o ex-senador Guido Mondin era um homem "múltiplo", que exerceu várias atividades com coragem e disposição permanente para criar. Fogaça lembrou que Mondin foi artista, escritor, economista, contador, folclorista, animador de carnaval, empresário, deputado federal, vice-prefeito de Caxias, senador e ministro e presidente do Tribunal de Contas da União. "Guido Mondin foi um homem de sua época, *um homem deste breve século XX*", disse Fogaça.



Fogaça: "Foi um homem do seu tempo, deste breve século"

Mondin nasceu em maio de 1912 e morreu em março último. A frase de Fogaça é uma referência ao historiador Eric Hobsbawn, que chamou de "breve século XX" o período iniciado em 1912, dois anos antes antes da deposição do czar Nicolau II e do assassinato do arquiduque Ferdinando da Áustria, que deflagrou a Primeira Guerra.

Assim como o "breve século" de Hobsbawn assistiu às maiores e mais profundas e rápidas mudanças científicas, tecnológicas e sociológicas, Guido Mondin "não se satisfazia com as formas estáveis das coisas", comparou o senador.

– Não era uma figura comum – resumiu José Fogaça.

Como exemplo, referiu-se à forma como Mondin "adotou" Brasília e aos 1.509 discursos que fez em 1958 por todo o Rio Grande do Sul viabilizando sua eleição ao Senado por "uma das mais conflitivas e contraditórias alianças políticas" *já realizadas no estado: entre o PTB de Leonel Brizola e o PRP, de origem integralista.*

Fogaça disse também que é um grande admirador do pintor Guido Mondim e de suas telas históricas, particularmente "a reprodução pictórica da epopéia farroupilha".

– Ousado para o sonho, inquieto com a sua arte, equilibrado para as ações da política, diligente e operoso como juiz de contas da União, Guido Mondin foi um homem do seu tempo, um homem do seu século – enfatizou.

Paulo Hartung registra prêmio concedido ao prefeito de Vitória

O senador Paulo Hartung (PPS-ES) registrou ontem a indicação do prefeito de Vitória, Luiz Paulo Vellozo Lucas, para receber o prêmio Banas de Qualidade, na categoria Personalidade Pública da Qualidade, em reconhecimento ao desempenho dos programas implementados pelo seu governo. Hartung salientou as conquistas sociais da atual administração de Vitória.



Hartung: prefeito faz uma administração financeira rigorosa

O prêmio, que está em sua sexta edição, é entregue anualmente pela revista *Banas Qualidade* a personalidades políticas e empresariais que se destacam em sua área. A solenidade de entrega do prêmio ocorrerá no dia 28, em São Paulo.

O senador pediu também a transcrição de matéria publicada pelo jornal *O Globo*, no último dia 22. Com o título *Exemplo de Vitória*, a reportagem destaca os feitos de Velloso Lucas à frente do governo da capital do Espírito Santo, e compara a cidade a Curitiba (PR).

Entre as realizações do prefeito, um economista vindo do BNDES, está uma rigorosa administração financeira que tem permitido atacar o problema das favelas e habitações insalubres e planejar a oferta de escolas do ensino fundamental e do pré-escolar.

Ademir Andrade defende a manutenção de programa do MEC

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) defendeu a continuidade do Programa Especial de Treinamento (PET), desenvolvido para estimular a pesquisa e a melhora da qualidade no ensino de graduação superior. Também manifestou, por ofício, ao ministro da Educação, Paulo Renato Souza, sua posição favorável à manutenção do PET.



Ademir Andrade: PET funciona com êxito há duas décadas

Ademir salientou que o programa tem funcionado com êxito há 20 anos, com excelentes resultados no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão, propiciando a integração das universidades com a sociedade.

– Contrariando todas as avaliações positivas do PET, o Ministério da Educação quer decretar o seu fim – lamentou, lembrando que o programa só continuou graças a uma emenda apresentada ao Orçamento Geral da União pelos parlamentares.

Mesmo assim, salientou, o governo federal se recusa a pagar as bolsas de R$ 741, devidas aos 314 professores que trabalham como tutores do programa. O senador recebeu em seu gabinete representantes de estudantes e professores participantes do PET, que vieram a Brasília lutar pela continuidade do programa.

Restrições à propaganda de cigarro marcaram a semana no Senado

Os senadores também aprovaram a escolha da primeira mulher indicada para o Supremo, a criação de cargos na PF, a recondução do diretor da Aneel e novos instrumentos na luta contra o crime

A proibição da propaganda de cigarro em revistas, jornais, televisão, rádio e *outdoors* marcou os trabalhos do Senado nesta semana. O Plenário decidiu autorizar a publicidade apenas pelo correio ou mediante fixação de cartazes na parte interna dos locais de venda. Aprovado na forma de substitutivo, de José Roberto Arruda (PSDB-DF), o projeto admite a informação jornalística e científica sobre o tabaco e seus derivados, mas proíbe o *merchandising* – propaganda subliminar que utiliza ações de personagens em atuações não diretamente relacionadas com o uso do cigarro, mas com sucesso ou bem-estar associado a seu consumo.

O Senado também aprovou a escolha da juíza Ellen Gracie Northfleet para o cargo de ministra do Supremo Tribunal Federal, na vaga de Octavio Gallotti, que está se aposentando. A votação foi secreta, assim como as que resultaram na escolha de Cláudio Maria Henrique do Couto Lyra para embaixador do Brasil nas Filipinas, de Oto Agripino Maia para representar o país no Vaticano e de José Mário Miranda Abdo, para ser reconduzido ao cargo de diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).



Homenagem do Plenário a Rachel de Queiroz também foi destaque da semana

Também nesta semana, o Senado Federal aprovou projeto do Executivo criando 2 mil cargos na Polícia Federal (PF), os quais serão assim distribuídos: 160 na área de perícia criminal, 400 para delegado, 600 para escrivão e 840 para agentes, todos sujeitos a concurso público.

O combate ao crime organizado ganhou dois novos recursos. O Senado aprovou projeto permitindo aos policiais instalar aparelhos de som e imagem para captar conversas de suspeitos e dando-lhes condições legais para infiltrar-se em organizações criminosas na tentativa de desbaratar quadrilhas.

Foi votado projeto estabelecendo que serão identificados criminalmente o indiciado ou acusado que estiver envolvido na prática de crimes de homicídio doloso, receptação qualificada, falsificação de documento público, contra o patrimônio ou contra a liberdade sexual. A idéia é imprimir maior segurança na identificação de suspeitos de ilícitos penais graves, assegurando maior eficácia à investigação policial.

Mediante substitutivo do senador Edison Lobão (PFL-MA), foi aprovado projeto fixando a prescrição qüinqüenal e não semestral para a ação impetrada pelas empresas seguradoras para reaver o valor que tenham pago aos segurados por dano provocado por terceiros.

Acolhendo idéia da CPI do Sistema Financeiro, o Plenário decidiu que o Banco Central manterá um Sistema de Risco de Crédito, com informações sobre empréstimos bancários, a serem fornecidas pelas instituições financeiras e pela Receita Federal. Pelo texto aprovado, não constituirá quebra de sigilo bancário, fiscal ou comercial o envio de informações a essa central de risco.

Em duas sessões diferentes, o Plenário homenageou a escritora Rachel de Queiroz, pelo transcurso do seu nonagésimo aniversário, e o político e intelectual Guido Mondim.

Foi aprovado também requerimento do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) solicitando a convocação do ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, para prestar, perante o Plenário, esclarecimentos sobre as relações diplomáticas do Brasil com o Peru.



O projeto de Viana também prevê exames de hepatite e outras doenças transmissíveis

CAS amplia proteção às mulheres gestantes

Projeto que obriga as redes pública e privada de saúde a realizar em gestantes exames que detectem o vírus da Aids, da hepatite e os agentes da sífilis e da toxoplasmose foi aprovado quarta-feira pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). De autoria de Tião Viana (PT-AC), a matéria prevê a realização de todos os exames considerados essenciais, incluindo os que possam mostrar a presença de doenças transmissíveis da mãe para o filho.

Ao projeto original, foi oferecido um substitutivo pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), relator da matéria na comissão, que incluiu a previsão de que a assistência pré-natal seja feita por hospitais particulares quando não existirem hospitais públicos na região onde residirem as gestantes.

Tião Viana argumentou em favor de seu projeto que os exames complementares e a assistência pré-natal contribuirão para conter a transmissão de doenças infecto-contagiosas da mãe para a criança. Ele lembrou que cerca de 250 mil crianças são contaminadas pela hepatite B a cada ano, no Brasil, pela falta desses exames preventivos.

O senador Geraldo Althoff (PFL-SC) também apresentou emendas à matéria. Uma delas foi aprovada, dando poderes a qualquer profissional da área médica que esteja acompanhando a gestante a pedir os exames, o que inclui enfermeiros.

O substitutivo, aprovado originalmente em março, foi submetido a outro turno de votação, como determina o Regimento do Senado. Caso não receba recurso para votação em Plenário, segue direto para a apreciação da Câmara dos Deputados.

Reforma política foi um dos principais temas nas comissões

O financiamento público de campanhas eleitorais e o fortalecimento da fidelidade partidária foram alguns dos principais temas tratados pelas comissões do Senado na semana que se encerra. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) decidiu, por unanimidade, tornar exclusivamente público o financiamento das campanhas eleitorais e ampliar para quatro anos o tempo de filiação dos candidatos a cargos eletivos, como forma de garantir a fidelidade ao partido.

"Com essa medida, estaremos reduzindo os índices de corrupção, uma vez que os grandes escândalos da administração pública brasileira tiveram início nas campanhas eleitorais", afirmou o senador Álvaro Dias (PSDB-PR), na discussão da matéria. Ele advertiu, contudo, que a mudança poderá ser "letra morta", se não houver uma fiscalização rigorosa das campanhas eleitorais.

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou parecer do senador Moreira Mendes (PFL-RO) a projeto do Executivo que proíbe o menor de 16 anos de trabalhar, salvo na condição de aprendiz. De acordo com o projeto, o menor terá direito ao chamado salário/hora, com jornada de trabalho não superior a seis horas diárias, sendo vedada a prorrogação e a compensação da jornada.

Em audiência na Comissão de Educação (CE), o secretário nacional de Educação Superior, Antonio MacDowell Figueiredo, informou que o governo não pretende extinguir o Programa Especial de Treinamento (PET), que concede bolsas a alunos e professores de graduação, mas não explicitou quais as mudanças ele poderá sofrer. Autora do requerimento de realização da audiência, a senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) disse que o MEC tem considerado o programa elitista, o que ela classifica como erro de avaliação.



O senador Jorge Bornhausen propôs a fixação de novo prazo de filiação partidária

Já a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) realizou audiência pública para debater formas de o Congresso auxiliar na cobrança da dívida ativa da União. O presidente da CAE, Ney Suassuna (PMDB-PB), considerou "estarrecedora" a situação das varas de execução fiscal e da Procuradoria da Fazenda Nacional. Ele prometeu lutar para mudar essa situação. A comissão também realizou audiência para debater a política de preços para a indústria do gás natural.

A Comissão Mista de Orçamento aprovou créditos suplementares de R$ 8,92 milhões para órgãos ligados à Presidência da República e aos ministérios de Minas e Energia, Comunicações e Meio Ambiente. Os recursos se destinam a vários programas, incluindo manutenção de imóveis, prevenção de queimadas na Amazônia e pagamento de auxílio-transporte a funcionários.

Em sessão conjunta das comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado e da Câmara, foi instalada a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI). O órgão será presidido temporariamente pelo senador José Sarney (PMDB-AP).

E a CPI do Futebol decidiu pedir às juntas comerciais do Rio e de São Paulo e à Receita Federal uma investigação sobre empresas que foram ou são de propriedade de jogadores – entre eles, Romário e Edmundo.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Antonio Carlos Magalhães, Geraldo Melo, Ademir Andrade e Carlos Patrocínio

Jornal da Câmara

PORTE PAGO
DR-BSB
ISR 47-331/86

DEVOLUÇÃO GARANTIDA
PRT - 47-840/92

CÂMARA MUNICIPAL
Rua Rota dos Emigrantes,425
Caixa Postal – 94
HOLAMBRA I - SP
13825-000

M. E.
04 DEZ 2000
COI-CAMPINAS-SP

Brasília - Sexta-feira, 24 de novembro de 2000 — CÂMARA DOS DEPUTADOS — Ano 2 - Nº 440

Conferência Nacional integra educação, cultura e desporto

Com a presença maciça de parlamentares, dos ministros da Educação, Luciano Patrício (interino), da Cultura, Francisco Weffort, e do Esporte e Turismo, Carlos Melles, de embaixadores e representantes de entidades civis e estrangeiras, o presidente da Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Câmara, deputado Pedro Wilson (PT-GO), abriu, em solenidade na quarta-feira, a *1ª Conferencia Nacional de Educação, Cultura e Desporto*, destinada a analisar as políticas publicas e privadas nas áreas de educação, cultura e desporto, para propor novas idéias e alterações à legislação atual, a fim de atender às necessidades nacionais destas áreas.

A festa de abertura contou com a apresentação da equipe Olímpica de Ginástica Rítmica Desportiva que representou o Brasil nas Olimpíadas de Sidney e terá ainda uma série de exposições como a do Acervo da Secretaria de Cultura do Distrito Federal- Anexo IV/ 10° andar; do Acervo Fotográfico da Revista Globo Rural; do Acervo Arquivístico das Câmara dos Deputados, de Cultura Indígena e de fotografias, no hall da Taquigrafia e do Anexo II. A Conferência prosseguiu durante todo o dia de ontem, com mesas-redondas sobre as três temáticas do encontro e se encerra hoje, com uma plenária geral, de onde deve sair um documento a ser encaminhado ao governo federal. **Página 3**



Temer recebe medalha do Mercosul

O presidente da Câmara, Michel Temer, foi agraciado ontem com a medalha alusiva ao Dia do Patrimônio Cultural do Mercosul. Criada pelos ministérios da Cultura e das Relações Exteriores, em conjunto com a Comissão do Mercosul da Câmara, a medalha visa distinguir aqueles que prestem contribuição relevante à integração humana, cultural e legislativa às comunidades do Mercosul. O ministro da Cultura, Francisco Weffort (foto esquerda), compareceu ao gabinete de Michel Temer para a condecoração. Participaram da solenidade o deputado Júlio Redecker (PPB-RS), presidente da Comissão do Mercosul, o embaixador Graça Lima, também agraciado, e o embaixador Wladimir Murtinho.

CPI da Nike: Edmundo contesta versão de Zagalo

Página 2

Jungmann pede urgência para sistema público de registro de terras

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Raul Jungmann, pediu ontem o apoio do presidente da Câmara, Michel Temer, para que seja incluído na pauta de votação, o mais breve possível, o projeto de lei que cria o Sistema Nacional Público de Registro de Terras. A criação deste cadastro – explicou – será um forte inibidor da grilagem de terras e das distorções hoje existentes na área rural brasileira.

Heráclito ressalta relações Brasil-Polônia



Heráclito Fortes recebe delegação de parlamentares poloneses encabeçada pelo presidente do Parlamento daquele país

O primeiro vice-presidente da Câmara, Heráclito Fortes (PFL-PI), recebeu visita do presidente do Parlamento da Polônia, Maciej Plazynski, acompanhado de deputados dos quatro maiores partidos da Assembléia Polonesa e do embaixador da Polônia no Brasil, Boguslaw Zakrzewski. Plazynski informou que a Polônia tem interesse em ampliar relações com o Brasil tanto no nível parlamentar, quanto comercial.

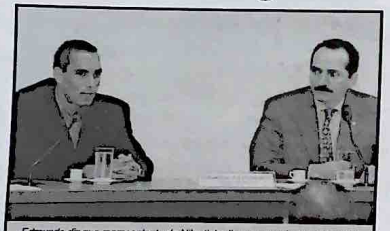
Heráclito Fortes disse que o Brasil é o principal parceiro econômico da Polônia na América Latina e também deseja estreitar laços de amizade, por meio do grupo parlamentar Brasil-Polônia. O primeiro vice-presidente lembrou ainda que há no Brasil 800 mil descendentes de poloneses e ambos os países tiveram que passar por uma luta árdua pela conquista da democracia, o que aproxima ainda mais os dois povos.

Participaram da reunião o presidente do grupo parlamentar Brasil-Polônia, deputado Francisco Rodrigues (PFL-RR), e o deputado Alberto Fraga (PMDB-DF).

Participe da 1ª Conferência Nacional de Educação, Cultura e Desporto. Painéis nos plenários das comissões, das 9h às 12h. Encerramento às 17h, no auditório Nereu Ramos

Edmundo desmente Zagalo sobre caso Ronaldinho

Em audiência pública na CPI da Nike, presidida pelo deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), o jogador Edmundo afirmou que o ex-técnico da seleção brasileira, Mário Zagalo, assim como os demais membros da comissão técnica e corpo médico, esteve nos aposentos do jogador Ronaldinho momentos depois que ele começou a passar mal. A declaração do jogador, que dividia o quarto com Ronaldo, coincide com a do médico Lídio Toledo e vai de encontro ao depoimento de Zagalo que afirmou à CPI só haver tomado conhecimento do ocorrido três horas depois.



Edmundo diz que representante da Nike tinha livre acesso à concentração.

Questionado pelo deputado Ronaldo Vasconcellos (PFL-MG) sobre sua declaração após a derrota do Brasil contra a França de que, no futuro, o Brasil ainda saberia toda a verdade, Edmundo negou que estaria fazendo qualquer insinuação acerca do ocorrido – a escalação de Ronaldinho horas depois de ter sofrido uma convulsão. Negou também qualquer sentimento de revanchismo *de sua parte, apesar de ter sido retirado da equipe momentos antes* do início da partida. Perguntado pelo deputado Eurico Miranda (PPB-RJ) se a má performance da seleção se devia ao problema do jogador Ronaldinho, Edmundo afirmou crer que não, mas admitiu que o ocorrido havia abalado psicologicamente a equipe. Ao deputado Nelo Rodolfo (PMDB-SP), Edmundo declarou avaliar ter "faltado pulso" para que se decidisse pela não escalação de Ronaldinho, mas disse não saber de quem. Afinal, "só estava lá para jogar futebol".

Acerca da constante presença do representante da Nike, Luís Alexandre, junto à seleção brasileira, Edmundo afirmou que ele tinha acesso livre a todas as dependências da concentração e mesmo aos vestiários, sempre fornecendo todo o material de que os jogadores necessitavam, o que não acontecia com o representante da Traffic e tampouco com o procurador do jogador Ronaldinho, que se limitavam à recepção do hotel.

Em relação ao contrato da *CBF com a Nike, Edmundo afirmou ao deputado Eurico Miranda ser do conhecimento dos jogadores que, na hipótese de o* Brasil vencer a Copa do Mundo, tanto a Nike quanto a Coca-Cola teriam direito de usar a imagem conjunta dos jogadores. Quanto a um eventual tratamento diferenciado pela equipe técnica em relação aos jogadores que individualmente eram patrocinados pela Nike, Edmundo afirmou ao deputado Eduardo Campos (PSB-PE) que não existia e que, inclusive, o jogador Bebeto, que era da preferência de Zagalo para atuar na mesma posição que ele, não era patrocinado pela empresa.

Contrato

O relator da comissão, deputado Silvio Torres (PSDB-SP) perguntou a Edmundo se ele tinha conhecimento de dois artigos do contrato entre a CBF e a Nike que definiam que, dos jogos patrocinados pela Nike, deveriam participar pelo menos oito dos melhores jogadores e que, anualmente, ocorreriam no mínimo cinco amistosos em campos determinados pela empresa, e ainda se seria possível o técnico da *seleção desconhecer esses fatos. Afirmando nunca ter visto o mencionado contrato,* Edmundo disse que não conhecia a relação do técnico com os dirigentes da CBF, mas, em sua opinião, seria natural que o técnico tivesse conhecimento dessas cláusulas. Ao deputado Alex Canziani (PSDB-PR), Edmundo negou saber se o técnico era obrigado a convocar jogadores patrocinados pela Nike, mas que era natural que a empresa buscasse patrocinar os atletas que estavam em suas melhores fases e que, por isso, teriam maiores probabilidades de convocação. Questionado pelo deputado José Genoíno (PT-SP) sobre a importância dos amistosos às vésperas da Copa com equipes por vezes de pouca expressão, Edmundo declarou que essa estratégia era usada por todas as seleções e que jogar é sempre muito importante. Em relação à situação do futebol brasileiro, Edmundo avalia passar por uma boa fase, sendo o principal problema o calendário de jogos, sobretudo devido à dimensão do país e às dificuldades de deslocamento.

A comissão recebeu requerimento do deputado Eduardo Campos para convocação do representante da Nike e deverá, também, ouvir o depoimento do presidente da empresa.

Promotora denuncia uso de mulheres como cobaia

No centro político do país, mulheres podem estar sendo usadas como cobaias para experiências de inseminação artificial. A denúncia foi feita pela promotora Kátia Lemos, do Ministério Público do Distrito Federal, na CPI da Mortalidade Materna. Segundo a promotora, médicos fazem teste de inseminação na rede pública para se especializarem em seus consultórios particulares.

A promotora disse à CPI que as pacientes que se inscrevem no programa de inseminação artificial, por meio do SUS, não passam por uma triagem e não há critérios para a inseminação. Ela cita o caso da paciente que, apesar de ter quatro filhos, foi inseminada e teve quíntuplos. O médico teria implantado de oito a dez óvulos, sendo que a lei só permite no máximo quatro. Kátia Lemos disse também que o maior problema da Rede Pública é a falta de interação entre médico e paciente. Ela citou o exemplo de uma paciente que foi operada e que recorreu ao Ministério Público para saber se realmente havia sido retirado seu útero. Em um outro caso, a parturiente foi proibida pelo vigilante de entrar no hospital por falta de leito, e acabou dando à luz em um banheiro externo do hospital.

A promotora denunciou ainda que o programa *Saúde da Família* não é fiscalizado e não cumpre sua função. Segundo Kátia Lemos, o Centro de Radiologia e Oncologia do Hospital de Base está prestes a ser fechado. "Hoje, eles escolhem quem vai morrer. O nível de radiação é muito superior ao que o paciente poderia receber e, neste ano, R$ 180 mil em remédios foram jogados fora por falta de administração do hospital", afirma.

A promotora disse que o Ministério da Saúde vai implementar um projeto que pretende acabar com os problemas das mulheres na Rede Pública. A relatora da CPI da Mortalidade Materna, deputada Elcione Barbalho (PMDB-PA), e a vice-presidente da comissão, Almerinda de Carvalho (PFL-RJ), pediram que as pessoas se retirassem do plenário para ouvir a promotora em audiência fechada. Depois da reunião, a deputada Elcione Barbalho disse que há muito a ser feito. A Comissão deve se reunir novamente na próxima semana, quando vão ser agendadas viagens para Salvador e Amapá, com o fim de investigar mortalidade materna nesses estados.



Rose Marie Muraro, considerada uma das mais importantes testemunhas dos acontecimentos político-sociais do Brasil no século XX, lançou ontem, no Espaço Cultura da Câmara dos Deputados, o livro *Textos da Fogueira*. O evento aconteceu logo após sua palestra sobre *Cultura e Gênero*, dentro da programação da Conferência de Educação da Câmara.

Conferência Nacional vai propor políticas integradas para educação, cultura e desporto

Ao abrir, na quarta-feira, a *1ª Conferência Nacional de Educação, Cultura e Desporto da Câmara*, o presidente da Comissão de Educação, deputado Pedro Wilson (PT-GO), disse que a Conferência ajudará a Câmara a assumir seu papel de lugar democrático nos debates nacionais e até mundiais que se travam sobre o tema educacional. Para ele, só a valorização destas questões poderá fazer com que a humanidade desenvolva um conceito aceitável de sociedade. "Todas as correntes de opinião nestas áreas terão espaço para se manifestar livremente nesta conferência, e certamente serão levadas em consideração todas as propostas que possam contribuir com melhorias para o nosso país", disse o deputado, ao solicitar "sugestões que alavanquem a educação no país e não críticas desprovidas de fundamento construtivo".



Sônia Baiocchi

O deputado Pedro Wilson abriu a conferência que contou com participação dos ministros Francisco Weffort, da Cultura e Desporto, e do Turismo, Carlos Andrade Melles e do interino da Educação Luciano Oliva Patrício

O vice presidente da comissão, deputado Gilmar Machado (PT-MG), destacando o tema da Conferência *Desafios para o Século XXI*, disse que a comissão programou para os três dias de duração do evento, mesas-redondas, com a participação de parlamentares, autoridades federais e civis correlacionadas com os temas. Serão debatidas questões como concepção, financiamento, avaliação e perspectivas, políticas e gestão *para traçar os diagnósticos primordiais para alavancar o sistema educacional do país. Ele informou também que* a programação será enriquecida com painéis, espalhados pelos diversos plenários do Anexo II, onde temas mais específicos sobre educação, cultura e desporto serão discutidos com maior profundidade. Ele destacou assuntos como: formação e valorização dos profissionais da educação; educação superior; educação de jovens e adultos; educação profissional , inclusão e exclusão. Fundef, e fiscalização e controle, entre outros. Segundo o deputado, outro propósito da comissão é reforçar a concepção de cultura como elemento de identidade nacional e questão de Estado, por sua vinculação indispensável às propostas de desenvolvimento social. "A educação será debatida exaustivamente, a cultura será tratada como questão de Estado, e o desporto abraçado por jornalistas, esportistas e dirigentes", *disse, acrescentando que estes três setores da vida nacional, quando estiverem disciplinados e fundamentados de fato numa política consistente, mudarão o perfil do país.*

Ministros elogiam iniciativa da Comissão de Educação

O ministro interino da Educação, Luciano Oliva Patrício, elogiou o Parlamento pela iniciativa, salientando que sua Pasta estará à disposição do evento para enriquecê-lo com seu corpo técnico e acadêmico. "Cancelamos viagens ao exterior para podermos contribuir com essa maravilhosa iniciativa desta Casa", disse o ministro, ressaltando que, assim como a Câmara, o Ministério da Educação também está empenhado, por determinação do presidente Fernando Henrique Cardoso, em aperfeiçoar e zelar pela melhoria da educação no país.

Luciano Patrício destacou o grande avanço que o Congresso Nacional deu às propostas oriundas do Executivo na área de educação, citando como exemplo a Lei de Diretrizes e Bases (LDO) e o Fundef, acrescentando que as propostas saíram da Casa melhor do que quando foram apresentadas.

O ministro da Cultura, Francisco Weffort, também saudou a iniciativa da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, afirmando que a comissão está fazendo um papel ímpar na história do país, ao realizar uma conferência que será o marco da reaproximação de três ministérios no mesmo objetivo, Educação, Cultura e Desporto e Turismo. "Agora, daremos dinamismo ao conhecimento em nosso país e o povo será o grande beneficiado", disse o ministro, ressaltando que a união destas três Pastas no mesmo objetivo proporcionará ao país o desenvolvimento e o seu tão sonhado crescimento. "Agora, além de sintonizados, andaremos na mesma freqüência", disse o ministro, ressaltando que "a 1ª Conferência será o fórum coordenador dessa intenção que está no seio de todo o povo brasileiro: a felicidade".

Lembrando a riqueza cultural que o Brasil possui, o ministro da Cultura destacou a necessidade de se investir nesta questão em toda sua plenitude para que ela também possa prover o país de rendimentos sociais e econômicos. Ele defendeu ainda o retorno às escolas do castelhano e do latim, afirmando que essas línguas que faziam parte da cultura brasileira devem ser resgatadas.

O ministro do Desporto e do Turismo, Carlos Andrade Melles, louvou também a iniciativa da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, salientando que sua Pasta dará total apoio ao órgão. Ele afirmou que esta é uma das mais nobres tarefas que o Congresso Nacional se determinou a fazer nestes últimos anos, e destacou também algumas inovações que o Ministério do Desporto e Turismo vem implementando, como a criação do Conselho de Atletas; a Câmara Setorial, destinada a formular políticas para o desporto e o turismo; lembrando, também, que está sendo criado o Conselho Nacional de Esporte que será o órgão regulador para todos os esportes do país. "Estou com a comissão nesta empreitada e vamos mudar o Brasil através do esporte, da educação, da cultura e do turismo", disse o ministro, salientando que esses termos explorados em profundidade levará o Brasil ao primeiro mundo.

Cristovam aponta a educação como o maior desafio

O ex-governador do Distrito federal, Cristovam Buarque, que participou como conferencista da abertura do evento, afirmou que o Brasil só conseguirá vencer seus desafios sociais, quando a questão da educação se tornar uma "dependência crônica" para os dirigentes do país. Ele fez uma radiografia dos rumos que a civilização humana pode trilhar, ressaltando que só com investimentos em educação, cultura e esporte, com qualidade e recursos será possível desviá-la de uma volta ao período medieval. "É imperioso que se eduquem as crianças de hoje, para que elas tracem uma utopia para o futuro que seja imbuída de conceitos nobres que dignifiquem a raça humana", disse. Para ele, os dirigentes de hoje foram preparados para dentro da visão capitalista, tendo o poder econômico como a conquista maior de uma cidadania vitoriosa. "Antes das crianças e dos adultos precisamos reeducar, sob um prisma mais humano *e consciente, os políticos", enfatizou, para também chamar a atenção dos governantes nesse sentido. Cristovam reafirmou que qualquer outro tipo de discurso que não coloque a educação como a premissa maior para acabar com o processo de exclusão social é pura demagogia. "O grande desafio para o Século XXI, do Brasil e de todos os países do mundo é a educação" afirmou o deputado ao agradecer a todos que gostam da "mania de educação".*

Unesco recomenda bolsa-escola

O representante da Unesco, Jorge Werthein, por sua vez, afirmou que a instituição, além de apoiar as idéias brasileiras para questões educativas, está aprendendo com o país. Ele lembrou que o programa Bolsa-Escola, de iniciativa nacional, está sendo recomendado pelo órgão a todos os países do mundo que estão lutando para acabar com o trabalho infantil. Ele ressaltou que esse programa, além de acabar com o trabalho infantil, ajuda na distribuição de renda e ainda escolariza as crianças.

"O Bolsa-Escola é uma grande idéia", elogiou o representante da Unesco, ao ressaltar sua convicção de que desta nova iniciativa do Parlamento brasileiro, a *1ª Conferência Nacional de Educação, Cultura e Desporto*, novas idéias surgirão. "O Brasil está de parabéns", concluiu.

Plenário

Torgan denuncia ameaças contra membros da CPI do Narcotráfico

O deputado Moroni Torgan (PFL-CE) denunciou que alguns membros da CPI do Narcotráfico estão sofrendo ameaças do presidente da Assembléia Legislativa do Espírito Santo, José Carlos Gratz, que declarou que poderá ocorrer sangue no estado, caso o relatório da CPI mencione seu nome. "Acho que uma autoridade que ameaça membros da CPI, cujo relatório está quase pronto, não tem a dignidade de ocupar o cargo que ocupa", ressaltou. O parlamentar disse que responderá ao presidente da Assembléia Legislativa, de acordo com as medidas legais, com todo rigor e determinação que o caso merece.

Moroni Torgan alertou os parlamentares e as autoridades que, se alguma coisa acontecer com ele ou com os deputados Magno Malta (PTB-ES), Nilton Baiano *(PPB-ES) ou qualquer outro membro da CPI, todos saberão quem é o suspeito e todas as providências deverão ser tomadas.* "Se ele tem incontinência verbal,



Deputado Moroni Torgan



Deputados Nilson Mourão

deveria aprender a não tê-la, e se tem a fama de muitas vezes ser violento ou coisa parecida, acho que essa fama pode ser resolvida dentro de uma cadeia", alertou. O deputado disse, ainda, que a Assembléia Legislativa do Espírito *Santo tem o dever de abrir a imunidade parlamentar de José Carlos Gratz e permitir que o STF quebre o seu sigilo bancário e de seus funcionários.*

Nilson Mourão (PT-AC), por sua vez, apelou ao Supremo Tribunal Federal que autorize a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico do deputado José Aleksandro (PSL-AC), de forma a permitir que a CPI do Narcotráfico *possa investigar denúncias de envolvimento do parlamentar* pefelista com o crime organizado. Ele se baseou em matéria publicada no jornal *O Globo*, do último dia 13, para afirmar que "o relatório da CPI a ser apresentado na próxima segunda-feira vai propor a cassação de Aleksandro, além da do presidente da Assembléia Legislativa do Espírito Santo, José Carlos Gratz (PFL-ES), de cinco deputados estaduais de Alagoas e de três do Amapá, todos acusados de crime organizado em seus respectivos estados".

Ao relembrar a prisão do ex-deputado Hildebrando Pascoal e, agora, o fato de o relatório prévio da CPI citar nominalmente o deputado José Aleksandro, o parlamentar disse que a população do Acre está estarrecida e advertiu que "essa questão precisa ser resolvida em definitivo nesta Casa, para que possamos conviver com parlamentares das mais variadas posições políticas, mas que não tenham envolvimento com o tráfico de drogas e com o crime organizado, pois não se pode admitir que a imunidade parlamentar sirva para acobertar a impunidade para a prática de crimes".

Maria do Carmo: exclusão agrava discriminação

A discriminação racial, na opinião da deputada Maria do Carmo Lara (PT-MG), ainda é um desafio para a democracia brasileira. Ela alertou que a Lei 7.716 que tipifica os crimes raciais não é cumprida no país, estimulando o racismo e assinalou que a questão racial é agravada pela exclusão social, pois as principais vítimas do modelo econômico concentrador têm sido os negros.

"A discriminação racial precisa ser reavaliada para que possam ser identificadas todas as raízes do problema no país", propôs a parlamentar, alertando que a sociedade brasileira é "impregnada por uma cultura racista, agravada por desigualdades econômicas". Ela lembrou que os negros ocupam atualmente menos de 2% das vagas em universidades, ficam com os piores empregos e são as vítimas mais freqüentes de abuso policial. "O Dia Nacional da Consciência Negra, comemorado no último dia 20, é uma oportunidade para inserir o tema na agenda nacional e promover as mudanças necessárias para viabilizar uma verdadeira democracia racial", concluiu.

Reestrutuação das polícias

O deputado Eurípedes Miranda (PDT-RO) comemorou a aprovação do substitutivo à Lei Orgânica da Polícia Civil, durante a última reunião da Comissão de Trabalho. O parlamentar parabenizou os membros da comissão pela forma inteligente como vêm trabalhando, avaliando que, para que a polícia tenha condições de apresentar um trabalho com resultados, é necessário uma legislação eficiente além do fortalecimento das polícias civil e militar. "Precisamos demitir os maus policiais, a parte podre que existe nas polícias. Às vezes, temos viatura e não temos combustível. Às vezes, temos viatura e combustível, mas não temos policiais", ressaltou, acrescentando que a aprovação não só vai atender às necessidades da polícia, mas também da população.

Gonzaga Patriota (PSB-PE), por sua vez, destacou a greve de fome da diretoria da Polícia Rodoviária Federal, iniciada na segunda-feira, reivindicando a Gratificação de Operações Especiais (GOE). Informou que já existem 72 emendas de parlamentares à MP 2.041, que já foi reeditada 12 vezes. Indagou ao ministro da Justiça, José Gregori, como é que ele concedeu a GOE à Polícia Federal e à Polícia do Distrito Federal e não estendeu a gratificação à Polícia Rodoviária Federal que, em sua opinião, tem o mesmo direito. E pediu o apoio dos 72 parlamentares que apresentaram emenda à MP 2.041 no sentido de apelar ao ministro da Justiça que estenda a gratificação àquela categoria.

Deputados protestam contra assassinatos de trabalhadores rurais em Minas e Paraná

O deputado Virgílio Guimarães (PT-MG) anunciou que a cidade de Dom Bosco, localizada na região noroeste do estado de Minas Gerais, está realizando um grande ato público em defesa da vida e contra a violência no campo, com o objetivo de que sejam apurados os assassinatos de trabalhadores rurais e de lideranças de trabalhadores sem-terra naquele município. Ele informou que, no mês passado, um dos líderes dos trabalhadores rurais, da ocupação da Fazenda Tapera, foi barbaramente assassinado e que as suspeitas recaem sobre os latifundiários da região.

"A Fazenda Tapera é improdutiva já tendo inclusive um laudo do Incra confirmando isso e, no entanto, o latifúndio resiste através de pistoleiros. O país não suporta mais ver tanta violência no campo. A reforma agrária é o único caminho para a paz no campo, enquanto ela não vem, exigimos de nossas autoridades que prendam os assassinos", disse.

Luci Choinacki (PT-SC), por sua vez, culpou o governador Jaime Lerner pelo assassinato de mais um trabalhador rural no estado do Paraná, dizendo que a mais nova vítima era conhecida como "Tiãozinho", e há 4 anos trabalhava nos 250 hectares de terra que possuía. "Isso ocorreu pela irresponsabilidade do governo FHC, em conluio com Jaime Lerner e o ministro Raul Jungmann, da Reforma Agrária, que usa o dinheiro do orçamento, inclusive a dotação orçamentária, para gastar em propaganda e mentir para o povo brasileiro, tanto aqui como no exterior", denunciou. Ela acusou o ministro Raul Jungmann de "ter a cara de pau de pedir verba suplementar para continuar mentindo à população brasileira sobre os assentamentos realizados pelo governo".

Também **Dr. Rosinha (PT-PR)** lamentou o assassinato do líder rural Sebastião Maia que, há cinco anos, organizou a invasão à Fazenda Água do Prata, declarada pelo Incra improdutiva e, posteriormente, por pressão do dono da propriedade, Wilson Ferreira, declarada novamente produtiva. "Durante um despejo anterior, a esposa de Tião foi torturada por PMs e denunciou a arbitrariedade, razão pela qual foi colocado na lista da PM", ressaltou o parlamentar. Ele denunciou que a Polícia Militar daquele estado "permite que trabalhadores sem-terra sejam assassinados por pistoleiros contratados por fazendeiro, principalmente no município de Querência do Norte, onde mais de mil PMs transitam, amedrontando a população". "O crime organizado continua matando no meu estado e nada é feito para punir", lamentou, lembrando que, durante o governo de Jaime Lerner, já ocorreram 16 assassinatos em seu estado.

Comissões

FEBEMs só terão adolescentes menores de 18 anos

Projeto também determina tempo máximo de internação nos estabelecimentos de recuperação

Os menores que cumprem medidas socioeducativas em estabelecimentos de recuperação deverão ser transferidos para locais diferentes ao completarem 18 anos de idade. Essa é a determinação do substitutivo do deputado Celso Giglio (PTB-SP) ao PL 1.938/99, do deputado Enio Bacci (PDT-RS), aprovado por unanimidade na Comissão de Seguridade Social e Família.

O projeto, que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente, estabelece a separação entre os maiores e menores de 18 anos para evitar a má influência do grupo mais velho ao mais novo. Isso porque os maiores de 18 anos são, na maioria das vezes, mais agressivos e perigosos, e acabam liderando as rebeliões nas FEBEMs.

Quando esses adolescentes completarem 21 anos de idade, deverão ser compulsoriamente liberados, exceto quando responsáveis por crimes hediondos. Neste caso, somente serão libertados após o término da medida socioeducativa ou com autorização judicial acompanhada das recomendações necessárias, de acordo com laudo de avaliação psiquiátrica.

Elton Bonfim



Deputado Celso Giglio



Deputado Enio Bacci

Para o deputado Enio Bacci, as casas de recuperação estão repletas de adolescentes maiores que acabam "contaminando" os outros. "O ideal é a criação de casas de transição com atendimento especial para adolescentes que estejam cumprindo medida *de internamento após os 18 anos", sugeriu o parlamentar.*

Ao justificar sua medida, Bacci lembrou uma rebelião ocorrida em outubro do ano passado na FEBEM de Porto Alegre, onde sete adolescentes maiores, com idades entre 19 e 21 anos, foram os líderes.

O projeto determina também que o período máximo de internação do adolescente não poderá exceder a três anos, exceto no caso de prática de crime hediondo, quando poderá ser estabelecida internação de até quatro *anos. Nesse período, uma junta médica deverá avaliar a saúde* mental do infrator e a sua periculosidade.

O autor do substitutivo, deputado Celso Giglio, explicou que não é possível a transferência de adolescentes que completarem 18 anos para estabelecimentos penais porque a condenação do menor não foi uma sanção penal, mas uma medida socioeducativa. "Para que ele seja transferido ao estabelecimento penal, é necessário que seja processado e condenado por infração penal pratica*da após haver completado 18 anos. E não por medida socioeducativa que lhe foi aplicada por* infração praticada quando inimputável", complementou Giglio. O projeto segue agora para a Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

Mudam regras para viagem de menores

A Comissão de Seguridade aprovou, na mesma reunião, o PL 233/99, da deputada Rita Camata (PMDB-ES), que também modifica o Estatuto da Criança e do Adolescente. O projeto aumenta para 16 anos de idade a exigência de autorização judicial na viagem de menores desacompanhados de pais ou responsáveis.

Como o Estatuto não determinava um limite de idade para a exigência de autorização judicial, apenas citando os termos criança ou criança e adolescente, a deputada considerou conveniente alterar o dispositivo para adequá-lo ao dia-a-dia. "Temos acompanhado, infelizmente e com freqüência, a utilização das liberdades outorgadas pelo Estatuto de maneira inadequada na fase de transição para a idade adulta. Já que não se enquadram como crianças, por terem mais de 12 anos, os adolescentes ficam de fora do alcance das proibições da lei em alguns casos", explicou Camata, que recebeu inúmeros apelos de pais preocupados com as prerrogativas do Estatuto, e a possibilidade de seus filhos viajarem desacompanhados sem autorização.

Camata lembrou que grande parte dos jovens soma a facilidade para compra de passagens ao espírito aventureiro característico da idade e viajam, muitas vezes sem destino certo, criando situações de risco para si mesmos e preocupações aos pais e familiares. "Também vemos meninos e meninas de 13 ou 14 anos perambulando nas estações rodoviárias, que muitas vezes acabam se transformando em pedintes ou alvos de traficantes ou exploradores da prostituição", alertou a parlamentar.

Para a relatora da proposta na comissão, deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), as modificações ao Estatuto justificam-se, pois, da mesma forma como não se pode mais encarar um adolescente de 13 ou 14 anos como uma criança, não é possível responsabilizá-lo como adulto. "Ao ampliarmos essa exigência estamos promovendo uma modificação que visa garantir a segurança e a integridade física dos nossos jovens, preocupação que não pode ser restrita aos pais ou responsáveis. Num momento em que se discute a violência, louva-se esta iniciativa como um mecanismo de garantia de segurança", concluiu Feghali.

O projeto segue para análise dos deputados da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

Avenzoar vê na Abin reativação do antigo SNI

O deputado Avenzoar Arruda (PT-PB) afirmou que, quando a Câmara dos Deputados discutiu a regulamentação da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), pensava-se sobretudo em relação à soberania nacional, mas nunca em reativar ou modernizar o antigo SNI. "No entanto, isto é o que está acontecendo", disse ele, referindo-se às notícias sobre a atuação da Abin. O pior de tudo, de acordo com o parlamentar, é que o Palácio do Planalto tenta fazer com que a sociedade veja este fato como se fosse uma coisa normal.

"Esta atividade é financiada pelo erário público, é uma atividade de Estado para espionar os atos dos cidadãos e particularmente daqueles que exercem algum cargo público, como por exemplo, o governador de Minas Gerais, Itamar Franco", protestou. Avenzoar Arruda questionou sobre que garantias os parlamentares têm de que não estão sendo espionados pela Agência, não apenas os de oposição como também os próprios governistas.

"Os agentes agem sem nenhum controle e o comandante da Abin diz que não pode fazer nada, porque essa gente não deixa rastros", frisou o deputado petista. Ele lamentou que a Abin não aja para evitar, por exemplo, a evasão de recursos públicos para o exterior e para localizar o juiz Nicolau dos Santos Neves.

Plenário

Câmara homenageia meia década da Rede Vida



Deputado Salvador Zimbaldi (E), um dos autores da homenagem

Zimbaldi e Carimbão destacam programação voltada para família

Em comemoração aos cinco anos de funcionamento de Rede Vida, completados no último dia 20 de junho, a Câmara realizou, quarta-feira, sessão solene de homenagem à emissora de televisão, requerida pelos deputados Salvador Zimbaldi (PSDB-SP) e Givaldo Carimbão (PSB-AL).

Em nome da Mesa da Câmara, o deputado Michel Temer (PMDB-SP) ressaltou que a Rede Vida leva aos espectadores a idéia de valores básicos, como ética, moral, disciplina e honra que, embora tenha cunho religioso, segundo o presidente da Câmara, são cívicos ao valorizarem a cidadania. "Quando estes valores não são levados em conta, as sessões solenes vêm para recordá-los e enaltecê-los", afirmou Temer. Ao lado dele, compuseram também a Mesa, o presidente da Rede Vida, João Monteiro de Barros Filho, o diretor do Instituto Brasileiro de Comunicação Cristã e arcebispo emérito de Botucatu (SP), Dom Antônio Maria Mucciolo, e o coordenador de Comunicação Social da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e bispo auxiliar de Belo Horizonte, Dom Décio Zandonte.

Michel Temer falou que a Rede Vida faz, por meio de seus programas, privilegiar valores com uma pluralidade religiosa singular, seguindo o que se espera para um sistema religioso e social no Brasil. "Ela dá as mãos para as demais ideologias religiosas, com a visão de que todos têm o mesmo objetivo", enfatizou. "Por isso, saio daqui hoje confortado com a idéia de que estas sessões solenes, ao lado das do plenário e das reuniões das comissões, são fundamentais para a prática social", acrescentou o presidente da Casa.

Um dos autores do requerimento de realização da sessão, o deputado Salvador Zimbaldi (PSDB-SP) disse que a sessão solene foi um tributo justo, devido à Rede Vida, pelo trabalho que tem realizado junto à imensa comunidade católica brasileira, ao longo de cinco anos de existência. "Mais do que isso, no entanto, a iniciativa constitui o cumprimento indeclinável de uma obrigação de ofício: estamos, mandatários do povo, institucionalmente incumbidos da responsabilidade precípua de cuidar do interesse público e a Rede Vida vem a esse encontro", declarou o deputado, lembrado que a emissora tem atuado *na difusão de temas cuja essência se volta* para o desenvolvimento humano, com a valorização dos bons costumes, da conscientização social e sobretudo da fé católica.

Na opinião de Zimbaldi, o mérito do trabalho da Rede Vida é principalmente enfrentar as grandes redes de comunicação do país que, segundo ele, estão em busca somente de índices de audiência e dos ganhos com anúncios, não hesitando em veicular coisas grotescas, hediondas e apelativas, eximindo-se de uma responsabilidade cívica, ética, moral ou cristã. "Sem pretender entrar na celeuma que ora se testemunha, em que novela de grande audiência na TV viu-se, há pouco, limitada pela proibição de levar ao ar determinadas cenas com crianças e adolescentes, o que a propósito deve-se observar é que a Rede Vida veicula, reforça, destaca os verdadeiros laços de família", afirmou.

O deputado paulista destacou que a programação da emissora homenageada é bastante variada, voltada para crianças, jovens e adultos, com uma linguagem moderna e dinâmica. "Ela busca a mesma qualidade técnica e artística das demais, entendendo, porém, que isso não inclui, tampouco justifica determi*nadas concessões*, no que tange ao conteúdo, mas, ao contrário, o bom nível, os bons costumes, os valores da família estão intimamente ligados à boa ética, muito embora alguns estejam esquecidos disso", disse Zimbaldi, acrescentando que a Rede Vida pratica a chamada auto-regulamentação.

O deputado lembrou que a rede está 18 horas diárias no ar, chegando a 24 nos finais de semana, tem um público potencial estimado em 125 milhões de telespectadores, o que lhe garante a posição de quinta emissora do país. "Valendo-se de tecnologias de telecomunicações avançadas, utilizando equipamentos de última geração, a Rede Vida cobre a íntegra do território nacional, transmitindo para todas as capitais, além de 1.500 municípios, sendo que mais de 1.200 retransmissoras difundem os sinais da Rede Vida, por meio de canais primários, outorgados, havendo ainda um canal com retransmissão para países da América Latina", informou o deputado.

Autor do requerimento juntamente com Zimbaldi, Givaldo Carimbão (PSB-AL) ressaltou que, em cinco anos, a Rede Vida, conseguiu fazer um grande trabalho de trazer seriedade e compromisso à família brasileira. "Ela não é sectária enquanto católica, mas sim defende princípios éticos e morais, com responsabilidade", elogiou o deputado, que tem vários membros da família inseridos na vida eclesiástica.

Prestaram homenagem também à Rede Vida, os deputados Luiz Piauhylino (PE), pela liderança do PSDB; Couraci Sobrinho (SP), em nome do PFL; Ricardo Izar (SP), em nome do PMDB; José Genoíno (SP), em nome da bancada do PT; José Linhares (CE), em nome do PPB; Dr. Hélio (SP), pelo PDT; Marcos Cintra (SP), pelo PL; e De Velasco (SP) pelo PSL.

Jornal da Câmara — Anexo I, 1º andar, sala 01/05 — Fone: (0xx61) 318-5099/99 — Fax: (0xx61) 318-2196 — Disque Câmara 0800 619619 — Rádio Câmara FM 96,9 MHz — TV Câmara - canal 14 -Net/DF canal 28 -Sky — www.agencia.camara.gov.br — Mídias Alternativas Internet/Intranet midias@camara.gov.br

Jornal da Câmara na Internet: www.camara.gov.br / E-mail: jornal@camara.gov.br

Mesa da Câmara dos Deputados

Presidente: Michel Temer
1º Vice-Presidente: Heráclito Fortes
2º Vice-Presidente: Severino Cavalcanti
1º Secretário: Ubiratan Aguiar
2º Secretário: Nelson Trad
3º Secretário: Jaques Wagner
4º Secretário: Efraim Morais
Suplentes: Giovanni Queiroz, Luciano Castro, Zé Gomes da Rocha, Gonzaga Patriota
*Diretor-Geral:*Adelmar Silveira Sabino
Secretário-Geral da Mesa: Mozart Vianna de Paiva

SECOM - Secretaria de Comunicação Social
Diretor: Ronaldo Paixão (061) 318-5085 / Fax: (061) 318-2108
Divulgação: Sonia Costa (061) 318-5085
Relações Públicas: Osvaldo Vaz Morgado (061) 318-5092
Rádio Câmara: Vladimir Almeida (061) 318-8310
TV Câmara: Sérgio Chacon (061) 318-5080
Agência Câmara: Ademir Malavazi (061) 318-8473
*Mídias Alternativas:*Arnolfo Carvalho (061) 318-7420

Jornal da Câmara
Diretora: Amneres Pereira (061) 318-5098/99 - Fax: (061) 318-2196
Editora-Chefe: Marina Carvalho
Editores: Marcondes Sampaio, Luís Cláudio Pinheiro, Oscar Telles, Vera Ramos, Vânia Alves, Roberto Seabra, Luís Renato
Diagramadores: Antônio Alves Ferreira Júnior, José Alberto de Almeida Filho, André Cerino, José Antonio Filho
Ilustrações: André Cerino
Revisoras: Isolda Marinho, Heloísa Lira, Malva Beatrice
Fotografia: J.Batista, Salu Parente, Sônia Baiocchi, Eltom Bomfim, Benedita Passos, Lelo
Impressão: Imprensa Nacional Presidência da República

AGENDA
Programação da TV Câmara

Horário — Sexta 24/11

07:30 Palestra: Qualidade de vida só depende de você
08:30 Tradição Ocidental (02) Os Antigos Egípcios
09:00 Sessão Plenária com prorrogação de Sessão em homenagem ao Dia do Servidor Público
12:30 Série: O Maravilhoso Mundo da Arqueologia "Delos: Enclave Cosmopolita no Egeu"
13:00 Arte Brasileira: Carlos Vergara
14:00 1a Conferência Nacional de Cultura e Desporto
18:00 Palestra: Qualidade de vida só depende de você
19:00 TV Câmara Entrevista Dep. Eduardo Seabra/ Acidente ambiental no Amapá e consequências à saúde e Dep. Betinho Rosado/ transposição do rio São Francisco
19:30 Série: O Maravilhoso Mundo da Arqueologia "Delos: Enclave Cosmopolita no Egeu"
20:00 Arte Brasileira: Carlos Vergara
21:00 Tradição Ocidental (02) Os Antigos Egípcios
21:30 Jornal da Câmara
22:00 Brasil em Debate: Dep. Vivaldo Barbosa/ Fusão de PDT e PTB; sucessão presidencial
22:30 Projeto "A Redescoberta do Cinema Nacional" Filme: "Guerra do Brasil" (Sylvio Back)
01:00 Jornal da Câmara
01:30 Tradição Ocidental (02) Os Antigos Egípcios
02:00 Brasil em Debate: Dep. Vivaldo Barbosa/ Fusão de PDT e PTB; sucessão presidencial
02:30 Projeto "A Redescoberta do Cinema Nacional" Filme: "Guerra do Brasil" (Sylvio Back)
04:30 Palestra: Qualidade de vida só depende de você
05:30 Série: O Maravilhoso Mundo da Arqueologia "Delos: Enclave Cosmopolita no Egeu"
06:00 Arte Brasileira: Carlos Vergara
07:00 Documentário "Tomas Farkas"

HORÁRIO Sábado 25/11

07:30 Palestra A Escola do Futuro
08:30 Tradição Ocidental (03) Mesopotâmia
09:00 Brasil em Debate: Dep. Vivaldo Barbosa/ Fusão de PDT e PTB; sucessão presidencial
09:30 Seminário "A Polícia e os Direitos Humanos" (gravado em 22/11 - tarde)
13:00 Memória Política: Apolônio de Carvalho
14:00 Seminário "A Polícia e os Direitos Humanos" - com a presença do Presidente Michel Temer e o Ministro do STF Carlos Velloso (gravado em 22/11 – Manhã)
17:00 LINK "Mercado de Telefonia Celular"
18:00 Palestra:A Escola do Futuro
19:00 TV Câmara Entrevista Dep. Ayrton Xerez/ Seguro para imóveis em construção e Dep. Gerson Peres/ futuro do agro-negócio no país
19:30 Tribuna Especial
20:00 Memória Política: Apolônio de Carvalho
21:00 Tradição Ocidental (03) Mesopotâmia
21:30 Semana na Câmara
22:00 Brasil em Debate: Dep. Marcondes Gadelha/ transposição do rio São Francisco
22:30 Sessão Especial - Goya e Plástica
23:30 Documentário "Nasce uma Nação - Timor"
00:30 Tribuna Especial
01:00 Semana na Câmara
01:30 Tradição Ocidental (03) Mesopotâmia
02:00 Brasil em Debate: Dep. Marcondes Gadelha/ transposição do rio São Francisco
02:30 Sessão Especial - Goya e Plástica
03:30 Documentário "NO"
04:30 Palestra:A Escola do Futuro
05:30 Memória Política: Apolônio de Carvalho
06:30 Documentário: Timor - Nasce Uma Nação

HORÁRIO Domingo 26/11

07:30 Palestra:Sim à vida, core energética
08:30 Tradição Ocidental (04) Do Bronze ao Ferro
09:00 CPI da NIKE – Audiência Pública com o depoimento de Zagallo (gravado em 21/11 - tarde)
13:00 TV Câmara Entrevista Dep. Ayrton Xerez/ Seguro para imóveis em construção e Dep. Gerson Peres/ futuro do agro-negócio no país
13:30 Tribuna Especial
14:00 Sessão Especial - Goya e Plástica
15:00 A Revolução de 30 e o Estado Novo
15:30 Memória Política: Apolônio de Carvalho
17:00 LINK "Mercado de Telefonia Celular"
18:00 Palestra Sim à vida, core energética
19:00 TV Câmara Entrevista: Dep. João Mendes/ criação de pólos de desenvolvimento no país e Dep. Clóvis Volpi/ avaliação do ensino primário e médio no Brasil
19:30 Tribuna Especial
20:00 Sessão Especial - Goya e Plástica
21:00 Tradição Ocidental (04) Do Bronze ao Ferro
21:30 Semana na Câmara
22:00 Brasil em Debate: Dep. José Carlos Aleluia/ sucessão na presidência da câmara, reforma política e transposição do rio São Francisco
22:30 Filme: A Ostra e o Vento (Walter Lima Jr)
00:30 Tribuna Especial
01:00 Semana na Câmara
01:30 Tradição Ocidental (04) Do Bronze ao Ferro
02:00 Brasil em Debate: Dep. José Carlos Aleluia/ sucessão na presidência da câmara, reforma política e transposição do rio São Francisco
02:30 Filme: A Ostra e o Vento (Walter Lima Jr)
04:30 Palestra:Sim à vida, core energética
05:30 Memória Política: Apolônio de Carvalho
06:30 Documentário "NO"

Comissões

CCJ aprova maior transparência à aplicação de recursos nos municípios

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação aprovou o PL 4.548/94, de autoria do deputado Jaques Wagner (PT-BA), que dispõe sobre a obrigatoriedade do município dar publicidade aos recursos liberados pela União e pelo estado para a realização de obras e outros projetos de interesse local.

O projeto, aprovado nos termos do parecer do relator, deputado Inaldo Leitão (PSDB-PB) determina que o município que receber recursos da União, estado, entidade ou organismo nacional ou internacional, instituição financeira ou organização não governamental, seja por repasse constitucional, seja mediante convênio, contrato ou qualquer outro meio hábil, para a realização de obras, aquisição de equipamentos ou material, ou para projetos de interesse local, *deverá divulgar, no jornal onde se acham publicados os demais* atos municipais, demonstrativo da aplicação desses recursos, desde a data de sua liberação até a da sua destinação final.



Deputado Jaques Wagner

Ele determina também que, não existindo jornal no território do município, o demonstrativo deverá ser, obrigatoriamente, afixado na Portaria da Prefeitura Municipal, *por período não inferior a um mês, além de prever a responsabilidade política*, penal e civil do prefeito municipal, na hipótese de descumprimento das disposições estabelecidas no projeto.

Em seu relatório, o deputado Inaldo Leitão lembra que a publicidade sempre foi um princípio elementar da administração pública e a partir da Constituição de 1988 ela se tornou um princípio constitucional.

"O administrador público pode ser comparado a um gestor de negócios alheios, que nessa condição deve prestar contas ao legítimo proprietário. Tratando-se de bens e dinheiros públicos, seu verdadeiro e legítimo proprietário é o povo, a coletividade, e a prestação de contas se impõe não apenas através dos órgãos técnicos preordenados a esse fim, mas também pela ampla e irrestrita publicidade dos atos administrativos, principalmente em se tratando de atos que importem disposição de recursos financeiros", salientou.

O projeto, que teve sua tramitação conclusiva na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, será agora encaminhado à apreciação do Senado Federal.

Plenário

Famílias do Vale de Jequitinhonha ficam sem cestas de alimentos

O corte de 21.697 cestas de alimentos para famílias pobres do Vale do Jequitinhonha foi denunciado pelo deputado Nilmário Miranda (PT-MG). "A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) de Araçuaí foi comunicada que as cestas para as cidades do pólo de distribuição regional estão cortadas em novembro e dezembro", disse, ressaltando que não há previsão para a retomada da distribuição. O deputado informou, ainda, que, além de Araçuaí, serão atingidos pelos cortes outras 13 cidades da região.

Nilmário Miranda lembrou que inicialmente eram distribuídos arroz, feijão, óleo vegetal, macarrão e farinha. "Nos últimos anos, o governo patrocinou o racionamento da cesta alimentar e apenas arroz e feijão passaram a ser distribuídos", explicou, assinalando que vai solicitar medidas à primeira-dama Ruth Cardoso, presidente do Comunidade Solidária, e ao presidente da Conab, Eugênio Estefanelo, para reverter a interrupção da distribuição dos alimentos.

Ianomami sem atendimento médico-hospitalar

O deputado Robério Araújo (PL-RR) protestou contra os cortes promovidos pelo Ministério da Saúde no orçamento da Fundação Nacional de Saúde destinado ao atendimento médico-hospitalar dos índios Ianomami. Ele lembrou que a responsabilidade pela assistência médica dos indígenas era da Funai, mas foi transferida para Funasa em agosto do ano passado, com o objetivo de tornar mais eficientes e regulares os serviços. "A cada ano que passa, piora o atendimento aos índios e a falta de recursos impede que eles tenham um tratamento adequado e isso, infelizmente, tem sido responsável pela morte de muitos indígenas", argumentou, informando que a verba para a comunidade Ianomami deve cair de R$ 12 milhões para 8 milhões em 2001. "Esses valores não são suficientes e não darão para se fazer quase nada e é necessário que o governo reveja esse quadro e aumente a verba destinada a Funasa", concluiu.

Comissões

Audiência discute participação de criança em novelas de TV

Em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos, ontem pela manhã, o juiz da Vara da Criança e do Adolescente do Rio de Janeiro, Siro Darlan, informou que, nos dois últimos anos, a Rede Globo de Televisão recebeu 107 autos de infração por ter violado direitos garantidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. "A polêmica atual em relação à participação de crianças nas novelas vem de três ações movidas pelo Ministério Público contra a participação de crianças nas novelas *Laços de Família*, *Uga-Uga* e na reprise de *A Próxima Vítima*", declarou o juiz durante a audiência, cujo objetivo era discutir os limites éticos e da censura dos meios de comunicação.

Darlan esclareceu que a participação de crianças em programações televisivas só é permitida, de *acordo com o Estatuto, mediante alvará autorizativo do Juizado da* Infância, o que até hoje não teria sido pedido pela TV Globo. "Como a emissora não quis se submeter aos ditames legais, o juiz Leonardo de Castro decidiu, no dia 12 de outubro, proibir a participação infantil nas novelas, tendo notificado a empresa no dia 27 de outubro e estabelecido uma multa de R$ 75 mil por cada vez que uma criança aparecesse na programação sem o devido alvará", explicou.

Abuso

Segundo o juiz, há laudos das psicólogas Mônica Meier e Patrícia de Aquino mostrando abuso psicológico de crianças, como a repetição de uma mesma cena 19 vezes, na novela *Laços de Família*, em que o choro de desespero da criança teria sido aproveitado como elemento de cena da briga entre o casal protagonista. Ele também citou o exemplo de uma cena de casamento em que as crianças tiveram de permanecer na locação das 18 horas às 3 da manhã.

Na opinião do presidente do Sindicato dos Artistas do Rio de Janeiro, Stephan Nercessian, as situações vividas na novela seriam naturais porque revelam fatos vividos realmente pelas crianças. "Como já dizia Henfil, criança sem neurose não sobrevive", afirmou o ator. "Talvez, ao passar por situações de dificuldade, a criança já crie defesas", defendeu. Nercessian citou exemplos de famílias de atores que começaram cedo e são bem sucedidas e saudáveis, como as de Paulo Goulart e Marília Pêra, e informou que a Globo possui atualmente mais de 100 crianças contratadas, com plano de saúde e obrigação de horário compatível com o período escolar. Ele acha que é preciso se preocupar com a exposição erótica de crianças, que dançam em programas, ou com os maus tratos de crianças de rua.



Juiz Siro Darlan (2º à esquerda) esclareceu que a Globo não se submeteu a lei

O presidente da Comissão de Direitos Humanos, deputado Marcos Rolim (PT-RS), lembrou que o trabalho infantil é proibido pela Constituição Federal. "Criança não pode trabalhar por lei e ponto, a não ser como aprendiz, então, se admitirmos publicamente o trabalho, vamos estar legitimando todos os demais trabalhos infantis, como a lavoura", avaliou o deputado.

A respeito da polêmica sobre a possibilidade de a proibição da Justiça significar o retorno da censura no Brasil, Siro Darlan argumentou que não houve censura, uma vez que foi dada a possibilidade de ampla defesa. "Do que me recordo, na época da censura não havia processo legal", afirmou. Já para Nercessian, "vários acontecimentos atuais estão sim lembrando a época da ditadura", além da problemática das novelas. "O que se tem visto em relação à Abin (Agência Brasileira de Inteligência) lembra o antigo SNI (Sistema Nacional de Informação), só que agora as pessoas dizem que é diferente", ponderou o ator.

Na visão do representante do Conselho Nacional da Criança e do Adolescente – Conanda, José Fernando da Silva, falar de censura agora é "paranóia". "Se isso for censura, então também deveriam liberar a propaganda de cigarro", argumentou. Para o deputado **Cabo Júlio (PL-MG)**, censura é diferente de não cumprir a Constituição Federal. Ele acha que o problema é que, no Brasil, há uma cultura de não cumprir a lei. Já para o deputado **Fernando Gabeira (PV-RJ)**, não deve haver censura, mas sim garantia de acesso de toda a população aos canais de TV a cabo.

Deputados divergem quanto a controle

O deputado Fernando Gabeira (PV-RJ) defendeu que as próprias famílias tenham mecanismos para controlar a programação e que o Estado não pode intervir na relação entre pais e filhos, embora possa não concordar com ela. "Se um determinado pai e filho concordam com a participação da criança em um espetáculo, devemos respeitar isso", afirmou. **Marcos Rolim**, porém, pensa que o Estado e a sociedade devem interferir sim quando os pais concordarem com a violação dos direitos dos seus filhos, pois o Estatuto assegura que o direito da criança e do adolescente deve ser assegurado pelos pais, pelo Estado e pela sociedade.

Os deputados **Padre Roque (PT-PR)** e **Fernando Ferro (PT-PE)** ressaltaram que o Estatuto não se adapta a todas as realidades do Brasil. "As crianças do Rio de Janeiro são diferentes das do interior ou de um aldeia indígena e isso precisa ser levado em conta, pois temos de entender que não há como construir um *modus vivendi* uniforme", disse Ferro.

Na opinião do deputado **Regis Cavalcante (PPS-AL)**, toda esta discussão poderia ser evitada se o Conselho de Comunicação Social, previsto na Constituição de 88, estivesse realmente funcionando. Segundo a assessoria do deputado Tilden Santiago (PT-MG), o conselho já foi criado e o problema seria colocá-lo em prática.

O representante do Ministério Público na audiência, Franklin da Costa, destacou que a forma de pensamento dos artistas é diferente da forma como pensa o espectador e isso precisa ser considerado na criação das tramas. "Sabemos das divergências entre os diretores administrativos das emissoras e os criadores por causa desta diferença", alegou. O procurador da República defende a atuação de conselhos sociais de debate e controle da programação.

Curtas

Conselho e democracia

■ **O deputado Tilden Santiago (PT-MG)** sugeriu a retomada da discussão sobre a fixação de um Conselho de Comunicação Social no país. "Muitos assuntos, como a censura, deveriam ser discutidos em nível de Conselho. Creio que, com vontade política, é possível aprovar o projeto que cria o Conselho de Comunicação e adotar uma posição verdadeiramente democrática sobre temas polêmicos como este", sustentou.

Agente de educação

■ **O deputado Moroni Torgan (PFL-CE)** defendeu a criação do papel de agente de educação, que funcionaria como um elo entre a família e o estudante, como forma de combater o ingresso de crianças no submundo do narcotráfico. Em sua avaliação, não se deve pensar apenas em repressão ao narcotráfico. A idéia do agente de educação, já apresentado em Fortaleza, capital do Ceará, conforme destacou poderá combater, em sua opinião, a pior epidemia encontrada no Brasil, "a da ignorância, da falta de cultura e de educação", disse. Assim como o agente de saúde que, na opinião do deputado, vem dando certo em todo o país, o agente de educação, unido ao acompanhamento profissional dos pais, incentivará o acompanhamento educacional para todas as crianças e seus responsáveis. "O acompanhamento dos pais também se torna muito importante, pois eles é que influenciam na educação da criança", frisou.

Deformação cultural

■ **O deputado Marcos Afonso (PT-AC)** protestou contra o que considerou como informações deformadas a respeito do Acre emitidas em episódios do seriado *Malhação*. O deputado apresentou um documento elaborado pelos alunos dos cursos de Sociologia, Antropologia e Ciências Políticas da Universidade Federal do Acre, que foi enviado à direção da Rede Globo, no qual protestam contra a forma como o Estado foi retratado, não mostrando de forma condizente sua cultura e desenvolvimento.

De acordo com o deputado, o documento exige que a emissora desfaça os conceitos considerados desrespeitosos e afirma que o ocorrido mostra "o quanto é predominante, ainda, o desconhecimento histórico e geográfico do Brasil para muitos brasileiros, e ao contrário do que foi exposto pelo seriado *Malhação*, afirmamos que temos escolas e universidades com capacidade suficiente para formar profissionais qualificados".

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL — ANO VI – Nº 1.206 – BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 23 DE NOVEMBRO DE 2000



Os senadores que integram a CCJ também decidiram fixar em quatro anos o prazo mínimo de filiação partidária dos candidatos a cargos eletivos

PASSA NA CCJ O FINANCIAMENTO PÚBLICO DE CAMPANHA

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem à noite a instituição do financiamento de campanhas eleitorais exclusivamente com recursos públicos.

PÁGINA 7



Ellen será ministra do STF

Senado aprova indicação de primeira mulher para o Supremo

Ellen Gracie Northfleet teve seu nome aprovado ontem pelo Plenário do Senado, por 67 votos a favor e nenhum contra.

PÁGINAS 3 E 10

Comitê propõe usar verba de emenda parlamentar para aumento do mínimo

PÁGINA 8

Comitê de receitas da Comissão Mista de Orçamento busca fontes para assegurar aumento do salário mínimo



Previdência vai pagar pequenos débitos em até 60 dias

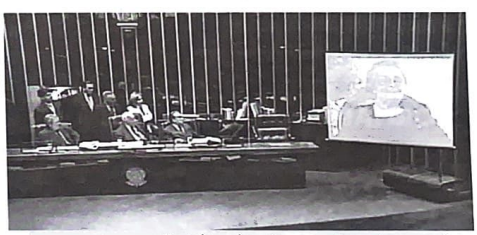
PÁGINA 3

Plenário acolhe proposta da CPI do Sistema Financeiro

PÁGINA 3

Rachel de Queiroz recebe homenagem pelos 90 anos

PÁGINA 4



No telão, durante a sessão, a imagem da escritora agradecendo a homenagem do Senado

Debate mostra dificuldades para cobrar dívida ativa

PÁGINA 6

CAS disciplina trabalho do menor aprendiz

PÁGINA 5

Para Quintão, guerrilha não traz ameaça ao Brasil

PÁGINA 5

PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES
004080
CÂMARA MUNICIPAL
13825-000 HOLAMBRA - SP

Antonio Carlos elogia mostra da Polícia Federal

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, visitou na manhã de ontem uma exposição organizada pelo Departamento de Polícia Federal, localizada na Galeria Senado (espaço situado no corredor entre os dois prédios dos anexos I das Casas). Enquanto observava os armamentos e outros equipamentos utilizados pelos policiais, Antonio Carlos foi acompanhado pelo diretor-geral do DPF, Agílio Monteiro, e pelo primeiro-secretário da Mesa, Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB).

– Mesmo sendo apenas uma exposição, já é uma demonstração muito boa de que os trabalhos estão se aprimorando na Polícia Federal a serviço do país, principalmente sob a direção de Agílio Monteiro – afirmou o senador.



Antonio Carlos Magalhães visitou a mostra em companhia de Ronaldo Cunha Lima e do diretor-geral da PF, Agílio Monteiro

Senador apóia taxação dos fundos de pensão

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, defendeu ontem a taxação dos fundos de pensão como fonte de recursos para elevar o salário mínimo a R$ 180. Ele disse desconhecer as fontes que o governo pretende sugerir, mas elogiou a postura do presidente Fernando Henrique Cardoso *de apoiar o mínimo de R$ 180.*

Segundo o senador, o Congresso ficará "muito satisfeito" se houver iniciativa presidencial de aumentar o mínimo: "É uma reivindicação nossa", frisou. Ele defendeu, contudo, condicionar a aprovação do Orçamento de 2001 e de créditos suplementares ao Orçamento deste ano ao fechamento de um acordo que garanta recursos para a elevação do mínimo.

Antonio Carlos observou que o desejo do presidente da República de aprovar a cobrança de contribuição previdenciária dos inativos para financiar o aumento do mínimo é um assunto complicado, pois por várias vezes o governo já tentou isso e não conseguiu. Ele defendeu a criação do imposto sobre supérfluos.

ACM afirma desconhecer acordo entre PMDB e PSDB

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, afirmou ontem desconhecer o acordo firmado entre o PSDB e PMDB para eleger os presidentes do Senado e da Câmara. Segundo o senador, o que ocorreu foi uma manifestação isolada do líder do PMDB na Câmara, deputado Geddel Vieira Lima (BA), em Salvador. O acordo entre os dois partidos garantiria o apoio do PMDB à eleição do deputado Aécio Neves (PSDB-MG) à presi*dência da Câmara, e, em contrapartida,* o apoio do PSDB à postulação do senador Jader Barbalho (PMDB-PA) à presidência do Senado.



Antonio Carlos Magalhães: "É salutar quando candidatos representam a vontade de suas Casas"

Antonio Carlos disse que não lhe cabe analisar as atitudes assumidas pelo PMDB, mas advertiu que, quando as lideranças anunciam posições sem ouvir suas respectivas bancadas, "acontece uma revolta daqueles que não foram ouvidos".

– Acredito que uma grande parte do PMDB vai se manifestar contrária à opinião do deputado Geddel Vieira Lima – afirmou o senador.

Ele acrescentou que, da parte do PSDB no Senado, houve uma "atitude de prudência" ao não realizar ontem, com tanta antecedência, reunião para tomar uma decisão definitiva sobre que candidato apoiar à presidência do Senado.

O senador afirmou, por outro lado, que a candidatura do líder do PFL na Câmara, deputado Inocêncio de Oliveira (PFL-PE), à presidência daquela Casa "está sólida e deve sair vitoriosa". Ele observou que o lançamento da postulação de Inocêncio, ocorrido ontem, demonstrou que a candidatura do deputado "não é pefelista e sim suprapartidária, e mostra a vontade da Câmara", pois contou com a presença de todas as correntes políticas.

– A Câmara ou o Senado não têm o direito de impor candidatos, mas é salutar quando os candidatos representam a vontade das suas Casas. Tenho mantido conversas que me autorizam a dizer que, tanto no Senado como na Câmara, nós vamos sair vitoriosos – enfatizou Antonio Carlos.

O senador disse não considerar uma traição dos partidos aliados a realização de um acordo para a eleição nas duas Casas do Legislativo. "Nós não sabemos quais são os participantes do PMDB que tomaram essa posição", explicou Antonio Carlos.

Ainda sobre as eleições dos presidentes do Senado e da Câmara para a próxima sessão legislativa, Antonio Carlos declarou não acreditar que o presidente Fernando Henrique Cardoso venha a interferir no processo. Ele lembrou que, quando disputou a presidência do Senado, há quatro anos, venceu sem a interferência do Palácio do Planalto.

AGENDA

QUINTA-FEIRA, 23 DE NOVEMBRO DE 2000

Presidente
Antonio Carlos Magalhães

9h – Participa do café da manhã com membros da Sociedade Interamericana de Imprensa e da Associação Nacional de Jornais. *Nacional Plaza Hotel*
10h – Participa da solenidade de encerramento do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais – CAO/2000. *Auditório do Memorial JK*
11h – Preside sessão deliberativa ordinária

PLENÁRIO

10h – Sessão deliberativa ordinária
Hora do Expediente: será dedicada a homenagear a memória do ex-deputado, ex-senador e ex-ministro do Tribunal de Contas da União Guido Fernando Mondin.
Pauta: PDLs nº 265/99, aprova o ato que renova a concessão do Sistema Jornal de Rádio para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pirassicaba (SP); nº 72/2000, aprova o ato que outorga permissão à Rádio Cultura Verde Novo FM para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Ibatiba (ES); nº 107/2000, aprova o ato que outorga permissão à Brasil Amazônia Comunicação Empreendimentos para explorar serviço de radiodifusão sonora na cidade de Redenção (PA); nº 142/2000, aprova o ato que outorga permissão à Fundação Donatila Casas para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Pedro Avelino (RN); e nº 19/99, que convoca plebiscito sobre a criação do estado do Tapajós, e Requerimentos nºs 434/2000, do senador Roberto Requião, solicitando a mesma, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, do PES nº 194/99; e nº 505/2000, do senador Eduardo Suplicy, solicitando a convocação do ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, para prestar, perante o Plenário do Senado, esclarecimentos sobre as razões que levaram o governo brasileiro a articular a operação de exílio político no Panamá para Vladimiro Montesinos, principal assessor do presidente do Peru, Alberto Fujimori.

COMISSÃO

9h – *CPI do Futebol*
Pauta: depoimento do presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), Adrienne Giannetti Neiban de Senna. *Ala Senador Nilo Coelho – Sala 2*

PREVISÃO PLENÁRIO

Sexta-feira
9h – Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Terça-feira
10h – *Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania*
Pauta: votação secreta da Mensagem nº 208/2000, que submete à apreciação do Senado a escolha do nome de Anne Elizabeth Nunes de Oliveira para exercer o cargo de defensora-geral da União, com mandato de dois anos. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 3*
Quinta-feira
9h – *CPI do Futebol*
Pauta: depoimento do treinador Wanderley Luxemburgo. *Ala Senador Nilo Coelho – Sala 2*

Brasil 500 – SENADO FEDERAL

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL
Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327
Editor-Chefe: Edson de Almeida
Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Morais
Fotos: Célia Azevedo, Márcia Kaluma, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Senado aprova indicação de Ellen Northfleet para o STF

Primeira mulher escolhida para integrar o Supremo Tribunal Federal recebeu do Plenário 67 votos favoráveis e nenhum contrário

O Plenário do Senado aprovou ontem a escolha da juíza Ellen Gracie Northfleet para o cargo de ministra do Supremo Tribunal Federal, na vaga decorrente da aposentadoria de Octávio Gallotti. Ela será a primeira mulher a ocupar o cargo. A votação foi secreta e seu resultado – 67 votos favoráveis, nenhum contrário e duas abstenções – será agora comunicado ao presidente da República.



Durante a apreciação no Plenário, senadores destacaram os méritos de Ellen Gracie Northfleet, que será a primeira ministra do Supremo Tribunal Federal

Antes da decisão, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) manifestou sua satisfação em ver, pela primeira vez na história, uma mulher assumir um cargo de ministro do STF. Ele elogiou o presidente Fernando Henrique Cardoso por ter enviado o nome de Ellen Gracie Northfleet à deliberação do Senado, dizendo não haver nenhuma dúvida quanto ao mérito da nova ministra.

O senador observou que a escolha indicava a oportunidade da aprovação de proposta de emenda constitucional de sua autoria que submete as nomeações de ministros do Supremo Tribunal Federal à alternância entre os sexos. "A proposta já foi aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e espero que a escolha de Ellen Northfleet faça todos compreenderem a importância da emenda", afirmou.

Ademir Andrade salientou que, sendo já maioria na população brasileira, conforme acusam as estatísticas do IBGE, as mulheres precisam efetivamente ocupar seu espaço. Na opinião do senador, sua proposta de emenda constitucional vem ao encontro disso, sendo relevante também observar que, na medida em que as mulheres vão ocupando cargos importantes no país, a sociedade tende a tornar-se mais justa.

Aprovada por unanimidade na CCJ, Ellen Northfleet foi definida pelo senador José Fogaça (PMDB-RS) como um nome que atende a todos os requisitos constitucionais para integrar o STF, destacando-se "o notável saber jurídico" e a "reputação ilibada". O senador ressaltou a trajetória profissional da juíza, dizendo que ela se dedicou nos últimos 20 anos ao exercício do Direito, *como procuradora do Ministério Público e presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região.*

Na sabatina a que foi submetida na CCJ, Ellen Northfleet mostrou-se favorável a mecanismos que facilitem o acesso de mulheres a funções importantes na vida política e social. Em sua opinião, o regime de quotas, como o utilizado na legislação eleitoral, pode ajudar as mulheres a vencer dificuldades decorrentes do preconceito.

Projeto da CPI dos Bancos acolhido pelo Plenário

O Banco Central manterá um Sistema de Risco de Crédito com informações sobre empréstimos bancários, a serem fornecidas pelas instituições financeiras e pela Secretaria da Receita Federal. A decisão foi tomada ontem pelo Plenário do Senado, com a aprovação de substitutivo do senador Bello Parga (PFL-MA) a projeto oriundo da CPI do Sistema Financeiro e destinado a reduzir os riscos na concessão de empréstimos.



Bello Parga citou exemplo dos países desenvolvidos

Em votação nominal, o texto foi aprovado com 67 votos favoráveis, nenhum contrário e uma abstenção. A matéria ainda voltará a Plenário para ter votada sua redação final. Pelo texto aprovado, não constitui quebra de sigilo bancário, fiscal ou comercial o fornecimento de informações à Central de Risco nem o fornecimento de informações, pela Central, às instituições que trabalham com empréstimos.

Em defesa do texto, Bello Parga argumentou que, para o desenvolvimento do sistema financeiro nacional e para a redução do risco na concessão de empréstimos, é fundamental a criação de um sistema de informações sobre as operações realizadas. Ele afirmou que o projeto segue o exemplo das economias desenvolvidas, visto ser necessário dotar a autoridade monetária de instrumentos de controle da atividade bancária.

Também disse que, para os bancos que concedem empréstimos, as consultas à Central de Risco permitirão conhecer o volume das demais operações realizadas pelo interessado em obter crédito, reduzindo riscos e custos financeiros para as partes. O objetivo final do projeto é evitar os riscos resultantes de empréstimos concedidos a clientes sem capacidade comprovada de pagamento, como aconteceu com a empreiteira Encol.

Na mesma sessão, o Plenário aprovou decreto legislativo renovando a concessão da Rádio FM Cidade de Mogi-Guaçu (SP).

Previdência poderá pagar pequenos débitos em 60 dias

As demandas judiciais de pequeno porte junto à Previdência Social para as quais não caibam mais recursos (transitadas em julgado) serão pagas em até 60 dias e sem a necessidade de expedição de precatório, de acordo com projeto aprovado ontem pelo Plenário do Senado. A proposta regulamenta o artigo 100 da Constituição, que prevê o fim da necessidade da expedição de precatórios para as dívidas consideradas em lei como de pequeno valor. Os precatórios são a previsão, no Orçamento do exercício fiscal seguinte, das dívidas transitadas em julgado. A matéria segue agora à sanção presidencial.

O projeto, de iniciativa do Executivo, fixa em R$ 5.180,25 o valor a ser pago sem a necessidade de precatório, e tem por objetivo atender às chamadas contas continuadas que estejam em litígio, tais como pensões e salários. Feito o acordo, o pagamento será efetuado, com a exinção do processo.

Para o relator da matéria na CCJ e no Plenário, senador Edison Lobão (PFL-MA), o projeto abrange os valores de pensões, salários, vencimentos, proventos de aposentadoria e suas complementações, indenizações por sinistro decorrentes de responsabilidade civil, entre outros créditos em favor de pessoas seguradas pela Previdência Social.

Segundo o senador Luiz Pontes (PSDB-CE), relator na Comissão de Assuntos Sociais, onde o projeto foi aprovado ontem de manhã, a decisão permitirá acelerar os pagamentos aos beneficiários mais necessitados da Previdência, sem prejudicar o erário.



Luiz Pontes: benefício aos mais necessitados

O projeto permite, ainda, a liquidação, em até 90 dias, dos precatórios já inscritos no Orçamento de 2000, desde que não ultrapassem R$ 5.180,25, ou caracterizados como benefício de prestação continuada. Nessas duas hipóteses, não se observará a ordem cronológica de apresentação de precatórios.

Festival de Brasília do Cinema Brasileiro recebe voto de aplauso

A pedido do senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), o Plenário aprovou ontem voto de aplauso à organização do 33º Festival de Brasília do Cinema Brasileiro, que se realiza de 21 a 28 deste mês. Para o senador, o Festival de Brasília é "um acontecimento de alta significação nacional, que incentiva e premia a cultura e a indústria cinematográfica do Brasil".

Ronaldo Cunha Lima pediu que esse voto de aplauso contemplasse especialmente os cineastas paraibanos Linduarte Noronha e Vladimir Carvalho, além do compositor Marcos Vinícius, que receberam homenagens especiais por seus trabalhos em benefício do cinema brasileiro.

– O festival é um dos mais antigos do Brasil e tem revelado a produção cultural em nosso país, premiando os melhores trabalhos com o troféu Candango – disse o senador.

Ele também informou que Linduarte Noronha foi homenageado pela produção Os 40 anos de Arraes, enquanto Vladimir Carvalho recebeu a mesma homenagem pelo documentário Barra 68 – Sem Perder a Ternura, que mostra cenas da invasão da Universidade de Brasília durante a ditadura militar e que tem a trilha sonora assinada por Marcos Vinícius.

Proposta que define normas para identificação criminal vai à sanção

O Plenário do Senado aprovou ontem projeto de iniciativa do Executivo que estabelece os casos em que as pessoas portadoras de identificação civil deverão ser identificadas criminalmente. A proposta regulamenta dispositivo da Constituição, que prevê que o civilmente identificado só será submetido a identificação criminal nos casos previstos em lei. Já aprovado na Câmara, o projeto seguirá à sanção.

Serão submetidos à identificação criminal, entre outros, os indiciados em inquérito policial acusados de homicídio doloso, crimes contra o patrimônio praticados com violência ou ameaça grave, crimes de receptação, contra a liberdade sexual e de falsificação de documento público.

O relator do projeto na CCJ e no Plenário foi o senador José Fogaça (PMDB-RS).

PRESIDENTE DA CÂMARA DE DEPUTADOS

Rachel de Queiroz recebe homenagem do Plenário

A escritora e jornalista cearense Rachel de Queiroz, que completou 90 anos no último dia 17, foi homenageada ontem pelo Plenário do Senado. Análises sobre a importância da sua obra para a literatura nacional e a ênfase nas suas notáveis qualidades pessoais permearam os discursos dos senadores Lúcio Alcântara, Artur da Távola e Antonio Carlos Magalhães. Em recuperação de problemas de saúde, a homenageada não pôde comparecer ao Senado, mas mandou uma mensagem em vídeo, de gratidão pela sessão. "Não sei se mereço, mas é bom receber essa homenagem. Sei bem aquilatar a importância dessa homenagem do Senado, onde têm assento as maiores figuras da vida política brasileira"



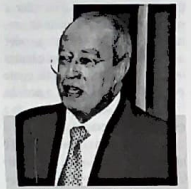
Os senadores homenagearam Rachel pouco depois de a escritora completar 90 anos

Lúcio Alcântara destaca caráter "fundador"

Destacando a dificuldade de encontrar um qualificativo capaz de resumir a figura e a importância da escritora e jornalista Rachel de Queiroz na cultura nacional, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) disse não ter resistido à tentação de resumir suas qualidades no adjetivo "fundadora".

O marco fundador, na opinião do senador, é *O Quinze*, livro que, publicado em 1930, representou verdadeira revolução literária e *teve imediata repercussão no Rio de Janeiro, onde artigo de Augusto Frederico Schmidt praticamente a colocou no cenário da literatura nacional*. A obra trouxe para o mundo literário a temática da seca nordestina.

O Quinze foi sucedido por *João Miguel, Caminho de Pedras* e *As Três Marias*, este último de 1939. Só em 1975, Rachel de Queiroz retomou sua carreira de romancista, com *Dora Doralina*.



Alcântara: Rachel ajudou a afirmar a posição da mulher na sociedade brasileira

Dois anos depois assumiu uma vaga na Academia Brasileira de Letras (ABL), outro momento de confirmação do caráter fundador da biografia de Rachel de Queiroz, acredita o senador Lúcio Alcântara. O romance mais recente, *Memorial de Maria Moura*, foi outro sucesso editorial, depois convertido em minissérie de televisão, acrescentou.

Alcântara disse que sua conterrânea Rachel de Queiroz rejeita qualquer conotação feminista à sua obra e à sua atuação política, mas ele concorda com a crítica literária Heloísa Buarque de Holanda, para quem as figuras femininas dos romances da escritora teriam contribuído para afirmar a posição das mulheres na sociedade brasileira.

O senador também traçou um paralelo entre as principais obras de Rachel de Queiroz e o momento político em que elas foram criadas, registrando ainda os inúmeros prêmios a ela concedidos em reconhecimento pela importância de suas obras.

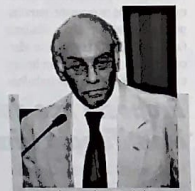
Os senadores Artur da Távola (PSDB-RJ), Francelino Pereira (PFL-MG), Bernardo Cabral (PFL-AM), Ney Suassuna (PMDB-PB) e Eduardo Suplicy (PT-SP) apartearam o senador Lúcio Alcântara para registrar a beleza e a densidade da obra de Rachel de Queiroz e do discurso do senador em sua homenagem.

Távola vê escritora "num patamar além da fama"

O senador Artur da Távola (PSDB-RJ) iniciou seu discurso em homenagem a Rachel de Queiroz declarando o seu amor pela escritora e ressaltando que "uma declaração de amor nunca deve deixar de ser feita". Távola explicou que ama Rachel pelo ser humano que é, por ter conseguido ser uma expressão de si mesma.

– As idéias, as ideologias, as paixões, geralmente levam as pessoas a afastarem-se de si mesmas. Mas algumas conseguem juntar a vida à natureza de seu ser. Rachel tem a vida que expressa o seu ser, e aí está a sua grande conquista. Rachel está num patamar além da fama. Ela atingiu a glória, a fama que se eterniza – assinalou o senador.

Távola destacou como características marcantes da escritora "a paz ativa ou o dom de acolher o próximo, de criar um ambiente de acolhimento à sua volta, e a lucidez que, conciliada com a paz, leva à postura de desambição que a torna querida em todo o país".



Artur da Távola: "Rachel tem a vida que expressa o seu ser, e aí está a sua grande conquista"

Para ele, Rachel de Queiroz mantém este comportamento por ser que a tarefa de um escritor é ficar junto à sua obra.

O senador José Sarney (PMDB-AP), em aparte, declarou ter o mesmo amor. "Tenho admiração, devoção, mas, sobretudo, uma grande relação de afeto que desembocou num grande amor", explicou. Sarney disse que a escritora é uma "santa de altar" e tem lugar na sua casa, na sua família e na sua vida. O senador afirmou também que, sem Rachel de Queiroz, a história da literatura teria um enorme vazio. Afirmando que Rachel é uma operária da arte de escrever, o senador destacou que ela "conhece o segredo de transmutação das palavras em emoções".

"Conheço minhas limitações"

Impossibilitada, em função de problemas de saúde, de comparecer pessoalmente ao Senado para assistir à homenagem que lhe foi prestada na sessão de ontem, a escritora Rachel de Queiroz enviou uma mensagem de agradecimento, gravada em vídeo, transmitida no Plenário. "Não sei se mereço, mas é bom receber essa homenagem do Senado", disse.



"Tenho apenas uns livrinhos", disse Rachel de Queiroz em mensagem ao Senado

Rachel ressaltou que sua verdadeira profissão nunca foi escritora, mas sim jornalista. "É disso que sempre vivi. Aliás, quem pagava a maior parte das contas sempre foi meu marido e eu colaborava na medida do possível. Poucos, como Érico Veríssimo, puderam viver da literatura no Brasil, e eu nunca pude", afirmou.

Ela fez questão de dizer que nunca escreveu um grande livro. "Acredito ser uma boa jornalista, mas não sou uma romancista de peso. Tenho apenas uns livrinhos, mas conheço minhas limitações e isso me dói. Cheguei até a Academia Brasileira de Letras porque era muito amiga de Austregésilo de Athayde. Ele não queria mulheres na Academia mas decidiu fazer uma exceção para mim. É claro que, aberto o precedente, outras escritoras foram admitidas. Espero que várias outras possam vir, no futuro."

Rachel declarou-se emocionada e sensibilizada com o gesto dos senadores. "Sei bem aquilatar a importância dessa homenagem do Senado, onde têm assento as maiores figuras da vida política brasileira. Gostaria, nesse momento, de estar aí, no Plenário, mas não estou bem de saúde."

ACM aponta competência e modéstia

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, se associou às homenagens prestadas pela Casa aos 90 anos da escritora Rachel de Queiroz. "É notável a modéstia e competência dessa mulher admirável e firme. Ao contrário do que ela diz, é uma grande romancista reconhecida por todos que leram *O Quinze*, *Memorial de Maria Moura* e vários outros livros", observou.



Antonio Carlos: uma mulher "admirável, firme e desprendida"

Para Antonio Carlos, é tal o apreço que todos têm por Rachel que ela será uma mulher reverenciada ainda muitas vezes. "O Senado é que sai engrandecido por ter-lhe prestado essa homenagem, e quero subscrever as palavras dos senadores que me antecederam", afirmou.

Ele lembrou que o ex-presidente Castello Branco insistiu para que Rachel fosse ministra da Educação. "É raro se encontrar uma mulher competente, mas totalmente desprendida do poder de mando. Por isso, não quis aceitar, e todos nós lamentamos sua decisão, pois tenho certeza de que faria um trabalho admirável", disse.

CAS regulamenta trabalho para menor aprendiz

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou parecer favorável do senador Moreira Mendes (PFL-RO) ao projeto do Executivo que proíbe o menor de 16 anos de idade de trabalhar, salvo na condição de aprendiz. De acordo com o projeto, o menor terá direito ao chamado salário mínimo hora com jornada de trabalho não superior a 6 horas diárias, sendo vedada a prorrogação e a compensação da jornada. A matéria vai agora à apreciação do Plenário do Senado.

O projeto, já aprovado pela Câmara, determina que o menor de idade poderá freqüentar programas de aprendizagem e cursos de formação técnico-profissional a partir dos 14 anos. A extinção do contrato de aprendizagem, de acordo com o projeto, ocorrerá quando o aluno completar 18 anos, tiver desempenho insuficiente ou inadaptação para o aprendizado, falta disciplinar grave ou ausência injustificada à escola que implique perda do ano letivo.

Os menores deverão freqüentar os cursos dos serviços nacionais de aprendizagem, espalhados por todo o país. Nos municípios em que esse tipo de serviço não existir, os aprendizes terão direito, de acordo com o projeto, de utilizar as escolas técnicas de educação e entidades sem fins lucrativos que tenham por objetivo prestar assistência ao adolescente e à educação profissional.

Vários senadores enalteceram o projeto que, na prática, segundo eles, põe fim ao trabalho infantil. Heloísa Helena (PT-AL) disse que o trabalho infantil campeia pelo país, colocando em risco o futuro das crianças. Leomar Quintanilha (PPB-TO) observou que a proposta é fundamental para a formação digna do menor, enquanto Juvêncio da Fonseca (PFL-MS) afirmou que o governo deveria incrementar o Sistema Nacional de Aprendizagem.



Vários projetos foram aprovados na reunião da CAS, inclusive o que protege os direitos dos empregados gestantes

Fundo regionaliza alimentos

A Comissão de Assuntos Sociais também aprovou parecer favorável a projeto que institui o Fundo Nacional de Alimentação (FNA). A meta é estimular a regionalização da produção de alimentos básicos para viabilizar a melhoria da alimentação de gestantes e crianças de até quatro anos de idade. O relator da matéria, senador Geraldo Althoff (PFL-SC), esclareceu que o projeto atende a uma das recomendações da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que consigna a nutrição como direito fundamental. E lembrou que 10,5% das crianças brasileiras menores de cinco anos apresentam carência nutricional.

De acordo com o projeto, pequenos e médios produtores rurais receberão incentivos para produzir alimentos. Toda a produção agrícola financiada com recursos do Fundo Nacional de Alimentação será adquirida dos produtores e distribuída aos beneficiários do fundo.

Na mesma reunião, a CAS aprovou projeto da ex-senadora Luzia Toledo que amplia os objetivos das entidades não-governamentais que prestam serviços voluntários, especialmente aquelas destinadas ao assessoramento jurídico, orientação e assistência às mulheres vítimas de violência. A comissão também aprovou projeto do senador Luiz Pontes (PSDB-CE) que assegura à empregada gestante demitida sem justa causa o pagamento de até cinco meses de salários e demais vantagens. A iniciativa, segundo a senadora Marina Silva (PT-AC), relatora da matéria, amplia a proteção contra demissões arbitrárias e resguarda o direito ao trabalho das gestantes.

Quintão descarta ameaça guerrilheira ao Brasil

Ministro da Defesa afirma na CRE que movimento não deve extrapolar os limites das fronteiras colombianas

O ministro da Defesa, Geraldo Quintão, afastou a possibilidade de o movimento guerrilheiro da Colômbia extrapolar os limites das fronteiras com o Brasil, durante audiência pública realizada ontem na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Segundo o ministro, os maiores focos guerrilheiros e de narcotraficantes naquele país distam cerca de mil quilômetros da fronteira brasileira. De qualquer forma, afirmou, o governo vem aumentando a presença militar na Amazônia e hoje o Exército dispõe de um efetivo de 22 mil homens em uma área de 5 milhões de quilômetros quadrados – quase dois terços do território brasileiro.



Os senadores da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional reuniram-se com o ministro da Defesa durante três horas

Em depoimento de mais de três horas, o ministro expôs as preocupações do governo com os problemas colombianos, mas garantiu que é posição unânime entre os chefes de Estado latino-americanos o entendimento de que tanto a guerrilha quanto o narcotráfico são *assuntos internos da Colômbia. Dessa forma, entende Quintão, o continente assume uma postura de repúdio a qualquer iniciativa norte-americana de intervenção na região.*

Também mereceram destaque na exposição do ministro as tentativas de cooperação entre os governos na área da Defesa. Segundo Quintão, diante da dificuldade de se chegar a uma concepção única e abrangente de segurança unindo os hemisférios americanos, é fundamental valorizar a abordagem regional para que se chegue a um encaminhamento comum. Esse entendimento na área de segurança e defesa, na opinião de Quintão, pode ser impulsionado pelo Mercosul e pela Comunidade Andina. "O Brasil está comprometido com a integração e a solidariedade regional e com a intensificação do intercâmbio entre as Forças Armadas dos países americanos", afirmou.

O ministro reconheceu as dificuldades orçamentárias das Forças Armadas, mas salientou os esforços do governo para melhorar os salários da tropa.

Soberania preocupa senadores

A discussão da soberania do Brasil sobre a região amazônica mobilizou os senadores durante a audiência da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) com o ministro da Defesa, Geraldo Quintão, ontem. Autora, junto com os senadores Tião Viana (PT-AC) e Romeu Tuma (PFL-SP), do requerimento de convite ao ministro, a senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) se mostrou preocupada com os comentários de internacionalização da Amazônia e com o impacto no meio ambiente da guerra química e biológica para devastar as plantações de coca na Colômbia.

O ministro da Defesa admitiu que o problema na Colômbia é grave e há necessidade de se combater a guerrilha, mas não acredita na retirada do controle brasileiro sobre a Amazônia. "O Brasil não concorda que se use fungicida ou herbicida para exterminar plantações de coca próximas a rios brasileiros", disse.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) defendeu maior presença militar na região. "As zonas de fronteiras devem ser controladas pelas Forças Armadas. A presença dos índios no território brasileiro e no país vizinho pode gerar problemas", advertiu. Quanto aos comentários sobre a internacionalização da Amazônia, Simon disse temer essa ameaça, por perceber que ela está tomando fôlego no exterior. Segundo informou o senador gaúcho, o governo americano já estaria preparando pessoas para se instalar na floresta amazônica.

Preocupação semelhante manifestou o senador José Fogaça (PMDB-RS), que revelou a existência de cinco novas ameaças à paz mundial, segundo os fóruns internacionais: narcotráfico, desrespeito aos direitos humanos, terrorismo, degradação do meio ambiente e corrupção.

Fogaça admitiu que a preocupação com esses elementos é altamente defensável, mas alertou que os mesmos estão inseridos em uma concepção doutrinária disseminada pelo Departamento de Estado norte-americano, que prega o redesenho dos países no cenário mundial. "Essa política intervencionista vem sendo colocada de forma muito mais sutil do que parece", declarou. *Ainda sobre esse assunto, o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) defendeu posição mais firme do Brasil em repúdio à tese da soberania relativa sobre a Amazônia.*

O presidente da CRE, senador José Sarney (PMDB-AP), elogiou a exposição do ministro e ressaltou a importância dada pelo Congresso aos temas relacionados à defesa nacional. Sarney acredita que as informações prestadas por Quintão serão fundamentais para a tomada de decisões pelos parlamentares. Já o senador Romeu Tuma (PFL-SP) destacou a qualidade da assistência prestada pelos pelotões de fronteira às tribos indígenas e populações ribeirinhas na Amazônia.

TERRITÓRIOS

Questionado pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), que pediu a intensificação das ações do projeto Calha Norte na Amazônia, o ministro da Defesa disse que a proposta de criação de três territórios nessa região vai reforçar a presença do Estado e, conseqüentemente, a política de segurança local.

Suassuna rejeita emendas ao projeto da informática

Senador diz que, se houver acordo, mudará seu relatório "na hora". Mas, enquanto isso não acontece, salienta, tem de relatar "uma lei que atenda todo o país", deixando de lado reivindicações regionais, ainda que legítimas

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) apresentou voto contrário a todas as emendas oferecidas ao projeto sobre a nova Lei de Informática. Segundo o parlamentar, que é relator da matéria na comissão, três dessas emendas – duas de autoria dos senadores Ricardo Santos (PSDB-ES) e outra do senador Geraldo Althoff (PFL-SC) – tratam de temas já solucionados por outras legislações, não valendo a pena repeti-las na lei que estabelecerá os benefícios fiscais do setor de informática para os próximos nove anos.

Ao todo, foram 14 as emendas apresentadas à CAE e rejeitadas por Ney Suassuna. Em entrevista na manhã de ontem à Agência Senado, o presidente da CAE disse lamentar o fato de não ter havido acordo sobre o projeto. Para ele, são legítimos os argumentos da bancada do Amazonas, que quer preservar benefícios exclusivos da Zona Franca de Manaus; da bancada paulista, que quer evitar excesso de benefícios para algumas regiões que inviabilizem a instalação de indústrias em outras áreas do país; e do senador Paulo Souto (PFL-BA), que pediu benefícios para a Bahia.



Suassuna: "Há vários 'bombeiros' tentando buscar saídas"

– São todas reivindicações legítimas, mas tenho de relatar uma lei que atenda todo o país – afirmou.

O presidente da CAE lembrou que a licitação para a banda C da telefonia celular saí em janeiro do ano que vem, e a nova lei tem de ser aprovada antes disso. Ney Suassuna informou que houve uma tentativa de acordo parcial com o senador Jefferson Péres (PDT-AM) no dia anterior, que se inviabilizou após consultas às indústrias instaladas no Amazonas. Disse também que o deputado Arthur Virgílio (PSDB-AM) busca o entendimento.

– Há vários 'bombeiros' tentando buscar saídas. Se houver um acordo, mudo meu relatório na hora, porque ninguém mais do que eu quer esse acordo – disse.

A reunião marcada para a manhã de ontem, quando o projeto deveria ser votado na CAE, foi adiada. O projeto somente deverá voltar à pauta da comissão na semana que vem, já que o senador Paulo Souto pediu que não fosse votado hoje.

Falta estrutura para a cobrança da dívida ativa, dizem juiz e procurador

Em audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, juiz Fernando da Costa Tourinho Neto, e o procurador-geral da Fazenda Nacional, Almir Martins Bastos, reclamaram da falta de estrutura de seus órgãos para proceder a cobrança dos mais de R$ 123 bilhões inscritos na dívida ativa da União.



Fernando da Costa (E) e Almir Bastos (D) falaram aos senadores sobre as dificuldades da União para cobrar dívidas

A reunião foi promovida pelo presidente da CAE, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), para que o Congresso tenha condições de auxiliar na cobrança da dívida, o que poderia significar incremento na arrecadação, capaz de cobrir despesas como o aumento do salário mínimo.

Segundo Tourinho Neto, os problemas começam na Procuradoria da Fazenda Nacional, que, apesar dos esforços empreendidos, não tem como fazer a cobrança, por não dispor de número suficiente de procuradores. Assim, disse, 36% das execuções fiscais ajuizadas estão suspensas, pois dizem respeito a pessoas que já morreram ou que mudaram de domicílio, ou a empresas que já se extinguiram.

O presidente do TRF da 1ª Região observou que, quando novas varas de execução fiscal foram criadas, não foi dada a estrutura necessária para que os processos tivessem andamento. O número médio de funcionários, disse, representa um terço do ideal. Dessa forma, acrescentou, os processos ficam "amontoados" nas salas da Justiça.

– Não há condições. Ou o governo investe e estrutura bem essas varas, ou então tudo isso é balela – afirmou o presidente do TRF.

O procurador-geral da Fazenda Nacional considerou precisa a descrição da situação da Justiça Federal feita por Tourinho Neto. Segundo ele, durante muitos anos os processos ficavam parados na Secretaria da Receita Federal até quase o fim do prazo legal. Essa situação, continuou, fazia com que a cobrança fosse praticamente impossível, pois o devedor "tinha tempo de sobra para se desfazer de seus bens e evitar a cobrança". Hoje, informou, existem cerca de 17 mil processos por procurador. Até 1999, por exemplo, havia três procuradores para todo o estado do Amazonas.

O procurador-geral também reclamou dos sucessivos cortes que, nos últimos três anos reduziram o orçamento da Procuradoria da Fazenda Nacional pela metade. Com base nesses fatos, Almir Bastos considera o valor inscrito na dívida ativa irrealizável.

– No que tange à nossa proposta em 2001, estamos diante da possibilidade de um corte ainda maior. A expectativa é pessimista. Acho que a União, os três Poderes precisam ter consciência disso – declarou.

Senadores demonstram empenho em melhorar estrutura de arrecadação

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Ney Suassuna (PMDB-PB), considerou a situação das varas de execução fiscal e da Procuradoria da Fazenda Nacional "estarrecedora". Ele assumiu o compromisso de lutar pela manutenção do orçamento previsto para a Procuradoria da Fazenda Nacional e para as varas de execução fiscal da Justiça Federal.

– Estamos estupefatos, pasmos de ver como essa área está entregue ao léu. Não sabíamos que as dificuldades eram tantas. Todo esse dinheiro daria para pagar durante vários anos a diferença que se calcula para o aumento do salário mínimo – afirmou Suassuna.

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) propôs que a CAE forme uma comissão com representantes da Justiça Federal, da Procuradoria da Fazenda Nacional e da Receita Federal, para buscar mecanismos que possam assegurar as condições necessárias à cobrança da dívida ativa.

Ao apoiar a proposta de Tuma, o senador Bello Parga (PFL-MA) solicitou à Procuradoria da Fazenda Nacional dados que permitam avaliar o montante real da dívida ativa, como o total que pode ser efetivamente arrecadado em cada R$ 100 cobrados.

Diante do cálculo apresentado pelo procurador-geral da Fazenda Nacional, Almir Martins Bastos, de que cada real investido na cobrança da dívida importa R$ 15 de incremento imediato na arrecadação, o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) sugeriu que a comissão sugerida por Tuma apresente proposta que estime os investimentos necessários para aumentar a arrecadação já no próximo ano.

– Vamos admitir que R$ 3,6 bilhões (necessários para cobrir o aumento do salário mínimo para R$ 180) são 4% do valor que se tem a arrecadar. Se, instrumentalizados, a Procuradoria e a Justiça Federal conseguirem incremento de arrecadação de tal nível, estamos diante do argumento necessário para aquinhoar o orçamento do montante necessário. Se a CAE abraçar esse desafio, temos condições de propor essa solução – afirmou Arruda.

O procurador-geral da Fazenda Nacional afirmou que, com os recursos, o órgão poderia tocar o projeto de cobrança de grandes devedores e o projeto de diligênci-

TOTAL ARRECADADO DA DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO ENTRE 1993 E 2000

Ano	Total arrecadado (Em bilhões de reais)
1993	0,101
1994	1,099
1995	2,019
1996	3,464
1997	2,335
1998	3,083
1999	5,019
2000**	5,075

** Até outubro. A estimativa para o ano está entre R$ 6,5 bilhões e R$ 7 bilhões.

as, que prevê convênios com o Registro Nacional de Veículos Automotores (Renavam), com companhias telefônicas e até com cartórios de registros de imóveis para localizar os devedores.

Já o presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, Tourinho Neto, apesar de afirmar que é impossível precisar qual seria o aumento na arrecadação, disse que o investimento nas varas de execuções fiscais permitiria melhor andamento dos processos e diminuiria a demora na cobrança. Observou, entretanto, que o povo e as empresas estão sem recursos para quitar suas dívidas.

– O quadro é de calamidade e não pode perdurar. Se recebermos uma quinta parte dessa dívida, arrecadamos cerca de R$ 20 bilhões. O que falta é sensibilidade da equipe econômica para resolver esse problema – afirmou o presidente da CAE.

CCJ aprova financiamento público de campanha eleitoral

Comissão acata, por unanimidade, projeto que proíbe as doações feitas a partidos ou candidatos por pessoas físicas e jurídicas. Senadores também decidem ampliar para quatro anos o prazo de filiação de candidatos a cargos eletivos

O financiamento público de campanhas eleitorais e o fortalecimento da fidelidade partidária – por meio da ampliação para quatro anos do tempo de filiação dos candidatos a cargos eletivos – foram aprovados em caráter terminativo, na noite de ontem, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Caso não seja apresentado por pelo menos um décimo dos senadores recurso para que os projetos sejam apreciados em Plenário, eles seguirão diretamente para a Câmara dos Deputados.



Para membros da comissão, o financiamento das campanhas exclusivamente com recursos públicos pode contribuir para reduzir os índices de corrupção

A comissão decidiu por unanimidade – 13 votos a zero – tornar exclusivamente público o financiamento das campanhas eleitorais. O texto aprovado veda a partido e candidato receber "direta ou indiretamente doação em dinheiro ou estimável em dinheiro" proveniente de pessoa física ou jurídica.

– Com essa medida, estaremos seguramente reduzindo os índices de corrupção, uma vez que os grandes escândalos da administração pública brasileira tiveram início nas campanhas eleitorais – afirmou o relator do projeto, Álvaro Dias (PSDB-PR). Ele advertiu, porém, que a proposta aprovada, de autoria de Sérgio Machado (PSDB-CE), pode se transformar em "letra morta" se não houver uma rigorosa fiscalização das campanhas eleitorais.

Nos anos em que se realizarem eleições, segundo o projeto, as doações orçamentárias para o fundo partidário levarão em conta a quantia de R$ 7 por cada eleitor alistado pela Justiça Eleitoral. Do montante arrecadado, 1% será encaminhado em parcelas iguais a todos os partidos e 99% serão destinados aos partidos de forma proporcional, conforme o tamanho de suas bancadas. Será levada em conta a filiação dos candidatos eleitos no momento do pleito. Com isso, procura-se evitar que as mudanças de partidos após as eleições tenham influência sobre a distribuição dos recursos públicos entre os partidos.

Por 13 votos a dois, a comissão também acolheu parecer favorável ao projeto do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) que se destina a evitar a troca de partidos por candidatos eleitos. De acordo com a proposta, os candidatos a cargos eletivos que já tenham pertencido a outro partido precisarão estar filiados por pelo menos quatro anos em sua atual agremiação para poderem concorrer às eleições. Se houver mudança de partido após a eleição, o candidato não poderá então participar do pleito seguinte.

– Esse projeto estabelece a fidelidade partidária – afirmou Bornhausen durante o debate na comissão. Ele utilizou as 143 trocas de partidos realizadas por candidatos eleitos em 1998 como argumento favorável à aprovação da matéria. "Essas trocas desmoralizam a classe política", sustentou. O relator do projeto, Sérgio Machado, afirmou que as mudanças de partido são feitas pelos candidatos eleitos sem consulta aos eleitores. "Dessa forma, os eleitores escolhem mas não decidem", disse o senador.

O projeto aprovado mantém em um ano o prazo de filiação partidária dos candidatos que nunca tenham pertencido a outro partido. Exclui ainda do prazo mínimo de quatro anos de filiação os candidatos que tenham saído de seus partidos em caso de fusão de legendas ou para participar, como fundadores, de novo partido político.

VOTO DE LOUVOR

A CCJ aprovou ainda voto de louvor ao presidente Fernando Henrique, apresentado por Pedro Simon (PMDB-RS), pela indicação da primeira mulher – Ellen Gracie Northfleet – para o cargo de ministra do Supremo Tribunal Federal.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Governo nega plano de extinguir o PET, programa de melhoria do ensino superior

O secretário nacional de Educação Superior, Antônio MacDowell Figueiredo, disse ontem, em audiência pública na Comissão de Educação (CE), que o governo não pretende extinguir o Programa Especial de Treinamento (PET). Tampouco, acrescentou, há qualquer avaliação negativa em relação aos resultados obtidos até agora.

O PET, que concede bolsas a alunos e professores de graduação, tem como objetivos contribuir para melhorar o ensino superior, fortalecer a formação de pesquisador e envolver professores e alunos num trabalho em grupo e com perspectiva interdisciplinar.

A senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), autora do requerimento para a audiência pública, criticou o Ministério da Educação. Afirmou que "o MEC vem se propondo a reestruturar o PET, mas não diz como", e comete erro de avaliação ao considerar o programa elitista. "O programa distribuiu 3.579 bolsas, com resultados positivos de avaliação, tanto no aproveitamento individual como na eficácia institucional, como sistema de tutoria", disse.



Na audiência pública, nenhum dos debatedores defendeu a extinção do PET

O secretário entende que o PET deve ser modificado. Para ele, o principal objetivo do programa, desenvolver a tutoria (a qualificação de aluno para auxiliar colegas), já não precisa de estímulos específicos.

O vice-presidente da Comissão de Educação da Câmara, Gilmar Machado, discorda. Ele defendeu a continuidade do programa e denunciou a postura do MEC, "que não tem cumprido os compromissos que assumiu em relação ao PET".

O presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Wadson Ribeiro, disse que os bolsistas do PET estão sem receber há três meses, mostrando a negligência do governo com os interesses nacionais.

A professora Wilma Figueiredo, vice-presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, ressaltou que a SBPC é coautora do PET mas não o vê "como um programa cristalizado". O desafio, explicou, é fazer educação de massa sem abrir mão de núcleos de excelência.

O estudante Gabriel Porfeito Castro, membro da Executiva Nacional em Defesa do PET, disse que estudantes de todo o país estavam reunidos em Brasília em defesa do PET. Ele alertou para o risco de o MEC desmobilizar o programa com o pretexto de modificá-lo.

Senadores e deputados defendem a manutenção das bolsas de estudo

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) sugeriu que governo, professores e estudantes negociem a continuidade do Programa Especial de Treinamento (PET). No debate com Antônio MacDowell, secretário nacional de Educação Superior, ela afirmou que o Bloco Oposição – do qual é a líder – lutará contra qualquer corte de recursos para a educação, especialmente os que são repassados ao ensino, à pesquisa e à extensão na universidade pública. A senadora estranhou que, apesar dos elogios e promessas do secretário, de que dará prosseguimento ao PET, haja a impressão contrária.

– Não é por causa de algum "delírio persecutório" que professores e alunos vieram, de todo o Brasil, lutar pela continuidade do programa – afirmou, pedindo a MacDowell que proponha mecanismos de debate com as pessoas envolvidas no projeto e com a sociedade.

Pressionado pelos deputados presentes à audiência – Babá (PT-PA) e Agnelo Queiroz (PCdoB-DF) –, MacDowell reconheceu que a política do MEC é mesmo a de cortar a bolsa de R$ 741 paga mensalmente aos 314 professores universitários que participam do PET como tutores, apesar de os recursos constarem no Orçamento da União. Ele afirmou que essa é uma decisão do ministério, anterior à sua posse e que não tem como modificá-la.

O senador Ricardo Santos (PSDB-ES) defendeu a manutenção do pagamento da bolsa aos professores. Ele apontou a elevada carga de trabalho e a necessidade de estimular os profissionais, e alertou para os prováveis prejuízos aos projetos desenvolvidos pelo PET se as bolsas forem cortadas.



Heloísa propõe debate entre governo, alunos e professores

Emilia Fernandes também propôs que MacDowell inicie um diálogo com participantes do PET e reitores de universidades públicas de todo o país, visando determinar as novas diretrizes para o programa. Ela mencionou afirmação recente de MacDowell em que ele desdenha do Congresso. O secretário negou que tenha feito a afirmação e prometeu comparecer às reuniões propostas pela senadora.



Romero Jucá atribui as raízes da expansão econômica ao primeiro mandato de Fernando Henrique

Jucá destaca retomada do crescimento sem inflação

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) afirmou que a economia brasileira passa por uma fase "excepcional de desenvolvimento e tem tudo para persistir no futuro, com reflexos positivos na geração de emprego, na redução da pobreza e nos investimentos sociais". Em sua avaliação, essa realidade surge após três anos das crises financeiras na Ásia e Rússia e da desvalorização do real, em que foi preciso superar imensos obstáculos.

Em pronunciamento no Plenário, o parlamentar previu um "futuro brilhante" para a economia nacional *se o governo mantiver "o pulso e a sabedoria de persistir nesse mesmo caminho e ainda fizer as reformas que faltam". Ele* destacou que pela primeira vez, em décadas, o país está tendo crescimento econômico com inflação baixa. Jucá enfatizou que, ao contrário de surtos de desenvolvimento do passado, a ótima fase por que passa a economia não se deve a uma "passageira bolha de consumo manipulada pelo governo".

O senador lembrou, recorrendo a dados publicados pela revista *Exame*, que nos últimos 12 meses foram criados mais de 900 mil empregos. A estimativa, acrescentou, é que haverá crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) em torno de 4% este ano. Além disso, as exportações tiveram grande expansão.

Romero Jucá saudou o recorde de exportações do país no primeiro semestre do ano, chegando a US$ 26 bilhões. E lembrou que, se no início da década de 90 os investimentos externos somavam apenas US$ 1 bilhão, o panorama agora é outro. Os investimentos vindos do exterior, que no ano passado foram de US$ 30 bilhões, este ano repetirão esse valor.

Segundo o parlamentar, as raízes da atual expansão localizam-se no primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso.

Comitê quer usar verbas de emendas parlamentares para aumento do mínimo

A proposta, que possibilita recursos para o reajuste, será apresentada na manhã de hoje às lideranças partidárias. Deve ser sugerido também o corte de R$ 300 milhões nas verbas de custeio

O comitê de receitas da Comissão Mista de Orçamento decidiu ontem propor às lideranças partidárias o emprego de metade da verba reservada às emendas do Congresso ao Orçamento de 2001. A intenção é garantir o aumento do salário mínimo para R$ 180 no dia 1º de maio do próximo ano. No projeto orçamentário, o Executivo reservou R$ 1,6 bilhão para as emendas parlamentares.

O comitê também concordou com sugestão do Executivo de cortar R$ 300 milhões nas verbas de custeio. E R$ 1,7 bilhão será propiciado pela aprovação de dois projetos que tramitam na Câmara destinados a combater a sonegação de impostos. As três alternativas garantem o valor necessário para que o mínimo seja aumentado para R$ 180, e não R$ 159, como o Executivo propôs no projeto de Orçamento.

Presidido pelo senador Amir Lando (PMDB-RO), também relator-geral da proposta orçamentária, o comitê de receitas apresentará a proposta aos representantes dos partidos em reunião marcada para a manhã de hoje. Se os líderes concordarem, o plenário da Comissão Mista de Orçamento votará à tarde adendo ao relatório preliminar de Amir Lando já aprovado há um mês.



O comitê propôs ainda a aprovação de dois projetos, em tramitação na Câmara dos Deputados, para combater a sonegação de impostos

Com isso, deverá ser resolvido o maior entrave à rápida tramitação do projeto orçamentário, que é a definição do dinheiro a ser destinado ao INSS, que paga o salário mínimo a 12,3 milhões de aposentados. Os partidos de oposição vêm obstruindo os trabalhos da Comissão de Orçamento com o argumento de que se deve resolver com prioridade a origem de recursos para o aumento do mínimo.

O comitê chegou a essas três alternativas depois de ouvir o deputado Ricardo Barros (PPB-PR), que esteve reunido pela manhã, no Palácio do Planalto, com o secretário-geral da Presidência e os ministros do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Casa Civil. Para bancar o aumento do mínimo, o governo propôs, além do corte de R$ 300 milhões no custeio, o uso de toda a verba de emendas do Congresso e a cobrança de previdência dos servidores públicos inativos a partir de meados do próximo ano. O comitê concordou apenas em parte com as propostas do Planalto, rejeitando o uso de dinheiro dos inativos devido às dificuldades de se aprovar emenda com essa finalidade.

Das três fontes indicadas pelo comitê de receitas, o relator-geral já havia sugerido, com apoio dos líderes partidários, a aprovação dos projetos anti-sonegação – o principal deles dá à Secretaria da Receita Federal acesso às movimentações bancárias de suspeitos de sonegação. A proposta se encontra na Câmara dos Deputados. Documento preparado pela Receita e encaminhado ao senador Amir Lando informa que 207.464 pessoas movimentaram cada uma, no ano passado, mais de R$ 200 mil, mas foram omissas sobre isso na declaração de renda.

No caso de empresas, os números são mais expressivos. Exatamente 118.129 firmas movimentaram no sistema financeiro R$ 48 bilhões, mas informaram à Receita que nada tinham a pagar de Imposto de Renda. Outra informação que provocou surpresa no relator-geral do Orçamento: 24 empresas movimentaram R$ 34 milhões nos bancos, mas informaram à Receita que se encontram inativas. Os dados foram tirados da arrecadação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e foram divulgados para justificar a necessidade de aprovação do projeto que flexibiliza o sigilo bancário. Um segundo projeto contra sonegação pune o uso abusivo, conhecido como elisão fiscal, de brechas na legislação para reduzir o pagamento de Imposto de Renda.

Amir Lando descarta aumento do Imposto de Renda sobre altos salários

O relator-geral do projeto de Orçamento para 2001, senador Amir Lando (PMDB-RO), descartou qualquer aumento de Imposto de Renda sobre os altos salários para financiar o aumento do salário mínimo. Depois de se reunir com o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, o relator afirmou que o Brasil já teve experiência, há alguns anos, com alíquota de Imposto de Renda de 35% para salários mais elevados e o aumento de arrecadação "foi insignificante", não passando de R$ 65 milhões ao ano.

– O secretário me disse que não há na Receita nenhum estudo para cobrar 1% de "contribuição da solidariedade" sobre os salários superiores a R$ 10 mil – disse Amir Lando.

Para o senador, também não existe necessidade do envio de projeto do Executivo ao Congresso para elevar o salário mínimo, pois proposta com essa finalidade já está em tramitação na Câmara.

Conforme notícia dos jornais, o presidente Fernando Henrique Cardoso teria informado a sindicalistas que enviaria o projeto, acompanhado de sugestões de aumento da receita para bancar o novo mínimo. "As alternativas constam do meu relatório preliminar, já aprovado pela Comissão de Orçamento, e são praticamente as mesmas citadas pelo presidente", acrescentou o senador. As diferenças ficam por conta da "contribuição da solidariedade" e de uma reestimativa das receitas.

O relator-geral acrescentou que, das alternativas que apresentou, apenas a cobrança de Imposto de Renda dos fundos de pensão "não depende do Congresso", e sim do Supremo Tribunal Federal (STF). O presidente do tribunal, ministro Carlos Velloso, comprometeu-se com o senador Amir Lando a colocar em votação, ainda este ano, ação sobre o assunto. Os fundos lutam na Justiça há 12 anos contra a cobrança de impostos, sob o argumento de que são instituições de finalidade social e, portanto, gozam da isenção prevista na Constituição.

– Se a solução do STF demorar, o presidente da República tem poder para baixar medida provisória esclarecendo que os fundos de pensão são obrigados a pagar impostos – afirmou Amir Lando. Em seu relatório preliminar, o relator-geral informou que decisão do STF favorável à Fazenda Nacional poderá gerar arrecadação anual de Imposto de Renda no valor de R$ 2 bilhões. Deste total, R$ 900 milhões ficariam com a União e o restante seria repassado aos estados e municípios. Fora isso, há um estoque de dívida dos fundos que chegaria a R$ 9 bilhões.



Lando: cobrança de IR dos fundos de pensão depende do Supremo Tribunal Federal



Álvaro Dias é o presidente da CPI, cujos trabalhos foram prorrogados até o fim de 2001

Presidente do Coaf fala sobre irregularidades em bingos

CPI do FUTEBOL

A CPI do Senado que está investigando o futebol brasileiro ouvirá hoje, a partir das 9h, a presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), Adrienne de Senna. Ela falará sobre irregularidades nas operações de bingos. A entidade denunciou ao Ministério Público 5.208 operações suspeitas de movimentarem irregularmente R$ 5 bilhões entre agosto de 1999 e outubro deste ano.

Na reunião de terça-feira, a CPI do Futebol, presidida pelo senador Álvaro Dias (PSDB-PR), aprovou requerimento no sentido de que o Coaf transfira para a comissão todas as informações sigilosas que constem em seus bancos de dados referentes à Confederação Brasileira de Futebol (CBF), ao treinador Wanderley Luxemburgo, à estudante de Direito Renata Alves e a diversos empresários e empresas ligados ao futebol.

O depoimento do ex-técnico da Seleção Wanderley Luxemburgo deve ser realizado na próxima quinta-feira. Os dados referentes à quebra dos sigilos bancário e fiscal do treinador já estão à disposição da CPI. Luxemburgo deverá explicar sobre denúncia feita por Renata Alves de que ele teria montado e operado uma rede de negócios envolvendo o recebimento de comissão pela escalação de jogadores, uso de imagem, compra e venda de veículos e transferência irregular de dólares ao exterior.

O relator da CPI do Futebol, senador Geraldo Althoff (PFL-SC), informou que os trabalhos da comissão parlamentar de inquérito foram prorrogados até o dia 31 de dezembro do próximo ano. Ele observou, no entanto, que antes dessa data o relatório final já deverá ter sido aprovado. "Definimos esse prazo maior para não ser necessário ficar prorrogando várias vezes os trabalhos da CPI", afirmou.

Senado reverencia memória de Guido Mondin

Morto recentemente, ele foi deputado federal, senador e ministro do Tribunal de Contas da União, numa carreira que será relembrada durante a Hora de Expediente da sessão de hoje

O ex-deputado, ex-senador e ex-ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Guido Mondin, recentemente falecido, será homenageado pelo Plenário do Senado na Hora do Expediente da sessão plenária de hoje. Nascido em Porto Alegre, no ano de 1912, Mondin exerceu com vigor atividades em campos tão distintos quanto a política, a arte, os esportes, a contabilidade, o civismo, os negócios, a educação e o associativismo. A homenagem foi requerida pelos senadores Emilia Fernandes (PDT-RS), José Fogaça (PMDB-RS), Pedro Simon (PMDB-RS), Osmar Dias (PSDB-PR), Álvaro Dias (PSDB-PR) e Roberto Requião (PMDB-RS).

Depois de infância marcada pelo estudo das artes plásticas, Guido Mondin dividiu-se entre a prática de esportes como o ciclismo e a atividade sindical. Aos 16 anos, montou com outros ciclistas uma guarda de honra que acompanhou o então governador do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas, no trajeto entre Porto Alegre e São Leopoldo. Naquela época, Mondin militava no Partido Libertador, mas viria a ser um membro atuante do Partido Integralista, o que lhe rendeu ferimentos e prisões.



O gaúcho Guido Mondin também foi economista e trabalhou como executivo e empresário

Ao longo de uma existência marcada pela participação política e comunitária, Mondin manteve seus compromissos com as artes plásticas, dedicando-se a cursos e fazendo exposições. Formou-se em Economia, trabalhou como empresário e executivo. Também buscou no teatro burlesco recursos para divulgar suas idéias. Na campanha para prefeito de Caxias do Sul, já promulgada a Constituição de 1946, desenvolveu campanha célebre em que se utilizou de peças publicitárias extremamente imaginativas, carretas e programas de rádio.

Sua carreira política começou a ganhar amplitude com a eleição para deputado estadual, a princípio como suplente, em 1948. Em 1956, foi eleito deputado federal, também como suplente. Em 1959, foi eleito senador pela coligação PPR-PTB, momento em que mostrou grande habilidade política, utilizada para resolver os conflitos entre os dois partidos.

Com o advento do bipartidarismo, em 1967, optou pela Arena, terminando sua atividade parlamentar, como senador, em 75. Daquele ano até 1982, ocupou uma cadeira de ministro no TCU, que presidiu durante o ano de 1978.

Plenário decide se convoca ministro das Relações Exteriores

Três dias depois da renúncia do presidente do Peru, Alberto Fujimori, o Senado decide hoje se convoca o ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, a esclarecer, perante o Plenário, as razões que levaram o governo brasileiro a articular o asilo político do seu principal assessor, Vladimiro Montesinos, no Panamá. O asilo não chegou a consumar-se.

A convocação de Lampreia é objeto de requerimento do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que quer ouvir as explicações do chanceler sobre a posição do Brasil em relação aos recentes acontecimentos políticos no Peru, que culminaram na renúncia de Fujimori. O ex-presidente peruano está prestes a ser substituído pelo presidente do Congresso, Valentin Paniagua, seu opositor.

O Senado também vai deliberar sobre projeto do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) convocando plebiscito no Pará para criar o estado de Tapajós. O parlamentar propôs o desmembramento de municípios para que viessem a integrar o novo estado, mas o relator, senador Jefferson Péres (PDT-AM), sugeriu a realização de plebiscito para criar três territórios na área atualmente ocupada pelo Amazonas.



O senador Mozarildo Cavalcanti apresentou projeto propondo a criação do estado de Tapajós

Ainda hoje, o Plenário dedica a Hora do Expediente a uma homenagem à memória do ex-deputado, ex-senador e ex-ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Guido Fernando Mondin.

Os senadores também vão apreciar decretos legislativos destinados a outorgar concessão para o funcionamento das seguintes emissoras: Sistema Jornal de Rádio, de Piracicaba (SP); Rádio Cultura Venda Nova, de Ibatiba (ES); Brasil Amazônia Comunicação e Empreendimentos, de Redenção (PA); e Fundação Donatile Costa, de Pedro Avelino (RN).

Suassuna quer ajuda contra alto índice de analfabetismo da PB



Ney Suassuna

Indignado com o alto índice de analfabetismo registrado na Paraíba (32% da população), o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) disse que a situação "é inaceitável" e cobrou uma ajuda especial e diferenciada do governo federal.

– O povo e o governador José Maranhão, que faz um excelente governo, malgrado os recursos escassos e as demandas sociais imensas, merecem essa ajuda, ademais prevista na Constituição – afirmou.

O índice de analfabetismo na Paraíba, explicou o senador, foi revelado pelo Instituto Nacional de Pesquisas em Educação (Inep), a partir de dados obtidos no censo do IBGE realizado em 1996. Segundo Suassuna, a situação é pior na zona rural, onde o analfabetismo chega a 47,3% da população. "Que expectativa de melhoria de vida podem almejar essas 337 mil pessoas analfabetas?", questionou.

Outro dado alarmante apontado pelo senador são as taxas de analfabetismo por faixa etária. No grupo de pessoas maiores de 50 anos, o índice de analfabetismo se aproxima do patamar de 68%. Suassuna assinalou que, nessa *faixa de idade, tudo se torna mais difícil, até o simples ato de sair de casa para ir a uma escola.*

– Eu não gostaria nem um pouco de ter de concordar com o ex-ministro José Goldenberg, quando diz que a taxa de analfabetismo no Brasil cai cerca de 1% ao ano simplesmente porque o contingente de analfabetos vai morrendo. Se temos de esperar os analfabetos mais idosos irem morrendo para fazer baixar a vergonhosa porcentagem do analfabetismo no Brasil, devemos perguntar: onde está, então, a ação do governo em favor da educação dessa gente mais idosa? – questionou.

Ele alertou ainda para o fato de que, numa época de desemprego estrutural no mundo e em contexto de baixo investimento no Brasil, há um desemprego em cada grupo de cinco brasileiros. Além disso, ressaltou, o analfabetismo atinge todas as faixas etárias e é grande a evasão escolar, pois as crianças precisam trabalhar para ajudar no sustento da família. "Precisamos, no Brasil, alçar a bandeira da educação como prioridade número um", concluiu Suassuna.

Fundação Teotonio Vilela edita livro sobre a seca no Nordeste

De 1825 a 1983, o "lento genocídio das secas" exterminou três milhões de nordestinos, o que equivale à metade das vítimas do nazismo durante a Segunda Guerra Mundial, afirma o historiador Marco Antonio Villa. Ele é o autor do livro *Vida e Morte no Sertão – História das Secas no Nordeste nos Séculos XIX e XX*, lançado ontem no Espaço Cultural Zumbi dos Palmares da Câmara dos Deputados. O livro é co-editado pela Fundação Teotonio Vilela, presidida pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), e Editora Ática.

Para Villa, apesar dos graves problemas que acarreta, o drama das secas não tem recebido a atenção que merece de historiadores e outros estudiosos. Ele fez um levantamento não só das perdas humanas, mas também das políticas equivocadas – ou da ausência de políticas – para a seca em dois séculos. Em foto na seção iconográfica do livro, que tem 270 páginas e custa R$ 19,90, um grupo de pessoas é visto numa frente de emergência varrendo a Transamazônica.

– Quando falamos das mazelas da seca somos recebidos com olhares de tédio, num sinal de que o problema não é compreendido. A seca tornou-se um tema banal, menos para quem morre, adoece e empobrece sob seus efeitos – disse Alcântara.

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO

HOJE

6h30 – *Cidadania* – Senadora Geraldo Cândido e o deputado federal Paulo Paim falam sobre o Dia Nacional da Consciência Negra
7h30 – Entrevista Especial – Juíza Ellen Northfleet, primeira mulher indicada para o Supremo Tribunal Federal
8h – Jornal do Senado
8h30 – TV Escola – Educação Ambiental – Erosão e desertificação
9h – *CPI do Futebol (ao vivo)*
10h – *Sessão Plenária (ao vivo)*
17h30 – *Entrevista Especial – Juíza Ellen Northfleet, primeira mulher indicada para o Supremo Tribunal Federal*
Logo após – Comissão de Assuntos Econômicos (gravado)
14h30 – Sessão Plenária (reapresentação)
18h30 – *Entrevista Especial – Juíza Ellen Northfleet, primeira mulher indicada para o Supremo Tribunal Federal*
Logo após – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (gravado)
21h – *Jornal do Senado*
21h30 – CPI do Futebol (gravado)
Logo após – Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h – Agenda Senado
Em seguida – Música e informação
9h – CPI do Futebol
Em seguida – Música e informação
10h – Sessão Plenária do Senado (viva)
Em seguida – Música e informação
14h30 – *Sessão Plenária do Senado (reprise)*
Em seguida – Música e informação
19h – *A Voz do Brasil*
Em seguida – Música e informação
20h30 – *Senado em Linha Direta – Edição Nordeste*
Em seguida – Música e informação
21h – *Senado em Linha Direta – Edição Norte/Centro-Oeste*
Em seguida – Música e informação
21h30 – *Senado em Linha Direta – Edição Sul/Sudeste*
Em seguida – Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações técnicas para recepção do sinal da TV Senado

Net: operadora local informa o número do canal
DirecTV: canal 163
Sky Net: canal 30
Tecsat: canal 17
Internet: www.senado.gov.br

Antena Parabólica – Sistema Digital:
- Satélite: B1
- Transponder: 1 BE (Banda Extendida)
- Polarização: Vertical
- Freqüência: 3.644,4 MHz
- Freqüência (Banda - L): 1.505,75 MHz
- Antena: 3,6 m
- PID: Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio Digital MPEG-2 DVB
- Symbol Rate: 3,2143Ms/s
- FEC: ¾

Antena Parabólica – Sistema Analógico:
- Satélite – B1
- Transponder – 11 A-2 (canal 8)
- Polarização: Horizontal
- Freqüência – 4.130 MHz

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:
- Antena parabólica tipo TVRO (teiado) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11,com conectores tipo F

Informações técnicas:
- Freqüência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC,1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

TV Senado entrevista primeira mulher indicada para o STF

Ellen Gracie Northfleet reconhece, em entrevista que vai ao ar hoje, a existência de várias formas de discriminação na sociedade brasileira

A juíza Ellen Gracie Northfleet, cuja indicação para o Supremo Tribunal Federal foi aprovada ontem pelo Senado, afirma que boa parte das críticas feitas na sociedade à morosidade do Judiciário são legítimas e que o problema pode ser superado em grande parte pela modernização da administração judiciária.

A declaração foi feita em entrevista exclusiva que a TV Senado exibe hoje, às 7h30, 12h30 e 18h30. No programa, Ellen também reconhece a existência de várias formas de discriminação na sociedade brasileira, sejam sexuais ou de raça. No entanto, ela considera que sua indicação para o Supremo pode ser uma sinalização às mulheres sobre a possibilidade de desempenho de funções notáveis no país.

Logo após a transmissão ao vivo da sessão plenária de amanhã, a TV Senado reapresentará a sabatina a que a juíza foi submetida, na terça-feira, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.



Ellen Northfleet acha que sua indicação pode ser uma sinalização às mulheres brasileiras

Geraldo Cândido homenageia Zumbi dos Palmares e o Almirante Negro

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) homenageou ontem a memória de Zumbi dos Palmares e o transcurso dos 90 anos da Revolta da Chibata, movimento liderado pelo marinheiro João Cândido, conhecido como o Almirante Negro. O senador destacou a instituição de um novo feriado na cidade do Rio de Janeiro, dedicado a Zumbi dos Palmares, no dia 20 de novembro, e o lançamento da pedra fundamental de um monumento ao marinheiro João Cândido, em cerimônia realizada na Praça 15.

Geraldo Cândido lembrou que o Quilombo dos Palmares não abrigou apenas escravos negros fugitivos, mas também brancos e índios oprimidos pela sociedade colonial, o que fez dele um símbolo de democracia e de efetiva interação entre as raças.

– Nossa sociedade ainda não conquistou tal respeito pelas diferenças entre raças e culturas. Negros e índios encontram-se hoje na posição de excluídos, isto para falar apenas de discriminação racial, pois mulheres e idosos também sofrem a exclusão – afirmou.

Com base em documento apresentado na Conferência Mundial de Combate ao Racismo, o senador denunciou o veto do presidente Fernando Henrique Cardoso à educação de jovens e adultos e o desestímulo à educação infantil, no âmbito da lei que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). O veto, disse o senador, pode representar uma concepção educacional do governo, mas, também, constituir uma atualização da legislação brasileira que interditava aos negros o acesso à educação, como ocorreu no Brasil Colônia e no Brasil Império.

O senador recordou que a chamada Revolta da Chibata ocorreu devido ao hábito dos oficiais da Marinha de Guerra brasileira de aplicar castigos corporais aos marinheiros, prática abolida desde 1881 na Marinha inglesa. Para Geraldo Cândido, o sentido racista e desumano do uso da chibata para punir os marinheiros fica claro no depoimento de um oficial da Arma, publicado no livro *Política Versus Marinha*, de 1911, para quem "o maior problema da Armada estava na cor dos marinheiros". Segundo estimativa do oficial, 50% dos marinheiros eram negros, 30% mulatos, 10% caboclos e 10% brancos "ou quase brancos".



Cândido criticou o veto à educação de jovens e adultos e o desestímulo à educação infantil

Júlio alerta para ameaça ao governador do Acre

Segundo o senador, Jorge Viana estaria sendo vítima da mesma imprevidência de que Chico Mendes foi vítima 12 anos atrás. À época, disse, as denúncias mostrando que o líder seringueiro poderia ser morto também foram ignoradas

Nabor pede que Polícia Federal investigue denúncias

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) pediu ontem que o Ministério da Justiça designe logo um delegado especial da Polícia Federal para investigar as ameaças de morte que teriam sido feitas contra o governador do Acre, Jorge Viana. Ele lembrou que as denúncias já vinham sendo feitas em Plenário, pelo senador Tião Viana (PT-AC), há cerca de um ano, e que a polícia do Acre não iniciou qualquer investigação.



Nabor Júnior: denúncias foram baseados em editorial do *Gazeta do Acre*

Nabor repudiou a atitude do governador e de Tião Viana que, segundo disse, teriam estranhado o fato de ele levar ao Plenário do Senado a suspeita de que as ameaças não são verídicas. "Como se esse fosse um tema menor, paroquial, e não merecesse a atenção de um senador eleito", afirmou.

O senador explicou ainda que as denúncias foram baseadas em editorial do jornal *Gazeta do Acre*, que também serviu de fundamentação para o pedido de indicação de um delegado da PF. Nabor Júnior destacou entrevista ao mesmo jornal em que o superintendente da Polícia Federal no Acre, delegado Glorivam Bernardes de Oliveira, admite a existência de crise entre a instituição e o governo do estado. Segundo Nabor, o superintendente afirmou não ter nenhuma ordem para investigar as ameaças e nem dispor de dados que possibilitem dizer que há um atentado em andamento ou a elaboração de um plano para matar qualquer dirigente político.

Em aparte, o senador Júlio Eduardo (PT-AC) concordou com a necessidade de uma investigação sobre as ameaças e informou ter participado de audiência na sede da Polícia Federal, em que ficou acertado o envio, ainda ontem, de uma equipe de investigação a Rio Branco (AC).

Calheiros quer revisão de acordo que transfere presos para Alagoas

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) fez apelo ao ministro da Justiça, José Gregori, para que seja revisto o acordo celebrado com o governador de Alagoas, Geraldo Lessa, que prevê a transferência de R$ 2,6 milhões, para dar continuidade às obras da penitenciária Baldomero Cavalcante, em troca da transferência para Alagoas de criminosos de altíssima periculosidade que cumprem pena em outros estados.



Renan Calheiros: o acordo pune Alagoas e não será aceito pela população

Segundo Calheiros, o acordo pune Alagoas, que já é o estado mais fragilizado socialmente do Brasil. "Alagoas não é a Alcatraz brasileira. Nosso povo honrado e trabalhador não irá aceitar a conversão do estado num caldeirão do crime organizado", disse.

Calheiros relatou que cinco integrantes do Comando Vermelho e dois seqüestradores de Wellington Camargo, irmão da dupla Zezé de Camargo e Luciano, já foram transferidos para Alagoas. E está prevista a ida de mais 100 detentos. Segundo disse, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e o Ministério Público de Alagoas, além dos juízes das varas de execução penal, foram unânimes em repudiar o acordo e alertar sobre sua ilegalidade.

O senador considera que a iniciativa do governador deixou a sociedade apreensiva e pode transformar Alagoas "no estado do pânico", dominada pelo medo. "A imagem do estado, pela qual a bancada federal trabalha exaustivamente, ficará comprometida caso esse acordo não seja desfeito."

O senador Júlio Eduardo (PV-AC) afirmou ontem em Plenário que o governador do Acre, Jorge Viana (PT), estaria sendo vítima da mesma desatenção e imprevidência que levaram ao assassinato, há 12 anos, do líder seringueiro Chico Mendes. Ele lembrou que o governador do Acre à época do crime, Flaviano Melo, que se elegeu prefeito de Rio Branco nas últimas eleições, não levou a sério as ameaças contra Chico Mendes, a exemplo do que faz hoje, disse, o senador Nabor Júnior (PMDB-AC), em relação às ameaças contra a vida de Viana.

Conforme Júlio Eduardo, "nem mesmo o célebre personagem central" do romance *Crônica de uma morte anunciada*, de Gabriel Garcia Marques, teve a morte prevista como o líder seringueiro e ecologista. O senador criticou seu colega Nabor Júnior por desqualificar em discurso no Plenário as denúncias de que o governador também está sendo ameaçado.



Júlio Eduardo cobrou medidas contra os ameaças que o governador do Acre está recebendo

– O apoio manifestado pelo presidente da República, em passagem recente pelo Acre, deve se traduzir em medidas concretas em defesa da pessoa do governador e de seus familiares. Manifestações como as do senador Nabor nos preocupam justamente porque podem eventualmente desmotivar um conjunto de iniciativas preventivas que são imprescindíveis neste momento – disse Júlio Eduardo.

Em aparte, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) solidarizou-se com Jorge Viana e com a iniciativa de Júlio Eduardo. Ela afirmou imaginar o que estão passando o governador e sua família. A senadora cobrou das autoridades medidas contra as ameaças para garantir a sobrevivência dos princípios democráticos no Acre. Também apoiou o discurso de Júlio Eduardo o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que mencionou a defesa do meio ambiente como um dos fatores que levaram ao crescimento do PT e do PV na Amazônia.

Senador cobra liberação de recursos para extrativismo

O bloqueio de verbas do Orçamento para programas de extrativismo está prejudicando um grande número de comunidades da região amazônica, afirmou ontem em Plenário o senador Júlio Eduardo. Ele referiu-se especificamente ao programa Amazônia Solidária, considerado pelo parlamentar uma "iniciativa importante do governo federal", ao qual foram destinados créditos suplementares no valor de R$ 7,13 milhões.

O dinheiro deve ser usado na produção, beneficiamento e comercialização de borracha, castanha, coco babaçu, açaí, pupunha e outros produtos da região. Conforme Júlio Eduardo, depois do esforço para aprovação da lei prevendo o crédito suplementar, aproxima-se o fim do exercício de 2000 sem que os recursos tenham sido disponibilizados. Dessa forma, o Ministério do Meio Ambiente fica impossibilitado de realizar os convênios com as associações e cooperativas de produtores.

RESULTADO DA ORDEM DO DIA

QUARTA-FEIRA, 22 DE NOVEMBRO DE 2000

1 Projeto de Decreto Legislativo nº 265, de 1999 (nº 151/99, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que renova o caucessão do Sistema Jornal da Rádio Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pirocicaba, estado de São Paulo. Parecer nº 275/2000-CE, relator: senador Bello Parga, favorável, com abstenção do senador Geraldo Cândido.

2 Projeto de Decreto Legislativo nº 72, de 2000 (nº 203/99, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Cultura Venda Nova FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Ibatiba, estado do Espírito Santo. Parecer nº 975/2000-CE, relator: senador Gerson Camata, favorável.

3 Projeto de Decreto Legislativo nº 107, de 2000 (nº 293/99, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que outorga permissão à Brasil Amazônia Comunicação e Empreendimentos Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora na cidade de Redenção (PA). Parecer nº 986/2000-CE, relator: senador Luiz Otávio, favorável, com abstenção do senador Geraldo Cândido.

4 Projeto de Decreto Legislativo nº 142, de 2000 (nº 423/2000, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Donatile Costa para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Pedro Avelino, estado do Rio Grande do Norte. Parecer nº 1.091/2000-CE, relator: senador Agnelo Alves, favorável, com abstenção do senador Geraldo Cândido.

5 Projeto de Decreto Legislativo nº 19, de 1999. Senador Mozarildo Cavalcanti Convoca plebiscito sobre a criação do estado do Tapajós. Parecer nº 951/2000-CCJ, relator: senador Romeu Tuma, favorável, com as emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta, com voto contrário do senador José Eduardo Dutra e abstenção do senador Lúcio Alcântara.

6 Requerimento nº 434, de 2000 Senador Roberto Requião Solicita, nos termos regimentais, o reexame, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, do Projeto de Lei do Senado nº 194, de 1999

7 Requerimento nº 505, de 2000. Senador Eduardo Suplicy Solicita a convocação do ministro de Estado das Relações Exteriores, senhor Luiz Felipe Lampreia, para prestar, perante o Plenário desta Casa, esclarecimentos sobre os razões que levaram o governo brasileiro a articular a operação de exílio política no Panamá para o sr. Vladimiro Montesinos, principal assessor do presidente do Peru, sr. Alberto Fujimori. Parecer da CRE favorável, relator: senador José Sarney.

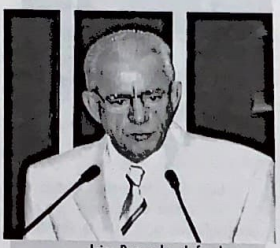
Fonte: Secretaria-Geral da Mesa

Iris Rezende defende o perdão das dívidas das nações mais pobres

Os países menos desenvolvidos também precisam de cooperação internacional para enfrentar a fome, a miséria e o abandono, disse ele, ao relatar participação na 55ª Assembléia Geral da ONU

Ao registrar sua participação na 55ª Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), no período de 6 a 19 de novembro, o senador Iris Rezende (PMDB-GO) defendeu a cooperação mútua entre as nações, a adoção de programas voltados para a educação e a saúde, o acesso de todos à ciência e a criação de mecanismos eficientes para impulsionar o desenvolvimento local, principalmente em países prejudicados pela fome, miséria e abandono.

Iris Rezende pregou a redução ou o perdão das dívidas das nações mais pobres, ressaltando que a medida "poderia salvar muitas vidas e resgatar a dignidade dos que estão jogados à margem da sociedade". Ele afirmou que a ONU vem se esforçando para criar um ambiente de solidariedade entre os países, cobrando atitudes concretas por parte das nações mais ricas.



Iris Rezende defendeu a "democratização das riquezas, da tecnologia e do conhecimento"

A situação atual, observou o senador, em que as superpotências exibem seu poderio econômico enquanto a maioria dos países "amarga o subdesenvolvimento", gera um cenário de injustiças que precisa ser modificado. "São necessárias medidas concretas no rumo da democratização das riquezas, do conhecimento e da tecnologia", afirmou.

Os debates a respeito do esforço para erradicar a pobreza, promover o pleno crescimento econômico e valorizar as ações sociais tiveram prioridade na assembléia-geral, disse Iris Rezende, acrescentando que a ONU definiu metas e estratégias para mobilizar a cooperação internacional nesse campo.

Também foram debatidos, completou o senador, temas como direitos humanos, direitos da mulher, financiamento ao desenvolvimento, meio ambiente, diálogo de civilizações, reformulação do Conselho de Segurança da ONU e a participação da União Parlamentar na discussão dos problemas mundiais.

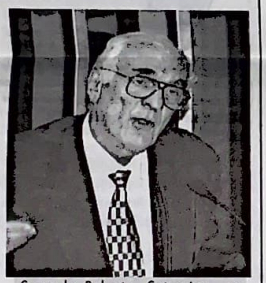
Saturnino alerta para os riscos de crise cambial

O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) alertou para a crise cambial *que pode surgir em decorrência da política de privatizações do governo Fernando Henrique Cardoso.* Segundo o senador, o governo está vendendo patrimônio para conseguir fechar o balanço de pagamentos, como aconteceu esse ano, com o produto da privatização do Banespa. "E quando essas estatais acabarem? Vão vender, ou alugar a Amazônia?", perguntou.

Saturnino disse que essa é uma política "irresponsável', porque empresas de energia, telefonia e bancos privatizados vão gerar remessas crescentes de lucros ao exterior, representando mais um fator de desequilíbrio cambial.

– As atuais autoridades governamentais – observou – talvez pensem que a situação irá explodir no colo do Lula, e tudo ficará bem. Muito se enganam, elas responderão por crimes de responsabilidade diante dos tribunais.

Ele lembrou o caso da Argentina, que privatizou todos os ativos estatais e agora está em situação difícil, pensando até em dolarizar sua economia, o que, a seu ver, significa perder a soberania nacional.



Segundo Roberto Saturnino, as autoridades "responderão por crimes de responsabilidade"

– O governo Menem comprometeu o futuro da nação e o governo Fernando Henrique está prosseguindo na mesma política de dilapidar patrimônio brasileiro de maneira irresponsável – frisou o senador.

Para Saturnino, o desequilíbrio cambial é a conseqüência mais grave da política de privatizações, mas há outros aspectos importantes que somente uma CPI poderá descobrir. Ele questionou o resultado do leilão do Banespa, que rendeu três e meia vezes mais do que o preço mínimo fixado para a privatização. "Isso deixou a avaliação feita pelo governo muito mal", disse.

Ricardo Santos pede recursos para recuperar cultura de cacau

O senador Ricardo Santos (PSDB-ES) anunciou que está formalizando pedido ao Banco do Nordeste para que a recuperação de lavouras de cacau seja incluída em programas de crédito especial do banco, como o FNE-Verde. Ele defendeu a liberação de recursos também por outras instituições oficiais de crédito, como o Banco da Amazônia, o Banco do Brasil e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para assegurar o uso produtivo das terras destinadas à cultura de cacau.



Para Santos, instituições como o BNDES também deveriam atuar nessa área

Ao abordar o problema da cultura de cacau, Ricardo Santos explicou que estava sendo solidário aos produtores do Espírito Santo, sobretudo os dos municípios de Linhares, São Mateus e Colatina. Ele explicou que no seu estado os problemas dos cacauicultores se tornam mais graves devido à ausência de outras alternativas de produção nas áreas da Mata Atlântica nas quais estão implantadas as lavouras.

– O déficit hídrico acentuado da região e seus efeitos sobre a produtividade, além do baixo preço do produto, poderão acelerar o declínio da lavoura cacaueira – afirmou Ricardo Santos.

Ele explicou que a falta de chuvas e a senilidade de algumas lavouras provocaram a redução de 3 mil hectares na área plantada no Espírito Santo, acabando com 1.500 dos 5 mil postos de trabalho que o setor oferecia.

Outra conseqüência da decadência da cultura de cacau no Espírito Santo, segundo Ricardo Santos, é o desmatamento das matas ciliares no entorno do Rio Doce, onde estão implantadas as lavouras de cacau, para a implantação de outras atividades produtivas. "Decorre desse fato o risco ambiental relativo à destruição de mais de 5.200 hectares da Mata Atlântica e o conseqüente assoreamento do Baixo Rio Doce, a partir de Colatina, rumo ao Pontal de Ipiranga, em Linhares", disse o senador.

Eduardo quer explicações do Serasa sobre denúncia

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) anunciou que apresentará, em nome do seu partido, requerimento às comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Fiscalização e Controle (CFC) pedindo a convocação do presidente do Serasa, Elcio Aníbal de Lucca, para se pronunciar a respeito de denúncia feita por um advogado do Paraná de que a empresa estaria vendendo informações protegidas constitucionalmente por sigilo.

Em uma série de reportagens exibidas pela TV Bandeirantes, o advogado, que preferiu não se identificar, disse que os comerciantes associados ao Serasa têm acesso a um banco de dados onde podem alterar cadastros de *pessoas físicas. Eduardo Siqueira Campos informou que, a título de demonstração, o advogado teria introduzido informações falsas no cadastro do deputado federal Aloizio Mercadante (PT-SP), com o consentimento do parlamentar paulista.*



Eduardo: violação aos direitos dos consumidores

– O advogado inscreveu Mercadante como se ele fosse autor de cheque sem fundos. O deputado chegou a ser intimado pela Receita Federal, demonstrando a fragilidade e a forma como vêm sendo violentados os direitos dos consumidores. Até informações do presidente Fernando Henrique estão disponíveis – afirmou Eduardo.

Na avaliação dele, o depoimento do presidente do Serasa deve fornecer subsídios para que sejam encontrados meios de coibir a quebra do sigilo de informações protegidas pela Constituição. Ele também defendeu a punição do Serasa, empresa criada para centralizar informações cadastrais de bancos. E revelou que tem recebido vários depoimentos de brasileiros que se dizem inscritos na empresa por débitos que não contraíram.

– Várias pessoas também continuam com os nomes na lista mesmo depois de liquidar seus débitos – disse, acrescentando que as reportagens da Bandeirantes comprovam o desrespeito a dados protegidos legalmente pelo sigilo.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Antonio Carlos Magalhães, Geraldo Melo, Ademir Andrade, Carlos Patrocínio, Tião Viana e Geraldo Cândido

Jornal da Câmara

PORTE PAGO
DR-BSB
ISR 47-331/86

REVOLUÇÃO GARANTIDA
PRT - 47-840/92

Brasília - Quinta-feira, 23 de

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ano 2 - Nº 439

CÂMARA MUNICIPAL
Rua Rota dos Emigrantes,425
Caixa Postal – 94
HOLAMBRA I - SP
13825-000

Michel Temer reafirma à CUT empenho por salário mínimo

Representantes da Central Única dos Trabalhadores (CUT), liderados pelo seu presidente, João Felício, solicitaram, ontem, o apoio do presidente da Câmara, Michel Temer, para o reajuste dos salários de todos os servidores públicos e para a reposição das perdas do FGTS. Eles informaram também que não aprovam as propostas anunciadas pelo governo para o financiamento do aumento do salário mínimo, como a tributação dos fundos de pensão, a cobrança previdenciária dos inativos e o chamado imposto de solidariedade, mesmo assalariados que ganham mais de R$ 10 mil contribuiriam com um percentual de 1% ao imposto de renda. João Felício disse que os trabalhadores não concordam com a cobrança de mais impostos da população, especialmente dos aposentados.

Benedita Passos



Temer com os representantes da Central Única dos Trabalhadores

Michel Temer reafirmou seu apoio à luta sindical e à Câmara de buscar fórmulas para o reajuste do salário mínimo e chamou a atenção para o esforço conjunto em torno da questão. "Pela primeira vez, todos estão empenhados na busca de um aumento para o salário mínimo e, ainda, em antecipar para janeiro o aumento normalmente concedido no mês de maio", afirmou.

O encontro com Michel Temer, que contou com a participação dos deputados Aloizio Mercadante (PT-SP), Paulo Paim (PT-RS) e Paulo Rocha (PT-PA), fez parte das manifestações que a CUT promoveu durante o dia de ontem em Brasília.

Impasse permanece e governistas tentam obter inversão da pauta

Não houve acordo para a aprovação do Projeto de Lei Complementar (PLP) 9/99, do Executivo, que dispõe sobre o regime de previdência complementar dos servidores públicos. O relator da emenda aglutinativa de plenário, deputado José Carlos Aleluia (PFL), com o apoio do deputado Bonifácio de Andrada (PSDB-MG), encaminhou questão de ordem sobre a possibilidade de inversão da pauta, de forma a serem votadas primeiro as outras propostas que também estão com urgência constitucional vencida.

O líder do PT, deputado Aloizio Mercadante (SP), contestou essa possibilidade. Disse Mercadante que, se quer manter a urgência constitucional para o PLP 9/99, o governo deve ter a responsabilidade política de reconhecer a obstrução. "Não podemos aceitar que, depois de mais de um mês de impasse, não se respeite a seqüência da pauta. Seria um desgaste institucional muito grave" – reagiu Mercadante. Pelo PSB, o deputado Alexandre Cardoso (RJ), apoiou Mercadante e afirmou que a inversão seria "um precedente perigosíssimo".

O presidente Michel Temer, após destacar que a paralisação das votações preocupa a todos na Casa, e que seu ponto de vista a respeito do assunto já é de conhecimento dos líderes, anunciou que só decidirá sobre a questão de ordem na próxima terça-feira, após nova tentativa de acordo no colégio de líderes. "Espero um acordo até terça-feira. Se não houver, que o governo retire a urgência", sugeriu Temer. *Ontem, o PLP acabou retirado da pauta de ofício, após o relator da comissão especial, deputado Robson Tuma (PFL-SP), apresentar seu parecer sobre as emendas de plenário.*

Brasil quer fim de subsídios de produtos agrícolas

O Brasil defenderá, na próxima rodada multilateral da Organização Mundial do Comércio, o fim dos subsídios às exportações dos produtos agrícolas, a abertura desse mercado e a queda de barreiras tarifárias e sanitárias. O principal alvo dessas reivindicações são os países da União Européia, que protegem seus produtos da concorrência internacional, mas as mudanças podem não ser rápidas. "Creio que eles sabem que não poderão manter os subsídios por muito tempo, porque a pressão será insuportável. Acho que irão eliminá-los gradualmente, dentro de um contexto de negociação", avaliou o ministro das Relações Exteriores, Felipe Lampreia, na Comissão de Agricultura.

Gregori anuncia R$ 1 bi para Fundo de Segurança

O ministro da Justiça, José Gregori, em audiência na Comissão Especial de Segurança Pública, garantiu que o Fundo Nacional de Segurança Pública deverá contar com R$ 1 bilhão, nos orçamentos de 2001 e 2002. Ele fez um balanço do Programa Nacional de Segurança Pública e as conquistas até o momento obtidas depois do seu lançamento, em junho deste ano. Na audiência, Gregori também garantiu que o Ministério atacará a problemática da segurança privada no primeiro trimestre de 2001, reconhecendo que a "fiscalização é deficitária e os próprios profissionais pedem mais rigor no controle, pois ao lado das empresas cadastradas aparecem outras clandestinas". Sobre os agentes penitenciários, prometeu que, no próximo ano, do total de gastos com a área penitenciária serão aplicados 30% na capacitação desses profissionais.

Página 2



O presidente da Câmara, Michel Temer, abriu, ontem, o seminário A Polícia e os Direitos Humanos, *que contou com a presença do presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Mário Velloso.*

Página 2

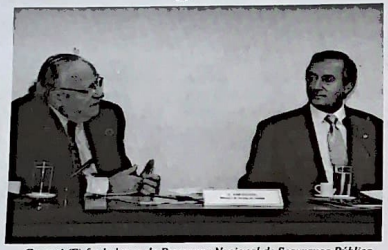
1ª Conferência Nacional de Educação, Cultura e Desporto. Palestras nos auditórios Nereu Ramos e do Anexo IV

Comissões

Fundo Nacional de Segurança Pública contará com R$ 1 bi

O Fundo Nacional de Segurança Pública deverá contar com R$ 1 bilhão, distribuídos igualmente nos orçamentos da União para os anos de 2001 e 2002, garantiu o ministro da Justiça, José Gregori, em audiência na comissão especial sobre a segurança pública. Ele fez um balanço das ações desenvolvidas no âmbito do Plano Nacional de Segurança Pública, lançado pelo governo federal em junho desse ano.

Considerado pelo ministro o coração do programa, o fundo contou com R$ 250 milhões neste ano, repartidos dentre os estados mediante convênios que estabeleciam objetivos ligados à compra de equipamentos, construções, capacitação e treinamentos na área. "O comitê gestor do fundo analisou cada proposta e sugeriu a divisão dos recursos para que nenhum ficasse de fora", ponderou.



Gregori (E) faz balanço do Programa Nacional de Segurança Pública

Outra conquista do plano, segundo Gregori, foi a revitalização do tema ao permitir a diminuição do afastamento de estados entre si e em relação à União no tratamento das questões de segurança pública. Para ele, com as consultas formuladas para finalizar o plano e a criação do comitê, obteve-se uma maior integração.

Concretamente, por parte da União, citou a realização de cinco operações de fiscalização em rodovias federais e estaduais, com mobilização de mais de 30 mil policiais na última delas. O ministro exemplificou também com as melhorias no Serviço Nacional de Proteção à Testemunha, que resguarda hoje 240 pessoas, e o programa de agentes de desenvolvimento nas cidades do Entorno do Distrito Federal, responsáveis pela realização de atividades sociais e treinamento junto a jovens de comunidades carentes.

Embora tenha elogiado a iniciativa do governo na formulação do plano, a deputada Zulaiê Cobra (PSDB-SP) lamentou a ausência de consultas ao Legislativo e mostrou-se preocupada com o crescimento do número de profissionais e de empresas de segurança particular, para os quais ainda não existe uma fiscalização eficiente. "Em São Paulo, por exemplo, não se tem idéia nem de quantos vigias noturnos há", ressaltou. Ela questionou também o que o Ministério da Justiça pretende fazer para reestruturar a carreira de agente penitenciário, capacitando esses profissionais para que os policiais possam ser liberados de ações de guarda de presos, competência da Justiça.

José Gregori garantiu que o Ministério atacará a problemática da segurança privada no primeiro trimestre de 2001, reconhecendo que a "fiscalização é deficitária e os próprios profissionais pedem mais rigor no controle, pois ao lado das empresas cadastradas aparecem outras clandestinas". Sobre os agentes penitenciários, prometeu que, no próximo ano, do total de gastos com a área penitenciária serão aplicados 30% na capacitação desses profissionais.

Em resposta a questionamento do deputado Wanderley Martins (PDT-RJ) sobre quais os critérios aplicados pelo comitê para direcionar os recursos do fundo, Gregori destacou que a atenção dada à integração das polícias militar e civil foi um dos principais critérios e, no próximo ano, um dos principais fatores será o cumprimento dos objetivos propostos nos convênios.

Presidente do STF aponta juizados de instrução como solução contra abusos

O presidente da Câmara, deputado Michel Temer, disse, ontem, ao abrir o seminário *A Polícia e os Direitos Humanos*, promovido pela Comissão de Direitos Humanos, que o evento favorece a convergência entre os direitos humanos e o Sistema de Segurança Pública. "A preocupação da comissão é exatamente fazer essa interação entre a idéia de direitos humanos e a idéia do direito do próprio policial. É importante compreender a atuação da polícia, sem embargo disso, fazer com que haja uma pregação, até didática, de que o policial preserve, na sua atuação, os direitos individuais", disse.

O presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Carlos Velloso, que também participou da abertura do seminário, defendeu a criação dos juizados de instrução, composto por um delegado, um juiz e um representante do MP, o que, acredita, melhoraria a qualidade dos inquéritos policiais e de todos os processos deles decorrentes. Segundo o ministro, de 2 milhões de boletins de ocorrência abertos em São Paulo, somente 400, em média, tiveram inquéritos instaurados. Carlos Velloso acredita que essa ação conjunta acabaria com abusos hoje praticados e inquéritos mal feitos. "Eu penso que um juizado de instrução, onde teríamos juntos juiz, Ministério Público e polícia, jamais teria condição de se falar em tortura e por isso os direitos humanos seriam preservados".

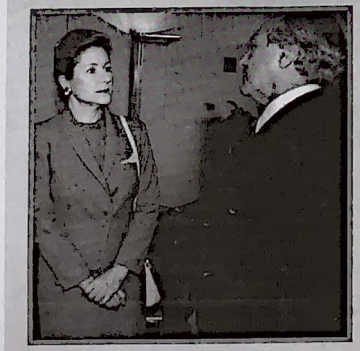
O ministro propôs que se comece uma experiência pela investigação dos crimes organizados, como o narcotráfico, que ele classifica como um dos que mais violam os direitos humanos.

Outro ponto defendido pelo ministro foi a súmula vinculante que, segundo ele, resolveria entre 80% e 85% dos 80 mil processos que tramitaram nesse ano.

Dois painéis foram apresentados. Pela manhã, o tema foi *A reforma da polícia e a Constituição Federal* e, à tarde, o debate foi em torno dos novos paradigmas da atividade policial.

O presidente da comissão, deputado Marcos Rolim (PT-RS), informou que a Caravana Nacional dos Direitos Humanos, desta vez voltada para o direito do policial, vai percorrer, na primeira semana de dezembro, seis estados, incluindo o Rio de Janeiro, onde a média de policiais assassinados é de 32 em cada 10 mil. A caravana já visitou os hospitais psiquiátricos e diversos presídios do país.

Presidência

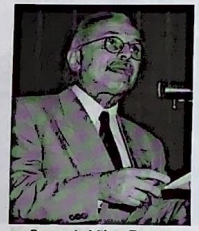


O presidente da Câmara, Michel Temer, recebeu a visita da juíza Ellen Gracie Northfleet, que será a primeira mulher a ocupar o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). A indicação de Northfleet foi aprovada ontem pelo plenário do Senado. O reaparelhamento do Poder Judiciário foi um dos temas debatidos no encontro.

Plenário

Milton Temer critica venda do Banespa e denuncia "caixa dois"

Ao elogiar a mobilização da bancada paulista do seu partido, que lutou contra a privatização do Banespa, o deputado Milton Temer (PT-RJ) afirmou que o Banco Santander comprou o Banespa pelo triplo do valor mínimo estipulado pelo governo federal, porque tinha consciência de que estava adquirindo um patrimônio barato. Ele chamou atenção para o fato de que o valor pago pelo Santander estava de acordo com a avaliação feita por economistas da Unicamp e Dieese e contrário à realizada pelo Tribunal de Contas da União. "Com este episódio, podemos constatar que privatização no governo tem relação com o caixa dois e com outros caixas semelhantes aos da campanha do candidato Fernando Henrique Cardoso", acusou.



Deputado Milton Temer

O parlamentar criticou, ainda, o procedimento do Banco Central durante o processo de privatização, denunciando que, para assegurar a variação do câmbio, o BC pagou por cada dólar do Santander R$ 1,91, quando a moeda americana já estava sendo vendida pelos bancos privados brasileiros por R$ 1,89. Segundo ele, só nesta operação de entrada dos dólares do Santander, o governo teve um prejuízo de R$ 333 milhões. "É mais uma soma que o governo entrega ao sistema financeiro internacional", frisou o deputado, advertindo que a privatização do Banespa é uma prévia do projeto de governo para privatizar o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal.

Milton Temer lamentou que o governo tenha entregue aos investidores estrangeiros uma instituição financeira que custou ao Banco Central R$ 30 bilhões para ser saneado, lembrando que "o próprio Armínio Fraga reconheceu, em declarações, que o governo entregou a jóia da coroa". Em sua avaliação, desde o começo, o governo Fernando Henrique Cardoso optou por uma política de proteção aos banqueiros, que foi executada por intermédio do Proer. "No final do primeiro mandato, na renegociação da dívida com FMI, muda o padrão de Fernando Henrique, que passa a ser comandado pelo Sistema Financeiro Internacional", afirmou, acrescentando que, a partir daí, o Sistema Financeiro Internacional passou a determinar as linhas de ação do Banco Central.

Pellegrino apela por 11% para servidores

O deputado Nelson Pellegrino (PT-BA) cobrou à Mesa que conceda aos servidores da Câmara o percentual de 11% reconhecido pela Justiça aos servidores públicos que tiveram seus salários corrigidos pela média da URV. "Se o STF decidiu que é ilegal a metodologia de cálculo e que isso trouxe 11% de prejuízo para o salário dos servidores e inclusive o STJ já repassou esse valor para os seus servidores, a regra também vale para os servidores do Legislativo", ressaltou.

O parlamentar também repudiou a decisão da juíza da Segunda Vara Criminal Especializada de Salvador, Janete de Oliveira, que decretou a prisão preventiva do presidente do Sindicato dos Policiais Civis, Crispidião Dalto, pelo fato de o sindicalista não ter endereço fixo. "Porque a corregedoria forneceu à Justiça o endereço antigo do líder sindical, a juíza, com a justificativa de que Crispidião não tinha endereço certo, decretou a prisão preventiva dele", salientou.

Haroldo Lima: "FHC vendeu maior banco do país"

O deputado Haroldo Lima (PCdoB-BA) analisou os detalhes da negociação da venda do Banespa ao banco holandês Santander, afirmando tratar-se de "uma entrega do patrimônio nacional, que pode significar um comprometimento do presidente e de sua equipe econômica com a desnacionalização do sistema financeiro". "O presidente acaba de abrir mão do maior banco do país, vendendo a preço de banana a parcela do Banespa que valia muito mais do que o que fora avaliado pelo governo", acusou.

Segundo o parlamentar, "o Santander gastou R$ 7 bilhões, quando sabia que o Banespa valia R$ 11 bilhões, enquanto o governo o subavaliou em R$ 1 bilhão". Outro fato que chamou sua atenção foi o presidente do Supremo Tribunal Federal ter exposto juízos políticos sobre a matéria, contrariando sua função de emitir somente juízos jurídicos. "Em muitas ocasiões, fui defensor do ministro Carlos Veloso, mas, no caso Banespa, ele teve um comportamento, no mínimo, suspeito", disse.

Deputados condenam impasse sobre fontes para aumentar salário mínimo

A proposta do presidente Fernando Henrique para viabilização do salário mínimo de R$ 180 foi criticada pela deputada Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), que a considerou "uma afronta ao trabalhador brasileiro e um desrespeito à bancada que o apóia no Congresso". As fontes indicadas pelo presidente para custeio do novo salário mínimo são, segundo ela, a criação de um novo tributo - a Contribuição da Solidariedade; a redução do volume de emendas ao Orçamento da União; a aprovação da contribuição previdenciária dos inativos; e a taxação das aplicações dos fundos de pensão.

"São condições que jamais poderemos cumprir, portanto trata-se de um desrespeito ao cidadão trabalhador", enfatizou a parlamentar, afirmando não ser possível "um presidente que contemplou o Banco Santander com R$ 5,7 bilhões em isenção dizer que não há fonte para se conceder um salário mínimo de R$180".

João Grandão (PT-MS), por sua vez, condenou o fato de o Executivo jogar para o Congresso a responsabilidade de indicar a fonte para que o salário mínimo passe para R$ 180, classificando de "incoerente um governo que, por um lado, anuncia um aumento de 8% para os combustíveis e por outro envia à Comissão de Orçamento vários pedidos de crédito suplementar para que o Orçamento de 2001 possa ser cumprido. "O governo está numa situação onde não tem controle nem do seu próprio Orçamento", ressaltou.

João Grandão criticou, ainda, a propaganda feita pelo governo federal, nos meios de comunicação, sobre o combate à violência, afirmando que não se trata só da violência física, mas principalmente da violência social, como o desemprego e a fome, e a violência no campo. Ele denunciou, também, o assassinato de um dos coordenadores regionais do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, Sebastião de Maia, ocorrido, ontem, no município de Querência do Norte, no Paraná.

Pedro Eugênio (PPS-PE), por sua vez, falou sobre o projeto de lei de sua autoria que reflete a posição de seu partido e fixa o valor do salário mínimo em R$ 201 para maio de 2001, alertando que o país precisa de uma política de recuperação do salário mínimo que leve a Nação a acatar o que dispõe a Constituição sobre esta questão. "Pois bem, se alocarmos 10% do que está previsto no Orçamento de 2001, em discussão nesta Casa, para o pagamento dos juros da dívida, já renderia cerca de R$ 6,7 bilhões, valor mais do que suficiente para enfrentarmos, por exemplo, o salário mínimo de R$ 180", sugeriu. Ele lembrou que o Dieese calcula em cerca de R$ 1.004 o valor do salário mínimo para o dia de hoje e que, para chegar a este patamar, o salário deveria ir crescendo em termos reais ao longo dos próximos anos, de modo a garantir as condições de uma família viver dignamente em conformidade com o que dispõe a lei.

Bolsonaro diz que militares estão descontentes com reajuste parcelado

O deputado Jair Bolsonaro (PPB-RJ) criticou a proposta do Executivo para a nova Lei de Remuneração Salarial. Segundo ele, os militares estão revoltados com o fato de o ministro da Defesa, general Alberto Cardos, ter anunciado um aumento de 30%, parcelado em quatro vezes. No caso daqueles que sobem de faixa salarial e, por isso, passam a descontar mais 6,5% de imposto de renda, o reajuste de 7% no próximo mês não representa nada. "Espero que os chefes das três armas procurem os parlamentares para discutir a questão, pois este ministro da Defesa não passa de um homem servil", reagiu Bolsonaro.

Plenário

Situação do ensino preocupa parlamentares

O deputado Professor Luizinho (PT-SP) chamou a atenção para o relatório do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), do Ministério da Educação (MEC),que constatou uma queda na qualidade da educação no Brasil. "Nós temos sido ávidos críticos desse sistema e desta forma como está calcado e estruturado o processo educacional do país", ressaltou.



Professor Luizinho

O parlamentar disse que foi montada uma máquina para tentar construir planilhas, com a intenção de resolver, por um lado, a questão dos custos e, por outro, a repetência, sem contudo resolver o principal, o déficit educacional. "Primeiro que não dá conta do analfabetismo daqueles que são expurgados, e com o sistema como está, engessado, não possui a menor condição de passar a ser incluídos", explicou.

Professor Luizinho disse que o presidente Fernando Henrique Cardoso vetou a emenda, aprovada pelo Congresso Nacional, incluindo a educação fundamental não regular no Fundef. "O Fundef como está feito não respeita a sua própria legislação, ao manter, logo de cara e no início do pagamento da média, um congelamento, segundo ele, para pagar valores aviltantes em relação à base nacional", salientou. Valores que, segundo o parlamentar, deveriam ser de R$ 512 e que hoje é de R$ 333. "É uma violência para com a educação pública e gratuita do nosso país", lamentou. Disse que a União que deveria fazer a complementação e o aporte à ajuda financeira para cerca de 15 estados brasileiros só está participando em 8 estados.

"Não bastando isso, a regra imposta destruindo o que rezava a Constituição de 1988, que resguardava a educação básica como sendo educação infantil, *de zero a seis anos de obrigação dos municípios*, e de responsabilidade da educação fundamental de forma consorciada entre o município e a União, o ensino médio dos estados e de terceiro grau da União, ao ser destruído com a emenda 14, reduziu em mais de 120 mil vagas na educação infantil", salientou.

O deputado **Gilmar Machado (PT-MG)**, em seu pronunciamento, lamentou o relatório do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Senaeb) divulgado ontem nos principais jornais do país, o qual registra que o ensino básico brasileiro teve queda de qualidade em 1999, comparativamente com os anos de 1995 e de 1997.

Foram comparados testes de português e matemática feitos por alunos de algumas séries do primeiro e do segundo graus. Ele discordou veementemente dos argumentos do ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, para explicar o fato. Segundo o ministro, a queda na avaliação se deu porque a população mais pobre teve acesso à escola, por causa do Fundef. "Não queremos apenas mais vagas, mas principalmente melhorar a qualidade de ensino no nosso país", ressaltou o deputado, que espera que, na Conferência Nacional de Educação, Cultura e Desportos, que começou ontem na Câmara, sejam discutidas alternativas para mudar esta realidade.

Gilmar Machado também registrou o início do Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros, ontem, promovido pela Universidade Federal de Pernambuco. "Trata-se de um congresso extremamente importante, de onde devem sair propostas para valorizar cada vez mais a comunidade negra", disse Machado.

Outro que lamentou a avaliação sobre o ensino básico foi o deputado **Gastão Vieira (PMDB-MA)**. Para ele, a única maneira de melhorar a situação é corrigir o fluxo escolar por idade. "Caso contrário, a qualidade vai piorar ainda mais", previu o parlamentar, ao informar que, em seu estado, mais de 50% dos estudantes de 2.° grau repetiram de ano pelo menos duas vezes.

Ele chamou a atenção para convênio firmado entre o governo do Maranhão e a Fundação Roberto Marinho, no valor de R$ 140 milhões, que vai proporcionar que cada município tenha uma tele-sala, onde os estudantes de 2° grau serão supervisionados por 3.750 orientadoras de aprendizado. "Espera-se que em um ano e meio, o Maranhão tenha corrigido o fluxo de idade no segundo grau", disse Vieira.

Já a deputada **Miriam Reid (PDT-RJ)** deu como exemplo a experiência vivida pelos estudantes do Rio de Janeiro com o *Programa Nova Escola* como uma alternativa para modificar o atual quadro de fragilidade do ensino brasileiro. Seu estado foi um dos dois únicos a manter a média, na avaliação do Senaeb.

O progrma criou uma gratificação gradativa por desempenho para os professores, de acordo com os resultados obtidos pela escola e pelos alunos. "Que o nosso programa, que visa à melhoria da qualidade do ensino por meio da gestão democrática, seja um exemplo para o país, pois não podemos mais continuar assistindo a desempenhos tão baixos na qualidade do ensino brasileiro", frisou Reid.

Deputados denunciam precariedade da saúde

O deputado Ivan Paixão (PPS-SE) denunciou a gravidade da situação em que ficará a saúde do país com o contingenciamento de recursos do Sistema Único de Saúde, situação tão aguda, na opinião do deputado, que já fez com que o ministro José Serra aventasse a possibilidade de interrupção dos serviços ambulatoriais do SUS a partir do próximo dia 2. Como lembrou Paixão, a Frente Parlamentar da Saúde lançou inclusive um manifesto apelando ao Ministério da Fazenda para que libere os R$ 873 milhões que foram contingenciados. "Este fato demonstra que a prioridade do governo Fernando Henrique Cardoso não é com a população mais pobre, que realmente precisa dos serviços do SUS", ressaltou o parlamentar.



Deputado Ivan Paixão

O deputado **Léo Alcântara (PSDB-CE)**, por sua vez, alertou sobre a grave situação de saúde registrada, principalmente, nos municípios carentes do país. O parlamentar citou como exemplo o município Irapuan Pinheiro, localizado no sertão central do Ceará, campeão do estado em nascimento de bebês de baixo peso. Ele disse que, de acordo com a Secretaria de Saúde, das 181 crianças nascidas vivas, no ano passado, 26 pesavam menos de dois quilos e meio, o equivalente a um índice de 14,4%, mais que o dobro da média estadual, que é de 6,45%. "Em muitos municípios das regiões Norte e Nordeste, a população sobrevive de pequenos comércios e de uma agricultura precária por causa da seca. O povo sofre com a falta de infra-estrutura urbana e sanitária, com o desemprego e a desinformação", ressaltou.

Léo Alcântara destacou, porém, o trabalho de duas equipes do Programa de Saúde da Família (PSF), que vêm lutando para reverter o quadro em Irapuan Pinheiro, lamentando, no entanto, que muitas das mães dificultam o trabalho das equipes, não amamentando ou deixando de vacinar seus filhos.

Ele aplaudiu iniciativa do Ministério da Saúde que, por meio do Plano de Interiorização, vai garantir o trabalho de médicos e enfermeiras nas localidades mais distantes das regiões Norte e Nordeste. Segundo o deputado, o projeto terá duração de 12 meses e, para estimular a adesão de profissionais, serão distribuídas bolsas, com garantias de incentivos, que servirão como pontuação para o acesso à residência médica. "Quem quiser participar será submetido a um treinamento prévio em atenção básica de saúde e saúde da família, a fim de que o serviço a ser oferecido seja da mais alta qualidade", salientou. Por fim, o parlamentar informou que a meta do governo é atender municípios com população de até 100 mil habitantes.

Ao tomar a palavra, o deputado **Eurípedes Miranda (PDT-RO)** denunciou um surto de dengue hemorrágica que vem provocando vítimas fatais em Rondônia e apelou para que o governador do estado, José de Abreu Bianco, tome providências urgentes. "Estão faltando medicamentos e médicos", disse, afirmando que seu discurso era "um eco do povo que clama por soluções". "Eles me pedem para vir aqui denunciar essa situação, para ver se o governador se sensibiliza e olha para a situação melancólica em que estão sem perspectivas para o futuro", disse o deputado.

Comissões

Brasil quer fim das barreiras tarifárias e sanitárias a produtos agrícolas

O ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, afirmou ontem, durante audiência pública na Comissão de Agricultura e Política Rural, que o Brasil defenderá a liberação do comércio de produtos agrícolas no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), com o fim das barreiras tarifárias e sanitárias que hoje são impostas por diversos países a produtos brasileiros. "O governo tem dado grande importância a esta questão. A agricultura é a locomotiva da economia, porque gera emprego, renda e exportação, e tem de ser defendida contra estas barreiras", disse o ministro.



Luiz Felipe Lampreia avalia o cenário internacional para o comércio agrícola brasileiro

Lampreia salientou que o Brasil faz parte do Grupo de Cairns, formado por 11 países exclusivamente agrícolas, que preparam 14 propostas à OMC visando à liberação do comércio agrícola internacional. O grupo defende três pontos básicos: a total eliminação dos subsídios às exportações desses produtos, o fim do apoio doméstico à produção, na forma de isenção de impostos, crédito subsidiado e outros; e livre acesso aos mercados por meio de cortes nas altas tarifas de importação, do fim da escalada tarifária e das cotas. Para o ministro, os subsídios às exportações, praticados principalmente por países da União Européia, são "dumping financeiro", porque os produtos agrícolas subsidiados não têm condição de competitividade internacional com os brasileiros sem este suporte.

Ele defende que o Brasil negocie estas questões na rodada multilateral da OMC – onde serão discutidos temas relativos a comércio internacional são postos à mesa – a fim de facilitar a pressão contra as barreiras. "É óbvio que a agricultura não será um setor tão aberto internacionalmente quanto, por exemplo, o de comércio de produtos manufaturados", comparou Lampreia, advertindo, porém, que esta limitação não justifica o bloqueio de mercado hoje existente que, em sua visão, beneficia o produto agrícola sem qualidade.

Ao avaliar o cenário internacional para o comércio agrícola brasileiro, o ministro das Relações Exteriores lembrou que as propostas da União Européia à OMC são "vagas", e não acenam com perspectivas de mudanças a curto prazo em sua política protecionista. Lampreia acredita, porém, que os europeus deverão rever sua política de subsídios à exportação em razão do peso destes recursos no orçamento e da impossibilidade de estendê-los aos países do leste europeu, fortemente agrícolas, que estão em via de se integrar à Comunidade Européia. "Creio que eles sabem que não poderão manter os subsídios por muito tempo, porque a pressão será insuportável. Acho que irão eliminá-los gradualmente, dentro de um contexto de negociação", avaliou.

Para Luiz Felipe Lampreia, a questão *da segurança alimentar tem afetado todo o comércio exterior mundial. O chanceler lembrou que a Europa enfrenta uma grave crise econômica e política provocada pelo ressurgimento da doença da "vaca louca", enquanto o problema da febre aftosa prejudica países como Brasil, Uruguai e Argentina. Ele citou ainda os alimentos transgênicos e a carne com hormônios produzida nos Estados Unidos, temas que estão sendo discutidos na OMC.* "Segurança alimentar é um assunto polêmico e sensível no horizonte político internacional", concluiu.

País pode ser o maior produtor de carne bovina do mundo

Durante a audiência pública com o ministro das Relações Exteriores, os deputados Abelardo Lupion (PFL-PR) e Jaime Martins (PFL-MG) – ambos autores do requerimento de convocação da audiência, junto com a deputada Luci Choinacki (PT-SC) – chamaram a atenção para o potencial do rebanho bovino brasileiro e as dificuldades enfrentadas hoje neste setor. "O Brasil é o único país do mundo com potencial para dobrar seu rebanho nos próximos dez anos, atingindo 340 milhões de cabeças", revelou Martins, acrescentando que o fenômeno geraria mais de 2 milhões de empregos por ano. Ele alertou para o "perigo invisível" da consangüinidade, problema que tem afetado os rebanhos e causado aumento na mortalidade embrionária, redução de peso das reses e queda de fertilidade nos touros. Em razão disso, defendeu a importação de material de zebuínos da Ásia, a fim de aprimorar geneticamente os animais brasileiros.

Já Lupion acredita que o Brasil caminha para ser o grande fornecedor de carne bovina do mundo, por ter o maior rebanho comercial atualmente e ainda possuir 200 milhões de hectares abertos, só no cerrado, para estender a criação. "Seremos necessários em qualquer mesa de discussão internacional sobre esta rica proteína, de que o mundo tanto necessita", afirmou. O deputado obteve do ministro a garantia de que terá todo apoio necessário nas negociações das quais participa na Índia, junto com o grupo parlamentar Brasil-Índia – do qual é presidente – para fechar convênios de cooperação para importação "do que resta do gado Nelore" naquele país, referindo-se ao material genético – cuja proibição vigora deste 1964. Lupion assegurou ao ministro que embriões são isentos de patologias e que "a burocracia não pode matar um projeto tão importante para o país".

A deputada Luci Choinacki recordou a participação do ministro Lampreia na rodada da OMC em Seattle, quando afirmou, em nome do estado brasileiro, que o governo já havia cumprido sua tarefa de privatização e desregulamentação da economia, e que esperava a contrapartida dos demais países especialmente no segmento agrícola. Ela afirmou que a União Européia prossegue subsidiando sua agricultura à razão de US$ 1 milhão por dia, o que, segundo a deputada, tem gerado emprego, renda e segurança de comércio destes produtos em outros países. Enquanto isto, no Brasil, "800 mil pessoas estão abandonando o campo por ano".

Transposição do São Francisco

O deputado Marcondes Gadelha (PFL-PB) considerou uma agressão ao princípio federativo do Brasil a emenda que retira os recursos destinados às obras de transposição do Rio São Francisco anunciadas na matéria *Resistência contra a transposição do São Francisco aumenta*, do jornal *Gazeta Mercantil*. De acordo com o parlamentar, a emenda, que tramita em comissão mista, de autoria do senador Paulo Souto (PFL-BA) e relatada pelo deputado Jorge Khoury (PFL-BA), está tendo o apoio de toda a Comissão de Infaestrutura. "Está se querendo instituir a lei da selva na relação ente os estados federados", frisou. Por essa proposta, Gadelha ressaltou que os estados pequenos, pobres e secos do nordeste setentrional passam a ser garroteados e penalizados pelos estados mais fortes. O deputado apelou ao autor e ao relator da emenda para que revejam suas posições usando suas sensibilidades e senso de justiça, para que compreendam a "*gravíssima situação que se criaria em, pelo menos, três estados da Federação, se porventura essa emenda vier a ser aprovada na comissão mista*", concluiu.

Semi-árido sergipano

O deputado Jorge Alberto (PMDB-SE) apelou ao ministro Fernando Bezerra pela liberação de recursos da Sudene para combater a seca no semi-árido sergipano. "Esta é uma rotina com a qual já estamos acostumados a conviver, porém estamos passando mais uma vez graves problemas nos municípios do sertão sergipano e precisamos destes recursos para contratação de carros pipas, cestas básicas e frente produtiva de trabalho", ressaltou.

O parlamentar cobrou ainda do ministro Raul Jungman a liberação de recursos da ordem de R$ 2,2 bilhões para o projeto *Jacaré-Curituba*, de apoio aos assentamentos em Sergipe. Jorge Alberto disse que o município de Poço Redondo vem sofrendo nos últimos dias saques freqüentes e manifestações dos trabalhadores sem terra que, em protesto contra o governo, vem fechando as estradas e saqueando caminhões.

Terceiro grau

Compromisso social

*Ricardo Noronha

O Brasil forma, anualmente, um número considerável de mestres e doutores com financiamento do governo, apesar das dificuldades enfrentadas para a obtenção de recurso para investimentos na formação intelectual, científica e tecnológica, áreas consideradas essenciais para o desenvolvimento do país. Entretanto, a sociedade não tem recebido retorno dos investimentos feitos na formação desses profissionais.

Muitos desses profissionais, talvez a grande maioria, se formam utilizando bolsas de estudos concedidas pelo governo federal, através de órgãos como a Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) do Ministério da Educação e CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), órgão do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Para fazer com que os detentores de títulos de pós-graduação, obtidos através de bolsas financiadas com dinheiro do governo retribua à sociedade o que foi gasto com eles, apresentei projeto de lei que obriga o recém-formado a prestar serviços ao país por período igual à duração do curso.

A falta de retorno do que foi gasto em cursos de pós-graduação traz prejuízos não apenas pelo recurso aplicado pelo governo federal na formação intelectual, científica e tecnológica do cidadão, mas ainda por esse esforço não produzir qualquer fruto beneficiando a população.

A idéia é que esses profissionais possam contribuir para o país por determinado tempo, submetendo-se às condições de mercado e transferindo seus conhecimentos à sociedade. Esta é uma forma justa de retribuírem o que receberam.

Vale ressaltar que o aluno não será surpreendido com a medida após o final do curso. Ao ser beneficiado com a bolsa, ele tomará conhecimento do compromisso que terá com a sociedade.

Quero salientar que o CNPQ, que oferece cursos financiados com recursos públicos, adota o sistema que pretendo estender para outras instituições como a Capes. Ao ser beneficiado com a bolsa, o aluno assina um compromisso de aplicar os conhecimentos no país por igual período de duração do trabalho que realizou na área de pesquisa.

O número de alunos que se forma em cursos de pós-graduação, mantido com dinheiro do governo é bastante elevado no país. Somente a Capes mantém constantemente cerca de 22 mil alunos em cursos desse nível no Brasil e aproximadamente 1.500 no exterior.

Os gastos da Capes em cursos de pós-graduação em 1998 foram de aproximadamente R$ 390 milhões. A dotação orçamentária prevista para este ano é de cerca de R$ 440 milhões.

O projeto estabelece uma forma justa de retorno desses gastos à sociedade.

*Ricardo Noronha *é deputado federal pelo PMDB/DF*



Vestibular já era

*Nice Lobão

A partir da década de 60, o ensino educacional brasileiro entrou em declínio.

No que tange às universidades, a qualidade do ensino deteriorou-se, proliferando instituições de nível superior privadas, cujo objetivo não foi a conquista da excelência acadêmica mas a mercantilização do ensino, o lucro imediato, sem qualquer preocupação com a qualidade.

Como sempre dizia o saudoso professor-senador Darcy Ribeiro, passou a valer a regra segundo a qual "os professores fingem que ensinam e os alunos fazem de conta que aprendem".

Penso que o vestibular é uma máquina obsoleta que atrapalha a juventude brasileira porque estabelece o ciclo vicioso do ensino médio e fundamental de qualidade duvidosa, privilegiando os "cursinhos" que a par de uma maratona infernal do anti-aprendizado, nada acrescentam no histórico escolar de um estudante e futuro profissional, sem falar nos altos custos dispendidos pelas famílias com algum filho no chamado pré-vestibular.

Vivemos uma época de completa interação de valores e não podemos globalizar apenas o que traz repercussão no mundo econômico.

Países desenvolvidos não conhecem o vestibular como método de acesso ao ensino superior. Possuem um ensino fundamental e médio de inquestionável qualidade onde os alunos já estudam sabendo o que vão cursar na universidade.

O nosso Projeto de Lei 73/99 estabelece 50% (cinqüenta por cento) das vagas nas universidades para serem preenchidas mediante seleção de alunos no ensino médio.

É um primeiro passo para extinguirmos de uma vez por todas o famigerado vestibular, tormento dos estudantes brasileiros e mantenedor do ensino faz-de-conta que impede o crescimento de milhões de jovens em nosso país.

Já contamos com o incentivo e apoio da União Brasileira de Estudantes Secundaristas.

Esperamos o voto favorável dos colegas deputados na Comissão de Educação e nos plenários da Câmara e do Senado.

*Nice Lobão *é deputada federal por PFL/MA*

Jornal da Câmara — Anexo I, 15º andar, sala 1505 — Fone: (0xx61) 318-5098/99 — Fax: (0xx61) 318-2196 — Disque Câmara 0800 619619 — Rádio Câmara FM 96,9 MHz — TV Câmara - canal 14 -Net/DF canal 28 -Sky — www.agencia.camara.gov.br — Mídias Alternativas Internet/Intranet midias@camara.gov.br

Jornal da Câmara na internet: www.camara.gov.br / E-mail: jornal@camara.gov.br

Mesa da Câmara dos Deputados

Presidente: Michel Temer
1º Vice-Presidente: Heráclito Fortes
2º Vice-Presidente: Severino Cavalcanti
1º Secretário: Ubiratan Aguiar
2º Secretário: Nelson Trad
3º Secretário: Jaques Wagner
4º Secretário: Efraim Morais
Suplentes: Giovanni Queiroz, Luciano Castro, Zé Gomes da Rocha, Gonzaga Patriota
*Diretor-Geral:*Adelmar Silveira Sabino
Secretário-Geral da Mesa: Mozart Vianna de Paiva

SECOM - Secretaria de Comunicação Social

Diretor: Ronaldo Paixão (061) 318-5085 / Fax: (061) 318-2108
Divulgação: Sonia Costa (061) 318-5085
Relações Públicas: Osvaldo Vaz Morgado (061) 318-5092
Rádio Câmara: Vladimir Almeida (061) 318-8310
TV Câmara: Sérgio Chacon (061) 318-5080
Agência Câmara: Ademir Malavazi (061) 318-8473
Mídias Alternativas:Arnolfo Carvalho (061) 318-7420

Jornal da Câmara

Diretora: Amneres Pereira (061) 318-5098/99 - Fax: (061) 318-2196
Editora-Chefe: Marina Carvalho
Editores: Marcondes Sampaio, Luís Cláudio Pinheiro, Oscar Telles, Vera Ramos, Vânia Alves, Roberto Seabra, Luís Renato
Diagramadores: Antônio Alves Ferreira Júnior, José Alberto de Almeida Filho, André Cerino, José Antonio Filho
Ilustrações: André Cerino
Revisoras: Isolda Marinho, Heloísa Lira, Malva Beatrice
Fotografia: J.Batista, Salu Parente, Sônia Baiocchi, Eltom Bomfim, Benedita Passos, Leio
Impressão: Imprensa Nacional Presidência da República

AGENDA

Agenda da TV

Horário	Quinta 23/11
07:30	Palestra: Holismo a Aquisição deLínguas Estrangeiras
08:30	Tradição Ocidental (01) O Despertar da História
09:00	Brasil em Debate
09:30	Comissão ou Plenário
12:30	Série: O Maravilhoso Mundo da Arqueologia "Gerasa: A Pequena Roma no Oriente"
13:00	Arte Brasileira: Burle Max
14:00	Plenário ao Vivo
18:30	Memória Política: Apolônio de Carvalho
19:30	Série: O Maravilhoso Mundo da Arqueologia "Gerasa: A Pequena Roma no Oriente"
20:00	Arte Brasileira: Burle Max
21:00	Tradição Ocidental (01) O Despertar da História
21:30	Jornal da Câmara
22:00	Brasil em Debate
22:30	LINK "Mercado de Telefonia Celular"
23:30	Reapresentação de Sessão Plenária ou de Comissão
01:00	Jornal da Câmara
01:30	Tradição Ocidental (01) O Despertar da História
02:00	Brasil em Debate:
02:30	Palestra: Holismo a Aquisição deLínguas Estrangeiras
03:30	Série: O Maravilhoso Mundo da Arqueologia "Gerasa: A Pequena Roma no Oriente"
04:00	Arte Brasileira: Burle Max
05:00	Reapresentação de Sessão Plenária ou de Comissão

Agenda da Câmara

QUINTA-FEIRA, 23.11.00

PRESIDÊNCIA
Hora: 13:30 Pauta: Visita protocolar do presidente da Polônia, Maciej Plazynski.
PLENÁRIO
Hora: 9:00 Pauta: Discussão do PR 60/00, que dispõe sobre a cooperação interparlamentar entre a Câmara dos Deputados e a Assembléia do Poder Popular da República de Cuba e o PR 14/99, que cria o Grupo Parlamentar Brasil-Costa Rica.
Hora: 16:00 Pauta: Sessão solene em homenagem aos *Atletas de Cristo no Brasil.*
COMISSÕES
Educação
Hora: 9:00 Local: Nereu Ramos, Anexo II
Pauta: Continuação da 1ª Conferência Nacional. Mesa Redonda sobre *Concepção e desafios para o século XXI.* Presença da expositora Maria Helena Guimarães.
Hora: 14:00 Local: Nereu Ramos, Anexo II
Pauta: Palestra sobre *Política e Gastão*, com Edsom Machado, Guiomar Mello e Regina Vinhaes.
CCJR
Hora: 10:00 Local: Plenário 1, Anexo II
Pauta: Reunião para apreciação de proposições da comissão.
Agricultura
Hora: 10:00 Local: Plenário 6, Anexo II
Pauta: Audiência pública com a participação da Comissão de Trabalho, sobre a legalidade e ações do Ministério Público e Ministério do Trabalho em relação às Cooperativas de Trabalho. Presença do procurador-geral do Ministério do Trabalho, Guilherme Basso e do auditor fiscal do Ministério do Trabalho, Marcelo Campos.
Direitos Humanos
Hora: 10:00 Local: Plenário 12, Anexo II
Pauta: Audiência pública para discutir a questão dos limites éticos e da censura nos meios de comunicação. Presença do juiz Siro Darlan; do diretor da novela *Laços de Família*, Manuel Carlos e o presidente da OAB, Reginaldo Oscar de Castro.
Economia
Hora: 10:00 Local: Plenário 5, Anexo II
Pauta: Audiência pública para discutir as medidas provisórias 1.925/00 e 1.963/00. Presença do diretor de Política Monetária do Banco Central, Luiz Figueiredo e do coordenador da Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania, Joaquim Palhares.
Amazônia e de Desenvolvimento Regional
Hora: 10:00 Local: Plenário 15, Anexo II
Pauta: Apreciação de requerimentos da comissão.
COMISSÃO ESPECIAL
Transposição do Rio São Francisco
Hora: 10:00 Local: Plenário 7, Anexo II
Pauta: Discussão e votação do relatório do deputado Marcondes Gadelha(PFL-PB).
CPIs
Nike/CBF
Hora: 10:00 Local: Plenário 11, Anexo II
Pauta: Definição da agenda dos trabalhos.
Finor
Hora: 13:00 Local: Plenário 13, Anexo II
Pauta: Reunião para assuntos internos.
ESPAÇO CULTURAL
Hora: 19:00 Pauta: Palestra *A Qualidade no Serviço Público*, com o administrador,Paulo Lima.
ESPECIAL
Hora: 12:30 Local: Plenário 10, Anexo II
Pauta: Inauguração da galeria de ex-presidentes da Comissão de Educação, Cultura e Desporto.

Comissões

BC envia à CPI do Finor dados sobre quebra de sigilo de empresas

O deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL), presidente da CPI do Finor - que investiga denúncias de irregularidades na distribuição de recursos e na execução dos projetos financiados pelo fundo, informou que o Banco Central já encaminhou à comissão os dados relativos à quebra do sigilo bancário das empresas investigadas. Ontem, a CPI ouviu sugestões dos representantes da Sudene e do BNB para ampliar a participação dos títulos do fundo no mercado de ações e captar mais recursos. Em audiência pública, os representantes da Sudene, Wagner Bittencourt de Oliveira, e do Banco do Nordeste, Marcelo Pellagio, apresentaram sugestões para ampliar a participação dos títulos do fundo no mercado de ações e captar mais recursos. Eles recomendaram a implantação de mecanismos legais e institucionais para aumentar a base de optantes e a rentabilidade dos investidores. Também apontaram distorções na administração das ações no Fundo que têm provocado baixa negociabilidade dos papéis.


Edna Dantas

Na audiência de terça-feira, os deputados ouviram sugestões da Sudene e BNB para recuperar Fundo

Marcelo Pellagio explicou que o desinteresse dos próprios beneficiários em resgatar as ações, combinado ao insucesso de alguns projetos financiados e à inconstância da negociação dos títulos da carteira, tem gerado a retração dos negócios. Ele sugeriu, então, ações para melhorar a captação de recursos e a rentabilidade do fundo. Entre as sugestões apresentadas pelo superintendente do BNB estão o aumento da base de optantes, a ampliação da base de cálculo, a regularidade dos repasses de recursos pelo governo federal, maior rigor na fiscalização, a exigência de garantias reais e a reavaliação dos projetos que compõem a carteira do Finor.

Já o superintendente da Sudene, Wagner Bittencourt, sugeriu uma seleção das empresas que integram a carteira, excluindo as inadequadas a partir do limite legal mínimo de patrimônio líquido, para tornar as ações mais atrativas. Ele considera indispensável também mudanças no perfil acionário do fundo para garantir remuneração adequada, liquidez dos investimentos e informações sobre o funcionamento do Finor.

O relator da CPI, deputado Múcio Sá (PMDB-RN), manifestou preocupação com a retração dos negócios agropecuários financiados pelo fundo, especialmente a pecuária de corte e leite, e solicitou ações das duas instituições para garantir a recuperação do setor. Os deputados José Pimentel (PT-CE) e Pedro Eugênio (PPS-PE), autores respectivamente dos requerimentos para a instalação da CPI e da audiência para a oitiva, ressaltaram a necessidade de ampliação da base de optantes e da manutenção da taxa de repasses para o fundo.

José Pimentel lembrou que, apesar do crescimento da base de cálculo, os repasses não têm aumentado na mesma proporção. Ele explica que, em 1995, o imposto de renda sobre o lucro real, a principal fonte do Finor, foi de R$ 6,87 bilhões e o repasse para o fundo ficou em R$ 334 milhões. No ano passado, a arrecadação do IR da pessoa jurídica sobre o lucro real alcançou R$ 8,96 bilhões, mas os repasses ficaram em apenas R$ 317 milhões.

Plenário

Venzon pede liberação de arroz catarinense para produzir ração

O deputado Serafim Venzon (PDT-SC) apelou ao ministro da Agricultura, Pratini de Morais, que libere parte do estoque regulador de arroz, do estado de Santa Catarina, para produção de ração para aves e suínos em substituição ao milho. "Com isso, nós estaríamos beneficiando os produtores de aves, de suínos e automaticamente estaríamos dando um destino à produção de arroz que poderá perder suas características nutricionais", explicou. Ele destacou que o Brasil precisa importar, anualmente, uma média de dois milhões de toneladas de milho para produção de ração de aves e suínos, lembrando que Santa Catarina é um grande produtor de arroz e o maior produtor de suínos e aves do Brasil, tendo produzido, só no ano passado, 585 mil toneladas de suínos.

"A nossa reserva técnica é de aproximadamente 402 mil toneladas de arroz, mas a produção de arroz do estado é 758,8 mil toneladas ao ano", ressaltou o deputado, explicando que o estoque de reserva é bem maior do que as necessidade de Santa Catarina. "Só que o estado é deficitário na produção de milho, milho este que serviria para alimentar suínos e aves", acrescentou.

Fungicida causa perda de plantação de soja e milho, denuncia Moka

A perda de quase 150 mil hectares de plantações no Mato Grosso do Sul devido à ação de um fungicida da empresa Aventis foi criticada pelo deputado Waldemir Moka (PMDB-MS), que pediu à Casa uma atuação mais efetiva no sentido de permitir o controle da qualidade desses produtos. Moka informou que o produto sempre foi usado há anos sem problemas, mas quando começou a provocar danos, a empresa o recolheu do mercado e entrou em contato com os produtores oferecendo sementes, fertilizantes e outros insumos para o replantio. "Mas só isso não basta, porque o fungicida pode ter atingido o solo e isso precisa ser verificado. Há informações de que também em outros estados o produto impediu a germinação".

O parlamentar advertiu que proporá uma ação de fiscalização e controle na Comissão de Agricultura para apurar os fatos e tomar medidas que evitem sua repetição.

Comissões

Ministério da Agricultura propõe ação urgente contra febre aftosa

O Ministério da Agricultura ainda não sabe a origem dos recentes focos de febre aftosa surgidos no município de Jóia (RS) e na fronteira seca do Mato Grosso do Sul com o Paraguai, mas considera urgente uma ação conjunta dos países da América do Sul no sentido de adotar estratégias de controle e erradicação da doença, preferencialmente por meio de programas regionais. A informação é de Hamilton Ricardo de Farias, diretor do Departamento de Defesa Agropecuária do Ministério, que esteve na Comissão de Agricultura e Política Rural da Câmara dos Deputados em audiência pública com os representantes dos países do Mercosul, os quais esclareceram as medidas que vêm sendo observadas no âmbito de cada país.

O problema já gerou grandes prejuízos aos dois estados, que tiveram seus produtos boicotados e foram obrigados a sacrificar dezenas de animais de seu rebanho.



Deputado Augusto Nardes

O autor do requerimento da audiência, deputado Augusto Nardes (PPB-RS), por ser da região afetada pela doença, no Rio Grande do Sul, e conhecer as atuais dificuldades dos produtores, apelou por medidas de proteção e recursos para saneamento do setor agropecuário. Ele admite que a fronteira seca entre os países facilita a proliferação de doenças e, neste sentido, concorda com a proposta do representante do ministério de se firmar um acordo de cooperação entre os países do Mercosul, a fim de disseminarem uma campanha de vacinação contra a febre. "Precisamos iniciar um debate e estabelecer políticas conjuntas de controle e erradicação. Até porque a aftosa pode ser uma porta aberta a outras doenças mais graves que ameaçam o gado e colocam em risco a saúde dos consumidores", ressaltou Nardes.

Hamilton Ricardo de Farias tentou aliviar a preocupação do parlamentar, revelando a existência de uma Comissão Sulamericana de Luta contra a Febre Aftosa, recentemente reunida no Rio de Janeiro para discutir o assunto. Segundo ele, os técnicos participantes chegaram à conclusão de que somente por meio de um programa regional seria possível controlar e erradicar a doença, tornando-a não endêmica, mas esporádica. "A partir dos programas regionais, os primeiros resultados vieram rápido no Chile, depois no Uruguai, seguido da Argentina.

No Brasil, há um esforço concentrado dos governos estaduais em conjunto com a iniciativa privada. Mas os recentes focos da aftosa indicam a necessidade de maior transparência nas ações adotadas pelos países", relatou o técnico, revelando ainda a criação do Centro Panamericano de Combate à Aftosa, o qual tem promovido auditorias e visitas técnicas nos países do continente. "Além do Centro, muitos acordos bilaterais de sanidade animal têm sido formados para resolver definitivamente a questão", acrescentou. O técnico se comprometeu a informar periodicamente os membros da Comissão de Agricultura sobre os resultados das pesquisas do Ministério da Agricultura no que se refere ao controle da doença.

Mercosul apóia medidas para erradicação da doença

É pacífica entre os representantes dos países do Mercosul a tese de que a febre aftosa só será erradicada a partir de uma ação conjunta. Miguel Angel Lopes, conselheiro econômico da Embaixada do Paraguai, disse que seu país detectou os três primeiros casos da doença há poucos dias, mas 27 animais daquele rebanho teriam sido sacrificados como medida de precaução. Segundo ele, há várias insinuações de que a origem da doença seria o Paraguai, contudo não há dados comprobatórios.

"Apesar das insinuações não comprovadas, declaramos um alerta epidemiológico e temos tido maior rigor na região de fronteira. Concordamos com uma campanha conjunta que evite doenças ainda mais graves, como a 'vaca louca'", sustentou.

Miguel Campos, conselheiro agrícola da Embaixada da Argentina, assegurou que o governo argentino tem se esforçado para evitar o surgimento de novos focos e considera importantes as medidas sanitárias, porém acha fundamentais políticas econômicas e comerciais que ofereçam incentivos ao setor.

O secretário do Departamento Econômico Comercial da Embaixada do Uruguai, Martin Vida, não só concordou com os demais participantes da audiência, como garantiu que seu país já trabalha há vários anos no sentido de evitar o descontrole da aftosa. "Para as doenças, não há fronteiras territoriais, especialmente em terras contínuas como a América do Sul", lembrou. "Quem sabe se aumentarmos a circulação das vacinas, seu preço seja reduzido e elas se tornem mais acessíveis?", sugeriu.

Para o presidente da Confederação Nacional da Agricultura, Luís Alberto, a mensagem essencial da audiência é o fortalecimento dos movimentos, a união de forças na luta contra a aftosa e todas as doenças que ameacem o rebanho latino-americano.

Caiado pede liberação de mais recursos para produtor rural

Preocupado com os reflexos da febre aftosa sobre o setor produtivo do país, o deputado **Ronaldo Caiado (PPB-GO)** pediu ao representante do Ministério da Agricultura que libere mais recursos aos produtores rurais e não os penalize pelos problemas ocasionados pela doença. Segundo ele, os produtores já são por demais sacrificados com os altos custos do controle de doenças. "Há somente cinco laboratórios produtores de vacina. Os preços são determinados por eles que se firmam no mercado como um cartel. Portanto, somente a eles interessa a continuidade da aftosa, na medida em que poderão estabelecer para a vacina o preço que quiserem", destacou Caiado, com quem concordou o deputado **Luís Carlos Heinze (PPB-RS)**. Heinze reforçou o fato de que as vacinas sofreram aumento de mais de 100% no último ano. "Trata-se de um cartel que precisa da intervenção do ministério", ponderou o parlamentar, criticando ainda as secretarias estaduais gaúcha e sul mato-grossense, na sua opinião, negligentes em relação ao surgimento da aftosa.

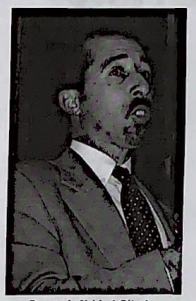
O deputado **Hugo Biehl (PPB-SC)** falou sobre a urgência de uma maior conscientização dos produtores sobre a ameaça da doença. E adiantou sua intenção de encaminhar um projeto de lei que estabeleça mais rigor na penalidades aplicadas aos descumpridores da lei sanitária, inclusive, no que tange ao controle de trânsito de animais. "Os animais transportados nas fronteiras sem a devida documentação deveriam ser sacrificados", ressalvou.

Para **Moacir Micheletto (PMDB-PR)**, de fato não importa a origem da doença surgida em Jóia, o que conta a partir de agora é o fiel cumprimento dos convênios entre os países do Mercosul. Sua opinião é dividida com o presidente da comissão, Gerson Peres (PPB-PA), que considera necessário ainda fixar já no orçamento deste ano mais recursos para a defesa e controle e erradicação da doença. "Devemos ter agressividade contra a aftosa como tivemos contra outras endemias no país", enfatizou o presidente.

Plenário

Valdeci se despede da Câmara lamentando subtração de direitos dos trabalhadores

Prefeito eleito de Santa Maria (RS), o deputado Valdeci Oliveira (PT) despediu-se da Câmara com um balanço da sua atuação parlamentar e com críticas à submissão do governo brasileiro às exigências do FMI, bem como às iniciativas do governo que afetam os direitos dos trabalhadores. Lembrando que, ao assumir o mandato em 1997, tinha convicções de ajudar para a formação de um país mais justo, sem exclusão e sem corrupção, o deputado lamentou ter assistido, nos últimos anos, ao governo federal, por meio de sua base aliada, aprovar leis que, em sua opinião, subtraem direitos dos brasileiros e ameaçam a soberania do país.



Deputado Valdeci Oliveira

O deputado lamentou, ainda, que, com o pretexto de diminuir o déficit público, de enxugar as despesas do governo e de deixar a cargo da iniciativa privada as riquezas do país, o governo federal tenha "entregado o patrimônio brasileiro ao capital internacional, sem a menor cerimônia". Entre empresas que compunham o patrimônio nacional, Oliveira citou as teles, os bancos, as reservas de petróleo, os minérios e o setor elétrico. "Tudo o que podia ser vendido a preço aviltante foi vendido, como se essa fosse a solução para o país", disse. Para o deputado, o fato demonstra a falta de compromisso com o dinheiro público e a total subserviência do governo brasileiro ao receituário do FMI.

Como prefeito de Santa Maria, Valdeci Oliveira afirmou que fará "um governo progressista para romper com uma estagnação política de mais de 30 anos" e que terá o desafio imediato de recuperar a prefeitura, administrativa e financeiramente, tendo em vista a dívida municipal de R$ 20 milhões. Entre seus projetos para a gestão do município, ele destacou a transformação de Santa Maria em um pólo regional de desenvolvimento econômico, social e cultural, baseado em suas vocações desenvolvimentistas. "Vamos apostar em um modelo de incentivo ao desenvolvimento baseado no Banco do Povo, que será um instrumento de apoio aos micro, pequenos e médios empreendimentos empresarias", disse o deputado, acrescentando que vai também integrar os postos de saúde através de redes de computadores, "otimizando o atendimento e melhorando a qualidade dos serviços prestados à população".

Luiz Bittencourt homenageia memória de Alfredo Nasser

O deputado Luiz Bittencourt (PMDB-GO) lembrou os 35 anos de falecimento do deputado Alfredo Nasser, que considera um dos mais respeitados líderes políticos de Goiás. Jornalista, tribuno, professor universitário, o parlamentar recordou que Nasser foi o autor do projeto de anistia aos revoltosos de Aragarças e foi ministro da Justiça do governo parlamentarista de João Goulart. "Quando o então primeiro ministro Tancredo Neves esteve representando o Brasil no Vaticano, na posse do Papa João XXIII, Nasser permaneceu à frente do governo, tendo sido condecorado várias vezes pelo governo brasileiro e por instituições internacionais, além de ter sido escolhido relator do Plano Salt, por iniciativa do então presidente Eurico Dutra para dar solução aos problemas do país relacionados à alimentação, saúde, transporte e educação.

Deputados registram falecimento do ex-constituinte Carlos Virgílio

O deputado Ubiratan Aguiar (PSDB-CE) ocupou a tribuna para registrar o falecimento, ocorrido no último domingo, em Teresina (PI), do ex-deputado Carlos Virgílio. Ele lembrou que Carlos Virgílio principiou sua atividade política elegendo-se deputado federal, nas eleições de 1982, reelegendo-se ainda em 1986, quando integrou a Assembléia Nacional Constituinte. Nascido em 3 de agosto de 1955, o ex-deputado era formado em Engenharia Civil e aqui na Câmara foi titular da Comissão de Comunicação, suplente da Comissão de Indústria e Comércio, tendo, igualmente, integrado a Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional.

"Atualmente, Carlos Virgílio empenhava-se para manter sempre viva a memória do seu pai, prestigiando todas as solenidades em homenagem ao ex-governador, procurando em cada encontro, mostrar o importante papel de Virgílio Távora no desenvolvimento do Ceará", ressaltou Ubiratan Aguiar, para quem o ex-deputado representava uma das figuras mais expressivas do mundo político cearense de todos os tempos.

Mauro Benevides (PMDB-CE), por sua vez, sugeriu que seja realizada pela Casa uma sessão especial em homenagem a Carlos Virgílio. Depois de enaltecer a atuação parlamentar do ex-deputado cearense, afirmou Mauro Benevides: "Carlos Virgílio assegurou a tradição de sua família, que sempre teve destacada projeção nos cenários nacionais e regionais, sobretudo pela atuação de seu avô, o ex-senador Manuel do Nascimento Távora".

Costa Ferreira relata participação na 55ª Assembléia da ONU

O deputado Costa Ferreira (PFL-MA) fez um relato sobre sua participação na 55ª Assembléia Geral das Nações Unidas, iniciada no mês de setembro, com o encerramento marcado para dezembro, na qualidade de representante do Congresso Nacional Brasileiro e disse que o Brasil foi apresentado com destaque por sua participação ativa durante os 50 anos de existência das Nações Unidas. Ele informou que na reunião de Cúpula foram discutidos "O Papel das Nações Unidas no Século XXI", com base em documento intitulado "Nossos Povos", apresentado pelo Secretário Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, e em decorrência dos debates, foi elaborado o documento "A Declaração do Milênio".

Ao participar da I Comissão da Assembléia Geral que trata do desarmamento, Costa Ferreira lembrou, ainda, que o Brasil faz parte do Tratado de não Proliferação Nuclear e do Tratado de Poibição de Testes Nucleares, além dos Tratados de Armas Químicas, de Minas Antipessoais, e do Tratado para Proscrição de Armas Nucleares na América Latina. Outros assuntos abordados durante essa reunião, que ocorreu no mês de novembro, segundo o parlamentar, foi a situação no Oriente Médio, o embargo econômico dos Estados Unidos a Cuba e os resultados da aplicação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento da África.

CURTAS

■ Clementino Coelho (PPS-PE) endossou o artigo do ex-governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque, publicado no jornal O Globo e intitulado Desculpa Legal, ressaltando que o artigo menciona, justamente, que a Lei de Responsabilidade Fiscal, em certas facetas, é um avanço no ponto de vista de administrar o país, da responsabilidade fiscal e da prudência em pagar as contas, mas, ao mesmo tempo, é incompleta porque não há a contrapartida que é a Lei da Responsabilidade Social. "Num país onde o próprio presidente diz que isso é injusto, essa Lei de Responsabilidade Fiscal não pode ficar sem o seu contrapeso, sem a outra face da moeda, que é a Lei de Responsabilidade Social", ressaltou.

■ **Nelson Trad (PTB-MS)** parabenizou o Líbano pelo aniversário de 57 anos de sua independência, comemorado ontem, e registrou a visita do embaixador Ishaya El-Khoury a seu estado, a convite da Associação Cultura Monte Líbano de Campo Grande, ocasião em que ressaltou a importância da fé de seu povo para a libertação, após 22 anos de ocupação palestina. "Fica aqui a nossa reverência ao país que inventou o alfabeto, criou a primeira faculdade de direito do mundo, tornando-se a mãe das leis, sede da cidade de Byblos, a única do mundo que continua habitada ininterruptamente seis mil anos antes de Cristo", salientou.

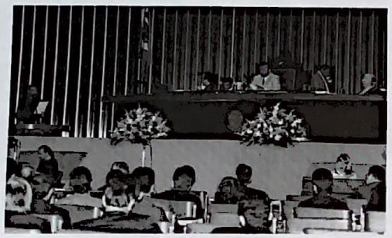
■ *Osmar Serraglio (PMDB-PR) denunciou de abusos cometidos durante as últimas eleições na cidade de Santa Helena, no oeste do Paraná, denunciando um "conluio entre o atual prefeito Silom Schimidt, a imprensa e a Justiça Eleitoral. Segundo ele, "na tentativa de vencer as eleições, o prefeito abusou de seu poder político, conseguindo com que a Justiça Eleitoral local afastasse funcionários, descriminasse a oposição, tolhendo-lhe propaganda legítima, além de se fazer vítima de um suposto atentado para justificar dezenas de mandatos de busca e apreensão em residências e casas comerciais, a maioria da oposição". Segundo Serraglio, durante sua busca por votos, o prefeito eleitouu ainda diversas contratações irregulares, o que acabou por lhe conferir a vitória, por apenas 61 votos.*

■ **Edinho Araújo (PPS-SP)**, ao comemorar sua eleição para a prefeitura de São José do Rio Preto, no interior de São Paulo, informou que sua administração vai combinar ações sociais com desenvolvimento econômico. "Os desafios são enormes, pois vivemos uma época de escassez de recursos, mas, em uma sociedade cada vez mais globalizada, é imprescindível que não descuidemos dos setores de educação e saúde, fundamentais para o desenvolvimento", ressaltou. Ele garantiu que vai buscar não só a colaboração dos diversos setores da sociedade local, como o apoio dos governos estadual e federal, além de convidar os prefeitos das cidades vizinhas para a formulação de políticas públicas regionais integradas. "Pretendemos fazer uma administração participativa, interagindo com as reivindicações sociais e com suas potencialidades", salientou.

Plenário

Câmara homenageia Igreja *O Brasil para Cristo*

A pedido do deputado Marcos de Jesus (PSDB-PE), a Câmara realizou, ontem, sessão solene em homenagem à Igreja *O Brasil para Cristo*. "Há 44 anos, surgia no Brasil, a Igreja Pentecostal *O Brasil para Cristo*, levantada pelo missionário Manoel de Mello, pernambucano de hábitos simples - com pouco mais de um metro e sessenta, mas de uma impetuosidade, estratégia e liderança incríveis, capaz de transmitir um ardor evangelístico às pessoas que, seguindo a palavra de Deus, colocavam-se ao seu lado", destacou o autor do requerimento da sessão. Fizeram parte da Mesa os pastores Roberto Lucena, presidente da igreja homenageada, Vilarindo Lima, presidente da Igreja Batista Central de Brasília e do Conselho de Pastores de Brasília, e Orlando Amorim, presidente da Convenção Brasil para Cristo de Pernambuco.



Deputado Marcos de Jesus, presidiu a Sessão Solene

Segundo Marcos de Jesus, a igreja fundada por Manoel de Mello passou a realizar o trabalho de lançar um movimento de união espiritual, firmando-o como um autêntico líder do movimento pentecostal no Brasil. "Chegou a reunir mais de 200 mil pessoas em eventos de fé, música, oração e inspiração", relatou. Continuando, o deputado destacou as características especiais do missionário. "Com sua especialidade espiritual, pelo poder do Cristo ressuscitado, invocava a libertação de pessoas de *todo tipo de mal e a cura divina*". *Acrescentou ainda que o missionário enfatizava também a regeneração do homem e da mulher*, por meio do plano de salvação que, por intermédio de Jesus, reintegrava-os à sociedade.

Marcos de Jesus disse que os seguidores de Manoel de Mello foram combatidos e vários templos foram quebrados, cumprindo, segundo o deputado, o que Cristo disse em Mateus 5:10 : "Bem-aventurados os que são perseguidos por causa da justiça, porque deles é o reino dos céus". *O próprio missionário Manoel teria sido preso 27 vezes, sob a acusação de curandeirismo.* "Hoje, *O Brasil para Cristo* tem mais de duas mil igrejas espalhadas no país, milhões de fiéis, mais de quatro mil oficiais, divididos em 19 convenções estaduais, e um Conselho Nacional, além dos departamentos de apoio, que desenvolvem importante trabalho, como a Jumebrac - a junta de Missões, a Umasbrac - União Masculina, a Ufebrac - União Feminina, a Jubrac - Juventude para Cristo, e a Menibrac - englobando crianças e adolescentes", afirmou o autor do requerimento.

O deputado lembrou ainda a importância de programas atualmente desenvolvidos, como *O Sertão para Cristo*, dirigido ao povo do Nordeste, e a Secretaria Especial para Evangelização dos povos indígenas. "Enfim, um verdadeiro exército de cristãos trabalhando por uma só causa: o bem-estar da Nação, levando centenas de milhares a amarem Deus, suas famílias e a pátria, nos princípios bíblicos", concluiu.

Prestaram também homenagem à igreja pentecostal os deputados Saulo Pedrosa, em nome do PSDB; Jorge Pinheiro (DF), em nome do PMDB; Paulo Octávio (DF), em nome do PFL; Walter Pinheiro (BA), em nome do PT; e Lincoln Portela (MG) e De Velasco (SP), em nome do PSL.

Plenário lembra *Dia Nacional da Consciência Negra*

O deputado Damião Feliciano (PMDB-PB) destacou o *Dia Nacional da Consciência Negra*, comemorado segunda-feira em todo o país, afirmando que o Brasil atravessa um período em que é necessário refletir sobre a situação dos negros. "Estamos numa evolução, num desenvolvimento, mas não chegamos ainda ao patamar de equilíbrio entre as raças", afirmou o parlamentar paraibano, ao lembrar que mais da metade da população brasileira tem sangue de negro nas veias.

"Nós precisamos, como raça negra, de determinação para sairmos das favelas e dos grandes bolsões de miséria que existem neste país", acrescentou. Em sua opinião, a educação é o caminho para que os negros possam disputar em condições de igualdade o mercado de trabalho com salários iguais aos da raça branca. Feliciano voltou a solicitar ao presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, que, na reforma ministerial, escolha um homem negro para ocupar um ministério, a fim de que se faça justiça.

O deputado registrou ainda, com pesar, o falecimento do ex-deputado federal paraibano, Antonio da Costa Gomes que, segundo disse, foi eleito três vezes para a Câmara Federal, foi vice-governador do estado e vice-prefeito de Campina Grande. "Homem digno e determinado, de comportamento cristalino em favor dos menos favorecidos e pelas causas da Paraíba", concluiu.

Por sua vez, o deputado **João Caldas (PL-AL)** destacou as comemorações do *Dia Nacional da Consciência Negra* na região dos Quilombos dos Palmares, que compreende toda a Zona da Mata alagoana, estendendo-se até o litoral norte de Pernambuco, na cidade de Palmares. "Faço este pronunciamento hoje, para homenagear a raça negra, a bravura de Quilombo, de Gangazumba e de Zumbi dos Palmares, daqueles quilombolas que lutaram pela liberdade, pela justiça social, pela paz, pelo direito sagrado de ir e vir, de pensar, de ser gente", enfatizou.

Ele apelou ao ministro da Cultura, Francisco Welffort, para que se esforce na retomada do projeto de reestruturação da Serra da Barriga (AL). Informou que o governo estadual começou a construir um parque naquela região, mas está sem condições de levá-lo adiante por falta de recursos. "Hoje faz pena ver aquela serra invadida por pecuaristas, canavieiros, gado e pela agroindústria", lamentou.

O deputado **Antônio Carlos Konder Reis (PFL-SC)** também destacou *o Dia da Consciência Negra* lembrando as contribuições que a raça negra deu ao Brasil e sua participação nos momentos mais importantes do país. O parlamentar afirmou que "os negros brasileiros, vítimas da mais torpe das políticas governamentais – a escravidão - merecem o respeito, a admiração e o apoio de tantos quantos, neste país, crêem na imortalidade da alma e na verdade de que todos os que participam da comunidade humana têm uma alma imortal, à semelhança do Criador, e fazem jus ao direito à liberdade e à dignidade".

"Meu estado, Santa Catarina, foi objeto da dedicação e do esforço dos homens e mulheres negros que povoaram as pioneiras fazendas do litoral. Assim, Santa Catarina pôde conhecer o coração e a compreensão das populações martirizadas pela escravidão", salientou.

Konder Reis disse que, ao homenagear toda a comunidade negra de Santa Catarina e do Brasil, homenageia a memória de três figuras excepcionais que tanto lutaram contra a escravidão - Cruz e Souza, poeta simbolista nascido em Santa Catarina, Antonieta de Barros, primeira mulher a ocupar uma cadeira na Assembléia Constituinte Estadual de 1934, e Ramiro Emerenciano, baiano que se tornou catarinense de coração.

Paim protesta contra declaração de diretor do BC

O deputado Paulo Paim (PT-RS) criticou as declarações do diretor do Banco Central no Rio de Janeiro, Carlos Eduardo de Freitas, que disse que a data de 20 de novembro, feriado no Rio de Janeiro em homenagem a Zumbi dos Palmares, ajudaria na venda do Banespa, conforme registro feito pelo jornal *Correio do Povo* de Porto Alegre, no dia 7 de novembro do corrente.

Para Paim, o diretor do BC não conhece a realidade do povo negro e muito menos a história de Zumbi dos Palmares, "um socialista que, se vivesse hoje, estaria combatendo a entrega desse patrimônio da população para uma elite do capital financeiro que praticamente mantém acorrentado, a juros escorchantes, grande parte do povo brasileiro".

O parlamentar disse ainda que o exemplo do governador do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra, que se opôs à privatização do Banisul, deveria ser seguido por todos os governantes. Ele alertou que a intenção do governo federal é privatizar todo o sistema financeiro. "Hoje é o Banespa e todos sabemos que estão de olho no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal", frisou, reafirmando que a sua posição é a posição de Zumbi dos Palmares e de todos aqueles que "lutam por um estado soberano que não fique à mercê da especulação financeira, principalmente dos bancos privados".

Comissões

Fórum debate políticas sociais nos orçamentos públicos

O condicionamento dos gastos públicos às exigências do FMI, com reflexos negativos na área social, e a preocupação com o controle dos gastos do Executivo foram os principais pontos do IV Encontro do Forum Legislativo Nacional de Direitos Humanos, promovido pela Comissão de Direitos Humanos. Falando sobre o tema *Orçamento Público e Ajuste Fiscal- As Políticas Sociais nos Orçamentos Públicos*, o consultor do Inesc (Instituto de Estudos Sócio Econômicos), o consultor Austregésilo de Melo considerou inaceitável que um terço dos gastos do governo federal sejam destinados à amortização das dívidas externa e interna. Para ele, a decisão do governo de utilizar os recursos orçamentários, prioritariamente, para pagar a sua dívida, sacrifica os programas voltados para a área social, lembrando que o acordo assinado pelo Executivo com FMI exige produção de um superávit fiscal. "Tudo isso em detrimento de políticas sociais", lamentou.

Austregésilo de Melo destacou o estudo *Políticas Públicas e Sociais*, do Inesc, onde, entre outros pontos, afirma que "o acordo com o FMI serviu para estabelecer metas de desempenho, em particular de superávit primário como uma garantia junto aos credores internacionais". Na sua visão, a política de "sujeição ao FMI" sacrifica a vida do cidadão com a redução dos gastos sociais em saúde, educação, saneamento, direitos humanos e em outras áreas.

O deputado estadual paulista, Renato Simões, da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa de São Paulo, defendeu, por sua vez, que os direitos humanos devem ser garantidos no orçamento. Para ele, é fundamental que as assembléias estaduais e as câmaras municipais façam um acompanhamento do Orçamento da União, pedindo a informatização de todas as casas legislativas, como ocorre na Câmara dos Deputados. "A cidadania tem o direito de saber onde está sendo gasto o seu dinheiro", advertiu.



Lalo

Deputado Agnelo Queiroz (e) e o consultor do Inesc Austregésilo de Melo

A deputada estadual mineira, Elber Brandão, da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, também defendeu uma maior integração entre o trabalho das assembléias e da Câmara dos Deputados. Ele teceu elogios à programação da TV Câmara, estando convicta de que a mesma é um exemplo de respeito e valorização da cidadania.

O deputado Agnelo Queiroz (PCdoB-DF), que abriu o encontro e presidiu a Mesa durante grande parte, também defendeu a rigorosa fiscalização dos gastos do Executivo. "A política do governo federal, de pagar a qualquer custo os serviços da dívida, tem custado um preço muito caro ao povo brasileiro", alertou. "Somos um grande exportador de dinheiro, afirmou o parlamentar, ao apelar para que o orçamento seja realmente determinativo e não meramente autorizativo, pois senão ele se transforma, como ocorre hoje, em mera peça de "fantasia".

Participaram também do evento Darci Bertoldo, secretário adjunto de Direitos Humanos do Ministério da Justiça, e Tânia Almeida, Diretora do Departamento de Promoção dos Direitos Humanos do mesmo ministério.

Plenário

Konder Reis protesta contra redução de recursos do orçamento para SC

O deputado Antônio Carlos Konder Reis (PFL-SC) apelou ao relator-geral do Orçamento, senador Amir Lando, e aos relatores setoriais que corrijam o que considerou injustiças cometidas a seu estado na proposta orçamentária de 2001. Depois de comparar os recursos consignados para o estado no período de 1996 a 2000, o deputado observou que, para o exercício de 2001, o percentual foi reduzido para 0,98% de todo o investimento público federal previsto para o país, sofrendo uma redução de 32%. "De uma proposta que, em 2000, consignou recursos da ordem de R$ 177.246.937, passamos para R$ 119.147.423,", enfatizou Konder Reis. Ele informou que, após ouvir o governador Esperidião Amin, a bancada apresentou emendas corretivas e que disse esperar ver atendidas pela Comissão Mista do Orçamento.

Já o deputado **Saulo Pedrosa (PSDB-BA)**, depois de registrar matéria da *Folha de S. Paulo*, sob o título *Previsão de verbas federais para SP na última posição*", assegurou que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma variável a ser considerada para alocação de recursos públicos. Ele defendeu a necessidade de se aprofundar o debate em torno do PPA, articulado com o orçamento, para visualizar com maior clareza o alvo da eficiência no gasto do dinheiro público, a fim de reduzir as desigualdades regionais.

Lincoln Portela registra queda de desemprego em Belo Horizonte

O deputado Lincoln Portela (PSL-MG) destacou pesquisa divulgada pela Fundação João Pinheiro, do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese) e da Secretaria de Estado do Trabalho, em que foi constatada uma queda no desemprego na grande Belo Horizonte, pelo terceiro mês consecutivo. O parlamentar comemorou que, mesmo com as desavenças entre o governo federal e o governo mineiro, como a utilização da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), que estaria vasculhando a vida do governador Itamar Franco, o governo de Minas Gerais venha conseguido diminuir, gradativamente, o número de desempregados na grande Belo Horizonte. Lincoln Portela disse que outra melhoria alcançada pelo governo mineiro foi a diminuição do desemprego entre jovens de 18 a 24 anos e de adultos com mais de 40 anos. "Não há motivos que justifiquem as investigações ilegais da Abin ao governador Itamar Franco, e muito menos a hostilização por parte do governo federal", arrematou.

Jovair Arantes: desenvolvimento estimula a criação do Mercoeste

O deputado Jovair Arantes (PSDB-GO), ao ressaltar que os principais índices econômicos vêm sinalizando uma recuperação gradual da economia brasileira, afirmou que a Região Centro-Oeste vem ocupando, cada vez mais, uma posição de destaque no cenário nacional a ponto de se cogitar, inclusive, a criação de um mercado do centro-oeste ou Mercoeste. O parlamentar citou estudos do Senai que apontam que, em seu conjunto, a região reúne condições de desenvolvimento capaz de colocá-la em destaque com relação aos demais centros econômicos do país. Os estudos fornecem um conjunto estruturado de informações sobre a situação competitiva de cada estado e do Mercoeste como um todo, onde setores complementares de produção seriam integrados a partir dos estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso do Sul, Acre e Rondônia, para melhor aproveitar as potencialidades e o perfil econômico da região, que gasta cerca de US$ 25 bilhões em outros mercados, segundo o deputado. "A nossa economia está crescendo assim como as vagas de trabalho. E tudo isso, com índices de inflação baixos, garantindo um ciclo de desenvolvimento sustentável, que certamente continuará melhorando a qualidade de vida do povo brasileiro", acrescentou.

Clementino: Petrobrás fecha entrepostos no interior

O deputado Clementino Coelho (PPS-PE) apelou ao governo para que reveja a permissão que deu à Petrobrás para fechar as bases secundárias de combustíveis em algumas cidades-pólo do interior do país. Ele informou que a empresa fechou os entrepostos de combustíveis de Juazeiro do Norte (CE), Campina Grande (PB), Barreiras (BA) e Itabuna (BA) e pretende ainda fechar as portas dos de Petrolina e Juazeiro da Bahia. Para ele, trata-se de falta de planejamento e de sensibilidade regional por parte do governo ou de um *lobby* do setor rodoviário. É que, no caso por exemplo de Petrolina e Juazeiro, o abastecimento se dá hoje por via ferroviária, o que passaria a ser feito por estradas, caso os postos ficassem restritos às capitais. "O governo tem que estar atento para o papel social destas atividades", ressaltou Coelho.

Comissões

Justiça inclui novas carreiras como típicas de Estado

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação aprovou, ontem, as emendas do Senado ao Projeto de Lei Complementar 248/98, que disciplina a perda de cargo público por insuficiência de desempenho do servidor público estável. Entre as principais alterações, aceitas pelo relator, deputado Bonifácio de Andrada (PSDB-MG), estão o acréscimo de carreiras naquelas consideradas típicas de estado e o estabelecimento de garantias ao servidor que estiver submetido a processo administrativo para a perda de cargo.

O projeto, parte da reforma administrativa, veda a submissão das carreiras típicas de estado ao regime do emprego público, disciplinado pela CLT. No caso do processo para demissão, a comissão de avaliação será composta por servidores da mesma carreira ou categoria funcional do servidor avaliado.

Uma das emendas aprovadas incluiu no projeto as carreiras de agente executivo da Comissão de Valores Mobiliários; agente executivo da Superintendência de Seguros Privados (Susep); servidores que ocupam cargos efetivos de nível superior e intermediário integrantes do quadro de pessoal do Ministério da Saúde que exerceram atividades no Sistema Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde; pesquisador em ciência e tecnologia; tecnologista e técnico de desenvolvimento tecnológico e analista em Ciência e Tecnologia; assistente da carreira de gestão; planejamento e infra-estrutura da área de ciência e tecnologia; oficial de chancelaria; sanitarista; fiscal de cadastro e tributação rural e demais cargos de provimento efetivo do quadro de pessoal do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Assentamento e Desenvolvimento Rural (Incra); restaurador, arquiteto, técnico de nível superior, analista, técnico e analista consultor do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; fiscalização e cumprimento da Legislação Nuclear; de tecnologia militar; sertanista, assistente social, antropólogo, museólogo, sociólogo, pesquisador, técnico de nível superior e técnico em indigenismo da Fundação Nacional do Índio (Funai); e analista de comércio exterior.

A matéria está sendo analisada concomitantemente com a Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público. Em seguida, irá a plenário e devolvida ao Senado.

Seguridade

A CCJR aprovou ainda a PEC 120/99, do deputado Jaques Wagner (PT-BA), que consolida o funcionamento do Conselho Nacional da Seguridade Social. De acordo com a proposição, a proposta de orçamento para a Seguridade Social será elaborada de forma integrada pelos órgãos responsáveis pela saúde, assistência social e previdência. A proposta segue agora para uma comissão especial de mérito.

Paulo Rocha quer repensar modelo energético

O deputado Paulo Rocha (PT-PA) afirmou que o governo não tem um modelo energético para a Região Amazônica e que os grandes projetos "pensados a partir de Brasília não levam em conta a extrema diversidade e complexidade geográfica daquela região". "Para falar em privatização da Hidrelétrica de Tucuruí e da Eletronorte, primeiro o governo federal tem que discutir qual o modelo energético para aquela região, dada sua complexidade", afirmou.

O parlamentar, autor do pedido de criação de uma subcomissão na Comissão da Amazônia para discutir o papel da Eletronorte na Região Amazônica, teme que a privatização da empresa e da hidrelétrica tragam graves conseqüências para o desenvolvimento das populações que ali vivem, a exemplo do que aconteceu no caso da telefonia, pois considera que não há interesse do setor privado em vender energia para as pequenas cidades que ficam perdidas no meio da floresta.

Encontro debate qualidade e produção de energia na Amazônia

A Eletronorte foi a primeira empresa brasileira a receber o Prêmio Internacional de Excelência em TPM em 1.ª categoria, conferido pelo Japan Institute of Plant Mantenaince. O prêmio veio se somar a outras 22 conquistas da empresa na área de qualidade. Essa foi uma das informações dadas pelo diretor-presidente da empresa, José Antônio Muniz Lopes, em audiência pública da Comissão de Minas e Energia, realizada ontem.

O deputado Nicias Ribeiro (PSDB-PA), autor do requerimento da audiência, considerou fundamental a exposição sobre o papel da Eletronorte nos dias atuais para que os parlamentares possam se posicionar sobre a questão da privatização da empresa, responsável pela produção de 8% da energia consumida no país e pelo abastecimento de 14 milhões de amazônidas. "Temos que saber a diferença entre a Eletronorte de ontem e a de hoje", ressaltou o deputado. Ribeiro criticou a posição radical de alguns ambientalistas que, segundo o parlamentar, querem tratar a Amazônia como se fosse um lugar sacro. "Lá é a maior bacia hidrográfica do mundo e o maior potencial hidro-energético do planeta", disse, contrário à relação que se estabelece entre hidrelétrica e problemas com o meio ambiente. Para isso, Ribeiro citou como exemplo a usina de Belo Monte, no Rio Xingu, a ser concluída em 2007, que deverá produzir 11 milhões de quilowatts sem agredir o ambiente local.

O deputado **Marcos Lima (PMDB- MG)** considerou a Região Amazônica crítica em termos de distribuição e transmissão de energia elétrica e citou como exemplo os números da própria Eletronorte de que 35% dos habitantes locais ainda não foram atendidos. "Esse percentual é elevado e distorcido da média nacional", disse Lima. Nesse sentido, Muniz Lopes informou que a Eletronorte também elaborou planos para estender o atendimento, em um planejamento a longo prazo até 2020.

O deputado **Renildo Leal (PTB-PA)** questionou o convidado sobre a ajuda fornecida para os municípios em áreas onde são construídas as usinas, por causa dos impactos ambientais. Muniz Lopes explicou que, somente neste ano, a Eletronorte deverá pagar cerca de R$ 35 milhões de acordo com valores preestabelecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

A importância da discussão sobre a Amazônia, seu potencial e a privatização do setor elétrico foi destacada pelo deputado **Fernando Ferro (PT-PE)**, que criticou os debates realizados como se fossem problemas locais. "Estão sendo discutidas coisas essenciais para o Brasil. Isso deve ocorrer em debate internacional como se trata de uma questão política desse porte", indicou Ferro. Para o deputado, o governo federal esconde esse debate tão importante, não deixando que as pessoas tenham acesso ao problema de forma transparente. "Há muita gente de olho nessa área, nessa região", resumiu Ferro.

Reforço à proteção de quilombolas

A Comissão de Constituição, Justiça e de Redação também aprovou a PEC 190/2000, do Senado, que assegura aos remanescentes dos quilombos o direito de propriedade sobre as terras que ocupam e garante a preservação de suas comunidades. O relator, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR) apresentou duas emendas, por entender que a proposta é semelhante ao comando do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Assim, propôs a revogação do art.68 e fez constar do texto do projeto cláusula de vigência com o acréscimo ao Capítulo VIII do Título VIII da Constituição Federal o art. 232-A.

"A proteção pretendida aos remanescentes de quilombos no Brasil já foi contemplada por disposição que alcançou os remanescentes de todos os quilombos que tenham existido no passado, e que ainda produz efeitos. Assim, para eliminar esta duplicidade que atenta contra a boa técnica legislativa e a própria juridicidade da proposição, apresentamos as emendas", explicou.

A comissão ainda debateu e aprovou a PEC 108/99, do deputado Nelson Marchezan (PSDB-RS), obrigando o presidente da República a comparecer, pessoalmente, ao plenário do Congresso Nacional por ocasião da abertura das sessões legislativas, para apresentar mensagem e plano de governo, expondo a situação do país e solicitando as providências necessárias.

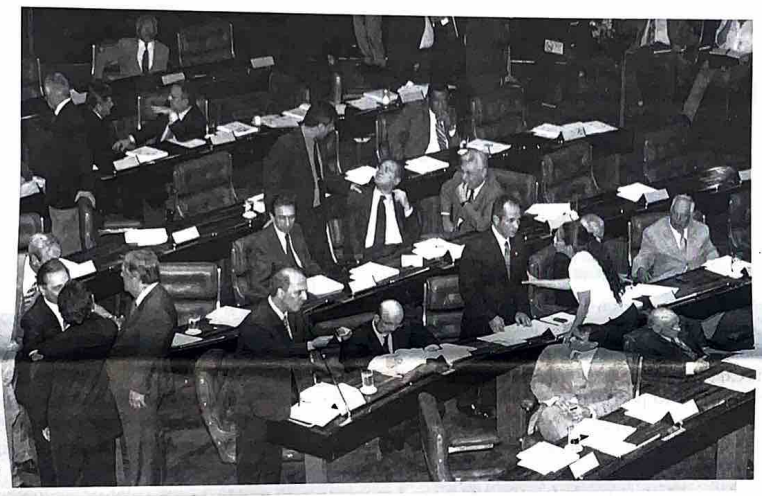
Também foi aprovado ontem o PL 3.757/97, do deputado Paulo Rocha (PT-PA), coibindo a contratação de menores de 14 anos, direta ou indiretamente, para fins econômicos, ressalvado o auxílio prestado pelo adolescente aos pais, em âmbito familiar, fora do horário escolar e que não prejudique sua formação educacional, devendo ser, ainda, compatível com suas condições físicas e psíquicas.

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL — ANO VI – Nº 1.205 – BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 22 DE NOVEMBRO DE 2000

Senado decide proibir propaganda de cigarro em meios de comunicação

Projeto aprovado ontem pelo Plenário veda a publicidade de produtos derivados do tabaco em jornais, revistas, rádio, televisão e *outdoors*. Como o texto originário da Câmara foi alterado, a matéria voltará a ser examinada pelos deputados



Uma das emendas aprovadas proíbe a publicidade mas não o comércio de cigarros pela Internet

O Plenário do Senado aprovou ontem, com três emendas, o substitutivo do senador José Roberto Arruda ao projeto que estabelece restrições à propaganda de cigarro e demais produtos derivados do tabaco. Pelo texto aprovado, a publicidade fica circunscrita a malas diretas e à exibição de cartazes na parte interna dos locais de venda.

PÁGINA 3

ACM: ORÇAMENTO SÓ SERÁ VOTADO SE HOUVER AUMENTO DO MÍNIMO

Antonio Carlos Magalhães afirmou ao presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva, que o Congresso só votará o projeto de Orçamento para 2001 se a proposta previr recursos para aumento do salário mínimo.

PÁGINA 2



Antonio Carlos Magalhães recebeu representantes da Força Sindical, que reivindicam aumento do salário mínimo

CCJ aprova indicação da primeira mulher para o STF

PÁGINA 5

A juíza Ellen Gracie Northfleet terá o nome submetido hoje ao Plenário



CPI do FUTEBOL

Kfouri critica contrato da CBF com Nike

PÁGINA 4

Congresso já tem órgão de controle da Abin

As comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado e Câmara instalaram a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência. O objetivo é fiscalizar a Abin.

PÁGINA 7

Acontece hoje

CCJ

Na pauta, três projetos da reforma política

PÁGINA 8

CAE

Projeto da nova Lei de Informática vai a votação

PÁGINA 7

CAS

Comissão aprecia Fundo Nacional de Alimentação

PÁGINA 9

Homenagem a Rachel de Queiroz

PÁGINA 8

Identificação criminal será regulamentada

PÁGINA 8

PRESIDENTE DA CAMARA DE VEREADORES
004077
CAMARA MUNICIPAL
13825-000 HOLAMBRA - SP

Procuradora da Justiça Militar visita o Senado



O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem visita de cortesia da procuradora-geral da Justiça Militar, Adriana Lorandi Ferreira Carneiro. Ela é a primeira mulher a ocupar o cargo de procuradora-geral, em que tomou posse no dia 31 de março passado. Durante o encontro, a chefe do Ministério Público Militar, acompanhada por procuradores e promotores, conversou sobre a ampliação da competência da Justiça Militar, questão em debate na PEC da reforma do Judiciário.

ACM: sem aumento do mínimo Orçamento não é votado



Antonio Carlos cumprimenta trabalhadora que participa de marcha pró-aumento do salário mínimo

O Congresso só votará o projeto de Orçamento da União para 2001 caso a proposta preveja recursos para elevar o salário mínimo dos atuais R$ 151 para R$ 180, disse ontem o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães. A afirmação foi feita durante audiência com o presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva, e o deputado Luiz Antonio de Medeiros (PFL-SP), que também pertence à entidade trabalhista.

– Não votamos o Orçamento se não houver recursos para o aumento do salário mínimo. Essa tem que ser a nossa posição. Esse é um compromisso que estou lançando publicamente – afirmou *Antonio Carlos aos dirigentes da Força Sindical.*

Paulo Pereira da Silva e Luiz Antonio de Medeiros participaram da marcha de trabalhadores que chegaram ontem a Brasília para negociar, além do aumento do salário mínimo, o pagamento, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), das perdas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) durante os planos Verão e Collor I. Eles pediram a Antonio Carlos que marque audiência de uma comissão de trabalhadores com o presidente Fernando Henrique Cardoso.

O presidente da Força Sindical *também apresentou a Antonio Carlos a proposta da entidade para o* pagamento das perdas sofridas pelo FGTS. Na sua avaliação, é pequena a dívida da União com a grande maioria dos 50 milhões de trabalhadores que têm direito à correção. Paulo Pereira da Silva também considera que o governo tem de pagar o que deve como qualquer trabalhador faria, ou seja, vendendo bens de sua propriedade para quitar a dívida. Entre os bens da União que poderiam ser alienados, o sindicalista citou ações de estatais e terras públicas.

– O Congresso tem que encontrar e o governo tem que disponibilizar os recursos para pagar os R$ 180. Essa posição do presidente do Congresso tem total respaldo nosso. O governo vai ter que dar o aumento do salário mínimo desta vez. Agora não tem para onde escapar. Com a pressão da opinião pública, o Congresso não vai ser mais enrolado. Se o governo pagar para ver, ele vai ser derrotado – afirmou Medeiros à saída do encontro, que também teve a participação dos deputados federais Paulo Octávio (PFL-DF) e João Herrmann Neto (PPS-SP).

Abin deve prestar contas, diz Antonio Carlos

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, afirmou ontem que o Congresso Nacional terá todas as condições para controlar e fiscalizar as atividades da Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

Segundo o senador, a agência de informações deverá prestar contas constantemente sobre suas atividades para a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência, criada ontem para controlar as ações do órgão e averiguar a veracidade das informações fornecidas.

– O Congresso Nacional é mais forte que a Abin – frisou Antonio Carlos Magalhães.

AGENDA

QUARTA-FEIRA, 22 DE NOVEMBRO DE 2000

Presidente
Antonio Carlos Magalhães

Brasil 500

SENADO FEDERAL

11h – Participa do ato de lançamento da candidatura do deputado Inocêncio Oliveira à presidência da Câmara dos Deputados. Plenário nº 2 do Anexo II da Câmara dos Deputados
14h30 – Preside sessão deliberativa ordinária

PLENÁRIO

14h30 – Sessão deliberativa ordinária
Hora do Expediente: será dedicada a homenagear a escritora Rachel de Queiroz pelo transcurso de seu nonagésimo aniversário de nascimento.
Pauta: PLC nº 57/2000, que dispõe sobre a identificação criminal; PLC nº 39/2000, que regulamenta, para a Previdência Social, o disposto no parágrafo 3º do art. 100 da Constituição Federal; PLS nº 685/99, que regulamenta a prestação de informações ao Banco Central para instrumentalização do Sistema Central de Risco de Crédito; e PDL nº 253/99, aprova o ato que renova a permissão outorgado a Rádio FM Cidade de Mogi-Guaçu para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Mogi-Guaçu (SP).

COMISSÕES

9h – Comissão de Assuntos Sociais
Pauta: PLSs nºs 5 e 68, de 2000 (tramitação conjunta), acrescenta dispositivos à Lei nº 7.998/90, para conceder o benefício do seguro-desemprego ao trabalhador extrativista vegetal durante o período em que estiver impedido de exercer sua atividade; PLS nº 112/2000, do novo redação ao art. 1º da Lei nº 9.608/98, que dispõe sobre o serviço voluntário; emendas apresentadas ao turno suplementar ao substitutivo ao PLS nº 530/99 (votação nominal), que dispõe sobre a assistência pré-natal às gestantes e a realização obrigatório de exames complementares; PLS nº 11/2000, altera o inciso I do art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43; PLS nº 449/99, altera o art. 43 da Lei nº 8.080/90 (Lei Orgânica da Saúde), possibilitando aos hospitais universitários captar recursos provenientes de internações hospitalares; PLS nº 603/99, acrescenta parágrafo único ao art. 393 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43, para assegurar o pagamento dos salários à empregada gestante, demitida sem justa causa, até cinco meses após o parto; e emendas de Plenário ao PLC nº 34/99, estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.
Pauta Extra: PLC nº 74/2000, altera dispositivos do Decreto-Lei nº 5.452/43 (Consolidação das Leis do Trabalho), que proíbe o trabalho do menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 9*

10h – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
Pauta: exposição do ministro da Defesa, Geraldo Magela da Cruz Quintão. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 5*

10h – Comissão de Educação
Pauta: audiência pública para debater o Programa Especial de Treinamento (PET), com a presença do deputado Gilmar Machado, presidente da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados; dos professores Antônio Macedowell Figueiredo, secretário nacional da Educação; Dante Augusto Couto Barone, presidente da Comissão Executiva Nacional em Defesa do Programa Especial de Treinamento, e Vilma Figueiredo, vice-presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), e dos acadêmicos Wodson Ribeiro, presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), e Gustavo Fenbeck Lobo, membro da Comissão Executiva Nacional em Defesa do Programa Especial de Treinamento. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 19*

10h30 – Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: PLC 49/99, altera a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, a Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e o Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, dispondo sobre a capacitação e competitividade do setor de tecnologia de informação. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 19*

Após a Ordem do Dia – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: Requerimento nº 552/2000, do senador Pedro Simon, requerendo um voto de louvor pela indicação da primeira mulher para o cargo de ministro do Superior Tribunal Federal; PLS nº 187/99, modifica a Lei nº 9.096/95, com a finalidade de ampliar o prazo de filiação partidária; PLS nº 353/99, que dispõe sobre o financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais e estabelece critérios objetivos de distribuição dos recursos no âmbito dos partidos; e PLS nº 130/99, que proíbe divulgação de pesquisas eleitorais no período que determina, mediante o acréscimo de parágrafo ao art. 33 da Lei nº 9.504/97, que estabelece normas para as eleições. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 3*

Após a Ordem do Dia – Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: PRS nº 79/2000, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal, municípios e suas respectivas autarquias e fundações; Ofício "S" nº 50/2000, que encaminha ao Senado relatório sobre a operação de troca de títulos do tipo Brady por um novo título do tipo Global, concluído em 26 de julho de 2000, que resultou na emissão, pelo governo brasileiro, de um total de US$ 1 bilhão no mercado internacional; Ofício "S" nº 53/2000, que encaminha ao Senado o relatório sobre a operação de troca de títulos do tipo Brady por um novo título do tipo Global, concluída em 17 de agosto de 2000, que resultou na emissão, pelo governo brasileiro, de USD 5,1 bilhões no mercado internacional; PDL nº 181/2000, que aprova a participação do Brasil no Fundo de Meio Ambiente Global Environment Facility (Gef); PRS nº 75/2000, que altera a Resolução nº 78/98, do Senado, para suspender, pelo período de 12 meses, o pagamento de serviços de dívidas dos estados de Alagoas e de Pernambuco junto à União; e PRS nº 78/2000, que altera a Resolução nº 78/98, do Senado, para suspender, pelo período de 12 meses, o pagamento de serviços de dívidas dos estados de Alagoas e de Pernambuco junto à União. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 19*

17h – Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: audiência pública acerca da dívida ativa, com a presença dos presidentes do Tribunal Regional Federal (TRF), Fernando da Costa Tourinho (1ª Região), Alberto Nogueira (2ª Região); José Kalil (3ª Região), Fábio Bittencourt da Rosa (4ª Região), e José Maria Lucena (5ª Região). *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 19*

ESPECIAL

12h – Cultura ao Meio-Dia
Filme: *Mar em Fúria*, de Wolfgang Peterson. *Auditório Petrônio Portella*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL
Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Mariuce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327
Editor-Chefe: Edson de Almeida
Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéias Dantas de Morais
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

PRESIDENTE DA CÂMARA DE DEPUTADOS

Restrição à publicidade de cigarros é aprovada pelo Senado e volta à Câmara

Substitutivo de José Roberto Arruda recebeu três emendas. Redação final limita anúncios de fumo a malas diretas e exibição de cartazes na parte interna de locais de venda



Plenário debateu o substitutivo, acolheu três emendas, mas manteve as restrições propostas por Arruda à propaganda de derivados do tabaco

Com três emendas, o Senado aprovou ontem substitutivo do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) ao projeto do governo que restringe a publicidade de cigarros e outros produtos derivados do tabaco. O texto, que volta à deliberação da Câmara, estabelece que a publicidade desses produtos ficará proibida em revistas, jornais, televisão, rádio e *outdoors*, mas as indústrias terão permissão para enviar propaganda por mala direta e exibir cartazes, painéis e pôsteres na parte interna de locais de venda.

Na votação, foram aprovados três itens destacados para deliberação em separado. O primeiro, da senadora Heloísa Helena (PT-AL), restaurando o artigo 3º votado pela Câmara, o qual determina que a propaganda comercial de cigarro só poderá ser efetuada "na parte interna dos locais de venda". Pelo substitutivo de Arruda, essa propaganda só poderia ser efetuada internamente". Heloísa Helena argumentou que, mantida essa expressão, até no Senado poderiam ser afixados cartazes com propaganda de cigarro.

Outra mudança aprovada foi de iniciativa do senador Moreira Mendes (PFL-RO), no artigo que estabelece um período de transição de dois anos para que sejam cumpridos os contratos de patrocínio firmados entre promotores de eventos esportivos, como automobilismo, e os fabricantes de cigarros. O senador conseguiu aprovar emenda eliminando do projeto o artigo que obrigava as empresas patrocinadoras de eventos esportivos a aplicar 20% de seus gastos nessa área em comerciais educativos sobre os malefícios do fumo.

Em outro destaque, Moreira Mendes propôs e foi aprovada a proibição da publicidade de fumígenos via Internet, mas não o seu comércio, como previa o texto. O senador argumentou que isso não tinha amparo constitucional, porque a Internet não está circunscrita à legislação brasileira. Ele observou que, se o país proibisse a venda de cigarros pela Internet, os estrangeiros poderiam vender o produto no Brasil. "É uma venda eletrônica, que acessa qualquer lugar do mundo", disse.

Na ocasião, o senador José Roberto Arruda reconheceu que até os supermercados compram cigarros via Internet, concordando com a emenda de Moreira Mendes. O texto integral aprovado pelo Plenário, além de permitir a propaganda de cigarro pelo correio, admite a informação jornalística e científica que aborde o cigarro e seus derivados. Mas proíbe o *merchandising* – a propaganda subliminar que utiliza ações de personagens em atuações não diretamente relacionadas com o uso do cigarro, mas com o sucesso ou bem-estar associado a seu consumo.

No debate da matéria, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) disse que a bancada de oposição votaria a favor, mas registrou seu protesto contra a "forma desrespeitosa" com que foram tratados projetos de outros parlamentares, que também disciplinavam a publicidade de bebidas alcoólicas. Ela argumentou que, se o fumo traz prejuízos à saúde individual, são infinitamente maiores os prejuízos decorrentes das doenças provocadas pelo álcool. A senadora apontou a desestruturação das relações familiares, os acidentes de trânsito e a criminalidade resultantes do álcool como causadores de um impacto bem maior do que o cigarro, e disse esperar que o governo e o Congresso tenham a coragem de enfrentar o poderoso *lobby* das bebidas alcoólicas.

Plenário fixa prazo para ações de seguradoras



Edison Lobão teve emenda aprovada pelo Plenário

Com uma emenda do senador Edison Lobão (PFL-MA), o Plenário aprovou ontem projeto aumentando de seis meses para cinco anos a prescrição para a ação impetrada pelas companhias seguradoras para reaver o valor que tenham pago aos segurados por dano provocado por terceiros. Oriundo do Executivo e já votado na Câmara, o projeto fixava para essa prescrição o prazo de seis meses. O texto volta agora à deliberação dos deputados.

Lobão argumentou que, num país continental, seria impraticável para a seguradora exercer em seis meses o direito de regresso em casos múltiplos e simultâneos de ações de responsabilidade civil, que dependem normalmente de demorada coleta de provas de culpa para que possam ser responsabilizados os autores dos danos.

Pelo Código Civil, o prazo é de cinco anos, o que, acredita o governo, acaba prejudicando o segurado, argumento que Lobão considerou equivocado. "Quem está propondo a ação não é o causador do dano, mas sua vítima. Nenhuma razão existe para adotar-se o equivocado prazo prescricional de seis meses na ação da seguradora contra o autor do dano", afirmou.

Ele disse que manter o prazo dilatado em benefício das seguradoras é uma forma de proteger o consumidor que, caso contrário, teria de arcar com maiores custos para obter a condição de segurado.

Acolhidos projetos que reforçam combate ao crime



Romeu Tuma diz que projeto dota Estado de "instrumentos eficazes"

O Plenário aprovou ontem projeto de lei de iniciativa do Executivo que trata da utilização de meios operacionais para melhorar a prevenção e repressão ao crime. O projeto prevê a infiltração de agente policial em quadrilhas ou bandos para contribuir na apuração de delitos. Os agentes infiltrados ficarão isentos de culpa, exceto por excessos, no caso de cometerem ilícitos. O projeto também torna possível a captação e a interceptação, pela polícia, de sinais eletromagnéticos, óticos e acústicos, como os de aparelhos celulares. Como já foi aprovada pela Câmara dos Deputados, a matéria segue para a sanção do presidente da República.

– O projeto traz disposições que modernizam e aperfeiçoam a caça aos bandidos, dotando o Estado de instrumentos eficazes para fazer frente ao dramático e rápido aperfeiçoamento das práticas criminosas – disse o relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, senador Romeu Tuma (PFL-SP).

Segundo o ministro José Gregori, a escuta ambiental, que deve ser precedida de autorização judicial, é um importante meio de tecnologia moderna capaz de identificar, entre outros delitos, o contrabando, o descaminho, o roubo de caminhões e cargas, o tráfico de drogas, a retirada ilegal de madeira.

O Plenário aprovou ainda projeto de lei criando dois mil cargos na Polícia Federal, sendo 160 de perito criminal, 400 de delegado, 600 de escrivão e 840 de agente, a serem providos por concurso público.

Aceitas duas indicações de embaixadores

O Senado aprovou ontem a indicação de Cláudio Maria Henrique do Couto Lyra para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República das Filipinas. Foi aprovada, também, a indicação de Oto Agripino Maia para exercer o cargo de embaixador do Brasil no Vaticano. O diplomata exerce, desde 1996, o cargo de embaixador na África do Sul. As decisões serão comunicadas ao presidente da República.

RADIODIFUSÃO

O Plenário do Senado aprovou ainda projeto de decreto legislativo outorgando permissão à Fundação Sara Nossa Terra para execução de serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Araucária (PR).

Diretor-geral da Aneel será reconduzido

A recondução do engenheiro José Mário Miranda Abdo para o cargo de diretor-geral da Agência *Nacional de Energia Elétrica (Aneel), por mais quatro anos, foi aprovada ontem pelo Senado. Ele está no exercício do cargo desde 2 de dezembro de 1997. A matéria recebeu 57 votos favoráveis e 7 contrários. Quatro senadores se abstiveram de votar.*

Ao encaminhar a votação, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) elogiou a competência do diretor e sua formação adequada ao cargo. Abdo graduou-se em Engenharia Elétrica pela Universidade de Brasília, em 1973, e em 1980 concluiu a pós-graduação em Engenharia de Sistemas Elétricos, também pela Universidade de Brasília.

Suassuna afirmou que a atuação de Abdo durante sua gestão à frente da Aneel se caracterizou pela progressiva regulamentação das atividades do serviço de energia elétrica, impondo limitações à concentração do poder de mercado e explicitando regras de comercialização. O senador elogiou, ainda, a importância da atuação da Aneel na mediação de divergências entre agentes e entre estes e os consumidores, afirmando ter havido um fortalecimento da agência no que diz respeito à fiscalização de empresas do setor.

A aprovação será comunicada ao presidente da República.

Juca Kfouri critica pagamento a intermediário no contrato CBF-Nike

Em depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado que está investigando o futebol, o jornalista esportivo Juca Kfouri criticou a forma como a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) negociou o contrato de patrocínio da Seleção Brasileira com a Nike. Ele considerou absurda a comissão de 10% paga pela entidade à empresa Traffic. "Se pagasse 1%, pagaria bem; 2%, melhor ainda; 5% chegaria a ser um escândalo; 10%, que é o de tabela, eu não quero nem comentar."



Kfouri: não é preciso intermediário para vender a imagem do time mais famoso do mundo

Na opinião do jornalista, a CBF sequer necessitaria de intermediário para fechar um contrato de patrocínio para a Seleção Brasileira. Juca Kfouri disse que bastaria marcar data e promover uma licitação pública, que muitas empresas apareceriam para a disputa. "O que estaria à venda não seria a camisa de uma equipe do interior, mas a imagem do time mais famoso, disputado e querido do mundo", afirmou.

Segundo o jornalista, a empresa, de propriedade de J. Ávila, amigo de Teixeira, tem uma relação "promíscua" e "antiética" com a CBF.

– Apenas uma semana após ganhar, por U$S 4 milhões, o direito de negociar a imagem da Seleção durante a Copa, a Traffic vendeu-o, pelo dobro do preço, à Coca-Cola. Isso prova que não é preciso intermediários – disse.

A suposta doação do passe do jogador Marcelinho Carioca pela Federação Paulista de Futebol ao Corinthians foi colocada sob suspeita. Kfouri revelou ter informações de que a patrocinadora do time, a *Hicks, Muse, Tate & Fust* estaria pagando pela contratação do jogador, embora tenha sido divulgada uma doação.

Dirigentes esportivos dão mau exemplo, diz jornalista

O jornalista Juca Kfouri afirmou que os dirigentes esportivos dão "mau exemplo" ao povo, e mencionou o chamado "vôo da muamba", em 1994, em que o presidente da CBF, Ricardo Teixeira, exigiu que a aeronave liberasse de imediato a *bagagem de jogadores e dirigentes.*

Para Juca Kfouri, o futebol brasileiro acostumou-se a ser uma "terra de ninguém", em que a autonomia das entidades e dos clubes é confundida com a ausência de fiscalização ou de controle social. Ele observou que, se tivesse a responsabilidade de realizar uma CPI, iniciaria as investigações pelos dirigentes de clubes e entidades. "Compararia o que eles tinham antes de entrar no mundo do futebol com o que têm hoje", explicou.

Em resposta ao senador Geraldo Althoff (PFL-SC), relator da CPI, Kfouri revelou que tem indícios de que a "embaixada" do futebol, denunciada por Renata Alves, ex-secretária do técnico Wanderley Luxemburgo, continua funcionando em outros endereços. Disse também que a figura do intermediário, que negocia os jogadores entre os clubes, é desnecessária e serve apenas para remunerar dirigentes e empresários do futebol.

Indagado pelo senador Gilvam Borges (PMDB-AP), o jornalista negou que em algum momento tivesse interesses pessoais contrariados pelo presidente da CBF, ou que a entidade desportiva tenha sido anunciante da revista *Placar*, da qual foi editor. Kfouri disse que passou a ser processado por Teixeira por causa de suas matérias criticando a administração do dirigente.

Ele criticou ainda a Justiça Desportiva e concordou com o senador Geraldo Cândido (PT-RJ), para quem os desmandos no futebol têm prejudicado a atuação dos jogadores. Kfouri entregou documentos à CPI contendo denúncias sobre irregularidades no futebol. Os senadores José Eduardo Dutra (PT-SE), Romeu Tuma (PFL-SP) e Ney Suassuna (PMDB-PB) preferiram fazer indagações na sessão secreta.

CPI pede investigação sobre empresas de jogadores

A CPI do Futebol aprovou requerimento no sentido de que seja solicitada às juntas comerciais do Rio de Janeiro e de São Paulo e à Receita Federal uma investigação sobre a possível existência de empresas que foram ou são de propriedade de vários jogadores, entre eles Romário e Hélton (Vasco), Edmundo, Rincón e Caio (Santos), Edílson e Petkovic (Flamengo) e Marcelinho e Ricardinho (Corinthians).



CPI do Futebol quer esclarecer as diferenças entre os salários de jogadores divulgados pela imprensa e os que constam dos contratos

Autor do requerimento, o relator, senador Geraldo Althoff (PFL-SC), explicou que a lista foi elaborada a partir da comparação dos valores dos salários dos jogadores divulgados pela mídia e os constantes nos contratos em poder da CPI. Outra providência tomada pela comissão foi quebrar o sigilo de todos os telefones instalados no endereço apontado pela estudante de Direito Renata Alves como sede da "embaixada", local onde seriam realizadas negociações de atletas.

Outro requerimento aprovado determina que o jogador Macula e os jornalistas Wilson de Carvalho e Cláudio Neves sejam ouvidos pela Polícia Federal, na presença de assessores designados pela comissão parlamentar de inquérito. Eles falarão sobre reportagem publicada no último domingo no *Jornal dos Sports*, em que o jogador acusou o treinador Wanderley Luxemburgo de ter recebido dinheiro na sua transferência do Juventude para o Palmeiras.



Comissão Mista de Orçamento discute reestimativa de receitas para bancar o aumento do salário mínimo

Comitê define origem dos recursos para aumentar o mínimo

Toda receita de impostos para 2001 poderá ser reestimada, prevê relator do Orçamento

O comitê de receitas da Comissão Mista de Orçamento reúne-se hoje, às 15h, com o objetivo de decidir de onde poderão sair cerca de R$ 4 bilhões de receitas permanentes a fim de garantir o aumento do salário mínimo para até R$ 180 no próximo ano. O relator-geral do Orçamento 2001, senador Amir Lando (PMDB-RO), e o presidente da comissão, deputado Alberto Goldman (PSDB-SP), afirmaram que o comitê poderá reestimar toda a receita de impostos, gerando recursos para o INSS pagar o mínimo a mais de 12 milhões de aposentados.

A decisão de reunir o comitê de receitas foi tomada ontem, depois de um dia de impasses na Comissão de Orçamento. Pela manhã, o relator-geral comunicou aos dez subrelatores setoriais que, da verba de R$ 1,6 bilhão destinada às emendas do Congresso pelo Executivo, só iria liberar R$ 731 milhões. Os outros R$ 869 milhões ficarão condicionados à aprovação de dois projetos que buscam aumentar a arrecadação – permissão à Receita Federal para investigar movimentações financeiras de pessoas ou empresas suspeitas de sonegação e combate à elisão fiscal (uso abusivo de brechas da legislação para pagar menos impostos).

Amir Lando argumentou que não poderia trabalhar o Orçamento sem a garantia de dinheiro para o salário mínimo, e decidiu, com os sub-relatores, que a tramitação seria paralisada até a votação dos dois projetos. À tarde, o presidente da comissão, deputado Alberto Goldman, reuniu-se com os representantes de partidos e com o relator-geral e foi encontrado o caminho para evitar que os trabalhos orçamentários fiquem parados – a reunião do comitê de receitas. Ficou ainda acertado que a reestimativa de receitas do comitê será submetida ao plenário de deputados e senadores da comissão amanhã.

Depois das reuniões, Amir Lando afirmou à imprensa que o uso dos R$ 869 milhões restantes, destinados basicamente a emendas coletivas, ficará condicionado à aprovação dos projetos contra a sonegação fiscal. Disse ainda que "outras verbas" do Orçamento , "até mesmo para investimentos", também ficarão condicionadas à votação dos projetos que se encontram na Câmara.

Aprovados créditos suplementares para Presidência e ministérios

A Comissão Mista de Orçamento aprovou na noite de ontem créditos suplementares de R$ 8,92 milhões para órgãos ligados à Presidência da República e aos ministérios de Minas e Energia, das Comunicações e do Meio Ambiente. Os recursos se destinam a vários programas, que vão da manutenção de imóveis à prevenção de queimadas na Amazônia e ao pagamento de auxílio-transporte a funcionários.

A reunião foi obstruída pelos deputados da oposição, sob o argumento de que a comissão deve, antes de qualquer novo crédito, ter uma definição de recursos para o aumento do salário mínimo para R$ 180. Dos oito itens da pauta, só foram votados dois. Nova reunião será realizada hoje, às 15h, quando estarão em debate projetos que abrem novos créditos ao Ministério da Educação, no valor de R$ 636 milhões.

Plenário vota indicação de Ellen Gracie para o STF

Na CCJ, o nome da juíza, a primeira mulher apontada para o cargo de ministra do Supremo Tribunal Federal, recebeu aprovação unânime dos senadores. Relator destacou sua "reputação ilibada" e seu "notável saber jurídico"

O Plenário do Senado Federal irá apreciar hoje a indicação da juíza Ellen Gracie Northfleet para ocupar o cargo de ministra do Supremo Tribunal Federal. A sessão será pública, mas a votação do parecer favorável do senador José Fogaça (PMDB-RS), aprovado por unanimidade na reunião de ontem da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), será secreta.

A reunião da CCJ destinada a examinar o relatório de Fogaça e a argüir a indicada durou quase quatro horas, ao longo das quais a juíza respondeu perguntas de vários senadores.

A votação do relatório também foi realizada secretamente, como determina o Regimento Interno do Senado.

Em seu parecer, José Fogaça afirmou que Ellen Gracie atende a todos os requisitos constitucionais para exercer a função, destacando o "notável saber jurídico" e a "reputação ilibada" da juíza. Ressaltou também a trajetória profissional da juíza, que tem se dedicado nos últimos 30 anos ao exercício do Direito, como procuradora do Ministério Público e presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

– Já não era sem tempo – disse José Fogaça, referindo-se ao fato de uma mulher haver sido indicada pela primeira vez para exercer a função de ministra do Supremo.



Os membros da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovaram o convite a Ives Gandra para debater a reforma do Judiciário

O cargo é vitalício e decorre de nomeação do presidente da República, tendo que passar antes pelo crivo do Senado.

Para ser aprovado pelo Plenário, o nome de Ellen Gracie precisa ser referendado por, no mínimo, 41 senadores (maioria absoluta). Ela ocupará, caso a indicação seja aprovada, a vaga resultante da aposentadoria do ministro Octávio Gallotti.

Na mesma reunião, os senadores da CCJ aprovaram requerimento do senador Bernardo Cabral (PFL-AM) convidando o jurista Ives Gandra para participar de audiência pública destinada a debater a reforma do Judiciário, em fevereiro do ano que vem.

Na sabatina, a promessa de um "olhar feminino" sobre as questões humanas

A primeira mulher indicada para o Supremo Tribunal Federal, a juíza Ellen Gracie Northfleet, afirmou que sua visão sobre o Poder Judiciário não é muito diferente da dos demais magistrados do país. Por essa razão, observou ela, sua indicação, a pesar de revestir-se do caráter da novidade, não representará grande modificação naquela corte.



Ellen Gracie defendeu a adoção de medidas provisórias. "O Executivo, muitas vezes, não pode esperar", argumentou

– A única diferença talvez consista no olhar feminino sobre questões sociais e humanas – afirmou Ellen Gracie.

A juíza mostrou-se, em resposta ao senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), favorável a mecanismos que facilitem o acesso das mulheres a funções importantes na vida política e social. Para ela, o regime de quotas – que reserva percentual definido para pessoas de determinado sexo ou etnia como o adotado pela lei eleitoral, por exemplo, – pode ajudar as mulheres a vencer algumas dificuldades iniciais, decorrentes de preconceito.

Segundo Ellen Gracie, o mais importante, no entanto, é que a escolha de seu nome esteja acontecendo no momento em que se analisa uma reforma para o Poder Judiciário. Sobre isso, ela manifestou sua posição favorável a algumas propostas, como a adoção do efeito vinculante.

Com esse instrumento, haveria obrigatoriedade de o juiz acatar certas decisões, consagradas pela jurisprudência, o que contribuiria para desafogar o Supremo.

– Considero o grande número de processos que chegam ao Supremo, que é a instância máxima da Justiça, uma deformação do sistema. Outra boa providência seria a revisão da questão da relevância, ou seja, ver o que realmente necessita ser analisado pela corte que cuida dos aspectos da constitucionalidade.

Sobre outros assuntos, ela assim se manifestou:

Mercosul – Estudiosa do assunto, previu que, em um prazo de cinco a dez anos, os tribunais do Mercosul já estarão completamente formalizados, pois essa é uma necessidade consensual entre os chefes dos poderes judiciários dos países signatários do bloco.

Lei da Mordaça – Respondendo ao senador Jefferson Péres (PDT-AM), a juíza disse que considera excessiva a exposição de alguns membros do Judiciário quando tratam de assuntos não relacionados diretamente com a prestação dos serviços jurisdicionais. Advertiu, no entanto, para a necessidade de o Judiciário ser o mais transparente possível. "O juiz precisa ser isento, pois nós não somos eleitos. A nossa legitimidade reside na isenção com que julgamos as causas", opinou.

Legislação brasileira – "É avançada, principalmente sobre os aspectos dos direitos sociais, das minorias, mulheres e crianças. O que precisa ser modificado é a cultura."

Medida provisória – O uso deste mecanismo, ponderou, é comum mesmo nos países em que o poder do parlamento é quase total. Em sua opinião, a medida provisória é legal, já que "o Executivo, muitas vezes, não pode esperar pelos trâmites do Poder Legislativo".

Impunidade – "O povo tem fome de justiça", declarou a juíza ao observar que, freqüentemente, o juiz recebe um processo já bastante atrasado. Ela acredita que existam medidas capazes de inibir a burocracia e a demora da tramitação dos processos.

Elogios são a tônica do debate com senadores

Os elogios à indicação de Ellen Gracie Northfleet foram a tônica da reunião de ontem da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida pelo senador José Agripino (PFL-RN), e escalada para relatar a matéria Iris Rezende (PMDB-GO) manifestou a certeza de que a chegada da juíza na corte judicial máxima do país *representará um marco e trará mudanças positivas para o STF. A senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) congratulou a juíza Ellen Gracie e alertou-a para a responsabilidade de dobrada que as mulheres têm quando assumem cargos de relevância.*



José Agripino, presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Também fizeram perguntas os senadores Ramez Tebet (PMDB-MS), José Roberto Arruda (PSDB-DF), Pedro Simon (PMDB-RS), Romeu Tuma (PFL-SP), Carlos Patrocínio (PFL-TO), Agnelo Alves (PMDB-RN), Eduardo Suplicy (PT-SP) e José Agripino (PFL-RN).

Respondendo ao senador Bernardo Cabral (PFL-AM) sobre o curso que fez nos Estados Unidos, custeado pela Fundação Fullbright, do governo norte-americano, entre 1991 e 1992, Ellen Gracie explicou que aproveitou a bolsa de estudos que recebeu para conhecer o sistema judiciário daquele país, o funcionamento dos vários tribunais e aprender Administração Judiciária.

Ao senador José Eduardo Dutra (PT-SE), que abordou algumas colocações feitas pela imprensa sobre possíveis posições governistas adotadas pela juíza em seus pareceres, Ellen Gracie disse que suas posições podem ser amplamente conhecidas, pois as audiências da Justiça brasileira são públicas. Dutra admitiu que a assessoria de seu partido reconheceu a correção técnica nos processos analisados pela juíza.

– Existem casos na história que mostram que muitos ministros, mesmo indicados por apadrinhamento, não tiveram posições governistas, agindo de acordo com o Direito mais apurado – observou ele.

Ellen Gracie tem 52 anos, é separada judicialmente e nasceu no Rio. Formou-se em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e, naquele estado, exerceu praticamente toda a carreira profissional. Foi aprovada em concurso para o cargo de procuradora da República em 1972 e nomeada para juíza do Tribunal Regional Federal da 4ª Região em 1989. Atuou também no Tribunal Regional Eleitoral do RS. Fez curso de especialização nos EUA e é professora universitária.

Para o governo, termelétricas são indispensáveis

Programa Prioritário de Termeletricidade é necessário para atender à previsão de demanda de energia elétrica nos próximos dez anos, diz na CAE o diretor do Departamento Nacional de Desenvolvimento Energético

Para atender à previsão de demanda de energia elétrica nos próximos dez anos, é necessário que a capacidade instalada de produção no Brasil seja aumentada em 4,5 megawatts/hora (MW/h) por ano, por habitante. Foi o que disse o diretor do Departamento Nacional de Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia (MME), Boris Garbati Goronstin. Segundo ele, o Brasil utiliza apenas 25% de seu potencial hidrelétrico, mas contingências conjunturais levaram a um programa de incentivo à implantação de termelétricas.

As afirmações de Goronstin foram feitas ontem na audiência pública da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) que debateu a política de preços para a indústria do gás natural. Segundo ele, o aumento da base térmica de geração de energia é necessário para a recuperação dos reservatórios das hidrelétricas.

Com uma maior disponibilidade de gás natural, produzido no país ou importado da Bolívia e da Argentina, o governo quer aumentar a participação dessa matriz energética na produção brasileira, passando dos 9,2% atuais para 25%, em 2009. A maior parte das usinas termelétricas hoje em operação é movida a óleo ou carvão. As movidas a gás são apenas 3% do total, bem aquém da Argentina (47%) e dos Estados Unidos (24%).

Outro fator favorável às termelétricas é a possibilidade de construção próxima dos centros consumidores, evitando investimentos maciços em transmissão e as perdas dela decorrentes. Para os próximos seis anos, a capacidade de produção tem de ser acrescida em 26 mil MW/h, ou seja, 40% da atual capacidade instalada. Segundo o representante do MME, as 23 hidrelétricas em construção no início do primeiro mandato do atual governo equivalem à geração de 15 mil MW/h. O caminho encontrado para a expansão foi um grande programa de termelétricas a gás, o Programa Prioritário de Termeletricidade.

Goronstin ressaltou que o programa foi montado sem nenhum subsídio federal, com investimentos de US$ 6 bilhões feito por 54 investidores privados. Serão construídas usinas em 18 estados, com um consumo previsto de 47 milhões de metros cúbicos de gás por dia.

O diretor do MME chamou a atenção para a necessidade de se garantir o equilíbrio entre a oferta e a demanda de energia até 2003, para quando está prevista a liberação do mercado de energia elétrica.



Comissão de Assuntos Econômicos fará novas audiências sobre a política de preços para a indústria do gás natural

Remessa de lucros aumentará déficit, prevê Saturnino

O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) afirmou que o investimento estrangeiro na construção de termelétricas e produção de energia agravará o déficit na balança de pagamentos, com o aumento das remessas de lucros para o exterior.

– Os setores de energia elétrica, financeiro e de saneamento e distribuição de água não são como as indústrias, que podem gerar exportações. Não vão gerar divisas, mas déficits constantes no balanço de pagamentos, pelas remessas de lucros – frisou.



Saturnino diz que o déficit levará à desvalorização

Saturnino lembrou que o déficit está sendo financiado com a privatização de outras estatais, como o Banespa. Mas, quando não houver mais nada a vender, o equilíbrio da balança de pagamentos será obtido a partir de uma grande desvalorização da moeda nacional, dentro de dois a quatro anos, previu.

O senador pediu que o Programa Prioritário de Termeletricidade, que vai mudar substancialmente a matriz energética do país, seja acompanhado de um programa de nacionalização dos equipamentos de energia elétrica. Para ele, o incentivo ao uso do gás deveria ter embutido uma política de produção interna de bens e equipamentos.

O senador Paulo Souto (PFL-BA) manifestou preocupação quanto às novas descobertas de gás natural no país. O diretor da Gaspetro, Richard Olm, respondeu que os novos produtores poderão efetivamente disputar mercado. Em breve, com mais concorrentes, haverá mais oferta que demanda, e tendência natural de queda de preços, observou.

Para o presidente da CAE, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), o debate demonstrou que o problema deve ser estudado a fundo. Ao final da reunião, a comissão aprovou novas audiências sobre o tema.

Produtores de energia querem preço do gás sem indexação ao petróleo

O representante da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica, Sérgio Weigert Ennes, defendeu maior convergência entre os setores de geração elétrica e de produção de gás. Ele argumentou que, em cinco anos, metade do consumo de gás natural será destinado à geração de eletricidade. Por isso, afirmou, a política de preços dos dois setores precisa ser considerada em conjunto.

Ennes falou durante a audiência pública realizada ontem pela CAE, afirmando que é necessária a fixação de uma política nacional de preços para as centrais térmicas. Ele acrescentou que a política de preços do gás natural deve considerar que o competidor é a energia hidrelétrica e, por isso, o preço do combustível não deve ser indexado ao do petróleo.

O representante dos produtores independentes de energia sugeriu que as distribuidoras de gás possam fazer a composição de seus próprios preços. A sistemática atual de preços, estabelecida em portaria conjunta dos ministérios da Fazenda e de Minas e Energia, deveria ficar restrita aos 30 milhões de metros cúbicos importados diariamente da Bolívia, defendeu.

GASPETRO

Já o diretor da Gaspetro, Richard Olm, ressaltou a importância de se planejar o suprimento para atender à ampliação do mercado. Lembrou que, hoje, a participação do gás na produção da energia é de 3%, índice que deve chegar a 12% em 2010. Os 12 milhões de metros cúbicos de gás natural consumidos diariamente devem pular para 75 milhões.

As reservas brasileiras, calculadas hoje em 225 bilhões de metros cúbicos, são menores que as bolivianas, argentinas e venezuelanas. O diretor da Gaspetro chamou a atenção para o fato de que o custo do gás representa metade dos investimentos para pôr em funcionamento uma termelétrica.

ANP espera crescimento expressivo do consumo

O diretor da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Júlio Colombi Neto, disse que em 2010 o gás natural terá uma participação de cerca de 10% na matriz energética brasileira. Atualmente, segundo informou, o gás natural representa em torno de 3% do total do consumo de energia.

As afirmações foram feitas ontem, na Comissão de Assuntos Econômicos, durante audiência pública sobre a política de preços para a indústria do gás natural.

Apesar do iminente crescimento, o diretor da ANP afirmou ser necessário que as entidades ligadas ao setor energético se mantenham cautelosas, porque o gás natural representa um desafio para o país. Trata-se de um setor novo na economia brasileira, lembrou.



Para Júlio Colombi Neto, o gás natural representa um desafio

O diretor da ANP reconheceu a existência de um aumento da oferta de gás natural no país, mas se mostrou preocupado com a perda do produto, que atinge, diariamente, milhões de metros cúbicos. Para ele, é fundamental que as usinas térmicas passem a absorver esse potencial.

Júlio Colombi Neto fez uma explanação de como funciona a Agência Nacional do Petróleo e lembrou que a decisão final para o estabelecimento do preço do gás natural não compete a ela. Essa atribuição, disse, pertence aos ministérios da Fazenda e de Minas e Energia, apesar de a agência participar das discussões sobre o assunto.

Aneel garante que há investimento em transmissão

O diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), José Mário Abdo, disse que o governo vem melhorando e ampliando as linhas de transmissão de energia convencional, além de construir hidrelétricas. Nos últimos anos, informou, foram investidos R$ 2 bilhões somente em distribuição de energia.

Com relação ao gás natural, Abdo acredita que essa fonte de energia será benéfica para o país e, apesar de nova, já passa a se inserir dentro da política do setor elétrico. Ele avalia que o crescimento econômico exige novas fontes de energia, como gás natural, nuclear, eólica (vento), além de fontes renováveis.

Autor do requerimento da audiência pública, o senador Ricardo Santos (PSDB-ES) defendeu a flexibilização das tarifas de gás natural. A seu ver, um estado próximo à fonte produtora não pode pagar o mesmo preço cobrado de um estado longe de termelétrica.

Ricardo Santos acha que as distorções do preço do gás natural vêm diminuindo a competição. Segundo ele, a política de unificação dos preços contribui para o desinteresse na produção. Mas Santos manifestou a certeza, com base nos depoimentos, de que a flexibilização virá em futuro próximo.

O senador também defendeu a cobrança separada dos custos da extração, transporte e distribuição do gás natural. Dessa forma, os centros produtores teriam maior competitividade, com reflexos positivos na política de preços do produto.

Instalada comissão que fiscalizará a Abin

Composto por representantes da maioria e da minoria nas duas Casas do Congresso, órgão responsável pelo controle das atividades de inteligência do governo federal será presidido temporariamente pelo senador José Sarney

Em sessão conjunta das comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CRE) do Senado e da Câmara dos Deputados, foi instalada ontem a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI). O órgão responsável pela fiscalização das atividades da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) será presidido temporariamente pelo senador José Sarney (PMDB-AP), que também preside a CRE do Senado. O relator da mensagem presidencial que propõe a política nacional de inteligência será o deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), que preside a CRE da Câmara e tem prazo de 20 dias para apresentação de parecer.



As comissões de Relações Exteriores instalaram em sessão conjunta órgão de controle da Abin

Formada ainda pelo senador Jader Barbalho (PMDB-PA) e pelo deputado Aécio Neves (PSDB-MG), representando a maioria nas duas Casas, e a senadora Heloísa Helena (PT-AL) e o deputado Aloísio Mercadante (PT-SP), representando a minoria, a comissão decidiu determinar prazo de cinco dias para a apresentação de emendas à mensagem presidencial e à proposta de regimento interno, formulada por Heloísa Helena, que irá regular o funcionamento do órgão e estabelecer novos instrumentos de controle e fiscalização, tendo em vista o caráter sigiloso das informações com que irá lidar.

A comissão também decidiu unir-se em sessão conjunta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que aprovou requerimento do senador Jefferson Péres (PDT-AM) e convidou o ministro chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, general Alberto Cardoso, para explicar, no próximo dia 29, as denúncias de espionagem veiculadas pela revista *Veja*. José Sarney adiantou que o fato de ouvirem o general Cardoso nessa sessão conjunta não impede que ele seja novamente convocado após a definição do regimento interno da comissão.



Gerson Camata é o autor do requerimento para envio de condolências à família do general Darcy de Queiroz

Senado aprova voto de pesar pela morte de militar capixaba

O Senado aprovou requerimento do senador Gerson Camata (PMDB-ES) para inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do general Darcy Pacheco de Queiroz, ocorrida no dia 13 passado, no estado do Espírito Santo. Segundo as tradições da Casa, serão enviadas condolências à família.

O general Darcy ocupava cargo de direção no jornal *A Gazeta*, havia 36 anos. Antes tinha sido comandante da Polícia Militar e ocupou o cargo do secretário do Interior e Justiça do estado do Espírito Santo.

Um de seus últimos trabalhos na Rede Gazeta foi a criação do suplemento infantil *A Gazetinha*, que passou a ser o de maior tiragem na imprensa brasileira e um dos mais lidos. O general Darcy de Queiroz deixou duas filhas, cinco netos e um bisneto.

CAE aprecia hoje nova Lei de Informática

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Ney Suassuna (PMDB-PB), marcou para a manhã de hoje, a partir das 10h30, a votação do projeto da nova Lei de Informática. Ele informou à comissão, no início da reunião realizada ontem, que representantes do governo federal e do governo do Amazonas ainda buscavam um entendimento sobre o projeto, que estende a todo o país – contra a vontade da bancada amazonense – os benefícios fiscais para a produção de monitores de vídeo e telefones celulares.



Proposta de Roberto Freire recebeu vista coletiva

Suassuna agendou ainda para amanhã a votação do projeto de resolução apresentado pelo senador Roberto Freire (PPS-PE) que prevê a suspensão por 12 meses do pagamento do serviço da dívida com o governo federal pelos estados de Pernambuco e Alagoas, atingidos por fortes enchentes neste ano. O presidente da comissão concedeu vista coletiva por 48 horas.

A preocupação do governo federal com a possibilidade de abertura de um precedente pelos dois estados esteve no centro das discussões sobre o tema na reunião, que contou com a presença do governador de Alagoas, Ronaldo Lessa. O relator da proposta, senador José Eduardo Dutra (PT-SE), lembrou em seu parecer que a própria Lei de Responsabilidade Fiscal permite a adoção de procedimentos especiais em casos de calamidade pública, como o ocorrido nos dois estados.

O vice-líder do governo, senador Romero Jucá (PSDB-RR), contestou a posição de Dutra e sugeriu que, em vez de se permitir a suspensão do pagamento da dívida, se prevejam recursos no Orçamento da União para a reconstrução de Alagoas e Pernambuco. "Se há necessidade de obras, que as bancadas consigam recursos", disse Romero Jucá.

Amir Lando propõe aumento de pena para homicídio

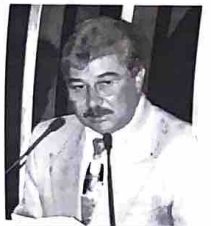
Os sucessivos homicídios praticados contra policiais no estado do Rio de Janeiro levaram o senador Amir Lando (PMDB-RO) a apresentar projeto de lei em que esse crime deixa de ser considerado homicídio simples, sujeito a pena de seis a 20 anos, para ser tratado como homicídio qualificado, o que implica pena de reclusão de 12 a 30 anos. O projeto está sendo examinado pela CCJ, para decisão terminativa.

Lando reconhece que um simples diploma legal não tem, por si só, o poder de resolver a dramática situação por que passam os policiais e a população do Rio de Janeiro. No entanto, essa mudança na lei penal poderá dar aos tribunais o embasamento jurídico necessário à aplicação de penas mais rigorosas.

Na justificação da proposta, o senador ressalta que o assassinato de um policial, em serviço, foi um dos motivos que levaram a Suprema Corte dos Estados Unidos a adotar a aplicação da pena de morte. O assassinato de um agente da sociedade a quem cabe a defesa do cidadão, por sua gravidade, merece o máximo rigor da lei, conforme entendeu acertadamente a Suprema Corte americana, na opinião do senador.

Patrocínio elogia cartilha da CNI sobre conciliação trabalhista

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) elogiou o lançamento, pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), da cartilha *Comissões de Conciliação Prévia*. Segundo o parlamentar, a publicação explica a nova proposta de conciliação extrajudicial como condução da ação trabalhista, incluída na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).



Carlos Patrocínio: cartilha esclarece também eventuais pontos de conflito de jurisdição

Carlos Patrocínio informou que a cartilha detalha, de forma didática, o funcionamento da conciliação extrajudicial, tanto no âmbito das empresas como dos sindicatos, com suas peculiaridades e especificidades, e ainda estabelece um esclarecedor quadro comparativo.

Segundo Patrocínio, a cartilha esclarece também os eventuais pontos de conflitos de jurisdição e a forma como são apresentados. Inclui os modelos adequados de convenção coletiva e de acordo coletivo de trabalho, termo de demanda e de conciliação e de declaração.

– Além disso, a cartilha explica o rito a ser observado durante a sessão de tentativa de conciliação e os aspectos relativos à prescrição. A aceitação da conciliação e a tentativa conciliatória frustradas são também devidamente esclarecidas. No último caso, será gerada a declaração de tentativa conciliatória frustrada, documento hábil para a posterior formulação de eventual reclamação trabalhista, acrescentou o senador.

O documento da CNI, disse Carlos Patrocínio, vai ajudar a desafogar a Justiça do Trabalho, que atualmente tem uma sobrecarga de dois milhões de processos. Ele disse ainda que, segundo a *Gazeta Mercantil*, desde o ano passado cerca de cinco mil casos de conciliação extrajudicial foram julgados no país, a maioria no Conselho Arbitral de São Paulo, envolvendo as áreas trabalhistas, comercial e de família.

Senado homenageia vida e obra de Rachel de Queiroz

Na sessão de hoje, a Hora do Expediente será dedicada à escritora cearense, que completou 90 anos de idade na última sexta-feira


Rachel de Queiroz se consagrou com seu livro de estréia, *O Quinze*

O Plenário do Senado destinará a Hora do Expediente de hoje a uma homenagem à escritora Rachel de Queiroz, que completou 90 anos no último dia 17. Um dos nomes mais importantes da moderna literatura brasileira, Rachel de Queiroz nasceu em Fortaleza, em 1910, tendo vivido ainda muito menina o drama da seca, que inspiraria seu primeiro e mais famoso romance, *O Quinze*, lançado em 1930, com grande repercussão no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Pelo livro de estréia, cujo tema foi a terrível estiagem de 1915, a jovem escritora ganhou o prêmio da Fundação Graça Aranha, consagrando-se nacionalmente como escritora de romances de fundo social. Embora trabalhando vagarosamente em cada obra, Rachel obteve muitos outros êxitos depois de *O Quinze*. Entre eles, *Dora Doralina* (1975) e *Memorial de Maria Moura* (1992), este adaptado na forma de minissérie pela Rede Globo.

Além de romancista, Rachel notabilizou-se pelo trabalho como jornalista. Publica crônicas e artigos desde 1927, e não interrompeu sua contribuição nem quando se recuperava de um derrame cerebral ocorrido no ano passado. Também escreveu peças de teatro, e, mais recentemente, um livro de culinária – *Receitas do Não Me Deixes* –, registro gastronômico-literário dos pratos que prepara no sítio que tem em Quixadá, município do interior cearense.

A escritora tem dividido seu tempo entre o sítio e o apartamento no bairro carioca do Leblon, *onde a incomoda o barulho dos ônibus. Com a saúde fragilizada, anda e fala com dificuldade.* Rachel vive atualmente sob os cuidados de Maria Luíza, de 73 anos, a irmã caçula que criou como uma filha. Ainda assim, tem energia para conversar sobre política. No hospital, recuperando-se do acidente vascular, falou pelo telefone com o senador José Sarney (PMDB-AP) e com o ex-governador do Ceará e ex-ministro da Fazenda Ciro Gomes.

Rachel hoje diz que prefere esquecer seu passado político, mas sua biografia nesse campo tem passagens importantes. Integrou o Partido Comunista Brasileiro (PCB) quando este ainda era ilegal, mas, por repudiar a "mesquinharia" de seus membros, afastou-se em 1932.

Tornando-se trotskista, foi presa, em 1937, durante a ditadura de Getúlio Vargas. Sua amizade com outro ditador, Castello Branco, rendeu-lhe censuras da esquerda. Em 1966, portanto ainda no regime militar, participou da *21ª Sessão da Assembléia Geral da ONU, como delegada do Brasil*, trabalhando especialmente na Comissão dos Direitos do Homem.

Plenário vota normas de identificação criminal

A fim de regulamentar o dispositivo constitucional que protege a pessoa que já tem identidade civil de identificação criminal, o Senado Federal votará hoje projeto de lei estabelecendo que será identificado criminalmente o acusado envolvido na prática de homicídio doloso e de crimes de receptação qualificada, de falsificação de documento público, contra o patrimônio e contra a liberdade sexual.

A idéia é imprimir maior segurança na identificação dos suspeitos de ilícitos penais graves, assegurando maior eficácia na investigação policial.

Oriundo do Executivo, o projeto prevê também a identificação criminal do indiciado em caso de fundada suspeita de falsificação ou adulteração do documento de identidade apresentado, ou ainda se constar de registros policiais o uso de outros nomes ou diferentes identificações.

Também nesta quarta-feira, o Senado vota projeto que permite o pagamento em 60 dias de dívidas da Previdência Social até o limite de R$ 5.180,25. A proposta regulamenta o artigo 100 da Constituição, que prevê o fim da expedição de precatórios para dívidas consideradas de pequeno valor. A possibilidade do pagamento em 60 dias, a partir do trânsito em julgado da ação, decorre da alteração do valor de isenção do pagamento de custas nos processos movidos contra a Previdência Social, hoje em pouco mais de R$ 4 mil.

Ainda hoje, será votado projeto, oriundo da CPI do Sistema Financeiro, que cria o Sistema Central de Risco de Crédito do Banco Central. O objetivo é modernizar o sistema financeiro nacional e evitar os riscos resultantes de empréstimos a clientes sem capacidade comprovada de pagamento. A central será abastecida com informações sobre pessoas físicas e jurídicas que peçam empréstimos no mercado.

Em razão do nonagésimo aniversário de nascimento da escritora Rachel de Queiroz, o Plenário dedicará a Hora do Expediente de hoje a uma homenagem à autora de *O Quinze* e *Memorial de Maria Moura*. A homenagem foi proposta pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), um dos oradores já inscritos para a sessão.


Proposta do senador Sérgio Machado prevê o financiamento público das campanhas eleitorais

Projetos de reforma política são o principal tema da pauta da CCJ

Três projetos ligados à reforma política estarão em pauta hoje, a partir das 17 horas, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Eles tratam de fidelidade partidária, financiamento público de campanhas eleitorais e restrição à divulgação de pesquisas eleitorais. Também será apreciado pela comissão voto de louvor, proposto pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS), à indicação da primeira mulher – Ellen Gracie Northfleet – para o Supremo Tribunal Federal.

O projeto que pretende garantir a fidelidade partidária, apresentado pelo senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), amplia para quatro anos o prazo de filiação dos candidatos a cargos eletivos que *já tenham* pertencido a outros partidos. Com isso, na prática, proíbe-se nova candidatura, no pleito seguinte, de parlamentares ou titulares de cargos no Poder Executivo que tenham mudado de partido após as eleições.

A comissão examinará parecer favorável do relator do projeto de financiamento público das campanhas eleitorais, senador Álvaro Dias (PSDB-PR), a sete emendas apresentadas à proposta. Entre elas, a que estabelece como válida para o cálculo das cotas do fundo partidário a filiação dos deputados eleitos no momento do pleito anterior.

Dessa forma, pretende-se evitar a troca de legendas que atualmente ocorre entre os deputados um ano antes das eleições, momento em que se registra a proporcionalidade a ser levada em conta na aplicação da lei. O relator rejeitou emenda do senador Edison Lobão (PFL-MA) que permitia aos candidatos de pequenos partidos financiar sua própria campanha, em valores proporcionais aos demais candidatos.

O projeto de Sérgio Machado fixa em R$ 7 por eleitor o valor a ser destinado ao fundo partidário nos anos em que se realizarem eleições. Prevê ainda que 1% dos recursos do fundo serão distribuídos igualmente a todos os partidos e 99% serão repassados aos partidos que têm representação na Câmara dos Deputados, de forma proporcional às suas bancadas. Ou seja, os partidos maiores obterão maiores dotações.

Na mesma reunião da comissão, será examinado projeto do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) que limita a publicação de pesquisas eleitorais. Segundo a proposta, as pesquisas só poderão ser divulgadas até oito dias antes do primeiro turno das eleições e até três dias antes do segundo turno, sob pena de detenção de seis meses a um ano e multa no valor de 50 mil a 100 mil Ufirs.

Geraldo Quintão discute na CRE política de segurança

O ministro da Defesa, Geraldo Quintão, comparece à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional hoje, às 10h, para debater com os senadores questões relacionadas com a segurança do país. Ele foi convidado a partir de requerimento dos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Romeu Tuma (PFL-SP) e da senadora Emilia Fernandes (PDT-RS).

A CRE é presidida pelo senador José Sarney (PMDB-AP).


A presença de Geraldo Quintão foi solicitada por três senadores

CE fará audiência pública sobre TV comunitária

Comissão aprova requerimento de Edison Lobão para ouvir representantes de emissoras e do governo sobre a proposta de mudanças na legislação do setor. Também foram acolhidos projetos de renovação e outorga de concessões para rádios

O presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Paulo Machado de Carvalho, o diretor-geral da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Renato Guerreiro, e o secretário nacional de Radiodifusão do Ministério das Comunicações, Paulo Roberto Menecucci, estão entre os convidados que discutirão, em audiência pública, o projeto que abre a possibilidade de instalação de emissoras comunitárias de televisão. Requerimento nesse sentido do senador Edison Lobão (PFL-MA) foi aprovado ontem pela Comissão de Educação.

RÁDIOS

Na mesma reunião, a Comissão de Educação também aprovou quatro projetos de decreto legislativo tratando da concessão de funcionamento de emissoras de rádio. Foram beneficiadas a MR Radiodifusão, para explorar serviço de radiodifusão sonora em Vitória do Mearim (MA); a Flash FM Radiodifusão para Cosmópolis (SP); a Rádio Cidade de Campinas para Itu (SP), e a rádio Luzes da Ribalta, que obteve a renovação para explorar serviço de radiodifusão sonora em Santa Bárbara (SP).


Comissão de Educação decidiu ampliar o debate sobre o projeto que admite emissoras comunitárias de televisão

Senadores debatem cortes em programa de treinamento

A Comissão de Educação realiza hoje audiência pública sobre o Programa Especial de Treinamento, que funciona em universidades e está ameaçado de extinção pela constante redução de recursos, segundo a senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), autora do requerimento para o debate.

– Desde 1997, quando a Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) impôs cortes, o programa vem sofrendo constante redução de recursos e desqualificação da proposta inicial, estando prevista sua extinção para o próximo mês de dezembro – afirmou a senadora no requerimento.


Emilia diz que extinção do programa está prevista para dezembro

Emilia, que é professora universitária, protestou contra essa ameaça, destacando a importância do programa, atualmente aplicado em 59 instituições de ensino superior, em todas as regiões.

Durante a realização da assembléia geral da 52ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em julho passado, reitores, representantes de entidades científicas, parlamentares, tutores e bolsistas também se manifestaram "veementemente contra o fim do programa" disse Emilia.

Conforme o requerimento aprovado pela Comissão de Educação, os depoentes da audiência pública serão os seguintes: professor Antonio Macdowell Figueiredo, Secretário Nacional de Educação Superior; deputado Gilmar Machado, presidente da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados; professor Dante Augusto Couto Barone, presidente da Comissão Executiva Nacional em defesa do Programa Especial de Treinamento; professora Vilma Figueiredo, vice-presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência; estudante Wadson Ribeiro, presidente da União Nacional dos Estudantes; e o estudante Gabriel Perfeito Castro, membro da Comissão Executiva Nacional em Defesa do Programa Especial de Treinamento.

CAS vota hoje proposta que institui o Fundo Nacional de Alimentação

A Comissão de Assuntos Sociais vota hoje, a partir das 9h, projeto que institui o Fundo Nacional de Alimentação (FNA), cujo objetivo é estimular a regionalização da produção de alimentos básicos e viabilizar a melhoria da alimentação de gestantes e crianças de até quatro anos de idade.

O projeto, de autoria dos deputados Hélio Bicudo e Rita Camata, instituía, no texto original, o Programa Nacional de Apoio à Infância, para ampliar os benefícios da merenda escolar. Mas o relator da matéria na CAS, senador Geraldo Althoff (PFL-SC), anunciou que vai apresentar substitutivo à proposta criando, em vez de um programa, o Fundo Nacional de Alimentação. Ele argumenta que essa foi a forma de adequar o projeto às normas constitucionais.


Althoff apresentará substitutivo para adequar projeto às normas constitucionais


Luiz Pontes propõe compensação para empregada gestante demitida sem justa causa

De acordo com o projeto, pequenos e médios produtores rurais receberão incentivos para que produzam alimentos. Toda a produção agrícola financiada com recursos do FNA será adquirida dos produtores e distribuída aos beneficiários do fundo. O acompanhamento e o controle social da aplicação dos recursos serão exercidos por conselhos, constituídos por representantes de órgãos da administração das áreas pertinentes.

Na mesma reunião, a CAS vota projeto que assegura à empregada gestante demitida sem justa causa o pagamento de até cinco meses de salários e *demais vantagens. O* autor do projeto, senador Luiz Pontes (PSDB-CE), argumenta que a iniciativa repara a omissão da lei em relação ao assunto.

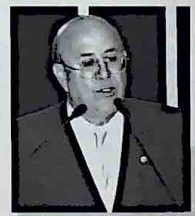
A Comissão de Assuntos Sociais também examina projeto do senador Sebastião Rocha (PDT-AP) e da senadora licenciada Marina Silva (PT-AC) que concede o seguro-desemprego aos trabalhadores extrativistas e beneficiadores do açaí e da castanha-do-pará.

A CAS aprecia ainda proposta que limita a concessão de incentivos fiscais, financeiros ou sociais às empresas que ampliarem a contratação de mão-de-obra. *Consta da pauta também projeto do senador Tião Viana (PT-AC), que amplia a assistência pré-natal às gestantes, e o do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que permite aos hospitais universitários o atendimento de pacientes que paguem pela assistência prestada ou daqueles que tenham planos de saúde.*

CAE avalia dívida ativa da União com presidentes dos tribunais federais

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) realiza hoje, às 17 horas, uma audiência pública destinada a discutir a dívida ativa da União. Estarão presentes os presidentes dos cinco Tribunais Regionais Federais (TRFs): Fernando da Costa Tourinho Neto, 1ª Região; Alberto Nogueira, 2ª Região; José Kallás, 3ª Região; Fábio Bittencourt da Rosa, 4ª Região; e José Maria Lucena, 5ª Região.

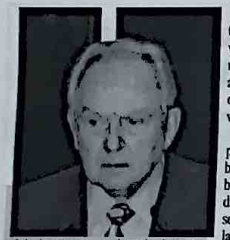
Os presidentes dos TRFs falarão sobre a deficiência estrutural que impede a Justiça brasileira de analisar todos os casos em tempo hábil, o que leva até à prescrição das dívidas ativas já em fase de execução judicial. Somando-se os débitos das pessoas físicas e jurídicas, a dívida ativa da União deve chegar a R$ 310 bilhões. Para o presidente da CAE, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), essa poderia ser uma das soluções para bancar o aumento do salário mínimo.


Suassuna: cobrança da dívida ativa poderia ajudar a bancar o aumento do salário mínimo

Os juízes deverão informar aos senadores da CAE a quantidade de processos existente hoje nos Tribunais Regionais Federais. Poderão também quantificar o valor real da dívida em execução na Justiça. Após a discussão com os magistrados, os parlamentares da comissão deverão debater o tema com os ministros do Planejamento, Martus Tavares, e da Fazenda, Pedro Malan, em reunião a ser ainda marcada.

Cabral critica tese da "soberania relativa" da Amazônia

"A Amazônia é nossa", diz senador, que atribui a interesses internacionais a insistência em caracterizar a região como intocável, "como se os brasileiros estivessem condenados a contemplar suas riquezas sem jamais se beneficiarem delas"



Cabral teme que a chamada Operação Colômbia leve à ocupação de terras do norte do estado do Amazonas

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) denunciou, mais uma vez, a "cobiça internacional" em relação à Amazônia, à qual ele atribui a tentativa de "sedimentar o conceito de 'soberania relativa' do Brasil sobre a região".

– A Amazônia é nossa, não é possível aceitar a tese da intocabilidade da região, como se os brasileiros estivessem condenados a contemplar suas riquezas sem jamais se beneficiarem delas – afirmou.

Cabral fez questão de afirmar que iniciativas como a Zona Franca de Manaus têm o mérito de fixar a população na região, dando-lhe condições de sobrevivência, mas sobretudo de preservar a floresta, como aconteceu no estado do Amazonas, onde 98% das matas puderam ser preservadas, muito em decorrência da fixação dessas indústrias na capital.

Para Cabral, é inadmissível considerar "catastrófica" a construção de uma simples estrada ou o aproveitamento energético de uma queda-d'água na Amazônia. Contudo, há vozes internacionais e organizações não-governamentais no Brasil que olham esses empreendimentos, que trazem progresso e bem-estar para a população, como destinados a destruir a floresta, argumentou.

O senador alertou, ainda, para os perigos que cercam a Operação Colômbia, nome dado à ajuda norte-americana ao combate aos narcotraficantes naquele país. "Eles serão empurrados para as terras do norte do estado do Amazonas, região quase despovoada. Não quero que se diga que o Senado foi omisso, que os senadores ficaram insensíveis ao problema, pois estamos defendendo mais dinheiro para o projeto Calha Norte, justamente para ocupar essa região", disse.

Em aparte, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) manifestou sua insatisfação diante do "tratamento secundário" que o governo federal dá às regiões Norte e Nordeste, como se fossem sempre trazer problemas, e nunca soluções, para o Brasil.

Também em aparte, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) criticou algumas organizações não-governamentais que atuam na Amazônia, em ação contrária aos reais interesses nacionais. E alertou: "O mesmo está acontecendo no Pantanal Mato-Grossense".

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO

HOJE

6h30 – Agenda Econômica – Raul Velloso, economista, fala sobre as contas públicas
7h30 – Entrevista – Sen. Iédo Cabeceira fala sobre orçamento e investimentos em Mato Grosso
8h – Jornal do Senado
8h30 – TV Escola – Educação Ambiental – Energia
9h – Comissão de Assuntos Sociais (viva)
Logo após – Comissão de Relações Exteriores (gravada)
14h30 – Sessão Plenária (viva)
Logo após – Comissão de Assuntos Econômicos (viva)
21h – Jornal do Senado
21h30 – Comissão de Educação (gravada)
Logo após – Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

0h – Agenda Senado
Em seguida – Música e informação
9h – Comissão de Assuntos Sociais
Em seguida – Comissão de Assuntos Econômicos
14h30 – Sessão Plenária do Senado (viva)
Em seguida – Música e informação
19h – A Voz do Brasil
Em seguida – Música e informação
20h30 – Senado em Linha Direta Edição Nordeste
Em seguida – Música e informação
21h – Senado em Linha Direta – Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida – Música e informação
21h30 – Senado em Linha Direta – Edição Sul/Sudeste
Em seguida – Música e informação
0h – Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida – Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações técnicas para recepção do sinal da TV Senado

Net: apresentar local informar o número do canal
DirecTV: canal 163
Sky Net: canal 30
Tecsat: canal 17
Internet: www.senado.gov.br

Antena Parabólica – Sistema Digital:
- Satélite B1
- Transponder 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Freqüência: 3.644,4 MHz
- Frequência (Banda - L): 1.505,75 MHz
- Antena: 3,6 m
- PID: Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio Digital MPEG-2 DVB
- Symbol Rate: 3,2143Mb/s
- FEC: ¾

Antena Parabólica – Sistema Analógico
- Satélite B1
- Transponder 11 A-2 (canal 8)
- Polarização: Horizontal
- Freqüência – 4 130 MHz

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Radio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:
- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:
- Freqüência de recepção: Banda L 1.465,600 MHz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC,1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

Júlio Eduardo entende que a região requer novo modelo de crescimento



Júlio Eduardo está preocupado com o aumento das queimadas

Ao comentar matéria de capa da revista *Veja*, sobre pesquisas que registram aumento das queimadas na Amazônia, e estimam o impacto ambiental das obras previstas no programa do governo federal Avança, Brasil, o senador Júlio Eduardo (PV-AC) disse que muitos não dão atenção a essas pesquisas, na ilusão de que o antídoto à cobiça internacional sobre a região estaria num desenvolvimento de tipo tradicional. Na sua opinião, a Amazônia não comporta o modelo de crescimento que pautou os países do Hemisfério Norte e dos estados do Centro-Sul do Brasil, baseado no uso de combustíveis fósseis e na conversão de áreas de floresta em áreas para pastagem ou agricultura.

– É por isso que a experiência do Acre e do Amapá e de algumas prefeituras precisa se transformar em políticas públicas de amplitude regional. É isso que estamos conseguindo a duras penas com os programas de apoio ao extrativismo e às iniciativas de empresas que passam a adotar os planos de manejo para extração de madeira e outros produtos – defendeu.

Conforme o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), a Amazônia já perdeu 14% de sua cobertura original e, a cada ano, perde em torno de 20 mil km². Segundo previsão de desmatamento feita pelo Instituto de Pesquisas da Amazônia (Ipam), com o Avança, Brasil haverá um incremento de até um quarto dos 20 mil quilômetros quadrados devastados todos os anos. O programa prevê a construção de 8 mil km de estradas, dez portos, dois gasodutos, três hidrelétricas, duas hidrovias, milhares de quilômetros de linhas de transmissão de energia e mais de 1.400 km da Ferrovia Norte-Sul, além da ampliação ou construção de quatro aeroportos.

Se ao longo da Belém-Brasília foram derrubados 55% da vegetação numa faixa de 50 km de cada lado da estrada, na Cuiabá-Santarém, aberta nos anos 70 e cuja pavimentação está prevista no Avança, Brasil, "o desmatamento pode espalhar-se por até 200 km lateralmente ao asfalto", comparou o senador.

As projeções citadas por Júlio Eduardo foram contestadas em aparte por Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), para quem elas não têm base científica. Na sua opinião, deve estar em curso algum projeto ambiental para a região, daí a matéria da revista. A seu ver, o papel dos representantes da Amazônia é mostrar a realidade: não estaria havendo desmatamentos nem incêndios. "A população precisa trabalhar a floresta para sobreviver, pois o país tem desigualdades demais", disse.

Sebastião Rocha quer comissão mista para traçar uma estratégia de defesa

Em apelo aos líderes partidários, o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) solicitou apoio a requerimento de sua autoria pela formação de comissão mista temporária para verificar *in loco* a situação nas fronteiras brasileiras da Amazônia, promover contato direto com as autoridades militares locais e contribuir com subsídios para que "o Brasil desencadeie uma estratégia de defesa consistente da Amazônia brasileira".

O mesmo pedido foi feito pelo senador ano passado, quando, disse, a possibilidade de invasão das fronteiras era uma hipótese. Agora, com a Operação Colômbia, essa possibilidade passou, a seu ver, a ser concreta, e o Congresso deve "ajudar de fato a impedir uma invasão militar da região".

Rocha contestou a opinião de Júlio Eduardo (PV-AC) de que o governo do Amapá seria um exemplo, como o Acre, de como é possível desenvolver projetos econômicos adequados ao objetivo de preservar a floresta amazônica.



Rocha: Congresso deve "impedir uma invasão militar da região"

Maguito vê descaso do governo em relação às rodovias

Senador responsabiliza União por mortes em acidentes ocorridos nas estradas federais do sudoeste de Goiás, em conseqüência do seu precário estado de conservação. Com a chuva, afirmou, "as BRs 060, 364 e 158 ficam intransitáveis"



Maguito Vilela: "Como podemos defender um governo como esse?"

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) responsabilizou o governo federal pelas mortes provocadas por acidentes em estradas federais que atravessam o sudoeste de Goiás. Segundo ele, basta chegar o período das chuvas para os acidentes se repetirem, trazendo grandes prejuízos aos produtores da região. "As BRs 060, 364 e 158 ficam intransitáveis", afirmou.

O senador disse sentir-se envergonhado por não saber explicar aos habitantes daquela região por que o governo federal não tapa buracos e impede a morte das pessoas. "Fico envergonhado com a irresponsabilidade do governo em relação. Somente neste final de semana, foram 12 acidentes, com três vítimas fatais", disse.

Maguito levou o ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, para visitar as cidades e verificar o estado das rodovias. Segundo ele, o ministro mandou iniciar o trabalho de recapeamento, mas os recursos acabaram. "Devemos reclamar para quem? Como podemos defender um governo como esse? Enquanto não for resolvido o problema, virei à tribuna dizer que meus conterrâneos estão morrendo por irresponsabilidade do governo federal", concluiu.

Ramez Tebet comemora os 57 anos de independência da República do Líbano



Tebet: Líbano reconhece os direitos tanto de cristãos como de muçulmanos

Em homenagem aos 57 anos da independência da República do Líbano, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) manifestou sua confiança de que, exatamente por ter aprendido as virtudes da resistência, da persistência e da esperança numa história atribulada, o povo libanês saberá reconstruir o país e transformar-se na terra do diálogo e dos encontros.

Essa confiança, segundo Tebet, advém da própria história libanesa, a seu ver, "a mesma que caracteriza a da espécie humana". Ocupada inicialmente pelos fenícios, na região onde hoje se localiza o país está um dos únicos núcleos do mundo – Byblos – que foi habitado ininterruptamente desde 6 mil a.C.. Essa é a razão pela qual, observa o senador, o Líbano pode ser considerado uma das pátrias fundadoras da humanidade, juntamente com a Grécia e o Império Romano.

O Líbano moderno começou a ser estruturado no século XVII, quando estabeleceu sua unidade territorial e constituiu o poder central correspondente, que viria ainda a sofrer o domínio do Império Otomano e do Egito. A real independência do país só ocorreu ao final da Segunda Guerra Mundial, quando livrou-se da tutela francesa a que estava submetido desde a Primeira Guerra.

Hoje, acrescentou o senador, o Líbano tem uma história marcada pelos conflitos entre as nações árabes e o Estado de Israel e abriga duas grandes comunidades – cristã e muçulmana – que procuram conviver democraticamente. Ambas têm seus direitos reconhecidos pelos poderes públicos e pela Constituição do país.

Nabor pede a ministro da Justiça investigação no AC



Nabor: não há provas de plano de assassinato do governador do Acre

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) solicitou ontem ao ministro da Justiça, José Gregori, para que ele determine ao diretor-geral do Departamento de Polícia Federal a designação imediata de um delegado especial para investigar "as queixas do governador e seus aliados" de que estariam sendo vítimas de ameaças, inclusive de morte. A investigação poderá pôr fim ao que o senador denominou de "deletérias especulações".

Segundo disse, "falsas denúncias" e "clima forjado de violência" foram o quadro pintado pelo gôvernador do Acre, Jorge Vianna, ao presidente da República, que esteve em Rio Branco em escala técnica de seu avião, quando retornava de reunião no Panamá. Por isso, continuou, Fernando Henrique Cardoso prometeu urgente intervenção policial e judicial.

Nabor acrescentou que suas opiniões sobre as denúncias estão firme e ponderadamente explicitadas em editorial de ontem do jornal *A Gazeta*, que ele leu na íntegra da tribuna. O editorial, intitulado "Que venha o delegado especial", afirma, logo de início, que informações obtidas pelo jornal "junto a alguns órgãos de segurança – sérios e independentes – garantem que não há provas consistentes de ameaças, muito menos de um plano 'diabólico', para atentar contra a vida do governador do estado".

Viana aponta tentativa de desmoralizar denúncia



Viana: fita cassete comprovaria plano de matar político

Em resposta a pronunciamento do senador Nabor Júnior (PMDB-AC), para o qual as ameaças de morte ao governador Jorge Viana seriam especulações, o senador Tião Viana (PT-AC) disse que os adversários do governo estadual "utilizam o método fascista de desmoralizar para, depois, eliminar. Foi assim, disse, com Chico Mendes e Edmundo Pinto, ex-governador. Ameaçados, pediram segurança federal, foram desmoralizados e, finalmente, mortos.

O pedido de garantia de segurança ao governador, segundo Tião Viana, foi feito por ele e pelo senador Júlio Eduardo (PV-AC) ao procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro.

– Temos fita cassete gravada onde presos afirmam que iriam matar o governador – disse.

Caso não conseguissem, acrescentou, matariam o pai e a filha dele. A fita está disponível, "mas o senador Nabor não vai ouvi-la" e prefere, a seu ver, desmoralizar a figura do governador.

O jornal que publicou o editorial elogiado por Nabor foi, segundo Tião Viana, "comprado com dinheiro da corrupção" e Nabor estaria fazendo questão de ser "influenciado pelos criminosos que praticam ação de desmoralização do governo".

Para o senador, o Plenário do Senado não é o foro adequado para semelhantes confrontos estaduais. Ele observou, no entanto, que se não é possível o debate de idéias, "vale a defesa da honra".

RESULTADO DA ORDEM DO DIA

TERÇA-FEIRA, 21 DE NOVEMBRO DE 2000

1 Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2000 (nº 2.950/2000, na Casa de origem). Presidente da República. Altera dispositivos da Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígenos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas. Pareceres da CCJ e CAS, relator: senador José Roberto Arruda, sob nºs. 1.076/2000, favorável ao projeto e parcialmente às emendas nºs 2, 3, 4, 9, 10, 13, 14, 19 e 21, na forma de subemenda que apresenta, e contrário às emendas nºs 1, 5 a 8, 11, 12, 15 a 18, 20, 22 e 23, apresentadas nas termos do art. 122, II, "b", do Regimento Interno; e 1.077/2000, favorável, nos termos do parecer da CCJ, com voto contrário da senadora Emília Fernandes. Rejeitado o Requerimento nº 463/2000, de tramitação conjunta. Aprovado o projeto e a subemenda da CCJ em parte, ficam prejudicadas as emendas nºs 2, 3, 4, 9, 10, 13, 14, 19 e 21. À Câmara dos Deputados.

2 Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 2000 (nº 3.199/2000, na Casa de origem). Presidente da República. Acrescenta inciso ao § 5º do art. 178 da Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916 (Código Civil), e parágrafo único do art. 208 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil (ação de separandos para anexar o valor do indenização). Parecer nº 1.088/2000-CCJ, relator: senador Edison Lobão, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta. Aprovado o projeto e a Emenda nº 1-CCJ. À Câmara dos Deputados.

3 Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 2000 (3.272/2000, na Casa de origem). Presidente da República. Cria cargos no Carreira Policial Federal. Parecer nº 1.089/2000-CCJ, relator: senador Romeu Tuma, favorável ao projeto e pela rejeição das emendas nºs 1 e 2-CCJ e a de nº 1-CCJ, de redação. Aprovado. À sanção.

4 Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 2000 (nº 3.275/2000, na Casa de origem). Presidente da República. Altera os arts. 1º e 2º da Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995, que dispõe sobre a utilização de meios operacionais para a prevenção e repressão de ações praticadas por organizações criminosas. Parecer nº 1.090/2000-CCJ, relator: senador Romeu Tuma, favorável. Aprovado o projeto e os emendas nºs 1 e 2-CCJ. À Câmara dos Deputados.

5 Mensagem nº 205, de 2000 (nº 1.425/2000, na origem). Presidente da República. Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, relator: senador Romeu Tuma, sobre a Mensagem nº 205, de 2000 (nº 1.425/2000, na origem), pela qual o presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do senhor Cláudio Maria Henrique do Couto Lyra, ministro de primeira classe da Carreira de Diplomata, para exercer a função de embaixador do Brasil junto à República das Filipinas. Aprovado. Votaram: Sim: 61 Não: 4 Abs.: 3 Total: 68. Será feita a devida comunicação ao senhor presidente da República

6 Mensagem nº 230, de 2000 (nº 1.603/2000, na origem). Presidente da República. Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, relator: senador José Jorge, sobre a Mensagem nº 230, de 2000 (nº 1.603/2000, na origem), pela qual o presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do senhor Otto Agripino Maia, ministro de primeira classe da Carreira Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer a função de embaixador do Brasil junto ao Estado do Vaticano. Aprovado. Votaram: Sim: 64 Não: 3 Abs.: 2 Total: 69 Será feita a devida comunicação ao senhor presidente da República.

7 Parecer nº 1.065, de 2000. MSF nº 212/2000 (nº 1.481/2000, na origem). Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. Sobre a Mensagem nº 212, de 2000 (nº 1.481/2000, na origem), de 20 de outubro do corrente ano, pela qual o presidente da República submete à deliberação do Senado a proposta de recondução do senhor José Mateo Morando Aldo ao cargo de diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Parecer nº 1.065/2000-CI, relator: senador Paulo Souto (incluído na Ordem do Dia, nos termos do Requerimento nº 562, de 2000 – art. 281 do RISF). Aprovado. Votaram: Sim: 57 Não: 7 Abs.: 4 Total: 68

8 Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 2000 (nº 270/99, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Sara Nossa Terra para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Araociaba, estado do Paraná. Parecer nº 440/2000-CE, relator: senador Álvaro Dias, favorável, com ebservações das senadoras Heloísa Helena. Aprovado. A promulgação.

Fonte: Secretaria-Geral da Mesa

Lúcio Alcântara aponta falhas do ensino médico no Brasil

A partir de dados de avaliações realizadas pela Comissão Interinstitucional Nacional de Avaliação do Ensino Médico (Cinaem), o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) analisou a existência do que considera "sérias deficiências" no ensino médico do Brasil. Segundo ele, essas deficiências são reconhecidas pelos especialistas e conferem ao problema um caráter inquietante, "uma vez que se trata de diagnóstico antigo de uma situação que tende ao agravamento". Ele informou que 85 escolas diplomam, todos os anos, cerca de 8.200 médicos no país.



Alcântara vê falta de controle na autorização dada a novas escolas

O senador explicou que, enquanto o Cinaem, em nove anos de existência, realizou três estudos de avaliação, a Comissão Interministerial dos Ministérios da Educação e da Saúde ainda não apresentou o relatório que deveria ter concluído em 30 de outubro de 1997.

– Os resultados do Cinaem reafirmam a opinião dos especialistas e demonstram a realidade que salta aos olhos: estamos lançando na vida profissional um contingente de médicos mal preparados – afirmou Alcântara.

Segundo o senador, a partir de 1965, houve inversão no padrão das escolas médicas no Brasil, quando as escolas privadas passaram a prevalecer sobre as públicas. Para Alcântara, isso não seria um problema se os estudos não demonstrassem o desempenho medíocre das escolas em relação a aspectos de estrutura político-administrativa e econômica, de infra-estrutura, de recursos humanos e de modelo pedagógico.

O senador disse que, de um modo geral, os professores auxiliares e assistentes são pouco preparados para o ensino, para a pesquisa e para as atividades administrativas em que se inserem. Ele citou o professor Irany Moraes, da Faculdade de Medicina da USP, para quem mesmo médicos não estão, na grande maioria das vezes, academicamente capacitados a ensinar.

Além disso, Alcântara ainda apontou a limitada produção científica e a autorização de funcionamento de novas escolas médicas sem a imposição de condições e sem controle como a causa da situação em que se encontra o ensino médico brasileiro, de acordo com os resultados da avaliação do Cinaem.

Suplicy quer financiamento público com consulta a eleitor

Ele sugere que o eleitorado seja ouvido sobre o partido ao qual deseja destinar o dinheiro do fundo público de campanha

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) propõe que os eleitores indiquem o partido ao qual desejam destinar os recursos do fundo público de campanha previsto em projeto que tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Pelo projeto, de autoria do senador Sérgio Machado (PSDB-CE), as verbas devem ser distribuídas de acordo com o número de deputados federais de cada partido.



Eduardo Suplicy ouviu do presidente do TSE que a consulta é "exeqüível"

Em discurso ontem em Plenário, Suplicy informou que está apresentando a proposta por dois meios diferentes: emenda ao projeto em exame na CCJ e novo projeto de lei. A idéia é manter o assunto em discussão, caso a CCJ não aprove a emenda de sua autoria.

Segundo o senador, o eleitor manifestaria sua vontade em consulta realizada pela Justiça Eleitoral no primeiro trimestre de cada ano eleitoral. A consulta teria como fundamento o rateio das verbas para campanhas previstas no projeto de Machado, R$ 7 por eleitor.

Suplicy informou que os custos operacionais da consulta poderiam ser facilmente absorvidos pela Justiça Eleitoral. Ele disse ter conversado com o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro José Neri da Silveira, e que este qualificou a realização da consulta de "exeqüível".

Segundo projeto de lei apresentado por Suplicy, os diretórios nacionais dos partidos com representação na Câmara reservariam 20% do dinheiro para sua administração direta. Os 80% restantes seriam distribuídos para os diretórios estaduais proporcionalmente ao número de votos que o partido recebesse em cada estado.

Senador protesta por assassinato de sem-terra

O senador Eduardo Suplicy protestou contra o assassinato do trabalhador rural sem-terra Sebastião Maia, ocorrido na manhã de ontem, próximo à fazenda Água de Prata, em Querência do Norte, no noroeste do Paraná. Desocupada na quinta-feira pela PM, a fazenda havia sido reocupada hoje.

Conforme relato lido pelo senador, o crime ocorreu numa emboscada, quando os trabalhadores passavam por uma estrada. Pistoleiros da região teriam sido os responsáveis pelo ataque, no qual o lavrador foi morto com vários tiros na cabeça. Segundo o relato, em 7 de maio de 1999, Sebastião Maia e sua família foram despejados da Fazenda Rio Novo, localizada no mesmo município. Na ocasião, sua mulher, Adelina Ventura, foi torturada pela Polícia Militar e denunciou os maus-tratos diretamente ao então secretário nacional de Direitos Humanos, hoje ministro da Justiça, José Gregori.

Segundo Suplicy, Adelina relatou a Gregori detalhes da ação policial. "Nós tava (*sic*) dormindo, quando eles chegaram gritando muito alto: polícia, polícia. Quem é a mulher do Tiãozinho, aqui?" O depoimento, na avaliação do senador, é um indício de que o trabalhador era um homem marcado pela polícia.

Suassuna cobra atenção para setor de transportes

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) disse ontem que os setores de transporte rodoviário de carga e de passageiros merecem um tratamento melhor do governo. Na avaliação do senador, os empresários não podem ser responsabilizados pela escolha feita por governos anteriores, que elegeram o transporte rodoviário como a matriz para o país.

– Esses setores não podem ser tratados como praga, porque hoje se reconhece que a opção pelo transporte ferroviário para cargas, e pelo transporte de massa para passageiros, teria representado soluções melhores para o país do que a opção rodoviária feita por governos anteriores – reclamou.

Suassuna afirmou que apresentará, posteriormente, as reivindicações específicas feitas durante os congressos nacionais de transportadores de carga e de passageiros. "O setor paga 12% dos impostos que o governo arrecada, obedece a uma legislação trabalhista que os pune e não há qualquer financiamento público para renovação da frota", afirmou.

Além disso, sustenta, no caso do transporte de cargas, os governos federal e estaduais cobram o que não devem, mantêm as estradas em pandarecos ou arbitram pedágios altíssimos. "Há mais uma agravante, o roubo de cargas que vem tomando proporções inacreditáveis. São quadrilhas que somem com cargas, caminhões e motoristas", completou.

Alencar pede CPI para apurar denúncia contra sua empresa

Citado em reportagem publicada na edição desta semana da revista *Veja*, o senador José Alencar (PMDB-MG), dono da Companhia de Tecidos Norte de Minas (Coteminas), qualificou de "ignomínia" as informações da revista e pediu apoio a requerimento em que pede a instalação de CPI para apurar a veracidade das denúncias. A Coteminas é acusada de ter sido favorecida em lançamento de ações, compradas pela Funcef, fundo de pensão dos funcionários da Caixa Econômica Federal, a preço superior ao de mercado, como contrapartida por doação a campanha do presidente Fernando Henrique.

– As informações não são verdadeiras. Preciso de uma CPI para que se apure a verdade – disse ele.

A operação citada pela revista teria injetado R$ 23,6 milhões na empresa do senador. Entre 1994 e 1997 a Coteminas teria valorizado 3.500% e as ações teriam sido colocadas no mercado em dezembro de 1998, dois meses após a campanha que reelegeu Fernando Henrique.

Em carta já enviada ao vice-presidente editorial da Editora Abril, Thomaz Souto Correia, José Alencar disse que lamenta não ter sido procurado pelo jornalista que escreveu a matéria, afirma que os fatos são outros e que a matéria provoca danos à sua empresa.

– O lançamento de ações da Coteminas no mercado nada teve a ver com a campanha presidencial. Ele não foi feito em 17 de dezembro de 1998, como diz a reportagem, mas em dezembro de 1997 – afirmou, mostrando matéria do jornal *Gazeta Mercantil* do período.



José Alencar contestou *Veja* e lamentou não ter sido procurado pela revista

Os valores divulgados também não correspondem à verdade, continuou. Segundo ele, é inverídica a informação publicada de que as ações valiam R$ 0,16 e foram subscritas a R$ 0,41. "Na verdade, a cotação de cada ação da Coteminas no mercado, em dezembro de 1997, estava em R$ 0,39 e a subscrição foi em valor inferior, de R$ 0,37", disse. Outra inverdade, ressaltou Alencar, refere-se à valorização da empresa. "As ações da empresa não se valorizaram em 3.500% de 1994 a 1997. Valorizaram-se em 58%, conforme os boletins da bolsa", esclareceu.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Antonio Carlos Magalhães, Geraldo Melo, Nabor Júnior e Sebastião Rocha

Jornal da Câmara

PORTE PAGO
DR-BSB
ISR 47-331/86

DEVOLUÇÃO GARANTIDA
PRT - 47-840/92

CÂMARA MUNICIPAL
Rua Rota dos Emigrantes,425
Caixa Postal – 94
HOLAMBRA I - SP
13825-000

Brasília - Quarta-feira, 22 de novembro de 2000 — OS DEPUTADOS — Ano 2 - Nº 438

Temer reafirma empenho pessoal pelo reajuste do salário mínimo

O presidente da Câmara, Michel Temer, reafirmou seu empenho pessoal em buscar todas as fórmulas possíveis para obter os recursos necessários a um substancial reajuste do salário mínimo. Ele fez a declaração ao receber centenas de sindicalistas da Força Sindical que marcharam a pé, durante 30 dias, de São Paulo a Brasília, em defesa do salário mínimo de R$180. Temer disse que a mobilização popular é a melhor maneira de sensibilizar os poderes constituídos a atender às reivindicações da sociedade. "Pessoalmente", acrescentou, "sou a favor do maior reajuste e também da antecipação do aumento para o mês de janeiro".

Benedita Passos



Temer recebe os sindicalistas na Praça do Povo, em frente ao Congresso

Michel Temer lembrou que pela primeira vez o Congresso Nacional está à frente dos fatos, antecipando-se à discussão que normalmente só ocorre às vésperas da data tradicional do reajuste, que é Primeiro de Maio. Disse ainda que os poderes Legislativo e Executivo estão empenhados em examinar todos os meios e fórmulas para obter os recursos necessários ao reajuste.

A marcha foi liderada pelo presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva, e teve a participação também dos deputados João Herrmann Neto (SP), líder do PPS na Câmara, e Medeiros (PFL-SP), entre outros. O presidente da Força Sindical disse que, além da reivindicação de aumento do salário mínimo, os sindicalistas trouxeram propostas para garantir a recuperação das perdas de 68,09% nas contas do FGTS, ocorridas em razão dos planos econômicos Collor I e Verão.

Michel Temer foi ao gramado em frente ao Congresso Nacional, conhecido como Praça do Povo, para receber os sindicalistas. Ele explicou que o gesto era uma forma de manifestar seu apreço pelo esforço dos trabalhadores em defesa dos seus direitos. "Da mesma forma que participei do início da marcha, no Km 103 da Via Anhanguera, faço questão de estar aqui e trazer mais uma vez minha palavra de apoio a esta luta", concluiu.

Félix Mendonça e Feijão reagem à internacionalização da Amazônia

As manifestações de líderes das grandes potências em favor da internacionalização da Amazônia foram condenadas pelos deputados Félix Mendonça (PTB-BA) e Antonio Feijão (PST-AP). "Não podemos permitir que, sob o pretexto ecológico, ela seja mantida intocada e seus habitantes, assim como todo o povo brasileiro, sejam submetidos a condições vis de existência", afirmou Félix Mendonça. Para o deputado baiano, o chamado Plano Colômbia "pode ser parte de uma estratégia de intervenção direta na região, como já foi previsto pelo ex-secretário de Estado dos Estados Unidos, Henry Kissinger. Antonio Feijão considerou inaceitável que o governo brasileiro altere o programa *Brasil em Ação* em conseqüência da previsão de "um gringo" - o cientista norteamericano William Laurence - sobre o futuro da floresta. A propósito, indagou: "Somos cobaias ou estamos pagando salário a pessoas incompetentes e despreparadas para planejar ações para o país"? *Página 5*

OPINIÃO

Alberto Goldman e João Herrmann Neto debatem Orçamento 2001

Página 6

Previdência complementar do servidor deve ser votada hoje

A Câmara deve iniciar hoje a votação do projeto de lei complementar que dispõe sobre o regime de previdência complementar dos servidores públicos. O relator da emenda aglutinativa de plenário, deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA), aceitou algumas modificações em sua proposta, e o relator do projeto na Comissão Especial, deputado Robson Tuma (PFL-SP), anunciou o avanço nos entendimentos. "Chegamos a um consenso para o andamento da matéria, evitando a obstrução. Já há um acordo a respeito de um texto básico, ficando apenas três ou quatro pontos polêmicos para serem definidos pelo voto" – explicou Tuma.

O presidente Michel Temer concedeu prazo ao relator, até a abertura da Ordem do Dia de hoje, para a apresentação do seu parecer. Espera Tuma, nesse prazo, finalizar o acordo já esboçado. Assim, é provável que o plenário possa votar o projeto hoje. A fase da discussão da matéria foi encerrada ontem, e assim, na Ordem do Dia de hoje, o projeto entrará já na fase de votação.

Oito deputados discutiram o projeto em plenário ontem. Dr. Rosinha (PT-PR), Fernando Coruja (PDT-SC), Professor Luizinho (PT-SP), Gilmar Machado (PT-MG), Jandira Feghali (PCdoB-RJ), José Antonio Almeida (PSB-MA) e Walter Pinheiro (PT-BA) falaram contra, enquanto Gerson Peres (PPB-PA) falou a favor.

1ª Conferência Nacional de Educação, Cultura e Desporto. Abertura, hoje, às 19 h, no auditório Nereu Ramos.

Comissões

CPI da Nike

Ex-técnico Zagalo nega pressões para convocar jogadores

O ex-técnico da Seleção Brasileira de Futebol, Mário Lobo Jorge Zagalo, garantiu ontem, durante depoimento na CPI da Nike, que não sofreu qualquer tipo de pressão para convocar ou escalar jogadores durante o período em que esteve à frente da seleção, entre 1994 e 1998. Zagalo causou surpresa aos membros da CPI ao afirmar que desconhece os termos do contrato entre a CBF e Nike. "O único contrato que conheço é o meu com a CBF", assegurou o treinador.

O início do depoimento foi marcado por um desentendimento entre o técnico e o presidente da CPI, Aldo Rebelo (PCdoB-SP). Nervoso, Zagalo acusou o presidente da CPI de ter informado à Revista *Lance* que recebera correspondência sua e de Wanderley Luxemburgo contra a instalação da CPI. Como resposta, Rebelo mostrou cópia de uma correspondência que recebeu da CBF com as declarações de ambos os técnicos, onde afirmam que a Nike jamais interferiu na convocação de jogadores e na definição das seleções adversárias. Embora tenha pedido desculpas aos membros da seleção por ter se alterado, Zagalo fez questão de esclarecer que nunca esteve contra a CPI. Ele, no entanto, admitiu não saber que a entidade iria usar sua declaração anexada a uma correspondência onde deixa claro ser contra a instalação da CPI.

Questionado sobre a escalação de Ronaldinho, Zagalo afirmou que decidiu colocá-lo na final da Copa contra a França porque o jogador aparentava estar bem. Ele contou que soube do problema de saúde do jogador somente às 17 horas, quase três horas depois do ocorrido porque estava em seu quarto assistindo ao vídeo tape do jogo entre França e Croácia. "Não sei porque fui poupado, mas não faria diferença, já que a partida só começava às 21 horas e o problema de Ronaldinho ocorreu por volta das 14 horas", explicou.

Zagalo disse que escalou Ronaldinho porque o resultado dos exames haviam sido positivos e o próprio jogador pediu para participar da partida. Ele, no entanto, não soube explicar se o jogador havia sido liberado pela equipe médica e, tampouco, soube afirmar se Ronaldinho teve mesmo uma convulsão. Por outro lado, o técnico reconheceu que o problema do jogador influenciou na derrota do Brasil. "Este episódio afetou toda a seleção e causou um trauma nos jogadores", contou.


Sônia Rancchi

Zagalo: "o único contrato que eu conheço é o meu com a CBF"

Questionado sobre os problemas do futebol brasileiro, Zagalo respondeu que a maior dificuldade no momento é a questão do calendário, com a realização de vários jogos em curto espaço de tempo. "Ninguém suporta disputar várias copas com a mesma equipe", justificou. Na sua opinião, é preciso diminuir as competições. Ao reafirmar que tinha total autonomia para escalar e convocar jogadores, Zagalo confessou nunca ter lido o contrato da CPF e Nike. Uma cópia, então, foi-lhe oferecida pelo deputado Ronaldo Vasconcellos (PFL-MG), que criticou o técnico por desconhecer o conteúdo deste contrato.

Até o encerramento desta edição, a comissão continuava reunida tomando o depoimento dos médicos Lídio Toledo e Joaquim da Mata, na Copa de 98.

Presidência



Representantes da Frente Parlamentar de Saúde solicitaram, ontem, ao presidente Michel Temer apoio para a liberação de R$ 873 milhões previstos no Orçamento de 2000 para o Ministério da Saúde e que foram contingenciados pelo Ministério da Fazenda. Segundo o presidente da Frente, deputado Ursicino Queiroz (PFL-BA), se os recursos não forem liberados até o dia 2 dezembro, o Ministério da Fazenda ficará impedido de repassar R$ 213 milhões a prestadores de serviços ambulatoriais e hospitalares do SUS; cortar R$ 188 milhões em diversos programas e ações, entre os quais de controle de endemias (malária, chagas e hemofilia); e, ainda, R$ 472 milhões em emendas de investimentos na rede ambulatorial e hospitalar, em saneamento básico, entre outras áreas.

Michel Temer comprometeu-se a entrar em contato com as autoridades do governo para reforçar a solicitação da Frente. Os deputados lembraram que o apoio do presidente da Câmara foi fundamental na tramitação e aprovação da PEC que estabeleceu a vinculação de recursos para a saúde, conhecida por PEC da Saúde, promulgada em setembro deste ano.

Plenário

Privatização do Banespa é condenada por João Paulo

O deputado João Paulo (PT-SP) condenou a privatização do Banespa, ontem, na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, vendido ao grupo espanhol Santander por R$ 7,05 bilhões. "É triste que após 90 anos operando no estado de São Paulo e sendo o primeiro banco brasileiro a conceder o crédito agrícola, o Banespa tenha ido a leilão subavaliado", lamentou. O parlamentar informou que apesar de o Banespa ter 573 agências espalhadas pelo país, 771 postos de atendimentos e cerca de 22 mil funcionários, nada disso tenha sido levado em conta para assegurar a continuidade da política econômica do governo. Ele destacou que, no último ano, o banco registrou um lucro líquido de mais de R$ 300 milhões, com ativo de R$ 28 milhões e um patrimônio líquido de mais de R$ 4 milhões, apesar de ter sido subavaliado e colocado a leilão por R$ 1,85 bilhão. Referindo-se ao valor do lance oferecido pelo Santander, o deputado questionou se alguém pagaria por um imóvel um valor muito maior do que o seu valor real, para, depois, destacar que não se paga um valor maior do que efetivamente vale. "Hoje o banco Santander apresenta a sua avaliação com relação ao Banespa, dizendo que o banco vale cerca de R$ 11 bilhões", ressaltou. Acrescentou que esta foi a mesma avaliação do economista da Unicamp, Ricardo Carneiro, em estudo realizado a pedido do Ministério Público Federal.

Comissões

Deputados vêem ameaça à Zona Franca de Manaus

A Comissão da Amazônia e do Desenvolvimento Regional debateu ontem, em audiência pública, as mudanças propostas no PL 49/99, de autoria do deputado Jair Bolsonaro (PPB-RJ), já aprovado na Câmara, e que se encontra na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado. O projeto trata de fomento à atividade de desenvolvimento ou produção de bens e serviços de informática e automação, concedendo benefícios fiscais na forma de isenção e redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). A principal preocupação dos membros da comissão é o enquadramento de monitores de vídeo e telefones celulares como bens de informática, proporcionando-lhes incentivos fiscais setoriais que hoje são unicamente regionais. Essa mudança diminuiria a vantagem comparativa do Pólo Industrial da Zona Franca de Manaus, que é a redução de 88% do IPI sobre partes, peças e componentes desses produtos para 24%, podendo levar, segundo cálculos dos parlamentares da comissão, à perda de novos investimentos no setor e até mesmo à inviabilização do Pólo.


Lelo

Vanessa Grazziotin preside audiência que debateu o projeto

Na avaliação da deputada Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), autora do requerimento pela realização da audiência e que presidiu os trabalhos, a prorrogação da Lei de Informática dessa forma, "além de ser questionável do ponto de vista da sua constitucionalidade, compromete a sobrevivência econômica e o desenvolvimento do Amazonas, repercutindo sobre toda a região". Ao alegar a inconstitucionalidade do projeto, Grazziotin refere-se ao art. 40 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias que mantém a Zona Franca de Manaus com suas características de área livre de comércio, de exportação e importação, e de incentivos fiscais por mais 25 anos a partir da promulgação da Constituição Federal, o que significa dizer até 2013.

O encontro reuniu representantes do empresariado, dos trabalhadores e do governo. Para empresários e sindicalistas, a principal preocupação está relacionada à queda da produção e conseqüente redução das vagas de trabalho. O diretor-superintendente do Sebrae do Amazonas, José Carlos Reston, disse que a medida vai desaquecer os investimentos já realizados na região, além de inibir a realização de novos. "Se aprovado mais esse intuito de agressão à Zona Franca de Manaus, as micro e pequenas empresas, que representam mais de 90% do universo empresarial do estado, serão fortemente atingidas", afirmou. Na mesma linha, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas, *Agostinho Pereira Correa, acredita que o projeto "irá gerar um caos social em Manaus", não só para as empresas que fabricam celulares e monitores de vídeo como para todas aquelas que gravitam em torno delas produzindo componentes.*

Para o secretário-executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Benjamin Sicsu, dar exclusividade à Zona Franca de Manaus levaria ao fim de mercados que estão em desenvolvimento em vários pontos do país. A título de exemplo, Sicsu informou que, se duas fábricas absolutamente iguais em custos, uma localizada em São Paulo e outra na Zona Franca de Manaus, produzirem um celular e vendê-lo a R$ 470, a primeira obterá um lucro de R$ 16, enquanto, para a segunda, esse número subirá para R$ 61. Assim sendo, a manutenção da alíquota de 88% levaria a uma migração de todas as indústrias de celulares para a Zona Franca de Manaus.

Arthur Virgílio expõe posição do governo

O líder do governo na Câmara, deputado Arthur Virgílio (PSDB-AM), afirmou haver uma disposição bastante forte do presidente da República de, mantido poder discricionário a ele concedido pela lei, dificultar o processo de concessão dos benefícios às empresas que desejarem produzir celulares e monitores de vídeo fora da Zona Franca de Manaus. Quanto aos produtos que Virgílio classificou como "fora da zona sinzenta", para quem desejar produzi-los além dos limites da *ZFM (Zona Franca de Manaus), não haverá problema algum. De qualquer forma, o parlamentar informou ter conversado com o senador José Roberto Arruda no sentido de que se busque um acordo ou mesmo que a votação do projeto seja adiada para a busca de um consenso que salvaguarde o pólo de celulares da Zona Franca mas que também contemple o país como um todo, mas que não atropele a produção da ZFM.*

O deputado Átila Lins (PFL-AM) demonstrou sua preocupação com o fato de as fronteiras da Amazônia ficarem desguarnecidas pelo Plano Colômbia e a desativação do Projeto Calha Norte. Se a esse cenário se somar o desaquecimento da economia da região, há que se cuidar para que a Amazônia não *vire um novo Medelin, referindo-se ao cartel colombiano. Para Pauderney Avelino (PFL-AM), se o projeto de lei for aprovado da forma como se encontra, resultará na morte econômica de uma região, uma vez que o governo não tem um projeto para resolver, no curto prazo, o problema na Zona Franca de Manaus.*

Plenário

Luciano Bivar: reforma vai engessar atividade política

Ao rejeitar a reforma política nos moldes como vem sendo proposta, o deputado Luciano Bivar (PSL-PE) fez críticas à forma e ao conteúdo da proposta que, a seu ver, tem por objetivo central afastar as pequenas agremiações da cena política do país. "A reforma que se pretende fazer, sob a capa modernizante, é um desejo reprimido de determinadas lideranças pela volta do bipartidarismo, uma reedição caricata e grotesca de um superado período da história do país, em que mandavam o partido do sim e o partido do sim senhor", acusou. Contrário ao argumento dos reformistas de que as 18 agremiações representadas no Congresso põem em risco a governabilidade, o deputado pernambucano citou os últimos dez anos de votações da Casa, que mostram que em 89% das votações nominais, os deputados seguiram a orientação das lideranças partidárias, constatando-se com isso que, de cada dez votos da maioria governista, nove foram fiéis ao Executivo. "Onde está, pois a ameaça à governabilidade?", indagou o deputado, afirmando que os reformistas, ao tentarem impor a exigência mínima de 5% dos votos válidos para cada partido, na verdade, estão querendo reduzir para sete o número de siglas, para aumentar seus poderes no Congresso Nacional e assim desfrutar do domínio integral das comissões permanentes e temporárias, além de dispor de maior número de cargos nas respectivas lideranças partidárias e de maiores recursos do fundo partidário.

Como alternativa ao que vem sendo proposto, Luciano Bivar defendeu a PEC 267, que propõe o voto majoritário nas eleições parlamentares, um requisito pelo qual se elegerá quem lograr obter mais votos, aos quais se somarão os suprágios dados à legenda, distribuídos igualitariamente entre todos os candidatos do partido ou coligação. Para ele, a mudança fortaleceria os partidos e extinguiria o sistema eleitoral proporcional, "um envelhecido sistema que desrespeita o eleitor mandando para as casas legislativas acentuado número de candidatos sem voto, enquanto nega o mandato a muitos verdadeiramente escolhidos pela população".

O deputado pernambucano ainda elogiou o PT pela coerência e ética com que enfrenta e discute os mais variados temas de interesse do país, entre eles, o da reforma política. "Neste tema estou com o PT, pela demonstração de que a liderança se faz com coerência e ética, e não através de práticas e conchavos, ao arrepio da vontade do povo". disse.

Plenário

Bispo Wanderval apóia candidatura de Costa Neto

O deputado Bispo Wanderval (PL-SP) destacou, ontem, o lançamento oficial da candidatura do deputado Valdemar Costa Neto (PL-SP) à presidência da Câmara, chamando atenção para os principais pontos do manifesto *Por uma Câmara dos Deputados Forte e Independente*, de autoria do candidato, publicada, ontem, pelo *Correio Braziliense*. "Inspirado na convicção de que o Poder Legislativo brasileiro não pode mais submeter-se à orientação de outro poder, e com a convicção de que a falência institucional da função parlamentar e da própria Casa encontram-se em evidência, Valdemar Costa Neto apresentou, nesse manifesto, alguns dos principais tópicos de sua plataforma de campanha", ressaltou Bispo Wanderval, alinhavando, entre eles, "a elaboração de uma pauta de votações que não esteja apenas a serviço dos objetivos do governo, mas que defenda os interesses dos eleitores; implantação de programa institucional para restabelecimento das prerrogativas do parlamentar e da restauração de sua autoridade; e modernização do Regimento Interno, com proposta de extinção do instituto da medida provisória."

Bispo Wanderval destacou, ainda, a proposta do líder do PL de restabelecimento da verba destinada à concessão de bolsas de estudo, a reorganização do funcionamento parlamentar, a escolha de um dia da semana exclusivamente para votação de projetos de parlamentares e a implantação de um calendário anual de trabalho, "a fim de racionalizar os deslocamentos dos parlamentares para Brasília em função dos feriados e a modernização do regimento interno".

Inocêncio Oliveira se lança candidato à Presidência da Casa

Ao anunciar o lançamento oficial de sua candidatura, marcada para hoje, às 11 horas, no Plenário 2, do Anexo II, o deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE) solicitou licença ao seu partido, o PFL, "para ser um candidato suprapartidário ou institucional e poder dirigir a Casa com maior imparcialidade, ética e tranqüilidade". Segundo ele, a Câmara tem uma importante missão para ajudar o Estado brasileiro e a nação a se desenvolver e crescer.

Inocêncio destacou como imprescindível em sua administração a participação dos diversos segmentos da sociedade civil na formulação de políticas públicas e destacou a necessidade de se refocalizar e apreciar projetos que privilegiem a distribuição de renda no país, para que a nação brasileira desfrute de um bem estar social mais plausível. Ele solicitou o apoio de seu pares, ressaltando a importância de se aplicar uma política para o país que coloque o mercado como meio, e o ser humano como a parte mais importante do processo, onde o Estado atue como um incentivador para que a iniciativa privada gere mais empregos.

Salustiano: CPI para institutos de pesquisa

Preocupado com as denúncias de manipulação de pesquisas de opinião pública nas eleições municipais deste ano, o deputado Wagner Salustiano (PPB-SP) requereu a criação de Comissão de Parlamentar de Inquérito, que tem como finalidade apurar os desmandos praticados por esses institutos de pesquisa. "Constatamos diariamente, pela televisão e jornais, as discordâncias existentes entre os resultados das eleições e as pesquisas de opinião pública realizadas por esses institutos, que mostram claramente a manipulação de informações para beneficiar pessoas e grupos específicos", denunciou.

Justificou o parlamentar que "candidatos e grupos políticos inescrupulosos, em parceria com os institutos de pesquisa, manipulam informações com firme propósito de induzir a população a acreditar que determinado candidato está na frente das pesquisas. Esse fato macula as eleições, além de ferir o princípio soberano da democracia e o interesse público, já que existem fortes suspeitas e evidências concretas que estes institutos de pesquisa recebem altas somas em dinheiro para favorecer determinado candidato", alegou. Segundo Wagner Salustiano, a manipulação traz graves conseqüências para a vida pública, econômica e social do país.

Deputados do PFL destacam nome de Inocêncio

Ao destacar o lançamento da candidatura do líder do PFL, Inocêncio Oliveira, à presidência da Casa, hoje, às 11 horas, o deputado Pedro Fernandes (PFL-MA) defendeu que as presidências tanto da Câmara como do Senado sejam exercidas por membros de partidos diferentes dos da Presidência da República para reafirmar a independência dos Poderes, fato, em sua opinião, catalisador da soberania democrática. Em sua opinião, Inocêncio é um nome capaz de lutar para resguardar a soberania da Casa. "Não faltam ao líder Inocêncio Oliveira a experiência, a capacidade de comandar pelo argumento e a disposição para a tarefa, como já teve oportunidade de demonstrar", disse.

Também **Santos Filho (PFL-PR)** saudou a candidatura do líder de seu partido, afirmando que ele buscará valorizar o papel do Legislativo no contexto da República, conduzindo a Casa com ordem, isenção e tranqüilidade. Para ele, Inocêncio, já há algum tempo, é naturalmente visto, não só no âmbito do partido mas por parlamentares de outras agremiações, como um dos mais preparados e experientes postulantes ao cargo. "Em seus 25 anos de atividade parlamentar, ocupou os mais relevantes cargos da Câmara, como presidente, 1º vice-presidente e 1º secretário da Mesa, além de ter integrado as mais expressivas comissões durante a Assembléia Nacional Constituinte", lembrou.

Paulo Octávio (PFL-DF), por sua vez, ressaltou os méritos do líder do PFL, que o qualificam a assumir o cargo. "Inocêncio empresta seu brilho e inteligência há 25 anos à instituição. Sua relação com a política jamais se desvinculou dos princípios éticos, sabendo diferenciar a política dos politiciscos e propondo um partido mais abrangente", avaliou. Em sua opinião, em razão dos acordos que permitiram a formação da base de apoio do governo no Congresso, sua candidatura fortalece a governabilidade do país.

Já **Laura Carneiro (PFL-RJ)** afirmou que a candidatura de Inocêncio "é um consenso, não só entre os membros da bancada, mas de todos os partidos". "A vitória de Inocêncio é também a vitória de todos aqueles que acreditam na transformação desta Casa", disse, ressaltando que o parlamentar sempre teve uma postura ética em 25 anos de mandato e, com certeza, exercerá o cargo com responsabilidade patriótica.

Betinho Rosado (PFL-RN) também comemorou a indicação de Inocêncio por parte dos partidos que compõem a base de sustentação do governo, dizendo acreditar que ele contribuirá para o crescimento da instituição.

Corauci Sobrinho (PFL-SP), por sua vez, ressaltou que um acordo firmado pelos partidos da base de sustentação do governo constitui fato de singular relevância para o Congresso e o país. Ele disse apoiar a candidatura do líder do PFL, destacando seus méritos na atuação à frente do partido. "Inocêncio conhece profundamente a problemática do país e, com ordem, isenção e tranqüilidade, manterá a Câmara voltada para a discussão dos grandes temas nacionais", disse, destacando, também, a preocupação de Inocêncio para com o cenário internacional acerca do processo de globalização. "O futuro presidente da Câmara discorda visceralmente do fato de que a estratégia atual vise unicamente ao mercado, porque entende que o mercado é meio; o fim é o homem", concluiu.

Oscar Andrade (PFL-RO) declarou que a eleição de Inocêncio "atende a todos os segmentos partidários e representa uma garantia de continuidade das ações governamentais que visam ao desenvolvimento do país". Ele ressaltou a preocupação de Inocêncio Oliveira com a retomada das prerrogativas do Congresso Nacional e sua "aguda" percepção dos problemas nacionais, bem como de seu estado e do Nordeste. "Esse conjunto harmonioso de interesses e o convívio fraternal com os colegas das mais diversas agremiações, o credenciam a bem dirigir esta Casa, sabedor que é da importância de se colocar acima das pendências partidárias, para colocá-la, com ordem, isenção e tranqüilidade, na rota das grandes discussões nacionais", registrou.

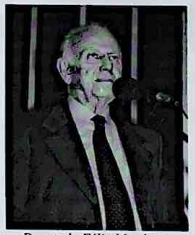
Também **Wilson Braga (PFL-PB)** ressaltou que o lançamento da plataforma de Inocêncio "mostra que sua candidatura deixou de ser partidária para ser institucional, na medida em que aglutina teses e incorpora doutrinas comuns das mais diversas agremiações políticas". O parlamentar disse ainda que Inocêncio, por ser um nome consensual nesta Casa, tem todas as condições de congregar os que defendem a valorização da Câmara dos Deputados, na medida em que busca o caminho da recuperação da sua função legiferante, além da reforma do Regimento Interno da Casa, com a valorização do debate e a participação direta dos deputados em todas as etapas de discussão das matérias.

Plenário

Félix Mendonça pede mobilização nacional contra internacionalização da Amazônia

A mobilização nacional pela Amazônia, contra as intenções de sua internacionalização e para definir um plano de desenvolvimento para a região, foi defendida pelo deputado Félix Mendonça (PTB-BA) como forma de evitar futuras agressões, inclusive militares, àquele ecossistema. Segundo o parlamentar, a Amazônia está sendo usada como o bode expiatório de uma culpa que o Brasil não tem e não pode assumir de forma alguma. "Não podemos permitir que, sob pretexto ecológico, ela seja mantida intocada e seus habitantes, assim como todo o povo brasileiro, sejam submetidos a condições vis de existência", argumentou.

Na linha de raciocínio apresentada pelo ex-governador do DF, Cristovam Buarque, em artigo publicado nos jornais nacionais sobre o tema, ele disse que concordaria com a internacionalização da Amazônia se todos os outros recursos naturais do planeta também fossem partilhados igualmente entre todos os seres humanos. De acordo com o relatório *Sinais Vitais 2000*, do *Worldwatch Institute*, dos quase US$ 41 trilhões em bens e serviços *produzidos no mundo em 1999, 45% dessa riqueza foi distribuída* entre 12% da população que vive nos países industrializados do Ocidente.



Deputado Félix Mendonça

" Por que então não repartir eqüitativamente as riquezas do mundo?", indagou.

Mendonça ressaltou que o Plano Colômbia pode ser já parte de uma estratégia de intervenção direta na região, como havia previsto o ex-secretário de Estado dos Estados Unidos, Henry Kissinger, em 1994, devido à impossibilidade de manutenção dos níveis atuais de consumo nos países desenvolvidos sem a exploração de novas reservas.

O deputado advertiu para a ausência de fundamento do argumento de que as queimadas na região são responsáveis pelo aumento da concentração de gás carbônico na atmosfera, cuja maior causa é o consumo de combustíveis fósseis. *"Só os Estados Unidos emitem 25% desse gás produzido no mundo, mas eles* não aceitam mudar seus padrões de consumo, recusando-se a ratificar o Protocolo de Kioto, de 1997, que obriga a redução de 5% das emissões dos gases provocadores do efeito estufa até 2012", ponderou.

As declarações de diversas lideranças internacionais a favor da internacionalização da Amazônia, vindas, por exemplo, dos Estados Unidos (George Bush e Al Gore), Inglaterra (Margareth Tatcher e John Major) e França (François Mitterrand) ao longo do tempo, exprimem, de acordo com o deputado, outras intenções. Para ele, "a infinidade de satélites e recursos tecnológicos é capaz de perscrutar as riquezas da Amazônia. Além de ferro, bauxita, ouro e cassiterita, a região possui outros minérios nobres, como *nióbio, manganês e titânio e cerca de 20% de toda a água doce do planeta", explicou.*

Antonio Feijão quer incentivo ao desenvolvimento da região

Ao criticar a reportagem publicada na revista *Veja*, na qual o cientista norte-americano William Laurence, do Instituto de Pesquisas Tropicais Simithsonian, faz uma previsão "apocalíptica" do futuro da Amazônia, o deputado Antonio Feijão (PST-AP) condenou a postura do governo brasileiro em dar explicações ao mundo sobre o que faz para desenvolver a região e classificou essa atitude como "defensiva". "Está na hora de o Itamaraty parar de dar satisfação às ONGs e de, às vezes, até fazer *mea culpa* de danos ambientais que por acaso aconteçam", reclamou.

Na entrevista, segundo o parlamentar, o cientista prevê a redução da cobertura florestal da Amazônia nos próximos 20 anos para um patamar de 4% a 6%, numa pessimista avaliação, e em torno de 20%, numa otimista previsão.

Enquanto isso, informou o deputado, o Canadá, que tem 20% menos florestas do que o Brasil, produz, por ano, US$ 72 bilhões com a indústria madeireira; e o Brasil, com seus 506 milhões de hectares de florestas tropicais, com mais de 180 espécies de madeiras, produz apenas R$ 1,2 bilhão. "E o Brasil sofre essa perseguição policialesca por parte do Greenpeace e de outras entidades internacionais", acusou.

Desde a reunião de Estocolmo, na Suécia, em 1972, denuncia Antonio Feijão, o Brasil assiste ao mundo decidir que tipo de política ambiental terá de ser planetizada ou imposta à Amazônia. "Agora chega um gringo e diz que vamos acabar com a região amazônica. No mesmo instante, nossas autoridades falam em revisar a política do *Brasil em Ação* para aquela região", registrou, para indagar: "Somos cobaias ou estamos pagando salário a pessoas incompetentes e despreparadas para planejar ações para o país?".

Elton Bonfim



Deputado Antonio Feijão

Para o parlamentar, a Amazônia não pode ser mais objeto de indecisão, já que, na sua opinião, a região precisa produzir e não pode ficar à mercê de "chavões apocalípticos". Nesse sentido, o parlamentar afirmou que não entende como o governo federal retira a Amazônia do Programa de Erradicação da Pobreza, penalizando estados como o do Amapá, que enfrentam graves problemas de infra-estrutura social. "Será que nós, da Amazônia, não merecemos o mínimo respeito para podermos elaborar um planejamento adequado para a região?", perguntou, listando a seguir as instituições de pesquisa da região. "A Universidade do Pará, a Universidade do Amazonas, o Instituto Emílio Goeldi e outros institutos da região, que estudam a Amazônia há séculos, não podem fazer esse planejamento?", indagou.

Ao ponderar que antes de discutir a questão ambiental o governo não pode esquecer o aspecto social, o parlamentar pediu ao Executivo federal para que assuma a Amazônia, pois entende que a região tem direito ao desenvolvimento e à exploração racional de seu vasto território. "Se as autoridades querem a Amazônia ambientalmente justa, que comecem pelo combate à pobreza", concluiu.

Curtas

- **Nelson Marquezelli (PTB-SP)** agradeceu à União dos Escoteiros do Brasil o convite para participar da criação da Seção Paulista da União Parlamentar Escoteira do Brasil, assembléias de parlamentares que compartilham do espírito escoteiro e trabalham nas esferas municipal, estadual e nacional para servir à juventude. Ele explicou que o escotismo é um movimento de educação não formal que visa desenvolver nos jovens um comportamento baseado em valores éticos por meio da vida em equipe, do espírito comunitário, da liberdade responsável e do estímulo ao aperfeiçoamento da personalidade. "A União dos Escoteiros do Brasil possui mais de 80 mil associados e estende sua influência direta a mais de 200 mil pessoas", acrescentou.

- **Alex Canziani (PSDB-PR)** parabenizou o presidente do Superior Tribunal do Trabalho por ter "desafogado os processos que estavam emperrados na justiça do trabalho". Segundo informou, o ministro convocou os juízes substitutos dos tribunais regionais do trabalho de todas as unidades da Federação para dar andamento aos cerca de 140 mil processos à espera de julgamento naquele corte superior de justiça. "Os processos deverão estar zerados quando mais ele o ano 2002", ressaltou, ao destacar, também, a criação, pelo magistrado, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, com a finalidade de coibir fraudes como a ocorrida com a obra superfaturada do Tribunal Regional do Trabalho do estado de São Paulo.

- **Átila Lins (PFL-AM)**, ao registrar o aniversário de 50 anos de fundação do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, chamou a atenção para a necessidade de se instrumentalizar melhor estas instituições, possibilitando que suas ações fiscalizadoras tenham efeitos previamente e não posteriormente. Ele defendeu o retorno de uma lei, abolida pela Constituição de 1988, dispondo que as obras, antes de iniciadas, teriam que ser apreciados pelo Tribunal de Contas, frisando que ela seria importante para, através da fiscalização, evitar-se superfaturamentos.

- **Paulo Feijó (PSDB-RJ)** registrou seu pesar pelo falecimento, no início do mês, do empresário e ex-deputado federal, Hugo Aquino Filho, aos 85 anos, lembrando ser ele uma das lideranças mais expressivas do município de São João da Barra, no norte fluminense. "Seu caráter ilibado, sua correção e a trajetória de garra e determinação sempre foi enaltecida e respeitada por seus pares, especialmente por aqueles que, como eis, gozavam de sua amizade pessoal", disse.

Felicidade geral da nação

*Alberto Goldman

Vocês se lembram, anos atrás, o campeão mundial de futebol, Gerson, o nosso "canhotinha de ouro", foi usado em uma propaganda na TV em que dizia que "o importante é levar vantagem em tudo". Não foi sem razão. Esta é, infelizmente, a ética da nossa sociedade. Pouco interessa com o que acontece com nossos semelhantes. O que interessa é, como dizem, "o meu".

A discussão do orçamento do país para 2001, em tramitação no Congresso Nacional, mostra o grau de insensibilidade, egoísmo, falta de espírito público de líderes, governantes, chefes do poder e grupos de pressão de cada setor organizado da sociedade brasileira. Pelo menos isto agora é evidente, transparente. Até hoje esta discussão era encoberta, o jogo se fazia na penumbra dos gabinetes. Agora explode no Congresso Nacional e mais especialmente, no foro apropriado, a Comissão de Orçamento do Congresso Nacional. Menos mal!

Os governantes e líderes entraram no "oba-oba". Todos querem aumentar o salário mínimo, atender ao funcionalismo público, pagar as correções do Fundo de Garantia, aumentar os recursos para educação e saúde, cumprir as obrigações das dívidas assumidas, atender a aposentados. Todos são a favor da felicidade geral da Nação. Aliás eu também.

Só não se diz como fazê-lo. De onde se vai tirar o dinheiro para ampliar as aposentadorias, atender aos cada vez mais vorazes desejos do Judiciário, aumentar os vencimentos dos funcionários públicos, em particular dos militares, colocar mais de 60% nas contas do FGTS.

A diferença é que agora não dá mais para fazer isso com inflação. Isto é, com endividamento público ou emissão de papel. Aqui é que a coisa pega. Quem sempre pagou foi o povão, este mesmo que não tem carteira assinada, garantia da aposentadoria ou vencimentos regulares. Quem sempre pagou foi a parcela de menor poder aquisitivo e, especialmente, os 30 milhões de brasileiros que não chegam a receber US$ 2 por dia, vale dizer, nem o salário mínimo.

Estes não têm gente que fale por eles. Não são um grupo de pressão, não têm líderes sindicais, não pertencem sequer ao MST e não fazem caminhadas do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo até Brasília. Estão por aí, jogados no mundo.

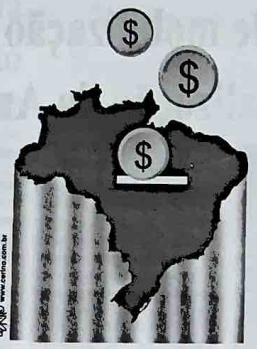
Pode não ser simpático ao leitor colocá-lo diante deste quadro. Mas ele é verdadeiro. Mudá-lo exige consciência da sociedade, espírito de solidariedade, respeito ao ser humano. Sem que este debate seja feito, nunca mudaremos a trágica realidade social em nosso país.

*Alberto Goldman *é deputado federal pelo PSDB/SP*

Orçamento

Dinheiro existe

*João Herrmann Neto



Admitir que o Orçamento da República seja mera peça de ficção é cair num exagero retórico não de todo justificável. Há, é certo, algumas singularidades que podem ser destacadas. O relator da Comissão Mista, senador Amir Lando – sirva-nos este exemplo – encontrou exagerada subavaliação nas rubricas respeitantes à CPMF e à Cofins. E isto numa parcela nada desprezível de quase R$ 70 bilhões!

Outra curiosidade, digamos assim, neste ano, é que, na elaboração e na análise da peça orçamentária os debates se estão cingindo quase que exclusivamente a um ponto: onde encontrar dinheiro para pagar o novo mínimo de R$ 180?

E aqui está a razão da curiosidade: é que o dinheiro existe, mas não consta do orçamento! Sim, a Receita Federal e, portanto, o governo sabe que a sonegação fiscal ultrapassa os R$ 9 bilhões a cada ano. E que a simples aprovação, pelo Congresso, da nova lei que regulariza o sigilo bancário já seria suficiente para pôr a mão nessa dinheirama toda. É que há contribuintes - muitos, muitos – que informam à Receita rendas insignificantes mas que, em operações financeiras, movimentam somas astronômicas.

Daí que, em vez de buscar no aumento da carga tributária os recursos para o mínimo, seria suficiente que se impedisse esse tipo assombroso de sonegação.

Vamos adiante. Cada ponto percentual de redução da taxa básica de juros representa para os cofres públicos uma economia perto dos R$ 3 bilhões. Ora, essa taxa básica iniciou o ano de 2000 aí pelos 26% e, agora, caiu para 16%. Feitos os cálculos, a redução de taxa representou qualquer coisa em torno dos R$ 30 bilhões que permaneceram nos cofres do Erário. E uma parcela assim tão significativa não consta do orçamento. A queda dessa taxa é mais que prevista. Há, aliás, a promessa do governo de reduzi-la, já no próximo ano, a apenas um dígito. Teríamos, assim, mais uns R$ 20 bilhões não orçados, mas existentes.

E como fica o Congresso tendo que examinar uma proposta orçamentária assim tão eivada de desvãos, de esconderijos, caixas pretas sabe-se lá mais o quê? Fica na necessidade de transformar essa proposta que a burocracia financeira faz tão irreal e, portanto irrealizável, procurando exatamente, a aproximação do orçamento à realidade que nos faz descobrir que dinheiro para o novo mínimo existe, ainda que nossas autoridades fazendárias queiram ocultá-lo.

*João Herrmann Neto *é deputado federal pelo PPS/SP*

Jornal da Câmara — Anexo I, 15º andar, sala 1.605 — Fone: (0xx61) 318-5098/99 — Fax: (0xx61) 318-2196 — Disque Câmara 0800 619619 — Rádio Câmara FM 96,9 MHz — TV Câmara - canal 14 -Net/DF canal 28 -Sky — www.agencia.camara.gov.br — Mídias Alternativas Internet/Intranet midias@camara.gov.br

Jornal da Câmara na internet: www.camara.gov.br / E-mail: jornal@camara.gov.br

Mesa da Câmara dos Deputados

***Presidente*:** Michel Temer
***1º Vice-Presidente*:** Heráclito Fortes
***2º Vice-Presidente*:** Severino Cavalcanti
***1º Secretário*:** Ubiratan Aguiar
***2º Secretário*:** Nelson Trad
***3º Secretário*:** Jaques Wagner
***4º Secretário*:** Efraim Morais
***Suplentes*:** Giovanni Queiroz, Luciano Castro, Zé Gomes da Rocha, Gonzaga Patriota
***Diretor-Geral*:** Adelmar Silveira Sabino
***Secretário-Geral da Mesa*:** Mozart Vianna de Paiva

SECOM - Secretaria de Comunicação Social

***Diretor*:** Ronaldo Paixão (061) 318-5085 / Fax: (061) 318-2108
***Divulgação*:** Sonia Costa (061) 318-5085
***Relações Públicas*:** Osvaldo Vaz Morgado (061) 318-5092
***Rádio Câmara*:** Vladimir Almeida (061) 318-8310
***TV Câmara*:** Sérgio Chacon (061) 318-5080
***Agência Câmara*:** Ademir Malavazi (061) 318-8473
***Mídias Alternativas*:** Arnolfo Carvalho (061) 318-7420

Jornal da Câmara

***Diretora*:** Amneres Pereira (061) 318-5098/99 - Fax: (061) 318-2196
***Editora-Chefe*:** Marina Carvalho
***Editores*:** Marcondes Sampaio, Luís Cláudio Pinheiro, Oscar Telles, Vera Ramos, Vânia Alves, Roberto Seabra, Luís Renato
***Diagramadores*:** Antônio Alves Ferreira Júnior, José Alberto de Almeida Filho, André Cerino, José Antonio Filho
***Ilustrações*:** André Cerino
***Revisoras*:** Isolda Marinho, Heloísa Lira, Malva Beatrice
***Fotografia*:** J.Batista, Salu Parente, Sônia Baiocchi, Eltom Bomfim, Benedita Passos, Lelo
***Impressão*:** Imprensa Nacional — Presidência da República

AGENDA
Agenda da Câmara

QUARTA-FEIRA, 22.11.00
PLENÁRIO
Hora: 10:00 Pauta: Sessão solene em homenagem aos cinco anos de existência da Rede Vida Televisão.
Hora: 16:00 Pauta: Discussão do PL 2.445/00, dispensando as instituições religiosas do recolhimento da contribuição previdenciária incidente sobre o valor pago aos ministros de confissão religiosa e o PLCC 242/98, que autoriza o Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento de Grande Teresina.
COMISSÕES
Direitos Humanos
Hora: 9:30 Local: Espaço Cultural Zumbi dos Palmares
Pauta: Abertura do Seminário *A Polícia e os Direitos Humanos*, com a presença do presidente da Câmara, Michel Temer e o presidente do Supremo Tribunal Federal, Carlos Velloso.
CCJR
Hora: 10:00 Local: Plenário 1, Anexo II
Pauta: Apreciação do PL 977/95, do Executivo, que dispõe sobre reajuste da remuneração dos servidores públicos, corrige e reestrutura tabela de vencimentos.
Agricultura
Hora: 10:00 Local: Plenário 6, Anexo II
Pauta: Audiência pública para debater as políticas internas e externa para a agricultura brasileira após os impasses da rodada do milênio da OMC e dos resultados da Agricultura Outlook Forum 2000. Presença do ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampréia.
Hora: 14:30 Local: Plenário 6, Anexo II
Pauta: Audiência pública para avaliar a política de financiamento da safra 2000/01. Esclarecimentos sobre a cobrança de adicionais aos encargos do crédito rural e discussão da base legal da prática de condicionar que o mutuário na liberação do crédito rural prestigie fornecedores previamente habilitados. Presença do secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Amaury Bier.
Trabalho
Hora: 10:00 Local: Plenário 12, Anexo II
Pauta: Apreciação do PL 2.295/00, do Senado, que dispõe sobre a jornada dos enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem.
Finanças e Tributação
Hora: 10:00 Local: Plenário 4, Anexo II
Pauta: Apreciação do PLC 93/99, do deputado Luiz Bittencourt (PMDB-GO), que dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional.
Fiscalização Financeira
Hora: 10:00 Local: Plenário 9, Anexo II
Pauta: Apreciação de requerimentos da comissão.
Seguridade Social
Hora: 10:00 Local: Plenário 7, Anexo II
Pauta: Apreciação do PL 130/99, do deputado Enio Bacci (PDT-RS), que torna crime hediondo a transmissão deliberada do vírus da AIDS.
Relações Exteriores
Hora: 10:00 Local: Plenário 3, Anexo II
Pauta: Apreciação do PL 861/99, do deputado Marcos Rolim (PT-RS), que dispõe sobre o crime de abuso de autoridade pelo uso indevido de força ou arma de fogo no exercício do poder de polícia.
Ciência e Tecnologia
Hora: 10:00 Local: Plenário 13, Anexo II
Pauta: Apreciação do PL 1.078/98, do deputado Ronaldo Vasconcellos (PFL-MG), que obriga as empresas de telefonia a apresentarem nas contas o detalhamento de todas as chamadas cobradas.
Desenvolvimento Urbano
Hora: 10:00 Local: Plenário 14, Anexo II
Pauta: Apreciação do PLC 82/99, do deputado Paulo Feijó (PSDB-RJ), que dispõe sobre a criação do Fundo de Recuperação Econômica das regiões Norte, Noroeste e Centro-Norte do estado do Rio de Janeiro.
Economia
Hora: 10:00 Local: Plenário 5, Anexo II
Pauta: Apreciação do PDL 466/00, do Senado, que aprova a Programação Monetária relativa ao segundo trimestre de 2000 e o PDL 607/00, do Senado, que aprova a Programação Monetária relativa ao terceiro trimestre de 2000.

Minas e Energia
Hora: 11:30 Local: Plenário 16, Anexo II
Pauta: Reunião de audiência pública com a presença do diretor-presidente da Eletronorte, José Antônio Lopes.
Educação
Hora: 19:00 Local: Nereu Ramos, Anexo II
Pauta: I Conferência Nacional de Educação. Presença do presidente da Câmara, deputado Michel Temer; do ministro da Educação, Paulo Renato; do ministro da Cultura, Francisco Weffort e do ministro do Esporte e Turismo, Carlos Melles.
COMISSÕES ESPECIAIS
Aplicação do Código de Trânsito
Hora: 14:30 Local: Plenário 10, Anexo II
Pauta: Discussão da Resolução 105/99 do Contran (uso de faixas refletivas).
Transposição do Rio São Francisco
Hora: 14:30 Local: Plenário 3, Anexo II
Pauta: Discussão do relatório do deputado Marcondes Gadelha.
Acumulação de Emprego Público
Hora: 14:30 Local: Plenário 15, Anexo II
Pauta: Audiência pública com o presidente do Sindicato dos Enfermeiros do Rio de Janeiro, Rejane de Almeida e com a presidente do Conselho Federal de Psicologia, Ana Merces Bock.
Segurança Pública
Hora: 15:00 Local: Plenário 6, Anexo II
Pauta: Audiência pública com o ministro da Justiça, José Gregori.
CPI
Mortalidade Materna
Hora: 14:30 Local: Plenário 14, Anexo II
Pauta: Audiência pública com a promotora de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal, Kátia Lemos e com o presidente do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass).

Comissões

Ciência e Tecnologia decide hoje sobre detalhamento de conta telefônica

A Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática vota, hoje, o PL 1.078-A/99, do deputado Ronaldo Vasconcellos (PFL-MG), que prevê o detalhamento de todas as chamadas nas contas telefônicas. "Entendemos que oferecer a conta detalhada é obrigação do prestador de serviços, inclusive das ligações locais, por isso deve ser um serviço gratuito", justificou o deputado.

Vasconcellos acha que, com a recente privatização das empresas do Sistema Telebrás e com as concessões do serviço celular da Banda B, a telefonia nacional adquiriu um grau de complexidade de antes ausente. "Até então, tínhamos praticamente uma só empresa a explorar os serviços que, até por ser estatal, privilegiava a prestação do serviço em si, em detrimento, às vezes, do lucro", lembrou.

Como agora o quadro é outro, com várias empresas competindo na telefonia fixa ou móvel, *diferentes políticas de relacionamento* com o consumidor, o deputado crê que o usuário está recebendo por achar que as empresas privadas privilegiam o lucro e, por isso, sempre desconfia que os serviços cobrados não são claramente especificados. "Tal é o caso das ligações locais, que normalmente constam na conta mensal, *apenas pela quantidade de minutos (serviço móvel) ou pulsos (serviço fixo)*, não sendo discriminados os telefones chamados", afirmou Vasconcellos. Segundo ele, são raras as companhias que emitem conta detalhada e, mesmo assim, algumas delas cobram taxa entre R$ 2,50 e R$ 5 pelo serviço.


Deputado Ronaldo Vasconcellos

De acordo com o projeto, a conta deve discriminar as ligações internacionais, nacionais e locais, com a menção, para cada chamada de, no mínimo, o número chamado, a cidade, o estado ou país de destino, a hora e o dia da prestação de serviço, além da duração e do valor cobrado. O texto diz ainda que a Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) estabelecerá prazos não superiores a três anos da data de publicação da lei, para o cumprimento da disposição pelas prestadoras de serviços de telefonia fixa ou móvel, para os casos em que, por motivos técnicos, não for possível a emissão imediata das contas com os dados previstos.

Indenizações de seguradoras poderão ser pagas em até 30 dias

Os pagamentos referentes a indenizações decorrentes de contratos de seguros deverão ser efetuados em até 30 dias. É o que determina o PL 2.479/00, do deputado Ricardo Barros (PPB-PR), aprovado pela Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias. Pelo texto, o prazo passa a contar a partir da comunicação formal do sinistro, mas a indenização dependerá da prova de pagamento do prêmio devido, antes da ocorrência do sinistro. O projeto altera o artigo 12 do Decreto-Lei 73/66, que trata do tema.

No caso de discordância entre a sociedade seguradora e o segurado quanto ao cumprimento de qualquer cláusula da respectiva apólice que impeça o pagamento da indenização, a seguradora deverá formalizá-la ao segurado no prazo de cinco dias úteis, contados a partir da comunicação formal do sinistro. A seguradora também deverá fundamentar as razões de ordem técnica que justifiquem a impossibilidade do pagamento. Caso o segurado se manifeste expressamente contra a decisão da seguradora, esta deverá propor ação de consignação de pagamento contra o segurado, a fim de discutir em juízo a procedência da indenização.

Segundo explicou o autor do projeto em sua justificação, as seguradoras vem cometendo "uma brutal injustiça e desrespeito" contra seus clientes em repetidas situações. "Freqüentemente, elas se negam a pagar as indenizações aos segurados alegando as mais incríveis razões, sempre com o propósito de cansar o segurado na sua legítima e legal tentativa de acionar o seguro contratado", afirmou o parlamentar. Para Ricardo Barros, este "expediente ardiloso" visa enfraquecer o cliente em sua luta contra "pesos-pesados" das seguradoras. "Na verdade, a finalidade clara dessas negativas reside na tentativa desavergonhada de postergar o pagamento da indenização e mesmo de inibir o segurado de lutar por seus direitos", opinou.

Na visão de Barros, a fixação de um prazo de 30 dias para o pagamento da indenização obrigará que os casos de litígio sejam "dirimidos no fórum adequado", que seria o Poder Judiciário, evitando as "indefinidas postergações" das seguradoras, que "prejudicam sobremaneira os interesses dos consumidores ou segurados".

Para o relator do projeto, deputado Luiz Bittencourt (PMDB-GO), a iniciativa de Ricardo Barros preenche a lacuna deixada pela legislação atual no que se refere ao tema – uma vez que o Decreto-lei 73/66 não fixa prazo para o pagamento da indenização. "Consideramos plausível o prazo máximo de 30 dias. Por outro lado, entendemos não ser conveniente a fixação de qualquer prazo adicional para que a seguradora formalize ao segurado sua discordância em pagar a indenização reclamada", afirmou o parlamentar em sua declaração de voto. Em razão disso, o relator acolheu a emenda do deputado Ricardo Ferraço (PSDB-ES), que fixou o prazo de cinco dias para a seguradora formalizar a discordância.

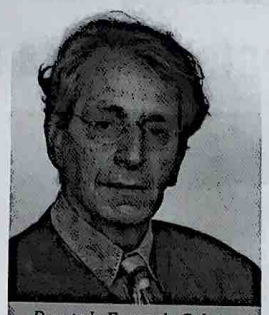
Comissões

Comissão cria Áreas de Preservação Temporária

A Comissão de Meio Ambiente aprovou o substitutivo do relator Fernando Gabeira (PV-RJ) ao PL 575/99, do deputado Giovanni Queiroz (PDT-PA), instituindo as Áreas de Preservação Temporária (APT) e o bônus ambiental. Pelo texto, as áreas de mata nativa de domínio privado poderão ser registradas como APTs no órgão ambiental federal por iniciativa dos proprietários ou de outras categorias que as estejam ocupando – usufrutuário, concessionário ou outros. O registro terá validade de cinco anos e poderá ser renovado. As áreas de preservação temporária terão o mesmo regime de uso das de preservação permanente.

Para a obtenção do registro de APT será necessário ao interessado apresentar cópia autenticada de cinco documentos: certidão do cartório de registro de imóveis comprovando a condição do requerente, cédula de identidade, ato designando o representante da pessoa jurídica proprietária, certidão negativa de débito de Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) e planta da APT, assinada por agrimensor, indicando a *extensão em hectares e a localização dentro da propriedade.*

Ao receber o requerimento, o órgão ambiental procederá a uma



Deputado Fernando Gabeira

vistoria no imóvel, no prazo de 40 dias. Após este procedimento, será firmado um termo de compromisso entre as partes, por meio do qual se permitem novas vistorias no imóvel, sem aviso prévio ao proprietário, pelo órgão ambiental federal responsável pela concessão. O imóvel transformado em APT ficará isento de cobrança de ITR, mas caso haja descumprimento de qualquer das obrigações assumidas pelo proprietário, que venha a promover a rescisão do registro, a cobrança será efetuada retroativamente.

O projeto também cria o Bônus Ambiental, de validade anual, a ser concedido pela União e correspondente ao valor de arrendamento de áreas protegidas para fim de produção agrícola. O valor do bônus será equivalente a 30% do valor do arrendamento de uma Área de Preservação Permanente (APP), 50% do da reserva legal ou 70% do valor do arrendamento de uma APT ou de uma Reserva Particular de Patrimônio Natural (RPPN). O texto confere a possibilidade de o bônus ambiental ser utilizado pelo proprietário na amortização de financiamentos rurais contraídos com instituições do Sistema Nacional de Crédito Rural, inclusive na quitação de débitos já existentes, renegociados ou não.

Para obter o bônus, o proprietário deve cumprir a legislação ambiental e trabalhista, possuir uma APT ou RPPN e adotar medidas de proteção do solo, da água, da flora e da fauna nativas, nos processos de produção agrícola, pecuária ou florestal, na construção e manutenção de estradas, carreadores, açudes e outras benfeitorias na propriedade rural. Também está prevista dedução no imposto de renda para pessoas físicas ou jurídicas que explorar área com cobertura florestal nativa, sob a forma de manejo florestal sustentável de uso múltiplo, obedecendo aos princípios de conservação dos recursos naturais e estruturais da floresta, bem como sua biodiversidade.

Merenda escolar poderá ser servida também em dias não letivos

Recursos financeiros destinados ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar serão repassados aos estados, Distrito Federal e municípios, correspondendo à quantidade de dias úteis anuais, incluindo os dias não letivos. Esta proposta apresentada no Projeto de Lei 2.806/00, do deputado Ricardo Ferraço (PMDB-ES), foi aprovada pela Comissão de Educação, Cultura e Desporto, estendendo assim o programa também para os dias não letivos, o que garantirá refeição balanceada a *milhões de alunos da rede pública e de escolas* mantidas por entidades filantrópicas em feriados e durante as férias escolares.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar atende atualmente cerca de 37 milhões de alunos da rede pública em todo o Brasil durante os 200 dias letivos estipulados pelo calendário escolar. No entender de Ricardo Ferraço, a alimentação garantida por este programa configura-se, muitas vezes, como a única refeição diária de milhões de crianças brasileiras. "Este programa vem garantindo ainda um bom rendimento escolar, sendo visível a melhora no desempenho dos alunos, no baixo índice de evasão escolar e *na diminuição do nível de repetência", justifica o parlamentar.*

O projeto seguirá agora para as comissões de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Redação.

Plenário

Mauro Benevides registra 90º aniversário de Raquel de Queiroz

O deputado Mauro Benevides (PMDB-CE) homenageou a escritora cearense Raquel de Queiroz pela passagem dos seus 90 anos de idade, evento também comemorado pela Academia Brasileira de Letras, da qual ela é integrante.

"Sendo a primeira mulher a alçar-se à imortalidade literária, a aniversariante continua, em meio à excepcional vitalidade, a ocupar espaços semanais em importantes órgãos de nossa imprensa e a escrever as suas obras, sempre aprimoradas por permanente sensibilidade para interpretar fatos e personalidades, num estilo fascinante que a tem tornado uma das apreciadas penas do nosso tempo, assim qualificada por seus pares da Academia e pelo público leitor de seus artigos, crônicas e livros", ressaltou.

O parlamentar destacou que Raquel de Queiroz, sem renegar a sua formação ideológica, nunca deixou de ser aplaudida por quaisquer correntes de pensamento, "tão relevante tem sido o seu realce no cenário nacional, mercê de seu invejável talento nos albores da sua juventude que teve no *O Quinze* a primeira e positiva afirmação da grande escritora que começaria a despontar no contexto cultural do país".

Mauro Benevides lembrou que o jornal *O Povo* editou caderno especial com pronunciamentos expressivos sobre a vida e a obra de Raquel de Queiroz, que enaltece sua trajetória de uma mulher vitoriosa que honra e enobrece a sua figura excepcional. E citou versos de Manuel Bandeira que destaca: "Por mais que a louvemos, nunca a louvaremos bem".

Pinheiro pede mais recursos no Orçamento de 2001 para educação

O deputado Jorge Pinheiro (PMDB-DF) pediu apoio dos demais parlamentares à aprovação de recursos para a educação no Orçamento de 2001. Segundo o parlamentar, a educação é um dos instrumentos mais efetivos de intervenção social quando associada a políticas, especialmente àquelas voltadas para a geração de emprego e renda. "Mas é também na educação que a nossa realidade aponta várias insuficiências que necessitam e podem ser superadas com políticas públicas apropriadas e efetivas", avaliou Pinheiro.

O deputado destacou dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 1996, em que 14% da população com mais de 15 anos, cerca de 20 milhões de pessoas, eram consideradas sem instrução. E, se forem acrescentadas a esse grupo pessoas com menos de um ano de estudo, o percentual sobe para 28,9% da população, aproximadamente 45 milhões de brasileiros.

A saída, para o deputado, é um sistema educacional de boa qualidade, com professores bem remunerados e treinados, a exemplo do que ocorre no Distrito Federal, onde o número de analfabetos é bem menor do que a média do país. "Professor bem treinado e bem pago é mais efetivo e mais eficiente. Por ser um grupo relativamente pequeno, nada impede que um esforço corajoso e decidido, tanto do governo quanto da população, nos leve à superação dessa dificuldade", disse Pinheiro.

O parlamentar recomendou que os programas de educação de jovens e adultos deixem de ser "programas assistenciais e paliativos, em que os analfabetos são adotados". E pediu idéias eficazes, nas quais os brasileiros não só aprendam a ler, mas a participar de modo efetivo da vida da sociedade.

"Diante da importante tarefa de votar o Orçamento da União, temos uma grande oportunidade de contribuir para a construção desse futuro promissor, garantindo os recursos necessários à implementação desses programas educacionais", garantiu Pinheiro.

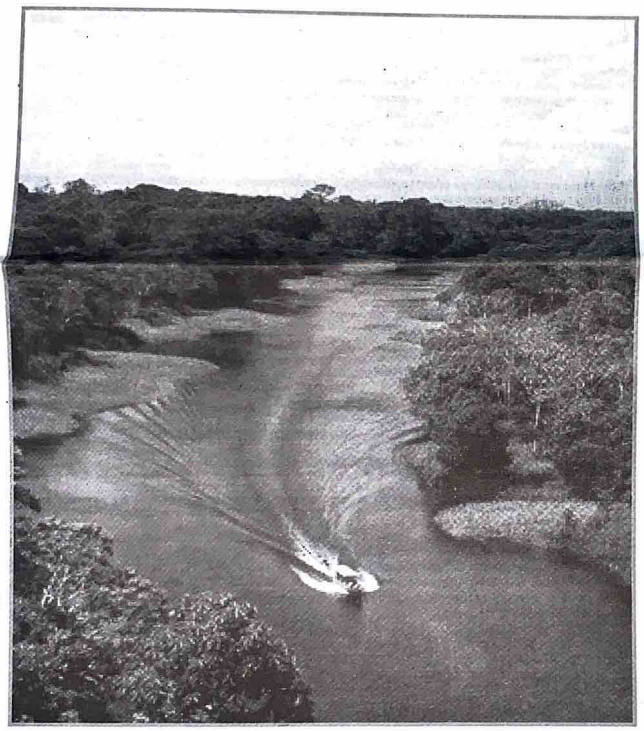
JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL — ANO VI – Nº 1.204 – BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 21 DE NOVEMBRO DE 2000

Plenário deve votar hoje projeto que restringe a propaganda de cigarros

O Plenário do Senado Federal deverá votar hoje o projeto que proíbe a publicidade de cigarro nos meios de comunicação de massa e estabelece outras restrições à propaganda do tabaco e de seus derivados. O substitutivo do senador José Roberto Arruda já foi aprovado pelas comissões de Assuntos Sociais e de Constituição, Justiça e Cidadania

PÁGINA 3



O senador Osmar Dias está propondo que as matas ciliares sejam incluídas no cálculo das reservas florestais das propriedades rurais. A sugestão consta de emenda apresentada pelo senador à medida provisória que trata do tema. Segundo Osmar Dias, a inclusão é necessária para garantir a proteção das reservas de água.

PÁGINA 8

CCJ sabatina juíza indicada para o Supremo

PÁGINA 5



A juíza Ellen Northfleet é a primeira mulher indicada para o STF

Congresso instala órgão que fiscalizará a Abin

PÁGINA 3

CAE

Comissão examina novas regras para setor de informática

PÁGINA 4

Política de preço para o gás natural é tema de audiência pública

PÁGINA 4



Cabral destacou o legado de Zumbi dos Palmares

Dia da Consciência Negra recebe homenagem

PÁGINA 7



Tião Viana: integração dos negros ainda está muito longe

ACM: fundos de pensão podem bancar aumento do mínimo

Antonio Carlos Magalhães afirmou que os recursos para aumentar o salário mínimo podem sair da cobrança de IR dos fundos de pensão.

PÁGINA 4

Comentarista esportivo depõe sobre irregularidades no futebol



Depoimento de Juca Kfouri será hoje

A CPI do Futebol programou para depois da Ordem do Dia depoimento do jornalista Juca Kfouri. Ele falará sobre evasão de divisas em negócios envolvendo a compra e venda de jogadores. Parte da reunião será pública. Num outro momento, o depoimento será restrito aos senadores.

PÁGINA 5

PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES
CÂMARA MUNICIPAL
13825-000 HOLAMBRA - SP
004077

Antonio Carlos considera "necessário" órgão de controle da Abin

Para o senador, a agência "pode agir em várias frentes, só não pode bisbilhotar a vida das pessoas"



Antonio Carlos Magalhães lembra que a agência poderia ajudar a combater o tráfico de drogas

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, afirmou na manhã de ontem que o órgão de controle externo que será instalado hoje pelo Congresso *(veja matéria na página 3)* terá realmente a função de controlar a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e deverá ajudar a tornar mais claras as atribuições dessa instituição.

Antonio Carlos classificou de "necessária" a instalação do órgão de controle, apesar de reconhecer que, mesmo facilitando a apuração de eventuais abusos, isso não garante o bom funcionamento da Abin. Ele lembrou que a Agência de Inteligência pode ter sua atuação ampliada, como, por exemplo, ajudar a combater o tráfico de drogas.

– A Abin pode agir em várias frentes, só não pode bisbilhotar a vida das pessoas. Vivemos na democracia – disse.

Perguntado sobre as recentes denúncias dando conta de que a Abin estaria exorbitando de suas prerrogativas, Antonio Carlos disse que os senadores da comissão externa vão aguardar para ouvir a autoridade máxima da área, o ministro-chefe do gabinete de Segurança Institucional, general Alberto Cardoso.

– O general está explicando essas questões. Agora vamos ver se ele explica à comissão – declarou o senador.

Para ACM, conciliação entre Tápias e Everardo é a melhor solução

Na opinião do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, o suposto desentendimento ocorrido entre o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Alcides Tápias, e o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, não passou de um desencontro de informações, que já vem sendo superado. Para ele, isso significa que nenhum dos dois deve sair do governo.

Conforme o senador, a melhor saída para a questão é a conciliação, que, acrescentou, deve acontecer com a ajuda do presidente Fernando Henrique Cardoso.

– Tápias está hierarquicamente acima, mas precisa entender que Everardo é um grande servidor – observou.

De acordo com alguns jornais, o ministro teria se irritado com as declarações de Everardo dizendo desconhecer como seriam implementadas as medidas tributárias incluídas no pacote de estímulo às exportações, recentemente anunciadas por Tápias. Ainda segundo a imprensa, Tápias havia considerado que Everardo estaria desautorizando seus superiores.

Antonio Carlos também comentou o resultado do leilão do Banespa, ocorrido ontem. Ele considerou satisfatório o valor de R$ 7 bilhões – ágio de 281% – pago pelo banco espanhol Santander.

AGENDA

TERÇA-FEIRA, 21 DE NOVEMBRO DE 2000

Brasil 500 – SENADO FEDERAL

Presidente
Antonio Carlos Magalhães

10h20 – Concede entrevista à Rádio Eldorado
15h30 – Preside sessão deliberativa ordinária

PLENÁRIO

14h30 – Sessão deliberativa ordinária
Pauta: PLC nº 47/2000, altera dispositivos da Lei nº 9.294/96, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígeros, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas; PLC nº 54/2000, acrescenta inciso ao parágrafo 5º do art. 178 da Lei nº 3.071/16 – Código Civil, e parágrafo único do art. 208 da Lei nº 5.869/73 – Código de Processo Civil (ação de seguradora para reaver o valor da indenização); PLC nº 56/2000, cria cargos na carreira de Polícia Federal; PLC nº 58/2000, altera os artigos 1º e 2º da Lei nº 9.034/95, que dispõe sobre a utilização de meios operacionais para a prevenção e repressão de ações praticadas por organizações criminosas; votação secreta das mensagens nºs 205/2000, que submete ao Senado a escolha de Cláudio Mano Henrique do Couto Lyra para embaixador do Brasil junto à República das Filipinas; 230/2000, que submete ao Senado a escolha do nome de Oto Agripino Maia para embaixador do Brasil junto ao Vaticano; Parecer nº 1.065/2000, sobre a Mensagem nº 212/2000, pela qual o presidente da República submete ao Senado a recondução de José Mário Miranda Abdo ao cargo de diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel; e PDL nº 74/2000, que aprova permissão à Fundação Sam Nozar Terra para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Araucária (PR).

COMISSÕES

10h – Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: audiência pública acerca da política de preços para o indústria do gás natural, com a presença do governador do estado do Espírito Santo, José Ignácio Ferreira; dos diretores da Agência Nacional de Energia Elétrica, José Mário Abdo; de Gás e Energia do Petrobras, Delcídio do Amaral Gomez; da Agência Nacional do Petróleo, Júlio Colombi Neto; do Departamento Nacional de Desenvolvimento Energético da Secretaria de Energia do Ministério de Minas e Energia, Boris Garbuti Gorenstin; membro do Conselho de Administração do Aços Especiais Itabira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica, Sérgio Weigert Esnes; e Eliezer Baptista da Silva. *Ala Senador Alexandre Costa – sala 19*

10h – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: Mensagem nº 231/2000, que submete à deliberação do Senado o nome de Ellen Gracie Northfleet para exercer o cargo de ministra do Supremo Tribunal Federal *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 3*

11h30 – Comissão de Educação
Pauta: entre outros, PLS nº 515/99, altera a Lei nº 9.612/98, que institui o serviço de radiodifusão comunitária para instituir o serviço de televisão comunitária; PLC nº 52/99, que institui normas gerais relativas à atividade de peão-de-rodeio, equiparando-a a atleta profissional. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 15*

17h – Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: entre outros, PRS nº 79/2000, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e de seus respectivos autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização; Mensagem nº 215/2000, que solicita autorização para contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a US$ 19,1 milhões, de principal, entre o Brasil e o Hungarian Export-Import Bank, destinado ao financiamento parcial do Projeto de Modernização de Laboratórios de Educação Profissional, no âmbito do Programa de Expansão da Educação Profissional (Proep); Mensagem nº 175/2000, que propõe seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até 280,2 milhões de ienes, de principal, entre o Brasil e o Marubeni Corporation, destinada a aquisição de bens e serviços no âmbito do programa de Modernização e Consolidação da Infra-Estrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais Universitários; PDL nº 181/2000, que aprova a participação do Brasil no Fundo de Meio Ambiente Global Environment Facility – Gef; PRS nº 75/2000, que altera o Resolução nº 78/98 do Senado, para suspender, por 12 meses, o pagamento de serviços de dívidas dos estados de Alagoas e de Pernambuco junto à União; PRS nº 78/2000, que altera a Resolução nº 78/98 do Senado, para suspender, por 12 meses, o pagamento de serviços de dívidas dos estados de Alagoas e de Pernambuco junto à União. *Ala Senador Alexandre Costa – sala 19*

17h30 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
Pauta: eleição do presidente e designação do relator do órgão de controle da Abin. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 5*

Após Ordem do Dia – CPI do Futebol
Pauta: depoimento do jornalista Juca Kfouri. *Ala Senador Nilo Coelho – Sala 2*

18h – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Pauta: créditos adicionais. *Plenário nº 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães na Câmara dos Deputados*

PREVISÃO PLENÁRIO

Quarta-feira
14h30 – Sessão deliberativa ordinária

Nota do Expediente: será dedicada a homenagear o escritora Rachel de Queiroz pelo transcurso de seu nonagésimo aniversário de nascimento.
Pauta: PLC nº 57/2000, que dispõe sobre a identificação criminal; PLC nº 39/2000, regulamenta, para a Previdência Social, o disposto no parágrafo 3º do art. 100 da Constituição federal; PLS nº 683/99, que regulamenta a prestação de informações ao Banco Central para instrumentalização do Sistema Central de Risco de Crédito; e PDL nº 253/99, renova permissão outorgada à Rádio FM Cidade de Mogi-Guaçu para explorar serviço de radiodifusão em freqüência modulada em Mogi-Guaçu (SP).

Quinta-feira
10h – Sessão deliberativa ordinária
Nota do Expediente: será dedicada a homenagear a memória do ex-deputado, ex-senador e ex-ministro do Tribunal de Contas da União Guido Fernando Mondin.
Pauta: PDLs nºs 265/99, renova a concessão do Sistema Jornal de Rádio para serviço de radiodifusão sonora em onda média em Pinotrubo (SP); nº 72/2000, aprova permissão à Rádio Cultura Venda Novo FM para serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada em Ibatiba (ES); nº 107/2000, aprova permissão à Brasil Amazônia Comunicação Empreendimentos para serviço de radiodifusão sonora em Radenção (PA); nº 142/2000, que aprova permissão à Fundação Dozenila Costa para serviço de radiodifusão em freqüência modulada em Pedro Avelino (RN); e nº 19/99, que convoca plebiscito sobre a criação do estado do Tapajós; e Requerimentos nºs 434/2000, do senador Roberto Requião, solicitando a reexame, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, dos PLS nº 194/99 e nº 505/2000, do senador Eduardo Suplicy, solicitando a convocação do ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, para prestar, perante o Plenário, esclarecimentos sobre as razões que levaram o governo brasileiro a articular a operação de asilo político no Panamá para Vladimiro Montesinos, principal assessor do presidente do Peru, Alberto Fujimori.
Sexta-feira
9h – Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Quarta-feira
9h – Comissão de Assuntos Sociais
Pauta: entre outros, PLSs nºs 5 e 68, de 2000 (tramitação conjunta), acrescenta dispositivos à Lei nº 7.998/90, dispõe sobre a concessão do benefício do Seguro-Desemprego ao trabalhador extrativista vegetal.
Pauta-Extra: PLC nº 74/2000, altera dispositivos do Decreto-Lei nº 5.452/43 (CLT), que proíbe o trabalho do menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 9*

10h – Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: audiência pública acerca da dívida ativa, com a presença dos presidentes do Tribunal Regional Federal (TRF), Fernando da Costa Tourinho (1ª Região); Alberto Nogueira (2ª Região); José Kallás (3ª Região); Fábio Bittencourt da Rosa (4ª Região); e José Maria Lucena (5ª Região). *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 19*

10h – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: entre outros, PLS nº 187/99, amplia o prazo de filiação partidária; PLS nº 353/99, que dispõe sobre o financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais, e PLS nº 130/99, que proíbe divulgação de pesquisas eleitorais no período que determine, mediante o acréscimo de parágrafo ao art. 33 da Lei nº 9.504/97, que estabelece normas para as eleições. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 3*

10h – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
Pauta: exposição do ministro da Defesa, Geraldo Magela da Cruz Quintão. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 5*

10h – Comissão de Educação
Pauta: audiência pública para debater o Programa Especial de Treinamento (PET), com a presença do deputado Gilmar Machado, presidente da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados; dos professores Antônio Marcdowell Figueiredo, secretário Nacional da Educação, Dante Augusto Couto Barone, presidente da Comissão Executiva Nacional em Defesa do Programa Especial de Treinamento e Vilma Figueiredo, vice-presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); e dos acadêmicos Wadson Ribeiro, presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE) e Gabriel Perfeito Castro, membro da Comissão Executiva Nacional em Defesa do Programa Especial de Treinamento. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 15*

Quinta-feira
9h – CPI do Futebol
Pauta: depoimento do presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), Adrienne Giannatti Nelson de Senna. *Ala Senador Nilo Coelho – Sala 2*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL
Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Lauro Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Mariuce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327
Editor-Chefe: Edson de Almeida
Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Morais
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pelo equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

PRESIDENTE DA CÂMARA DE DEPUTADOS

Senado deve votar hoje restrições a anúncio de fumo

Texto acolhido por duas comissões proíbe propaganda de cigarros em revistas, jornais, TV, rádio e *outdoors* e admite malas diretas e cartazes em estabelecimentos comerciais. Se aprovado pelo Plenário, voltará à apreciação da Câmara



Plenário decide sobre projeto que o líder do governo considera um dos mais polêmicos analisados recentemente

O Senado vota hoje projeto que restringe a publicidade de cigarros e de outros derivados do tabaco em todo o país. Aprovado pelas comissões de Assuntos Sociais e de Constituição, Justiça e Cidadania, o parecer do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) determina que a divulgação desses produtos ficará proibida em revistas, jornais, televisão, rádio e *outdoors*. O projeto tramita em regime de urgência.

De acordo com o texto aprovado pelas comissões, as indústrias de tabaco terão permissão para enviar publicidade por mala direta ao público visado, podendo ainda exibir cartazes, painéis e pôsteres na parte interna das lojas e de outros recintos. Arruda classificou o projeto, de iniciativa do governo, como um dos mais polêmicos analisados recentemente pelo Legislativo.

O senador disse ter feito o máximo para compatibilizar o interesse do governo e da sociedade no sentido de adotar medidas mais drásticas para coibir o fumo com o respeito ao direito constitucional dos produtores de cigarro de anunciar seus produtos. Se o Plenário aprovar o texto de Arruda, que alterou em vários pontos o projeto votado na Câmara, a matéria voltará ao exame dos deputados.

Na mesma sessão, o Plenário deliberará sobre projeto do Executivo que fixa em seis meses o prazo para prescrição de ação impetrada pelas companhias seguradoras para reaver o valor que tenham pago aos segurados por dano provocado por terceiros. Pelo Código Civil, o prazo atual é de cinco anos, o que acaba prejudicando o segurado, que dispõe de um ano para reclamar das companhias a indenização devida. Ou seja, se a seguradora exercer seu direito em prazo superior a um ano, o responsável pelo dano não poderá exigir da sua seguradora o ressarcimento.

Outro projeto que aguarda votação é o que cria dois mil novos cargos na Polícia Federal, assim distribuídos: 160 na área de perícia criminal, 400 para delegado, 600 para escrivão e 840 para agente, todos sujeitos a concurso público. Na opinião do relator da matéria, senador Romeu Tuma (PFL-SP), esse aumento de vagas vai permitir que a Polícia Federal cumpra com maior eficácia suas funções constitucionais, principalmente no combate ao narcotráfico.

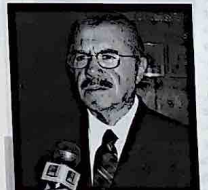
O Senado também vota projeto do governo permitindo que os policiais instalem aparelhos de som e imagem para captar conversas de suspeitos, autorizando-os também a se infiltrar em organizações criminosas, no propósito de desbaratar quadrilhas. As duas ações vão depender de autorização judicial. Na exposição de motivos, o ministro da Justiça, José Gregori, afirma que esses meios de prevenção e repressão ao crime já são utilizados em vários países.

Em votações secretas, o Senado ainda deliberará sobre as indicações de *Cláudio Maria Henrique* do Couto Lyra para a embaixada do Brasil nas Filipinas; de Oto Agripino Maia para embaixador no Vaticano; e de José Mário Miranda Abdo para ser reconduzido à direção da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel.

Congresso instala órgão de controle da Agência Brasileira de Inteligência

O órgão do Congresso que fiscalizará as atividades da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), responsável pelo serviço de inteligência do governo, será instalado na sala da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) do Senado hoje, a partir das 17h30. A fiscalização da Abin é atribuição do Congresso, conforme determina lei que a criou. Depois de eleger o presidente da comissão, o novo órgão terá como primeira iniciativa indicar o relator, encarregado de, em 20 dias, apresentar parecer à proposta de política nacional de inteligência, encaminhada ao Congresso pelo Executivo.

A comissão que fará o controle externo do Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin) deve ser composta por três deputados e três senadores: os líderes da maioria e da minoria e os presidentes das comissões de Relações Exteriores da Câmara e do Senado. Dessa forma, os integrantes da comissão serão os senadores José Sarney (PMDB-AP), presidente da CRE; Jader Barbalho (PA), líder e presidente do PMDB; Heloísa Helena (PT-AL), líder do Bloco Oposição; e os deputados Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), presidente da CRE da Câmara; Aécio Neves (MG), líder do PSDB; e Aloízio Mercadante (SP), líder do PT.



No condição de presidente da CRE, José Sarney integrará o órgão de controle da Abin

Pela lei, o órgão de controle tem como competência fiscalizar a execução dos atos previstos na política nacional de inteligência. A lei coloca a Abin como órgão central do Sisbin, com a missão de produzir conhecimentos para assessorar o presidente e garantir a proteção de informações relacionadas à segurança da nação. A Abin é definida pela lei como órgão de assessoramento direto da Presidência da República.

Comissão de Educação examina projeto que cria a TV comunitária

A Comissão de Educação (CE) vai apreciar em caráter terminativo hoje, a partir das 11h30, projeto que introduz várias mudanças na *lei que implantou o serviço de radiodifusão comunitária, de modo a estendê-lo para a televisão.* De autoria do senador Paulo Hartung (PPS-ES), a proposta recebeu parecer favorável da senadora Emilia Fernandes (PDT-RS).

– Ao preceituar que o serviço de radiodifusão comunitária possa também ser executado na modalidade televisão, o projeto de lei reconhece a importância desse veículo para a democratização da comunicação – diz a senadora em seu parecer.



Freitas Neto preside o CE, que vota hoje mudanças nas regras da radiodifusão comunitária

Emilia disse ainda que o projeto pretende corrigir "o inadmissível abuso de autoridade que vem sendo perpetrado contra as rádios comunitárias". Valendo-se do parecer de sua autoria, aprovado na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, a senadora critica a Agência Nacional de Telecomunicações.

Segundo ela, essa instituição "vem exorbitando de sua função fiscalizadora da prestação dos serviços, ao proceder à apreensão de equipamento destinado à transmissão em âmbito restrito, como no caso das rádios comunitárias, sem o devido processo legal".

O projeto de Hartung prevê que *todos os serviços de radiodifusão comunitária em atividade entre o período em que foi sancionada a lei, em 19 de fevereiro de 1998, e a data da sanção das mudanças propostas agora, tenham autorização de funcionamento de 24 meses.*

Também está na pauta da CE projeto da Câmara dos Deputados que equipara a atividade de peão-de-rodeio à de atleta profissional. Para o senador Romeu Tuma (PFL-SP), que vai apresentar parecer favorável à matéria, esse tipo de espetáculo tem movimentado vultosas quantias de dinheiro, "sem qualquer contrato em que figurem normas mínimas de proteção e segurança individual".

Três projetos de decreto legislativo completam a pauta da comissão, presidida pelo senador Freitas Neto (PFL-PI). Dois deles se referem à outorga da permissão para funcionamento das rádios MR Radiodifusão, de Vitória de Mearim (MA), e Flash FM, de Cosmópolis (SP). O outro renova permissão já outorgada à Rádio Cidade de Campinas, de Itu (SP).

ACM: aumento do mínimo é "imprescindível" e pode sair do imposto dos fundos de pensão

Presidente do Senado aponta alternativa para hipótese de atraso na votação, pela Câmara, de projetos de combate à sonegação que garantiriam os recursos necessários no Orçamento de 2001



Amir Lando, relator do Orçamento, reúne-se hoje com os dez sub-relatores

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, afirmou ontem que, caso a Câmara atrase a votação de dois projetos que vão aumentar a receita federal, o dinheiro para garantir o reajuste do salário mínimo para até R$ 180 "sairá da cobrança de Imposto de Renda dos fundos de pensão". Para ele, o aumento do mínimo "é imprescindível".

Antonio Carlos mencionou a alternativa ao ser questionado por jornalistas, que apontaram dificuldades para votação na Câmara dos Deputados dos projetos que alteram o sigilo bancário, dando à Receita Federal acesso às movimentações financeiras de pessoas e empresas suspeitas de sonegação fiscal, e combatem a elisão fiscal – uso abusivo de brechas legais para redução do Imposto de Renda a pagar.

A cobrança de Imposto de Renda sobre as aplicações dos fundos de pensão fechados, mencionada pelo presidente do Senado, vem sendo discutida na Justiça há 12 anos. O presidente do STF, ministro Carlos Velloso, prometeu ao relator-geral do Orçamento 2001, senador Amir Lando (PMDB-RO), colocar em votação com rapidez uma ação que trata dessa cobrança. Ao mesmo tempo, há uma negociação entre a Receita Federal e os fundos para o pagamento de parte dos impostos.

Conforme notícias dos jornais, o relator na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara do projeto que altera o sigilo bancário, deputado Ney Lopes (PFL-RN), vem argumentando que a permissão para que os fiscais da Receita tenham acesso a extratos bancários seria inconstitucional. Por isso, ele apresentou um substitutivo prevendo que a Receita só terá acesso aos extratos de bancos com autorização de juiz, o qual ficará obrigado a se manifestar sobre a quebra de sigilo em 72 horas.

Além disso, ainda conforme a imprensa, o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, declarou que os dois projetos não garantem uma arrecadação "certa e segura" para o aumento do salário mínimo. Cálculos do Executivo e dos técnicos do Congresso indicam que o reajuste do mínimo para R$ 180 exigiria R$ 4 bilhões por ano, que seriam repassados ao INSS, encarregado de pagar o piso a 12,3 milhões de aposentados.

A declaração do ministro contradiz estudos das comissões de Orçamento e Fiscalização da Câmara e do Senado, que apontaram uma arrecadação de pelo menos R$ 9 bilhões só com o projeto sobre sigilo bancário. O relator-geral do Orçamento 2001, senador Amir Lando , obteve dos líderes partidários na Câmara garantia de que os dois projetos serão votados ainda este ano.

Amir Lando reúne-se hoje com os dez sub-relatores do Orçamento e pretende informar que, por enquanto, eles estarão autorizados a utilizar apenas 60% das verbas destinadas às emendas individuais dos parlamentares. Assim, só poderiam comprometer cerca de R$ 700 milhões da verba de R$ 1,6 bilhão que o governo reservou para emendas do Congresso. O uso dos outros R$ 900 milhões dependeria da votação, na Câmara, dos projetos sobre sigilo bancário e elisão fiscal.



Ramez Tebet: recursos para habitação geram também novos empregos

Tebet pede que governo invista mais em habitação

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) sugeriu ontem em Plenário que o governo federal amplie os recursos destinados à habitação, como forma de reduzir o que considera um "grave problema social". Segundo o senador, as áreas urbanas brasileiras carecem atualmente de quatro milhões de moradias, e as áreas rurais, de 1,6 milhão. Além disso, em razão do crescimento desordenado, proliferam favelas.

Dando como exemplo programa habitacional desenvolvido pela prefeitura de Campo Grande, capital de Mato Grosso do Sul, em convênio com o governo federal, Tebet lembrou que o direito à moradia é um dos fundamentos da cidadania. Em Campo Grande foram entregues, na manhã do último domingo, 550 casas populares, de mil previstas nas metas do programa. Cada unidade mede 30 metros quadrados e é construída em lotes de 200 metros quadrados, com financiamento em dez anos e prestações fixas de R$ 37,00.

– Fiquei emocionado ao ver tantas famílias recebendo suas moradias. A casa é a identidade do cidadão. O problema habitacional não foi totalmente resolvido, mas um grande passo está sendo dado – disse Tebet.

Ramez Tebet explicou que a elevação dos investimentos na habitação terá como resultado não apenas a construção de casas para a população de baixa renda e de classe média, mas também a criação de empregos. A indústria da construção civil é o setor que mais rapidamente pode gerar empregos e provocar o chamado "efeito cascata", dinamizando a economia como um todo.

CAE

Comissão aprecia projeto de nova Lei de Informática



Ney Suassuna é autor do substitutivo que será votado pelo CAE

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprecia hoje, a partir das 17 horas, o projeto da nova Lei de Informática. O substitutivo apresentado pelo relator da matéria, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), considera os telefones celulares e os monitores de vídeo como bens de informática, estendendo a todo o país – contra a opinião da bancada do Amazonas, preocupada com o futuro da Zona Franca de Manaus – os benefícios fiscais para a sua produção.

As empresas que investirem em pesquisa e desenvolvimento em tecnologia da informação estarão, segundo o substitutivo de Suassuna, aptas a receber benefícios fiscais. Os estados do Sul e do Sudeste terão, de acordo com o texto, isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) até 31 de dezembro de 2000 e depois passarão a contar com redução gradual do imposto, de 95% em 2001 a 70% do valor devido até 2009.

Nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, as empresas terão, pelo substitutivo, isenção do IPI até o fim de 2001. A redução a seguir vai de 97% do imposto devido em 2002 a 77% até 2009. Estarão incluídos nos incentivos – além dos telefones celulares e dos monitores de vídeo – produtos como componentes eletrônicos, equipamentos baseados em técnica digital e programas para computadores. Ficam de fora da lei, ainda que incorporem tecnologia digital, equipamentos de áudio, vídeo, lazer e entretenimento.

A pauta da comissão inclui ainda sete outros itens, entre os quais projeto de resolução destinado a permitir que as antecipações de receitas feitas a título de *royalties* a estados e municípios sejam utilizadas para amortização de dívidas com a União, e não apenas para a capitalização de fundos de previdência.

Audiência pública debate política de preços para indústria do gás natural



Ricardo Santos defende uma política de preços duradoura para o setor

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) realiza hoje, às 10 horas, uma audiência pública para debater a política de preços para a indústria do gás natural. Entre os convidados está o ex-senador e atual governador do estado do Espírito Santo, José Ignácio Ferreira. O autor do requerimento para realização do debate, senador Ricardo Santos (PSDB-ES), quer que a discussão possibilite estabelecer uma política de preços duradoura para o setor e que sirva ainda como base para se traçar o Programa Prioritário de Termelétricas. Segundo ele, é urgente a implementação dessas medidas, para minimizar a atual crise de abastecimento de energia elétrica no país.

Além do governador do Espírito Santo, são esperados para o debate o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, José Mário Abdo; o diretor de Gás e Energia da Petrobras, Delcídio do Amaral Gomez; o diretor da Agência Nacional do Petróleo Júlio Colombi Neto; o diretor do Departamento Nacional de Desenvolvimento Energético da Secretaria de Energia do Ministério de Minas e Energia, Boris Garbati Gorenstl; o integrante do Conselho de Administração da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica Sérgio Weigert Ennes; e o empresário Eliezer Baptista da Silva.

CCJ sabatina hoje a primeira mulher indicada para o Supremo

Juíza Ellen Gracie Northfleet, do Tribunal Regional Federal do Rio Grande do Sul, terá seu nome submetido aos senadores da comissão e posteriormente ao Plenário

O Senado começa a examinar hoje a primeira indicação de uma mulher para ocupar o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). A juíza Ellen Gracie Northfleet, do Tribunal Regional Federal (TRF) do Rio Grande do Sul, será sabatinada a partir das 10h, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde o senador José Fogaça (PMDB-RS) apresentará relatório à mensagem presidencial que a indica para o STF.

Depois da argüição feita pelos senadores, a CCJ realiza votação secreta do parecer de Fogaça, que segue para apreciação do Plenário. A juíza terá sua indicação definitivamente aprovada se contar com o apoio de pelo menos 41 senadores (maioria absoluta), novamente em votação secreta, no Plenário.

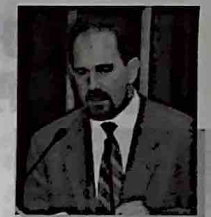


José Fogaça está encarregado de apresentar parecer sobre a indicação de Ellen Northfleet para o STF

Caso o Senado concorde com a indicação do presidente Fernando Henrique Cardoso, Ellen Northfleet ocupará a vaga aberta no STF pela aposentadoria do ministro Octávio Gallotti. No Supremo, instância máxima do Judiciário brasileiro, Ellen trabalhará com outros de 10 ministros que decidem sobre disputas envolvendo matéria constitucional.

Nascida no Rio de Janeiro, Ellen Northfleet desenvolveu sua carreira profissional no Rio Grande do Sul, onde exerceu cargos no Ministério Público Federal e no Judiciário. Em 1997, foi eleita presidente do TRF, corte em que ingressou em 1992.

Por acreditar que a indicação presidencial resgata a importância e a competência da mulher brasileira, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) solicitou que o Senado aprove voto de louvor à iniciativa de Fernando Henrique. Porém, a pedido de Fogaça, o requerimento de Simon será apreciado somente após a realização da sabatina na CCJ. Antes de Ellen Northfleet, as juízas Eliana Calmon e Fátima Nancy Andrighi foram indicadas para exercer cargo de ministro no Superior Tribunal de Justiça.



Dutra aponta importância crescente das pesquisas no processo de escolha do candidato pelo eleitor

Dutra quer evitar fraude e manipulação das pesquisas

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) apresentou projeto de lei para reforçar o controle sobre as pesquisas eleitorais, exigindo a especificação dos endereços e logradouros em que a entrevista se realizou. O projeto estabelece a cassação do registro de funcionamento da empresa executora da pesquisa, bem como multa no valor de 50 a 100 mil UFIR e detenção de seis meses a um ano, entre as penas a que estão sujeitos os responsáveis pela divulgação de dados fraudulentos.

O projeto, que tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em decisão terminativa, também tipifica o delito de fraude nas pesquisas. São três as situações que caracterizam o crime: falsidade das informações prestadas, falsificação do resultado divulgado e discrepâncias superiores à margem de erro entre as pesquisas realizadas nos dez dias anteriores à eleição e o resultado oficial desta.

Na justificação do projeto, Dutra afirma ser necessário ter mais controle sobre as pesquisas, tendo em vista sua importância crescente no processo de escolha do candidato pelo eleitor. "É conhecida a imaturidade política de muitos eleitores que preferem votar nos candidatos bem posicionados nas pesquisas a escolhê-los de acordo com seus programas", argumenta o senador.

Dutra defende, porém, a liberdade de fazer e divulgar pesquisas, por entender que sonegar informações não é o meio adequado de promover o esclarecimento político.

– Convencer o eleitor a votar de acordo com programas é tarefa dos candidatos. Cabe à lei prevenir a fraude e a manipulação de pesquisas com o objetivo de beneficiar um dos candidatos. Essa é a finalidade do projeto – concluiu o senador.

Jornalista depõe sobre transações de jogadores

CPI do FUTEBOL

A comissão parlamentar de inquérito do Senado que está investigando o futebol brasileiro ouvirá hoje o jornalista Juca Kfouri. O depoimento do comentarista da Rádio CBN e da Rede TV! está marcado para depois da Ordem do Dia.

Juca Kfouri deverá falar sobre evasão de divisas em negócios envolvendo a compra e venda de jogadores. A sessão da CPI do Futebol terá uma parte pública e outra secreta.

O convite ao jornalista foi feito a partir do depoimento que ele prestou à CPI da CBF/Nike, da Câmara dos Deputados. Na ocasião, Kfouri afirmou que teria muitos esclarecimentos a fazer caso pudesse depor secretamente. O presidente da CPI do Futebol, senador Álvaro Dias (PSDB-PR), antecipou que Juca Kfouri deverá apresentar alguns documentos apontando indícios de irregularidades envolvendo entidades ou pessoas ligadas ao futebol brasileiro.

A programação das próximas semanas já foi definida pela CPI do Futebol. Para quinta-feira, está marcado o depoimento da presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), Adrienne de Senna. Ela falará sobre irregularidade nas operações de bingos. O Coaf denunciou ao Ministério Público 5.208 operações suspeitas de movimentar irregularmente R$ 5 bilhões entre agosto de 1999 e outubro deste ano. No dia 28, haverá uma reunião administrativa da CPI.

Para o dia 30 de novembro, uma quinta-feira, está marcado o depoimento do ex-técnico da Seleção Brasileira Wanderley Luxemburgo. Ele deverá dar explicações sobre denúncia feita pela estudante de Direito Renata Alves de que teria montado e operado uma rede de negócios envolvendo o recebimento de comissão pela escalação de jogadores, uso de imagem, compra e venda de veículos e transferência irregular de dólares ao exterior.



Álvaro Dias antecipa que Juca Kfouri deve apresentar documentos com indícios de irregularidades

Jucá elogia inovações na estrutura do Incra

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) elogiou a criação do Agente de Inserção Social, uma das principais inovações da reestruturação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). De acordo com o parlamentar, o agente servirá de elo de ligação entre o conhecimento técnico do Incra e o trabalhador assentado.

Jucá informou que, apenas este ano, formaram-se no Incra 500 agentes de inserção. Segundo o senador, eles estão trabalhando junto a dois mil projetos de reforma agrária, atendendo a mais de 200 mil famílias assentadas.

O programa de reforma agrária, na opinião do representante de Roraima, é um dos grandes sucessos do atual governo. Ele afirmou que as metas de assentamento vêm sendo cumpridas integralmente, e lembrou que o Ministério do Desenvolvimento Agrário coordena tanto as ações do Incra como as do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), dentro da política de governo batizada de Novo Mundo Rural.

– A filosofia dessa política é a de que não basta obter terras e nelas assentar famílias pobres: é preciso desenvolver um grande esforço para transformar os assentados em agricultores bem sucedidos, capazes de se manter, de se inserir no mercado agrícola e de contribuir para a comunidade nacional – disse.



Para Jucá, o programa de reforma agrária é um dos grandes sucessos do governo

O senador destacou que a nova estrutura do Incra mantém uma superintendência regional em cada estado, órgãos descentralizados e com maior autonomia. Observou ainda que, nas áreas de maior tensão com relação ao uso e à posse da terra, foram constituídos grupos gerenciais compostos por representantes dos três níveis de governo e também pela sociedade civil. Essas áreas, segundo Jucá, são: o sul do Pará; o médio São Francisco; a Zona da Mata de Pernambuco e Alagoas; o Triângulo Mineiro; e algumas regiões dos estados de São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul.

Hartung insiste em correção da tabela de IR

Parlamentar lembra que está há seis meses na Comissão de Assuntos Econômicos projeto, de sua autoria, que atualiza a tabela e as deduções do Imposto de Renda, e critica governo federal por se recusar a discutir o assunto



Hartung apelou ao governo para discutir "uma mudança na estrutura de cobrança do IR"

Em nome da liderança do seu partido, o senador Paulo Hartung (PPS-ES) disse que é "antidemocrática" a postura do governo em não discutir a correção da tabela e das deduções do Imposto de Renda (IR) da Pessoa Física. Não é por falta de propostas, apontou o senador, ao lembrar projeto de sua autoria que corrige a tabela, que se encontra na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) há seis meses.

Para Hartung, o governo deve ser claro em suas intenções de querer aumentar a arrecadação do IR, enviando ao Congresso um projeto nesse sentido, em vez de se recusar a debater o assunto. Ele afirmou que são equivocadas as afirmações do secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, de que o reajuste da tabela reduziria os recursos destinados às escolas públicas.

– Se é verdade que esse dinheiro está mesmo sendo destinado a setores sociais básicos, é mais um motivo para se debater de forma transparente uma mudança na estrutura de cobrança do IR no país – afirmou.

Paulo Hartung observou que a tabela está inalterada há seis anos e que deveria ser corrigida em 37,53%, levando-se em conta a variação da extinta Unidade Fiscal de Referência (Ufir) e a inflação deste ano, que deverá ficar em torno de 7%. O senador explicou que o congelamento da tabela aumenta a base de contribuintes e a incidência sobre aqueles que já contribuíam, se caracterizando como "um verdadeiro confisco".

De acordo com dados do Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Unafisco), apresentados pelo parlamentar, o trabalhador com renda mensal de R$ 1.510 pagará R$ 138,02 a mais de IR, no ano que vem. Segundo o senador, a própria Receita Federal já admitiu que quase 4 milhões de trabalhadores assalariados estão nessa situação, ou seja, pagarão mais imposto em 2001.

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO

HOJE

6h30 – *Cidadania* – Senadora Emília Fernandes e o presidente do Jornal Pessoal, Mono Lúcio Pinheiro, falam das mulheres no século XXI
7h30 – Entrevista – Senador José Fogaça fala sobre as eleições norte-americanas
8h – Jornal do Senado
8h30 – TV Escola – Educação Ambiental – Crescimento urbano
9h – Casos de Amor – Comédia
9h30 – *Gotemburgo* – Senador Carlos Bezerra fala sobre a reforma agrária e a agricultura familiar
10h – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (ao vivo)
Logo após – Comissão de Assuntos Econômicos (gravado)
Logo após – Comissão de Educação (gravado)
14h30 – Sessão Plenária (ao vivo)
Logo após – Comissão de Assuntos Econômicos (ao vivo)
21h – Jornal do Senado
21h30 – *CPI do Futebol* – (gravado)

Logo após – Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h – Agenda Senado
Em seguida – Música e informação
10 – Comissão de Assuntos Econômicos
Em seguida – Música e informação
14h30 – Sessão Plenária do Senado (viva)
Em seguida – Música e informação
17h – A Voz do Brasil
Em seguida – Música e informação
20h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Nordeste
Em seguida – Música e informação
21h – *Senado em Linha Direta* – Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida – Música e informação
21h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Sul/Sudeste
Em seguida – Música e informação
0h – Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida – Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações técnicas para recepção do sinal do TV Senado

Net: operadora local informa o número do canal
DirecTV: canal 163
Sky Net: canal 30
Tecsat: canal 17
Internet: www.senado.gov.br

Antena Parabólica – Sistema Digital:
- Satélite: B1
- Transponder: 1 BE (Banda Extendida)
- Polarização: Vertical
- Freqüência: 3.644,4 MHz
- Freqüência (Banda - L): 1.505,75 MHz
- Antena: 3,6 m
- PID: Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio Digital MTSC MPEG-2 DVB
- Symbol Rate: 3,2143Ms/s
- FEC: ¾

Antena Parabólica – Sistema Analógico:
- Satélite - B1
- Transponder - 11 A-2 (canal 8)
- Polarização: Horizontal
- Freqüência – 4.130 MHz

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:
- Antena parabólica tipo TVRO (telado) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:
- Freqüência de recepção: Banda L 1.465,600 MHz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC,1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

Sebastião Rocha lamenta crise no PDT e saída de Garotinho do partido

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) lamentou a saída do governador do Rio, Anthony Garotinho, e de seu grupo político do PDT, afirmando que, com a decisão, perderam tanto o governador do Rio quanto o presidente de honra do partido, Leonel Brizola. Rocha ressaltou, no entanto, que "quem perdeu mais foi o próprio PDT, que enfraqueceu, tornando-se um partido sem perspectivas de eleger o próximo presidente da República".

Segundo Rocha, a fusão com o PTB é uma das alternativas que restam ao PDT para não desaparecer de vez. Ele ressalvou, porém, que uma aliança não será suficiente para dar ao novo partido perspectiva de poder presidencial. "Espero que outros partidos se unam a nós", disse.



Sebastião Rocha também fez acusações contra o governador do Amapá por malversação de verbas

AMAPÁ

Sebastião Rocha voltou a fazer acusações de malversação de verbas públicas ao governador do Amapá, João Alberto Capiberibe. "Estou apresentando documentos que comprovam depósitos de R$ 25 mil nas contas individuais de cinco conselheiros do Tribunal de Contas do estado, justamente aqueles que isentaram de responsabilidade o governador na investigação sobre irregularidades no caso do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental", afirmou.

Ele acrescentou que o Tribunal de Justiça já concedeu liminar favorável ao pedido do Tribunal de Contas para devolver esses depósitos. "Agora, o governador se volta contra o Judiciário do Amapá, acusando os juízes de comprometimento com traficantes de drogas." O senador leu nota oficial do Judiciário do estado repudiando as acusações e afirmando que funciona dentro dos princípios de estrita neutralidade.

Ademir quer alternância entre homens e mulheres nas indicações para o STF

A presença constante de mulheres nos cargos de ministras no Supremo Tribunal Federal (STF) foi defendida ontem pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA). Ele é o autor da proposta de emenda constitucional (PEC) que prevê alternância entre homens e mulheres nas indicações para o cargo. Ademir abordou o tema a propósito da realização em Brasília do Congresso Nacional de Mulheres na Carreira Jurídica, entre 25 e 29 deste mês.

– Não é possível que se fique totalmente à mercê da vontade do presidente em nomear ou não uma mulher para o STF – disse.

A PEC está pronta para ser votada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), com parecer favorável de Lúcio Alcântara (PSDB-CE), que rejeitou em seu relatório emenda que mudava o sentido da proposição de Ademir.

Ele observou que, aos poucos, as mulheres têm ocupado papel importante na carreira jurídica, representando hoje 25% dos juízes da Justiça Comum de 1º e 2º graus e 34% dos juízes da Justiça do Trabalho. Além disso, assumem em grande número os cargos de promotora e defensora pública, e já chegaram ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), onde há duas ministras.



Ademir: "Não é possível que se fique totalmente à mercê da vontade do presidente"

Ademir lamentou que a nomeação da juíza Ellen Gracie Northfleet para o STF seja vista como "uma grande notícia". Para ele, esse seria, sim, um sinal de que o reconhecimento do direito da mulher a espaço na vida pública ainda enfrenta dificuldades. Segundo ele, a criação de reserva de vagas no STF seria uma "medida de ação positiva, visando acelerar o processo de mudança em andamento.

Cabral homenageia o Dia Nacional da Consciência Negra

Em homenagem à comunidade afro-brasileira pelo Dia Nacional da Consciência Negra, comemorado ontem, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) disse que a data tem grande significado por "relembrar o legado de Zumbi dos Palmares e sua importância como um dos maiores símbolos da luta pela liberdade e pela igualdade no país". A data foi incluída no calendário oficial por iniciativa da ex-senadora Benedita da Silva, lembrou cabral. O dia 20 é a data da morte de Zumbi.



Cabral: legado de Zumbi é símbolo da luta pela liberdade

O Quilombo dos Palmares, afirmou o senador, integra não apenas a história dos negros, mas também a da rebeldia contra o escravismo na América Latina e, nessa medida, teve importância fundamental na formulação dos ideais de democracia na região.

A data passou a ser mais intensamente comemorada nas últimas três décadas, destacou o senador. Em 1971, por iniciativa do Grupo Palmares, de Porto Alegre, foi realizado ato público em homenagem ao Estado Negro de Palmares. Foi então que, segundo Bernardo Cabral, surgiu a proposta de que o 20 de novembro fosse uma alternativa ao 13 de Maio, data da Abolição da Escravatura. A denominação Dia da Consciência Negra foi proposta pelo Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial, em 1978, lembrou.

A mobilização das comunidades remanescentes de quilombos em defesa da posse de suas terras, a partir da década de 80, resultou no reconhecimento, pela Carta de 1988, do direito dessas comunidades, registrou o senador.

Em aparte, Lauro Campos (PT-DF) disse que os movimentos dos quilombos engrandecem a história brasileira. Sebastião Rocha (PDT-AP) afirmou que o pronunciamento de Cabral era "uma apologia à liberdade".

Afro-brasileiros continuam discriminados, diz Viana

Ao registrar a passagem do Dia Nacional da Consciência Negra, o senador Tião Viana (PT-AC) disse que o Estado está muito longe de integrar à sociedade o enorme contingente de pessoas descendentes dos cerca de 4 milhões de africanos arrancados da sua terra natal no período colonial.



Viana: integração dos negros à sociedade permanece distante

Ele destacou que é o resgate "dessa injusta e incomensurável dívida social" que os movimentos negros cobram hoje, pleiteando a adoção de políticas públicas que coíbam a violência, a discriminação étnica e promovam o desenvolvimento.

Esse quadro, disse, torna-se ainda mais grave quando se sabe que, segundo o IBGE, 45% dos brasileiros são de origem negra. "A despeito de tantas lutas, o Brasil ainda apresenta, no que toca à sua população negra, índices inaceitáveis de escolaridade, saúde e distribuição de renda", afirmou.

Os senadores Heloísa Helena (PT-AL) e Iris Rezende (PMDB-GO) associaram-se à homenagem.

Senador apela por quebra do sigilo bancário de deputado

O senador Tião Viana (PT-AC) fez um apelo para que o Supremo Tribunal Federal quebre o sigilo bancário do deputado federal José Aleksandro (PSL-AC), denunciado pela CPI do Narcotráfico como integrante do crime organizado. O deputado teria ligação com as ameaças de morte feitas ao governador do Acre, Jorge Viana.

Tião Viana disse que a sociedade tem repudiado tais ameaças. Ele agradeceu ao presidente Fernando Henrique, que visitou o estado para prestar solidariedade ao governador. A visita, na avaliação do senador, representa um passo importante na defesa das instituições.

O senador Iris Rezende (PMDB-GO), que presidia os trabalhos, apresentou a solidariedade da Mesa ao governador e seus familiares.

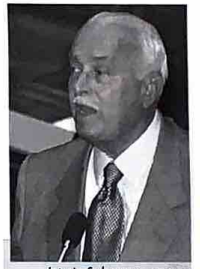
ACM pede esclarecimentos sobre denúncias na Sudam

Segundo senador, matéria da *Folha* aponta evidências "insofismáveis" de superfaturamento na Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) pediu ontem, em plenário, que o ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, esclareça em 48 horas as denúncias de corrupção na Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). As acusações de superfaturamento na Sudam foram feitas pelo jornalista Josias de Souza, e publicadas no domingo pelo jornal *Folha de S. Paulo*.

Antonio Carlos disse que, com base nas provas que o jornalista – "um dos mais sérios e competentes do país" – apresenta na matéria, há evidências "insofismáveis" de que valores estão sendo superfaturados "de maneira inacreditável" naquela superintendência. Ele afirmou que é dever do ministro Fernando Bezerra, como cidadão brasileiro e também senador, responder às denúncias.

– Essas denúncias mancham a honra do país e devem ser averiguadas. Não peço uma CPI, mas o ministro tem que vir aqui esclarecer essas acusações aos senadores, ou mandar por escrito uma resposta convincente. O Senado não pode ficar omisso. Se não agirmos com seriedade, fatos como esse vão se repetir – frisou Antonio Carlos.



Antonio Carlos espera que o ministro da Integração Nacional se manifeste sobre as acusações

O senador solicitou à Mesa que encaminhasse o artigo de Josias de Souza para o ministro da Integração Nacional, acrescentando que Fernando Bezerra deve "explicações públicas" sobre as denúncias, porque as acusações se tornaram públicas com a publicação da reportagem. Ele adiantou que, em breve, também apresentará novas denúncias sobre o assunto, acompanhadas de farta documentação.

– Esse crime da Sudam, como outros de que vou falar dentro em pouco, não poderão ficar impunes, porque, se ficarem, o Congresso também será responsável pela falta de providências adequadas junto ao Executivo para saná-los – concluiu Antonio Carlos Magalhães.

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP), que presidia os trabalhos, assegurou a Antonio Carlos que tanto seu pronunciamento quanto a reportagem do jornal *Folha de S. Paulo* seriam prontamente encaminhados ao conhecimento do ministro Fernando Bezerra.

Roberto Requião defende mudanças para democratizar legislação eleitoral

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) defendeu ontem regras para tornar a legislação eleitoral mais democrática. Lembrando proposta de sua autoria em tramitação na Câmara, ele sugere a adoção de um sistema de listas partidárias, o estabelecimento de princípios claros para definir a fidelidade partidária, restrições a coligações, o fim do instituto do domicílio eleitoral e o financiamento público de campanhas.



Requião sugere adoção de listas partidárias e estabelecimento de princípios claros para fidelidade

Ele discorda da exigência de quatro anos de filiação partidária e um ano de domicílio eleitoral, para lançar candidaturas. Também considera prejudicial ao eleitor a redução do período de campanha. Segundo ele, isso só beneficia quem já está no poder. Na sua opinião, é preciso haver liberdade total de candidatura, que o prazo de domicílio eleitoral também restringe.

A fixação de princípios claros para a fidelidade partidária, segundo o senador, seriam preferíveis à exigência de prazo de filiação. Requião propõe que certas cláusulas dos programas partidários sejam pétreas. Se o candidato eleito votar contra uma delas, o próprio partido trataria de excluí-lo e substituí-lo pelo seguinte na lista.

Para Requião, o financiamento público não acaba com o financiamento privado, mas pode ser uma espécie de "enfermaria geral", garantindo condições mínimas de participação eleitoral para candidatos sem recursos. O financiamento público, disse, representa a possibilidade de manter o processo democrático brasileiro.

Ramez Tebet (PMDB-MS) salientou a necessidade de o Congresso votar a reforma política até um ano antes das próximas eleições, sob pena de "passar o vexame" de enfrentar as mesmas incoerências de hoje. Para ele, a maior contradição se encontra na lei das inelegibilidades, ao permitir que um prefeito concorra no exercício do cargo e o secretário municipal seja obrigado a se desincompatibilizar.

Leilão do Banespa superou expectativa, afirma Arruda

Segundo o senador, o preço pago revelou a confiança que a comunidade internacional deposita na economia brasileira

Na avaliação do líder do governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB-DF), a venda do Banespa por um preço 283% superior ao definido no edital de privatização superou "a mais otimista expectativa". O leilão, a seu ver, revelou que a comunidade internacional deposita "confiança na solidez e credibilidade" da economia brasileira.

– Essa demonstração de confiança tem importância ainda maior no momento atual, em que a Argentina enfrenta problemas gravíssimos, que aumentam a consideração de risco da economia brasileira – disse o senador, que prometeu, em pronunciamento a ser feito hoje, apresentar análise mais detalhada do significado do leilão para a conjuntura econômica nacional.

O ágio do leilão foi tão expressivo, segundo o senador, que *provocou a valorização do real frente ao dólar, devido à injeção de aproximadamente R$ 7 bilhões na economia nacional*, como mostraram as variações cambiais na tarde de ontem.

Arruda afirmou ainda que a privatização do Banespa encerra a era em que os bancos estaduais, "muitas vezes geridos pela ótica dos interesses do poder local", trabalhavam com resultados negativos e os impunham a todo o sistema financeiro nacional.



Para Arruda, a privatização do Banespa encerra uma era no sistema financeiro nacional

O senador reconheceu que o ajuste no sistema financeiro implicou sacrifícios a toda a sociedade e que o preço da estabilidade econômica foi alto. Em contrapartida, disse, São Paulo registra inflação zero há dois meses consecutivos e o acumulado no ano não alcançará um dígito.

Para o líder do governo, a economia brasileira volta a crescer sem milagres, mágicas, truques, choques heterodoxos, mas apenas com seriedade e responsabilidade fiscal. "Seis anos após a implantação do Plano Real, o Brasil começa a colher o que plantou", afirmou.

Em resposta a críticas feitas pela senadora Heloísa Helena (PT-AL), de que a venda do banco representa a entrega do patrimônio público à iniciativa privada, Arruda afirmou que, em todo o mundo, as oposições também têm comemorado fatos que representam aumento da força do setor produtivo, "inclusive para não terem que mudar de discurso quando assumem o poder". O senador reiterou sua posição favorável à privatização, disse que o amadurecimento das oposições é importante para o aprendizado democrático do país e falou do "júbilo por não termos cedido à tentação da demagogia de derrubar os pilares que sustentam a economia". São eles que fundamentam, finalizou, a retomada do crescimento econômico sustentado.

Heloísa: venda do banco não deve ser comemorada

A venda do Banespa não deve ser comemorada, afirmou ontem a senadora Heloísa Helena (PT-AL) em pronunciamento logo após os elogios do líder do governo José Roberto Arruda (PSDB-DF) ao leilão do banco. Ela disse estar impressionada com a "facilidade maldita" com que lideranças governistas falam sobre a "entrega do patrimônio nacional". Para a senadora, Arruda apenas reproduziu "a cantilena" utilizada durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso.

– É a mesma cantilena enganosa que promove o desemprego em massa e impõe um grande sacrifício à população, para respaldar uma política econômica imposta pelo FMI. É o patrimônio do povo brasileiro.



Para Heloísa Helena, o leilão do Banespa significa a "entrega do patrimônio nacional"

Não pertence ao PSDB e nem ao PT – afirmou.

A líder do Bloco Oposição acrescentou que os mesmos políticos que usam a corrupção como um dos argumentos para privatizar o Banespa são os mesmos que, quando tiveram oportunidade, não realizaram auditoria para identificar os corruptos e puni-los.

– O importante é nominar as forças políticas que se dirigem ao passado como se não fizessem parte dele, como se não continuassem no presente como parte da base de sustentação do governo. Os políticos que depredaram tudo são os mesmos que sustentam a estrutura do governo – assinalou Heloísa Helena.

Lúcio Alcântara registra relatório de atividades da CNA

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) registrou a divulgação do Relatório de Atividades de 1999, publicado pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA), em que constam os resultados do setor agropecuário no ano passado. Ele observou que a entidade passou por dificuldades no ano passado, motivadas por problemas no mercado nacional e internacional.

No relatório, a CNA informa que houve diminuição de renda no setor em 1999, motivada por inúmeras dificuldades internas e externas, como a queda dos preços dos produtos agrícolas, a carência de crédito e as altas taxas de juros. São citadas também as turbulências que atingiram os mercados agrícolas internacionais.

Alcântara lembrou que, em advertência contra essas dificuldades, a categoria realizou mobilização nacional, no mês de agosto de 1999, que reuniu em Brasília mais de dois mil caminhões e tratores vindos de todas as partes do país. A intenção da entidade, destacou, foi buscar um diálogo mais objetivo com o governo e mostrar a força e organização dos produtores rurais.

O senador também elogiou a atuação da entidade representativa dos produtores rurais brasileiros. Criada em 1964, a CNA congrega cerca de dois mil sindicatos representados por 27 federações estaduais, somando mais de 1 milhão de associados filiados em todo o território nacional. A entidade, acrescentou o senador, é mantida por duas fontes básicas de recursos: a contribuição sindical compulsória e aquelas espontâneas por parte dos sindicalizados.



Alcântara: houve redução da renda do setor agrícola em 1999

De acordo com Alcântara, a entidade patronal é o núcleo do sistema organizacional que envolve toda a produção agrária, responsável pela busca, em conjunto com o governo, de soluções modernizadoras para o setor. Entre os temas constantes da pauta da CNA, citou, estão a política agrícola e agrária, tributação e previdência social rural.

Osmar quer incluir mata ciliar no cálculo das reservas florestais

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) voltou a defender a inclusão das matas ciliares no cálculo da reserva florestal legal que todas as propriedades rurais estão obrigadas a preservar, em obediência à Medida Provisória nº 1.956. Ele apresentou emenda à MP, incluindo a cobertura vegetal às margens dos rios na cota compulsória, por entender que, no Brasil, é tão importante preservar a água dos rios quanto as florestas.

Osmar elogiou a iniciativa do governo de criar reservas florestais que variam entre 20% e 80% da superfície das propriedades rurais, de acordo com a região em que se localizam. Ele argumentou, porém, que os agricultores não pensarão em preservar, ou replantar, as matas ciliares se não forem incluídas no cálculo. "Isso não será bom, pois a atual situação da água no país já aponta para problemas sérios no futuro", disse.

Ele criticou a União das Entidades Ambientalistas do Paraná, que chamou os defensores das matas ciliares de "gafanhotos da floresta". Para Osmar Dias, há organizações não-governamentais (ONGs) responsáveis, mas algumas seriam criadas somente para receber recursos públicos. "Como exemplo, posso citar a ONG Farol do Saber, de propriedade do ex-ministro Rafael Grecca e de sua mulher, que foi alvo de 600 denúncias de irregularidades em relação a repasses do Ministério do Esporte e Turismo, durante sua gestão."



Osmar Dias: medida garantirá proteção às águas

Em aparte, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) aplaudiu a preocupação de Osmar Dias com a preservação da água, insumo que, segundo disse, "será o ouro do século XXI". Também em aparte, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) disse que há ONGs sérias e outras que estão a serviço de estrangeiros, contrariando os interesses nacionais.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Sebastião Rocha, Tião Viana e Iris Rezende

Jornal da Câmara

PORTE PAGO
DR-BSB
ISR 47-331/86

DEVOLUÇÃO GARANTIDA
PRT - 47-840/92

CÂMARA MUNICIPAL
Rua Rota dos Emigrantes,425
Caixa Postal – 94
HOLAMBRA I - SP
13825-000

Brasília - Sexta-feira, 17 de novembro de 2000 | CÂMARA DOS DEPUTADOS | Ano 2 - Nº 435

Congresso instala, na próxima semana, Comissão de Controle Externo da Abin

A Comissão Mista de Controle Externo da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), que vai controlar e fiscalizar a atuação da agência, deverá ser instalada na próxima semana pelo Congresso Nacional. As denúncias veiculadas na revista *Veja* de que a Agência Brasileira de inteligência estaria espionando autoridades brasileiras, estão mobilizando parlamentares que defendem a urgência na instalação da comissão, prevista na lei que criou a agência, em dezembro do ano passado.



Deputado Luiz Carlos Hauly

Para o presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara, deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), a instalação da comissão representa o fortalecimento da democracia brasileira. "Nós vamos ter um caráter de fiscalização de maneira que prevaleçam os princípios da Abin. Acreditamos que esse mal-entendido, que chegou por meio de uma revista nacional, poderá ser superado. A agência tem de ter uma finalidade de proteção do interesse da democracia e do Estado brasileiro", disse. Hauly disse, ainda, ser desnecessária a convocação do general Alberto Cardoso pela Comissão de Defesa Nacional já que, com relação a este assunto específico, a comissão temática de controle deve se reunir e eleger um relator e presidente para investigar o caso.

A Comissão Mista de Controle Externo da Abin foi criada em junho deste ano por meio de um ato do presidente do Congresso Nacional, senador Antonio Carlos Magalhães, como estava previsto na lei. E será composta pelos líderes da maioria e minoria da Câmara e do Senado, além dos presidentes das comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional das duas Casas.

Seguridade aprova projeto regulamentando comércio de produtos artesanais

A Comissão de Seguridade Social aprovou, na semana passada, projeto do deputado Jaques Wagner (PT-BA), disciplinando a produção e comércio de gêneros alimentícios artesanais e estabelecendo regras sobre condições de trabalho, higiene e controle sanitário de rebanhos, embalagens, transporte e armazenamento de produtos. Segundo o autor, a proposta tem como objetivo incentivar a criação de pequenas fontes de produção no meio rural, gerenciadas pelos próprios agricultores, com rigoroso controle de qualidade, com alternativa para a reversão do quadro de crise em que se encontram os pequenos e médios agricultores brasileiros. ***Página 8***

Estados poderão reduzir dívida pública com ações na erradicação do trabalho infantil

Página 7

Morre, no Rio, Coronel Garcia e sessão da Câmara é suspensa

A sessão de ontem da Câmara foi suspensa em virtude do falecimento do deputado Coronel Garcia (PSDB-RJ), na quarta-feira, no Rio de Janeiro. Ex-presidente do Detran daquele estado, de 1995 a 1998, José Maurício Rodrigues Garcia, 44 anos, morreu vítima de um edema cerebral. O deputado Alberto Fraga (PMDB-DF), autor do requerimento para suspensão da sessão, chamou a atenção não só para a atuação parlamentar de Garcia como também para seu desempenho como militar. Formado pela Academia Militar de Agulhas Negras, o coronel recebeu várias condecorações, como a Medalha do Pacificador (Ministério do Exército), Medalhas de Mérito da Polícia Militar e da Justiça Criminal e Medalha Tiradentes (Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro).



Deputado Coronel Garcia

Em sua passagem pela Câmara, Coronel Garcia foi muito atuante, como fez questão de frisar o deputado Themístocles Sampaio (PMDB-PI), que presidia a sessão. Os dois parlamentares ficaram amigos durante a gestão de Garcia à frente do Detran do Rio, período em que Sampaio também dirigia o Detran do Piauí. "Fizemos várias viagens juntos, pelo Brasil e pelo exterior, verificando a situação dos diversos Detrans, e só tenho a elogiar a retidão de seu caráter, a competência e a moderação de suas atitudes. Perdemos uma grande figura", ressaltou Themístocles.

Na Câmara, Coronel Garcia era membro titular da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e suplente da de Viação e Transportes, além de ter participado de várias comissões especiais. Entre elas destacam-se a que criou o Código de Trânsito Brasileiro, a que analisou a PEC da Segurança Pública e a de Combate à Violência. O parlamentar participou ainda da CPI do Narcotráfico.

Temer quer priorizar reforma do Sistema Financeiro Nacional

O presidente da Câmara, Michel Temer, anunciou que vai incluir na agenda positiva da Câmara a reforma do Sistema Financeiro Nacional (SFN), constante no Artigo 192 da Constituição Federal, como "pauta prioritária" de 2001, antes do encerramento deste ano legislativo. O relator da Comissão Especial do SFN, que aprecia a regulamentação do art. 192, deputado Edinho Bez (PMDB-SC), garantiu que apresentará o relatório oficial no próximo ano.

A reforma do SFN vai mobilizar todos os segmentos que formam o Sistema Financeiro Nacional. O debate é polêmico, pois o artigo 192 engloba a fixação das taxas de juros, o funcionamento e fiscalização das instituições financeiras, a participação do capital estrangeiro e a organização e o funcionamento do Banco Central.

Hasteamento solene da Bandeira no Congresso Nacional. 19 de novembro de 2000, às 12h.

Plenário

Dr. Heleno aplaude inclusão de escolas no Simples



Deputado Dr. Heleno

O deputado Dr. Heleno (PSDB-RJ) elogiou o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso pela inclusão das pequenas escolas e creches no sistema Simples, que simplifica e reduz os impostos. Segundo o deputado, a decisão de FHC, além de aliviar o bolso dos pais que já se preparavam para enfrentar um reajuste, em torno de 5%, nas mensalidades escolares, vai dar condições para que essas instituições continuem funcionando, garantindo o emprego de professores e auxiliares e a inclusão de mais alunos no sistema de ensino do país.

O deputado afirmou também que essa medida evita o fechamento de centenas de escolas que estavam tendo dificuldades de conciliar uma mensalidade ao alcance das possibilidades dos pais com as exigências dos fisco. "Esse é um dos aspectos mais importantes do projeto do presidente da República, o de dar um atendimento especial à educação, que se reflete na melhoria das condições de vida da população.

Depois de informar que pequenas escolas e creches pagam 17,6% de sua renda bruta em impostos, o deputado disse que, a partir de agora, elas terão uma contribuição básica de 4,5% sobre o faturamento, dentro do limite de até R$ 60 mil, de 6% para faturamento de até R$ 90 mil e de 7,5% para as que faturarem até R$ 120 mil.

"Em nome dos pais dessas crianças, que continuarão a desfrutar do atendimento das pequenas escolas e creches, registro meu aplauso ao governo FHC, por mais essa medida de profundo alcance social e o faço com a certeza de que outras medidas de igual importância serão adotadas pelo presidente nos próximos meses, para resgatar uma parte considerável da grande dívida social, que não começou em seu governo," avisou.

Zuppo propõe redução tributária

O deputado Fernando Zuppo (PDT-SP) defendeu a redução da carga de impostos no país para garantir competitividade da produção brasileira no mercado internacional. Ele argumentou que os déficits comerciais crescentes projetam uma grande necessidade de recursos externos para equilibrar a balança de pagamentos em função dos desequilíbrios criados pela abertura comercial iniciada com o Plano Real. "As experiências dolorosas do passado indicam que devemos todos nos unir em torno de medidas voltadas para equacionar o problema e evitar que mais uma crise externa provoque outra recessão no país", alertou.

A única solução, segundo Fernando Zuppo, é o fortalecimento da balança comercial, com substituição de importações e estímulo às exportações. E o primeiro passo, em sua opinião, é a redução da carga de impostos. "Trata-se agora de superar divergências localizadas e colocar em prática medidas para desonerar as exportações, que devem também receber linhas de crédito em quantidade suficiente para estimular um crescimento estável e duradouro", sugeriu.

O deputado Mauro Benevides (PMDB-CE), por sua vez, apelou para que as Medidas Provisórias que tratam de modificações nos fundos constitucionais e nas atribuições do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas sejam incluídas na ordem do dia até 15 de dezembro.

O parlamentar explicou que os sucessivos adiamentos na apreciação das duas matérias poderão prejudicar a liberação de recursos e as ações do Dnocs, acrescentando que as mudanças nos fundos vão reduzir as taxas de juros e estender os financiamentos para os setores de comércio e serviços. Já a MP que modifica as atribuições do Dnocs, segundo Mauro Benevides, são indispensáveis para adaptar o órgão à nova estrutura institucional e legal criada com a implantação da Agência Nacional de Águas.

Parlamentares criticam desobediência do Executivo às decisões judiciais

A relutância do governo federal em pagar a correção de 68,94% do FGTS e o reajuste de 11,98% concedido aos servidores do Judiciário, ambos decididos pelo Supremo Tribunal Federal (STF), foi criticada pelo deputado Enio Bacci (PDT-RS), que acusou o Executivo de "cristalizar-se pelo autoritarismo e se afirmar pela lógica do desrespeito aos Poderes Judiciário e Legislativo".

De acordo com o parlamentar, esse comportamento não o surpreende, já que alertara sobre "a arrogância que se coaduna com o espírito da democracia autoritária latino-americana vigente a partir da década de 90". Ele questionou o por quê de o governo ter obrigado os trabalhadores e servidores públicos a procurar recursos no orçamento da União para o pagamento das decisões judiciais se eles não foram responsáveis pelo "confisco" no salário e no FGTS.

"Por acaso, nas campanhas presidenciais, o governo alertou a sociedade de que o projeto de estabilização monetária iria exigir um enorme custo financeiro e social para os mais pobres e a classe média? O povo foi consultado, nesses seis anos de neoliberalismo, se é lícito ou não salvar bancos, financiar os juros da dívida ou injetar recursos de milhões de brasileiros no sistema financeiro especulativo e volátil?", indagou.

O deputado Walter Pinheiro (PT-BA), por sua vez, enfatizou a responsabilidade do governo pelo cumprimento das decisões e a evidência do acerto da decisão do STF, expressa, em sua opinião, pelo voto de ministros, favoráveis ao governo. "Veja que no STF há muitos ministros alinhados com o pensamento do Palácio do Planalto, mas que nem por isso deixaram de cumprir com o dever", destacou. "Quando são medidas que atingem a sociedade, o governo aprova leis e aplica medidas imediatamente, mas num caso como esse, vem o ministro Carlos Dornelles dizer que o governo não tem nada a ver com o FGTS, que é coisa privada". Pinheiro enfatizou que o pagamento da diferença do FGTS não é um favor, mas uma obrigação do governo.

Marçal Filho quer aumento do mínimo mesmo que emendas sejam sacrificadas

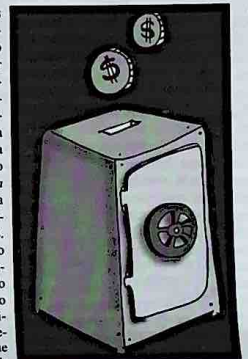
O deputado Marçal Filho (PMDB-MS) defendeu a correção do salário mínimo com a aplicação de um índice superior ao da inflação oficial medida nos últimos doze meses, por entender que os aumentos de preços verificados no dia-a-dia são superiores aos números do governo. "É premente um aumento que recupere, pelo menos em parte, o poder de compra do trabalhador brasileiro, sem que se afete a estabilidade da moeda", declarou.

Na avaliação do parlamentar, para que isto ocorra, não é necessária, no entanto, a criação de novas taxas, nem o aumento dos atuais tributos. Marçal Filho lembrou que dados da própria Secretaria da Receita Federal mostram que a arrecadação de impostos e demais tributos federais teve um aumento real de 35% nos últimos anos. O parlamentar sugeriu que o governo estude o remanejamento de valores e cortes de despesas do Orçamento Geral da União, "mesmo que estes cortes sacrifiquem as nossas emendas parlamentares". O que não é possível, em sua opinião, é que o aumento do mínimo para R$ 180 seja financiado pelo pagamento de mais impostos "pelos já combalidos contribuintes".

Segundo dados do IPEA apresentados por Marçal Filho, são mais de dois milhões de pessoas no setor formal, outros mais de 10 milhões no mercado informal e 12,2 milhões de aposentados e pensionistas da Previdência Social que ganham um salário mínimo por mês, totalizando mais de 24,2 milhões de trabalhadores, que representam acima de um terço da população economicamente ativa. São pessoas que, na opinião do parlamentar, não compreendem as estatísticas governamentais, principalmente as que se referem à Previdência. Tampouco a elas interessam o que é meta fiscal ou quem vai achar a fonte dos recursos de financiamento do aumento do mínimo. "Eles entendem, e sentem, é que têm de levantar cedo, trabalhar o dia todo, faça sol ou faça chuva, para, no final do mês, receber míseros R$ 151 para o sustento seu e de sua família", declarou.

Plenário

Wellington Dias defende CPI para privatização do Banespa



Em razão de denúncias de subavaliação do patrimônio do Banespa para o estabelecimento do valor mínimo no leilão de privatização do banco, o deputado Wellington Dias (PT-PI) informou que pedirá a instalação de uma CPI para apurar os fatos. Segundo lembrou, a revista *Carta Capital* publicou matéria afirmando que houve subavaliação de R$ 5 bilhões. "Para piorar ainda mais o quadro, o possível comprador vai ficar com o lucro do banco, estimado para o ano de 2000 em R$ 842 milhões. O mínimo que podemos dizer sobre isso é que se trata de um escândalo de proporções que justificam plenamente a instalação de uma CPI para apurar essas flagrantes irregularidades", ponderou. Ele se disse "surpreso com a indiferença da bancada paulista diante da venda do banco", considerada "uma entrega do patrimônio público em favor de banqueiros nacionais e internacionais que só desejam sugar o sangue dos trabalhadores brasileiros".

Maria do Carmo Lara (PT-MG), por sua vez, disse que a luta em defesa dos bancos públicos é uma luta de todos os brasileiros contra o desmonte e a privatização destas instituições essenciais para o desenvolvimento social do país. Ela chamou atenção para um protesto contra a privatização do Banespa, marcado para o dia 20 deste mês e criticou "os ataques que o governo vem fazendo contra os bancos públicos federais como a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil, para atender aos ditames do FMI. "O ministro da Fazenda até encomendou estudo à consultoria Booz-Allen & Hamilton para saber da situação desses bancos, que propôs a reestruturação, fusão ou simplesmente a privatização destas instituições, sob a alegação de que os bancos privados são mais eficientes", registrou. Com base em estudo realizado por um grupo de economistas da Unicamp e do Dieese, ela lembrou que o consórcio liderado pelo Banco Fator cometeu graves erros na avaliação do preço do Banespa, provocando uma redução de R$ 6,153 bilhões na avaliação de seu preço.

Também Waldir Pires (PT-BA) destacou o resultado da pesquisa da *Datafolha*, em que a população diz não concordar com a privatização do Banespa: 65% é contrário as privatizações em geral; 81% se manifestaram contrários à incorporação de bancos estrangeiros pelo Sistema Financeiro Nacional e 74% dos entrevistados querem um plebiscito sobre a privatização do Banespa. Ele anunciou que vai encaminhar ao Congresso Nacional um projeto para que o Banespa não seja privatizado, a menos que o povo brasileiro assim o determine.

Já Telmo Kirst (PPB-RS) repudiou os altos juros cobrados pelos bancos dos cidadãos tomadores de empréstimo, afirmando que "os juros escorchantes cobrados pelo sistema bancário retrata emblematicamente a exploração do homem pelo homem". Segundo ele, se uma pessoa pobre aplicar na caderneta de poupança o valor de R$ 100, ao final de um ano terá o rendimento bruto de apenas R$ 8,60, que ficará menor, de fato, se descontada a inflação do período. "Suponha-se, por outro lado, que o pobre faça um empréstimo num banco deste país, no mesmo valor de R$ 100. Ao final de um ano, o banco lhe cobrará a insuspeitável quantia de R$ 600", um lucro que considera inaceitável e obtido "em cima do sofrimento, da dificuldade, do infortúnio e da infelicidade da imensa maioria da população", argumentou. Ele condenou ainda o grande ágio obtido na venda do Banestado (Banco do Estado do Paraná), que chegou a 200%, prevendo que acontecerá o mesmo com o Banespa. O parlamentar destacou que, se a realidade não mudar, o Brasil passará do penúltimo ao último lugar dentre as nações em termos de distribuição de renda.

Juquinha destaca previsão de investimentos em infra-estrutura

O deputado Juquinha (PSDB-GO) adiantou que a perspectiva de investimentos no setor de infra-estrutura para o próximo ano é da ordem de R$ 44 bilhões. "Isso sem contar a receita com a venda de ativos e novas privatizações, especialmente do setor elétrico e de saneamento", acrescentou o deputado, ressaltando que o mais importante é o fato de 65% dos investimentos estarem saindo da iniciativa privada. Segundo o deputado, essa nova realidade brasileira mostra uma inversão do quadro, já que há cinco anos a maioria dos projetos eram financiados pelo governo federal ou por estados e municípios.

O deputado explicou que neste ano, entre os setores de infra-estrutura, os que mais atraíram investimentos foram o de energia elétrica, *com investimentos de R$ 16 bilhões, seguido da área de transportes, com aproximadamente R$ 8 bilhões; dos setores de petróleo, com R$ 6,6 bilhões, de saneamento básico, com R$ 3,2 bilhões, e outros com R$ 2,6 bilhões.*

Para o deputado, além de melhor preparar o país para os desafios do crescimento econômico e da sua maior integração comercial, os investimentos em infra-estrutura foram os responsáveis pela criação de um número recorde de emprego nos últimas anos. "Se somarmos esses números com os investimentos previstos para outros setores, com recursos privados ou do setor público, particularmente os projetos incluídos no *Programa Avança Brasil*, notaremos que o país caminha a passos largos para mudar o perfil de sua infra-estrutura, consolidar o crescimento econômico e promover o desenvolvimento social, que é a razão maior de todo o esforço do governo e da sociedade brasileira" concluiu.

Márcio Reinaldo condena descaso do governo com INPI

O governo federal precisa tomar medidas urgentes para resolver a situação do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), que poderá fechar por causa da dispensa de aproximadamente mil empregados. Esse foi o pedido do deputado Márcio Reinaldo Moreira (PPB-MG), preocupado com a situação dessa autarquia federal e sua atual desorganização.

Na opinião do parlamentar, a dispensa de empregados e os problemas por que passa o INPI resultam da omissão e, às vezes, da negligência de autoridades federais que, inexplicavelmente, não vêm aportando as condições necessárias para o adequado funcionamento do instituto. "E também por causa da incompreensível intolerância e bom mocismo de alguns membros do Ministério Público da União que, através de açodadas pressões, não têm contribuído para a solução do problema. Muito pelo contrário, favorecem a desarticulação da autarquia", avaliou Moreira.

Entre os principais problemas do INPI relacionados pelo deputado estão a perda, sem reposição, de quadros qualificados de pessoal, indefinições quanto ao desenvolvimento das ações de trabalho, precariedade de instalações e equipamentos e, inclusive, "o comportamento xiita de pequeno grupo do seu corpo de servidores".

"Devo testemunhar que, há mais de dois anos, o governo federal tem buscado contingenciar ou reter aqueles recursos diretamente arrecadados pela autarquia para aquisição de títulos da dívida pública, no intuito de enxugar a sua arrecadação. Assim, impede o órgão de exercer seu papel natural de custeio, de investimento e de reorganização de suas atividades", explicou o parlamentar.

Moreira destacou a importância do Instituto como guardião da correta aplicação do arcabouço legal da propriedade intelectual no país. E ressaltou o papel fundamental e estratégico do INPI para o avanço tecnológico e cultural do país e, conseqüentemente, para o seu desenvolvimento econômico e social. "Está na hora de se tratar com profissionalismo e dignidade funcional o INPI. Se não houver condições operacionais de mantê-lo no Rio de Janeiro, que seja transferido para uma agência mais enxuta e adequada em Brasília", sugeriu Moreira.

Comissões

Seguridade regulamenta publicidade dos serviços 0900

A publicidade dos serviços de valor adicionado de telefonia, conhecidos pelo prefixo 0900, deverá dar ao valor do custo da ligação e à proibição do serviço a crianças e adolescentes o mesmo destaque fornecido ao número divulgado para a prestação do serviço. Essa é a determinação do PL 4.074/98, do ex-deputado Chico da Princesa, aprovado por unanimidade na Comissão de Seguridade Social e Família.

O projeto estabelece que as empresas prestadoras dos serviços de prefixo 0900 pela rede telefônica enfatizem, da mesma forma, a divulgação do número, o preço da ligação e a proibição do uso por crianças e adolescentes, quando for o caso. A medida visa dar uma maior transparência ao serviço, tendo em vista que, na maioria das vezes, essas empresas escondem o custo das ligações, destacando apenas o número.


Elton Bordim

Deputado Remi Trinta

Para o relator da proposta na Comissão de Seguridade, deputado Remi Trinta (PST-MA), os serviços como Disk Amizade, Disk Zodíaco e Tele-sexo acabam se aproveitando da carência dos cidadãos brasileiros, que vêem nesse tipo de atividade uma forma de solucionarem seus problemas financeiros, emocionais e afetivos.

"A medida merece ser aprovada e colocada em prática imediatamente, mas deve também conter sanção aos que desrespeitarem a lei, para que se não perca a eficácia", disse Trinta.

Multa

Em busca dessa eficácia, o relator encaminhou uma emenda ao projeto, estabelecendo uma multa de R$ 2 milhões, aplicada em dobro no caso de reincidência, para as empresas prestadoras do serviço ou mesmo o veículo de comunicação que divulgar esse tipo de publicidade sem dar a mesma ênfase do número do serviço ao preço e à proibição do uso por menores.

O projeto segue agora para a Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias e, em seguida, à Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

Avenzoar Arruda denuncia caos na telefônica da Paraíba

O deputado Avenzoar Arruda (PT-PB) reclamou dos serviços prestados pela empresa de serviços telefônicos do estado da Paraíba que, segundo ele, está gerando o caos no sistema de telefonia. De acordo com o que informou, pessoas que não possuem linhas telefônicas estão sendo cobradas por serviços que não utilizam, e chamadas interurbanas estão sendo cobradas de um bairro para o outro.

Até o Procon local, disse o deputado, está ficando sobrecarregado com o volume de reclamações dos serviços telefônicos. Na avaliação do parlamentar, a situação exige a intervenção da ANATEL, órgão regulador criado com a finalidade de fiscalizar as operadoras telefônicas. "Diziam que o serviço privatizado seria eficiente e barato, e que geraria emprego além de promover o desenvolvimento do setor. Nada disso aconteceu. Muito ao contrário, é o inverso da moeda. A empresa privada é ineficiente para tratar das questões de interesse público. Evidentemente, o que norteia a empresa privada é o interesse pela obtenção de lucros. E ninguém pode acusá-la de não investir em áreas que não dão lucro, porque essa é a lógica do capital", concluiu.

Deputados apontam problemas da telefonia privatizada

O deputado Serafim Venzon (PDT-SC) disse que o usuário do serviço de telefonia está desamparado. Segundo ele, a privatização não alcançou seus objetivos, especialmente no que tange à qualidade dos serviços prestados. "A empresa ficou mais distante do usuário e isso me leva a concluir que o governo deveria exigir maior controle e mais respeito", disse.

"Independente do aumento do número de linhas e da manutenção da qualidade dos serviços de telefonia, o usuário se sente demasiadamente distante da prestadora, não consegue reclamar e tem a sensação de estar desamparado por parte da direção das empresas. Esperamos que a concorrência possa resolver esse problema e que o governo seja mais rigoroso com elas. Assim, somente as empresas que prezarem pela qualidade em todos os âmbitos é que conseguirão se manter no mercado", declarou.

O deputado Luís Eduardo (PST-RJ), por sua vez, criticou as recentes autorizações do governo para majoração de tarifas nas empresas privatizadas. Ele referiu-se à autorização da Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) para que a Telefonica Celular que opera nas regiões Sul e Sudeste, com um potencial superior a dois milhões de assinantes, aumentasse sua tarifa em 8,21% e também à permissão da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) para reajuste de 15,57% nas tarifas da Light. "Fica difícil admitir que esses aumentos não estivessem em cogitação no período anterior às últimas eleições nacionais", cogitou o parlamentar.

Para ele, estes aumentos e outros, como o dos combustíveis, é que comprovam não ser verdade o fato de que não há inflação no Brasil. "A classe média é sempre a mais prejudicada porque não pode prescindir do uso do automóvel, dos serviços de telecomunicações e de tantos outros componentes da chamada modernidade, que nem sempre estão ao alcance dos menos favorecidos", disse o parlamentar.

Pellegrino critica caixa postal comunitária

O deputado Nelson Pellegrino (PT-BA) criticou a intenção da Empresa de Correios e Telégrafos (ECT) de criar caixas postais comunitárias. O parlamentar afirmou que, se a medida for implementada, o carteiro não entregará mais as cartas na casa do cidadão, que terá que pegá-las com um líder comunitário. Para ele, o carteiro tem que continuar entregando as correspondências nas casas dos cidadãos.

Pellegrino, depois de lembrar que a ECT é uma empresa pública que detém o monopólio postal no país afirmou que a medida também aumenta o desemprego com a dispensa do carteiro. O deputado lembrou que a empresa é uma das que têm maior credibilidade junto à sociedade e que o carteiro é uma figura muito querida na comunidade. "Só não é querida pela direção da empresa", diagnosticou, pois, segundo ele, esta não oferece condições dignas de trabalho para esses servidores.

Curtas

■ **Geovan Freitas (PMDB-GO)** defendeu a criação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Sudoeste Goiano. Ele solicitou ao ministro da Educação, Paulo Renato, que atenda à reivindicação do Conselho Comunitário de Jataí, cidade em que estão sediadas as duas instituições que seriam fundidas para a formação dessa nova unidade de ensino. Segundo o parlamentar, o campus avançado da Universidade Federal de Goiás e o CEFET-UNED têm sido insuficientes para atender toda a região, que compreende 25 municípios vizinhos.

■ **Walter Pinheiro (PT-BA)** denunciou perseguição política aos professores do município baiano de Ipirá por parte do prefeito Luiz Carlos Martins. Afirmou que, porque não apoiaram a reeleição do prefeito, os professores tiveram seus salários bloqueados em outubro. "Os docentes questionaram a discriminação e receberam como resposta do tesoureiro da Prefeitura que não há previsão de pagamento", explicou, lembrando que apenas 50 professores ficaram sem salários. O exemplo de Ipirá, segundo ele, demonstra a necessidade de mudanças legais e éticas na prática política brasileira para garantir ao eleitor a liberdade para o exercício de sua cidadania.

■ **Sérgio Barros (PSDB-AC)** registrou a importância do dia 6 de novembro, em que o ministro da Educação, Paulo Renato, e o presidente Fernando Henrique Cardoso nomearam o professor Jonas Fernandes para reitor da Universidade Federal do Acre, após consulta direta a toda a comunidade universitária. "Quero saudar a comunidade universitária neste importante momento da história do Acre, que contou também com a presença do ex-reitor, professor Áulio Gélio, a quem atribuo a construção da Universidade Federal do Acre", disse.

■ **Pedro Fernandes (PFL-MA)** comemorou os 30 anos da coluna do jornalista Pergentino Holanda, ressaltando que ele foi o primeiro a levar para o Maranhão a nova linguagem do colunismo social do Brasil "que, longe de ser fútil, é uma leitura de primeira hora para quem deseja estar bem informado na política e na economia". Além do colunismo social, o parlamentar destacou o jornalismo opinativo que, "mais que esclarecedor e formador de opiniões, transformou-se em uma necessidade", e a fotografia que propicia à informação maior atratividade e minúcias que, não raro, só a imagem pode acrescentar.

Plenário

Projeto Alvorada vai investir nas regiões mais carentes

O deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB-CE) destacou a última reunião realizada pela Secretaria de Assistência Social na sede da Sudene em Recife (PE), para divulgar Projeto Alvorada junto aos governos estaduais e municipais e estabelecer parcerias na implementação de metas e ações com as comunidades locais. O parlamentar ressaltou que, nos últimos anos, vem se confirmando no país uma tendência ao recrudescimento das desigualdades sociais, e que as pesquisas vêm revelando uma forte concentração de renda e elevados níveis de pobreza. Segundo ele, como forma de combater o grave quadro social, diversas medidas vêm sendo implementadas, a exemplo do programa do governo federal, Comunidade Solidária, e posteriormente, Comunidade Ativa que busca "induzir, por meio da participação social, o desenvolvimento local integrado e sustentável". "É dentro dessa linha de ação que o governo criou o Plano de Apoio aos Estados de Menor Desenvolvimento Humano – Projeto Alvorada I, que para ser implementado, depende da articulação do governo federal com os governos estaduais e municipais, além da sociedade civil organizada", explicou o parlamentar. Segundo assegurou, o trabalho será desenvolvido, a princípio, nos estados do Acre, Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pará e também na Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Sergipe e Tocantins, beneficiando cerca de 53 milhões de pessoas. A linha básica de ação, como ressaltou, abrange as áreas de educação, saúde e emprego/renda e serão desenvolvidas, de forma integrada, permitindo, assim , atingir os resultados esperados. Raimundo Gomes de Matos, anunciou ainda que, ao lado do Projeto Alvorada I, o presidente da República determinou a realização de estudos para identificar as microrregiões e os municípios de baixo desenvolvimento humano dos estados mais ricos com IDH superior à média nacional – Projeto Alvorada II. Foram selecionados os estados do Amazonas, Amapá, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo. "Nesses estados serão desenvolvidos 12 programas contemplando ações nas áreas de educação, saúde e renda", acrescentou.


Deputado Raimundo Gomes de Matos

Área rural poderá contar com mais recursos para habitação

Ao defender a implantação pelo governo federal de um programa destinado à construção de moradias populares, o deputado Francisco Rodrigues (PFL-RR) registrou o encaminhamento de projeto de lei de sua autoria propondo que 50% dos recursos destinados à habitação no Orçamento da União sejam direcionados ao setor rural. O deputado explicou que um dos motivos principais da imigração do campo para a cidade é a carência de habitação. "Estes recursos podem ser aplicados em vilas, povoados ou em projetos de colonização e pequenas propriedades, localizadas no interior do país", frisou. Para o deputado, o financiamento da habitação popular e do saneamento são medidas necessárias na redução da pobreza e da desigualdade social. "Não importa o estado ou a região do país que iremos tomar como exemplo. A verdade é que a falta de moradia e o desemprego são problemas crônicos em todo o país e as causas de todas as outras mazelas sociais existentes", afirmou.

Isenção fiscal dos produtos da cesta básica é aplaudida

O deputado Coriolano Sales (PMDB-BA) manifestou seu apoio à reivindicação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) de isenção fiscal para os produtos da cesta básica. "É um movimento que merece amplo apoio do Congresso Nacional e do Poder Executivo, tendo em vista as condições de pobreza e de miséria de parcelas substanciais da população brasileira", enfatizou. O parlamentar disse que é inadmissível que num país com tanta desigualdade social, os pobres tenham os produtos básicos de sua alimentação taxados da mesma forma que os dos ricos. Como forma de compensar eventuais perdas com a isenção dos produtos básicos, Coriolano Sales sugeriu que o governo aumente a alíquota para os chamados produtos supérfluos, a exemplo dos produtos importados e bebidas em geral.

José Carlos Elias condena extinção do DNER

O projeto de lei 1.615/99, que cria a Agência Nacional de Transportes e o Departamento Nacional de Infra-estrutura, extinguindo o DNER (Departamento Nacional de Estradas de Rodagem), foi criticado pelo deputado José Carlos Elias (PTB-ES), para quem essa reformulação demonstra o equívoco da política do governo para o setor rodoviário. "A diminuição dos recursos necessários para a manutenção da malha rodoviária é causa fundamental do estado de deterioração em que se encontram as nossas rodovias e o esvaziamento do DNER, com a entrega dos cargos de direção a pessoas estranhas ao setor é outro erro".

José Carlos Elias argumentou que, em todo o mundo, países menos dependentes do transporte rodoviário reconhecem a necessidade da especialização rodoviária e mantêm em sua estrutura governamental um órgão de abrangência nacional. No caso da Agência Nacional dos Transportes, isso não aconteceria porque suas atribuições abrangerão tanto o transporte rodoviário quanto o ferroviário e o aquático. "Sabemos que cada uma dessas áreas exige tratamento específico e diferenciado", ponderou.

Curtas

■ **Eduardo Jorge (PT-SP)** homenageou o ex-prefeito de Santos, David Capistrano Júnior, que faleceu de câncer no último final de semana, aos 52 anos. O parlamentar fez questão de ressaltar a importância do trabalho de Capistrano em defesa da saúde pública no Brasil. Ele relembrou sua trajetória política, que teve início aos oitos anos de idade, quando começou a acompanhar seu pai, David Capistrano, às reuniões do Partido Comunista Brasileiro. Recentemente, Capistrano Júnior integrou-se aos quadros do PT.

■ **Odelmo Leão (PPB-MG)** parabenizou, em nome de seu partido, o deputado Eurico Miranda (PPB-RJ) por sua recente eleição para a presidência do Vasco da Gama. "Apesar de ser fluminense, quero deixar aqui minha certeza de que o parlamentar fará uma gestão exemplar à frente do clube", ressaltou o líder do PPB.

■ **Romel Anizio (PPB-MG)** comemorou o aniversário, no último dia 2, do centenário de nascimento do ex-prefeito de Ituiutaba Antônio de Souza Martins, conhecido em sua cidade natal, Pontal do Triângulo Mineiro, pelo apelido carinhoso de Nicota. Líder político regional, foi um dos fundadores, em Ituiutaba, do Partido Social Democrata (PSD). "Nicota, era, o exemplo da bravura cívica e da firmeza de caráter: *nunca mudou de trincheira partidária* e sempre esteve na vanguarda, nos piores dias da República", destacou o parlamentar. Para Romel Anizio, Martins provou não só ser um administrador dinâmico e de visão como extremamente atuante no campo social.

■ **Gustavo Fruet (PMDB-PR)** lamentou o cancelamento da 33ª Feira Agropecuária do Paraná e criticou a falta de planejamento do governo estadual. Ele lembrou que o Paraná tem seu desenvolvimento ligado ao setor, empenhado em conhecer novas tecnologias, em especial no desenvolvimento genético. O cancelamento se deu em função da construção de uma barragem em local próximo onde se instalaria a feira, o que, para o deputado, revela uma "falta de respeito e de planejamento" da parte do governo estadual.

■ **Enio Bacci (PDT-RS)**, ao destacar o incentivo do governo federal à indústria naval, chamou a atenção para o trabalho desenvolvido pela Comissão de Economia, Indústria e Comércio para a revitalização do setor. Ele explicou que a comissão realizou cinco audiências públicas que tiveram como objetivo a busca de alternativas para superação da crise na indústria naval. "A Comissão de Economia, Indústria e Comércio sente-se com o seu dever cumprido, por ter contribuído, com seu espaço funcional e institucional, impulsionando o governo federal a conceder benefícios para o setor naval", frisou.

Comissões

Paim saúda fim de doador presumido

O deputado Paulo Paim (PT-RS) saudou o pronunciamento do ministro da Saúde, José Serra, em cadeia nacional de rádio e televisão, para informar a população sobre a MP que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento. Ele lembrou que, em março, apresentou proposta revogando a doação presumida de órgãos, determinando que a família seja consultada nos casos em que a pessoa não tenha feito seu cadastro como doador de órgãos.

Paim afirmou que seu projeto prevê o fim das inscrições nas carteiras de motorista e condiciona a doação inter-vivos a uma autorização judicial prévia, pontos não incluídos na MP. Paim escareceu também que não *é contra a doação de orgãos* e que só apresentou a proposta porque a população se sente insegura, com medo de que os médicos confundissem o estado de coma com a morte cerebral e se recusava a fazer as doações.

Mas o deputado questionou o porquê de o governo ter editado uma MP. "Por que o governo não deixou que a proposta que tramita no Congresso Nacional fosse votada ao invés de editar MP sobre o assunto?", indagou.

Deputados apelam por fiscalização rigorosa da aplicação de recursos da Saúde

O deputado Wellington Dias (PT-PI) pediu aos parlamentares da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle que aprovem um requerimento de sua autoria para que o Tribunal de Contas da União (TCU) possa, em 2001, priorizar a realização de uma auditoria geral no Sistema Único de Saúde (SUS).

Segundo o deputado, há o risco de que parte dos R$ 30 bilhões em investimentos destinados à área sejam desviados em fraudes e corrupção. "No meu estado, é coisa de polícia", alertou Dias, utilizando como exemplo um grupo denunciado recentemente no município de Paulistana e caso de faturas de despesas que apresentavam nome de pessoas falecidas. "Há até homens fazendo pré-natal e ligação de trompas. Uma coisa escandalosa", resumiu o parlamentar, pedindo que o requerimento seja aprovado, para que a auditoria acabe com essa corrupção e permita que o dinheiro da saúde seja bem aplicado.

B.Sá (PSDB-PI) também reforçou a preocupação com a lisura da aplicação dos recursos da saúde, advertindo que o dinheiro não pode ser utilizado de maneira "leviana", nem desviado para outros setores. Apesar de louvar iniciativas do Ministério da Saúde em prol da população de baixa de renda, ele apelou em favor de uma apuração rigorosa para investigar as fraudes e punir os culpados. "É preciso tornar transparente a aplicação dos recursos do SUS", conclamou.

Bez elogia medida que diferencia remédio similar de genérico

O deputado Edinho Bez (PMDB-SC) parabenizou a Agência Nacional de Vigilância Sanitária pela Resolução 92, que busca estabelecer regras de diferenciação para similares e genéricos. *A principal mudança*, informou, é a de que, de agora em diante, os similares deverão ser vendidos com nome comercial ou de marca e não simplesmente com o nome do princípio ativo, caracterização restrita aos genéricos.

Bez afirmou que, atualmente, alguns similares são vendidos com o nome do princípio ativo, levando o consumidor a confundi-los com os genéricos. A partir da publicação da resolução, explicou o deputado, os medicamentos similares e de marca são obrigados a trazer princípio ativo, mas somente abaixo do nome e em letra 50% menor. O prazo para adequação à nova medida é de seis meses.

Ele informou que resolução *define também os critérios* que devem ser adotados pelos laboratórios oficiais reconhecidos pelo Ministério da Saúde. Para adquirir um nome comercial para seus medicamentos similares, o deputado explicou que os laboratórios podem adotar o nome do laboratório ou uma outra marca deste. Os produtos biológicos e soluções parenterais (injetáveis) poderão adotar o nome genérico porque são de uso hospitalar.

O deputado catarinense acrescentou ainda que a resolução define normas para os produtos de que trata a Lei 6.360/76- Lei de Medicamentos, Cosméticos e Saneantes. Ele disse que na rotulagem ou propaganda desse produtos, não pode haver designações, nomes geográficos, símbolos, figuras, desenhos ou quaisquer indicações que possibilitem interpretação falsa, erro, automedicação ou que atribuam ao produto finalidades ou características diferentes daquelas que realmente possuam.

"Parabenizo a iniciativa da Agência, em nome de seu presidente, Gonzalo Vecina Neto, e a todos os que colaboram para que nosso povo tenha melhor qualidade de vida e conhecimentos dos medicamentos", concluiu.

Curtas

■ **André Benassi (PSDB-SP)**, ao parabenizar a Guarda Municipal de Jundiaí pelo aniversário de 51 anos de sua criação, elogiou a atitude do governo de, por meio do Plano Nacional de Segurança Pública, viabilizar o fortalecimento das guardas municipais, instituições, em sua opinião, de grande importância para o serviço de policiamento preventivo, em complemento à atuação das Polícias Militares. "O aporte de recursos em 2001, da ordem de R$ 50 milhões, previstos pelo governo federal para investimentos na revitalização das guardas municipais, irá possibilitar uma nova dimensão a essas forças auxiliares, na prevenção ao crime e à violência", destacou o parlamentar.

■ **Hugo Biehl (PPB-SC)** destacou a segunda edição da Mercomóveis, a Feira Mercosul de Indústrias de Móveis, ocorrida em Chapecó (SC), reafirmando a importância do evento para a evolução tecnológica do setor, permitindo que designers, lojistas e distribuidores mantenham-se na vanguarda de um setor que possui grande potencial de crescimento. "O perfil dos fabricantes catarinenses revela a predominância de pequenas indústrias com equipamentos de alta tecnologia, matérias-primas de qualidade e recursos humanos capacitados que atingiu tal estágio que já é possível dizer que, ao lado da agroindústria, o Oeste de Santa Catarina também é um centro de excelência na fabricação de móveis em série", ressaltou.

■ **Paulo Rocha (PT-PA)** destacou a realização do seminário internacional *Trabalho Forçado, Uma Realidade a Ser Combatida*, lembrando que, quando presidente da Comissão do Trabalho, da Câmara, realizou um debate político com todas os segmentos da sociedade e apresentou um projeto de lei para combater o trabalho forçado. Acrescentou ainda que o Ministério do Trabalho vem denunciando verdadeiros exércitos de mão-de-obra submetido ao trabalho escravo.

Jornal da Câmara — Anexo I, 1º Andar, Sala 05 — Fone: (0xx61) 318-5098/99 — Fax: (0xx61) 318-2196 — Disque Câmara 0800 619619 — Rádio Câmara FM 96,9 MHz — TV Câmara - canal 14 -Net/DF canal 28 -Sky — www.agencia.camara.gov.br — Mídias Alternativas Internet/Intranet midias@camara.gov.br

Jornal da Câmara na internet: www.camara.gov.br / E-mail: jornal@camara.gov.br

Mesa da Câmara dos Deputados

Presidente: Michel Temer
1ª Vice-Presidente: Heráclito Fortes
2º Vice-Presidente: Severino Cavalcanti
1º Secretário: Ubiratan Aguiar
2º Secretário: Nelson Trad
3º Secretário: Jaques Wagner
4º Secretário: Efraim Morais

Suplentes: Giovanni Queiroz, Luciano Castro, Zé Gomes da Rocha, Gonzaga Patriota
Diretor-Geral:Adelmar Silveira Sabino
Secretário-Geral da Mesa: Mozart Vianna de Paiva

SECOM - Secretaria de Comunicação Social

Diretor: Ronaldo Paixão
(061) 318-5085 / Fax: (061) 318-2108
Divulgação: Sonia Costa
(061) 318-5085
Relações Públicas: Osvaldo Vaz Morgado
(061) 318-5092
Rádio Câmara: Vladimir Almeida
(061) 318-8310
TV Câmara: Sérgio Chacon
(061) 318-5080
Agência Câmara: Ademir Malavazi
(061) 318-8473
Mídias Alternativas:Arnolfo Carvalho
(061) 318-7420

Jornal da Câmara

Diretora: Amneres Pereira
(061) 318-5098/99 - Fax: (061) 318-2196
Editora-Chefe: Marina Carvalho
Editores: Marcondes Sampaio, Luís Cláudio Pinheiro, Oscar Telles, Vera Ramos, Vânia Alves, Roberto Seabra, Luís Renato
Digramadores: Antônio Alves Ferreira Júnior, José Alberto de Almeida Filho, André Cerino, José Antonio Filho
Ilustrações: André Cerino
Revisoras: Isolda Marinho, Heloísa Lira, Malva Beatrice
Fotografia: J.Batista, Salu Parente, Sônia Baiocchi, Eltom Bomfim, Benedita Passos, Leto
Impressão: Imprensa Nacional
Presidência da República

AGENDA

Programação TV Câmara

Horário	Sexta 17/11
07:30	Palestra: Situação das drogas na família
08:30	Série: Marcos da Ciência e da Tecnologia "Célula"
09:00	Plenário ao Vivo
12:30	Série: O Maravilhoso Mundo da Arqueologia "Os Monumentos Funerários de Petra"
13:00	O Século de Stanislavski - Os Anos de Gelo e de Fogo
14:00	Conferência Nacional de Prefeitos e Vice-prefeitos do PT (gravado em 10/11 – manhã)
18:00	Palestra: Situação das drogas na família
19:00	TV Câmara Entrevista: Dep. Gastão Vieira/ Educação e lei de responsabilidade fiscal
19:30	Série: O Maravilhoso Mundo da Arqueologia "Os Monumentos Funerários de Petra"
20:00	O Século de Stanislavski - Os Anos de Gelo e de Fogo
21:00	Série: Marcos da Ciência e da Tecnologia "Célula"
21:30	Jornal da Câmara
22:00	Brasil em Debate: Alejandro Toledo, candidato à pres. do Peru, e sua mulher/ novas eleições no Peru; futuro político
22:30	Projeto "A Redescoberta do Cinema Nacional" Filme:Batalha dos Guararapes (Paulo Thiago)
01:00	Jornal da Câmara
01:30	Série: Marcos da Ciência e da Tecnologia "Célula"
02:00	Brasil em Debate:Alejandro Toledo, candidato à pres. do Peru, e sua mulher/ novas eleições no Peru; futuro político
02:30	Projeto "A Redescoberta do Cinema Nacional" Filme Batalha dos Guararapes (Paulo Thiago)
04:30	Palestra: Situação das drogas na família
05:30	Série: O Maravilhoso Mundo da Arqueologia "Os Monumentos Funerários de Petra"
06:00	O Século de Stanislavski - Os Anos de Gelo e de Fogo
07:00	Vídeo

HORÁRIO	Sábado 18/11
07:30	Palestra: Meditação e Terapia Psico-Energética
08:30	Série: Marcos da Ciência e da Tecnologia "Genética Clássica"
09:00	Brasil em Debate:Alejandro Toledo, candidato à pres. do Peru, e sua mulher/ novas eleições no Peru; futuro político
09:30	Seminário Nacional Renda Mínima vinculada à Educação (gravado em 08/11 - manhã)
12:00	V Câmara Entrevista: Dep. Jorge Khoury/ correção do FGTS
12:30	A Revolução de 30 e o Estado Novo
13:00	Memória Política: Jarbas Passarinho
14:00	Seminário Nacional Renda Mínima vinculada à Educação (gravado em 08/11 - tarde)
18:00	Palestra: Meditação e Terapia Psico-Energética
19:00	TV Câmara Entrevista: Dep. Jorge Khoury/ correção do FGTS
19:30	Documentário: Thomas Farkas
20:00	Memória Política: Jarbas Passarinho
21:00	Série: Marcos da Ciência e da Tecnologia "Genética Clássica"
21:30	A Revolução de 30 e o Estado Novo
22:00	Brasil em Debate:Jorge Couto, historiador português/ encontro de arquitetos de vários países de língua portuguesa em Brasília
22:30	Sessão Especial - Genil Castro
23:30	Documentário: "NO"
00:30	A Revolução de 30 e o Estado Novo
01:00	Documentário: Thomas Farkas
01:30	Série: Marcos da Ciência e da Tecnologia "Genética Clássica"
02:00	Brasil em Debate:Jorge Couto, historiador português/ encontro de arquitetos de vários países de língua portuguesa em Brasília
02:30	Sessão Especial - Genil Castro
03:30	Documentário: Timor - Nasce Uma Nação
04:30	Palestra: Meditação e Terapia Psico-Energética
05:30	Memória Política: Jarbas Passarinho
06:30	Documentário: Timor - Nasce Uma Nação

HORÁRIO	Domingo 19/11
07:30	Palestra: Gestão de Pessoas
08:30	Seminário Nacional Renda Mínima vinculada à Educação (gravado em
12:30	TV Câmara Entrevista: Dep. Jorge Khoury/ correção do FGTS
13:00	Documentário: Timor - Nasce Uma Nação
14:00	Sessão Especial - Genil Castro
15:00	A Revolução de 30 e o Estado Novo
15:30	Memória Política: Jarbas Passarinho
17:00	Documentário: "NO"
18:00	Palestra: Gestão de Pessoas
19:00	TV Câmara Entrevista: Dep. Paulo Paim/ possíveis fontes para o aumento salário mínimo e Doutor Dário Birolini/ Projeto TRAUMA
19:30	A Revolução de 30 e o Estado Novo
20:00	Sessão Especial - Genil Castro"
21:00	Série: Marcos da Ciência e da Tecnologia "Genética"
21:30	Documentário Thomas Farkas
22:00	Brasil em Debate: Dep. Edinho Bez/ reforma do sistema financeiro; independência do Banco Central
22:30	Filme: Corisco e Dadá (Rosemberg Cariry)
00:30	Documentário: Thomas Farkas
01:00	A Revolução de 30 e o Estado Novo
01:30	Série: Marcos da Ciência e da Tecnologia "Genética"
02:00	Brasil em Debate: Dep. Edinho Bez/ reforma do sistema financeiro; independência do Banco Central
02:30	Filme: Corisco e Dadá (Rosemberg Cariry
04:30	Palestra: Gestão de Pessoas
05:30	Memória Política: Jarbas Passarinho
06:30	Documentário: "NO"

Comissões

Recursos para erradicar trabalho infantil serão deduzidos da dívida dos estados

A Comissão de Seguridade Social e Família aprovou o PL 97/99 que dispõe sobre a dedução de valores aplicados pelos estados em ações de erradicação do trabalho infantil nas dívidas em que a União seja credora. De acordo com a proposta, de autoria dos deputados Agnelo Queiroz (PCdoB-DF) e Rita Camata (PMDB-ES), os estados-membros que aplicarem recursos orçamentários em ações de erradicação do trabalho infantil poderão deduzir esses recursos integralmente, até o máximo de 3% sobre o montante da dívida mobiliária em que a União for credora. A fiscalização e o acompanhamento das atividades de erradicação do trabalho infantil serão realizados pelos Conselhos Tutelares da Criança e do Adolescente, responsáveis também pela fiscalização dos recursos orçamentários *destinados aos programas*.



Deputado Agnelo Queiroz



Deputada Rita Camata

De acordo com os autores, a medida auxiliará os estados, que buscam condições, junto ao governo federal, para viabilizar os pagamentos de seus débitos para com a União, sem, com isso, deixar de honrar seus compromissos básicos, especialmente os gastos e investimentos nas áreas sociais. Por outro lado, ressaltam os autores, a União, que exige o cumprimento dos contratos, por opção política, deixa de aplicar vultosos recursos orçamentários nessas áreas, drenando todo o esforço produtivo da nação para o pagamento de juros e encargos das dívidas externa e interna.

"Apresentamos essa proposição a partir de uma realidade vivida pelas famílias brasileiras, com nossas crianças que, na mais tenra idade, são jogadas ao mercado de trabalho, violentando seu processo de formação e renunciando à sua infância e formação escolar", disse a deputada Rita Camata. Segundo as estimativas do próprio governo federal, seriam necessários cerca de R$ 1 bilhão para o combate efetivo do trabalho infantil, *em que quatro milhões de crianças estão inseridas*. "Nunca é demais lembrar que os recursos existem", disse o deputado Agnelo Queiroz, lembrando as *mobilizações do governo* federal para obter milhões de reais, "tudo em nome da nossa credibilidade internacional". "Não restam dúvidas, por outro lado, de que o Brasil, ao avançar no combate ao trabalho infantil, será visto com outros olhos pelos demais países", concluiu o parlamentar.

O relator da proposta na CSSF, deputado Marcondes Gadelha (PFL-PB), considerou a medida de grande alcance social e ressaltou que não é com crianças sendo exploradas no trabalho, em vez de buscarem formação na escola, que o Brasil poderá construir um futuro digno para seus cidadãos. "Se o governo federal concentra todos os seus esforços para o pagamento de juros e demais encargos, esquecendo-se da função social que tem o Estado, é justo que procuremos meios de dar aos governos estaduais o que lhes falta para que lutem contra esse mal", concluiu Gadelha.

A proposta será encaminhada à Comissão de Finanças e Tributação e, posteriormente, à Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

Educação aprova emendas ao Orçamento da União

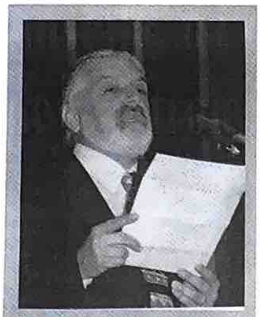
Aprovadas na Comissão de Educação cinco emendas ao Orçamento Geral da União, que juntas somam R$ 487 milhões. A Comissão aprovou R$ 197 milhões para apoio a Ações de Desenvolvimento do Ensino Superior; R$ 120 milhões para implantação de Infra-Estrutura do Desporto Educacional; R$ 100 milhões para fomento a Projetos de Difusão Cultural; R$ 50 milhões para veículos de Transporte Escolar; e R$ 20 milhões para preservação de Bens Imóveis do Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico.

Os parlamentares aprovaram também os nomes das personalidades que irão compor a galeria de fotos da Comissão de Educação. Na área de educação, foram escolhidos Paulo Freire, Anísio Teixeira e João Calmon. Na área da Cultura, foram Aleijadinho, Machado de Assis e Heitor Villa-Lobos. Para o Desporto, foram escolhidos Pelé, Airton Senna e Adria (paraolimpíadas).

Comissões

Aprovada regulação de produtos agrícolas artesanais

A Comissão de Seguridade Social e Família aprovou o PL 3.428A/97, do deputado Jaques Wagner (PT-BA), que dispõe sobre a elaboração, beneficiamento e comercialização de produtos artesanais de origem animal e vegetal. A proposta visa disciplinar a produção e comércio de gêneros agrícolas, ovos, frutas, cereais, leite, carnes, peixes, crustáceos, moluscos, microorganismos e outros produtos. Para isso, determina os limites dessa produção artesanal, as condições de trabalho e higiene e, inclusive, o controle sanitário de rebanhos, embalagens, transporte e armazenamento dos produtos.



O projeto, do deputado Jaques Wagner (foto), faz com que os produtos artesanais cheguem ao consumidor com garantia de higiene e qualidade

Os estabelecimentos deverão, de acordo com a medida, registrar-se nos órgãos de agricultura ou saúde, manter livro para informações sobre visita e recomendações da vigilância sanitária, criar sistemas de controle que possibilite confrontar o produto processado com o seu lote original e dispor de instalações adequadas às normas técnicas oficiais.

Segundo o autor, a proposta deve cobrir uma lacuna da legislação que, ao concentrar seu poder controlador no setor industrial, a despeito das sensíveis diferenças das normas de produção e comercialização de produtos artesanais e da indústria de alimentos, dificultou o desenvolvimento de atividades de pequeno porte. "A agricultura familiar, predominante em vários estados do país, encontra sérias dificuldades de inserção no mercado, atestando dessa forma o aumento do desemprego e do êxodo rural, com reflexos diretos sobre a população rural e urbana", garantiu Wagner.

Alternativa econômica

O deputado ressaltou ainda que a criação de pequenas fontes de produção no meio rural, gerenciadas pelos próprios agricultores e ocupando nichos locais, produzindo com rigoroso controle de qualidade, constituise em alternativa importante para a reversão do quadro de crise em que se encontram os pequenos e médios agricultores brasileiros. "Muitos estabelecimentos tornam prática comum operar sem registro, comercializando alimentos sem inspeção sanitária e sem garantia de qualidade, o que coloca em risco a saúde dos consumidores. Desta forma, acreditamos estar contribuindo para preservar os interesses do produtor e do consumidor, o poder fiscalizador do Estado e a segurança dos cidadãos", concluiu Wagner.

Para a deputada Lidia Quinan (PSDB-GO), relatora do projeto na Comissão de Seguridade, a medida apresenta um conjunto de dispositivos que abrange, de forma completa, os aspectos essenciais para garantir a qualidade dos produtos artesanais, envolvendo etapas que vão desde o registro da empresa ao controle de qualidade durante a comercialização e os cuidados com os trabalhadores. "Além disso, a proposta tem cunho social por possibilitar o desenvolvimento de milhares de pequenos centros produtores de alimentos artesanais em todo o Brasil, gerando empregos e contribuindo para reduzir a migração aos grandes centros" avaliou.

Marquezelli relata frutos de missão brasileira aos EUA

A recente viagem da delegação brasileira aos Estados Unidos para analisar as novas soluções e tecnologias agrícolas que estão sendo implementadas naquele país e que poderão ser utilizadas com sucesso no Brasil foi considerada pelo deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP) uma das missões mais gratificantes da qual participou. Segundo relatou, os parlamentares e especialistas brasileiros realizaram uma série de visitas técnicas na área de agricultura de precisão, encontros com parlamentares americanos da Frente de Agricultura ou oriundos de regiões onde as tecnologias avançadas estão sendo aplicadas em benefício da agricultura, além de se reunir com a representação diplomática em Washington para debater os interesses brasileiros junto aos Estados Unidos no setor agrícola, tanto na área tecnológica quanto comercial.

"Foi uma oportunidade ímpar para contatos com o setor agrícola americano, uma aproximação que, por certo, facilitará o relacionamento comercial e a cooperação entre os dois países, na medida em que proporcionará melhor compreensão dos respectivos objetivos", analisou Marquezelli. Para ele, o ganho no estreitamento de laços políticos também poderá facilitar em muito as futuras negociações entre os dois países, abrindo canais de diálogo que poderão ser valiosos e mesmo decisivos no trato de temas difíceis, como por exemplo, barreiras à importação e subsídios à agricultura.

Nelson Marquezelli defendeu, também, a inclusão nas Carreias Típicas do Estado das categorias funcionais de técnicos de nível médio do Ministério da Agricultura. Segundo ele, estes profissionais, que são os agentes de Atividades de Agropecuária, Agentes de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal, Técnicos em Agropecuária e Técnicos de Laboratório, estão sendo injustiçados, pois não recebem a Gratificação de Desempenho e Fiscalização.

O deputado explicou que estas categorias, por atuarem em conjunto com os técnicos de nível superior nas áreas de fiscalização de produtos de origem animal e vegetal, dividem as mesmas responsabilidades. "Na estrutura operacional do Ministério da Agricultura, as atividades fiscalizadoras são de fundamental importância para o desenvolvimento sócio-econômico do nosso país, tendo em vista as exigências estabelecidas pela legislação federal", ressaltou.

Venda de alimentos artesanais dependerá de carteira de saúde e normas de higiene

De acordo com o projeto do deputado Jaques Wagner, quando os produtos forem originados de médios e grandes animais, serão enquadrados como produtores artesanais os donos de estabelecimentos que estiverem entre os limites de produção de até 40 toneladas ou 120 toneladas, no caso de associações. Os limites sobem para 60 toneladas ao produtor individual e 180 toneladas aos grupos quando os produtos forem originados de pequenos animais.

Os órgãos de inspeção deverão analisar as instalações do estabelecimento processador artesanal de alimentos, verificando as condições mínimas de construção, equipamento e higiene. Para isso, os estabelecimentos, segundo o projeto, devem ter uma sala para preparo e armazenagem do produto; local para recepção da matéria-prima e lavagem de equipamentos e utensílios e , ainda, um banheiro ou vestuário. Todos esses ambientes precisam ter adequada aeração e luminosidade, vedação contra insetos e animais, equipamentos e utensílios desinfectados, água potável encanada e ainda distância mínima de fontes de contaminação, mau cheiro ou esgoto.

Além de ter uma carteira específica de saúde, as pessoas envolvidas na manipulação e processamento de alimentos artesanais devem utilizar uniformes próprios, botas impermeáveis e gorros. O registro desses produtores será realizado nos órgãos municipais, estaduais ou federal de agricultura ou saúde e para isso, o produtor deve encaminhar vários documentos a esses órgãos controladores, como registro no CGC ou inscrição de produtor rural da Secretaria da Fazenda, atestado sanitário do rebanho e documento oficial que comprove sua condição de produtor rural.

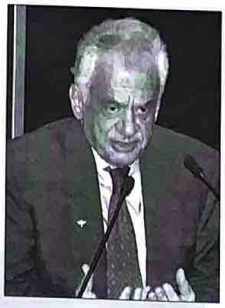
O projeto, aprovado por unanimidade na Comissão de Economia, segue para avaliação dos deputados das comissões de Agricultura e da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal — Ano VI – Nº 1.202 – Brasília, sexta-feira, 17 de novembro de 2000

Simon sugere que FHC lidere "amplo entendimento" sobre as questões nacionais

Página 8



Pedro Simon: é preciso preparar o país para o futuro

Plenário examina restrições à propaganda de cigarros

Projeto proíbe a publicidade do produto nos meios de comunicação e o patrocínio de eventos culturais e esportivos por indústrias de tabaco

O Senado Federal apreciará na próxima semana o projeto que impede a propaganda de cigarros nos veículos de comunicação de massa. A proposta, já aprovada pelas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Sociais (CAS), também veda o patrocínio de eventos culturais e esportivos por indústrias do tabaco.

Na quarta-feira, o Plenário deverá votar o projeto que disciplina a prestação de informações, por parte do Banco Central, para o Sistema Central de Risco de Crédito. As normas em discussão foram sugeridas pela CPI que investigou, no ano passado, irregularidades praticadas no Sistema Financeiro Nacional.

Página 3

Nabor propõe que candidato deixe chefia de Executivo antes da eleição

Página 7



Nabor Júnior: projeto para garantir a moralidade na vida pública

Roubo de CARGAS

CPI ouve hoje o secretário de Segurança da Paraíba

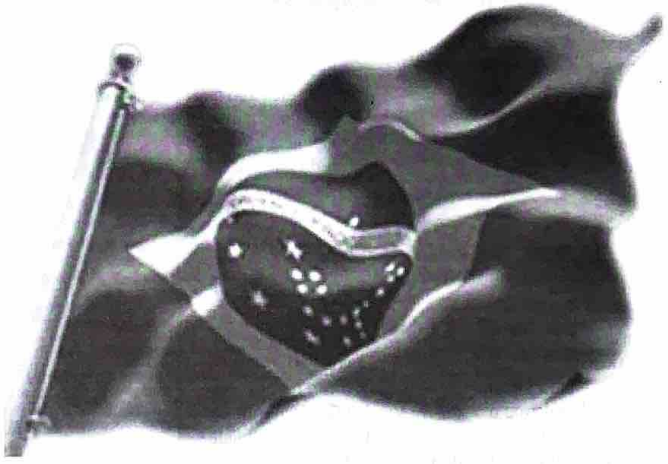
Página 3

Campanha eleitoral deve ter financiamento público, diz Rocha

Página 7



Para Sebastião Rocha, medida pode acabar com abuso do poder econômico



Congresso comemora Dia da Bandeira com a participação de estudantes

O Dia da Bandeira será comemorado no Congresso com uma solenidade de hasteamento em seus jardins, às 12h de domingo. Participarão do evento o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) e o deputado Agnelo Queiroz (PCdoB-DF).

Estarão presentes os alunos dos colégios Militar, Marista, Sesi, todos de Brasília, e da Escola de Educação Básica e Profissional Fundação Bradesco, que funciona na cidade de Ceilândia, também no Distrito Federal.

Antero de Barros: bancada de MT lutará por mais recursos para o estado

Página 7



Antero lembrou que a Constituição garante verbas para a região

Sancionada lei que beneficia filho deficiente

Página 2

PRESIDENTE DA CAMARA DE VEREADORES
004073
CAMARA MUNICIPAL
13825-000 HOLAMBRA - SP

Sancionada lei que garante habitação a filho deficiente

O texto, do senador Edison Lobão, impede o despejo após a morte de um dos pais



O projeto, de Edison Lobão, foi aprovado ano passado pelo Senado e em 26 de outubro pela Câmara

O presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, sancionou no dia 14 projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional que assegura ao filho solteiro, portador de deficiência que o impossibilite para o trabalho, o direito de habitar o imóvel de pais falecidos.

O texto protege o filho portador de deficiência do risco do despejo, por ocasião da partilha dos bens, após a morte de um dos pais. Assim, ele terá a garantia de ocupação do imóvel destinado à residência da família, desde que este seja o único bem dessa natureza a ser inventariado. A lei também assegura a participação do filho na herança.

O projeto de lei, de autoria do senador Edison Lobão (PFL-MA), foi aprovado pelo Plenário do Senado em 17 de novembro do ano passado e encaminhado à Câmara dos Deputados, onde foi aprovado em 26 de outubro último. Nesse mesmo dia foi enviado à sanção presidencial.

Machado homenageia o ex-senador Wilson Gonçalves



Sérgio Machado lembrou o espírito público do ex-senador

O senador Sérgio Machado (PSDB-CE) homenageou Wilson Gonçalves, político cearense falecido no dia 12. O líder do PSDB fez uma relato da vida de Gonçalves, desde a sua primeira eleição em 1946 para deputado estadual até os 16 anos – de 1963 a 1979 – em que ocupou uma cadeira no Senado. Após ser vice-presidente da Casa por duas vezes – em 70 e no biênio 75/76 – Gonçalves deixou o Senado para ocupar a vaga de ministro do extinto Tribunal Federal de Recursos, atual Superior Tribunal de Justiça (STJ).

– Wilson era um daqueles homens públicos que engrandeciam esta atividade pela qual aprendemos a nos apaixonar. Ele tinha a exata noção do que é fazer política por paixão e valor do espírito público – disse Machado, lembrando que, apesar de paraibano, Wilson Gonçalves sempre militou na política cearense. "O ano era 1945, o mundo comemorava o fim da Segunda Guerra Mundial e ele ingressava na Assembléia Estadual Constituinte de 1947. O brilhante desempenho no primeiro mandato seria a garantia de novas incursões no parlamento estadual", lembrou.

AGENDA

SEXTA-FEIRA, 17 DE NOVEMBRO DE 2000

Brasil 500 – SENADO FEDERAL

PLENÁRIO

9h – Sessão não deliberativa

PREVISÃO PLENÁRIO

Segunda-feira
14h30 – Sessão não deliberativa
Terça-feira
14h30 – Sessão deliberativa ordinária
Pauta: PLC nº 47/2000, altera dispositivos da Lei nº 9.294/96, que dispõe sobre as restrições ao uso e a propaganda de produtos fumígenos; PLC nº 54/2000, acrescenta escisa ao parágrafo 5º do art. 178 da Lei nº 3.071/16 – Código Civil, e parágrafo único do art. 208 da Lei nº 5.869/73 – Código de Processo Civil (ação do segurador para rever o valor da indenização); PLC nº 56/2000, cria cargos no acervo da Polícia Federal, PLC nº 58/2000, altera os artigos 1º e 2º da Lei nº 9.034/95, que dispõe sobre a utilização de meios operacionais para a prevenção e repressão de ações praticadas por organizações criminosas, votação secreta das mensagens nºs 205/2000, que submete à deliberação do Senado a escolha do nome de Cláudio Maria Henrique do Couto Lyra para exercer a função de embaixador do Brasil junto à República das Filipinas, 230/2000, que submete à deliberação do Senado a escolha do nome de Otto Agripino Maia para exercer a função de embaixador do Brasil junto ao Vaticano, Parecer nº 1.065/2000, sobre a Mensagem nº 212/2000, pela qual o presidente da República submete à deliberação do Senado a proposta de recondução do nome de José Mário Miranda Abdo ao cargo de diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel); e PDL nº 74/2000, que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Sara Nossa Terra para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Araucária (PR).
Quarta-feira
14h30 – Sessão deliberativa ordinária
Hora do Expediente: será dedicada a homenagear a escritora Rachel de Queiroz pelo transcurso de seu nonagésimo aniversário de nascimento.
Pauta: PLC nº 57/2000, que dispõe sobre a identificação criminal; PLC nº 39/2000, regulamenta, para a Previdência Social, o disposto no parágrafo 3º do art. 100 da Constituição; PLS nº 683/99, que regulamenta a prestação de informações ao Banco Central para instrumentalização do Sistema Central de Risco de Crédito; e PDL nº 253/99, aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio FM Cidade de Mogi-Guaçu para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada em Mogi-Guaçu (SP).
Quinta-feira
10h – Sessão deliberativa ordinária
Hora do Expediente: será dedicada a homenagear a memória do ex-deputado, ex-senador e ex-ministro do Tribunal de Contas da União Guido Fernando Mondin.
Pauta: PDLs nºs 265/99, aprova o ato que renova a concessão do Sistema Jornal da Rádio para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Piracicaba (SP), nº 72/2000, aprova o ato que outorga permissão à Rádio Cultura Vanda Nova FM para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada em Ibatiba (ES), nº 107/2000, aprova o ato que outorga permissão à Brasil Amazônia Comunicação Empreendimentos para explorar serviço de radiodifusão sonora em Redenção (PA) e nº 19/99, que convoca plebiscito sobre a criação do estado do Tapajós, e Requerimentos nºs 434/2000, do senador Roberto Requião, solicitando o reexame, pela CCJ, do PLS nº 194/99 e nº 505/2000, do senador Eduardo Suplicy, solicitando a convocação do ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, para prestar, perante o Plenário, esclarecimentos sobre as razões que levaram o governo brasileiro a articular a operação de asilo político no Panamá para Vladimiro Montesinos, assessor do presidente do Peru, Alberto Fujimori.
Sexta-feira
9h – Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Terça-feira
10h – Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: audiência pública acerca da política de preços para o indústria do gás natural, com a presença do governador do estado do Espírito Santo, José Ignácio Ferreira; dos diretores da Agência Nacional de Energia Elétrica, José Mário Abdo; de Gás e Energia da Petrobras, Delcídio do Amaral Gomez; da Agência Nacional do Petróleo, Júlio Colomb Neto; do Departamento Nacional de Desenvolvimento Energético do Secretário de Energia do Ministério das Minas e Energia, Boris Garbelli Gorenstin; membros do Conselho de Administração da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica; Sérgio Weigert Ennes; e Eliezer Batista da Silva. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 19*
10h – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: Mensagem nº 231/2000, que submete à deliberação do Senado o nome de Ellen Gracie Northfleet para exercer o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 3*
17h – Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: PRS nº 79/2000, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, Distrito Federal, municípios e suas respectivas autarquias e fundações; Mensagem nº 215/2000, que solicita autorização para contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a US$ 19,1 milhões, entre o Brasil e o Hungarian Export-Import Bank, destinado ao financiamento parcial do Projeto de Modernização de Laboratórios de Educação Profissional; Ofício "S" nº 50/2000, que encaminha ao Senado relatório sobre a operação de troca de títulos do tipo Brady por um novo título do tipo Global, concluída em 26 de julho de 2000, resultou na emissão, pelo governo brasileiro num total de US$ 1 bilhão no mercado internacional; Mensagem nº 175/2000, que propõe ao Senado seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até 280,2 milhões de ienes, entre o Brasil e o Marubeni Corporation, destinada a aquisição de bens e serviços no âmbito do programa de Modernização e Consolidação da Infra-Estrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais Universitários; Ofício "S" nº 53/2000, que encaminha ao Senado o relatório sobre a operação de troca de títulos do tipo Brady por um novo título do tipo Global, concluída em 17 de agosto de 2000, resultou na emissão, pelo governo brasileiro, de USD 5,1 bilhões, no mercado internacional; PDL nº 181/2000, que aprova a participação do Brasil no Fundo de Meio Ambiente Global Environment Facility; PRS nº 75/2000, que altera a Resolução nº 78/98, para suspender, pelo período de 12 meses, o pagamento de serviços de dívidas de Alagoas e Pernambuco junto à União; PRS nº 78/2000, que altera a Resolução nº 78/98, para suspender, pelo período de 12 meses, o pagamento de serviços de dívidas de Alagoas e Pernambuco junto à União. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 19*
Após Ordem do Dia – CPI do Futebol
Pauta: depoimento do jornalista esportivo Juca Kfouri. *Ala Senador Nilo Coelho – Sala 2*
Quarta-feira
9h – Comissão de Assuntos Sociais
Pauta: PLSs nºs 5 e 68, de 2000 (tramitação conjunta), acrescenta dispositivos à Lei nº 7.998/90, para conceder o benefício do seguro-desemprego ao trabalhador extrativista vegetal durante o período em que estiver impedido de exercer sua atividade; PLC nº 27/2000, institui o Programa Nacional de Apoio à Infância; PLS nº 12/2000, dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 9.608/98, que dispõe sobre o serviço voluntário; emendas apresentadas ao turno suplementar ao substitutivo ao PLS nº 530/99 (votação nominal), que dispõe sobre a assistência pré-natal às gestantes; PLS nº 11/2000, altera o inciso I do art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43; PLS nº 449/99, altera o art. 43 da Lei nº 8.080/90 (Lei Orgânica de Saúde, possibilitando aos hospitais universitários captar recursos provenientes de internações hospitalares); PLS nº 600/99, acrescenta parágrafo único ao art. 393 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43, para assegurar a pagamento dos salários à empregada gestante, demitida sem justa causa, até cinco meses após o parto; PLS nº 655/99, acrescenta o art. 456-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.542/43; PLC nº 39/2000, regulamenta, para a Previdência Social, disposto no parágrafo 3º do art. 100 da Constituição, para definir as obrigações de pequeno valor para fins de pagamento pela Previdência Social, sem expedição de precatórios. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 9*
10h – Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: audiência pública acerca da dívida ativa, com a presença dos presidentes do Tribunal Regional Federal (TRF), Fernando da Costa Tourinho (1ª Região), Alberto Nogueira (2ª Região), José Kallás (3ª Região); Fábio Bittencourt da Rosa (4ª Região); e José Maria Lucena (5ª Região). *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 19*
Quinta-feira
9h – CPI do Futebol
Pauta: depoimento do presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), Adrienne Giannetti Nelson de Senna. *Ala Senador Nilo Coelho – Sala 2*
Quinta-feira
9h – CPI do Futebol
Pauta: depoimento do treinador Wanderley Luxemburgo. *Ala Senador Nilo Coelho – Sala 2*

ESPECIAL

Quarta-feira
12h – Cultura ao Meio-Dia
Filme: *Mar em Fúria*, de Wolfgang Petersen. *Auditório Petrônio Portella*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL
Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes do Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327
Editor-Chefe: Edson de Almeida
Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvia Guedes
Diagramação: Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindalfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aurelíano e Miquéas Dantas de Morais
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Raque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar
Brasília - DF - 70165-920

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Propaganda de cigarro é destaque na próxima semana

Já aprovado pelas comissões de Assuntos Sociais e de Constituição e Justiça, projeto impede a publicidade de fumo nos meios de comunicação de massa



O Plenário também votará sistema de proteção ao crédito

A próxima semana será movimentada no Senado. Vários projetos importantes estarão em pauta nas instâncias de decisão da Casa. Entre os destaques da semana está a votação pelo Plenário do projeto que veta a propaganda de cigarros nos meios de comunicação de massa. A matéria, caso seja aprovada, deve retornar à Câmara dos Deputados, uma vez que foi alterada pelos senadores. Pela proposta, também fica proibido o patrocínio, por indústrias de cigarros, de eventos culturais e esportivos, além do uso de mala direta e de anúncios na Internet. Somente a propaganda em ambientes fechados será permitida.

Na quarta-feira, dia 22, o Plenário examina o projeto que regulamenta a prestação de informações do Banco Central para instrumentalização do Sistema Central de Risco de Crédito. A proposta é oriunda da CPI que investigou irregularidades no Sistema Financeiro e tem por objetivo tornar mais seguras as operações de crédito.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) vota quatro projetos que mudam o cenário político do país. Estão em pauta proposta que institui o financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais, a que amplia o prazo de filiação partidária, a que define as hipóteses de cassação de registro de candidatura, além da perda de mandato, e a que proíbe a divulgação de pesquisas pouco antes das votações. Os três primeiros projetos serão examinados em caráter terminativo.

Na terça-feira, dia 21, a CCJ deve sabatinar, às 10h, a juíza gaúcha Ellen Gracie Northfleet, a primeira mulher a ser indicada para o cargo de ministra do Supremo Tribunal Federal (STF). No mesmo horário, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) realiza audiência pública sobre os preços na indústria do gás natural. A discussão contará com a presença do governador do Espírito Santo, José Ignácio Ferreira, e de diretores da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e da Agência Nacional do Petróleo (ANP). A CAE examina, ainda na terça, projeto que concede incentivos fiscais para o setor de informática.

A CPI do Futebol também recebe na terça-feira o jornalista esportivo Juca Kfouri. *Ele vai falar em sessão secreta. Na quinta, dia 23, os parlamentares ouvem a presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras, Adienne Giannetti Nélson de Senna.*

Recursos para o mínimo devem ser definidos



Amir Lando sugeriu a líderes da Câmara a votação do projeto que acaba com a elisão fiscal

O projeto do Executivo que impede as empresas de utilizarem brechas da lei para reduzir o imposto a pagar – a chamada elisão fiscal –, a ser votado nos próximos dias pela Câmara para gerar recursos destinados a bancar o aumento do salário mínimo, contém um artigo que abre caminho para a instituição do imposto de renda mínimo. A afirmação é do ministro da Fazenda, Pedro Malan, na exposição de motivos que acompanha a proposta.

O texto faz algumas alterações no Código Tributário Nacional e adota a renda bruta como base para cobrança do Imposto de Renda. O mesmo artigo diz que lei ordinária poderá limitar as deduções sobre as receitas. No ano passado, ao depor na CPI do Senado que investigou o Sistema Financeiro, o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, provocou espanto ao declarar que metade das 530 maiores empresas brasileiras não pagou Imposto de Renda em 1998, aproveitando-se de brechas legais. Disse mais: das 60 maiores instituições financeiras que atuam no país, 25 não haviam depositado qualquer quantia de Imposto de Renda.

Além disso, conforme o secretário, havia tanta dedução que muitas empresas passavam a ter crédito tributário. Everardo sugeriu à época que o Congresso aprovasse mudanças na lei para instituir o imposto de renda mínimo e punisse empresas que praticassem a elisão fiscal. A CPI deu todo apoio e, pouco depois, o Executivo enviou ao Congresso o projeto, que agora deverá ganhar urgência para votação na Câmara. O relator é o deputado Eduardo Paes (PTB-RJ), que ainda não apresentou seu parecer.

O projeto foi escolhido pelos líderes partidários na Câmara, por recomendação do relator-geral do projeto de Orçamento para 2001, senador Amir Lando (PMDB-RO), como uma das fontes para garantir o reajuste do salário mínimo.

O outro projeto escolhido pelos líderes para bancar o aumento do salário mínimo dá à Secretaria da Receita Federal acesso às movimentações bancárias de pessoas ou empresas suspeitas de sonegação, tendo por base a arrecadação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Projeções mostram que a arrecadação federal poderá subir R$ 9 bilhões por ano se a proposta for aprovada.



Álvaro Dias, presidente da CPI do Futebol, agendou o depoimento do jornalista para terça-feira

Juca Kfouri será ouvido sobre irregularidades no futebol

A CPI que está investigando o futebol brasileiro já definiu sua programação para as próximas semanas. O jornalista esportivo Juca Kfouri comparecerá à comissão na próxima terça-feira, dia 21. Seu depoimento será dividido em uma parte pública e em outra secreta, com início previsto para após o término da Ordem do Dia. Entre outros assuntos, Kfouri falará sobre supostas irregularidades nos negócios envolvendo a compra e venda de jogadores.

O presidente da CPI, senador Álvaro Dias (PSDB-PR), antecipou que Juca Kfouri deverá apresentar alguns documentos apontando indícios de irregularidades, como evasão de divisas, envolvendo entidades ou pessoas ligadas ao futebol brasileiro. Ele acrescentou que a convocação foi baseada na afirmação que Kfouri fez na CPI da Nike, da Câmara dos Deputados, de que teria outras informações a prestar se a reunião fosse sigilosa.

Na quinta-feira, dia 23, a presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), Adrienne de Senna, falará sobre irregularidade nas operações de bingos.

O Coaf denunciou ao Ministério Público 5.208 operações suspeitas de movimentarem irregularmente R$ 5 bilhões entre agosto de 1999 e outubro deste ano. No dia 28, haverá reunião administrativa da CPI do Futebol.

O depoimento do ex-técnico da Seleção Brasileira Wanderley Luxemburgo, na CPI do Futebol, foi marcado para o dia 30 de novembro. As informações referentes às quebras dos sigilos bancário e fiscal do treinador já estão à disposição dos membros da comissão parlamentar de inquérito. Luxemburgo deverá dar explicações sobre denúncia feita pela estudante de Direito Renata Alves de que ele teria montado e operado rede de negócios envolvendo o recebimento de comissão pela escalação de jogadores, uso de imagem, compra e venda de veículos e transferência irregular de dólares ao exterior.

CPI do Roubo de Cargas reúne-se hoje na Paraíba



O senador Romeu Tuma preside a CPI do Roubo de Cargas

A CPI do Roubo de Cargas reúne-se hoje, às 11h, no auditório de convenções do Hotel Tambaú, em João Pessoa (PB), para colher o depoimento dos secretários de Segurança da Paraíba, Glauberto Bezerra, e do Piauí, Carlos Lobo. Além deles, deverão ser ouvidos o deputado estadual Pedro Eurico, que presidiu a CPI sobre o mesmo tema na Assembléia Legislativa de Pernambuco, e delegados de polícia do Ceará e Pernambuco. Os presidentes dos sindicatos de transportes de cargas na Paraíba e Pernambuco também vão depor.

José Agripino quer mais equilíbrio no comércio com União Européia

Senador diz, em seminário em Madri, que é preciso rever as condições de acesso ao mercado europeu dos produtos fabricados no Mercosul



Agripino: produtos agrícolas estão entre os que enfrentam maiores dificuldades na Europa

O senador José Agripino (PFL-RN) defendeu, em seminário promovido em Madri pela Fundação Popular Ibero-Americana para analisar as perspectivas de integração entre o Mercosul e a União Européia, a criação de condições para o desenvolvimento equilibrado do comércio entre as duas regiões. Agripino, que participou do encontro como representante do PFL, relatou aos demais senadores o pronunciamento que fez no encontro.

Ele destacou a importância das negociações para a criação da Associação Inter-regional, que irá agrupar os dois blocos econômicos, conforme acordo firmado em Madri, em 1995. Um dos objetivos da associação, e o mais importante, na avaliação do senador, é a liberalização de fluxos de comércio entre as duas regiões.

Segundo o senador, o Mercosul tem hoje na União Européia o *seu mais importante parceiro comercial. A União Européia absorve* cerca de um quarto das exportações do Mercosul e é, em conjunto, a fonte mais importante dos fluxos de investimento direto estrangeiro nos países que integram este bloco, acrescentou ele.

José Agripino ressaltou a posição do Brasil neste contexto, informando que o fluxo comercial entre o país e a União Européia deve chegar neste ano a US$ 32 bilhões. Entre os 12 maiores parceiros comerciais do Brasil em todo o mundo, sete fazem parte da União Européia.

O senador reconheceu, no entanto, que a negociação para a criação *da Associação Inter-regional será difícil. Ele atribuiu as dificuldades principalmente* às diferenças de prioridade dos dois blocos econômicos e ao tratamento da questão agrícola.

Entre os efeitos nocivos das políticas agrícolas européias nos países em desenvolvimento, citou a perda de mercados na Europa, a concorrência em terceiros mercados de uma produção "altamente subsidiada" e a pressão de baixa nos preços internacionais dos produtos. Ele destacou os efeitos dessas políticas no Nordeste, com a migração para a Amazônia e a conseqüente pressão demográfica sobre a floresta.

Ao defender uma revisão das condições de acesso dos produtos do Mercosul aos mercados comunitários, José Agripino disse que as exportações da União Européia para o Mercosul cresceram mais de 230% na década de 90, enquanto as exportações do Mercosul para o bloco europeu subiram apenas 35%.

José Agripino também destacou a importância política e estratégica da parceria Mercosul e União Européia, observando que a partir de 2005, com a implantação da Área de Livre Comércio da Américas (Alca), poderá estar em jogo o equilíbrio da ordem regional na *América do Sul.*

– *Vemos de modo muito positi*vo a perspectiva de uma parceria mais intensa com os Estados Unidos, mas desejaríamos que a esse movimento correspondesse na mesma medida uma presença mais intensa da Europa nos países do Mercosul – afirmou.

Boaventura pede expansão do Comunidade Solidária



Conforme Boaventura, o programa só chegou a 1.369 municípios, menos de um quarto do total

O senador Albino Boaventura (PMDB-GO) pediu a ampliação da área de atuação do programa Comunidade Solidária. Ele destacou os bons resultados obtidos até agora com o programa, mas ressalvou ser de fundamental importância aumentar o número de municípios beneficiados.

De acordo com os dados apresentados pelo representante de Goiás no Senado, o programa do governo federal atingiu, até agora, 1.369 municípios, menos de um quarto do total no país. Nos primeiros quatro anos de funcionamento, o Comunidade Solidária aplicou R$ 7,6 bilhões para minimizar os efeitos da pobreza. Desse total, pouco mais da metade – 51,3% – foram aplicados nas regiões Norte e Nordeste. Mas a região Centro-Oeste, destacou, perde em aporte de recursos também para as regiões Sul e Sudeste.

– Há casos de municípios, inclusive de meu estado, Goiás, que registram elevadíssimo índice de pobreza e que ainda não receberam os benefícios desse importante programa de promoção social – afirmou Albino Boaventura.

O parlamentar parabenizou o Comunidade Solidária por ter conseguido superar as distorções clássicas dos programas governamentais voltados para a área social, graças à ampliação do controle de sua gestão pela comunidade. Lembrou que a comunidade já é majoritariamente representada no Conselho Consultivo da entidade, órgão que determina as grandes linhas a serem desenvolvidas pela Secretaria Executiva do programa. Ele também elogiou o subprograma Comunidade Ativa, que atua em 150 cidades (52 delas não contempladas pelo Comunidade Solidária) e que tem como meta o desenvolvimento integrado e sustentado.

Boaventura afirmou ser preciso superar "a indiferença e a insensibilidade" de setores da área econômica do governo federal, para que seja ampliado o alcance do Comunidade Solidária. Lembrou que essa postura da área econômica provocou "corretas e oportunas advertências e cobranças da primeira-dama, Ruth Cardoso".

Carlos Bezerra defende mercado comum na região Centro-Oeste



Bezerra: "Não haverá espaço para o guerra fiscal, que acaba por prejudicar a todos os estados"

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) defendeu a criação imediata de um mercado comum para a área que abrange os estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Acre, Rondônia e Distrito Federal. O chamado Mercoeste teria o propósito de desenvolver as potencialidades econômicas da região.

Para Carlos Bezerra, a realização do Encontro de Brasília, no último dia 30 de outubro, com a presença de governadores ou representantes dos seis estados e do DF, marcou uma nova etapa rumo à construção do Mercoeste. Foi firmado um pacto de desenvolvimento integrado e surgiu o primeiro resultado concreto: um convênio assinado pelos sindicatos das indústrias de móveis e vestuário do DF e a Agência de Promoção de Exportações (Apex), vinculada ao Ministério do Desenvolvimento.

Bezerra defendeu a cooperação das unidades da Federação. "Não haverá espaço para a prática conhecida como guerra fiscal, em que a competição entre os estados acaba por prejudicar a todos eles", garantiu. Ele apontou a carência de mão-de-obra especializada na região como um dos grandes obstáculos a serem superados para dar impulso a esse programa de desenvolvimento.

O senador enfatizou que, por essa razão, a participação das universidades, em especial da Universidade de Brasília, representa passo importante não só para formação de especialistas como também para desenvolvimento de pesquisa tecnológica e do programa conhecido como incubadora de empresas.

Carlos Bezerra citou o fomento ao turismo ecológico e a formação de um consórcio de empresas de informática para facilitar a importação de máquinas *(hardware)* e a exportação de programas *(software)*, como os próximos passos para sedimentar o mercado comum. "No futuro, podemos até pensar na criação de uma agência de desenvolvimento de natureza privada, um caminho ágil para estimular ações e projetos", concluiu Carlos Bezerra.

Carlos Patrocínio pretende instituir o voto em separado



Patrocínio quer evitar que o eleitor deixe de votar quando seu nome não constar da folha de votação

Para que todos os cidadãos quites com a Justiça Eleitoral possam exercer o direito de voto, o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) pretende instituir o voto em separado, nos casos em que o nome do eleitor não constar das folhas de votação de sua seção eleitoral.

A proposta busca evitar situações como a ocorrida nas eleições deste ano em Araguaína (TO), onde, segundo o senador, milhares de eleitores não puderam votar na urna eletrônica porque seus nomes não constavam das folhas de votação expedidas pela Justiça Eleitoral. O voto em separado seria uma forma de reparar esse tipo de falha da legislação eleitoral.

Outro argumento do senador é o de que "os candidatos não se podem privar daqueles votos legítimos", principalmente em municípios em que foi registrada pequena diferença entre os candidatos mais votados. "O instituto do voto em separado poderia acarretar resultados diferentes daqueles que ocorreram", justificou.

CCJ aprovou nesta semana sete projetos de lei e uma emenda constitucional

Decisões envolvem temas como a mudança da idade para aposentadoria compulsória, a criação de cargos na PF e a proibição de usar a expressão "boa aparência" em anúncios de emprego



Os integrantes da CCJ acataram projeto que permite à polícia infiltrar agentes em organizações criminosas

Sete projetos e uma proposta de emenda constitucional foram aprovados ao longo da semana pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Um dos projetos, enviado pelo Executivo, cria 2 mil cargos na Polícia Federal. O relator, Romeu Tuma (PFL-SP), disse que eles permitirão à Polícia Federal atuar com mais eficácia, principalmente no combate ao narcotráfico.

Por outra decisão da comissão, o combate ao crime organizado terá ainda duas novas armas. Os policiais poderão instalar aparelhos de som e imagem para captar conversas de suspeitos e passarão a ter condições legais para se infiltrar em organizações criminosas para desbaratar quadrilhas.

Nesta semana, a CCJ decidiu ainda que os responsáveis por brigas de animais – principalmente galos, cães e canários – serão punidos com maior rigor. Foi aprovado projeto do senador Ramez Tebet (PMDB-MS) determinando que os contraventores terão a pena, hoje fixada em três meses a um ano de reclusão, acrescida em um sexto.

A CCJ também aprovou projeto fixando em seis meses o prazo para prescrição da ação impetrada pelas seguradoras para reaver o valor pago aos segurados por dano provocado por terceiros. O prazo atual é de cinco anos, o que prejudica o segurado, que dispõe de apenas um ano para reclamar das companhias a indenização devida.

Por unanimidade, a CCJ acolheu projeto, do senador Geraldo Cândido (PT-RJ), que proíbe o uso da expressão "boa aparência" nos anúncios de emprego e recrutamento de pessoal e obriga os recrutadores a informar o número de vagas *disponíveis e as qualificações* exigidas para a função.

A CCJ aprovou ainda parecer favorável de Ney Suassuna (PMDB-PB), de autoria de Pedro Simon (PMDB-RS), à proposta de emenda constitucional que amplia de 70 para 75 anos a idade em que os funcionários públicos civis e magistrados devem compulsoriamente se aposentar. Outro projeto aprovado, de autoria do senador Juvêncio da Fonseca (PFL-MS), desobriga de pagamento pelo uso de recursos hídricos os proprietários de pequenos rebanhos, piscicultores e pequenos irrigadores.

Os membros da comissão também autorizaram o Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS) a doar ao município de *Alvorada do Gurguéia (PI) o imó*vel reconhecido como Perímetro Irrigado Gurguéia, com área total de 13,5 mil hectares.

Na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), os senadores amazonenses Jefferson Péres (PDT), Bernardo Cabral (PFL) e Gilberto Mestrinho (PMDB), manifestaram-se contra o substitutivo de Suassuna ao projeto do governo para o setor de informática. Eles querem a manutenção da isenção de IPI para os produtos fabricados na Zona Franca de Manaus.

A Comissão de Educação (CE) aprovou requerimento do senador Geraldo Althoff (PFL-SC) para debater em audiência pública o projeto que disciplina o acesso a informações da Internet.

*O Plenário do Senado aprovou, nesta semana, decretos legislativos renovando a concessão para o funcionamento das seguintes emisso*ras: Fundação Cultural de Araúba (RS); Rádio Uirapuru, de Birigüi (SP); Rádio Cidade Jundiaí (SP); Rádio Difusora Porto Real, de Resende (RJ); Rádio Difusora Taubaté (SP); e Rádio Fundação Educativa Nordeste, de Lagoa Vermelha (RS).

Jucá destaca trabalho feito pela CNA para ouvir e representar produtores



Jucá: Projeto Conhecer garante legitimidade às reivindicações da CNA

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) elogiou o trabalho desenvolvido pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA), afirmando que a entidade tem canais eficientes para ouvir os produtores rurais, "o que demonstra sua representatividade democrática e transparência".

Entre as iniciativas da CNA, Jucá destacou o Projeto Conhecer, criado para aproximar a entidade do agricultor. O projeto, disse o senador, cadastrou 28.617 produtores rurais, consultados para que fosse feito um diagnóstico sobre os principais problemas e aspirações do agricultor brasileiro.

Segundo Jucá, o projeto identificou as maiores preocupações dos produtores nacionais: altos custos dos insumos agrícolas, baixos preços dos produtos agrícolas, taxas de juros elevadas, insuficiência de crédito agrícola, legislação trabalhista inadequada, falta de mão-de-obra especializada, dificuldades de transporte pela má conservação das estradas e elevado grau de endividamento. Os produtores também estão preocupados com as exigências da legislação previdenciária, as ameaças à propriedade por invasões de terras, a competição desleal de produtos importados, a falta de irrigação e eletrificação rural e problemas ambientais.

– O Projeto Conhecer é um mecanismo rápido e eficaz de consulta às bases representadas, permitindo ao produtor rural levar suas aspirações e dificuldades às autoridades governamentais, aos meios de comunicação e à sociedade em geral – afirmou Jucá.

Ele acrescentou que o Projeto Conhecer permitiu que a CNA apresentasse seu plano de safra ao Ministério da Agricultura, além de definir a posição dos agricultores sobre o uso dos transgênicos ou produtos geneticamente modificados. A estratégia para a Mobilização Acordo Rural – manifestação dos agricultores em Brasília em agosto de 1999 – também foi montada a partir das informações colhidas pelo Projeto Conhecer.

A utilização das opiniões manifestadas na consulta aos produtores rurais, na opinião de Jucá, demonstra o caráter democrático do Projeto Conhecer, que confere maior legitimidade às reivindicações da CNA.

– Mais importante do que tudo que já foi realizado pela CNA será o trabalho que ela continua a realizar e realizará no futuro, para tornar a agricultura brasileira mais moderna, mais competitiva, capaz de gerar mais empregos, produzir mais alimentos, a preços adequados, para que mais brasileiros possam ter um maior nível de renda e maior bem-estar social – afirmou Jucá.

Ademir apela por medidas em favor da pesca nacional

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) apelou ao governo federal para que crie incentivos ao setor pesqueiro, compreendendo sua importância e potencial para a economia nacional. Ele defendeu o envio do projeto de Código Nacional de Pesca, que, conforme avalia, resolveria os problemas relacionados à produção e à preservação ambiental. Além disso, Ademir sugeriu a adoção de medidas de crédito que ajudem a fortalecer a indústria nacional do pescado. Atualmente, informou o senador, a produção nacional encontra-se estagnada em 700 mil toneladas por ano, gerando um déficit de US$ 400 milhões devido à importação de US$ 520 milhões. Ele se disse descrente do plano anunciado pelo Ministério da Agricultura para incrementar o setor, o que levaria a produção a 1,25 milhão de toneladas de pescado em 2003.

– *Gostaria de acreditar nisso. Mas a realidade ainda está muito distante. Para que isso venha a* ocorrer em curto prazo, como promete o governo, seriam necessários investimentos maciços na aqüicultura e na pesca oceânica – disse.

Ademir Andrade também apontou como solução emergencial o aporte de recursos para a recuperação da frota pesqueira nacional.

– Necessitaríamos de linhas de créditos específicas, seja através do BNDES ou qualquer outro agente financeiro que dê condições de médio e longo prazo de financiamento para a renovação da frota – completou.



Ademir: produção nacional está estagnada em 700 mil toneladas por ano

Professores debatem na TV Senado o futuro do país

Vamireh Chacon e Ronaldo Conde Aguiar, da Universidade de Brasília, avaliam, em entrevista ao jornalista Fernando Cesar Mesquita, as perspectivas do universo político e as alternativas para o Brasil

Neste final de semana, na TV Senado, as perspectivas do universo político e as alternativas de futuro para o Brasil são discutidas pelos professores da Universidade de Brasília Vamireh Chacon e Ronaldo Conde Aguiar – autor de *O Pensamento Social Brasileiro* – em entrevista ao jornalista Fernando Cesar Mesquita.

O programa, que vai ao ar amanhã e domingo, às 11h e às 23h, contou também com a participação de Frank Soudant, da editora Paralelo 15, especializada em sociologia.

Francelino saúda fábrica de caminhões em Minas Gerais

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) saudou a inauguração de uma fábrica de caminhões da Fiat-Iveco em Sete Lagoas (MG), em solenidade que contou com a participação do presidente Fernando Henrique Cardoso. Francelino disse que a presença do presidente da República na solenidade, realizada na semana passada, foi "o testemunho da importância que o governo brasileiro confere a essa parceria entre o estado e uma indústria de dimensão mundial."

A um custo total de US$ 260 milhões, a capacidade de produção da fábrica de Sete Lagoas será de 25 mil veículos por ano, sendo 16 mil Fiat Ducato e nove mil Iveco Daily, dois modelos já produzidos no Brasil, informou. No mesmo terreno, ao lado dos galpões de montagem e pintura, foi erguida uma fábrica de motores a diesel da Iveco, com capacidade para 30 mil motores por ano, disse o senador.



Francelino lembrou pacto firmado há 27 anos entre Minas e o Fiat

Francelino lembrou que essa inauguração é fruto de um pacto firmado há 27 anos entre o estado de Minas Gerais, com o então governador Rondon Pacheco, e a Fiat mundial. A empresa já teve sua sede brasileira localizada no Rio de Janeiro, e, posteriormente, em São Paulo. A decisão de transferir a matriz para Belo Horizonte, afirmou, atende a uma decisão estratégica, uma vez que a atividade industrial do grupo italiano tem se concentrado em Minas Gerais.

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO

HOJE

6h30 – Entrevista Especial – Embaixador Alberto Carreo Vieira fala dos 25 anos de independência da Angola
7h30 – Entrevista – Sen. Jefferson Péres fala sobre a nova Lei de Informática
8h – *Jornal do Senado*
8h30 – *TV Escola – 500 anos. O Brasil Colônia na TV – Sagrados da Incontidência*
9h – Sessão Plenária (ver)
Logo após – Comissão Assuntos Econômicas (gravado)
14h30 – Sessão Plenária (reapresentação)
18h30 – *Quem tem medo da música clássica? – Réquiem Alemão, de J. Brahms – parte 2*
19h30 – *Debate* – Hermani Maia Costa e Sinval Ramires Fernandes, professores de História, falam sobre o fato e o processo republicano
20h30 – Entrevista – Sen. Jefferson Péres fala sobre a nova Lei de Informática
21h – *Jornal do Senado*
21h30 – *Canal Médico* – O adolescente e os esportes
22h30 – *Teatro Arthur Azevedo – Vô Imbolá*, com Zeca Baleiro
0h – *Redescoberta do Cinema Nacional – Atlântico Negro – Na rota dos Orixás*

SÁBADO

1h – *Debate* – Hermani Maia Costa e Sinval Ramires Fernandes, professores de História, falam sobre o fato e o processo republicano
2h – Saúde/Unip – A criança – parte 1
2h30 – *Jornal do Senado*
3h – *Cores do Brasil* – Folclore do Maranhão
3h30 – Entrevista – Sen. Nabor Júnior fala sobre a reforma política
4h – Saúde/Unip – A criança – parte 1
4h30 – *Jornal do Senado*
5h – *Canal Médico* – Proteus – Aula 2
6h – *TV Escola* – 500 anos. O Brasil Colônia na TV – Dos grilhões ao quilombo
6h30 – *Agenda Econômica* – Raul Velloso, economista, fala sobre os contas públicas
7h30 – Entrevista – Sen. Henrique Loyola fala sobre o Projeto Empreender
8h – *Jornal do Senado*
8h30 – *TV Escola* – 500 anos. O Brasil Colônia na TV – A conquista da terra e da gente
9h – *ABD no Ar* – Programa de incentivo ao Cinema do Petrobras
9h30 – *De Coração* – Reposição hormonal
10h – *Quem tem medo da música clássica?* – Orquestra Sinfônica Juvenil da Venezuela
11h – *Entrevista* – Roberto Cardoso de Oliveira, antropólogo, Vamireh Chacon, cientista política, e Ronaldo Conde Aguiar, sociólogo, falam sobre o pensamento social brasileiro
12h30 – Entrevista – Sen. Osmar Dias fala sobre os crimes contra a administração pública
13h – TV Escola – 500 anos. O Brasil Colônia na TV – Entre o fé e o espada
13h30 – Agenda Econômica – Raul Veloso, economista, fala sobre os contas públicas
14h30 – Espaço Cultural – Breve História da Música Caipira, com Pereco
16h – *Saúde/Unip – A criança – parte 1*
16h30 – Entrevista – Sen. Romeu Tuma fala sobre a reforma política
17h – *Revista Brasília*
18h – *Quem tem medo da música clássica?* – Orquestra Sinfônica Juvenil da Venezuela
19h – *Tela Brasileira* – Isa Castro
19h30 – *Canal Médico* – Especial Pediatria – Febre social
20h30 – Entrevista – Sen. Jefferson Péres fala sobre a nova Lei de Informática
21h – *Jornal do Senado*
21h30 – *Teatro Arthur Azevedo – Vô Imbolá*, com Zeca Baleiro
23h – Entrevista – Roberto Cardoso de Oliveira, antropólogo, Vamireh Chacon, cientista política, e Ronaldo Conde Aguiar, sociólogo, falam sobre o pensamento social brasileiro
0h – *Redescoberta do Cinema Nacional – Atlântico Negro – Na rota dos Orixás*

DOMINGO

1h – Entrevista Especial – Embaixador Alberto Correo Vieira fala dos 25 anos da independência da Angola
2h – *Saúde/Unip – A criança – parte 2*
2h30 – *Jornal do Senado*
3h – *Cores do Brasil – Manaus*
3h30 – Entrevista – Sen. Jefferson Péres fala sobre a nova Lei de Informática
4h – *Saúde/Unip – A criança – parte 2*
4h30 – *Jornal do Senado*
5h – *Cores do Brasil* – Pernambuco
5h30 – *Saúde/Unip – A criança – parte 2*
6h – *TV Escola* – 500 anos. O Brasil Colônia na TV – Entre o fé e o espada
6h30 – *Debate* – Sen. João Eduardo e o presidente da Sociedade de Ginecologia e Obstetrícia, Hitomi Miura, falam da maternidade segura e saúde reprodutiva
7h30 – Entrevista – Sen. Romeu Tebet fala sobre a reforma política
8h – *Jornal do Senado*
8h30 – *TV Escola* – 500 anos: O Brasil Colônia na TV – Fausto e pobreza das minas
9h – *Tela Brasileira* – Isa Castro
9h30 – *De Coração* – Reposição hormonal
10h – *Quem tem medo da música clássica?* – Orquestra Sinfônica Juvenil da Venezuela
11h – Entrevista – Roberto Cardoso de Oliveira, antropólogo, Vamireh Chacon, cientista política, e Ronaldo Conde Aguiar, sociólogo, falam sobre o pensamento social brasileiro
12h – *Canal Médico* – Especial Pediatria – Febre social
13h – *TV Escola* – 500 anos: O Brasil Colônia na TV – Segredos da Incontidência
13h30 – *Debate* – Hermani Maia Costa e Sinval Ramires Fernandes, professores de História, falam sobre o fato e o processo republicano
14h30 – *Espaço Cultural* – *Breve História da Música Caipira*, com Pereco
16h – *Saúde/Unip – A criança – parte 2*
16h30 – Entrevista – Sen. Henrique Loyola fala sobre o Projeto Empreender
17h – *Revista Brasília*
18h – *Quem tem medo da música clássica?* – Orquestra Sinfônica Juvenil da Venezuela
19h – *ABD no Ar* – Programa de incentivo ao Cinema do Petrobras
19h30 – *Agenda Econômica* – Raul Veloso, economista, fala sobre os contas públicas
20h30 – Entrevista – Sen. Nabor Júnior fala sobre a reforma política
21h – *Jornal do Senado*
21h30 – *Teatro Arthur Azevedo – Vô Imbolá*, com Zeca Baleiro
23h – *Entrevista Especial* – Roberto Cardoso de Oliveira, antropólogo, Vamireh Chacon, cientista política, e Ronaldo Conde Aguiar, sociólogo, falam sobre o pensamento social brasileiro
0h – *Revista Brasília*

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Freqüência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET 8s8 - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:

- Anteno parabólica tipo TVRO (telado) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11,com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Freqüência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (XX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC,1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

RÁDIO SENADO

HOJE

8h – *Agenda Senado*
Em seguida – Música e informação
9h – Sessão Plenária do Senado (vivo)
Em seguida – Música e informação
14h30 – Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida – Música e informação
19h – *A Voz do Brasil*
Em seguida – Música e informação
20h30 – *Senado em Linha Direta – Edição Nordeste*
Em seguida – Música e informação
21h – *Senado em Linha Direta – Edição Norte/Centro-Oeste*
Em seguida – Música e informação
21h30 – *Senado em Linha Direta – Edição Sul/Sudeste*
Em seguida – Música e informação



Projeto de Hartung confere a todo apólice de seguro natureza de título executivo extrajudicial

Hartung quer combater abusos das seguradoras

Com base em reclamações de segurados contra atitudes arbitrárias de seguradoras, o senador Paulo Hartung (PPS-ES) apresentou projeto de lei que confere a toda apólice de seguro natureza de título executivo extrajudicial. Com isso, explicou, o cidadão terá as condições mínimas para executar judicialmente o seu contrato de seguro e evitar, por exemplo, longas esperas pelo resultado da disputa entre seguradoras e oficinas mecânicas, no caso dos seguros de automóveis.

O projeto encontra-se na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em caráter terminativo. O texto prevê que toda apólice de seguro "passa a compor título executivo que reputar-se-á líquido, certo e exigível 20 dias após o aviso de sinistro à seguradora, se o segurado ou beneficiário cumprir as exigências para instrução do processo".

– Sendo o seguro tipicamente um contrato de adesão, em que o segurado adere às cláusulas redigidas pelas seguradoras, sem poder modificá-las, é preciso proteger o consumidor de abusos – afirma Paulo Hartung.

Rocha defende financiamento público de campanhas eleitorais

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) anunciou a disposição de assinar o requerimento de criação de uma comissão parlamentar de inquérito para investigar as denúncias de recursos não declarados na campanha à reeleição do presidente Fernando Henrique. O senador salientou, no entanto, que a oposição também pode ser responsabilizada por irregularidades em campanhas eleitorais. "Não serei eu quem vai atirar a primeira pedra", garantiu.



Rocha assina pedido de CPI, mas diz que o tema é "um campo minado"

Na avaliação de Rocha, a solução para problemas desse tipo e para evitar o abuso do poder econômico nas eleições é a aprovação do financiamento público exclusivo de campanhas. Ele adiantou que deixará de votar qualquer outro item da reforma política se o financiamento público não for aprovado.

– Vejo que o Congresso Nacional está caminhando em campo minado. Se a CPI tiver acesso à documentação de campanha e às planilhas secretas dos candidatos, teremos de admitir que oposição e governo receberam ajudas que não foram declaradas – disse.

Sebastião Rocha admitiu a dificuldade da oposição para prestar contas dos recursos usados nas campanhas. As razões seriam a grande diversidade de doadores e o receio de alguns empresários, que não querem se identificar por temerem represálias dos governos, "principalmente em campanhas municipais".

A proposta de limitação dos gastos com a propaganda de rádio e televisão, defendida pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS), recebeu o apoio de Sebastião Rocha.

– Os programas de TV dos candidatos têm de ser ao vivo, porque respondem por aproximadamente 80% dos gastos dos candidatos. Esses programas são, proporcionalmente, mais caros do que as novelas – argumentou Rocha.

Em aparte, o senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) manifestou-se contrário à criação da CPI para investigar as sobras de campanha de FHC. No entanto, apoiou o financiamento público e disse que está preparando uma proposta de emenda constitucional sobre o assunto. "As empresas ou empresários que forem pegos burlando a lei serão considerados inabilitados para receber empréstimos de instituições oficiais" – adiantou.

Situação do PDT preocupa parlamentar

Os três senadores que integram a bancada do PDT estão apreensivos com o futuro da agremiação depois que o governador do Rio de Janeiro, Antony Garotinho, deixou o partido, afirmou ontem o senador Sebastião Rocha. Ele citou, nominalmente, seus colegas Emilia Fernandes (RS) e Jefferson Péres (AM).

Juntamente com o governador, saíram do PDT cinco dos oito deputados federais fluminenses, 15 dos 17 deputados estaduais, 12 dos 14 secretários de estado e de seis mil a 11 mil filiados. Anthony Garotinho deixou o PDT depois de vários desentendimentos com o presidente de honra do partido, o ex-governador Leonel Brizola.

– Faltou astúcia a Garotinho para compreender que ele seria o sucessor natural de Brizola. Bastaria buscar o entendimento intrapartidário para tornar-se seu sucessor. Mas ele se precipitou. De modo açodado, tentou abreviar o processo de lançamento do seu nome à Presidência da República – afirmou Rocha.

Embora não considere Leonel Brizola responsável pelo "racha" no PDT, o senador atribuiu, "em parte", à impaciência do ex-governador os fatos ocorridos.

– Não tenho a ousadia de condenar Brizola; considero-o um grande líder. Caberá à História dizer quem estava certo – disse Rocha.

Para o senador, o principal prejudicado é o partido, que, na sua avaliação, já havia se tornado respeitado nacionalmente. Prova disso, afirmou, é a falta de perspectivas que o PDT enfrenta para lançar um candidato à Presidência da República.

– Não acredito nesse partido se ele não tiver um nome que possa se tornar o timoneiro de um projeto político – advertiu.

Outro motivo de apreensão para a bancada pedetista é a fusão com o PTB. Sebastião Rocha disse que, a essa altura, não se sabe se o PDT vai manter sua convicção programática ou será influenciado pelo que antes era criticado no PTB.

Desincompatibilização deve ser obrigatória, diz Nabor

Senador apresentará proposta determinando que candidatos deixem chefia de Executivo seis meses antes do pleito

Em concordância com a tese de que o principal item da agenda pública, atualmente, é o da reforma política, o senador Nabor Júnior (PMDB-AC) anunciou que em breve apresentará proposta de emenda constitucional estabelecendo que os candidatos se desincompatibilizem, seis meses antes do pleito, dos cargos executivos que exercerem. A medida, na sua opinião, é necessária para assegurar equidade na competição eleitoral, combater o abuso de poder econômico e garantir a moralidade da vida pública.



Para Nabor Júnior, "não se justifica que um candidato concorra no exercício do cargo"

Conforme o senador, a não-desincompatibilização dos cargos, associada à reeleição, explica os altos índices de manutenção dos governadores e prefeitos nos respectivos cargos. Em 1998, 18 governadores foram reeleitos. Este ano, entre os 21 prefeitos de capitais que se candidataram à reeleição, 16 foram bem-sucedidos, comentou.

– Se estivesse em vigor a desincompatibilização, nem metade deles conseguiria a reeleição. Não se justifica que um candidato concorra no exercício do cargo, usando recursos do estado na campanha – afirmou.

Nabor Júnior, que esteve em Joinville (SC) na quarta-feira, no lançamento da pré-candidatura do senador Pedro Simon (PMDB-RS) à Presidência da República (*ver página seguinte*), disse que seu partido está no momento correto para lançar candidatura própria e que o nome de Simon é o mais adequado. O partido conta com base eleitoral significativa, observou, tendo quatro prefeitos de capitais, mais de mil prefeitos municipais e cerca de 12 mil vereadores em todo o país, o que o capacita a lançar candidatura própria.

– A proposta feita por Simon no lançamento de sua candidatura foi de lutar pela ética e moralidade, exatamente o que o povo está reclamando. Esta certamente será a bandeira de luta de sua candidatura, se vier a ser indicado candidato oficial do PMDB, como espero – disse.

Antero adianta que bancada lutará por mais verbas para Mato Grosso

A bancada de Mato Grosso no Congresso lutará pelo cumprimento do dispositivo constitucional que manda reservar à região Centro-Oeste 20% das verbas destinadas a projetos de irrigação, informou ontem o senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT). Segundo ele, esse dispositivo jamais foi cumprido, dificultando a viabilização de projetos pioneiros em assentamentos de agricultores beneficiados pela reforma agrária.

– Ou o Congresso faz valer a Constituição ou a muda – afirmou Antero, antecipando alguns dos passos a serem adotados pelos parlamentares mato-grossenses nas reuniões da Comissão Mista de Orçamento.

Um dos pontos da estratégia da bancada é a destinação de verbas para a BR-158, rodovia que funcionará como alimentadora da hidrovia Araguaia-Tocantins, de modo a escoar a produção agropecuária de Mato Grosso e do Tocantins. Outra rodovia vista como prioritária para o estado é a BR-364, que serve ao norte de Mato Grosso. E com relação à BR-163, que ligará Mato Grosso ao porto de Santarém, no Pará, a idéia é conseguir do governo a adoção de medidas enérgicas para garantir a liberação dos recursos orçamentários previstos para sua construção, uma vez que as verbas foram bloqueadas até que se apurem irregularidades na obra.

– Que o governo então cancele o contrato e faça nova licitação ou privatize a rodovia, mas o povo não pode ser prejudicado – disse Antero.

O senador abordou ainda a necessidade da continuação das obras da Ferronorte até Rondonópolis. Ele informou que o presidente Fernando Henrique Cardoso está providenciando a contratação de operação de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para que a ferrovia seja concluída.



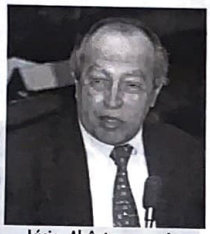
Antero: Constituição reserva para o Centro-Oeste 20% das verbas destinadas à irrigação

Senador vê PSDB vitorioso no estado

O senador Antero Paes de Barros apresentou ontem em Plenário análise do resultado das eleições municipais em Mato Grosso, nas quais o PSDB elegeu 55 candidatos de seu quadro e 29 pertencentes a partidos aliados. No total das candidaturas próprias e coligações, o partido obteve 1,07 milhão de votos, segundo foi informado durante reunião do partido realizada na quarta-feira em Cuiabá.

Antero citou especificamente a vitória do peessedebista Roberto França para a prefeitura da capital do estado. Conforme o senador, a bem-sucedida campanha indica que o PSDB deve se manter unido para as eleições de 2002.

Alcântara destaca avanços da política de informática



Lúcio Alcântara: apoio a empresas deve se basear no investimento em pesquisa

Ao analisar o relatório *Qualidade e Produtividade no Setor de Software Brasileiro em 1999*, do Ministério da Ciência e Tecnologia, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) elogiou a política de informática desenvolvida pelo governo federal. Segundo ele, o relatório apresenta um panorama do setor de *software* no país, a partir de questionários respondidos pelas empresas e do levantamento de informações divididas em quatro categorias.

A primeira categoria, disse o senador, é a atuação das empresas no desenvolvimento ou na distribuição e editoração de *software*. A região Sudeste domina o setor, com 32% das empresas do país, e a região Nordeste figura com 5%.

– No Nordeste, o Ceará é, de longe, o estado que concentra o maior número de empresas. São 56. Depois, vem a Bahia, com 11 empresas; Pernambuco, com sete; Paraíba, com cinco; Alagoas, com duas; e Sergipe, com uma. É o setor que mais cresce na economia e o seu desenvolvimento é a chave para o nosso futuro – assinalou o senador.

Alcântara explicou que a segunda categoria abordada pelo relatório apresenta informações sobre os recursos humanos das empresas, como a qualificação dos empregados, o regime de trabalho e política de pessoal. A terceira categoria é a gestão empresarial, que descreve o planejamento estratégico das empresas, a utilização de programas de qualidade, o relacionamento com clientes e a terceirização de serviços. A quarta categoria, continuou Alcântara, lista os métodos usados para a prevenção e a detecção de defeitos, as ferramentas de desenvolvimento e a medição da qualidade dos processos de *software*.

Para o senador, a política atual, de incentivos baseados no investimento das empresas em pesquisa, é bem mais efetiva que a anterior, apoiada na fixação de altas tarifas de importação.

Mozarildo aponta falta de qualidade no ensino



Mozarildo reconhece que houve avanço, mas diz que "há muito por fazer"

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) pediu mais investimentos na área educacional e disse que o governo, embora tenha universalizado o acesso à escola, deixou de lado a qualidade do ensino, principalmente nos níveis básico e médio. Para o senador, o Executivo deve rever todo o processo educacional brasileiro, a começar pela valorização e qualificação dos professores.

Segundo Mozarildo, no atual mundo globalizado, investir em educação deixou de ser política social e passou a ser política estratégica. A seu ver, só com mão-de-obra qualificada, o país poderá ocupar maior espaço no mercado mundial. Para isso, observou, tem que investir na qualidade do ensino.

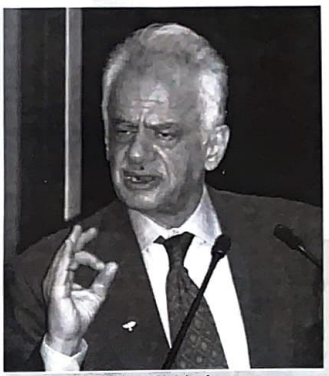
Para melhorar o sistema educacional, Mozarildo aconselhou o governo a garantir a eficiência da rede particular, além de promover o aperfeiçoamento do aluno e a qualificação do professor nas escolas públicas. Ele reconheceu, no entanto, que o governo vem tentando recuperar a educação brasileira.

Na sua opinião, os últimos cinco anos registraram avanços, como o aumento de alunos matriculados nas escolas, a universalização do ensino fundamental, a expansão das matrículas no ensino superior e a implantação de programas educacionais, como o denominado Programa de Aceleração da Aprendizagem.

– Mas há muito por fazer. Apesar do aumento da oferta de vagas no últimos anos, o Brasil ainda tem, por exemplo, uma das mais baixas proporções da população no ensino superior do mundo – ressaltou.

Simon sugere a FHC que busque "amplo entendimento" no país

Para ele, o presidente deve dedicar últimos anos de mandato a essa tarefa, enfrentando questões como as reformas política e tributária



Simon diz que FHC pode fazer agora o que ainda não teria feito no governo: "um trabalho patriótico e de grande repercussão"

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) fez ontem um apelo, em Plenário, ao presidente Fernando Henrique Cardoso para que dedique seus dois últimos anos de mandato à efetivação das reformas sociais, políticas e econômicas demandadas pelo país. "Se o presidente tiver espírito de estadista, vai aproveitar esse tempo para promover um amplo entendimento entre a situação, oposição e entidades da sociedade civil sobre as grandes questões nacionais, preparando, assim, o Brasil para o futuro", afirmou.

Para Simon, não basta Fernando Henrique empenhar seus esforços de final de mandato apenas para fazer seu sucessor. O senador disse estar preocupado com a saída do presidente do cargo, por temer que ela não ocorra "de forma tranqüila, serena e com aplausos da nação". Na opinião de Simon, Fernando Henrique tem oportunidade de fazer agora o que teria relegado a segundo plano nos anos iniciais de seu governo: "um trabalho patriótico e de grande repercussão política", sustentou.

Ao mesmo tempo em que indicou caminhos para o governo, Simon atribuiu à defesa da reeleição a perda da credibilidade alcançada no primeiro mandato de Fernando Henrique, que se iniciou em 1995. "Fernando Henrique gastou toda moeda de prestígio acumulada nessa tese", afirmou. Na contagem regressiva da eleição presidencial de 2002, o senador aconselhou o presidente a retomar, junto ao Congresso e à sociedade, a discussão de reformas importantes para o país, como a tributária, a política e a administrativa.

Na condição de ex-líder do governo Itamar Franco, o senador peemedebista também não se furtou a traçar um paralelo entre a gestão FHC e a de seu antecessor, Itamar Franco. No seu ponto de vista, a integração existente entre o Executivo e Legislativo foi fundamental para o sucesso das ações do governo Itamar, com destaque para o Plano Real e o controle da inflação. "Nunca houve um período de tanta paz social como aquela", declarou.

Conforme Simon, Itamar teve o mérito de recolocar o governo federal em posição de austeridade, após a avalanche de irregularidades descobertas no governo Collor. O senador creditou a Itamar o feito de ter sido único presidente brasileiro a conduzir um período de transição "eufórica" e ter sido sucedido por alguém de sua confiança – no caso, o ex-ministro da Fazenda de seu governo, Fernando Henrique Cardoso.

Senador anuncia lançamento de sua pré-candidatura ao Planalto

No discurso de ontem, o senador Pedro Simon também anunciou ao Plenário o lançamento de sua pré-candidatura à Presidência da República. A indicação foi feita na última quarta-feira pelo PMDB, durante a realização de um congresso do partido no município catarinense de Joinville.

– Não aceito essa missão com vaidade ou pretensão, mas acho que podemos fazer uma grande caminhada pelo país, discutindo com a sociedade questões como ética, impunidade, combate à pobreza – afirmou Simon.

Ressalvando que podem surgir outros nomes para disputar o cargo na convenção do PMDB em 2002, Simon confirmou que já é definitiva a disposição do partido de ter candidato próprio no pleito presidencial.

A última vez que o PMDB participou da corrida à Presidência da República foi em 1989, com Ulysses Guimarães. Pedro Simon informou que também teve seu nome cogitado para a chapa à época, mas, além de recusar o convite, disse ter discordado da decisão da legenda de se lançar na disputa.

– Acho que foi o único momento em que Ulysses não foi candidato natural do partido – disse.

Para Simon, a iniciativa do PMDB de concorrer às eleiçõess presidenciais de 2002 revela uma busca pelo resgate do papel histórico da legenda. Desde a morte de Tancredo Neves e o rompimento do partido com o governo Sarney, Simon diz que o PMDB vem sendo submetido a sucessivas provas de força e resistência. "Agora é a hora de restabelecer o nosso caminho, pois o PMDB é o único partido que tem história", completou.

Em apartes, os senadores Lauro Campos (PT-DF) e Edison Lobão (PFL-MA) saudaram a pré-candidatura de Simon.

Enquanto Lauro Campos elogiou a disposição do senador gaúcho de já começar sua peregrinação pelo país, Edison Lobão manifestou o seu desejo de que o PMDB confirme seu nome como candidato ao Palácio do Planalto, em 2002.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Nabor Júnior, Lauro Campos e Sebastião Rocha

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal — Ano VI – Nº 1.201 – Brasília, quinta-feira, 16 de novembro de 2000

Acordo garante medidas contra a sonegação e permite o aumento do salário mínimo

Lideranças partidárias no Congresso chegaram a um consenso para aprovar rapidamente dois projetos que possibilitarão o crescimento da arrecadação federal e, em conseqüência, o reajuste do piso salarial

Suassuna pede punição para laboratórios

O Brasil precisa agir contra a ambição dos laboratórios farmacêuticos que atuam no país, praticando irregularidades sem sofrer punições, afirma o senador Ney Suassuna.

Página 6



Reunião de lideranças com o relator do Orçamento 2001 propiciou acordo para ampliar a arrecadação federal

Um acordo para aprovar rapidamente dois projetos de combate à sonegação foi definido terça-feira, em reunião das lideranças partidárias no Congresso Nacional. Isso deverá permitir o aumento do salário mínimo para R$ 180 sem inviabilizar as contas da Previdência Social.

Conforme o relator do Orçamento 2001, senador Amir Lando, *houve acordo para aprovação do projeto de lei que flexibiliza o sigilo bancário e da proposta que acaba com brechas legais que tornam possível a elisão fiscal.*

Página 3

Tebet: ONGs tentam impedir desenvolvimento

Página 8

Everardo prevê renúncia fiscal de R$ 13,4 bi com nova Lei de Informática



O secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, falou à CAE sobre projeto referente ao setor de informática

Página 4

CPI do Futebol ouve Juca Kfouri na terça-feira

Página 3

Lauro teme crescimento rápido do PT

O senador Lauro Campos manifestou o temor de que o Partido dos Trabalhadores esteja caminhando depressa demais rumo ao poder.

Página 7

Senadores debatem o financiamento público de campanha

O tema dominou o debate em Plenário. O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, faz restrições à proposta.

Páginas 2 e 8

PRESIDENTE DA CAMARA DE VEREADORES
004075
CAMARA MUNICIPAL
13825-000 HOLAMBRA - SP



Juntamente com o senador Eduardo Suplicy e o deputado Luiz Antônio Fleury, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu terça-feira uma comissão de funcionários do Banespa, que trouxe argumentos contra a privatização do banco.

ACM faz restrições a custeio público de campanha eleitoral

Na opinião do presidente do Senado, a medida não é suficiente para acabar com irregularidades

O presidente do Senado Federal, Antonio Carlos Magalhães, admitiu terça-feira que a proposta de adoção do financiamento público das campanhas eleitorais vem ganhando terreno no meio parlamentar, mas reiterou sua posição de que a medida não é suficiente para acabar com irregularidades, conforme argumentam seus defensores.

– A tese vem ganhando adeptos na área política, mas eu acho que o financiamento público não é motivo para acabar com outros tipos de financiamento – afirmou.

Antonio Carlos ressaltou que na opinião pública não existe a mesma receptividade para com a inovação pretendida:

– Cresce entre os políticos a vontade de aprovar o financiamento público, mas o povo não é favorável – assinalou ele.

Hugo Napoleão negociará em nome do PFL eleição da nova Mesa do Senado

O líder do PFL no Senado, Hugo Napoleão (PI), começará na próxima terça-feira a negociar com os líderes dos demais partidos a composição da futura Mesa do Senado. Ele recebeu uma delegação nesse sentido da bancada de seu partido, em reunião realizada na última terça, e pretende concluir as conversas sobre o tema até 15 de dezembro, quando termina o ano legislativo.

– Recebi plenos poderes para conversar com todos os partidos, guardados princípios partidários como a ética e a compostura – disse Napoleão.

Antes de procurá-los, ele informou que vai ter um encontro com o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães.

Até o momento, afirmou Napoleão, a bancada do PFL não chegou a discutir os possíveis integrantes da futura Mesa. "Ninguém falou em nomes nem em vetos", relatou o senador. Na sua opinião, os desentendimentos ocorridos recentemente entre o PFL e o PMDB em torno da indicação do novo presidente do Senado não prejudicarão as negociações. "Estamos zerando a situação e vai contar o que acontecer daqui para a frente", afirmou.



Os senadores Hugo Napoleão, Jorge Bornhausen e Antonio Carlos Magalhães, durante encontro realizado na última terça-feira

Napoleão acrescentou que os senadores de seu partido poderão reivindicar, na formação da Mesa, cargos como os de primeiro-secretário ou primeiro vice-presidente. Ele não afastou, porém, a possibilidade de o PFL vir a indicar candidato à sucessão de Antonio Carlos. "Este não é um assunto descartado, mas não está na Ordem do Dia", afirmou Napoleão. "Trata-se de uma hipótese remota", afirmou.

RESULTADO DA ORDEM DO DIA

TERÇA-FEIRA, 14 DE NOVEMBRO DE 2000

1 Projeto de Decreto Legislativo nº 75, de 1994 (nº 294/93, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Difusora Porto Real Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Resende, estado do Rio de Janeiro. Parecer nº 270/2000-CE, relator: senador Ney Suassuna, favorável, com abstenção do senador Geraldo Cândido. Aprovado. À promulgação.

2 Projeto de Decreto Legislativo nº 229, de 1999 (nº 218/99, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora Taubaté Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Taubaté, estado de São Paulo. Parecer nº 272/2000-CE, relator: senador Mozarildo Cavalcanti, favorável, com abstenção do senador Geraldo Cândido. Aprovado. À promulgação.

3 Projeto de Decreto Legislativo nº 241, de 1999 (nº 121/99, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que renova a concessão da Fundação Cultural de Araitiba para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Araitiba, estado do Rio Grande do Sul. Parecer nº 311/2000-CE, relatora: senadora Emilia Fernandes, favorável, com abstenções dos senadores Geraldo Cândido e Jefferson Péres. Aprovado. À promulgação.

4 Projeto de Decreto Legislativo nº 252, de 1999 (nº 125/99, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Uirapuru Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Birigüi, estado de São Paulo. Parecer nº 238/2000-CE, relator: senador Jonas Pinheiro, favorável, com abstenção do senador Geraldo Cândido. Aprovado. À promulgação.

5 Projeto de Decreto Legislativo nº 280, de 1999 (nº 142/99, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cidade Jundiaí Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jundiaí, estado de São Paulo. Parecer nº 239/2000-CE, relator: senador Lúdio Coelho, favorável, com abstenção do senador Geraldo Cândido. Aprovado. À promulgação.

6 Projeto de Decreto Legislativo nº 63, de 2000 (nº 110/99, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que renova a concessão da Fundação Educativa Nordeste para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Lagoa Vermelha, estado do Rio Grande do Sul. Parecer nº 730/2000-CE, relatora: senadora Emilia Fernandes, favorável, com abstenção do senador Geraldo Cândido. Aprovado. À promulgação.

Fonte: Secretaria-Geral da Mesa

AGENDA

QUINTA-FEIRA, 16 DE NOVEMBRO DE 2000

PLENÁRIO

Quinta-feira
10h – Sessão não deliberativa

Sexta-feira
9h – Sessão não deliberativa

Brasil 500

SENADO FEDERAL

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. da Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327
Editor-Chefe: Edson de Almeida
Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Morais
Fotos: Célio Azevedo, Márcio Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Raque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Juca Kfouri depõe na CPI do Futebol terça-feira

O jornalista esportivo Juca Kfouri é o próximo convidado a prestar esclarecimentos na CPI do Futebol. Seu depoimento, que terá uma parte pública e outra secreta, está agendado para a próxima terça-feira, dia 21, com início previsto para após o término da Ordem do Dia. Entre outros temas, ele falará sobre negócios envolvendo a transferência de jogadores.

A expectativa do presidente da comissão parlamentar de inquérito, senador Álvaro Dias (PSDB-PR), é que o jornalista da Rede TV! apresente documentos que sirvam como indícios de irregularidades – como evasão de divisas – envolvendo entidades ou pessoas ligadas ao futebol brasileiro. Ele acrescentou que a convocação foi baseada na afirmação feita por Kfouri na CPI da Nike, da Câmara dos Deputados, de que teria outras informações a prestar se a reunião fosse sigilosa.

Hoje uma equipe de assessores da CPI do Futebol estará no Rio de Janeiro coletando dados sobre a mansão que teria servido de sede para negociação de jogadores entre o ex-treinador da Seleção Brasileira Wanderley Luxemburgo, empresários, dirigentes de clubes, doleiros e integrantes da Confederação Brasileira de Futebol (CBF). A denúncia foi feita pela estudante de Direito Renata Alves. Segundo ela, o local era conhecido como "embaixada". Os assessores também irão à CBF cobrar a remessa das cópias de contratos de jogadores, já solicitada pela comissão.

A CPI do Futebol também definiu sua agenda para os próximos dias. Na quinta-feira da próxima semana, dia 23, a presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), Adrienne de Senna, falará sobre irregularidade nos bingos. No dia 28, haverá reunião administrativa. Em 30 de novembro, a comissão parlamentar de inquérito ouvirá Wanderley Luxemburgo.

Acordo garante recursos para aumento do mínimo

Lideranças partidárias reuniram-se terça-feira e acertaram a aprovação de dois projetos que permitirão aumentar a arrecadação e o reajuste

As lideranças partidárias do Congresso Nacional chegaram a um consenso pela rápida aprovação de medidas que combatam a sonegação, como forma de aumentar a arrecadação e garantir o aumento do salário mínimo. Segundo o relator do projeto de Orçamento para 2001, senador Amir Lando (PMDB-RO), houve acordo para a aprovação do projeto de lei que flexibiliza o sigilo bancário e o que acaba com brechas legais que tornam possível a elisão fiscal, ou seja, o uso abusivo de brechas na legislação para reduzir os impostos a pagar.



Conforme o acordo fechado entre lideranças partidárias, deve ser aprovado o projeto que flexibiliza o sigilo bancário e o que acaba com a elisão fiscal

O primeiro projeto permite à Secretaria de Receita Federal investigar contas bancárias de pessoas cujo recolhimento da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) seja incompatível com a renda declarada. De autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), o projeto já foi aprovado pelo Senado e prevê arrecadação extra de R$ 9 bilhões a R$ 11 bilhões.

O segundo projeto altera o Código Tributário Nacional, acabando com lacunas na legislação que possibilitam um menor pagamento de tributos. De autoria do Poder Executivo, a proposta precisa ser aprovada pelas duas Casas legislativas e ainda não há estimativa sobre o aumento de arrecadação que irá proporcionar.

Há ainda a expectativa de uma decisão favorável do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o pagamento de Imposto de Renda pelos fundos de pensão. Hoje, eles não pagam impostos por força de liminares obtidas na Justiça, sob o argumento de que são empresas de interesse social e, portanto, estariam isentas.

– Mas essa é uma decisão judicial que não depende do Congresso Nacional – afirmou Amir Lando.

Novos cálculos indicam que a União terá em 2001 mais R$ 2 bi em receitas

O relator-geral do projeto de Orçamento, senador Amir Lando, anunciou que só a reestimativa de arrecadação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e da Contribuição Financeira para a Seguridade Social (Cofins) aumentará as receitas da União, no ano de 2001, em R$ 1,3 bilhão. Ele informou ainda que pode incluir nas receitas orçamentárias a multa de R$ 700 milhões que a Receita Federal aplicou à Embratel devido à tributação de ligações internacionais de 1996 a 1998.

Esses três itens aumentam a previsão de receitas do próximo ano em R$ 2 bilhões, praticamente o mesmo valor que Amir Lando cortou no projeto orçamentário enviado ao Congresso, que previa a cobrança de R$ 1,4 bilhão de aposentados do serviço público federal. Durante a reunião com líderes partidários, o relator-geral informou que ainda espera dados consolidados da arrecadação federal e do comportamento da inflação para decidir se vai rever a previsão geral de receitas para 2001.

De qualquer forma, de acordo com Lando, as principais fontes permanentes de receitas para permitir aumento do salário mínimo são os projetos de combate à sonegação e da cobrança de Imposto de Renda das aplicações financeiras dos fundos de pensão.



Lando ainda não decidiu se vai alterar a previsão de receitas

Ele distribuiu quadro aos líderes, baseado em estudos técnicos das consultorias de Orçamento e Fiscalização do Congresso, prevendo que, se os projetos forem aprovados e os fundos de pensão passarem a recolher tributos (o STF deve decidir o caso nos próximos dias), a arrecadação do ano que vem subirá no mínimo em R$ 13 bilhões, contando a nova previsão para CPMF e Cofins e a multa da Embratel.

Nem todo esse dinheiro, no entanto, poderá ser empregado para pagar o salário mínimo, uma vez que há transferências constitucionais, aplicações obrigatórias em educação e vinculações à Seguridade Social.

ALTERNATIVAS DE RECEITAS PARA AUMENTAR O SALÁRIO MÍNIMO

DESCRIÇÃO	DEPENDÊNCIA	VALOR EM R$
Flexibilização do sigilo bancário	Já aprovado pelo Senado. Falta aprovação dos deputados	9,0 bilhões
Reestimativa de CPMF e Cofins	Receita tem conseguido derrubar liminares e passou a cobrar Cofins nas refinarias	1,3 bilhão
Multa da Embratel	Empresa foi condenada a pagar	0,7 bilhão
Combate à elisão fiscal	Projeto tramitando na Câmara	não estimado
Cobrança de IR das aplicações dos fundos de pensão	STF está para decidir se eles devem pagar impostos	2 bilhões
Reestimativa geral da arrecadação federal	Depende do comportamento da arrecadação até outubro	ainda não estimado

Fonte: Consultoria da Comissão Mista de Orçamento

PFL assegura votação na Câmara do sigilo bancário

Após a reunião dos representantes partidários do Congresso Nacional com o relator-geral do projeto de Orçamento para 2001, senador Amir Lando, para discutir os projetos que podem gerar recursos para o aumento do salário mínimo para até R$ 180, o líder do PFL na Câmara, deputado Inocêncio Oliveira (PE), disse que vai garantir a presença dos parlamentares do seu partido para votar o projeto que flexibiliza o sigilo bancário. "Garanto que o PFL dará *quorum* para essa votação", afirmou.

Apesar de a iniciativa ser do PFL, alguns líderes tinham receio da reação do partido quanto ao reajuste do salário mínimo para R$ 180. O projeto sobre o sigilo permite que a Secretaria da Receita Federal tenha acesso às movimentações bancárias de pessoas ou empresas suspeitas de sonegação, devido ao grande pagamento de CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira).

O relator da proposta na Câmara, deputado Ney Lopes (PFL-RN), apresentou substitutivo que pouco altera a situação atual. A idéia é colocar o projeto em regime de urgência e, por acordo, votar a proposta original, de autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), e não o substitutivo de Ney Lopes.

Outros líderes partidários na Câmara também fizeram declarações favoráveis à votação urgente do projeto sobre o sigilo. Aécio Neves (MG), líder do PSDB, afirmou que os líderes vão acertar a retirada de urgência constitucional de alguns projetos, permitindo que entre na Ordem do Dia a proposta que altera o sigilo bancário.

O segundo projeto que os líderes concordaram em votar altera um dos artigos do Código Tributário Nacional para pôr fim à chamada elisão fiscal, ou seja, o uso abusivo de brechas na legislação para reduzir os impostos a pagar. O artigo permite à Receita Federal desconsiderar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de elisão. É comum grupos empresariais comprarem ou criarem empresas, orientados por planejamento fiscal, com a finalidade de reduzir os impostos de todo o grupo. A proposta, do Executivo, está sendo relatada pelo deputado Eduardo Paes (PTB-RJ).

Renúncia fiscal para informática pode superar R$ 13 bi

Secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, analisa em audiência pública os efeitos do projeto em tramitação na CAE. Ele defende a concessão de incentivos por meio de tratamento aduaneiro diferenciado

Projeções apresentadas pelo secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, demonstram que a concessão de incentivos fiscais ao setor de informática, de acordo com o projeto de lei em tramitação na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), pode resultar num total de R$ 13,4 bilhões de renúncia fiscal até 2009. O cálculo leva em conta o texto do substitutivo do senador Ney Suassuna (PMDB-PB), que inclui indústrias de monitores de vídeo e de telefonia celular digital entre as beneficiadas pela isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) em todo o país.

Caso essas indústrias não sejam incluídas entre as beneficiárias da lei, como proposto no projeto aprovado pela Câmara dos Deputados, a renúncia fiscal referente ao IPI cai para R$ 9,2 bilhões entre 2000 e 2009.

Porém, a alteração sugerida pelo relator da matéria na CAE tem reflexos na Zona Franca de Manaus (ZFM), que perderia vantagens para atração das empresas, de acordo com os senadores do Amazonas.

Na primeira hipótese, Maciel considerou que os fabricantes de monitores e telefones celulares não escolheriam a ZFM e, na segunda, o secretário considerou que as indústrias só se instalariam na capital do Amazonas em busca da isenção de Imposto de Importação. Assim, no primeiro caso, a renúncia fiscal decorrente dos benefícios da ZFM chegaria a R$ 6,6 bilhões. Com as indústrias de monitores de vídeo e de telefones celulares digitais, a renúncia de impostos federais na ZFM chegaria a R$ 15,5 bilhões.

– Diante desses dados, é natural que um assunto dessa natureza envolva conflitos federativos, que devem ser tratados na casa legislativa para harmonizar as disputas entre os estados – afirmou Everardo.

Em sua exposição, o secretário também considerou "pouco recomendável" a adoção de incentivos fiscais para fins não arrecadatórios, por causarem distorções. A renúncia fiscal, na sua opinião, só se justifica em circunstâncias em que haja necessidade de redução de disparidades regionais de renda, como acontece no Brasil.

Ele defendeu a concessão de incentivos por meio de tratamento aduaneiro diferenciado, como a criação da alfândega virtual, que desonerou as empresas dos setores de informática, telemática e telecomunicações que firmaram contratos para acelerar e simplificar a importação de componentes. Nesse caso, porém, não existem vantagens de acordo com a localização, e sim de acordo com uma decisão administrativa da empresa.



Everardo Maciel, ao lado dos senadores Ney Suassuna e Bello Parga, durante a audiência pública promovida pelo CAE

Indústrias como a IBM, a Compaq, a Dell Computers, a Hewlett Packard e a Ericsson já adotaram o sistema. Com essas regras, à exceção da Dell, instalada no Rio Grande do Sul, as demais indústrias estão sediadas em São Paulo.

Everardo alertou que as projeções apresentadas são precárias, pois levam em conta um período de tempo longo e indústrias sujeitas a rápidas transformações tecnológicas e até à obsolescência. Os cálculos apresentados prevêem crescimento de 10% ao ano no faturamento das indústrias e um IPI médio de 14,9%.

Trabalhador deve participar dos lucros, diz Everardo

O secretário da Receita Federal, *Everardo Maciel, defendeu a participação dos trabalhadores* nos lucros de empresas beneficiárias de incentivos fiscais. Na sua opinião, essa é uma das maneiras de mitigar o "efeito perverso de concentração de renda da renúncia fiscal em benefício de setores produtivos".



CAE deve votar na terça-feira o substitutivo de Ney Suassuna ao projeto de Lei de Informática

A proposição foi manifestada em resposta ao senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que falou em defesa da emenda apresentada pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE), incluindo na Lei de Informática a garantia de que os trabalhadores tenham participação nos lucros das indústrias. Maciel esclareceu que não participou da elaboração do projeto da Lei de Informática.

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) pediu que o secretário quantificasse o retorno que a sociedade terá em troca da renúncia da arrecadação de impostos, em termos de empregos, tecnologia ou de acesso aos bens produzidos. Everardo afirmou que não possui elementos científicos para avaliar os benefícios da medida e os impactos que teria na concentração de renda.

O senador Paulo Souto (PFL-BA) defendeu emenda que apresentou com o propósito de ampliar a diferença de redução de IPI entre as regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste e as regiões Sul e Sudeste. Na sua opinião, da maneira como está definida no substitutivo do senador Ney Suassuna, a diferença é insignificante e não assegura condições para que os estados do Nordeste entrem na indústria de informática.

– Somos favoráveis a um diferencial maior que aqueles míseros sete pontos de IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) – afirmou Souto, que teme que qualquer produto que use *chips* possa vir a ser classificado como bem de informática.

O senador Pedro Piva (PSDB-SP) pediu que a CAE se pronuncie rapidamente sobre o projeto, pois "o país não pode mais esperar". Na sua avaliação, a proposta do relator assegura vantagens comparativas aos principais produtos da Zona Franca de Manaus, garantindo condições de desenvolvimento ao Amazonas e competitividade aos demais estados.

Suassuna afirmou, ao final da reunião, que receberá emendas ao seu substitutivo até o final da semana, e colocará seu relatório em votação na próxima terça-feira. Ele acredita que um acordo seria o ideal, mas, se necessário, apresentará suas conclusões e a comissão decidirá pelo voto.

Senadores do Amazonas criticam o substitutivo

Os representantes do estado do Amazonas, senadores Jefferson Péres (PDT), Bernardo Cabral (PFL) e Gilberto Mestrinho (PMDB), manifestaram-se contra o substitutivo do senador Ney Suassuna ao projeto do governo para o setor de informática. Ao participar de audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos, ontem, eles discordaram da inclusão de monitores de vídeo e telefones celulares entre os produtos que podem receber isenção do Imposto de Produtos Industrializados (IPI).

– Somos contra porque querem usá-lo (o substitutivo) para asfixiar a Zona Franca de Manaus – afirmou Mestrinho, para quem a melhor saída seria a discriminação dos produtos que poderão ser beneficiados com os incentivos fiscais. O senador argumentou que, se isso não for feito, a Lei de Informática se transformará em um cobertor para extinguir toda produção eletroeletrônica da Zona Franca.

Mestrinho também questionou a previsão feita pelo secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, de que a renúncia fiscal será em torno de R$13 bilhões. "Essa previsão está muito otimista – considerou o senador –, porque a evolução tecnológica poderá levar a renúncia a valores incrivelmente superiores".

Jefferson Péres enfatizou a importância da Zona Franca de Manaus como pólo econômico que, segundo relatou, sem recorrer a financiamentos do BNDES e contando apenas com recursos dos próprios empresários, gerou no ano passado uma receita em torno de US$ 10 bilhões.

Em resposta a questão levantada pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), Everardo Maciel admitiu ser favorável ao uso de incentivos fiscais como instrumento para redução de desequilíbrios regionais de renda, destacando serem indiscutíveis os resultados econômicos alcançados com a Zona Franca de Manaus.



Jefferson, Cabral e Mestrinho, representantes do Amazonas, consideram o substitutivo ao projeto de lei prejudicial à Zona Franca de Manaus

Pode subir idade para aposentadoria compulsória

Faixa etária exigida de juízes e funcionários públicos civis aumenta de 70 para 75 anos, conforme proposta do senador Pedro Simon aprovada pelos membros da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado

O parecer favorável do senador Ney Suassuna (PMDB-PB), com emendas, à proposta de emenda constitucional que amplia de 70 para 75 anos a idade da aposentadoria compulsória de funcionários públicos civis e de magistrados foi aprovado terça-feira pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A PEC, do senador Pedro Simon (PMDB-RS) e de outros senadores, já havia sido discutida em Plenário, quando recebeu uma emenda e passou a tramitar conjuntamente com outra PEC de teor similar, esta do senador Ramez Tebet (PMDB-MS), que também recebeu emenda em Plenário. Em seu voto, Suassuna rejeitou as emendas e adotou a proposta original, de Simon, oferecendo quatro novas emendas ao texto.



Na análise da proposta, alguns senadores fizeram críticas, entre outras coisas, ao fato de ela tratar desigualmente juízes e demais servidores

A matéria, que será apreciada agora pelo Plenário, em primeiro turno, não estará sujeita nessa etapa a novas emendas, segundo José Eduardo Dutra (PT-SE), que votou contra a decisão da comissão. Para ele, a medida deveria tramitar em conjunto com a reforma do Judiciário. Dutra também manifestou o receio de que a emenda provoque a "petrificação das idéias do Direito por incidir diretamente sobre o Judiciário".

O líder do governo, José Roberto Arruda (PSDB-DF), que apresentou voto contrário em separado, alertou para o risco de definir-se uma regra que não beneficiará todos os servidores igualmente. Isto porque, observou, a PEC permite que os juízes se aposentem após 35 anos de serviço mesmo que tenham apenas cinco anos no cargo.

Já Roberto Requião (PMDB-PR), Tebet, Artur da Távola (PSDB-RJ) e Ney Suassuna destacaram os efeitos positivos da proposta. Suassuna lembrou que a expectativa de vida da população mudou e que muitos cientistas e intelectuais têm sido ejetados de suas funções por conta da legislação atual. Requião disse que as pessoas não podem ter "uma obsolescência programada simplesmente pela idade".

Projeto de lei permite à polícia infiltrar agentes e gravar conversas de suspeitos

O combate ao crime organizado poderá ganhar dois novos aliados: os policiais poderão instalar aparelhos de som e imagem para captar conversas de suspeitos e passarão a ter condições legais para se infiltrar em organizações criminosas na tentativa de desbaratá-las. Ambas as ações vão depender de autorização judicial. A decisão foi tomada terça-feira pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que aprovou parecer favorável a projeto de lei do Executivo nesse sentido.



Os novos mecanismos, diz Tuma, "irão ajudar no combate ao crime"

O relator, Romeu Tuma (PFL-SP), disse que "esses instrumentos, devidamente legalizados, irão ajudar no combate ao crime". O projeto segue agora para análise do Plenário. Na exposição de motivos, o ministro da Justiça, *José Gregori*, esclarece que os mecanismos já vêm sendo utilizados em vários países.

A infiltração de agentes em organizações criminosas permitirá rastrear informações, destinadas à obtenção de elementos para a apuração de crimes. Já as escutas ambientais serão capazes, conforme o projeto, de identificar delitos como contrabando, tráfico de drogas, retirada ilegal de madeira e atividades do chamado crime organizado.

CARGOS NA PF

A CCJ aprovou ainda parecer favorável a projeto do Executivo que cria 2 mil cargos na Polícia Federal. Tuma, que também relatou a matéria, afirmou que a medida possibilitará à *PF cumprir suas funções constitucionais, principalmente com* relação ao combate ao narcotráfico. O projeto segue agora para votação em Plenário.

BRIGA DE ANIMAIS

Os responsáveis por brigas de animais previamente treinados, principalmente galos, cães e canários, passarão a ser punidos com maior rigor, de acordo com projeto do senador Ramez Tebet (PMDB-MS) aprovado pela CCJ. Pelo projeto, os contraventores terão a pena, hoje fixada em três meses a um ano, acrescida em um sexto.

Senadores aprovam o fim da exigência de "boa aparência"

Outro projeto aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, este por unanimidade, proíbe o uso da expressão "boa aparência" nos anúncios de emprego e de recrutamento de pessoal. O projeto, de Geraldo Cândido (PT-RJ), obriga também os recrutadores a informar o número de vagas disponíveis e as qualificações exigidas para a função. Como é terminativo, o projeto segue para a Câmara, a não ser que haja requerimento para votação em Plenário de um décimo dos senadores.



Para Geraldo Cândido, a expressão tem um caráter discriminatório

A proposta recebeu parecer favorável do relator, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), que concordou com a idéia do autor de que a expressão é discriminatória.

– Tal conceito, por ser abrangente e subjetivo, pode excluir pessoas com problemas dermatológicos, pessoas obesas ou ainda de certas etnias, notadamente os afro-descendentes – argumenta Cândido.

Valadares lembra também, em seu relatório, que a Constituição, em seus artigos 3º, 5º e 7º, assegura o direito ao trabalho e *igualdade de tratamento a todos os brasileiros. "O critério de admissão para as empresas tem que ser objetivo, de modo que as conotações pessoais devem ser colocadas de lado"*, acrescentou o relator.

Romeu Tuma (PFL-SP) apresentou voto em separado, rejeitado pelos integrantes da CCJ, no qual considerou que a obrigatoriedade de os empregadores anunciarem o número de vagas e as qualificações exigidas para o emprego não constitui "instrumento essencial no combate à discriminação".

O texto do projeto estabelece ainda que os infratores da legislação estão sujeitos a multas a serem revertidas ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Pode mudar prazo para prescrever ação de seguro

Os membros da CCJ aprovaram ainda projeto do Executivo que fixa em seis meses o prazo para prescrição da ação impetrada pelas seguradoras para reaver o valor que tenham pago aos segurados por dano provocado por terceiros. Pelo Código Civil, o prazo atual é de cinco anos, o que acaba prejudicando o segurado, que dispõe de um ano para reclamar das empresas a indenização devida. Ou seja, se a seguradora exerce seu direito em prazo superior a um ano, o responsável pelo dano não pode exigir da sua seguradora o ressarcimento.

Na justificativa do projeto, o ministro da Justiça, José Gregori, argumenta que a distorção "torna ineficaz a garantia oferecida pelo contrato de seguro: quando é intentada a ação pela seguradora após certo tempo, o segurado não dispõe de instrumento processual hábil".

ÁGUA PARA REBANHOS

Na reunião de terça-feira, a CCJ acatou parecer favorável, de Francelino Pereira (PFL-MG), a projeto de Juvêncio da Fonseca (PFL-MS) que desobriga de pagamento pelo uso de recursos hídricos os proprietários de pequenos rebanhos, os piscicultores e pequenos irrigadores. No caso dos primeiros, o projeto exige que a água seja utilizada para matar a sede dos animais.

A modificação altera a Política Nacional de Recursos Hídricos e, segundo o autor do projeto, é motivada pela necessidade de proteção ao meio ambiente. Segundo Juvêncio, rios e lagos estão sendo deteriorados pela pesca profissional e amadora, e o projeto irá estimular a piscicultura praticada em tanques.

Juvêncio observa que a proposta, se aprovada pelo Plenário e pela Câmara, aumentará a produtividade das culturas irrigadas em áreas não superiores a dois módulos.

Outro projeto aprovado pela CCJ, de Hugo Napoleão (PFL-PI) e com parecer favorável de Edison Lobão (PFL-MA), autoriza o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) a doar ao município de Alvorada do Gurguéia (PI) o imóvel reconhecido como Perímetro Irrigado Gurguéia, com área total de 13,5 mil hectares.

Reforma política será debatida na quarta-feira

O presidente da CCJ, José Agripino (PFL-RN), anunciou que os quatro projetos em tramitação na comissão que tratam da reforma política – financiamento público de campanhas, filiação partidária, publicação de pesquisas eleitorais e arrecadação e aplicação de recursos – serão apreciados na quarta-feira, em reunião convocada exclusivamente para esse fim.



Agripino: pauta incluirá os quatro projetos sobre o tema

Suassuna cobra punições para abusos de laboratórios

Senador diz esperar que um dia o interesse da indústria farmacêutica estrangeira "seja contido em favor da saúde do brasileiro"



"Quantas CPIs teremos ainda de criar?", indaga Suassuna em relação à indústria farmacêutica

O Brasil precisa agir contra a ambição dos laboratórios farmacêuticos que atuam no país, praticando irregularidades sem sofrer nenhuma sanção das leis nacionais. Com essa tese, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) lembrou terça-feira, em Plenário, que os dez maiores laboratórios estrangeiros em atividade no Brasil enviaram para o exterior, entre 1995 e 1999, cerca de US$ 1,7 bilhão.

Conforme Suassuna, esse é apenas o valor legal da sangria de divisas operada pelo setor farmacêutico estrangeiro. "É claro que os recursos enviados ao exterior são bem mais robustos que esses, porque os laboratórios estrangeiros são useiros e vezeiros na prática chamada *preços de transferência*, pela qual compram de suas matrizes matéria-prima a preços superfaturados", afirmou o senador.

A prática, de acordo com o senador, é conhecida pelas autoridades brasileiras, pelos laboratórios nacionais, pelos sindicatos de farmácias e drogarias e pela imprensa. "Mas nada é feito a respeito", lastimou. Conforme Suassuna, ao comprarem de suas matrizes componentes a preços até 1.400% superiores aos praticados no mercado internacional, os laboratórios *aumentam ilegalmente sua remessa de dinheiro para o exterior*, diminuindo também ilegalmente o lucro tributável no Brasil.

O senador disse que a prática do superfaturamento foi verificada pela CPI dos Medicamentos e amplamente divulgada, sem produzir conseqüências. Ele pediu que o Brasil tenha mais respeito consigo mesmo e imponha sua soberania e suas leis sobre a falta de escrúpulo desses laboratórios. Depois de almejar que um dia o interesse da indústria farmacêutica estrangeira seja contido em favor da saúde do brasileiro, Suassuna indagou: "Quantas CPIs teremos ainda de criar para que chegue esse dia?"

Em aparte, o senador José Alencar (PMDB-MG) considerou importante que o Brasil se conscientize do quanto tem sido explorado. "A gente chega a não acreditar que o país aceite esse tipo de tratamento. E o Brasil, ainda que seja um país grande, forte e rico, vive nessa subserviência, nesse endividamento e nesse déficit crescente", lamentou. Depois de dizer que há outros setores no país que importam componentes de si mesmos, José Alencar considerou extremamente necessário que as autoridades fazendárias não admitam impunidade nessa área.

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO

HOJE

6h30 – Globonews – Senador João Eduardo e o presidente da Sociedade de Ginecologia e Obstetrícia, Hitoma Miura, falam da maternidade segura e saúde reprodutiva
7h30 – Entrevista – Senador Romeu Tuma fala sobre a reforma política
11h – Especial – A Crise
19h30 – TV Escola – 500 anos: O Brasil–Colônia na TV – Tradição e inovação: dois sonetos.
19h37 – Globonews – Senador Osmar Dias fala sobre as causas contra a administração pública
20h30 – Entrevista – Senador Romeu Tuma fala sobre reforma política
21h – Jornal do Senado
21h30 – Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

6h – Agenda Senado
Em seguida – Música e informação
10h – Sessão Plenária do Senado (vivo)
Em seguida – Música e informação
14h30 – Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida – Música e informação
19h – A Voz do Brasil
Em seguida – Música e informação
20h30 – Senado em Linha Direta – Edição Nordeste
Em seguida – Música e informação
21h – Senado em Linha Direta – Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida – Música e informação
21h30 – Senado em Linha Direta – Edição Sul/Sudeste
Em seguida – Música e informação

Em negrito – Mudança e informação
Em itálico – Reprise
~~Riscado~~ – Cancelado

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações técnicas para recepção do sinal da TV Senado

Net: operadoras local informa o número do canal
DirecTV: canal 163
Sky Net: canal 30
Tecsat: canal 17
Internet: www.senado.gov.br
Antena Parabólica – Sistema Digital:
- Satélite: B1
- Transponder: 1 BX (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Freqüência: 3 644,4 MHz
- Freqüência (Banda – L): 1.505,75 MHz
- Aatena: 3,6 m
- PID Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio Digital MPEG-2 DVB
- Symbol Rate: 3,2143Ms/s
- FEC: ¾

Antena Parabólica – Sistema Analógico
- Satélite – B1
- Transponder – 11 A-2 (canal 8)
- Polarização Horizontal
- Freqüência – 4 130 MHz

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:
- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:
- Freqüência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC,1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

Júlio quer definição constitucional sobre as águas subterrâneas



Júlio Eduardo: texto atual não estabelece um critério claro

O senador Júlio Eduardo (PV-AC) anunciou a apresentação de proposta de emenda constitucional (PEC) transferindo à União os mananciais de água subterrâneos que extravasem o território dos estados. Segundo o senador, a Constituição, no artigo 20, inclui entre os bens da União os cursos d'água que banhem mais de um estado, sirvam de limites com outros países ou cruzem as fronteiras do Brasil, mas não deixa claro o critério a ser adotado em relação às reservas subterrâneas.

– Ao definir, sem deixar margem de dúvida, a titularidade das águas subterrâneas, a alteração proposta levará segurança jurídica e imporá responsabilidade administrativa adequada ao gerenciamento dos recursos hídricos e à outorga de direitos – disse Júlio Eduardo. Ele observou que a Constituição, no artigo 26, relaciona, entre os bens dos estados, "as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes ou em depósito". Alguns intérpretes do texto constitucional tendem a considerar que essa titularidade é limitada apenas às águas de qualquer natureza circunscritas ao território de cada um dos entes da Federação. Ocorre que há divergências em relação a esse entendimento, o que levou área técnica do Ministério Público Federal a sugerir a apresentação da PEC. A mudança foi apoiada por uma "rede de colaboradores" de Júlio Eduardo.

Conforme o senador, os últimos anos confirmam a tendência de escassez de água para o consumo e a poluição que recebem os cursos d'água. Dados da Organização das Nações Unidas mostram que apenas 2,8% das águas do planeta são do tipo doce, e somente 0,6% correm em leitos superficiais e subterrâneos. Na opinião do senador, esse quadro é preocupante e indica a necessidade de instrumentos legais eficazes destinados a bem utilizar os mananciais disponíveis e recuperar os que foram degradados.

Fala, Cidadão

Nesta seção, o *Jornal do Senado* publica perguntas dirigidas aos senadores, abordando questões relevantes em debate no Congresso Nacional. Você pode participar telefonando para: **0800 612211**

Edmilson Batista Jesus, de Feira de Santana (BA), pergunta

Senador Roberto Freire (PPS-PE) responde

"Do que trata o projeto de lei que põe fim às prisões especiais?

Todos os países do mundo convivem com absurdos legais. Entretanto, alguns desses absurdos são gritantes e entram em choque com a própria concepção da igualdade de direitos. O instituto da *prisão especial*, estabelecido em nosso Código de Processo Penal em 1941, pode ser enquadrado nessa categoria.

A prisão especial, talvez existente apenas no Brasil, transformou-se em um benefício descarado para setores da sociedade melhor informados e aquinhoados financeiramente. Antes da condenação definitiva, hoje podem ser recolhidos em celas especiais: portadores de diplomas de curso superior, parlamentares, padres e pastores, ministros, secretários de Estado, fiscais de vigilância, vigilantes, oficiais da Marinha Mercante, sindicalistas, pilotos de aeronaves, juiz de paz, membros da Defensoria Pública, professores de 1º e 2º graus e até cidadãos inscritos em desconhecidos "livros de mérito".

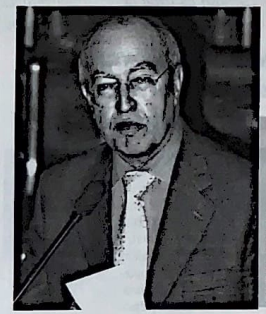
Ora, do ponto de vista da democracia, ter diploma de nível superior e exercer profissões ou funções relevantes não pode se converter em benefício quando do cometimento de crimes e ilícitos. A prisão especial inverte tudo: os penalizados são exatamente os analfabetos e os pobres, que não contaram com o favorecimento do acesso à educação. A estes estão destinadas desde logo as dependências mais miseráveis do nosso já miserável sistema carcerário, mesmo que posteriormente possam ser declarados inocentes.

Por meio do projeto que apresentamos, resgatamos o princípio da moralidade da lei. Poderiam ser recolhidos em dependência separada (e não mais em cela especial) apenas aqueles que pudessem ter a sua integridade física colocada em risco, em função dos cargos exercidos, ou a critério da autoridade judicial.

A proposta já foi vergonhosamente rejeitada em plenário uma vez. Esperamos que agora o sentimento democrático de uma maioria prevaleça. Afinal, queremos um eficiente e moderno sistema carcerário no Brasil, e sem privilégios.

Alcântara defende novos cálculos para o Fundef

Ele diz que, por causa dos critérios adotados pela União, só o Ceará terá de devolver R$ 25,3 milhões em recursos para a área educacional



Lúcio Alcântara também criticou a privatização da Rede Ferroviária e o controle exercido pelo governo sobre as empresas que atuam no setor

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) defendeu em Plenário, terça-feira, o aperfeiçoamento dos cálculos para o repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). Ele criticou a portaria do Ministério da Fazenda que obriga os municípios a efetuarem, de imediato, a devolução de parte dos recursos do fundo.

De acordo com o senador, a devolução é decorrente dos ajustes, realizados com base na arrecadação das receitas vinculadas ao Fundef. O problema, porém, é a pressa do governo para a dedução dos valores repassados.

– As dificuldades provocadas por uma redução tão drástica dos recursos esperados são imensas – afirmou, revelando que os estados do Nordeste terão que devolver R$ 47,7 milhões e só os municípios do Ceará respondem por R$ 25,3 milhões. Ele rebateu o argumento de que os recursos do Fundef sejam operações de crédito, o que impediria o enquadramento, dos municípios, na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Alcântara criticou também a privatização da Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA), realizada, a seu ver, açodadamente. Ele afirmou que as empresas que venceram as licitações não têm cumprido a as metas traçadas, ao mesmo tempo em que se multiplicam os acidentes nas ferrovias brasileiras. E classificou de "extremamente frágil" o controle do governo sobre as empresas que administram o sistema ferroviário no país.

O senador alertou para a possibilidade de ocorrer o mesmo com o sistema de abastecimento de água. Para o senador, que admite ter dúvidas sobre o processo de privatização do sistema de abastecimento, somente um rigoroso controle e a fiscalização severa poderiam evitar novos dissabores, dessa vez em algo fundamental *para a vida e a saúde*.

Em aparte, o senador Osmar Dias (PSDB-PR) apoiou Lúcio Alcântara e denunciou a falta de repasse, por parte do governo do Paraná, dos recursos do Fundef.

Hartung quer melhorar a arrecadação municipal



Paulo Hartung propõe que o BB e a CEF participem do programa de modernização da gestão municipal

O senador Paulo Hartung (PSDB-ES) revelou terça-feira sua preocupação com a situação financeira precária em que vivem os municípios, mas manifestou-se contrário à reivindicação apresentada pelos prefeitos, reunidos em Brasília na semana passada, de obter o adiamento da vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal. "A solução passa pela ajuda, aos municípios, para aumentar a arrecadação e melhorar sua gestão financeira", afirmou.

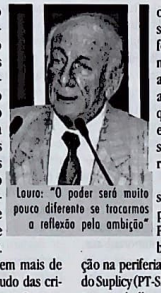
Hartung relatou ter proposto, em audiência com o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, que o Banco do Brasil (BB) e a Caixa Econômica Federal (CEF) participem da execução do Programa de Modernização Tributária e de Gestão (PMAT), atualmente restrito ao BNDES. O programa concede linha de crédito para as prefeituras reaparelharem e dinamizarem a administração tributária, explicou ele.

Segundo Hartung, a extensão *do programa ao BB e à CEF representará uma medida importante* para desburocratizar o PMAT, tornando-o mais próximo dos prefeitos e de suas administrações. Além disso, o programa pode ser o ponto de partida de uma agenda positiva para novos prefeitos eleitos se preparam para tomar posse. *"Cerca de 80% dos brasileiros vivem em cidades e as prefeituras estão sendo chamadas, cada dia mais, a adotarem políticas para gerar emprego e renda e melhorar a qualidade de vida do cidadão"*, observou Paulo Hartung.

que o governo federal auxilie as prefeituras, uma vez que a Lei de Responsabilidade Fiscal veio exigir, do administrador municipal, mais austeridade nos gastos públicos.

Para o senador, é inconcebível que o governo federal continue sem uma agenda que encare de frente os problemas dos municípios para promover seu desenvolvimento, nesse momento em que os

Lauro Campos teme que o PT cresça rápido demais



Lauro: "O poder será muito pouco diferente se trocarmos a reflexão pelo ambição"

O senador Lauro Campos (PT-DF) analisou o crescimento do PT nas últimas eleições e disse temer que o partido esteja caminhando depressa demais para o poder. Ele fez um alerta para que os dirigentes não se prestem a ser os "administradores do impossível", referindo-se à impossibilidade de pagar a dívida externa e equilibrar o Orçamento.

Dizendo se basear em mais de quatro décadas de estudo das crises do capitalismo, Lauro Campos previu que nos próximos cinco anos esse sistema vai mostrar suas entranhas e a profundidade da crise. Para ele, o PT deve estar preparado para enfrentar tal desafio.

– O poder será diferente quando o PT lá estiver, mas será muito pouco diferente, se trocarmos a reflexão pela ambição e nos açodarmos na conquista do poder. As eleições e o poder são sereias muito perigosas – alertou ele.

O senador disse sentir saudades dos primeiros anos do PT, quando ele ia debater com a população na periferia de Brasília. Eduardo Suplicy (PT-SP) elogiou, em aparte, o trabalho de Lauro Campos. "Tive a oportunidade de desfrutar não apenas do seu conhecimento histórico e de teoria econômica, mas, sobretudo, de sua extraordinária atitude de procurar realizar justiça para a Humanidade", disse.

Renovadas concessões para rádios de SP, RS e RJ

O Senado Federal decidiu terça-feira renovar, por meio de decreto legislativo, a concessão das rádios Difusora de Taubaté (SP); Fundação Cultural de Araitba (RS); Uirapuru, de Birigüi (SP); Cidade Jundiaí (SP); e Fundação Educativa Nordeste, de Lagoa Vermelha (RS).

Também foi renovada a permissão da rádio Difusora Porto Real, para explorar serviço de radiodifusão sonora no município de Resende, no Rio de Janeiro.

O Bloco Oposição absteve-se, liderado pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), em protesto pela não-regulamentação da Conselho de Comunicação Social, previsto na Constituição de 1988.

Suplicy registra visita a ACM de comissão contra venda do Banespa



Suplicy informou que Antonio Carlos recebeu documento com argumentos contra a privatização

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) relatou terça-feira a visita feita ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, por uma comissão formada por representantes da Associação dos Funcionários do Banespa e do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região, e por parlamentares. A comissão entregou a Antonio Carlos documento expondo os motivos contrários à privatização do banco.

As entidades signatárias do documento solicitam a intervenção do presidente do Senado junto ao governo para que seja suspenso o processo de privatização do Banespa, bem como a restrição da participação de capital estrangeiro no leilão.

Antonio Carlos Magalhães explicou que ainda não leu o dossiê, mas que o faria ainda na terça para tomar, com a maior brevidade possível, as providências que lhe couberem.

Tebet acusa ONGs de tentarem impedir crescimento do país



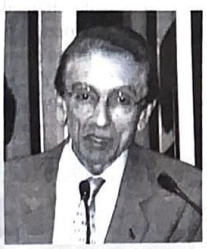
Tebet aponta falta de brasilidade e obediência a interesses estrangeiros

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) disse na terça-feira que algumas organizações não-governamentais estão tentando impedir o desenvolvimento do país. Exemplo disso seria o posicionamento de algumas delas, que não teriam "nenhum sentimento de brasilidade" e obedeceriam a "interesses estrangeiros", contrários às obras que permitirão a navegação pelo rio Paraguai. A intenção dessas ONGs, para Tebet, é evitar que o Brasil tenha condições competitivas no mercado globalizado.

O reconhecimento do Pantanal pela Unesco serviu, de acordo com o senador, para que as ONGs voltassem à carga e conseguissem embargar na Justiça as obras no trecho do rio que passa em Cáceres. "Nem obras de sinalização elas aceitam", reclamou. O reconhecimento da Unesco é motivo de comemoração, afirmou, mas é intolerável que esteja sendo usado por algumas ONGs para resistir às necessárias melhorias na "navegabilidade secular" do rio Paraguai.

Em apoio, o senador Antero de Barros (PSDB-MT) disse que Tebet, em seu pronunciamento, fazia justiça à história de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul, mais ainda, "àqueles que habitam e preservam o Pantanal desde sempre". Reiterando seu apoio a Tebet, Antero de Barros afirmou que a hidrovia existe e já é utilizada. Quanto ao embargo judicial, esclareceu que não se refere à obra perto de Cáceres, mas a uma audiência pública para discutir se a tese das ONGs contrárias à hidrovia é válida ou não. O projeto de navegabilidade, ao contrário do que muitos órgãos de imprensa têm divulgado, não prevê qualquer correção da calha do rio, assegurou. Com a concordância de Tebet a seu aparte, Antero reiterou que a hidrovia preserva o Pantanal e viabiliza o Mercosul, integrando o Centro-Oeste ao mercado regional.

Lobão analisa as relações entre governo e oposição



"Não existe governo isento de críticas", afirma Edison Lobão

O senador Edison Lobão (PFL-MA) analisou na terça-feira a relação entre governo e oposição. Ele afirmou que não existe governo isento de críticas e de oposição e lembrou de um discurso proferido pelo então deputado Amaral Neto, um dos líderes do governo militar à época. Segundo Lobão, Amaral fez um discurso de crítica dura ao governo, causando perplexidade aos demais parlamentares, mas, ao final, explicou que aquele pronunciamento fora feito por opositores do governo Juscelino Kubitschek.

Lobão comparou as recentes vitórias do PT nas eleições municipais à vitória do PMDB durante o governo militar, quando elegeu a grande maioria dos senadores. Ele lembrou que Ulysses Guimarães classificou o fenômeno como uma "tromba-d'água política" e disse que é bom para o PT ter a experiência, agora, de lidar com problemas.

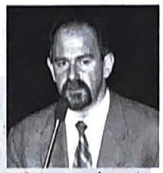
O senador José Alencar (PMDB-MG) disse que, quando a economia vai bem, consegue influir no resultado das eleições. Como exemplo, citou a eleição de 22 governadores do PMDB quando estava em vigor o Plano Cruzado e as duas eleições de Fernando Henrique por conta da estabilidade da economia e do fim da inflação. Afirmou ainda que existe incompetência por parte de quem negocia a rolagem da dívida brasileira com taxas de juros tão altas.

Para o senador José Eduardo Dutra (PT-SE), a discussão hoje não passa pela relação entre governo e oposição, e sim pelo conflito entre o Brasil produtivo e o especulativo. "E o modelo que a base do governo apóia é o que privilegia o especulativo." Dutra disse ainda que não está "de salto alto" em relação ao crescimento do PT nas eleições municipais, pois entende que esse avanço pode mudar na próxima eleição.

Plenário debate financiamento público de campanhas eleitorais

A denúncia de existência de "caixa dois" no comitê de reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso motivou debate em Plenário, na terça-feira, sobre o financiamento público de campanhas. José Eduardo Dutra, José Alencar e Ademir Andrade destacaram a necessidade de esclarecer a população sobre a medida.

Dutra espera moralização e mais igualdade



Dutra: combate à corrupção sem passe de mágica

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) defendeu a necessidade urgente de aprovação do projeto de lei que institui o financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais, em discussão no Senado desde 1995. Ele informou que o assunto deverá entrar na pauta de votações da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania na quarta-feira.

Para Dutra, a matéria publicada na *Folha de S. Paulo* sobre denúncias de existência de contribuições não declaradas à Justiça Eleitoral na campanha de reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso é mais um argumento forte em favor do financiamento público exclusivo das campanhas. "É evidente que isso não será um passe de mágica impedindo todo tipo de corrupção, mas certamente irá moralizar bastante as campanhas", argumentou.

O senador reconheceu que a opinião pública é contrária à medida, por entender que, se não há dinheiro suficiente para educação e saúde, fica difícil admitir a cessão de R$ 700 milhões para campanhas políticas. Dutra considera fundamental esclarecer que, com o atual sistema, "as doações privadas funcionam como investimento em lucros futuros, a serem obtidos em obras públicas ou contratos".

Segundo o senador, há vários outros argumentos poderosos em favor do financiamento público, tais como assegurar um mínimo de igualdade de competição entre os candidatos e facilitar a fiscalização por meio da divulgação antecipada do valor do fundo para cada partido. "Uma campanha rica demais logo se destacará pelos chamados sinais exteriores de riqueza", disse.

Alencar: se o povo entender, o Congresso aprova



Alencar: país convive com atividades fora da lei

Ao elogiar a preocupação e a maneira como o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) abordou a proposta de financiamento público das campanhas eleitorais, o senador José Alencar (PMDB-MG) afirmou que, se estiver sintonizado com seu senador, o PT poderá contribuir para o esclarecimento da sociedade sobre o assunto. Se a população entender e aceitar a medida, que Alencar acredita importante para combater inúmeras ilegalidades, o Congresso votará o financiamento público o mais rápido possível.

Por enquanto, José Alencar avalia que a população, compreensivelmente, rejeita a proposta. Afinal, disse, faltam recursos para saneamento de um pequeno município, para pagar salários menos aviltantes aos professores e para instalar ambulatórios. Por outro lado, acrescentou, mesmo trabalhando com a premissa de que o financiamento público não eliminará o "caixa dois", é importante medida para combater a sonegação e assegurar a isonomia entre os candidatos.

– Infelizmente estamos, até historicamente, vivendo num país que aceita a convivência com atividades fora da lei – lamentou.

Alencar deu o exemplo da abertura comercial que decorreu da globalização. No Brasil, essa abertura significou "escancarar as fronteiras para o contrabando" e falta de controle sobre o real custo das atividades exportadoras e importadoras. Daí, na sua opinião, o recorrente superfaturamento por parte das empresas multinacionais, que importam e exportam para si mesmas e provocam uma "verdadeira sangria" dos recursos nacionais.

Ademir defende um amplo esclarecimento



Ademir: é hora de o Congresso Nacional aprovar a lei

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) afirmou que a denúncia de irregularidades nas contas da campanha de reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso demonstra que esta é a hora de o Congresso aprovar a lei que institui o financiamento público de campanha.

Ademir concorda que o povo ainda não compreende a destinação de dinheiro público para campanhas eleitorais, por isso defendeu um amplo esclarecimento sobre os benefícios desse financiamento. Os eleitores precisam saber, disse o senador, que o empresário que financia determinado candidato com certeza cobra a fatura depois em forma de projetos que o favoreçam.

– Muitos políticos são eleitos compromissados com essa elite que os financiou – observou.

É dessa forma, afirmou Ademir, que o Brasil tem hoje um Congresso "extremamente conservador, que recusa propostas inovadoras ou que beneficiem a maioria da população". O parlamentar acredita que o financiamento público poderá trazer ao Congresso representantes que estejam mais de acordo com as aspirações da população.

Ademir declarou ainda que o povo precisa saber que o governo reserva quantias muito maiores para o pagamento da dívida externa, por exemplo, do que para investimentos sociais. Em aparte, Edison Lobão (PFL-MA) disse que vários outros presidentes também contraíram empréstimos no exterior. José Eduardo Dutra (PT-SE) rebateu afirmando que a diferença entre essas dívidas e a atual é que os outros presidentes investiram em infra-estrutura e hoje "não se aplica em nada".

A sessão de terça-feira do Senado Federal foi presidida pelos senadores Antonio Carlos Magalhães, Leomar Quintanilha, Ramez Tebet, José Alencar e Júlio Eduardo

PORTE PAGO
DR-BSB
ISR 47-331/86

Jornal da Câmara

DEVOLUÇÃO GARANTIDA
PRT - 47-840/92

Brasília - Quarta-feira, 15 de novembro de 2000 | CÂMARA DOS DEPUTADOS | Ano 2 - Nº 434

CÂMARA MUNICIPAL
Rua Rota dos Emigrantes,425
Caixa Postal – 94
HOLAMBRA I - SP
13825-000

Líderes definem prioridades para viabilizar o mínimo

O Colégio de Líderes, durante reunião, ontem, com o presidente da Câmara, Michel Temer, deu prioridade à votação de dois projetos: o que flexibiliza a quebra do sigilo bancário, para facilitar as investigações da Receita Federal, e o que combate a elisão fiscal, como forma de buscar recursos adicionais para financiar o aumento do salário mínimo em índices superiores aos previstos pelo Poder Executivo. A votação destes e de outros projetos exige a desobstrução da pauta de votações da Câmara, concluíram os líderes. Nova reunião ficou marcada para a próxima terça-feira.

Para viabilizar a votação das propostas que vão garantir recursos para o aumento do salário mínimo, Michel Temer deu prazo até o dia 21, terça-feira, para que o governo retire os pedidos de urgência para a votação de quatro projetos do Executivo que estão obstruindo a pauta. O principal deles é o que regulamente a Previdência complementar para os servidores públicos. Caso essa urgência não seja retirada, Temer colocará os projetos em votação, mesmo que não haja acordo sobre o mérito das propostas.

Da reunião participaram *além, dos líderes dos partidos na* Câmara, o presidente e o relator da Comissão Mista de Orçamento, deputado Alberto Goldman (PMDB-SP) e senador Amir Lando (PMDB-RO), e o líder do governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB-DF). Segundo o líder, a decisão do Colégio de Líderes de priorizar os dois projetos não significa a desistência da tributação dos fundos de pensão. "Prosseguem as negociações entre os Fundos e os poderes Judiciário e Executivo para viabilizar a tributação", disse.



Temer (C) quer pauta desobstruída até na próxima terça-feira

Deputados debatem denúncias e propõem limitações à atuação da Abin

Página 2

Jarbas Passarinho na série *Memória Política*

A TV Câmara reapresenta, amanhã, às 18:30h, o programa da série *Memória Política* com o depoimento do ex-senador Jarbas Passarinho, que aborda aspectos da luta armada e bastidores do regime militar de 64 . Passarinho ocupou cargos de importância política e administrativa nos governos militares: ministro do Trabalho do governo Costa e Silva, da Educação do governo Médici e da Previdência Social de Figueiredo. Foi também presidente do Senado, líder do governo e, depois, ativo participante da Assembléia Constituinte. A década de 90 veio encontrá-lo como ministro da Justiça de Collor. De volta ao Congresso, presidiu a Comissão de Inquérito que apurou desvios no orçamento da União. Atualmente preside o Instituto Milton Campos, órgão de estudos políticos do PPB.

Temer apóia plebiscito sobre o Banespa

Benedita Passos



Dirigentes da Associação dos Funcionários do Banespa e parlamentares paulistas, recebidos por Temer

O presidente da Câmara, Michel Temer, manifestou-se favorável ontem à realização de um plebiscito sobre a privatização do Banespa. Ao receber uma comissão de líderes da Associação dos Servidores do banco, que lutam contra a privatização, Temer disse que o plebiscito "é uma maneira democrática de resolver conflitos" e que no caso do Banespa este pode ser o caminho. "Todavia, não sei se há tempo hábil para realizá-lo antes da data prevista para o leilão de venda, no próximo dia 20", observou.

Os dirigentes da Associação querem a suspensão do leilão, para viabilizar o plebiscito sobre o futuro do Banespa. Acompanharam os bancários o líder do PT, Aloizio Mercadante (SP), e os deputados Arlindo Chinaglia (PT-SP), Luiza Erundina (PSB-SP) e Luiz Antonio Fleury (PTB-SP).

CPI convoca Luxemburgo e pede quebra do sigilo bancário e fiscal das federações esportivas

Página 2

Opinião

Edison Andrino e Rubens Bueno debatem instituição de exame antidrogas nas escolas

Página 6

Hasteamento solene da Bandeira no Congresso Nacional. 19 de novembro de 2000, às 12h.

Plenário

Mercadante anuncia medidas para apurar denúncias da revista *Veja*

O líder do PT, deputado Aloizio Mercadante, anunciou que os partidos de oposição na Câmara decidiram encaminhar ao Ministério Público representação para apurar as denúncias envolvendo a prestação de contas da campanha do presidente Fernando Henrique à reeleição, com base no que publicou a revista *Veja*. No âmbito da Justiça Eleitoral, o Tribunal Superior Eleitoral deverá examinar o pedido de desarquivamento do processo de comprovação das despesas da campanha de Fernando Henrique, a partir da declaração de nulidade das contas e também a abertura de inquérito para examinar os indícios de irregularidades. Mercadante destacou o artigo 21, da Legislação Eleitoral, que atribui ao candidato a responsabilidade pelos gastos da campanha, mesmo que tenha delegado a responsabilidade a terceiro. Além dessas providências, Mercadante registrou requerimento encaminhado à Comissão de Defesa Nacional e Relações Exteriores para que sejam convocados o ministro-chefe de Gabinete de Segurança Institucional, general Alberto Cardoso, e o diretor executivo da Abin, coronel Ariel de Cunto, para prestar esclarecimentos sobre denúncias veiculadas também pela *Veja* de que a Abin estaria espionando autoridades brasileiras. "Nós queremos que a democracia seja plena, que o estado de direito vigore em todas as dimensões da vida na sociedade, que o controle da sociedade sobre o Estado seja respeitado", disse o deputado, também pedindo respeito à diversidade política. O líder do PT repudiou práticas que comparou a regimes totalitários, incapazes de conviver com as instituições democráticas, com liberdade , independência dos Poderes e as demais instituições.

Comissões

CPI da Nike convoca Wanderley Luxembuergo

O ex-técnico da Seleção Brasileira de Futebol, Wanderley Luxemburgo, foi convocado a prestar informações na qualidade de testemunha, em audiência pública, na Comissão Parlamentar de Inquérito que apura a regularidade do contrato celebrado entre a CBF e a Nike, por requerimento do deputado Pedro Celso (PT-DF). A comissão aprovou também requerimento solicitando ao Banco Central a quebra do sigilo bancário e à Secretaria da Receita Federal a quebra do sigilo fiscal de todas as federações esportivas ligadas ao futebol brasileiro. O requerimento foi dos deputados Aldo Rebelo (PCdoB-SP), presidente da CPI, e Silvio Torres (PSDB-SP), relator, contra o voto do deputado Darcísio Perondi (PMDB-RS).



Aldo Rebelo, presidente (centro) e Silvio Torres, relator da CPI da Nike.

A CPI vai colher depoimento dos empresários responsáveis pela negociação de jogadores brasileiros com times estrangeiros Juan Finger, Eduardo Sakamoto, Francisco Monteiro Todé, Reinaldo Pitta, Alexandre Martins e Wagner Ribeiro, além do presidente da Federação Paulista de Futebol, Eduardo José Farah, do vice-presidente da Pelé Sports e Marketing, Hélio Viana.

Foram convocados também os jogadores envolvidos em denúncias relativas a porte de passaporte falso, Edu, ex-jogador do Corinthians Paulista, Warley, do Grêmio Portoalegrense, Alberto e Jorginho do Udinese da Itália, Dedé e Jedá do Vincenza da Itália e do goleiro Dida, do Milan da Itália. Além destes depoimentos, os deputados decidiram solicitar à Traffic Assessoria e Comunicações S/C Ltda, seu regimento interno, cópia do contrato social e das alterações contratuais porventura existentes para maiores esclarecimentos.

Para ser ouvido sobre a série de reportagens intitulada *Meninos do Brasil*, que retrata a situação de jovens atletas brasileiros que vão para a Europa e são abandonados à própria sorte, sem assistência da CBF, de clubes ou até dos empresários que os levaram, foi convidado o jornalista Jaeci Carvalho, autor das reportagens.

Ao secretário da Receita Federal, foram requeridos relatórios de informações referentes aos autos de infrações lavrados desde 1997 contra contribuintes desportistas ou agremiações esportivas e suas respectivas situações processuais quanto à cobrança. À Confederação Brasileira de Futebol foram solicitados os nomes, cargos e atribuições de cada um dos seus procuradores e ex-procuradores, diretores e ex-diretores que funcionaram como tais nos últimos cinco anos, além do depoimento do seu ex-presidente Giulite Coutinho. Já ao Instituto Nacional de Seguridade Social, INSS, foi pedido o envio dos valores dos débitos de cada federação de futebol estadual e do Distrito Federal junto à Previdência Social em cinco dias úteis.

Por fim, a CPI da CBF informou que serão ouvidos na próxima terça-feira o ex-técnico da Seleção Brasileira, Zagalo, o médico Lídio Toledo e, a confirmar, de Pelé.

Deputados propõem modificações na lei que regulamentou a Abin

O deputado José Genoíno (PT-SP) defendeu modificações na lei que regulamentou a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) de forma a impedir a continuação de atividades que, para ele, não passam de bisbilhotagem da vida privada dos cidadãos. O parlamentar lembrou que, já na época em que foi criada a Abin, apresentou ressalvas para evitar que a situação chegasse a esse ponto. "Na época, apresentei emendas para proibir que vasculhassem a vida individual das pessoas ou que fizessem espionagem à margem da lei", frisou o parlamentar, que defendeu também um rigoroso controle externo das atividades do órgão.

Genoíno quer que o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Alberto Cardoso, e o diretor-geral da Abin, coronel Ariel de Cunto, prestem esclarecimentos sobre o assunto ao Congresso Nacional e, se forem confirmadas as espionagens, que os responsáveis sejam punidos.

Padre Roque (PT-PR) buscou na Roma antiga exemplos para expressar sua indignação. "Até quando, Fernando, impedirás a apuração da corrupção?" perguntou, ao fazer uma analogia aos embates entre o senador Marco Túlio Cícero com Lucius Sergius Catilina. O deputado considerou absurdas declarações de que todos os outros partidos também agem desta forma. "A nação já não agüenta mais tanta impunidade e viver à espera de um novo escândalo a cada final de semana", ressaltou Padre Roque.

Tilden Santiago (PT-MG), também utilizando-se da mesma analogia, condenou a falta de ética e leu em plenário nota divulgada pelo governador de Minas Gerais, Itamar Franco, protestando contra o fato de ter sido espionado pela Agência Brasileira de Informação (Abin), segundo denúncias de *Veja*. Segundo o deputado, o governador pediu ao Ministério Público de Minas que solicite esclarecimentos sobre o assunto ao presidente Fernando Henrique Cardoso e ao Congresso Nacional.

Lincoln Portela (PSL-MG) repudiou a prática e disse que o Serviço Nacional de Inteligência (SNI) não morreu. "Ao contrário, está bem vivo e perseguindo homens públicos", acusou. Ele lembrou que, desde que assumiu o governo, Itamar vem agindo com altivez e independência, apesar das pressões tanto do Executivo como da própria imprensa.

Milton Temer defende prioridade ao financiamento público das campanhas

O financiamento público de campanha foi apontado pelo deputado Milton Temer (PT-RJ) como um dos principais pontos na reforma da lei eleitoral. "É a única forma de democratizar os gastos eleitorais", disse o deputado. "Que este episódio sirva, pelo menos, para o início de um debate sério, com o envolvimento de toda a sociedade, para analisar, por exemplo, questões como as das coligações e da representatividade dos grandes centros urbanos", enfatizou Temer.

Walter Pinheiro (PT-BA) também defendeu prioridade para o debate em torno da reforma. "O último episódio envolvendo o governo, e que diz respeito ao caixa 2 na campanha do presidente serve para iniciarmos uma reflexão sobre a forma como devemos nos portar em relação ao processo eleitoral", disse Pinheiro. Para ele, a mudança na legislação, tornando obrigatório o financiamento público de campanha, criará condições iguais para todos os partidos, acabando com as "negociatas". Walter Pinheiro ressaltou que as denúncias trouxeram a público outra questão de interesse público, já que alguns empresários dizem que efetivamente deram sua contribuição ao PSDB mas que estas não foram contabilizadas. "Isto comprova um nível de irregularidade exacerbada pois esse dinheiro deveria aparecer na contabilidade das empresas, e se isto não acontece, o fisco está sendo burlado", ressaltou Pinheiro.

Clementino Coelho (PPS-PE) defendeu a participação da sociedade nas discussões em torno da reforma, ao condenar a forma como vem sendo conduzido o processo para alternar o modelo político. O deputado elogiou artigo do jornalista Jânio de Freitas, no jornal *Folha de S. Paulo*, favorável a mudanças essenciais da prática política e argumentando que o financiamento público das campanhas é apenas uma parte das alterações necessárias.

Plenário

Coriolano Sales: educação e crédito combatem miséria

O deputado Coriolano Sales (PMDB-BA) destacou o papel da educação e do crédito nas políticas de combate à pobreza e à miséria no país, considerando estas as duas únicas reais possibilidades de melhorar a qualidade de vida dos brasileiros e, possivelmente, de toda a população mundial. Segundo o parlamentar, o assunto tem gerado muita discussão nos mais variados segmentos. "As estratégias de erradicação ou minimização do problema são inúmeras, porém os resultados são inexpressivos", afirmou.

O deputado discorreu sobre as opções apresentadas por diversos setores, como o Banco Mundial, que aponta para ações em cinco setores: saúde, educação, renda, segurança e inclusão social, consideradas prioritárias especialmente nas regiões rurais e nas pequenas cidades onde os índices de pobreza são mais visíveis. "Outra entidade preocupada é a Igreja Católica, que pede o perdão da dívida externa dos países pobres. Os líderes mundiais, chefes de estado da Cúpula do Milênio, em setembro passado, assumiram o compromisso de reduzir a pobreza no mundo. Essas manifestações, no entanto, não passam de intenções", garantiu.

"No Brasil, há o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, que prevê a arrecadação de R$ 40 bilhões em dez anos para aplicação em ações suplementares de nutrição, habitação, educação, saúde, segurança, reforço da merenda escolar e familiar e outros programas socialmente relevantes. Há, ainda, o Programa de Combate à Miséria do governo federal, que objetiva aplicar R$ 11 bilhões até 2002 nas necessidades básicas da população que esteja abaixo da linha de pobreza. Há, também, o Comunidade Ativa que visa estimular os municípios por meio de ações integrantes a gerar emprego, oportunidade de renda e desenvolvimento social e econômico", enumerou ainda Coriolano Sales. O deputado, porém, afirmou que todos estes projetos se caracterizam pela dispersão de ações que caem sempre na via do assistencialismo ou no desvio de verba. "Os resultados têm sido mínimos, tanto que o número de pessoas abaixo da linha de pobreza, oficialmente estimado em 54 milhões de brasileiros, deve ser mesmo de quase a metade da população."



Deputado Coriolano Sales

Para o deputado peemedebista, os programas devem concentrar recursos na educação e numa política de crédito consistente, vigorosa e permanente que formem duas idéias básicas: educação para o conhecimento capaz de gerar a liberdade e a oportunidade para todos, e o crédito como *fator de produção. "É comprovado que o atraso e a ignorância são* as causas subjacentes da pobreza e da miséria que facilitam a concentração da renda no país", disse.

Para o deputado, é necessária uma mudança de mentalidade nas políticas públicas de combate à pobreza. "Não bastam políticas meramente distributivas que supostamente vão reduzir as desigualdades muito lentamente. É preciso mudar o enfoque dessas políticas de apoio aos pequenos e aos excluídos. Até hoje o governo não entendeu que o pobre não precisa de esmola. Ele necessita é de conhecimento para encontrar uma oportunidade de trabalho e de crédito para produzir e sobreviver com razoável dignidade e decência", garantiu.

O parlamentar sugeriu que seja criada uma estrutura de crédito, via caixa de poupança, de créditos municipais e regionais, dos bancos municipais e das cooperativas de crédito urbanas e rurais. Estas últimas, destacadas por Sales. "Há longos anos revolucionam a estrutura de créditos nos países desenvolvidos e são *instrumentos capazes de operar dentro de uma filosofia de atendimento aos pequenos, sob a ética da responsabilidade e de compromisso com o resgate da dívida social", sustentou.*

O deputado encerrou atribuindo à educação e ao crédito o papel de direito fundamental. "É preciso que sejam reconhecidos direito humano indispensável ao indivíduo em estado de pobreza ou de miséria para tornar-se cidadão pelo auto-sustento, fruto de seu trabalho", disse.

Deputados registram lançamento da candidatura de Pedro Simon à presidência da República

O deputado Renato Vianna (PMDB-SC) registrou o pré-lançamento da candidatura do senador Pedro Simon (PMDB-RS) à Presidência da República, em ato programado para hoje, na cidade de Joinville (SC). "O nome do *senador Pedro Simon se confunde com a história do velho MDB de guerra, do nosso PMDB", ressaltou o parlamentar ao descrever o senador como um homem íntegro que, em 40 anos de vida pública, tem lutado pela preservação da ética na política, tendo sido vereador, deputado estadual, governador e ministro da Agricultura no governo de José Sarney. "Sem dúvida nenhuma, Simon resgata as bandeiras de luta do velho MDB, tendo sido o amigo mais dileto do nosso saudoso Ulysses Guimarães. Tenho certeza de que Pedro Simon vai impor a credibilidade da nação brasileira ", concluiu. O deputado Mauro Benevides (PMDB-CE), por sua vez, destacou, ao anunciar o lançamento da candidatura Pedro Simon, a estatura moral do peemedebista, e relatou o encontro no qual as lideranças de seu partido o convidaram para disputar a presidência do país em nome do PMDB. "Amanhã, o PMDB cerra fileiras em torno do nome daquele bravo correligionário capaz de galvanizar as pretensões do nosso eleitorado", declarou.

Freire Júnior denuncia abusos em Tocantins

A compra de votos, o uso da máquina pública e o abuso do poder econômico são algumas das denúncias apresentadas pelo deputado Freire Júnior (PMDB-TO) contra o governador de Tocantins, Siqueira Campos, acerca das eleições municipais na capital do estado, Palmas, e outras cidades. Segundo o parlamentar, vários deputados já manifestaram sua incredulidade quanto aos procedimentos adotados pela situação em Tocantins, destacando que muitos casos estão registrados em inquéritos policiais e em processos na Justiça, lamentando, porém, a morosidade com que serão julgados.

"Na primeira semana desse mês, já denunciei várias irregularidades. Tentaram desviar a atenção do mérito das denúncias que afloraram de vários municípios. Em entrevistas a jornais locais, disseram que a oposição queria instalar o caos e se puseram como agredidos e não agressores", afirmou.



Deputado Freire Júnior

Um dos fatos apontados pelo deputado foi o sumiço de 10 mil de um total de 18 mil títulos emitidos em segunda via após um incêndio de "fortes conotações criminosas" no cartório eleitoral de Palmas. A anistia de todas as dívidas de ICMS, IPVA e ITCD até 13 de outubro por meio de uma "medida provisória", dois meses antes do primeiro turno também foi citada pelo parlamentar como ação para beneficiar o voto nos candidatos do governo.

De acordo com Freire Júnior, também os estudantes foram anistiados de dívidas no dia 15 de setembro. "Nessa mesma época, já eram rotineiras as reuniões com líderes que receberam R$ 250 cada um com a missão de convencer outros 30 eleitores a vender o voto por R$ 100", observou. Essas pessoas teriam passado, inicialmente, R$ 50 aos eleitores que se propuseram a vender seu voto, além de passes de ônibus e camisetas com o número 25. Somente depois de terem votado, ao mostrarem o comprovante e descreverem a roupa que a candidata do governador à prefeitura de Palmas usava na foto que aparece na urna eleitoral, os eleitores recebiam os outros R$ 50.

Com relação ao uso da máquina administrativa, ele ressaltou que a Procuradoria Regional Eleitoral do estado, responsável pela apuração das denúncias, calculou em R$ 1,7 milhão os valores gastos pelo Executivo estadual em propagandas nas TVs de Palmas de janeiro a setembro desse ano. A TV Anhangüera, filiada à Rede Globo, veiculou comerciais do governo no valor de R$ 820 mil no mesmo período.

"Diante dessas e de tantas outras provas e indícios de fraudes, abuso de poder econômico, desvio de poder político, arbitrariedades e ilegalidades praticadas pelas forças governistas, o Ministério Público e a Polícia Federal agiram tempestivamente e estão atuando para enviar ao Judiciário os respectivos inquéritos e processos", observou.

Plenário

Comissão aprova projeto proibindo uso de aparelhos eletrônicos em aeronaves

A Comissão de Viação e Transportes aprovou, na semana passada, o Projeto de Lei 2.012/99, de autoria do deputado Ronaldo Vasconcellos (PFL-MG), proibindo o uso de aparelhos eletrônicos portáteis a bordo de aeronaves. O projeto prevê que, salvo autorização especial do órgão competente, nenhuma aeronave poderá transportar explosivos, munições, armas de fogo, material bélico ou nuclear, equipamento destinado a levantamento aerofotogramétrico ou de prospecção, ou ainda quaisquer outros objetos, aparelhos ou substâncias considerados perigosos para a segurança pública, da própria aeronave ou de seus ocupantes.

A proposta prevê também proibição para o uso de aparelhos eletrônicos portáteis de qualquer natureza a bordo de aeronaves em vôos comerciais, regulares ou não, sobre o território nacional. Também o uso de aparelhos fotográficos ou cinematográficos a bordo de aeronaves em vôos comerciais, regulares ou não, sobre o território nacional poderá ser proibido quando a segurança da navegação aérea ou o interesse público assim o exigir.



Deputado Ronaldo Vasconcellos

Em sua justificativa, o autor lembra ser notória a relação entre o uso de aparelhos eletrônicos, tais como celulares, agendas e computadores portáteis, e a redução dos níveis de segurança num vôo. "Num momento em que, cada vez mais, aparelhos como estes vêm se tornando parte importante do cotidiano das pessoas, justifica-se plenamente a preocupação com possíveis interferências eletromagnéticas que a utilização de tais aparelhos pode causar nos sofisticados sistemas de navegação e comunicação que equipam as aeronaves modernas", destacou.

O projeto, que foi relatado pelo deputado Aracely de Paula (PFL-MG), será ainda apreciado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, na qual terá tramitação conclusiva.

Gonzaga Patriota rejeita centralização em Transportes

Ressaltando a competência do relator Eliseu Resende (PFL-MG) na elaboração do substitutivo ao projeto de criação da Agência Nacional de Transportes, o deputado Gonzaga Patriota (PSB-PE) afirmou que a matéria sofre de um "pecado capital". Ele explicou que o projeto prevê a extinção do DNER e a incorporação de suas atribuições e de parte de seu pessoal pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT. "Esse órgão mastodôntico, verdadeiro paradoxo em uma época em que se pratica a descentralização de atividades e funções, deverá ser o responsável pela administração de toda a infra-estrutura do Sistema Nacional de Viação, exceção feita às vias e instalações concedidas ou arrendadas", explanou.

Segundo o parlamentar, a alegação é de que não havia conexão, compartilhamento de planos e políticas entre os diversos organismos gestores da infra-estrutura de transportes, por isso, a necessidade de implodi-los e criar uma autarquia única. "Se o problema é a desconexão entre os orgãos, por que não se promove uma reformulação na cúpula da organização ministerial? Seria mais simples, mais barato e mais eficaz!", concluiu.

Iédio Rosa aplaude possível encampação de consórcio

A possibilidade de encampação da Via Lagos, empresa administradora da rodovia RJ-124, pelo governo do Rio de Janeiro, a partir de um estudo feito pela Fundação de Estrada de Rodagem (Funderj) e pela Agência Reguladora de Serviços Públicos (ASEP), foi comemorada pelo deputado Iédio Rosa (PMDB-RJ), para quem a empresa cobra pedágios muito caros.

De acordo com o parlamentar, o estudo indica a possibilidade de de cobrança de uma tarifa única de R$ 1,50, enquanto as tarifas atuais são de R$ 4,30 e R$ 6,20 para os dias úteis e fins de semana e feriados, respectivamente. "Mesmo considerando as negociações financeiras que precisarão ser feitas em virtude de o consórcio ter investido R$ 120 milhões na recuperação da rodovia, a encampação é a saída mais plausível para tornar os preços mais humanos ou menos gananciosos", ponderou.

Ele defendeu que, enquanto não se define o que fazer com a rodovia concedida, a duplicação da RJ-106 (Rodovia Amaral Peixoto) e a recuperação de trechos da RJ-140 podem trazer novos acessos aos moradores da Região dos Lagos.

Paulo Rocha reafirma que PT apóia alça viária no PA

O deputado Paulo Rocha (PT-PA) explicou que o seu partido não está contra as obras da Alça Viária, que vai ligar a Região Metropolitana de Belém ao Porto da Vila do Conde, no município de Barcarena. Ele esclareceu, no entanto, que o PT quer que se sejam cumpridas as sugestões e alternativas levantadas durante as audiências públicas realizadas para discutir a viabilidade da obra. "Defendemos que o governo do estado considere os pareceres do Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional e do Ibama, nos quais é apontada, após estudos técnicos, insegurança no projeto de construção da ponte sobre o Rio Guamá", observou.

Segundo o deputado, a obra foi suspensa por uma ação judicial, o que, na sua opinião, provocou acusações de que os representantes do PT estariam contra a construção. "Em nenhum momento os parlamentares ou lideranças do PT manifestaram-se contrários à integração do sul ao leste do estado. No entanto, não podemos permitir que, por razões eleitoreiras, o governo desrespeite os interesses da comunidade e o meio ambiente", justificou.

Romel Anizio pede recuperação de rodovia

O deputado Romel Anizio (PPB-MG) voltou a solicitar do Ministério dos Transportes a recuperação da BR-365, no trecho Uberlândia-Monte Alegre-Ituiutaba(MG)-São Simão (GO). "Tenho o compromisso solene com os habitantes daquela região, de conseguir do Ministério dos Transportes, do DNER, uma ação imediata que não se restrinja ao tradicional e costumeiro tapa-buracos que alivia mas não resolve o estado da pista", salientou.

O parlamentar explicou que o problema vai além do incômodo que população sente ao transitar na BR-365, mas tem um reflexo de ordem econômica. "Como o escoamento da safra fica mais difícil e mais caro, quem paga é o consumidor", explicou. Romel Anizio disse ainda que acredita numa resposta positiva em breve.

Oliveira Filho quer esclarecer dívidas de empresas aéreas

O deputado Oliveira Filho (PSDB-PR) informou que encaminhou requerimento de informações ao ministro da Defesa, Geraldo Magela da Cruz, no qual pede esclarecimentos sobre a dívida das quatro maiores empresas aéreas nacionais.

O parlamentar disse que indagou ainda sobre quais medidas judiciais de cobrança foram utilizadas pela Infraero para ser ressarcida pelos serviços prestados e não pagos pelas empresas devedoras, além de como foram celebrados os acordos, por ordem de quem ou decisão de quem. Prosseguindo, o deputado explicou que o requerimento pede ainda dados sobre os juros, multas e correção monetária aplicados, peridiocidade do pagamento das empresas aéreas à Infraero e cumprimento dos acordos anteriores.

Plenário

Nice Lobão pede reação à idéia de troca das florestas pela dívida

A deputada Nice Lobão (PFL-MA) condenou o silêncio do governo brasileiro frente às declarações de dirigentes dos países ricos que pregam o pagamento da dívida externa dos países pobres com suas florestas. A parlamentar exortou a Câmara dos Deputados a responder a qualquer espécie de ato pretório contra o território brasileiro ou à soberania nacional.

Segundo a deputada, a proposta, expressa por George W. Busch, candidato à presidência dos Estados Unidos, "é mais um inquestionável ato de pirataria explícita, sob o falacioso argumento de que o patrimônio natural constituído pela Amazônia pertence a toda a humanidade". Ela lembrou o nome de autoridades que já emitiram declarações desse teor, como Margaret Tatcher, da Inglaterra, François Mitterrand, da França, Felipe Gonzáles, da Espanha, e Mihkail Gorbachev, da ex-URSS.

A deputada denunciou ainda as campanhas promovidas por um sem-número de organizações não-governamentais, na Amazônia, todas patrocinadas pelo estado americano, que chegaram ao "absurdo" de divulgar o slogan *Salve a Amazônia, queime um brasileiro*. Ela denunciou o que considerou uma postura subversiva dessas organizações que ficariam incentivando o processo de independência de nações indígenas nas fronteiras, justamente onde se abrigam as maiores riquezas minerais da região. "Não podemos imaginar, nada mais violentamente atentatório à segurança nacional. Como podemos permanecer calados, alheios à nossa responsabilidade patriótica, deixando de oferecer qualquer resistência a semelhantes intenções?", indagou a deputada.

Euler Ribeiro (PFL-AM) também criticou as investidas estrangeiras contra a Amazônia. "Precisamos usar as riquezas da Amazônia para o desenvolvimento do nosso país e o bem-estar do nosso povo", alertou Euler Ribeiro, assinalando que o Brasil corre o risco de perder a Amazônia, em nome da preservação ambiental.

O deputado citou artigo do ex-governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque, condenando a cobiça internacional sobre as reservas florestais brasileiras, e assinalou que o risco é real e a sociedade brasileira precisa se mobilizar para evitar prejuízos à autonomia brasileira sobre seu território.

Dr. Heleno quer melhorar qualidade de kits para adaptação de veículos

O crescimento da procura por gás natural levou o deputado Dr. Heleno (PSDB-RJ) a propor a criação de normas para disciplinar a qualidade da produção de kits para adaptação de veículos. Ele ressaltou que, de acordo com o Inmetro, há no mercado muitos kits de transformação que não atendem às normas mínimas de segurança. "Da mesma forma que o governo se esforça para trazer ao país empresas produtoras de equipamentos de telefonia, gerando emprego e renda para milhares de brasileiros, acreditamos que será fácil atrair capitais externos para a produção de kits de conversão", ponderou.

Segundo o parlamentar, o kit custa atualmente em torno de R$ 1,8 mil, valor que poderia ser reduzido também com a expansão da rede de abastecimento de gás natural, "pois o custo para a implantação de um posto de abastecimento do gás é de R$ 700 mil". Outra iniciativa defendida por Dr. Heleno é a extensão de incentivos às montadoras de automóveis para que os carros já possam chegar aos consumidores movidos a esse combustível.

Fernando Ferro condena importação de agrotóxicos proibidos no país

Denúncias sobre a liberação da importação de agrotóxicos proibidos, feitas em audiência pública na Comissão de Meio Ambiente da Câmara, chamaram a atenção do deputado Fernando Ferro (PT-PE). "O Brasil constatou, em 1999, a morte de 150 pessoas por intoxicação, um número ainda pequeno porque a maioria dos casos não é identificada como intoxicação", disse o deputado, para quem o governo está permitindo um "genocídio silencioso".

Segundo ressaltou Fernando Ferro, o comércio de agrotóxicos rendeu, no ano passado, US$ 2,7 bilhões. "Há denúncias de que o Brasil estaria comercializando, via Paraguai, uma substância proibida conhecida como Pó-da-China. Tivemos depoimentos da vigilância sanitária, revelando a sua impossibilidade de atender as necessidades de fiscalização e, como conseqüência disso, estamos consumindo alimentos envenenados", afirmou.

Deputados destacam importância da água para o desenvolvimento

O deputado Damião Feliciano (PMDB-PB) considera que a obra de transposição de águas do Rio São Francisco deve ser tratada como uma questão de necessidade básica da população como um todo, já que além de servir para diminuir o sofrimento dos nordestinos, também evitará o fluxo de nordestinos que hoje deixam seus estados, em direção ao sul do país, para fugir da miséria. "Não haverá desenvolvimento adequado no Nordeste, não haverá progresso no meu estado se não começarmos a tratar das coisas básicas - e algo fundamental para a sobrevivência é água - com o objetivo de gerar empregos e diminuir as desigualdades sociais", opinou o parlamentar. Ele lamentou, no entanto, que o assunto não seja encarado como prioridade pelo governo federal.

Coriolano Sales (PMDB-BA) lamentou a falta de água em seu estado e reivindicou a construção da barragem de Catolé I, no município de Barra do Choça. "Por incrível que pareça, este é um dos municípios baianos que detém um dos maiores potenciais hídricos do estado e está sendo periodicamente castigado pela seca", argumentou. Ele lembrou que o município, que já chegou a ser o maior produtor de café da Bahia, hoje está padecendo de enormes dificuldades em sua lavoura cafeeira, que é a base de sua sustentação econômica e da região sudoeste da Bahia. "Isto aconteceu por causa da omissão do governo, que não adotou nenhuma iniciativa para construir as barragens, perenizar os rios e contribuir, assim, para, através da água, possibilitar o soerguimento da lavoura cafeeira e gerar emprego e renda para milhares de trabalhadores", disse o parlamentar.

Sérgio Novais (PSB-CE), por sua vez, comunicou que a Subcomissão de Saneamento recebeu convite para participar do *Quinto Fórum Global 2000 de Água Potável e Saneamento*, que será realizado em Foz do Iguaçu de 24 a 29 de novembro. "Esta Casa estará representada por quatro parlamentares, que se juntarão a cerca de 500 pessoas, representantes de entidades que trabalham com saneamento no mundo inteiro, e de organismos públicos, para discutir e avaliar a situação de abastecimento de água no mundo, bem como a questão específica da água no mundo", explicou.

Nilson Mourão comemora reserva extrativista na Amazônia

O deputado Nilson Mourão (PT-AC) parabenizou o ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, por oficializar a reserva extrativista do Alto Aruacá, na região amazônica. O parlamentar informou que, em reunião com grande comitiva de extrativistas da região, o ministro, além de oficializar a reserva, vai debater o desenvolvimento sustentado, questão, segundo ele, fundamental para a Amazônia. "Sabemos que precisamos ter claro qual o caminho para seu desenvolvimento", ressaltou. Mourão registrou as diferentes correntes de opinião acerca do aproveitamento econômico da região, com destaque para os que defendem a sua manutenção via extrativismo. Favorável a essa alternativa, o deputado lembrou que o extrativismo, longe de representar um atraso, vem adotando hoje formas modernas e atualizadas de extração. Nilson Mourão aproveitou para rebater notícias publicadas pela imprensa, registrando pesquisas indicando que a região amazônica não é adequada nem para a agropecuária nem para a produção de grãos. "O que já foi desmatado é o suficiente para o plantio de grãos e a criação de gado para sustentar a região", acrescentou.

Exame antidrogas

Enfrentar a realidade

***Edison Andrino**



Sabemos o quanto é polêmico o Projeto 1.887/99, de nossa autoria que tramita desde outubro de 1999, instituindo exame para constatar o uso de drogas nas escolas públicas e privadas, dos alunos da 5ª à 8ª série do ensino fundamental e do ensino médio. Tudo o que diz respeito à criança e ao adolescente precisa ser tratado com muita sensibilidade. Estamos tratando da educação e formação de nossos jovens e a finalidade de nossas escolas é educar, ensinar e prepará-los para o futuro. No entanto, não podemos mais "tapar o sol com a peneira", não encarando de frente essa triste realidade que é a venda, o uso e o consumo de drogas por adolescente nas nossas escolas. Temos a obrigação de buscar mecanismos para enfrentar o que vem acontecendo e crescendo assustadoramente. O projeto não obriga os exames para constatação do uso de drogas, ele autoriza as escolas a fazerem em alunos que tenham previamente autorização dos pais ou responsáveis. O exame é feito fora da escola, e somente os pais podem tomar conhecimento do resultado, pois o sigilo dentro da escola é fundamental. Aqueles que contrariam radicalmente o projeto, afirmam que ao submeter o menor ao exame antidoping estaríamos levando-o a um caminho sem volta. Caminho sem volta, é permitir que nossos filhos usem drogas nas escolas, viciem-se, e quando os pais tomam conhecimento, muitas vezes já é tarde demais. Isso sim, é caminho sem volta. Hoje, muitas escolas fazem vista grossa por não saberem que medidas tomar. Este silêncio pode passar para os alunos a imagem de permissão, agravando mais a situação. Outras, ao tomarem conhecimento, expulsam os alunos.

Não queremos uma coisa nem outra. Na verdade, tanto a ausência de atitudes quanto a expulsão refletem a falta de um instrumento legal que trate dessa realidade, como um problema a ser resolvido. Nosso projeto visa buscar esse caminho.

É importante deixar claro no projeto de lei que as escolas não poderão punir os alunos, cujos exames tenham resultado positivo, e deverão colocar à disposição das famílias e dos alunos, serviços profissionais nas áreas de psicologia, assistência social e psiquiátrica para o pronto *atendimento*.

A alegação de que tal medida seria inconstitucional por contrariar a regra que diz que ninguém é obrigado a fazer prova contra si mesmo, não é válida. Primeiro porque não há obrigação de fazer o exame caso não haja autorização, ou seja, existe autorização para que se faça o exame, uma vez que tendo o menor limitações na sua vontade, quem dá autorização são os pais. Além disso, não se trata de fazer prova contra si. Não tem o exame, qualquer relação com o princípio do *nemo tenetur se detegere* (ninguém é obrigado a acusar-se), constante no inciso LXIII da Constituição, uma vez que o mesmo não visa implicar em processo ou qualquer penalidade legal. O exame é feito para ajudar o jovem, orientá-lo e cuidar da sua saúde. O uso da droga é mais sério que o cinto de segurança. Implica conseqüências futuras de saúde (a AIDS está ligada à droga), violência e marginalização.

Outros perguntam: De onde virá o dinheiro? O custo que o Estado terá agora investido no tratamento precoce dos casos de drogas, por meio da realização dos exames e na disponibilização de profissionais aptos a ajudar as famílias, será certamente muito inferior ao custo, que, no futuro aconteceria, com a construção e manutenção de clínicas, sanatórios e penitenciárias. Vale destacar que mesmo não estando neste projeto a solução do problema da droga entre os estudantes, é de fundamental importância o debate que ele tem levantado a respeito do tema, porque, sendo ou não essa a solução, o que é certo é que a situação não pode permanecer como está.

***Edison Andrino** *é deputado federal pelo PMDB/SC*

Prós e contras

***Rubens Bueno**

Desde que virou notícia nos veículos de comunicação do país o exame antidrogas nas escolas tem causado polêmica. Antes de tirar qualquer conclusão, seja ela contra ou a favor de sua prática, precisamos avaliar seus prováveis benefícios e constrangimentos.

A obrigatoriedade de submeter os alunos ao exame antidrogas pode ferir princípios constitucionais, expor e cercear a liberdade. O uso de drogas pelos adolescentes é considerado um problema pessoal para muitas famílias e a exigência do exame para a permanência do estudante na escola pode causar um grande embaraço.

Outra coisa a ser pensada é o que fazer com o resultado deste exame, que deve ser confidencial e jamais servir para a expulsão do aluno. Caso o resultado comprove que o aluno está fazendo uso de drogas, a escola deve encaminhá-lo para um tratamento que o livre do vício e o acompanhe psicologicamente. Classificado por especialistas como invasão de privacidade, o exame não irá trazer nenhum benefício se houver um mau uso do seu resultado por parte das escolas.

Se a instituição de ensino, com base no resultado do exame antidrogas, simplesmente descartar o aluno que usa drogas e não se interessar pela sua recuperação, maior será a discriminação que este irá sofrer e também a chance de se envolver cada vez mais com traficantes. Atitudes drásticas como a expulsão de alunos ocorrem porque nem sempre os profissionais da educação têm o preparo necessário para lidar com o grave problema do uso de drogas entre os jovens.

Uma medida que aproximaria professores e alunos seria a inclusão no currículo escolar de aulas sobre os efeitos, perigos e prevenção às drogas. Com uma linguagem interessante e sincera, estas aulas poderiam estabelecer uma relação de confiança do estudante para com sua escola. Daí então, se o aluno tivesse resultado positivo no exame antidrogas, não seria excluído do meio em que está acostumado a viver. Não sendo discriminado, aumentariam suas chances de se *recuperar e voltar à sua rotina normal.*

O envolvimento da escola no problema do uso de drogas pelos jovens não deve ser maior do que o da própria família. Atingidos em cheio, os familiares dos possíveis usuários não podem transferir sua responsabilidade para os professores. A colaboração da escola é extremamente importante, mas deve ser acompanhada do cuidado e da atenção dos pais do aluno, pois ela não pode garantir a educação total do indivíduo.

Daí a conclusão de que as escolas podem propor aos estudantes e suas famílias que se submetam ao exame, mas não obrigá-los a passarem por tal situação. Com a agitação da vida moderna e a educação atual que muitos pais dão aos seus filhos é comum não perceberem o que se passa na vida dos adolescentes. Para alguns pais, o exame antidrogas detecta o problema que eles não tiveram tempo ou não conseguiram perceber e por isso eles o vêem como uma medida extremamente positiva. Neste caso a família precisa repensar o seu papel, pois é em seu seio que se formam os valores e a personalidade do estudante.

Algumas coisas que o adolescente deve saber não estão disponíveis em livros ou em amizades escolares, mas somente no convívio familiar.

***Rubens Bueno** *é deputado federal pelo PPS/PR*

Jornal da Câmara — Anexo I, 5º andar, sala 505 — Fone: (Dxx61) 318-5998/99 — Fax: (Dxx61) 318-2196 — Disque Câmara 0800 619619 — Rádio Câmara FM 96,9 MHz — TV Câmara - canal 14 -Net/DF canal 28 -Sky — www.agencia.camara.gov.br — Mídias Alternativas Internet/Intranet midias@camara.gov.br

Jornal da Câmara na internet: www.camara.gov.br / E-mail: jornal@camara.gov.br

Mesa da Câmara dos Deputados

Presidente: Michel Temer
1º Vice-Presidente: Heráclito Fortes
2º Vice-Presidente: Severino Cavalcanti
1º Secretário: Ubiratan Aguiar
2º Secretário: Nelson Trad
3º Secretário: Jaques Wagner
4º Secretário: Efraim Morais
Suplentes: Giovanni Queiroz, Luciano Castro
Zé Gomes da Rocha, Gonzaga Patriota
Diretor-Geral:Adelmar Silveira Sabino
Secretário-Geral da Mesa: Mozart Vianna de Paiva

SECOM - Secretaria de Comunicação Social
Diretor: Ronaldo Paixão
(061) 318-5085 / Fax: (061) 318-2108
Divulgação: Sonia Costa
(061) 318-5085
Relações Públicas: Osvaldo Vaz Morgado
(061) 318-5092
Rádio Câmara: Vladimir Almeida
(061) 318-8310
TV Câmara: Sérgio Chacon
(061) 318-5080
Agência Câmara: Ademir Malavazi
(061) 318-8473
Mídias Alternativas:Arnolfo Carvalho
(061) 318-7420

Jornal da Câmara
Diretora: Amneres Pereira
(061) 318-5098/99 - Fax: (061) 318-2196
Editora-Chefe: Marina Carvalho
Editores: Marcondes Sampaio,
Luis Cláudio Pinheiro, Oscar Telles,
Vera Ramos, Vânia Alves, Roberto Seabra, Luis Renato
Diagramadores: Antônio Alves Ferreira Júnior,
José Alberto de Almeida Filho, André Cerino, José Antonio Filho
Ilustrações: André Cerino
Revisoras: Isolda Marinho, Heloísa Lira, Malva Beatrice
Fotografia: J.Batista, Salu Parente, Sônia Baiocchi,
Eltom Bomfim, Benedita Passos, Lelo
Impressão: Imprensa Nacional
Presidência da República

AGENDA
Programação TV Câmara

Horário quarta 15/11

7:30	Palestra:Você é a sua voz
8:30	Série: Marcos da Ciência e da Tecnologia "Computador"
9:00 do	Brasil em Debate: Levy Fidélix, presidente PRTB/ Reforma Política
9:30	TV Câmara Entrevista: Dep. Aécio Neves
10:00	Documentário: "NO"
10:30	Sessão Especial - Renato Andrade
12:00	MANUTENÇÃO
20:00	O Século de Stanislavski - Os Construtores de Utopia
21:00	Série: Marcos da Ciência e da Tecnologia "Computador"
21:30	Jornal da Câmara
22:00	Brasil em Debate: Dep. José Genoíno/ reforma política
22:30	Filme: Policarpo Quaresma (Paulo Thiago)
01:00	Jornal da Câmara
01:30	Série: Marcos da Ciência e da Tecnologia "Computador"
2:00	Brasil em Debate: Dep. José Genoíno/ reforma política
2:30	Palestra:Você é a sua voz
3:30	Série: O Maravilhoso Mundo da Arqueologia "Mileto e Priena"
4:00	O Século de Stanislavski - Os Construtores de Utopia
5:00	Rio Machado de Assis

Plenário

Eurípedes e Pimentel defendem gratificação para polícia rodoviária

Greve geral poderá ser deflagrada caso o governo não atenda as reivindicações dos policiais rodoviários federais. A advertência é do deputado Eurípedes Miranda (PDT-RO), que criticou a recusa do governo em negociar um reajuste com a categoria. O parlamentar defende a extensão da Gratificação por Operações Especiais (GOE) aos policiais rodoviários, argumentando que, apesar de a arrecadação ter crescido nos últimos dois anos, os funcionários públicos continuam com os salários congelados.

José Pimentel (PT-CE) também defendeu a concessão da GOE aos policiais rodoviários federais. Ele lembrou que a Medida Provisória 2.041 garantiu o benefício aos policiais federais e, posteriormente, aos policiais civis e membros do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal. Já os policiais rodoviários que tiveram o direito à percepção da GOE em fevereiro de 1980 por meio do Decreto-lei 1.771 foram prejudicados pela Lei 7.923/89, que sustou o pagamento.

Desde a edição da MP, segundo José Pimentel, os policiais rodoviários vêm peregrinando nos gabinetes e em audiências nos ministérios, na tentativa de ter reconhecido seu direito, apesar do Departamento de Polícia Rodoviária Federal já haver colocado à disposição do Tesouro mais de 90% dos recursos relativos ao pagamento da gratificação nos meses de novembro e dezembro deste ano.

Kátia Abreu pede medidas urgentes contra insegurança nas estradas

A deputada Kátia Abreu (PFL-TO) lamentou as condições de segurança das rodovias federais e estaduais que cortam o país, *avaliando ser uma necessidade premente dotá-las de instrumentos* que garantam a integridade física dos seus usuários.

Para ela, um país de dimensões continentais como o Brasil precisa de uma ação de controle preventiva e repressiva, dando aos motoristas e passageiros a certeza de que chegarão ao lugar desejado.

A parlamentar alertou que as rodovias do país, do Rio Grande do Sul ao extremo Norte, padecem de falta de condições de tráfego, *em função de deficiências de manutenção, que causaram milhares de mortes e que são*, agora, os pontos preferidos de assaltantes.

Apesar da proteção do cidadão ser dever do Estado, Kátia Abreu sustentou que "pouco se faz para dar a ele o mínimo de segurança nas estradas".

MP que viabiliza criação de polícia municipal recebe elogios de Ildio

A medida provisória (MP) que institui o Fundo Nacional de Segurança Pública recebeu elogios do deputado Ildio Rosa (PMDB-RJ). Ele acredita que a valorização das guardas municipais, prevista na MP, vai viabilizar a criação das polícias municipais. "O Poder Executivo, premido pelo quadro alarmante de violência que se alastra pelo país, demonstra afinal ter-se apercebido da valiosa contribuição que os órgãos locais de segurança pública podem trazer para o restabelecimento do sentimento de segurança e tranqüilidade", disse.

O parlamentar acredita que as guardas municipais podem contribuir com o sistema policial nacional de forma mais efetiva do que a simples vigilância dos bens e instalações da administração municipal. "Cresce a convicção quanto à importância dessas instituições no exercício de atividades complementares de policiamento ostensivo", afirmou, lembrando o crescente déficit dos efetivos das policiais militares dos estados.

João Mendes e Rubem Medina condenam violência no Rio

O deputado João Mendes (PMDB-RJ) afirmou que o Rio de Janeiro está subjugado pelo banditismo, ao lamentar a violência que está sendo cometida contra a polícia. "Constrangida, inferiorizada, intimidada, acuada e impotente, nem a própria polícia, cuja razão de existir é a segurança dos cidadãos, está a salvo da barbárie", lamentou, lembrando que, só neste ano, cerca de 80 policiais foram assassinados por bandidos.

"O tráfico monta verdadeiras operações de guerra, com batidas e perseguições ostensivas, seja nos morros, seja no asfalto. Nesse momento, a identificação do policial pode significar uma sentença de morte. A farda deixou de ser símbolo: hoje ela é risco", alertou.

Rubem Medina (PFL-RJ) também chamou atenção para a violência no Rio de Janeiro. Alertou que a insegurança está de volta, infernizando a vida dos moradores, semeando intranqüilidade em todos os que visitam a cidade, prejudicando principalmente o turismo, principal atividade econômica do estado.

"Os assaltantes estão agindo em diferentes bairros da cidade, nas residências, nos veículos, nos seqüestros-relâmpagos, num total desafio ao aparelho de segurança e à própria sociedade", lamentou.

O parlamentar acredita que já houve significativos avanços na área de segurança, com a polícia nas ruas, mas ele acredita que é necessário rever a sistemática de policiamento dos bairros.

Rubem Medina avaliou que o Rio de Janeiro dispõe dos requisitos naturais propícios à atração de sedes de empresas, mas que é necessário investir em segurança pública.

O parlamentar sustentou que, além de cuidados na área social, é necessária uma polícia confiável, preparada ética e tecnicamente.

Avenzoar quer afastamento de secretário acusado de intimidar fiscais

O deputado Avenzoar Arruda (PT-PB) denunciou violência e corrupção no sistema penitenciário da Paraíba e pediu o afastamento do cargo do secretário da Cidadania e Justiça, Adalberto Targino. Destacou que durante uma audiência pública na Assembléia Legislativa, o auditor de Contas Públicas do estado, Rivaldo Targino da Costa, denunciou que o secretário Targino possui uma milícia para torturar presos e intimidar fiscais. O relatório do auditor, de acordo com o parlamentar paraibano, aponta diversos casos de irregularidades envolvendo empresas de parentes do coordenador financeiro da Secretaria, Silval Alves de Carvalho, como gastos de R$ 228.643,05 com a manutenção de apenas sete veículos. "É com espanto e tristeza que constatamos que o nível de corrupção e violência estende-se como erva daninha e toma proporções que comprometem a integridade física dos cidadãos, pois o relato de tortura de que são vítimas os detentos nos presídios da Paraíba nos faz regredir ao estado de barbárie, rompendo com os princípios democráticos e, pior, colocando no lixo os direitos conquistados, ao longo da história, pela humanidade", lamentou.

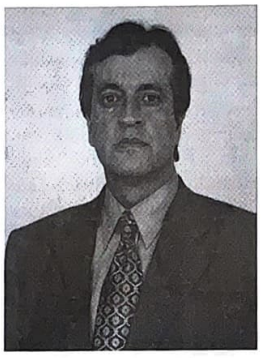
Comissões

Ciência e Tecnologia aprova projetos sobre rádio comunitária e telefonia pública

As outorgas para o funcionamento de rádios comunitárias poderão não ser mais examinadas pelo Poder Legislativo. A Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou conclusivamente, na última quarta-feira, o PL 927/99, do deputado Luiz Moreira (S. Partido-BA), que suprime um artigo da Lei 9.612, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, evitando que as outorgas sejam obrigatoriamente examinadas pelo Congresso. "As características das rádios comunitárias, que foram criadas, dentre outros, com o objetivo de prestar serviços de utilidade pública e dar oportunidade à difusão de idéias, elementos de cultura, tradições, hábitos sociais, formação e integração de pequenas comunidades, e a própria limitação do prazo de validade da sua autorização - três anos - levam-nos a concluir que seria perfeitamente dispensável a manifestação do Congresso Nacional para essa posição", justificou Moreira.



Deputado Luiz Moreira



Deputado Valdemar Costa Neto

O deputado baiano acha que também corrobora para a sua iniciativa o fato de existirem mais de 5 mil processos tramitando no Ministério das Comunicações, por causa dos longos anos de espera para a regularização das atividades das rádios comunitárias. Todos estes processos deveriam, posteriormente, ser enviados ao Congresso, o que, na opinião de Moreira, sobrecarregaria os trabalhos das comissões competentes das duas Casas. "Evidentemente, as entidades interessadas anseiam e exigirão celeridade no processo decisório", constatou o deputado.

O presidente da comissão e relator da proposta, deputado Santos Filho (PFL-PR), acha que mesmo com a aprovação do projeto, as autorizações não deixarão de tramitar no Congresso. Isto porque a Constituição de 88 estabelece que é competência exclusiva do Congresso Nacional apreciar atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão, sem discriminar quanto à natureza do serviço de radiodifusão. Por isso, o relator apresentou uma emenda que permite o funcionamento das rádios após o ato do Poder Concedente, mas em caráter precário, até que seja a outorga analisada pelo Congresso. Desta forma, as rádios não demorarão para entrar em funcionamento, mas a situação definitiva só acontecerá após a manifestação das Casas. "Futuramente, com o serviço maduro, em plena operação, com perfil bem definido, poderemos, quiçá, abrir mão da prerrogativa constitucional, através de uma Proposta de Emenda à Constituição", ponderou.

Telefonia pública

Na mesma reunião, a comissão aprovou, também conclusivamente, o substitutivo do deputado Walter Pinheiro (PT-BA) ao PL 3.589/97, de autoria do deputado Valdemar Costa Neto (PL-SP), que regulamenta a utilização de serviços telefônicos por populações que, por razões distintas, não obtiveram acesso aos serviços públicos de telecomunicações. "É de nosso entendimento que a instalação de centrais privadas ultrapassou em muito os seus objetivos originais, estendendo sua atuação para bairros inteiros, por isso nossa preocupação está no atendimento daquelas comunidades carentes que não possuem condições financeiras de adquirir uma linha telefônica a preço de mercado", afirmou Pinheiro.

O autor do substitutivo disse que a preocupação é regulamentar as centrais privadas, organizadas como cooperativas, que apresentam elevadas possibilidades de atendimento social e de difusão dos serviços. Neste sentido, o substitutivo delimita a autorização de utilização das centrais a comunidades com renda familiar que não exceda a 600 UFIRs. "Garante-se, em conseqüência, que as comunidades carentes sejam atingidas pela regulamentação do serviço e, além disso, estabelece-se critérios para a formação de cooperativas comunitárias pelos moradores", explicou Pinheiro.

O texto prevê ainda a possibilidade de utilização dos recursos do Fundo de Universalização das Telecomunicações (FUST) na instalação de centrais privadas comunitárias, o que disponibilizaria um meio efetivo de acesso ao serviço telefônico. Tanto este quanto o projeto sobre rádios comunitárias seguem agora para a Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

Emendas privilegiam pesquisa

A Comissão de Ciência e Tecnologia aprovou três emendas ao Orçamento Geral da União. A emenda de maior valor, R$ 50 milhões, destina-se à comunicação e divulgação governamental na área de pesquisa científica e tecnológica nacional. Na justificação da emenda, a comissão alega que, nos últimos anos, os recursos aplicados nesta atividade foram fixados em patamares "expressivamente inferiores à média dos anos anteriores".

Outra emenda destina R$ 20 milhões à pesquisa em biodiversidade e testes no nível de produtor da criação de peixes em tanques nacionais. De acordo com a comissão, a criação de pólos de bioindústria na Região Nordeste, com prioridade para os vales dos rios São Francisco e Parnaíba, tem por base o sucesso verificado na implantação de projetos de exploração econômica e sustentável da biodiversidade da Amazônia, envolvendo inventários, coletas e bioprospecção voltados para o desenvolvimento de produtos fármacos, fitofármacos, insumos para cosméticos, suplementos alimentares, entre outras coisas.

A última emenda prevê R$ 15 milhões para pesquisa e desenvolvimento em telemedicina e teleeducação nacional. O objetivo é dar suporte à investigação científica, em rede nacional, na área de cardiologia vinculada por telemedicina e teleeducação.

Walter Pinheiro denuncia ação da Anatel

O deputado Walter Pinheiro (PT-BA) afirmou que recebeu várias denúncias de ações da Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) e da Polícia Federal na repressão às rádios comunitárias. "Na maioria das vezes, são ações violentas, truculentas, com a Polícia Federal armada de fuzis e metralhadoras, invadindo casas como se enfrentassem perigosos traficantes", descreveu o deputado.

Para Pinheiro, a Anatel e a Polícia Federal não têm poder legal para fechar as rádios comunitárias, lacrar emissoras ou apreender equipamentos. Segundo o deputado, a Anatel afirma estar agindo legalmente porque se respalda no artigo 19, inciso XV da LGT, onde está escrito que compete à Agência "realizar buscas e apreensão de bens no âmbito de sua competência". Porém, ainda de acordo com Pinheiro, o Supremo Tribunal Federal (STF) concedeu liminar derrubando o inciso XV do artigo 19 da Lei Geral de Telecomunicações - LGT (9.572/97), que atribuía esses poderes à Anatel. A liminar foi concedida em oito de outubro de 1997, pelo ministro Marco Aurélio, do STF, e não foi cassada, o que garante sua vigência atualmente. "A decisão do STF foi conseqüência de uma ADIN (Ação de Inconstitucionalidade) apresentada pelo PT, PDT, PSB e PCdoB, em 97", informou. O deputado afirmou que o artigo em que se baseia a Anatel é inconstitucional. "O artigo 5º, LIV, da Constituição, estabelece que 'ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal' e é isso que vale, mas não para a Anatel, que descumpre diariamente uma decisão do Supremo", afirmou.

O parlamentar avançou ainda ao afirmar que, se a Anatel ou a Polícia Federal consideram que uma rádio é ilegal, devem abrir processo contra seu funcionamento, porque medidas como lacre e prisão de pessoas só poderia ser feita com mandado judicial. "Estamos alertando a população para que instrua advogados para agir diante destas situações e as rádios devem convocar a população para se postar diante da emissora no caso de tentativa de repressão", declarou.

Jornal da Câmara

PORTE PAGO
DR-BSB
ISR 47-331/86

DEVOLUÇÃO GARANTIDA
PRT - 47-840/92

CÂMARA MUNICIPAL
Rua Rota dos Emigrantes,425
Caixa Postal – 94
HOLAMBRA I - SP
13825-000

Brasília - Terça-feira, 14 de nov A DOS DEPUTADOS Ano 2 - Nº 433

Morte do deputado Jairo Azi suspende sessão da Câmara

Em decorrência da morte do deputado Jairo Azi (PFL-BA), ocorrido no último domingo, em Salvador, devido a complicações pós-operatórias, a sessão plenária de ontem foi suspensa com base no inciso 2º do artigo 71 do Regimento Interno. Os requerimentos solicitando a suspensão da sessão foram apresentados pelos deputados Padre Roque (PT-PR) e Paes Landim (PFL-BA), que destacaram a importância da atividade parlamentar de Jairo Azi na Casa.



Deputado Jairo Azi

Médico, natural de Lamarão, Jairo Azi começou sua carreira política em 1961 como vereador em Alagoinhas, interior da Bahia. Foi deputado estadual por quatro legislaturas, de 1967 a 1983, e deputado federal por três legislaturas, tendo participado da Constituinte. Desde que assumiu seu primeiro mandato na Casa, em 1983, Jairo Azi exerceu diversos cargos, entre eles, o de terceiro secretário da Mesa e vice-presidente da Mesa.

Foi também vice-presidente da Comissão de Desenvolvimento Urbano, Interior e participou, como titular, da Comissão de Saúde, Previdência e Assistência Social, Comissão de Soberania, Direitos e Garantias da Mulher e Comissão de Viação e Transportes. Como suplente, integrou diversas outras comissões, entre elas, a de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias e de Educação, Cultura e Desporto.

Na Bahia, exerceu os cargos de secretário municipal de Saúde em Alagoinhas, tendo sido ainda médico do Inamps e da Secretaria de Saúde da Bahia. Jairo Azi foi ainda diretor da Legião Brasileira de Assistência (LBA), também na Bahia.

Benevides defende PEC de sua autoria sobre fidelidade partidária

Ao pedir urgência na apreciação e aprovação da reforma política, o deputado Mauro Benevides (PMDB-CE) apelou às lideranças da Casa para que priorizem a PEC de sua autoria, que teve 245 assinaturas, e que enquadra a classe política nos mais rigorosos limites da fidelidade partidária, além de tratar do financiamento público de campanha. Lembra o parlamentar que a chamada reforma política tramita, desde 1995, no Congresso Nacional, englobando uma série de proposições importantes, entre as quais propostas de emenda constitucional e diversos projetos de Lei Complementar ou Ordinária. Dos tópicos tratados nas propostas, o parlamentar destaca a fidelidade partidária como o que teve o maior consenso, principalmente em razão da "exagerada" troca de legenda por parte dos parlamentares, lembrando que, até 15 de fevereiro deste ano, 130 deputados mudaram de partido.

Outro item destacado pelo deputado diz respeito ao financiamento público de campanha, cujo pleito ele defende como forma de impedir que o poder econômico continue a influenciar a manifestação soberana das urnas. "Em várias oportunidades, chamei a atenção dos colegas parlamentares para a necessidade imperiosa de nos manifestarmos conclusivamente em torno da aludida reforma, enfatizando que o instituto da fidelidade passará a ser exigência impostergável, cuja viabilização será tranquila, a julgar pela unânime adesão ao tópico de todas as agremiações existentes no país", arrematou.

José Antonio Almeida (PSB-MA) registrou a posição do presidente do PSB, ex-governador Miguel Arraes, sobre a reforma política, *publicada pelo jornal Folha de S. Paulo*. No artigo, Arraes condena a forma como vem sendo conduzida a reforma e manifesta preocupação com a eventual aprovação de regras restritivas às práticas democráticas, inclusive, pela limitação do debate sobre questões isoladas.

Comissão aprova projeto obrigando empresa poluidora a criar comissões de meio-ambiente

A Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias aprovou, na semana passada, o substitutivo ao PL 2.836/92, do deputado Luciano Pizzatto (PFL-PR), que dispõe sobre a instituição de Comissões Internas de Meio Ambiente. O substitutivo aprovado obriga empresas privadas, públicas e órgãos governamentais potencialmente poluidores do meio-ambiente a organizarem uma Subcomissão de Meio Ambiente dentro das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (Cipa).



Deputado Luciano Pizzatto

Pelo projeto, são consideradas poluidoras ou degradadoras as atividades de extração, beneficiamento e movimentação de petróleo e derivados; a produção, o processamento, a armazenagem e a movimentação de produtos químicos; a extração e processamento de minérios; o processamento de alimentos, frigoríficos e matadouros; siderúrgicas e metalúrgicas; extração e processamento primário de madeira; unidades geradoras de energia elétrica; construção pesada; coleta de água e tratamento de esgotos; coleta, tratamento e disposição de lixo; instalações portuárias; e projetos agropecuários com irrigação intensiva.

Dentre as atribuições das subcomissões, estão as de sugerir medidas para prevenir ou sanar efeitos nocivos causados ao meio-ambiente pela instituição a que pertence; realizar inspeção em suas instalações e em equipamentos de controle de poluição. O projeto segue para apreciação do plenário.

Opinião

Fernando Zuppo e Márcio Bittar analisam a questão da soberania da Amazônia e a votação do Código Florestal Página 6

José Linhares pede retratação da imprensa por notícia inverídica

O deputado José Linhares (PPB-CE) solicitou à Presidência da Câmara que desminta matéria veiculada na revista *Veja*, como também pelo DF TV, da Rede Globo de Televisão, através do comentário do jornalista Ricardo Boechat, denunciando que a Câmara dos Deputados arcou com todas as despesas da comitiva de deputados que foi a Roma (Itália) participar da solenidade de celebração do Ano do Jubileu. "Tenho aqui ofício assinado pelo próprio presidente da Câmara, deputado Michel Temer, em que me designa como representante da Casa, permitindo a saída sem ônus para a Câmara", ressaltou. O parlamentar disse que os membros da Câmara são alvos constantes de críticas e insinuações malévolas e cobrou da imprensa que, "com a mesma velocidade com que divulga inveracidades contra os parlamentares, tenha a mesma agilidade em divulgar a verdade".

José Linhares pediu, ainda, a transcrição nos Anais da Casa, da moção apresentada durante o jubileu, que contou com a participação de sete mil parlamentares, em que propõe que os países denominados ricos perdoem as dívidas dos países pobres e renegocie as dívidas dos países em desenvolvimento.

Plenário

Petistas questionam privatização do Banespa

O deputado José Genoíno (PT-SP) denunciou o desencontro de dados em relação à privatização do Banespa. "O Banco Central calcula um preço de mais ou menos R$ 5 bilhões, mas estudos da Unicamp e do Dieese mostram uma diferença correspondente ao dobro deste valor", afirmou, defendendo que o governo deveria, no mínimo, confrontar estas duas avaliações.

Depois de registrar reportagem publicada pela revista *Carta Capital* da última semana, que expõe dados e confronta números, o deputado cobrou do governo um novo posicionamento, no caso do Banespa. "Não dá para aceitar que um banco como o Banespa seja privatizado sem um debate em torno disso, pois tudo indica que o processo se dá sem credibilidade", declarou. Na opinião do deputado paulista, as privatizações no Brasil foram feitas sem transparência e dificilmente resistiriam a uma Comissão Parlamentar de Inquérito. "Em relação ao Banespa, a situação fica pior porque nós estamos chamando a atenção para problemas antes da consumação da privatização", afirmou. Genoíno acha que este processo mereceria mais responsabilidade do governo em dar informações e respostas.



Deputado José Genoíno



Deputado Jair Meneguelli

O deputado Jair Meneguelli (PT-SP), por sua vez, criticou a política de privatização implantada pelo governo federal no país, afirmando que ela não reduziu as dívidas do Tesouro Nacional, gerou desemprego e aumentou as dificuldades sócioeconômicas do país. Ele destacou a situação dos agricultores que, com a privatização dos bancos estaduais, estão sendo prejudicados no desenvolvimento de suas atividades. "Qualquer criança do interior sabe que os bancos privados não fazem empréstimos, a não ser em escala quase nula, aos produtores rurais" disse o deputado, solicitando uma correção dessa distorção.

Ao afirmar que o Banespa nunca esteve quebrado e que o grande devedor do banco era o estado de São Paulo, Jair Meneguelli denunciou a estratégia da equipe econômica do presidente Fernando Henrique Cardoso que, segundo ele, alardeou um falso rombo financeiro para abrir caminho para a privatização.

O deputado apelou também para que o governo federal adote uma política de salvaguarda de garantia de emprego para os funcionários das empresas e bancos privatizados. "Já estamos perdendo os empréstimos concedidos pelos bancos. Queremos pelo menos garantir estabilidade de dois anos para os atuais empregados do Banespa", disse o deputado, ressaltando a grave situação de desemprego que se abateu sobre o sistema financeiro em virtude da automação dos seus serviços.

Feu Rosa prevê período de expansão econômica

O deputado Feu Rosa (PSDB-ES) elogiou a política econômica do governo federal, afirmando que ela vem proporcionando um bom desenvolvimento econômico para o país. Ele observou que o ciclo de desenvolvimento iniciado neste ano no país, permitirá investimentos até o ano de 2005 da ordem de R$ 430 bilhões. Esses recursos virão, segundo o deputado, dos investimentos diretos das empresas de telecomunicações privatizadas, das siderúrgicas, e de um grande número de empresas multinacionais que serão implantadas no país.

"Nem fatores externos como a crise no Oriente Médio e seus reflexos no preço do petróleo, poderão inviabilizar o desenvolvimento e o crescimento da economia brasileira", afirmou o deputado, acrescentando que o acelerado desenvolvimento da economia tem pego alguns setores desprevenidos, como o da indústria de cabos para telefonia e o da siderurgia.

O deputado destacou também o aumento da oferta de emprego no país, citando dados divulgados pelo IBGE, que apontam a inclusão de mais de 800 mil pessoas no mercado de trabalho neste ano e a elevação da produção industrial interna, que cresceu no primeiro semestre desse ano 6,8% em relação ao mesmo período de 1999. Para o deputado, este bom desempenho da economia brasileira está fundamentada na correta política de estabilidade econômica mantida pelo governo, pela entrada de elevados valores de capitais externos obtidos pelas privatizações, de investimentos diretos e pelo Mercosul.

Permanência da CPMF é combatida

Ao mesmo tempo em que considera de fundamental importância para o país a criação do Fundo de Erradicação da Pobreza, o deputado José Carlos Coutinho (PFL-RJ) se disse contrário ao aumento da CPMF, previsto na PEC do Senado e aprovada pela comissão especial da Câmara. Segundo afirmou, a proposta, que eleva de 0,30% para 0,38% a incidência da CPMF, com o objetivo de garantir a execução do programa, é inconveniente. "A carga tributária no Brasil é a mais exorbitante do mundo, sendo que, qualquer novo encargo, criará turbulências econômicas e sociais inevitáveis", assegurou. Ele chamou a atenção para o fato de ser a CPMF um imposto cumulativo, que recai sobre os ativos em espécie toda vez que é repassado a cada contribuinte.

Já o deputado Milton Temer (PT-RJ) considerou um "absurdo" a decisão do governo de conceder isenção da CPMF aos estrangeiros que investem na Bolsa de Valores, ao referir-se à reportagem publicada na revista *Carta Capital*. "É uma decisão urdida nos laboratórios do Conselho Monetário Nacional que, além de injusta, ilegítima e ilegal, engrossa o caldo da especulação e esvazia os cofres do Tesouro", acusou, acrescentando que "o especulador estrangeiro, no Brasil da era FHC, é tratado a pão-de-ló." O parlamentar lembrou que a CPMF foi aprovada como algo provisório, voltado para melhorar os investimentos na saúde pública. "Depois, aumentaram a alíquota e o que era provisório virou definitivo, mas a saúde pública continuou à míngua de recursos", complementou.

Neuton Lima afirma que Refis fracassou

O Refis, programa de recuperação fiscal criado para reverter o quadro de inadimplência de empresas eventualmente em dificuldades com a Secretaria da Receita Federal e com o INSS, não está resolvendo o caso do empresariado nem do contribuinte, afirmou o deputado Neuton Lima (PFL-SP). Segundo avaliou, a confiabilidade do governo ainda não foi restaurada em função de traumas do passado.

Entre os fatos geradores desse clima, o parlamentar citou as sucessivas quebras da ordem jurídica, "pacotes", confiscos e congelamentos, "empréstimos" não devolvidos, aumentos vorazes de tributos e impostos, além de contribuições, que começaram provisórias para logo se eternizarem. "Todas essas manchas na reputação, tanto deste governo quanto dos que o antecederam, indicam um pendor pelo desrespeito à lei e ao direito", resumiu.

Lima informou que, segundo estimativas da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, o montante inscrito em dívida ativa, somente quanto a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal e pelo INSS, aproximava-se dos R$ 200 bilhões no final do ano passado. "Impunha-se a adoção de medidas que modificassem esse panorama, portanto, que revertessem o quadro preocupante da inadimplência, que rescrevessem, enfim, o código de relacionamento entre o Fisco e o contribuinte. Porém, o que se vê não é bem isto. A população não confia no governo", concluiu.

Plenário

Regis Cavalcante aponta retorno da oligarquia conservadora em Maceió

"O PSB para ganhar as eleições de Maceió aliou-se ao PSDB e demais partidos conservadores, usando inclusive as três máquinas governamentais, federal, estadual e municipal, para montar a campanha mais cara da história de Alagoas", segundo denunciou o deputado Regis Cavalcante (PPS-AL). Candidato pela coligação formada pelo PMDB, PDT e PSL, o deputado disputou o segundo turno com Kátia Born, apoiada por uma frente que, segundo afirmou, reconstitui as "forças mais conservadoras e atrasadas do espectro político de Alagoas". Para o parlamentar, o mais lamentável de tudo isso é que esse retorno da "oligarquia conservadora" ao cenário político alagoano aconteça comandado por um partido de esquerda, o PSB, que acusa ter traído a sua história ao trocar o campo das forças progressistas para celebrar um pacto com o governo FHC, os "coronéis" do interior, o grupo Collor, entre outros segmentos do poder econômico. "Não ganhamos a eleição, mas nos sentimos vitoriosos porque obtivemos mais de 38% dos votos, mesmo enfrentando o poder econômico, a manipulação da mídia, o tráfico de influência que colocou as máquinas da burocracia a serviço da candidatura adversária, nós fomos capazes de disputar o segundo turno e estabelecer uma polarização política", ressaltou.



Deputado Regis Cavalcante

Regis Cavalcante aproveitou para agradecer aos mais de 100 mil eleitores que lhe confiaram o voto, bem como ao seu partido, o PPS, e a todas agremiações que fizeram parte da coligação em favor de sua candidatura à prefeitura de Maceió. "Graças ao embate eleitoral, ficou claro para o povo de Maceió e de Alagoas que as forças do centro democrático e da esquerda não irão assistir de braços cruzados que o atual governo do PSB continue se apresentando como um partido de esquerda, já que a prática reconstitui o pacto conservador do estado", enfatizou.

Paulo Rocha registra conclusões do encontro do PT em Brasília

A importância do encontro que reuniu prefeitos, vice-prefeitos e vereadores do PT eleitos nas últimas eleições com a direção do partido, no último final de semana na Câmara, foi destacada pelo deputado Paulo Rocha (PT-PA). "Temos a clareza de que a vitória do PT nas principais cidades impõe-nos uma tarefa de desafio: temos a responsabilidade de criar outra alternativa política-econômica para o nosso país, outra forma de administrar a coisa pública e outra maneira de aplicar o dinheiro público", alertou o parlamentar. Para Paulo Rocha, nas 187 cidades que serão administradas pelo PT a partir de janeiro, a participação popular deverá ser exercida através do Orçamento Participativo, um instrumento de cidadania, onde a questão do poder é democratizada. Ele lembrou que este exercício de nova forma de governar servirá para que o Partido dos Trabalhadores consolide uma nova alternativa político-econômica, preparando-se para o embate principal da disputa de poder em 2002. "A partir de políticas públicas, consolidaremos a aspiração de um povo que quer resolver seus graves problemas de emprego, salário, saúde, para que o país trilhe o caminho de desenvolvimento e cidadania, construindo uma nova nação, onde a sociedade seja verdadeiramente feliz", acrescentou.

Nilson Mourão (PT-AC) também registrou o encontro promovido pela direção nacional do PT em Brasília. "A onda vermelha que tomou conta do Brasil impõe sobre o PT a consciência de que chegou a hora de descer do palanque e saber a responsabilidade que temos com o povo de pôr em prática duas coisas: ética na política, como base, e geração de políticas públicas para resgatar os excluídos socialmente", avaliou. Segundo o deputado, estas questões, mais a necessidade de provar a possibilidade de governar com transparência, foram os pontos debatidos na conferência.

Confúcio elogia Michel Temer e destaca importância da Rádio, TV e Jornal da Câmara

O deputado Confúcio Moura (PMDB-RO), ao ressaltar as realizações da atual gestão do presidente da Casa, Michel Temer, lembrou que ele foi o responsável por colocar a Câmara dos Deputados claramente aos olhos do povo brasileiro, ao tomar a iniciativa de criar a *Rádio Câmara*, o *Jornal da Câmara*, a *TV Câmara*, e a *Agência Câmara de Notícias*, além de instalar a internet em todos os órgãos e gabinetes do Legislativo. "Essas ações foram sendo implantadas de maneira gradual, facilitando significativamente a comunicação entre os deputados e seus eleitores, além de mostrar a todo o país o trabalho que vem sendo realizado nas comissões temáticas e no plenário da Casa", destacou o parlamentar.

"O momento histórico exigiu estas tomadas de decisões, que vieram em boa hora, preenchendo uma lacuna informativa responsável, em grande parte, pela visão estereotipada da sociedade em relação ao Parlamento", avaliou Confúcio Moura, ao frisar que essas realizações tiveram como objetivos principais dar transparência aos serviços e ações legislativas, democratizando os trabalhos, disponibilizando informações para a sociedade brasileira e facilitando as pesquisas por estudantes, jornalistas, professores e pela população em geral. "São mais de 200 mil formadores de opinião que são beneficiados pelos serviços da Câmara dos Deputados e mais 250 veículos de comunicação em todo o país", comemorou o deputado por Rondônia.

Curtas

- **Almerinda de Carvalho (PFL-RJ)**, avaliando o processo eleitoral deste ano, chamou atenção para alguns pontos como a redução do índice de fraude eleitoral, além do significativo aumento da representatividade feminina nos cargos públicos, que agora conta com 317 prefeitas e 7 mil vereadoras. "Estes pontos merecem destaque e é exemplo para aperfeiçoarmos cada vez mais o processo eleitoral brasileiro", disse a parlamentar.
- **Alberto Fraga (PMDB-DF)** elogiou a iniciativa do presidente da Comissão de Direitos Humanos, Marcos Rolim (PT-RS), de promover uma caravana pelo país em defesa dos direitos humanos de policiais. "Os policiais estão sendo assassinados de forma covarde. Governo e sociedade assistem passivamente", criticou o parlamentar, lembrando que 125 policiais já foram mortos no Rio de Janeiro. Alberto Fraga informou que a caravana irá percorrer seis estados brasileiros e será composta por ele e pelo deputado Cabo Júlio.
- **Geraldo Magela (PT-DF)**, ao registrar o encontro do governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz, com o arquiteto Oscar Niemeyer, acusou o governador de ser o grande destruidor do projeto urbanístico de Brasília. Segundo ele, a imprensa tem denunciado, com freqüência, o descaso do governador do Distrito Federal para com a preservação de Brasília. "Roriz não tem a menor preocupação em defender o Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade", frisou Magela. Para o deputado, esta atitude de Roriz tem desmotivado os integrantes do conselho que cuida do Patrimônio do Distrito Federal. "Eles estão se demitindo, exatamente por perceberem que o governador é o responsável por esta situação", ressaltou.
- **Dr. Heleno (PSDB-RJ)** destacou o desempenho do prefeito Zito no Rio de Janeiro, reeleito em Duque de Caxias, e elogiou a postura, nas urnas, do povo brasileiro. Na sua avaliação, a doutrinação da população nestas eleições municipais foi responsabilidade daqueles políticos considerados honestos e competentes. "Nestas eleições, ficou comprovado que não predomina mais no país aquela oligarquia dos políticos que só exploravam e nada produziam", afirmou.
- **Themístocles Sampaio (PMDB-PI)** lamentou o falecimento do ex-governador de seu estado, Helvídio Nunes, na cidade de Picos. Para ele, o país perdeu um político honesto, de destaque, hábil na luta pela coisa pública. "Euvidio era um homem pequeno na estatura, mas grande nas atitudes", disse ele, ao lembrar a época em que foi cassado como deputado estadual, em 1964, quando pertencia ao PTB.

Plenário

Deputados cobram do governo maior fiscalização das telefônicas

O deputado Serafim Venzon (PDT-SC) acredita que o usuário do serviço de telefonia, em todo o país, está desamparado. Segundo ele, a privatização não alcançou seus objetivos, especialmente no que tange ao contentamento com os serviços prestados e a empresa ficou mais distante do usuário. "O governo deveria exigir maior controle e mais respeito aos usuários", observou o deputado catarinense.



Deputado Serafim Venzon



Deputado Avenzoar Arruda

Segundo ele, independente do aumento do número de linhas e da manutenção da qualidade dos serviços de telefonia, o usuário se sente "demasiadamente distante da prestadora, não consegue reclamar e tem a sensação de estar desamparado por parte da direção das empresas". Ele espera que a concorrência possa resolver esse problema e que o governo seja mais rigoroso com as prestadoras de serviços de telefonia. "Assim, somente as empresas que prezarem pela qualidade, em todos os âmbitos, é que conseguirão se manter no mercado", declarou.

Já o deputado Avenzoar Arruda (PT-PB) reclamou dos serviços prestados pela empresa de serviços telefônicos do estado da Paraíba que, segundo ele, está gerando o caos no sistema de telefonia. De acordo com o que informou, pessoas que não possuem linhas telefônicas estão sendo cobradas por serviços que não utilizam, e chamadas interurbanas estão sendo cobradas de um bairro para o outro. O Procon local, conforme ressaltou, não está em pleno funcionamento por causa do volume de reclamações, ficando impedido de atender a outras áreas, para poder se concentrar exclusivamente na questão dos serviços telefônicos. Na avaliação do parlamentar, a situação exige a intervenção da Anatel, órgão regulador criado com a finalidade de fiscalizar as operadoras telefônicas. "Diziam que o serviço privatizado seria eficiente e barato, e que geraria emprego além de promover o desenvolvimento do setor. Nada disso aconteceu. Muito pelo contrário, é o inverso da moeda. A empresa privada é ineficiente para tratar das questões de interesse público", afirmou. Para ele, o que norteia a empresa privada é o interesse pela obtenção de lucros, e "ninguém pode acusá-la de não investir em áreas que não dão lucro, porque essa é a lógica do capital", completou.

Medina e Luiz Sérgio elogiam retomada da indústria naval

O deputado Rubem Medina (PFL-RJ) elogiou as novas regras de financiamento à indústria naval, anunciadas pelo presidente Fernando Henrique Cardoso no início do mês. Ele classificou as medidas como estímulo decisivo para renovar a frota nacional. "Temos que reconhecer que as medidas ainda são insuficientes para solucionar os graves problemas do setor, mas é o passo inicial para sua reativação, que será de extrema valia para o Rio de Janeiro", afirmou, assinalando que as mudanças são fruto da mobilização da bancada parlamentar do Rio.

Ele informou que entre as medidas anunciadas está a reformulação do Fundo de Marinha Mercante com a ampliação do prazo de financiamento de 15 para 20 anos e a redução dos juros de 8% para 4%, além do aumento do limite de financiamento. "Com isso será possível a construção de pelo menos quatro navios, totalizando investimentos da ordem de US$ 160 milhões e a geração de seis mil novos empregos", prevê o deputado, explicando que as novas regras vão garantir a capacidade de armadores brasileiros participarem de licitações públicas e aumentarem sua participação no mercado.

O deputado Luiz Sérgio (PT-RJ) parabenizou o governo federal pela iniciativa de criar condições para que a indústria da construção naval retomasse suas atividades no município de Angra dos Reis, no estado do Rio de Janeiro. "Apesar de ser da oposição, tenho que reconhecer que o governo fez sua parte ao criar condições para impulsionar o setor", ressaltou. Luiz Sérgio frisou, ainda, que o setor metalúrgico da construção naval é atividade fundamental para a economia do estado do Rio de Janeiro, especialmente para o município de Angra dos Reis. Ele alertou também que a situação depende, no momento, dos empresários que estavam cobrando uma medida nesse sentido. De sua parte, ele antecipou que continuará atento, para que os investimentos federais tenham a contrapartida necessária ao desenvolvimento do setor.

Dr. Rosinha acusa Lerner de esconder contrato com a Renault

O deputado Dr. Rosinha (PT-PR) acusou o governador do estado do Paraná, Jaime Lerner, de governar o estado de forma autoritária e não repassar informações de interesse da assembléia legislativa. O parlamentar citou o exemplo da instalação da Renault naquela unidade da federação. Segundo informou Rosinha, o governador recusou-se duas vezes a atender seu pedido, como deputado estadual e como federal, de prestar informações sobre a instalação da fábrica francesa no estado. Somente agora, conforme registrou o deputado, o Superior Tribunal de Justiça decidiu que o governo do Paraná tem que prestar contas à sociedade paranaense das circunstâncias em que se deu a vinda da Renault para o estado. "O Sr. Jaime Lerner assinou protocolo de intenções com a empresa francesa e trancou em um cofre todos os documentos, aos quais ninguém teve acesso", ressaltou. Por fim, o parlamentar paranaense afirmou que toda e qualquer ação contra o governador do seu estado é causa perdida, porque a maioria dos juízes do estado decidem em seu favor.

CURTAS

- **Francistônio Pinto (PMDB-BA)** analisou a indústria do turismo no Brasil, sustentando "não se tratar mais de uma atividade voltada às pessoas abastadas ou sem afazeres". Ele considera válida a postura da Embratur em desenvolver mecanismos que despertem os municípios aos benefícios promovidos pelo setor turístico. "O setor movimenta mais de US$ 3 milhões, emprega direta ou indiretamente mais de 10% da força de trabalho mundial, apresenta um faturamento superior ao das indústrias automobilísticas, eletroeletrônica e de petróleo", revelou.
- **Fernando Coruja (PDT-SC)** criticou a intenção do Executivo de substituir, através de emenda constitucional, na área dos combustíveis, a Parcela de Preço Específico (PPE), para a Contribuição sobre Domínio Econômico (CDE). O parlamentar avaliou que a proposta é "flagrantemente inconstitucional", na medida em que viola os princípios da anterioridade e anuidade na cobrança dos tributos, além de revelar o "viés autoritário" do governo.
- **Nelson Pellegrino (PT-BA)** criticou a intenção da Empresa de Correios e Telégrafos (ECT) de criar as chamadas caixas postais comunitárias. O parlamentar afirmou que se a medida for implementada, o carteiro não entregaria mais as cartas na casa do cidadão, que teria que pegar com um líder comunitário ou ele as entregaria nas residências. Para ele, o carteiro tem que continuar entregando as correspondências nas casas dos cidadãos. Nelson Pellegrino, depois de lembrar que a ECT é uma empresa pública, detendo o monopólio postal no país, manifestou sua convicção de que a medida gera desemprego, pois dispensa a figura do carteiro. Ele lembrou que a empresa é uma das que possuem maior credibilidade e que o carteiro é uma figura muito querida na comunidade.
- A liberação, pelo Ministério da Saúde, de R$ 1,06 milhão para a conclusão da Santa Casa de Dourados (MS) foi comemorada pelo deputado Marçal Filho (PMDB-MS), que defendeu a transformação da unidade em hospital-escola. De acordo com o parlamentar, este valor corresponde à última parcela do total de R$ 5,31 milhões conseguidos com emenda de bancada de seu Estado no Orçamento da União de 1999. Marçal Filho ressaltou a importância do hospital para toda a região de Dourados e outros 17 municípios, cuja população alcança 700 mil habitantes. "Só irei sossegar quando a Santa Casa de Dourados estiver concluída, equipada e funcionando", destacou.

Comissões

Sobe multa para banco que não investir em crédito rural

A Comissão de Agricultura e Política Rural aprovou o Projeto de Lei Complementar 136/00, do deputado Ricardo Barros (PPB-PR), que sobe de 20% para 25% o valor da multa variável, aplicável a instituições financeiras que deixarem de cumprir a exigência de investir em crédito rural determinada parcela – hoje fixada em 25% – de seus recolhimentos compulsórios. A multa incide sobre o valor da insuficiência de aplicação que vier a ser constatada por negligência ou dolo das entidades.



Deputado Ricardo Barros

Em sua justificação, o autor do projeto recordou que, com a redução do volume de recursos oficiais destinados à agricultura, tende a crescer a parcela correspondente à aplicação compulsória dos bancos comerciais no crédito rural. "É, portanto, de fundamental importância assegurar que as determinações do Conselho Monetário Nacional (CMN) sobre destinação compulsória de recursos ao crédito rural sejam rigorosamente obedecidas", afirmou Barros. Segundo ele, a elevação da penalidade pelo descumprimento das normas legais é, juntamente com a fiscalização rigorosa, a forma de se assegurar que o crédito rural não será privado de uma fonte de recursos cada vez mais importante.

Ele salientou que o Banco Central, como órgão fiscalizador, aplica multa quando constata a aplicação de recurso em volume menor do que o CMN determina. "Esta multa é hoje fixada pela Resolução 2.637/99 em 20% do valor da insuficiência da aplicação, em contradição com o que estabelece o parágrafo 2 do art. 44 da lei 4.595/64, que fixa o teto de 200 vezes o maior salário mínimo vigente no país", revelou o parlamentar. "Para sanar a contradição", prosseguiu, "alteramos a redação do citado parágrafo 2, eliminando aquele teto, ridiculamente baixo, e elevamos a multa aos infratores". Ricardo Barros acredita que, com a elevação da penalidade, as instituições financeiras serão induzidas a aplicar em crédito rural nada menos do que o determinado pelas autoridades.

Correções

O relator do projeto, deputado Anivaldo Vale (PSDB-PA), também criticou o baixo valor da multa aplicada aos não cumpridores da resolução. "Consiste tal dispositivo um flagrante anacronismo, qual seja, tratar o salário mínimo como unidade de valor. Este é um resquício de nossa tradição inflacionária que o projeto oportunamente elimina", afirmou. Vale considerou que, mais importante do que corrigir o anacronismo, é o aumento da eficácia da lei promovido pela matéria, ao elevar a penalidade imposta aos transgressores.

"A multa de 200 salários mínimos, cerca de R$ 30 mil, é um valor irrisório para uma instituição bancária e, certamente, insuficiente, para coibir a transgressão", avaliou o parlamentar, acrescentando que o próprio CMN reconheceu esta insuficiência ao aumentar o valor para 20% do valor da insuficiência da aplicação. "Ao fazê-lo, porém, criou uma contradição com o texto da Lei de 1964, que abre possibilidade de questionamento judicial da resolução. Sanar esta contradição é o objetivo central do projeto em tela", concluiu Anivaldo Vale.

Agricultura aprova emendas ao Orçamento

A Comissão de Agricultura e Política Rural aprovou cinco emendas ao Orçamento Geral da União para 2001. As sugestões de emendas ao orçamento foram apresentadas pelo deputado Dilceu Sperafico (PPB-PR), coordenador do grupo de parlamentares escolhido para tratar desse assunto. As emendas e seus respectivos valores são os seguintes:

1ª – Estímulo à produção agropecuária para as regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste: R$ 800 milhões

2ª – Pesquisa e desenvolvimento em biotecnologia para segurança alimentar e ambiental (à Embrapa): R$ 60 milhões

3ª – Apoio a projetos de entidades estaduais de pesquisa, extensão rural e assistência técnica agropecuária, para as regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste: R$ 200 milhões

4ª – Assistência financeira a projetos de infra-estrutura e serviços municipais (Pronaf) para as regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste: R$ 200 milhões

5ª – apoio a projetos de desenvolvimento do turismo rural para as regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste: R$ 100 milhões

Francistônio Pinto defende Proálcool

O deputado Francistônio Pinto (PMDB-BA) disse estranhar o fato de o governo federal abandonar o Programa Brasileiro do Álcool Combustível (Proálcool), no mesmo momento em que vários países do mundo estão investindo nesta tecnologia. Como exemplo, o parlamentar citou a empresa automobilística teuto-americana, DaimlerChrysler, que está desenvolvendo um protótipo que poderá usar três tipos de combustível: álcool, etanol e células de combustível hidrogenadas.

Ele informou que o governador do estado norte-americano da Califórnia conclamou os produtores de álcool dos Estados Unidos a aumentarem sua produção visando fazer crescer a demanda estadual por um combustível menos prejudicial à saúde e ao meio ambiente. "Enquanto isso, nós brasileiros, inventores da tecnologia do álcool automotivo, corremos o risco de sermos passados para trás, e dentro em pouco estaremos pagando *royalties* pela tecnologia estrangeira", lamentou.

O parlamentar acredita que a reativação do Proálcool vai aumentar o número de empregos, na cidade e no campo, destacando que a agroindústria canavieira gera 1,3 milhão de empregos, absorvendo quase 3% da população economicamente ativa do país. Afirmou ainda que o setor é o responsável por um saldo positivo de US$ 3,4 bilhões, graças à exportação de açúcar e a redução da importação de petróleo.

Serafim Venzon pede apoio para socorro a produtores de SC

O deputado Serafim Venzon (PDT-SC) apelou a seus colegas para que apóiem as reivindicações apresentadas pelo governador de Santa Catarina, Esperidião Amin, aos ministros do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura e do Abastecimento para minimizar os efeitos das baixas temperaturas que atingiram a região sul do país nos meses de julho e agosto.

As perdas para a agricultura familiar de Santa Catarina, segundo o deputado, são estimadas em cerca de R$ 41 milhões - volume que, embora não repercuta na produção nacional, têm um enorme significado para estes pequenos produtores que têm na produção de hortifrutigranjeiros a única opção econômica para a sobrevivência no campo.

De acordo com Venzon, o governo solicitou ao Executivo Federal a prorrogação das dívidas de custeio e investimento dos agricultores, linha de crédito de emergência de até R$ 2 mil por família atingida e recursos para a recuperação das pastagens danificadas pelo frio. "Para evitar que esta calamidade contribua ainda mais para o processo de exclusão social e econômica destas famílias, é essencial a adoção de urgentes medidas capazes de proporcionar a sua subsistência até a próxima safra", disse.

Bacci destaca a importância de investimentos na agricultura

Caso o governo federal venha a aumentar os investimentos na agricultura, o deputado Enio Bacci (PDT-RS) afirmou que a população brasileira será beneficiada com resultados positivos. Segundo informou, para cada milhão de real lançado na economia rural, haverá o aumento de 315 empregos, enquanto que na indústria, com o mesmo milhão, o número baixa para 150.

O parlamentar se manifestou preocupado com a inversão de população rural para urbana, conforme dados do IBGE a respeito do censo 2000. De acordo com o censo, quase 90% da população brasileira encontra-se nas cidades. "O Brasil mudou drasticamente neste período. Passamos de um país essencialmente agrícola, quando viviam no campo dois terços da nossa população, para uma condição de país industrializado", lamentou. Por fim, Bacci alertou que este novo quadro brasileiro precisa ser analisado com muita seriedade, para verificar se reflete progresso ou regresso.

Amazônia

Ações transparentes



***Fernando Zuppo**

A soberania sobre a Amazônia será um dos temas mais importantes na agenda política nacional neste início de século. Se, por enquanto, o tema ainda não obteve destaque nos debates públicos no país, é porque os meios de comunicação têm minimizado sua importância, preferindo aceitar a abordagem "ecológica" defendida pelas grandes potências mundiais. Recentemente, o presidente Fernando Henrique Cardoso recebeu convite dos sete países mais ricos do Planeta para discutir a formação de "parcerias" relacionadas à floresta amazônica. É muito importante que o teor das discussões seja divulgado, para que a sociedade tenha uma idéia mais clara do que eles, os "ricos", estão planejando fazer na região. Afinal de contas, não faltam indicações de que as potências econômicas pretendem interferir, direta ou indiretamente, na forma como o Brasil lida com aquela parte de seu território.

Em fóruns diferentes, cientistas e políticos do Primeiro Mundo têm dito que nós somos incapazes de cuidar da Amazônia e que seria preciso internacionalizar o controle sobre a região. O principal argumento é o de que aquela floresta é uma espécie de pulmão do mundo e que, além disso, sua riqueza natural, incluindo água potável e biodiversidade, deveria ser vista como patrimônio de toda a humanidade. Todos, portanto, deveriam ter garantido seu quinhão de uma riqueza que os brasileiros, sozinhos, não são capazes de administrar. São argumentos absolutamente falaciosos, que conduzem a conclusões estapafúrdias sobre a expropriação patrimonial.

Em primeiro lugar, se há incompetência no relacionamento com a natureza, e em especial com as florestas, o maior exemplo disso foi dado justamente pelos povos ricos, que devastaram sem piedade todos os lugares para os quais levaram sua tão respeitada civilização. Nesse assunto os europeus são um exemplo de tudo o que não deve ser feito. Agora eles se desculpam, dizendo que querem mudar seus paradigmas tecnológicos para preservar o que sobrou de suas matas, rios e atmosfera. Sim, querem fazer isso, ao mesmo tempo em que exportam suas fábricas poluentes para o Terceiro Mundo.

Quanto aos *Estados Unidos nem é preciso falar. O consumismo delirante de seus cidadãos é responsável* por uma parcela expressiva de toda a poluição do planeta. Afinal de contas, quem são os verdadeiros compradores e financiadores da extração clandestina de madeira e minérios que se faz na Amazônia? O discurso imperialista que se esconde sob o manto da preservação ecológica precisa ser repelido pela sociedade. Por três do argumento ambientalista, sincero em poucos casos - o que existe é a ganância dos povos ricos, que querem garantir para si mesmos o consumo, no futuro, das riquezas guardadas pela Amazônia. Igualmente hipócrita é a proposta de "emancipação" das tribos indígenas da região, que passariam a ter autonomia em relação ao Brasil. Será que povos que cometeram genocídio contra seus próprios índios têm autoridade moral para fazer sugestões desse tipo?

A sociedade deve ser alertada para os riscos que corre com os movimentos que surgem na Europa e nos EUA para justificar uma interferência militar na Amazônia. Outro nome que se costuma dar a essa ocupação é "pesquisa científica". Ou, ainda, "combate ao narcotráfico". Ninguém nega o valor do conhecimento científico - mas tudo depende de como ele será usado. Métodos semelhantes produziram a penicilina e a bomba atômica.

Só pessoas muito ingênuas ou muito mal informadas não percebem que a soberania sobre a Amazônia é uma questão delicada e urgente, que deve ser prioridade em qualquer debate sobre o futuro do país. O presidente Fernando Henrique Cardoso tem obrigação de revelar ao povo as verdadeiras intenções das nações industrializadas em relação à Amazônia.

***Fernando Zuppo** *é deputado federal pelo PDT/SP*

Código e soberania

***Márcio Bittar**

Ainda vivemos uma verdadeira guerra de informação relativa ao Projeto de Conversão que altera o Código Florestal Brasileiro. A grande mídia, infelizmente, não tem conseguido ser competente em seu esforço de interpretação do Relatório da Comissão Mista. Ao transmitir para a opinião pública, falsamente, que 50% da Amazônia seria desflorestada, os jornais, televisões, ONG's e líderes não esclareceram o povo brasileiro. O Código Florestal regulamenta o uso da propriedade privada, e esta é somente 24% (vinte e quatro por cento) da região amazônica, do Acre é apenas 30%. Então, não há hipótese de que ocorra o desastre ambiental anunciado. Mas os ditos "ambientalistas" exultaram com a repercussão negativa que teve o Relatório. Alguns líderes no Congresso afinaram a voz com medo da mídia. Ouvi mesmo alguns dizerem que "não podemos ter mais essa repercussão negativa no exterior". É impressionante a capacidade de alguns políticos de recuar ou renunciar às suas convicções em troca de uma postura considerada "politicamente correta".

O reducionismo da questão ao dilema explorar-estocar, ou, devastar-preservar, como preferem alguns, tem uma funcionalidade que percebo bastante clara. Trata-se de manipular a opinião pública no sentido de aceitar como certo que a Amazônia não nos pertence em todos os sentidos. O próprio presidente FHC, em opinião exposta recentemente ao vivo em cadeia de rádio, afirmou que "a Amazônia é nossa mas é um bem da humanidade" e com isso ainda é aplaudido.

Pergunto: existe algum outro território no planeta que o seu governante diga que é um "bem da humanidade" ? Alguém já ouviu ou leu que um príncipe árabe dissesse que o petróleo de suas reservas é um bem da h umanidade ? Alguém já ouviu um presidente dos Estados Unidos dizer que por exemplo, o Alaska é um bem da humanidade ? *Até na Lua eles enfiaram a bandeira americana...*

A limitação da ocupação econômica da Amazônia, o seu engessamento e, conseqüentemente, a reserva de todo seu estoque de riqueza, embutida na proposta dos "ambientalistas", é na verdade uma ação objetiva no sentido de sua internacionalização. O domínio sobre nosso território que ao longo do tempo vem se dando pela captura da opinião pública nacional, através da mídia e de uma rede de organizações sediadas fora e dentro do Brasil, passa assim para uma fase operativa. Institui-se em Lei uma renúncia ao nosso território.

O presidente Fernando Henrique, preposto da banca internacional, vassalo das grandes potências, servo do imperialismo anglo-americano, da mesma forma que entrega os setores de telecomunicação, elétrico, de transportes, de saneamento, financeiro ... enfim, a nossa economia, ao capital privado internacional, dará um passo concreto para a entrega de nosso patrimônio natural.

Causa estranheza é que setores da sociedade e da política, sempre tão atentos e astutos em denunciar o entreguismo e a submissão do presidente FHC, sentem-se confortavelmente com o mesmo governo e com representantes dos mesmos países que espoliam o povo, para planejar a ocupação de nosso território, sem se darem conta de que estão à mesa com os lobos que nos devoram há séculos.

***Márcio Bittar** *é deputado federal pelo PPS/AC*

Jornal da Câmara — Anexo I, 1º andar, sala 135 — Fone: (0xx61) 318-5099 — Fax: (0xx61) 318-2196 — Disque Câmara 0800 619619 — Rádio Câmara FM 96,9 MHz — TV Câmara - canal 14 -Net/DF canal 28 -Sky — www.agencia.camara.gov.br — Mídias Alternativas: Arnolfo Carvalho midias@camara.gov.br

Jornal da Câmara na internet: www.camara.gov.br / E-mail: jornal@camara.gov.br

Mesa da Câmara dos Deputados

Presidente: Michel Temer
1º Vice-Presidente: Heráclito Fortes
2º Vice-Presidente: Severino Cavalcanti
1º Secretário: Ubiratan Aguiar
2º Secretário: Nelson Trad
3º Secretário: Jaques Wagner
4º Secretário: Efraim Morais
Suplentes: Giovanni Queiroz, Luciano Castro, Zé Gomes da Rocha, Gonzaga Patriota
*Diretor-Geral:*Adelmar Silveira Sabino
Secretário-Geral da Mesa: Mozart Vianna de Paiva

SECOM - Secretaria de Comunicação Social

Diretor: Ronaldo Paixão (061) 318-5085 / Fax: (061) 318-2108
Divulgação: Sonia Costa (061) 318-5085
Relações Públicas: Osvaldo Vaz Morgado (061) 318-5092
Rádio Câmara: Vladimir Almeida (061) 318-8310
TV Câmara: Sérgio Chacon (061) 318-5080
Agência Câmara: Ademir Malavazi (061) 318-8473

Jornal da Câmara

Diretora: Amneres Pereira (061) 318-5098/99 - Fax: (061) 318-2196
Editora-Chefe: Marina Carvalho
Editores: Marcondes Sampaio, Luis Cláudio Pinheiro, Oscar Telles, Vera Ramos, Vânia Alves, Roberto Seabra, Luis Renato
Diagramadores: Antônio Alves Ferreira Júnior, José Alberto de Almeida Filho, André Cerino, José Antonio Filho
Ilustrações: André Cerino
Revisoras: Isolda Marinho, Heloísa Lira, Malva Beatrice
Fotografia: J.Batista, Salu Parente, Sônia Baiocchi, Eltom Bomfim, Benedita Passos, Lelo
Impressão: Imprensa Nacional — Presidência da República

AGENDA

Programação TV Câmara

Horário	Terça 14/11
07:30	Palestra:Tarô o Desenvolvimento da Personalidade
08:30	Série: Marcos da Ciência e da Tecnologia "Microscópio Eletrônico"
09:00	Brasil em Debate: Dep. Eduardo Paes/ perspectivas de trabalho à frente da secretaria estadual do RJ em 2001
09:30	Comissão ou Plenário
12:30	Série: O Maravilhoso Mundo da Arqueologia "Éfeso - Testemunho da Expansão Helenística"
13:00	Direito em Debate: "Estado Democrático de Direito"
14:00	Plenário ao Vivo
19:30	Série: O Maravilhoso Mundo da Arqueologia "Éfeso - Testemunho da Expansão Helenística"
20:00	Direito em Debate: "Estado Democrático de Direito"
21:00	Série: Marcos da Ciência e da Tecnologia "Microscópio Eletrônico"
21:30	Jornal da Câmara
22:00	Brasil em Debate
22:30	Reapresentação de Sessão Plenária ou de Comissão
01:00	Jornal da Câmara
01:30	Série: Marcos da Ciência e da Tecnologia "Microscópio Eletrônico"
02:00	Brasil em Debate
02:30	Palestra:Tarô o Desenvolvimento da Personalidade
03:30	Série: O Maravilhoso Mundo da Arqueologia "Éfeso - Testemunho da Expansão Helenística"
04:00	Direito em Debate: "Estado Democrático de Direito"
05:00	Reapresentação de Sessão Plenária ou de Comissão

Programação sujeita a alterações sem aviso antecipado, devido às sessões plenárias que podem ser prorrogadas ou convocadas extraordinariamente

Agenda da Câmara

TERÇA-FEIRA, 14.11.00
PLENÁRIO
Hora: 14:00 Pauta: Apreciação do PLC 9/99, que dispõe sobre as normas gerais para a instituição de regime de previdência complementar pela União, pelos estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios. Também em discussão, o PLC 135/00, que autoriza os estados e Distrito Federal, a legislar sobre questões específicas de desapropriação para fins de reforma agrária, e do PLC 242/98, que autoriza o Executivo, a criar a Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento da Grande Teresina.
COMISSÕES
Educação
Hora: 14:00 Local: Plenário 10, Anexo II
Pauta: Apreciação do PLC 102/00, do deputado Pedro Fernandes (PFL-MA), que institui Fundo Especial para a concessão de planos de benefícios de caráter previdenciário a jogadores profissionais de futebol Futeboo Prev.
Seguridade Social
Hora: 14:00 Local: Plenário 5, Anexo II
Pauta: Apreciação do PL 2.784/00, do deputado Ademir Lucas (PSDB-MG), que dispõe sobre o controle de doping no desporto.
Agricultura
Hora: 14:30 Local: Plenário 6, Anexo II
Pauta: Apreciação do PL 1.439/96 do deputado Silas Brasileiro (PMDB-MG), que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária.
Fiscalização Financeira
Hora: 15:00 Local: Plenário 9, Anexo II
Pauta: Reunião para apreciação de proposições.

Plenário

Gilmar Machado propõe investigação de desvio de recursos da merenda escolar

O deputado Gilmar Machado (PT-MG) informou que a Comissão Mista do Orçamento aprovou requerimento de sua autoria, propondo a criação de uma subcomissão para investigar denúncias de desvio de recursos da merenda escolar. Ao justificar sua iniciativa, o parlamentar argumenta que parcela considerável de crianças no país freqüenta a escola motivada pela merenda que, muitas vezes, é a única refeição do dia. Citando matéria publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo* sobre o desvio de dinheiro de entidades filantrópicas e escolas especiais de São Paulo, Gilmar Machado defendeu uma grande mobilização nacional contra essa prática que vem se tornando cada vez mais freqüente no país. "É um absurdo o que estamos assistindo. Não podemos ficar calados diante dessa imoralidade", reagiu o parlamentar.

Ivan Paixão (PPS-SE), por sua vez, sustentou que o governo federal não está repassando aos estados e municípios, como deveria, os recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef). "O governo federal insiste em não cumprir o artigo 6º da Lei 9.424/96, que trata do financiamento do fundo, penalizando o ensino fundamental ao subtrair-lhe recursos", afirmou. O parlamentar disse que o governo foi alvo de uma ação civil pública em outubro de 99, determinando que a União se abstenha de definir valores mínimos por aluno inferiores ao que determina a lei. "Nos últimos quatro anos, o governo federal deixou de repassar mais de R$ 3 bilhões", frisou.

Lincoln Portela protesta contra propaganda do portal *O Site*

Propaganda veiculada na televisão pelo portal *O site* levou o deputado Lincoln Portela (PSL-MG) a remeter uma carta ao Conselho Nacional de Autoregulamentação Publicitária (Conar), protestando contra o seu conteúdo. Na peça publicitária, é apresentada uma cena em que dois homens se beijam na boca. "Não se trata de preconceito ou interesse em censurar, pois entendo ser livre o desejo de expressão e a opção sexual das pessoas", disse. No entanto, entende o parlamentar não ser justo que as crianças sejam obrigadas a ver cenas dessa natureza. "A televisão forma opinião", lembrou Lincoln Portela, que é âncora de programa televisivo, radialista e colunista de jornal. O parlamentar criticou ainda programas como o da apresentadora Monique Evans que, às 7h30 da noite, entrevistou dois rapazes, todos seminus, dentro de uma banheira.

Já José Carlos Coutinho (PFL-RJ) comemorou decisão do Ministério da Justiça de baixar portaria para classificar a programação de televisão por horário e faixa etária. Segundo ele, esta portaria criará um sistema que tem como objetivo *disciplinar a exibição de programas* de tevê e espetáculos públicos. "A medida não pode ser confundida com a adoção de censura, pois destina-se ao cumprimento da lei", ressaltou. Ele lembrou que o Estatuto da Criança e do Adolescente, nos artigos 254 e 255, prevê multas às emissoras que transmitirem programas em horários diversos dos autorizados ou sem aviso de classificação. "Analistas do comportamento social, especialmente aqueles com especialização em pedagogia, não guardam dúvidas de que influências externas podem alterar reações de crianças e adolescentes", frisou.

Márcio Bittar contesta escolha de reitor da UFMS

O processo de escolha do Reitor da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul pelo governo federal foi criticado pelo deputado Márcio Bittar (PPS-AC). Ele lembra que os reitores das universidades federais são tradicionalmente escolhidos a partir do primeiro colocado na lista tríplice encaminhada ao Ministério da Educação. A tradição, no entanto, segundo Márcio Bittar, foi desrespeitada na UFMS em função de divergências políticas.

Bittar classificou a mudança no processo de escolha de equivocada e exigiu uma revisão da decisão. Ele acredita que as questões políticas não podem se sobrepor à vontade da comunidade acadêmica que apontou o professor Antônio Carlos Osório como o candidato mais adequado para administrar a universidade.

Eurípedes Miranda (PDT-RO), por sua vez, registrou audiência com o ministro Paulo Renato, quando toda a bancada de deputados e senadores de Rondônia, juntamente com o governador do estado, reivindicaram pelo sexto ano seguido autorização para início de funcionamento do curso de Medicina na Universidade de Rondônia (UNIR). "Todos sabemos que há aproximadamente 10 mil brasileiros estudando na Bolívia e muitos cursando Medicina. Enquanto isto, a burocracia tem impedido que o curso de Medicina seja uma realidade em nosso estado", protestou o parlamentar.

Eurípedes também lamentou que nenhuma atitude tenha sido tomada por parte do governo federal para diminuir o déficit de 100 professores naquela universidade, apesar de a reivindicação já ter sido apresentada há mais de dois anos.

Marcondes Gadelha destaca projeto de pesquisa arqueológica

O deputado Marcondes Gadelha (PFL-PB) elogiou a iniciativa do Departamento de Geologia e Paleontologia do Museu Nacional do Rio de Janeiro que, em parceria com empresas privadas e organizações não governamentais, vai enviar cientistas em busca de vestígios da presença de dinossauros no território nacional. "De grande interesse científico e de profunda importância para o processo de definição histórica, o estudo da paleontologia vem se convertendo também numa interessante fonte de recursos, devido ao incremento nas atividades do turismo ecológico", garantiu.

Lamentou, no entanto, o deputado que, durante um longo período, o interesse pelos sítios históricos brasileiros se manifestava apenas fora do país e que os projetos iniciais de coleta e catalogação desse patrimônio estiveram sob o comando de organismos estrangeiros, o que fez com que muito dos resultados não tenham sido conhecidos pelo público brasileiro.

Prova do descaso das autoridades brasileiras com essas pesquisas, na opinião do deputado, é o desprezo com que se vem tratando o Vale dos Dinossauros, localizado na cidade de Souza, no estado da Paraíba. Ele disse que o único trabalho de estudo das trilhas de pegadas de dinossauros, conhecida como as mais nítidas da América do Sul, foi desenvolvido pelo professor José de Leonardi, que teve apoio de uma instituição italiana.

Embora saiba da dificuldade de atrair recursos do governo federal para esta área, o parlamentar defendeu a criação de Parques Nacionais de proteção desses territórios, lembrando que vem lutando há muitos anos pela criação do Parque Nacional do Vale dos Dinossauros, e que seu projeto continua sendo analisado nas comissões da Casa.

Plenário

Grazziotin protesta contra maioria da indústria no grupo que vai regulamentar setor de medicamentos

A deputada Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) criticou o fato de o governo ter aumentado a representação das indústrias no grupo de trabalho que vai estudar a regulamentação do setor de produção de medicamentos. Por sugestão da CPI dos Medicamentos, o governo criou o grupo sem, no entanto, como fez questão de frisar a deputada, incluir a participação da sociedade no conselho. "O único representante da sociedade, que seria o representante dos consumidores é o senhor Roberto Freitas Filho, que é o diretor do departamento de proteção e defesa do consumidor da Secretaria de Defesa Econômica do Ministério da Justiça, ou seja, outro representante do governo",



Deputada Vanessa Grazziotin

lamentou a parlamentar. O grupo de estudo é composto de nove membros do governo federal, três representantes do governo, um do Ministério Público, um dos consumidores e agora os seis representantes da indústria dos medicamentos (antes eram três).

A deputada ainda acusou a Agência de Vigilância Sanitária de não estar fiscalizando de forma correta as empresas transnacionais de medicamentos que atuam no Brasil. "No Brasil, quando a suspeita atinge uma multinacional, a Agência de Vigilância Sanitária não faz nada. Mas, se fosse uma empresa brasileira pequena, com certeza já teriam tomado alguma providência", concluiu.

Por sua vez, o deputado José Carlos Coutinho (PFL-RJ) disse que é necessário despertar a atenção dos consumidores para a existência dos remédios genéricos, porque o preço pode ser um terço menor do que outros medicamentos similares. "Existem 66 genéricos devidamente licenciados e prontos para serem colocados à venda, no entanto é difícil encontrá-los. Os farmacêuticos não os mostram, os médicos dificilmente os prescrevem e o consumidor não o conhece", alertou. O parlamentar informou que a situação é mais grave na periferia das grandes cidades.

Coutinho afirmou que a falta de informação e os interesses econômico-financeiros prejudicam a população, porque os farmacêuticos escondem a mercadoria, pois com os genéricos eles têm menos lucro, e a maioria dos médicos não gostam da existência de um similar mais barato que os medicamentos dos grandes laboratórios.

Eduardo Jorge critica bloqueio de verba da Saúde

O deputado Eduardo Jorge (PT-SP) criticou o bloqueio pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan, do crédito suplementar de R$ 1,5 bilhão aprovado pelo Congresso para o Ministério da Saúde para repasse aos estados. Entre as instituições prejudicadas pelo ato, que Eduardo Jorge classificou de insubordinação, está o caso da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, que passa, segundo relatou por graves dificuldades financeiras para manter seu atendimento.

O parlamentar contou que, em 1999, a Santa Casa, nos setores ambulatorial e de emergência, atendeu 2 milhões e 607 mil pacientes, sendo 96 % do Sistema Único de Saúde, fora as internações, que somaram mais de 70 mil, sendo 88% do SUS. "Um sistema filantrópico ligado ao SUS da importância da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo está acumulando um déficit de R$ 3,5 milhões por mês", lamentou.

Para encerrar, Eduardo Jorge afirmou que o Congresso Nacional deu um passo importantíssimo para melhorar a estrutura financeira do SUS ao promulgar a Emenda da Saúde, a qual garantirá à Saúde um percentual mínimo anual nos âmbitos municipal, estadual e federal, a exemplo do que já existe na educação.

Marçal Filho discute gastos dos estados

A notícia de que o Mato Grosso do Sul está entre os estados brasileiros que gastam menos em saúde do que com a manutenção de sua Assembléia Legislativa causou indignação ao deputado Marçal Filho (PMDB-MS). Segundo o parlamentar, levantamento feito pela Secretaria de Assuntos Fiscais do BNDES, ao lado do seu Estado estão o Maranhão, Mato Grosso e Minas Gerais. O mesmo estudo mostra que, no ano passado, os estados brasileiros gastaram R$ 2,9 bilhões com as suas respectivas Assembléias Legislativas, 73% acima do que a União desembolsou, no mesmo ano, com o Senado e a Câmara.

Marçal Filho informou também que o Mato Grosso do Sul foi um dos oito estados que, em 1999, aplicaram menos em segurança do que na Justiça. O parlamentar esclareceu julgar importante o registro de fatos como esses em função da polêmica em torno do art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal que estabelece tetos de gastos de pessoal para os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, criando as oportunidades necessárias para debater o quanto a sociedade está disposta a pagar pelo exercício das diferentes funções de Estado e pela qualidade de suas respectivas ações e serviços.

Juquinha anuncia projeto do Bird em Goiás

A possibilidade de o Bird financiar a instalação de empresas do setor farmacoquímico em Goiás foi comemorada pelo deputado Juquinha (PSDB-GO), que destacou a importância da expansão dessa indústria no estado, principalmente no pólo de Anápolis.

Segundo o parlamentar, o setor privado investirá cerca de R$ 350 milhões e espera contar com parte dos US$ 400 milhões destinados pelo banco a aplicações no Brasil. Como o Bird libera somente 25% do valor do investimento, as empresas terão de contar com incentivos do governo estadual. O Bird pretende financiar projetos de valor entre R$ 15 milhões e R$ 20 milhões com juros de 11% ao ano para atender empresas com faturamento anual superior a R$ 50 milhões.

"Além dos empreendimentos privados, o projeto prevê a construção de um laboratório de bioequivalência destinado a realizar análises dos medicamentos com nome genérico para testar sua qualidade e eficácia, incluindo também outro laboratório destinado a emitir registros de produtos farmacêuticos, apoiando a Vigilância Sanitária", explicou.

Curtas

Carlos Mosconi (PSDB-MG) enfatizou seu esforço em reabrir o hospital D. Paulina Damen Kocks, de Bandeira do Sul, em Minas, que atualmente mantém apenas atendimento ambulatorial. Ele informou ter participado de uma reunião com a presidente da entidade mantenedora do hospital e outros setores envolvidos na questão, da qual saiu esperançoso de uma resposta positiva.

Chico Sardelli (PFL-SP) destacou o trabalho da Aliança Mundial para Ação em Aleitamento Materno, que neste ano destaca o aleitamento como um Direito Humano em sua Semana Mundial da Amamentação. "Cada pessoa consciente da importância da amamentação é um agente de transformação da realidade", afirmou.

Walter Pinheiro (PT-BA) pediu a regulamentação da profissão dos Agentes Comunitários de Saúde. Lembrou que a Câmara dos Deputados fez um acordo, neste sentido, há cerca de um ano e que se não fosse a má vontade do Ministério da Saúde, a situação desses milhares agentes comunitários "que desenvolvem um trabalho importantíssimo e digno no país" já teria sido solucionado. Ele explicou que a profissão dos ACS está regulamentada no Decreto 3.189/99, mas não prevê as normas de contratação, o que prejudica cerca de 50 mil agentes comunitários espalhados pelo país.

Gustavo Fruet (PMDB-PR) lamentou o cancelamento da 33ª Feira Agropecuária do Paraná, ocorrido nesta semana. Ele lembrou que o estado tem tradição no setor, com o qual tem seu desenvolvimento vinculado, e que a feira é um momento de apresentação e de conhecimento de novas tecnologias, em especial no desenvolvimento genético, entre outras. Fruet, mesmo considerando que o cancelamento ocorreu em função da construção de uma barragem em local próximo onde se instalaria a feira, classificou o gesto do governo estadual uma "falta de respeito e de planejamento".